História das Sociedades Americanas

AQUINO
JESUS
OSCAR

RECORD

Também pela Editora Record

Sociedade brasileira – uma história através dos movimentos sociais
História das sociedades – das sociedades modernas às sociedades atuais

AS FOTOS PRESENTES NO MEIO DO LIVRO FORAM COLOCADAS NO FINAL DO ARQUIVO PARA GARANTIR QUE A PAGINAÇÃO PERMANECESSE CORRETA.

AQUINO
JESUS
OSCAR

História das Sociedades Americanas

EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2000

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Aquino, Rubim Santos Leão de, 1929-
A669h História das sociedades americanas / Rubim Santos Leão
7ª ed. de Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemos, Oscar Guilherme
Pahl Campos Lopes.– 7ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.
il.

Inclui bibliografia
ISBN 85-01-05699-5

1. América – História. I. Lemos, Nivaldo Jesus Freitas
de. II. Lopes, Oscar Guilherme Pahl Campos. III. Título.

99-1748 CDD – 970
CDU – 97

Copyright © 2000 by Rubim Santos Leão de Aquino,
Oscar Guilherme Pahl Campos Lopes e Nivaldo Jesus Freitas de Lemos

Direitos exclusivos desta edição reservados pela
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 585-2000

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-05699-5

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

EDITORA AFILIADA

Sumário

Apresentação 17

Introdução — O que é a América? 21

Parte I — O gênio sutil dos homens de regiões estranhas...

As sociedades indígenas 25

O que vamos estudar 29

Unidade I — SOMOS PARTE DA TERRA E ELA É PARTE DE NÓS 29
OS PRIMEIROS POVOS AMERICANOS 29
1. Migrações e distribuição espacial das principais sociedades indígenas 29
2. A noção de modo de produção de comunidade primitiva 33
3. As comunidades primitivas americanas 38
Destaques da unidade 44

Unidade II — ONDE ANTERIORMENTE NÃO HAVIA MILHO, AGORA EXISTEM GRANDES COLHEITAS 45
AS SOCIEDADES AGRÁRIAS 45
1. Localização geográfica das principais sociedades agrárias 45
2. A noção de modo de produção asiático 47
3. As principais sociedades da Mesoamérica 54
4. A área andina: A sociedade inca 67
Destaques da unidade 80

Parte II — Nós, europeus, também governamos pelo terror e pelo medo

As sociedades coloniais 83

O que vamos estudar 83

Unidade I — COMEÇOU A ENTRAR ÁGUA NA CABEÇA DOS HOMENS 89
A CONQUISTA E A COLONIZAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA 89
1. Buscando Catai, chegaram à América 89
2. A partilha do mundo e a revelação do Novo Mundo 91
3. E a conquista realizou a profecia 95
4. E a colonização foi de exploração 107
Destaques da unidade 121

Unidade II — TERRA EM ABUNDÂNCIA PARA PLANTAR E CULTIVAR 122
A COLONIZAÇÃO INGLESA NA AMÉRICA DO NORTE 122
1. Os ingleses e a América nos séculos XV e XVI .. 122
2. O impulso colonizador inglês no século XVII. 123
3. A montagem da empresa colonizadora 126
4. As instituições político-administrativas 137
5. Conflitos intercoloniais 139
Destaques da unidade 142

Unidade III — RENDER GLÓRIA A DEUS E PROCURAR A FELICIDADE DO REINO 143
A COLONIZAÇÃO FRANCESA NA AMÉRICA 143
1. A França na América nos séculos XV e XVI 143
2. A colonização na América do Norte 145
3. A colonização nas Antilhas 151
4. A desintegração da América Francesa 155
Destaques da unidade 157

Parte III — Ultrajes que duraram trezentos anos

A crise do antigo sistema colonial 159

O que vamos estudar 159

Unidade I — O COMÉRCIO MUNDIAL FLORESCE À CUSTA DA AMÉRICA 163
A MUDANÇA DA POLÍTICA COLONIAL 163
1. Os caminhos da Independência 163
2. A reformulação da política colonial inglesa 166
3. Uma nova política colonial para a América Espanhola 172
4. A Revolução Francesa e as Antilhas 179
Destaques da unidade .....

Unidade II — OU AS COLÔNIAS SE SUBMETEM OU TRIUNFAM! 181
O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DAS TREZE COLÔNIAS INGLESAS DA AMÉRICA DO NORTE 181
1. Os discípulos norte-americanos de Locke 181
2. A Declaração de Independência 185
3. E o mundo virou do avesso… 188
4. Governo de leis, não de homens 190
Destaques da unidade 194

Unidade III — AS TERRAS DE SÃO DOMINGOS DEVEM PERTENCER AOS NEGROS 196
A INDEPENDÊNCIA DO HAITI 196
1. As primeiras revoltas 196
2. A campanha da Independência 197
3. Liberdade ou morte 201
Destaques da unidade 205

Unidade IV — TOMAR ARMAS PARA A LIBERTAÇÃO DE MEU PAÍS..... 206
A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DAS COLÔNIAS HISPANO-AMERICANAS 206
1. As tendências do movimento de independência. 206
2. As condições coloniais às vésperas da independência..... 209
3. Os focos insurrecionais..... 211
4. A reação absolutista 213
5. Insurreição na América do Sul..... 214
6. O México insurgente 219
7. Unitarismo e federalismo na América 221
Destaques da unidade 222

Parte IV — Dois povos diferentes em uma única terra

As sociedades americanas no século XIX 225
O que vamos estudar..... 225

Unidade I — INTERESSES OPOSTOS DIVIDEM A AMÉRICA.. 229
O PAN-AMERICANISMO..... 229
1. Origens..... 229
2. O Bolivarismo..... 231
3. O Monroísmo..... 235
Destaques da unidade 240

Unidade II — OS PLANOS DO IMPERIALISMO AGITAM "CAUSAS PATRIÓTICAS". 241
AS GUERRAS INTERAMERICANAS..... 241
1. As Guerras Platinas 241
2. Conflitos Estados Unidos-México 248
3. A Guerra do Paraguai (1864-1870)..... 254
4. A Guerra do Pacífico..... 263
Destaques da unidade 273

Unidade III — A ESCRAVIDÃO DEVIA MORRER PARA QUE A NAÇÃO PUDESSE VIVER 274
A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NORTE-AMERICANA 274
1. A consolidação da Independência (1789-1823) 274
2. A formação territorial (1823-1860) 279
3. A Guerra de Secessão (1861-1865) 284
4. A Idade de Ouro... para a burguesia (1865-1896) 291
Destaques da unidade 295

Unidade IV — SOMBRIOS ACONTECIMENTOS ENVOLVEM-NOS 296
A FORMAÇÃO DOS ESTADOS HISPANO-AMERICANOS 296
1. O caudilhismo 296
2. O México 301
3. A Argentina 309
Destaques da unidade 326

Parte V — Os norte-americanos começaram a olhar para longe

Os Estados Unidos no século XX: expansão e crise 329

O que vamos estudar 329

Unidade I — DO VENTRE DA INJUSTIÇA NASCEM OS VAGABUNDOS E OS MILIONÁRIOS 335
OS ESTADOS UNIDOS ANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 335
1. Um convite geral aos povos do mundo 335
2. A luta da classe operária: a união faz a força .. 338
3. Quanto maior a concentração de capitais, maior o poder 341

4. A política norte-americana antes da Primeira Guerra Mundial 342
Destaques da unidade 347

Unidade II — NEGÓCIOS SÃO NEGÓCIOS 349
OS ESTADOS UNIDOS DA PRIMEIRA À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 349
1. O governo de Wilson e a Primeira Guerra Mundial 349
2. O predomínio dos republicanos (1921-1933) 358
3. E os democratas voltaram ao poder 373
Destaques da unidade 388

Unidade III — EM APOIO DOS RICOS CONTRA OS POBRES 389
OS ESTADOS UNIDOS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 389
1. E os democratas continuam... 389
2. E por que não os republicanos? 394
3. Mas os democratas tornaram a voltar 401
4. E o conservadorismo prevaleceu 410
5. A nova ascensão e queda dos democratas 415
6. Novos tempos de violência começaram 418
7. E os democratas voltaram ao poder? 422
Destaques da unidade 425

Parte VI — A liberdade não se conquista com flores

A América Latina no século XX: dependência ou revolução 427

O que vamos estudar 427

Unidade I — AUMENTOU A DISTÂNCIA ENTRE RICOS E POBRES 433
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX 433

1. Aspectos do subdesenvolvimento latino-americano 433
2. Uma região constantemente ameaçada 440
3. Tentativas de integração econômica 451
4. O novo papel da Igreja Católica 460
Destaques da unidade 468

Unidade II — NÃO HÁ FAVORES DESINTERESSADOS ENTRE AS NAÇÕES 470
O PAN-AMERICANISMO NO SÉCULO XX 470
1. As linhas gerais dos ideais pan-americanos no século atual 470
2. E a política de intervenção começou a funcionar 471
3. As novas conferências pan-americanas 473
4. E a Política da Boa Vizinhança passou a imperar 477
5. O reforçamento do sistema pan-americano: o TIAR e a OEA 483
6. Da Aliança para o Progresso aos Direitos Humanos 491
7. Um novo *Big Stick*? 497
8. A sofisticação do imperialismo 500
Destaques da unidade 503

Unidade III — PONDO EM PERIGO SEU PRÓPRIO FUTURO 505
CONFLITOS INTERAMERICANOS 505
1. A questão do canal do Panamá 505
2. A conquista do Acre 518
3. A Guerra do Chaco 520
4. A questão do canal de Beagle 530
5. O conflito Peru x Equador 531
Destaques da unidade 532

Unidade IV — TERRA E LIBERDADE! 534
A REVOLUÇÃO MEXICANA 534
1. A ditadura de Díaz e seus aliados 534

2. A agitação política 537
3. A agitação social 540
4. A etapa maderista 544
5. A revolução constitucionalista 551
6. O período carrancista 553
7. O México na encruzilhada 557
8. Amigos, amigos, negócios à parte 561
9. O Populismo no México 562
10. A "ditadura perfeita" 565
Destaques da unidade 569

Unidade V — NÃO TEMOS OUTRA BANDEIRA, SENÃO A DA PÁTRIA E DE PERÓN 571
A ARGENTINA E O PERONISMO 571
1. Antecedentes históricos 571
2. A Década Infame (1930-1943) 573
3. A República de massas (1943-1955) 576
4. Da ditadura peronista à ditadura militar 591
5. Do fim da ditadura militar à luta pela democratização 601
6. O peronismo no poder? 603
Destaques da unidade 605

Unidade VI — NÃO NOS PODEM PERDOAR QUE FAÇAMOS UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA 606
A REVOLUÇÃO CUBANA 606
1. Do domínio colonial espanhol ao protetorado norte-americano 606
2. A República mediatizada (1902-1959) 610
3. A marcha para Revolução: o MR 26 de Julho .. 614
4. As classes sociais e as alianças políticas no processo revolucionário 616
5. A vitória da Revolução 620
6. O impasse revolucionário (1959-1961) 621
7. E Cuba tornou-se socialista 624
Destaques da unidade 642

Unidade VII — NECESSIDADE DE UMA ATITUDE NACIONALISTA DEFINIDA 643
A REVOLUÇÃO PERUANA 643
1. As raízes seculares da opressão 643
2. Segurança interna: a nova estratégia do imperialismo 648
3. A APRA e o Exército 650
4. A reação nacionalista 651
5. A ideologia da Revolução Peruana 653
6. As reformas do militarismo peruano 656
7. A política externa da Revolução 660
8. A Revolução fracassada 661
9. Com os bancos ou com os pobres? 663
10. A hora e a vez de nova política estatal 665
Destaques da unidade 668

Unidade VIII — DIFÍCIL SERÁ A CONSTRUÇÃO DA NOVA SOCIEDADE 669
A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA CHILENA 669
1. A via chilena para o capitalismo 669
2. Da etapa parlamentarista à ascensão do movimento popular 671
3. A Revolução em liberdade 677
4. A difícil trajetória da Unidade Popular 680
5. Ditadura até quando? 698
6. A difícil reconstrução da democracia 700
Destaques da unidade 703

Unidade IX — É PREFERÍVEL MORRER COMO REBELDES A VIVER COMO ESCRAVOS 704
A REVOLUÇÃO SANDINISTA 704
1. Que país é este? 704
2. Do estabelecimento do protetorado norte-americano à ascensão dos Somoza 705
3. Uma fazenda chamada Nicarágua: a consolidação do somozismo (1937-1961) ... 709

4. Surgimento da Frente Sandinista de Libertação Nacional e o fim do somozismo 712
5. A construção da Nicarágua sandinista 722
6. A reação burguesa e o fim da Revolução 729
Destaques da unidade 731

Unidade X — ESTAMOS EM GUERRA PORQUE DESEJAMOS A PAZ 733
O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM EL SALVADOR 733
1. O Pequeno Polegar da América 733
2. O modelo agrário-exportador da República liberal 735
3. A Insurreição de 1932 737
4. A tentativa desenvolvimentista 739
5. A Guerra do Futebol 742
6. O fracasso da democratização e o aumento da repressão governamental 744
7. El Salvador: um novo Vietnã? 747
8. Um novo tempo? 753
Destaques da unidade 755

Bibliografia 757

História das Sociedades Americanas

Apresentação

Neste mundo, que acaba de entrar em um novo milênio, não há como negar a crescente importância assumida pelas sociedades americanas. Basta atentar para o noticiário dos meios de comunicação social, cada vez mais ocupados por informações e análises de acontecimentos ocorridos em alguma sociedade do chamado Novo Mundo.

São notícias de golpes de Estado, do emprego de violência das autoridades contra manifestações de protestos populares, de abortadas tentativas revolucionárias, de terremotos, furacões, enchentes... Por vezes são informações relativas à economia, à diplomacia ou então a conquistas esportivas, científicas, artísticas...

Não faltam os informes de episódios pitorescos, como o do equívoco cometido pelo presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, quando, em banquete oferecido pelo governo brasileiro em Brasília, agradeceu a gentileza do povo boliviano!

Igualmente bizarro foi chamar de *Justa Causa* a invasão do Panamá por tropas norte-americanas, em dezembro de 1989. Esta operação militar, justificada na Organização das Nações Unidas como sendo de *legítima defesa*, na verdade parece o ressuscitar da antiga política do *Big Stick*, empregada pelos Estados Unidos para resolver seus problemas na América Central e Caribe.

Não nos parece, contudo, que o conhecimento da História das sociedades americanas inclua um número considerável de pessoas. Mesmo entre a intelectualidade a maioria vive apegada a uma visão europocêntrica, pouco se interessando pelo estudo da evolução das sociedades deste continente, sejam elas da América Indígena ou desenvolvidas a partir de contingentes populacionais vindos da Europa e da África.

Na elaboração do nosso trabalho obedecemos à mesma linha de pensamento adotada em outros estudos por nós realizados anteriormente e destinados tanto a estudantes do ensino fundamental, do ensino médio e superior, como a indivíduos interessados em conhecer a história dos homens em sociedade. Por conseguinte, não aceitamos a visão tradicional da maioria dos livros de História da América, cuja narrativa está presa ao registro de datas e fatos, à valorização das ações individuais... Igualmente rejeitamos a tendência, bastante difundida, de privilegiar o passado remoto, a pretexto de que a História é mais científica quanto mais distante no tempo estiver o fenômeno histórico analisado.

Discordamos dessas distorções alienantes do estudo da História. Nossa filosofia da História fundamenta-se no conhecimento da ação das forças sociais e econômicas como essencial para a compreensão do fenômeno histórico.

Na elaboração deste livro inspirou-nos a vontade de também estimular o senso crítico do leitor através da transcrição de documentos, charges, fotografias e mapas integrados ao texto, destacando aspectos geralmente ignorados ou desprezados como agentes da história.

A propósito, convém recordarmos as palavras de Robert Kennedy, político norte-americano brutalmente assassinado em 1968:

"A poucos caberá a grandeza de vergar a própria História, mas cada um de nós pode trabalhar para mudar uma pequena parcela de acontecimentos, e é no total de todos esses atos que se escreverá a História desta geração... Cada vez que um homem se ergue por um ideal ou que age para melhorar a sorte alheia, ou que ataca a injustiça, emite uma pequenina onda de esperança que vai se cruzar com outras, partidas de milhões de diferentes centros de energia e audácia, e essas pequeninas ondas acabam formando uma corrente que pode arrasar os mais poderosos e fortes muros da opressão."

Não podemos esquecer que Marcílio Lopes de Souza e Elizabeth Lemos Godinho Freitas, responsáveis pelas charges e mapas, respectivamente, contribuíram para enriquecer o nosso trabalho. Seria imperdoável omitir o nome de Carmen Sighieri Soares, criadora de algumas ilustrações constantes deste livro sobre as sociedades americanas.

Nossos agradecimentos também são para Haroldo Motta Lima Leão de Aquino e para Regilena Carvalho Leão de Aquino, que transforma-

ram os originais manuscritos em textos datilografados para compor esta nova *História das Sociedades Americanas.*

Nossas palavras são de carinho e saudade para Carmen Sighieri Soares e para os Professores Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, Manoel Maurício de Albuquerque e José Luiz Werneck da Silva. Amigos e companheiros que se foram, sem que o tempo apagasse suas lembranças de nossos corações.

Introdução

O QUE É A AMÉRICA?

Quando o nome *América* apareceu, pela primeira vez, no mapa de Waldseemüller, identificando a parte do globo que viria a ser chamada de *Novo Mundo*, configurava uma unidade geográfica sem fronteiras. Mais tarde, os conhecimentos acerca dos seus acidentes geográficos, clima e população demonstraram a extrema diversidade do continente. A evolução das sociedades americanas viria a destacar e aprofundar as suas diferenças, apesar das *semelhanças dos seus processos históricos.*

Um dos fatores de diferenciação é a *diversidade étnica e cultural das sociedades americanas.* Trezentos anos de colonização desencadearam um processo migratório que se prolonga até nossos dias. Às comunidades indígenas, em si tão diversas em termos de desenvolvimento cultural, vieram juntar-se os colonizadores brancos e a grande massa de negros africanos trazidos à força como escravos. Esse processo contribuiu desigualmente para a formação dos perfis das sociedades nacionais.

Brancos, negros e índios distribuem-se desproporcionalmente de uma região para outra, tanto que se pode falar de uma *América branca* (a anglo-saxônica e os países do Prata), uma *América índia* (os países andinos), uma *América hispano-índia* (as áreas centro-americanas e o Paraguai) e uma *América negra* (parte das Antilhas), sem esquecer os *países de mestiçagem multirracial*, como o Brasil.

Além de línguas diferentes, os grupos populacionais que vieram para a América trouxeram outros elementos culturais de suas áreas de origem, o que explica a variedade de costumes, tradições e culturas populares do continente.

Mas o *fator principal de diferenciação* das sociedades americanas é, sem dúvida, o *desenvolvimento econômico desigual*, apesar de grande parte do

passado colonial comum. O Período Colonial não marcou tão profundamente as áreas de *colonização de povoamento* como o fez com as de *colonização de exploração*. Mesmo nestas últimas, havia sensíveis diferenças entre as regiões de *plantations* escravistas e as de *encomiendas*, o que explica em parte a evolução distinta do campesinato na América contemporânea.

Os mais 150 anos de história independente e do posterior desenvolvimento capitalista vieram aprofundar as contradições entre as áreas americanas, sobretudo entre a *América anglo-saxônica*, que se tornou *industrial e imperialista*, e a maior parte do continente, chamado hoje de *América Latina*, integrante, junto com a África e a Ásia, do *Terceiro Mundo*. É nesta parte do mundo que, nos dias atuais, se desenvolve um processo agudo de lutas populares de libertação nacional, e nele a América Latina busca desempenhar papel fundamental.

O cenário em que se desenvolvem as lutas de classes na América Latina forjou-se ao longo de três séculos de exploração colonial e de um período menos longo, porém mais predatório, de dominação imperialista européia e, depois, norte-americana. O *latifúndio*, a *monocultura de exportação* e as *formas pré-capitalistas de exploração da mão-de-obra* ainda constituem considerável parcela da realidade agrária de muitos países latino-americanos. A *industrialização*, concentrada em alguns setores de interesse do capitalismo internacional e realizada tardiamente, em uma época em que a economia mundial já se encontrava dominada pelo grande capital monopolista, *não permitiu um desenvolvimento autônomo*, e tornou os países latino-americanos extremamente dependentes dos pólos econômicos mundiais, e, conseqüentemente, das flutuações e crises do capitalismo internacional. Suas classes dominantes são constituídas por oligarquias agroexportadoras ou grandes comerciantes e banqueiros aliados ao capital internacional, ou por fraca burguesia, até hoje incapaz de levar adiante um projeto nacional desenvolvimentista. O crescimento demográfico acelerado tornou mais agudos os problemas de sobrevivência de grande parte da população do continente.

A *instabilidade política*, decorrente do quadro de subdesenvolvimento e miséria de vastas regiões da América Latina, aumenta o papel político-institucional das *Forças Armadas*, em geral *conservadoras*, e torna a região vulnerável a toda sorte de manobras do imperialismo, desde os programas de ajuda econômica até *golpes de Estado*, realizados por eli-

tes militares educadas em centros de treinamento de oficiais norte-americanos. A falta de canais políticos de decisão e participação popular levou tanto a episódios de *luta armada* por parte de militantes do povo, quanto ao fenômeno do *caudilhismo militar ou civil*, seja sob a forma de ditaduras reacionárias, seja criando regimes progressistas. Nesse quadro, marcado pela violência, pelo militarismo e pelo autoritarismo, fracassaram os *movimentos burgueses liberais de caráter reformista*, que perderam a sua força ideológica.

Nem as ditaduras militares reacionárias ou progressistas, nem o reformismo burguês foram capazes de resolver os problemas fundamentais da América Latina. E a cada avanço do movimento popular, o imperialismo responde com táticas que vão do terrorismo e da repressão policial até o abrandamento das formas autoritárias, mas sem perder o controle da situação política.

Entretanto, nas últimas décadas, o imperialismo vem sofrendo derrotas e recuos em alguns países. A Igreja Católica já se coloca em muitas sociedades a favor dos pobres. Os movimentos populares ampliam a sua base social. A *Revolução Cubana e a experiência socialista do Chile* são dois marcos das lutas populares na América Latina e assinalam dois *processos históricos distintos* e que tiveram, também, soluções diferentes. Mais recentemente, a *Revolução Nicaragüense* mostrou outra forma de concepção e organização da luta popular pela libertação econômica e pela democracia.

Luta armada? Eleições? *Pronunciamentos* militares? O futuro da América vai depender fundamentalmente dos rumos que tomarem os seus movimentos sociais. O continente, inquieto e explosivo, é um campo aberto aos processos revolucionários dos povos, no sentido da sua emancipação social e da sua redenção como homens.

O que está acontecendo na América só pode ser entendido a partir das raízes históricas da opressão e das lutas de libertação dos povos americanos. A História do continente americano nasceu e se desenvolveu seguindo dois caminhos diferentes: um junto ao povo e outro contra o povo. Como José Carlos Mariátegui, sabemos que "no conflito entre exploradores e explorados, na luta entre capitalismo e socialismo, a neutralidade intelectual é impossível". Este livro é uma tentativa de contribuir para uma melhor apreensão da realidade complexa e multifacetada de *Nuestra América*.

Parte I

O GÊNIO SUTIL DOS HOMENS DE REGIÕES ESTRANHAS...

As Sociedades Indígenas

O QUE VAMOS ESTUDAR

"...porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não teriam uma segunda oportunidade sobre a terra."
Com essas palavras, o escritor colombiano Gabriel García Márquez termina o seu romance *Cem anos de solidão*.

AS TRÊS AMÉRICAS INDÍGENAS

Essas mesmas palavras podem ser aplicadas às sociedades indígenas americanas que, há mais de 400 anos, foram condenadas ao massacre físico e cultural com a chegada dos espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e outros conquistadores europeus ao continente que o cartógrafo alemão Waldseemüller batizou de América. Enquanto a mítica cidade de Macondo, imaginada pelo romancista, desaparece sob uma catástrofe bíblica, muitas das sociedades indo-americanas e suas respectivas culturas desapareceriam sob um processo histórico irreversível, ante o apocalipse provocado pela chegada dos *adelantados*, capitães-donatários, pio-

neiros, sacerdotes católicos e de outras religiões, e demais representantes de uma Europa colonialista e mercantil.

Ao nos referirmos à América Indígena, não pretendemos reforçar as fileiras dos defensores do indo-americanismo — isto é, de um caráter índio da América —, mesmo porque a realidade indígena contemporânea já perdeu substância e integridade, não apenas por obra e graça dos colonizadores europeus dos séculos passados, mas também pela ação dos vários governos nacionais de épocas mais recentes...

Ao estudar as sociedades indígenas americanas e as culturas que produziram, devemos ter como principal objetivo *manter viva a memória histórica desses povos*, muitos deles desaparecidos, outros sobrevivendo em condições de exploração e miséria. A história das populações indígenas de todo o continente americano é a história da luta de povos oprimidos contra classes opressoras. A longa resistência desses povos à dominação do *homem branco* deve servir de exemplo histórico na luta concreta da grande maioria da população trabalhadora da América, para impedir que crimes semelhantes continuem a ser praticados contra o povo oprimido.

Um outro objetivo que deve dirigir o estudo das comunidades indígenas pré-colombianas é o de *repensar o modelo tradicional de evolução das sociedades*, concebido a partir da história da Europa Ocidental (comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo). Na América, não houve a escravidão clássica, como na Grécia e Roma antigas: a escravidão implantada no sul dos Estados Unidos ou no Brasil foi do tipo *colonial*, acessória da política econômica mercantilista em desenvolvimento na Europa Ocidental; o regime econômico imposto pelos espanhóis aos indígenas do Peru não foi feudal, como o europeu; em algumas sociedades indígenas desenvolvidas do México e do Peru, antes do contato com os europeus, podemos verificar a vigência de modos de produção do tipo asiático; e o posterior desenvolvimento do capitalismo latino-americano processou-se de forma bem diversa da formação das economias capitalistas européia e norte-americana.

> "Via também as coisas que se trouxeram ao Rei, do novo país do ouro: um sol todo em ouro, medindo uma tosa de largura; do mesmo modo, uma lua toda de prata e igualmente grande; também dois gabinetes repletos de armaduras idênticas e toda sorte de

armas por eles usadas, escudos, bombardas, armas de defesa espantosas, vestimentas curiosas, atavios de noite e toda espécie de coisas surpreendentes para diversos usos, muito mais belas de ver do que estranhas. E jamais vi em minha vida algo que rejubilasse tanto meu coração. Pois vi objetos artificiais admiráveis e surpreendi-me com o *gênio sutil dos homens de regiões estranhas...*"
(Albrecht Dürer [1471-1528], pintor alemão. *Arte nos séculos*, volume IV, Abril Cultural, p. 917.)

A *história do continente americano é típica*, peculiar, assim como o processo de formação das sociedades nacionais. As saídas históricas, procuradas pelos movimentos populares nos diversos países do continente, devem levar em conta as características particulares das formações sociais onde se verificam, seus problemas nacionais mais prementes, as aspirações populares mais legítimas, a fim de que nossa sociedade e nossa cultura deixem de ser estranhas a nós mesmos...

UNIDADE I — SOMOS PARTE DA TERRA E ELA É PARTE DE NÓS

Os Primeiros Povos Americanos

1. MIGRAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PRINCIPAIS SOCIEDADES INDÍGENAS

O que teria levado os primeiros grupos de povoadores a atravessar o estreito de Bering e a fixar-se na América via Alasca?

Em um passado longínquo, que corresponde ao final do período que os arqueólogos e historiadores denominam idade paleolítica (idade da pedra lascada), e os geólogos chamam de plistoceno, a Ásia e a América encontravam-se unidas por uma faixa de terra que, desaparecida, deu lugar ao estreito de Bering. É tarefa ainda impraticável precisar rigorosamente uma data para a chegada dos povoadores asiáticos à América. Os recentes conhecimentos arqueológicos situam as primeiras migrações entre 40000 e 10000 a.C. — muito provavelmente em cerca de 15000 a.C. Existem provas de que, por volta de 9000 a.C., já havia homens na América. Fica, portanto, superada a tese do *autoctonismo*, isto é, de que o homem americano seria originário do próprio continente. Na realidade, como sustenta o *aloctonismo*, os primitivos habitantes da América eram originários da Ásia Oriental (Sibéria).

Assim, em um dos últimos períodos glaciais, bandos de caçadores primitivos, perseguindo manadas de grandes animais selvagens (bisões), deslocaram-se da Sibéria para o Alasca, constituindo uma corrente migratória e iniciando o povoamento da América.

"Conquanto haja discordâncias com referência à data da entrada do homem, é unânime a crença de que os primeiros imigrantes viviam em pequenos bandos, compostos por famílias aparentadas. Os homens eram principalmente caçadores, e as mulheres coletavam provavelmente plantas selvagens comestíveis e executavam várias tarefas domésticas, tais como a preparação de peles para usar como proteção contra o vento, a chuva e o frio, e o trançado de cestos. Os instrumentos de pedra não eram especializados e o mesmo implemento servia muitas vezes para cortar, raspar e bater." (MEGGERS, B.J., *América pré-histórica*, Editora Paz e Terra, p. 27.)

Alguns estudiosos tentaram estabelecer a origem do homem americano e como se deu o povoamento da América. Para Ales Hrdlicka, os primeiros povoadores seriam mongólicos, que teriam atravessado o estreito de Bering da Sibéria para o Alasca. Paul Rivet assinala várias correntes de povoamento: mongolóides (pelo estreito de Bering), australóides (pela Antártida), melanésios e polinésios. Segundo Canals-Frau, o povoamento do continente americano se teria verificado por sucessivas ondas migratórias, cada qual identificando um tipo físico diferenciado de acordo com a estrutura do crânio: dolicocéfalos — caçadores nômades, pelo estreito de Bering; dolicóides — coletores de mariscos, por via marítima; braquicéfalos — agricultores, que teriam introduzido os princípios da organização social das Altas Culturas (maias, astecas, incas); e assim por diante.

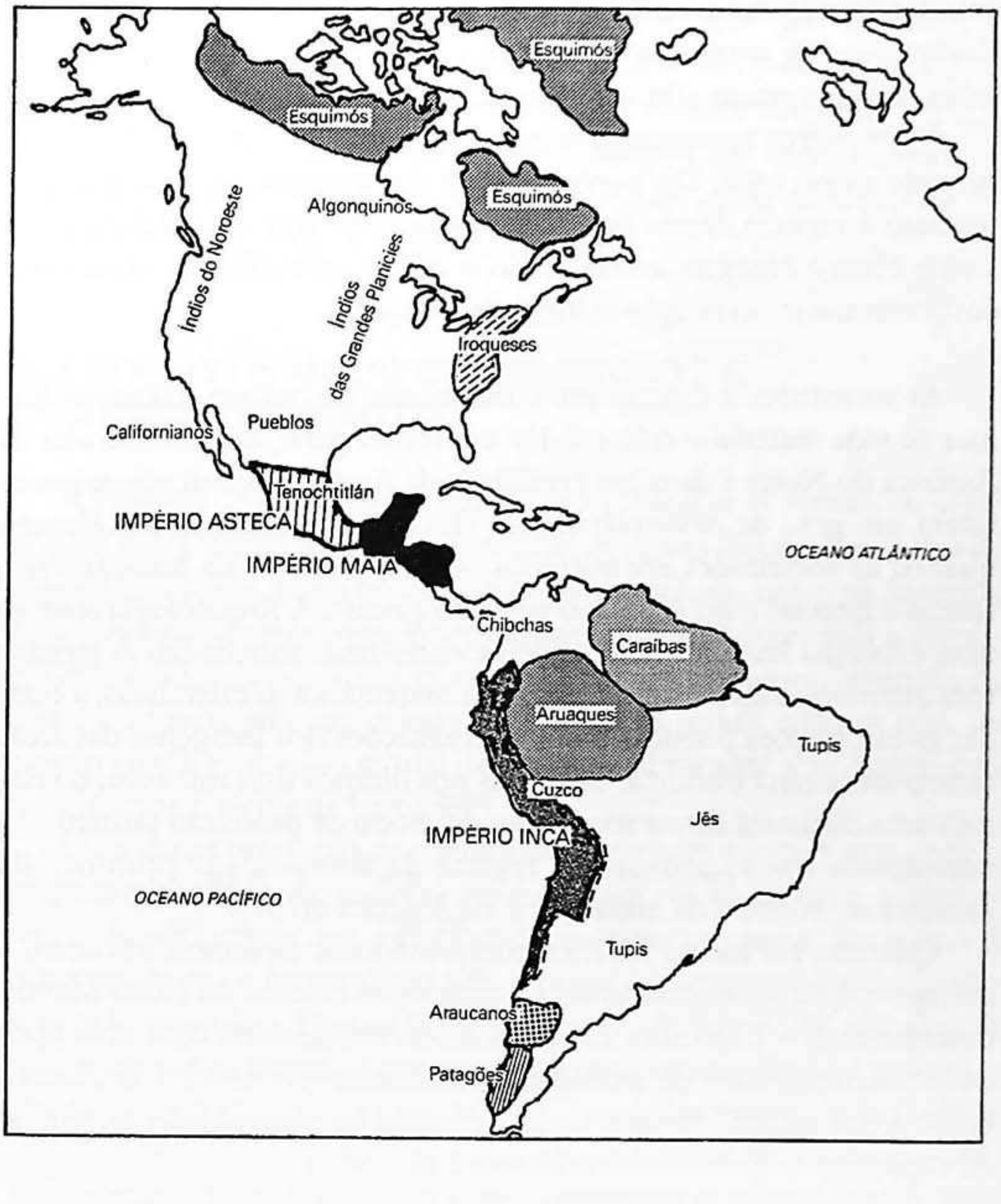
O certo é que àquele primeiro movimento migratório, por via terrestre, seguiram-se outros, através do Pacífico, que atingiram o continente americano.

Em 1975, todas as teorias existentes sobre a origem e a antigüidade do homem americano foram por terra em conseqüência de revelações feitas a partir de um fóssil encontrado no fundo de uma caverna no Estado de Minas Gerais.

Esse fóssil era um crânio, logo chamado pelo nome de Luzia. Presumivelmente pertencia a uma mulher, que teria vivido há cerca de 11.500 anos.

Após ser estudado por cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, o achado foi enviado à Universidade de Manchester, na Inglaterra, onde foi feita a reconstituição facial desse crânio.

CULTURAS INDÍGENAS



As conclusões a que se chegou são realmente espantosas. Comprovou-se, então, que os primeiros seres humanos a povoarem o continente americano não eram asiáticos, mas pertenciam a grupos negróides. Comprovou-se ainda que esses homens e mulheres chegaram muito antes do que vinham afirmando os defensores de outras teorias!

Os primeiros agrupamentos humanos desenvolveram-se em um isolamento quase total. Do ponto de vista da Antropologia Física, já pertenciam à espécie *Homo sapiens*, e, de acordo com a classificação de Lewis Henry Morgan, considerado o pai da antropologia americana, encontravam-se no estágio cultural da *selvageria*.

As sociedades indígenas pré-colombianas assumiram diferentes formas de vida material e cultural. De um modo geral, as comunidades da América do Norte e da quase totalidade da América do Sul não apresentaram um grau de desenvolvimento das forças produtivas tão elevado quanto as sociedades encontradas pelos espanhóis na Mesoamérica (maias e astecas) e no Altiplano peruano (incas). A Arqueologia revelou uma evolução histórica independente entre essas sociedades. A agricultura intensiva, a metalurgia, a escrita, a matemática, o calendário, a cidade, as instituições políticas e outras realizações dos indígenas das áreas centro-americana e andina, ocorridas nos últimos dois mil anos, revelaram uma dinâmica dessas sociedades de modo de produção asiático não encontrada nas sociedades de regime de comunidade primitiva da América do Norte e da maior parte da América do Sul.

Quando, no século XVI, os conquistadores espanhóis iniciaram a pilhagem dos recursos materiais e a destruição cultural do Novo Mundo descoberto por Colombo, defrontaram-se basicamente com dois tipos de formações sociais: de um lado, as *civilizações* (sociedades de classes), como a dos astecas, maias e incas; de outro, as *comunidades primitivas* de caçadores ou pescadores, coletores e agricultores primitivos.

"As pessoas (...), tanto os homens quanto as mulheres, andam nuas assim como suas mães as pariram, exceto algumas das mulheres que cobrem uma de suas partes com uma única folha de grama ou tira de algodão, que elas fazem com este propósito (...) Eles não possuem armas, exceto varas de cana cortada quando

em semente, com uma verga aguda na ponta, e têm receio de usá-las (...) são tratáveis e generosos com o que possuem, que se não o tivesse visto não acreditaria. Entregavam o que quer que possuíam, jamais recusando qualquer coisa que lhes fosse pedida (...) Isto não ocorre porque são ignorantes; na verdade têm uma mente bastante sutil e são homens que navegam por todos aqueles mares." (Trecho da Carta de Colombo, de 15 de fevereiro de 1493. MEGGERS, B.J., *op. cit.*, p. 135.)

2. A NOÇÃO DE MODO DE PRODUÇÃO DE COMUNIDADE PRIMITIVA

A História da humanidade conheceu a passagem de formas de organização social sem classes para sociedades de classes. A primeira forma de organização social, tanto no Egito e na Mesopotâmia, como na América, foi a *comunidade primitiva*, correspondendo a uma economia a princípio coletora (caça, pesca, coleta vegetal), depois produtora (invenção da cerâmica, passagem à agricultura e à criação de gado), estágios que, de acordo com a evolução cultural de Morgan, abrangem a selvageria e as fases inferior e média de barbárie.

O modo de produção de comunidade primitiva caracterizava-se pela *propriedade coletiva dos meios de produção*: a terra, os campos, as florestas, as águas pertenciam à comunidade como um todo. Pertencer à comunidade era a precondição para a posse e a utilização produtiva do solo pelo indivíduo. Possuir laços de sangue, de língua, de religião, de costumes com os demais componentes do grupo dava direito à apropriação e à utilização comunitárias do solo. Ao agrupamento de indivíduos aparentados entre si e ligados por uma crença comum denominamos *clã*: "(...) *gens* em latim e *genos* em grego empregam-se especialmente para designar esse grupo que se jacta de constituir uma descendência comum (do pai comum da tribo, no presente caso) e que está unido por certas instituições sociais e religiosas, formando uma comunidade particular (...)" (ENGELS, F., *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Editora Civilização Brasileira, p. 92.)

A organização econômica da comunidade primitiva era muito simples. Correspondia a uma *economia de ocupação da Natureza* — caça, pesca, coleta — e às primeiras formas de agricultura itinerante e de transformação do meio natural. Mais tarde, a passagem à criação de gado, a uma agricultura intensiva, ao artesanato especializado favoreceu o aparecimento de excedentes regulares da produção, e a sociedade evoluiu no sentido da apropriação do excedente por parte de um setor que começou a se distinguir no seio da comunidade gentílica através do desempenho de determinadas funções — militares, religiosas, judiciárias.

Na comunidade primitiva, a apropriação da Natureza (terra) pelo homem tem como intermediária a comunidade. Os homens caçavam em conjunto e, portanto, a economia exigia alguma forma de organização social. No caso, tal organização social baseava-se nas relações de parentesco: "(...) as relações podem ser estabelecidas sobre uma base permanente através da posição dos indivíduos em determinados pontos de uma mais ou menos extensa rede de relações de parentesco e de casamento (...) O que é importante é que um sistema de parentesco e de categorias matrimoniais juntamente com as ascendências reais ou imaginárias que demarcam classes distintas de casamento permitem a definição de relações precisas entre quaisquer dos membros da coletividade.

Nesse sentido, o parentesco provê a base para a redistribuição do produto através de uma rede de indivíduos que vai além daqueles que estão engajados em um determinado processo de trabalho." (HINDESS, B. e HIRST, P.Q., *Modos de produção pré-capitalistas*, Zahar Editores, p. 54.)

A princípio, não existia divisão social do trabalho (por setores da produção) na comunidade primitiva. *Havia uma divisão natural do trabalho* com atividades diferenciadas — caça, pesca, coleta vegetal, artesanato doméstico, agricultura incipiente — praticadas segundo o sexo e a idade. Aos homens cabiam a caça e a pesca; às mulheres, a coleta de raízes comestíveis e o cultivo de plantas selvagens, o que teria provocado a descoberta, ocasional ou intencional, da domesticação de plantas (por exemplo, o milho); aos velhos, a produção de cestos.

O sistema de trabalho era coletivo, baseado na cooperação simples. "O comunismo primitivo, por outro lado, se caracterizava por um desenvolvimento muito limitado das forças produtivas e uma divisão limitada do trabalho. Se não há classes, não há produto excedente suficiente para sustentar uma classe de não-trabalhadores, juntamente com seus funcionários improdutivos." (HINDESS, B. e HIRST, P.Q., *op. cit.*, p. 52.) Assim, na comunidade primitiva, quem não trabalhava não comia. O nível de desenvolvimento das forças produtivas não permitia, praticamente, a acumulação de excedentes. Vigorava o *regime de economia natural*, em que os produtos eram consumidos onde eram produzidos, sendo a troca muito rara e ocasional. Quando processos de trabalho mais desenvolvidos (agricultura intensiva, metalurgia) permitiram que se produzisse um excedente regular, a comunidade primitiva evoluiu no sentido da divisão do trabalho social, com a separação entre a agricultura e o artesanato, e da apropriação de parte do excedente por alguns indivíduos investidos de funções dirigentes. A comunidade primitiva iniciou, assim, o seu processo de deterioração. A distribuição igualitária dos bens foi substituída por uma distribuição desigual, o que beneficiava um embrião de classe dominante.

A comunidade primitiva era auto-suficiente. Cada agrupamento territorial obtinha e preparava seus alimentos, produzia seus utensílios e ferramentas com material encontrado no local — pedra, osso, madeira etc. As mulheres aravam o solo, moíam e cozinhavam os grãos, faziam o vestuário e os utensílios (cestaria, cerâmica); os homens caçavam ou pesca-

vam, domesticavam animais (na América Andina, o lhama), construíam as habitações, preparavam o terreno para as plantações, elaboravam as ferramentas e as armas. Os instrumentos de trabalho pouco aperfeiçoados eram feitos de pedra, madeira ou osso (não se conhecia ainda o metal) e não criavam condições para o trabalhador produzir mais do que o necessário para a sua subsistência, e *do trabalho de cada um dependia o sustento de todos.* Com isso, a comunidade podia sobreviver sem excedentes.

Assim, não havia necessidade do emprego produtivo do escravo. A existência de escravos, em alguns grupos, não modificava substancialmente o regime de propriedade ou de trabalho; era o resultado de guerras ocasionais que um grupo movia contra outro pelo domínio de alguma área, à medida que se tornava escassa a terra desocupada e de cultivo fácil. A presença do escravo não alterava as relações sociais, não tornava ninguém proprietário particular. O escravo pertencia à comunidade, era um bem coletivo.

As *relações de parentesco* representavam um papel dominante na comunidade primitiva. A unidade social era realizada pelo *clã*. Na América encontraram-se clãs organizados tanto pela descendência feminina (apenas os descendentes das mulheres permaneciam no clã, por força da proibição do casamento entre membros de um mesmo clã), quanto pela linha paterna (nos grupos em que a descendência era determinada pelo homem). Praticavam tanto a poligamia masculina (poliginia) quanto a feminina (poliandria).

Fossem matriarcais ou patriarcais as linhas de descendência, o clã constituía uma descendência comum e estava unido por instituições sociais e religiosas, formando uma comunidade particular. "Mas, qualquer que seja o princípio de organização predominante, o termo clã abrange uma grande extensão de grupos no que se refere ao tamanho e ao papel funcional (...) Em sociedades sedentárias, todos os membros de uma comunidade local podem pertencer ao mesmo clã (...) Se houver diversos clãs na mesma aldeia, cada um habita uma determinada parte da área. Entretanto, às vezes, a área ocupada por uma única comunidade clânica é maior do que a de uma aldeia." (WILLEMS, E., *Antropologia social*, Difusão Européia do Livro, pp. 95 e 96.)

Como o casamento entre membros de um mesmo clã era proibido (a não ser nos agrupamentos muito primitivos), os casamentos entre

indivíduos de clãs diferentes terminavam por reuni-los em *tribos.* Em numerosas tribos indígenas encontraram-se clãs reunidos em grupos especiais, com funções sociais e religiosas: as *fratrias.* Uma tribo podia possuir duas ou mais fratrias. A reunião das tribos em federações representou um novo passo no processo de evolução da comunidade primitiva. Mesmo durante a passagem da comunidade primitiva para novas formas de organização econômica e social, a transformação das antigas relações familiares foi bastante lenta. A comunidade de sangue permaneceu mesmo nas sociedades camponesas avançadas do México e do Peru, onde houve condições para a formação do Estado.

Evidentemente, na comunidade primitiva não havia o que se entende politicamente por *Estado.*

O chefe do clã, o *pai comum*, exercia um poder de função, e não de exploração, na medida em que também era trabalhador direto (caçador, cultivador etc.). Em algumas comunidades o poder era hereditário; em outras, eletivo. A *aristocracia* gentílica, que, com a evolução econômica e social, passou a exercer as funções de governo, também era controlada pelos membros da comunidade, não podendo suplantá-la nem dominá-la. A comunidade primitiva era, pois, uma sociedade sem classes e sem Estado. "É evidente que o fracasso das instituições gentílicas em satisfazer as novas necessidades complicadas da sociedade deu origem ao movimento de retirar todos os poderes das *gentes* (clãs), fratrias e tribos para reinvesti-los em novas representatividades." (MORGAN, L.H., *Ancient Society*, Meridian Books, p. 263.) Assim, onde o poder de função da aristocracia transformou-se em um poder de dominação, foi porque se criaram as condições concretas para o aparecimento do Estado e para a transição em direção a uma sociedade de classes.

Na comunidade primitiva os velhos gozavam, geralmente, de autoridade e prestígio, sobretudo os chefes hereditários. As guerras entre tribos ou clãs aumentavam o seu prestígio. Muitas vezes, estes chefes possuíam privilégios, como maior cota de mulheres ou qualquer outro tipo de riqueza. A apropriação da riqueza pelos chefes não representava uma forma exploradora de apropriação do produto excedente: era a contrapartida pelo desempenho da sua função social.

A *ideologia dominante era a mágico-religiosa.* Já vimos que todos os membros de um mesmo clã eram considerados parentes em virtude de sua

descendência de um antepassado comum. Essa descendência se perdia no tempo e em um intrincado sistema de parentesco. Muitas vezes, estava associada ao *totemismo*, isto é, à crença em um antepassado mítico, ou totem, em geral um animal, ou planta, importante para a economia do grupo, ou ainda um fenômeno natural ou um instrumento feito pelo homem. "Há vários graus e espécies de tais associações totêmicas. Às vezes os membros pensam que descendem efetivamente do animal totêmico (...) Assume então o nome de seu antepassado animal e pode haver uma proibição de matar ou comer qualquer espécie dessa família. Às vezes o totem torna-se um centro de devoção religiosa." (WILLEMS, E., *op. cit.*, p. 97.)

Seus ritos religiosos se expressavam em atos mágicos que visavam a garantir o abastecimento de alimentos. Acreditavam na intervenção de seres divinos sobre os quais criavam histórias ou *mitos*. A representação dos totens pode ter dado origem à personificação do antepassado. Também a origem de uma idéia religiosa pode estar presente no sacrifício coletivo social para o apaziguamento e a propiciação dos espíritos, dotados de emoções e desejos humanos, em contraste com as forças impessoais que supunham ser controladas pela magia.

Outras práticas comuns eram o enfeite de suas armas de caça e o uso de adornos ou tinturas no corpo (nas ocasiões de guerra, por exemplo), ou ainda a mutilação de partes do corpo, com a finalidade de aumentar a beleza e realçar a personalidade.

Assim, não existiu uma cultura indígena americana primitiva ou menos complexa. Cada cultura representou uma adaptação mais ou menos bem-sucedida a um determinado meio ambiente, com uma ideologia adequada. O resultado das trocas, das conquistas de um povo por outro, das tradições sociais diferentes pôde produzir uma cultura mista, na qual coexistiram elementos das antigas e das novas sociedades.

3. AS COMUNIDADES PRIMITIVAS AMERICANAS

O homem penetrou na América vivendo à base de plantas e animais selvagens. A princípio, os primitivos habitantes possuíam toscos instrumentos de pedra lascada. Há cerca de dez mil anos, o nível do mar elevou-se e fez desaparecer, definitivamente, a faixa de terra que ligava a

Ásia à América. A partir disso, nota-se a presença no continente americano dos chamados *paleoíndios*, nômades, caçadores de grandes animais, que possuíam artefatos de pedra lascada mais aperfeiçoados, como o propulsor de dardos e pontas de lança habilmente lascadas. Essa tecnologia mais eficiente possibilitou o aumento das fontes de subsisténcia, o que permitiu a caça aos grandes mamíferos (mamutes, bisões), e o aumento populacional.

Entre 8000 e 5000 a.C., as geleiras recuaram para o norte. Nessa área, que se estende do Alasca à Groenlândia, os únicos representantes são os *esquimós*, exímios caçadores e pescadores (caça da foca, pesca da baleia etc.). A modificação ambiental resultante provocou a extinção, em muitas áreas, dos grandes mamíferos, exceto nos campos norte-americanos, onde a caça pesada continuou como o principal meio de subsistência.

Nos séculos XVI e XVII, com a introdução, pelos colonizadores europeus, do cavalo e das armas de fogo, alteraram-se as condições de subsistência dos índios da Grande Planície da América do Norte (região localizada entre o Mississipi e as Montanhas Rochosas). Essas tribos transformaram-se em caçadores eqüestres, para os quais a caça ao búfalo constituía a atividade mais importante, embora também se dedicassem ao cultivo do milho, do feijão e da abóbora.

Durante muito tempo, os índios da Planície resistiram aos colonizadores, procurando defender-se da invasão de suas terras. Em meados do século XIX, um índio da tribo Duwamish escrevia ao presidente dos Estados Unidos:

> *"Somos parte da terra e ela é parte de nós (...)*
> Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um lote de terra é igual a outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite e tira da terra tudo do que necessita. A terra não é sua irmã e sim sua inimiga, e depois de a conquistar ele vai embora (...)
> Sua voracidade arruinará a terra deixando para trás apenas um deserto (...)
> De uma coisa sabemos: a terra não pertence ao homem; é o homem que pertence à terra. Disso temos certeza. Todas as coisas

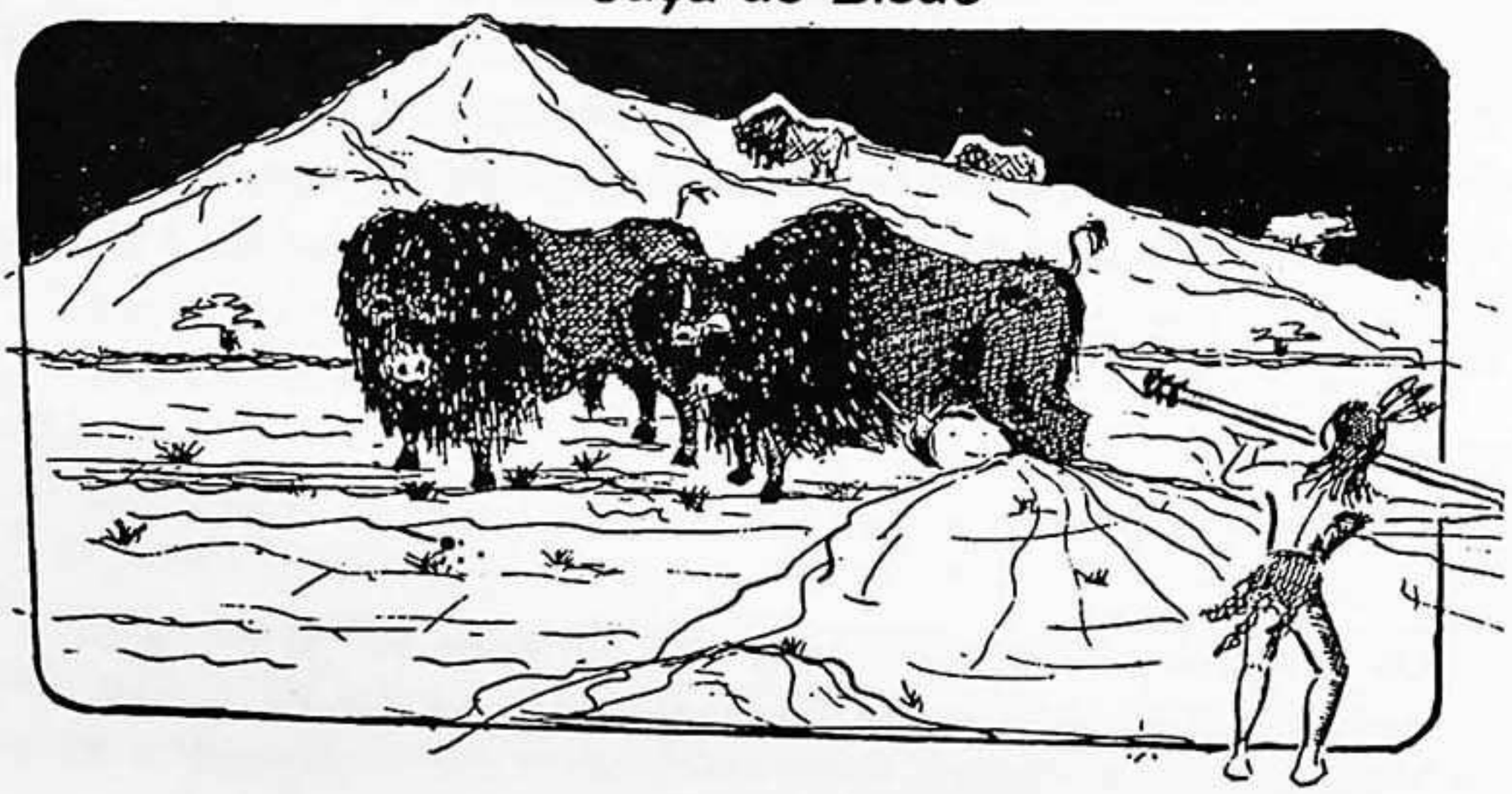
estão interligadas como o sangue que une uma família." (Trechos da carta do Cacique Seattle, 1855. *Pasquim*, nº 397, 1977.)

Em muitas regiões, os campos foram substituídos pelas florestas, e em partes antes bem irrigadas formaram-se áreas semidesérticas. À caça e à coleta primitivas somaram-se a exploração de moluscos no litoral e a coleta de sementes nas regiões semi-áridas, o que possibilitou maior sedentarização e complexidade cultural. Começaram a ser produzidos novos tipos de instrumentos de pedra, empregando-se o polimento.

Nas *áreas de florestas*, a caça e a coleta dominavam: consumia-se carne de veado e de coelho, e obtinha-se em abundância milho selvagem, abóbora e várias espécies de sementes. Entre os grupos das Florestas Orientais da América do Norte viviam os *iroqueses*, originariamente localizados a oeste do Mississipi inferior; mais tarde, estabeleceram-se nos Apalaches e alguns grupos chegaram ao litoral. Viviam da pesca, da caça e de uma horticultura rudimentar.

A base alternativa de subsistência para as populações do litoral foi constituída pela coleta de moluscos, que devido a sua regularidade permitiu que as comunidades litorâneas se tornassem mais estáveis e sedentarizadas. São testemunhos dessa atividade os *sambaquis* (restos arqueológicos formados de conchas, esqueletos e alimentos de populações) encontrados em grande quantidade ao longo do litoral do Pacífico (sudeste dos Estados Unidos, Peru, Chile) e do Atlântico (Brasil).

Caça ao Bisão



Em numerosas regiões, as formas de subsistência baseadas na caça e na coleta continuaram a desempenhar importante papel, mesmo após a adoção dos processos agrícolas (domesticação de plantas).

A *transição da coleta para a agricultura incipiente* processou-se na América entre 7000 e 4000 a.C., primeiramente na Mesoamérica (México), depois na Área Andina (Peru). É praticamente certo que foram processos locais autônomos; entretanto, alguns estudiosos acreditam que a área peruana sofreu influência dos mesoamericanos. Também se acredita que a descoberta da agricultura entre os povos coletores deveu-se às mulheres, encarregadas da atividade de coleta de sementes e raízes. O certo é que o processo de domesticação de plantas foi demorado, e somente a longo prazo se fizeram sentir seus efeitos sobre a organização social e o crescimento da população.

A lagenária (primeira planta cultivada), o algodão, o abacate, a pimenta, a abóbora, o amendoim, o feijão e o milho (este o alimento básico da maioria da população indígena) foram as plantas mais antigas a serem cultivadas. Na Área Andina, ao lado da agricultura, teve lugar a domesticação de animais (lhamas, abelhas).

A passagem para a atividade agrícola implicou a maior sedentarização dos grupos humanos, tendo por base a *aldeia*. A agricultura proporcionava maior regularidade no abastecimento, e assim, por volta de 2000 a.C., já havia comunidades estáveis, fixadas de modo permanente ou semipermanente, em vários pontos da América do Norte (*pueblos*, no Novo México), da Mesoamérica e da Área Andina.

Nas áreas semi-áridas, a irrigação foi fundamental para a expansão da agricultura. A adoção de técnicas de irrigação indica maior complexidade de organização social dos grupos humanos — os *pueblos*, que ocupavam a área do Deserto da América do Norte, embora influenciados pelas Altas Culturas da Mesoamérica, desenvolveram uma sociedade e cultura próprias, na área dos rios Colorado e Grande. Habitavam em abrigos sob a rocha e construções semi-subterrâneas, sustentadas por muros de adobe ou pedra, em forma semicircular, em cujo centro havia uma praça, onde se realizavam as cerimônias religiosas. Empregavam técnicas de irrigação (represas de água da chuva, canais) e possuíam práticas de cultivo intensivas (milho), confecção de tecidos de algodão, cerâmica etc.

"Como os altiplanos mexicano e andino possuem climas que variam

de temperados a subtropicais, muitas plantas ali domesticadas prestaram-se à adoção em regiões temperadas tanto no norte quanto no sul do continente. Em conseqüência, o milho, o feijão e a abóbora tornaram-se alimentação básica desde o nordeste da América do Norte até o Chile Central, antes do contato europeu. Nas terras baixas tropicais úmidas da América Central e do Sul, onde essas plantas eram menos produtivas, a ênfase foi colocada no cultivo de raízes, mais tolerantes a solos pobres e chuvas fortes. A mandioca é particularmente interessante." (MEGGERS, B.J., *op. cit.*, p. 53.)

A difusão da cerâmica, a partir de 3000 a.C., atesta o maior desenvolvimento das forças produtivas da maior parte das comunidades americanas. A cerâmica foi amplamente adotada, sinal de que as populações sedentarizadas já podiam e tinham necessidade de fazer reservas de alimentos, pois possuíam maior controle de suas provisões e de seu ambiente do que os antigos apanhadores de frutos e raízes. A auto-suficiência das aldeias era, entretanto, relativa: o isolamento das comunidades e suas poucas reservas faziam com que sua sobrevivência fosse seriamente afetada pelos fenômenos naturais (secas, inundações etc.).

Os grupos humanos também não eram estritamente sedentários. A procura de novos campos de cultivo levou ao contato entre eles. As tradições cerâmicas se difundiram e enriqueceram através desse intercâmbio. Tendo como ponto de partida o litoral (a cerâmica dos sambaquis), só mais tarde a técnica ceramista atingiu o interior.

A importância da cerâmica faz supor que os ceramistas seriam especialistas e provavelmente do sexo masculino. A esse nível de desenvolvimento técnico e econômico, que tornava possível e necessária a divisão do trabalho entre agricultores e artesãos especializados, a sociedade teve de intensificar a sua produção de excedentes para sustentar esses especialistas.

Os *chibchas* representam bem a cultura intermediária entre os caçadores e coletores nômades, e as sociedades agrárias desenvolvidas do México e do Peru. Destacaram-se os grupos localizados na Colômbia (chamados *muíscas*), que estabeleceram uma sociedade conhecedora do cultivo intensivo da terra, das técnicas da cerâmica e da metalurgia (ourivesaria). Dessa última deriva a bela lenda do El Dorado, encontrada em antigos relatos espanhóis: "Seres humanos, em geral crianças, eram sacrificados para apaziguar o Sol, celebrar vitórias, assegurar o sucesso nas batalhas e

em numerosas outras ocasiões. A cerimônia que inflamou a imaginação dos soldados espanhóis, entretanto, era praticada quando um novo chefe assumia o poder. Em tal ocasião, o iniciado era coberto com resina e envolto em ouro em pó. Fulgurante da cabeça aos pés, era levado em uma canoa ao centro do lago sagrado. Enquanto seus súditos lançavam oferendas à água, ele mergulhava para retirar o ouro, que permanecia no fundo do lago. A lenda do El Dorado parece ter-se originado desse espetacular rito chibcha. A tradição oral transformou El Dorado, de um homem dourado, em uma cidade dourada, escondida na extensa floresta tropical. A expectativa de riquezas fantásticas atraiu um número incontável de aventureiros à Amazônia (...)" (MEGGERS, B.J. *op. cit.*, p. 134.)

Ao que parece, a lenda do El Dorado ainda sobrevive, atraindo numerosos aventureiros estrangeiros à Amazônia, embora muito mais bem organizados e à procura de riquezas mais compensadoras do que o ouro que enchia os olhos dos antigos espanhóis...

Na época do Descobrimento, existiam no Brasil cerca de cinco milhões de indígenas, divididos em seis grandes grupos lingüísticos: tupi, guarani, gê, aruaque, tapuia e caraíba.

A unidade básica da vida social e política desses povos era a *comunidade de aldeia*, composta de famílias aparentadas formadoras dos clãs. *Não havia propriedade privada*, e o produto da caça e da pesca era repartido por toda a comunidade. Praticavam também uma rudimentar agricultura de subsistência (milho, mandioca). A chefia da comunidade de aldeia cabia ao dirigente máximo do clã mais poderoso, e tinha caráter hereditário. As práticas e crenças mágico-religiosas eram complexas, numerosas divindades representando as forças da Natureza: Sol, Lua, Trovão etc. Além do mais, nas diversas culturas indígenas havia mitos explicando a criação do Céu, da Terra, dos homens...

Atualmente, contudo, devem existir pouco mais de duzentos mil indígenas, divididos em aproximadamente duzentos grupos, falando 170 línguas distintas.

Cada um desses grupos possui sua própria história, organização social, religião, economia e instituições políticas.

Branco é pessoa muito triste. Talvez por isso ele faça tanto mal.
(Mário Juruna, cacique xavante)

Após a Conquista, os grupos indígenas americanos foram dizimados ou então expulsos das suas terras, ou ainda enfraquecidos e desorganizados, devido à sujeição ao trabalho forçado nas minas e plantações e às doenças européias. A violência dos conquistadores espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses foi responsável pela destruição de numerosas obras artísticas, pela exploração de milhares de indígenas, transformados em camponeses obrigados à servidão coletiva, e pela *marginalização crescente desses povos.*

O foco da violência e da exploração, entretanto, ainda está presente nas áreas onde os remanescentes indígenas lutam para preservar o pouco de terra que lhes resta, e nos lugares onde o problema da posse da terra pelos camponeses atinge o nível próximo da explosão social.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Apontar as principais características econômicas, políticas e ideológicas do modo de produção de comunidade primitiva.

2. Destacar o papel das relações de parentesco na comunidade primitiva.

3. Assinalar a importância da introdução da cerâmica no modo de produção da comunidade primitiva.

4. Comparar as culturas das áreas do Deserto, das Florestas e das Grandes Planícies da América do Norte, localizando-as no mapa "Culturas Indígenas".

5. Comparar o modo de vida dos grupos indígenas da América do Norte antes da colonização e na atualidade.

UNIDADE II — ONDE ANTERIORMENTE NÃO HAVIA MILHO, AGORA EXISTEM GRANDES COLHEITAS

As Sociedades Agrárias

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS PRINCIPAIS SOCIEDADES AGRÁRIAS

"Nunca serei capaz de dizer uma centésima parte do que se poderá falar a respeito delas" — afirmou o conquistador espanhol Fernão Cortez em 3 de outubro de 1520, em carta ao rei da Espanha, ao tentar descrever as maravilhas da capital asteca. À medida que os *adelantados* penetravam no interior do continente, surpreendiam-se com os tipos de sociedades que encontravam e com o alto nível de organização econômica, política e religiosa por elas atingido. Ainda hoje, à medida que se acumulam dados e hipóteses sobre as civilizações indo-americanas, revela-se aos historiadores, arqueólogos e outros estudiosos o alto grau de complexidade cultural atingido por esses povos.

As zonas em que se desenvolveram as chamadas *Altas Culturas* estão separadas geograficamente e possuem características ambientais distintas. A *Mesoamérica* compreendia o México e a América Central; nessa área desenvolveram-se as culturas formadoras dos maias e astecas. A

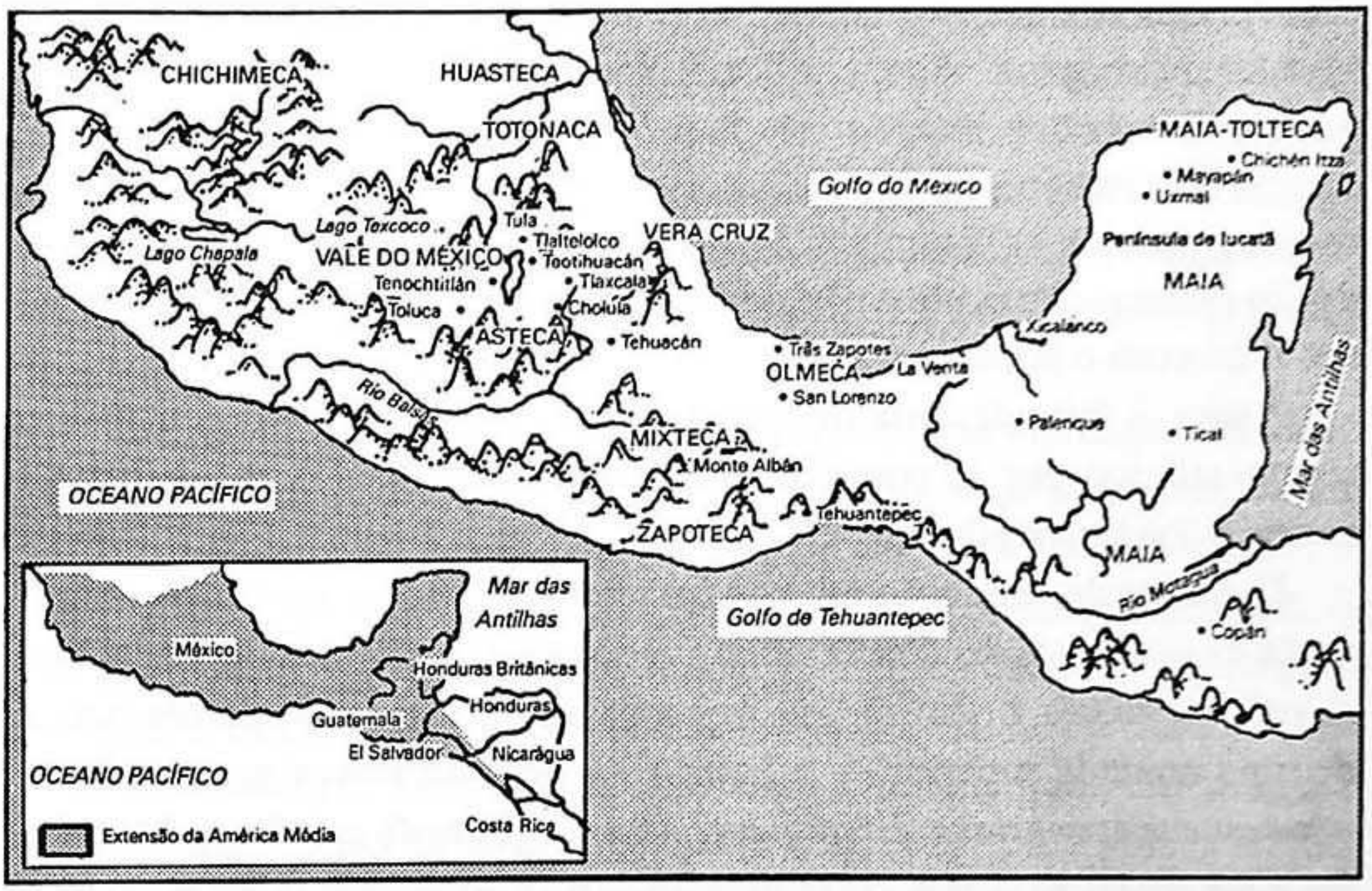
Área Andina correspondia à região hoje ocupada pelo Equador, Peru e Bolívia, onde floresceu a cultura inca. Milhares de anos formam a História desses povos, que chegaram a organizar complexos sistemas econômicos, políticos e religiosos, até os soldados e os padres espanhóis se encarregarem de convertê-los em mão-de-obra servil e à fé católica, ou então os dizimarem.

A Mesoamérica apresentou como traço característico a existência de numerosos grupos étnicos com culturas distintas e falando línguas não aparentadas. Terras baixas alagadiças, planaltos semi-áridos, vales férteis formam o cenário onde, durante cerca de quinze mil anos, viveram diversos grupos humanos, dos quais os mais importantes foram os *olmecas*, localizados na planície costeira do golfo do México; os *maias*, que ocuparam a península do Iucatã e os altiplanos e costas da Guatemala; e os *astecas*, nas regiões do Planalto Central mexicano e do golfo do México.

A Área Andina apresenta costas áridas, altitudes acima de 2.500 metros, densas florestas. O desenvolvimento cultural dessa região foi distinto, conforme a localização dos grupos humanos na costa ou no altiplano. Com a formação do Império Inca, após o primeiro milênio da nossa era, ocorreu o apogeu cultural da Área Andina.

A reconstrução do desenvolvimento cultural mesoamericano e andino indicou-nos a existência de *sociedades de classes*: agricultura intensiva, com o emprego de técnicas de irrigação e de terraços, tendo como produto básico o milho; divisão social do trabalho, com artesanato especializado e comércio desenvolvido; complexa organização política e administrativa; sistemas religiosos desenvolvidos; e notáveis realizações artísticas (arquitetura) e intelectuais, como os sistemas de escrita e de astrologia, a notação numérica e o calendário, as práticas medicinais etc. Características notáveis dessas sociedades foram a presença dos *centros urbanos* (cidades) e a coexistência de formas comunitárias de produção e de propriedade da terra pelo Estado, permitindo caracterizar o *modo de produção* dessas sociedades como de tipo asiático.

CULTURA DA MESOAMÉRICA



2. A NOÇÃO DE MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO

O lento processo de deterioração da comunidade primitiva, derivado do *crescimento das forças produtivas* — aumento da produção em todos os ramos, produção de excedentes, divisão do trabalho (separação entre agricultura e artesanato) —, engendrou, em sociedades muito diversas, um sistema de produção designado como asiático, hidráulico, tributário, de despotismo oriental ou ainda escravatura generalizada, ou então servidão coletiva. Nenhuma dessas denominações é, contudo, satisfatória. Por se tratar da *forma mais geral de evolução da sociedade sem classes para a sociedade de classes*, esse modo de produção estabeleceu-se em regiões muito diversas, asiáticas e não-asiáticas: na China, na India, no Egito, na África Negra e nas áreas indígenas da América, e também entre os maias, os astecas e os incas. Embora na maior parte das formações sociais, onde o modo de produção asiático foi dominante, as grandes obras hidráulicas desempenhassem importante papel econômico, esse fator não foi comum a todas as sociedades; além disso, refere-se apenas ao nível técnico do processo de produção agrícola. O termo tributário supõe, na melhor das hipóteses, uma forma de apropriação do produto excedente

sob a forma de imposto, mas não revela o caráter das relações de produção. A noção de despotismo oriental, criada por Karl Wittfogel, além de se valer de maneira não-científica e reacionária de conceitos marxistas por ele deturpados, refere-se tão-somente ao nível político dessas sociedades. Finalmente, as expressões escravatura generalizada e servidão coletiva prestam-se a numerosas incompreensões, pois o modo de produção asiático não pode e não deve ser confundido nem com o escravismo nem com o feudalismo.

Assim, à falta de uma denominação mais rigorosa, empregamos o termo asiático por se constituir na classificação mais bem aceita pela maioria dos historiadores.

O modo de produção asiático caracterizou-se pela existência *combinada de comunidades aldeãs*, onde predominavam formas de *propriedade comum do solo*, organizadas sobre a base das relações de parentesco, e de uma unidade superior — o Estado —, que *controlava os recursos econômicos e se apropriava diretamente de uma parte do excedente do trabalho e da produção* dessas comunidades. "A propriedade privada do solo não existe, e o indivíduo, enquanto membro de uma comunidade, tem direitos de uso e de ocupação." (GOLDELIER, M., *Sobre el modo de producción asiático*, Ediciones Martínez Roca, p. 30.)

A unidade de produção era a comunidade aldeã, reunindo pequenas e grandes famílias aparentadas, unidas pela posse comum dos meios de produção (terra). Assim, a terra permanecia propriedade comunitária — *não havia propriedade privada*. O que diferenciou as sociedades do tipo asiático das comunidades primitivas foi o aparecimento de uma classe de não-trabalhadores identificada com o aparelho de Estado, proprietário coletivo das terras, e uma classe de trabalhadores coletivos (camponeses) que, enquanto membros de uma comunidade de aldeia, conservavam a posse, isto é, os direitos de uso e ocupação do solo. Tratava-se, portanto, de uma forma de exploração de uma *classe dirigente* (não-trabalhadora) sobre uma classe trabalhadora, *inexistindo propriedade individual da terra*. O Estado tinha a *propriedade eminente* sobre as terras da comunidade — ou seja, a propriedade superior —, exercendo esse direito através da apropriação do produto excedente (cerca da metade, ou mais, da produção) das comunidades aldeãs, que conservavam a *posse efetiva* das

suas terras. O produto excedente era apropriado sob a forma do imposto coletivo, cobrado às aldeias pelos funcionários do Estado. A exploração da comunidade superior — o Estado — sobre as comunidades aldeãs também se dava ao nível da apropriação do trabalho gratuito dos camponeses, obrigados à realização de construções para a satisfação da aristocracia (palácios, templos etc.) e grandes obras públicas, notadamente as hidráulicas (trabalhos de secagem de pântanos, de irrigação, de construção de represas etc.).

"O Estado, uma vez convertido em proprietário eminente do solo, aparece ainda mais como a condição de apropriação pelas comunidades e pelos indivíduos dos meios naturais de produção. Para o indivíduo a posse da terra passa pela dupla intermediação da comunidade local, à qual pertence, e da comunidade superior, transformada em proprietária." (GODELIER, M., *op. cit.*, p. 23.)

A *economia* era basicamente *agrária* e fundamentada nas práticas agrícolas (agricultura de irrigação); no caso da América, a domesticação de animais (lhamas e porquinhos-da-índia) foi típica da Área Andina, refletindo inclusive no desenvolvimento do sistema de transportes. As práticas agrícolas envolviam numerosos cultivos, sendo o milho o produto básico. A agricultura intensiva nas áreas semi-áridas exigia complexos trabalhos hidráulicos, o controle de inundações, a estocagem da água para as épocas de seca etc. A realização dessas tarefas supunha a existência de mão-de-obra abundante, pois ultrapassava as possibilidades da comunidade aldeã. Uma das funções econômicas do Estado de tipo asiático era assegurar a execução das grandes obras públicas, através do recrutamento dos membros das comunidades agrárias obrigados ao trabalho coletivo para o Estado. O processo de produção agrícola também resultava de uma cooperação *entre os trabalhadores* envolvidos: o trabalho indistinto de cada indivíduo reaparecia em um *produto comunal.* Não existia, praticamente, a pequena produção individual (independente). A distribuição do produto agrícola obedecia a uma rede de relações complexas: uma parte ia para a comunidade, a outra era apropriada pelo Estado, sob a forma do imposto coletivo, e acumulada nos depósitos reais, para ser redistribuída a outras classes não-produtoras, ou então trocada ou vendida.

"Essa exploração das comunidades pelo Estado permite a mobilização de um 'excedente' ou 'sobreproduto' cuja entrega é exigida pelo Estado e pelos seus agentes. Trata-se geralmente de produtos agrícolas (em particular sob a forma de cereais), mas pode-se sem dúvida identificá-los com o trabalho gratuito fornecido pelos homens nas obras públicas. Este excedente tem um caráter duplo; é ao mesmo tempo a expressão de uma coação (é deliberadamente exigido pela força) e de uma disponibilidade (na medida em que as forças produtivas da comunidade aldeã permitam, conforme as possibilidades, transferir para o exterior este excedente da sua própria produção)." (CHESNEAUX, J. e outros, *O modo de produção asiático*, Seara Nova, p. 33.)

Nas comunidades de modo de produção asiático intervinha uma certa *divisão do trabalho social* — a separação entre o artesanato e a agricultura, realizada dentro das unidades de produção, que eram auto-suficientes: "Trabalho artesanal efetuado durante os tempos mortos do trabalho agrícola, especialização de certos membros da família (em geral as mulheres) em determinados trabalhos artesanais, existência de artesãos, ainda que estes permaneçam com bastante freqüência cultivadores especializados (ferreiro, oleiro) no interior da aldeia." (CHESNEAUX, J. e outros, *op. cit.*, p. 30.) A autarquia ou auto-suficiência das aldeias era, entretanto, relativa, pois certos gêneros, como sal, matérias-primas, produtos metálicos e outros, tinham de ser importados.

Esse ponto apresenta outro aspecto importante: o papel das trocas comerciais e da vida urbana nas sociedades asiáticas. As condições de existência das aldeias como unidades autárquicas de produção-consumo (auto-suficientes), vivendo em relativo isolamento, faziam com que as *trocas* se restringissem a *alguns gêneros complementares*, de que as comunidades locais não dispunham, e ao *excedente acumulado pelo Estado*. Não havia, por conseguinte, uma produção orientada para um mercado, o uso da moeda era limitado, a economia permaneceu de base natural. O comércio entre as aldeias era praticamente inexistente (todas produziam, geralmente, os mesmos gêneros agrícolas) e o comércio a longa distância era monopolizado pelo Estado. Assim, a cidade não constituía um mercado para a produção aldeã, não havendo vínculos entre a cidade e o campo, o que faz supor que, na maioria das sociedades de modo de produção

asiático, as cidades não cumpriam nenhuma função econômica importante, sendo muito mais centros administrativos e religiosos. A acumulação do excedente pelo Estado "permite o desenvolvimento das cidades e do comércio exterior. O comércio não é aqui a expressão de uma produção mercantil interior à vida das comunidades, mas a transformação do excedente em mercadorias (materiais raros, armas). O comerciante aparece como funcionário do Estado." (GODELIER, M., *op. cit.*, p. 24.)

A relativa estabilidade desses regimes essencialmente agrícolas, baseada no isolamento e auto-suficiência das aldeias, não deve ser confundida com estagnação econômica. O modo de produção asiático, como qualquer outro modo de produção, desenvolveu-se a partir das suas contradições internas: a contradição entre as formas comunais de produção e a apropriação direta do excedente por uma camada dirigente identificada com o Estado, e a tendência à passagem às formas de propriedade privada.

As comunidades de aldeia formavam unidades territoriais baseadas parcialmente nas relações de parentesco e de vizinhança, mas não eram completamente independentes, pois estavam integradas em um conjunto econômico mais vasto e submetidas à autoridade de um Estado. À medida que a organização gentílica (de parentesco) não mais atendia satisfatoriamente às novas necessidades surgidas do desenvolvimento das forças produtivas, a unidade das comunidades agrárias passou a ser realizada pela comunidade superior, ou seja, o Estado. O progresso das forças produtivas, que propiciou a existência de um excedente regular, tornou possível o *aparecimento de uma classe dominante* que explorava o trabalho das comunidades aldeãs, apropriando-se da maior parte do excedente produzido. Assim, nas formações asiáticas existia uma nítida *diferenciação social*: uma *classe de trabalhadores* e uma *classe de não-trabalhadores*, que assumia a forma de uma divisão entre a massa da população e o Estado.

As classes trabalhadoras compunham-se dos *camponeses*, habitantes das aldeias. As classes não-trabalhadoras eram formadas pelos *representantes do Estado*, ou seja, funcionários encarregados das funções de vigilância, planejamento e arrecadação do imposto coletivo. "A presença de outras classes dependentes dos fundos do Estado obtidos através do

imposto (o produto excedente), por exemplo, comerciantes, hábeis artesãos, servidores/clientes, sábios/sacerdotes etc., é um simples acréscimo que complica a divisão de classes básicas, mas não a muda. Essas classes vivem parasitariamente das rendas do Estado, isto é, do produto excedente extraído dos produtores diretos (...)" (HINDESS, B. e HIRST, P.Q., *op. cit.*, pp. 231 e 232.)

A existência de escravos, resultado das guerras de conquista, não modificava a forma de produção dominante. O uso do trabalho escravo limitava-se à exploração de minas, em benefício do Estado.

A transformação gradual do poder de função das aristocracias tribais em um poder de exploração conduziu, nas sociedades das áreas mesoamericana e andina, por exemplo, à *formação da sociedade de classes e do Estado*, sem destruir a antiga organização comunitária. Os relatos espanhóis chegaram a inventar um imperador para os astecas, o que, sem dúvida, é um exagero... Ora, segundo Engels, "uma função social está na base da dominação política; e a dominação política só subsistiu também enquanto desempenhou essa função social que lhe fora confiada". (GODELIER, M., *op. cit.*, p. 21.)

A interferência do Estado na produção dava-se, em geral, diretamente, através da organização da economia, especialmente a realização das grandes obras hidráulicas, o controle da rotação das terras, a orientação de certos setores da produção (trabalho nas minas, metalurgia), e, indiretamente, por meio da apropriação de parte da renda da terra, sob a forma do imposto coletivo cobrado às aldeias. Ao Estado também cabia desempenhar funções não-econômicas, como fiscalizar aldeias, manter os camponeses em submissão e proteger as comunidades locais contra os ataques de invasores estrangeiros. O exercício pelo Estado dessas diversas atribuições implicava a existência de um exército e de um corpo numeroso de funcionários. Em geral, *os agentes do Estado* constituíam uma *camada social fechada*, com funções hereditárias.

"A exploração dos camponeses e artesãos por uma aristocracia de nobres e de funcionários do Estado não é individual, pois, por um lado, a corvéia é coletiva e a renda da terra se confunde com o imposto e, por outro lado, tanto uma como outra são exigidas por um funcionário, não em seu nome, mas em nome de sua função na comunidade superior." (GODELIER, M., *op. cit.*, p. 24.)

Muitas vezes, os altos funcionários, as corporações de sacerdotes (templos) e a aristocracia se apossavam, através de doações ou outros meios, de parcelas de terra das aldeias, e passavam a explorá-las em seu benefício. Mas isso não modificava a relação fundamental de propriedade da terra. Não se tratava, ainda, de propriedade privada. Os membros dessa camada dirigente só detinham essa parcela de autoridade enquanto agentes do Estado.

A *ideologia* das sociedades de modo de produção asiático se expressava através de um *complexo sistema religioso*, que traduzia o mundo como um reflexo imutável da ordem superior, cósmica, identificada com o déspota. O homem, nessas sociedades, "parece ter sido considerado, no decorrer dos séculos, apenas como um humilde servidor de suas inúmeras divindades, e um importante auxiliar na gigantesca tarefa de manter o equilíbrio cósmico, a fim de assegurar a própria existência da comunidade. Assim, a Arte consiste na interpretação de mitos e a sua principal finalidade é criar a imagem dos deuses e confeccionar os inúmeros objetos necessários ao culto, pretendendo, sobretudo, dar expressão ao inexplicável, materializando as concepções mágicas e religiosas." (*Arte nos séculos*, volume IV, Abril Cultural, p. 920.)

O panteão religioso era formado por divindades com funções especializadas. Para que as relações entre os deuses e os homens fossem estáveis, grande parte do excedente artesanal e da arquitetura (pirâmides, palácios, templos) era dedicada aos deuses. Entre alguns povos, como, por exemplo, os astecas, os maias e os incas, faziam-se sacrifícios humanos. Havia um corpo de sacerdotes profissionais, com rígida e complexa hierarquia.

Calendários, para prever as estações — necessidade imposta pela agricultura intensiva —, e sistemas de astronomia, notação numérica e escrita atestam o desenvolvimento intelectual das sociedades das áreas mesoamericana e andina. As culturas desses povos denotavam sociedades estratificadas, divididas em governantes e governados, e simbolizavam a ruptura do clã e da sociedade baseada na dominância das relações de parentesco.

3. AS PRINCIPAIS SOCIEDADES DA MESOAMÉRICA

A. OS OLMECAS

A cultura olmeca, que se originou na costa sul do golfo do México (La Venta, San Lorenzo, Tenochtitlán, Três Zapotes), é considerada a primeira cultura elaborada da Mesoamérica, e matriz de todas as culturas posteriores dessa área.

Quem foram os olmecas? A sua antigüidade remonta à época em que na Europa, depois de invadirem Creta, os aqueus se preparavam para conquistar Tróia. Portanto, por volta do século XIII a.C., surgiu na América a primeira civilização, que durou até cerca de 100 a.C. As características marcantes do Império Olmeca — que se estendeu desde o México Ocidental até, talvez, a Costa Rica — foram a *escultura monumental* (colossais cabeças de pedra) e a presença de *centros cívico-religiosos* a que se subordinavam áreas periféricas (satélites).

Tem razão o historiador mexicano Ignacio Bernal em declarar que "para nós, americanos, ainda é melhor conhecida a vida de Roma que a de Tenochtitlán ou de Cuzco". Embora já se conheça razoavelmente bem a vida econômica e sócio-política dos astecas e incas, o mesmo não acontece com relação aos olmecas. Recentes pesquisas arqueológicas, realizadas em San Lorenzo, um dos principais centros olmecas e, provavelmente, o primeiro centro civilizado da Mesoamérica, nos dão conta da existência de colinas artificiais, com desaguamentos subterrâneos que funcionariam como sistemas para controle da água. A costa meridional do golfo do México é uma área pantanosa, irrigada por numerosos rios. Nesse ambiente tropical, os olmecas cultivaram milho, feijão e abóbora, complementando a subsistência com os produtos obtidos através da caça e da pesca.

Além de talhar monumentos gigantescos, feitos de pedra, os olmecas também destacaram-se no *artesanato do jade*. Nem pedra, nem jade existiam no litoral do golfo. Os olmecas iam buscar essas matérias-primas em regiões distantes. Como não conheciam a roda, nem possuíam animais de carga, a pedra era transportada em balsas, por via fluvial. A procura do jade deve ter servido como estímulo ao *comércio*, que se fazia

através de numerosas rotas. Acredita-se que a notável influência olmeca na Mesoamérica seja devida à extensão desse comércio.

A *organização social* dos olmecas era bastante desenvolvida. A população, espalhada pelo império, dividia-se entre uma minoria (sacerdotes, artífices de elite), que habitava os centros cerimoniais, e a maioria do povo — camponeses — que vivia nas aldeias.

Nos centros cerimoniais, como o de La Venta, havia altos cómoros, em forma de pirâmide truncada, construídos sobre grandes plataformas de terra, organizadas ao redor de *plazas*, segundo um plano sistemático. Esses montículos de argila eram rodeados de enormes fossas, onde foram encontradas máscaras religiosas profundamente enterradas. Ao que parece, os cômoros tinham *funções primordialmente funerárias.*

É de se supor a existência de Chefias ou Estados incipientes (como em Três Zapotes), devido à necessidade de supervisão e planejamento, além de recrutamento de numerosa mão-de-obra, para a construção das pirâmides, plataformas e aterros.

O *valor dominante do religioso* caracterizou a *arte* olmeca. A *escultura* era bastante desenvolvida: monumentais cabeças de pedra, com rosto redondo, lábios grossos e nariz achatado; estatuetas com formas humanas; e outras apresentando uma mistura de traços humanos e felinos (jaguar). Todas caracterizavam-se pela boca retorcida — típica da arte olmeca. São freqüentes as representações do jaguar, a principal divindade, sendo que o homem-jaguar representaria, provavelmente, o deus da chuva. Quanto à *pintura*, dela encontraram-se poucos exemplares, em locais distantes.

Sabe-se que tinham conhecimentos de *astronomia* — basta observar-se o traçado das suas cidades, obedecendo aos pontos cardeais (como La Venta) — e um calendário, pois foram encontrados, em alguns monumentos, registros de datas muito antigas. Também conheciam a *escrita* e possuíam *sistemas matemáticos.*

Muitos traços e tradições dos olmecas sobreviveram entre as diversas culturas que os sucederam, como é o caso das culturas dos maias e astecas.

B. OS MAIAS

Os maias — que ocuparam as planícies da península do Iucatã, quase toda a Guatemala, a parte ocidental de Honduras e algumas regiões limítrofes — constituíam povos que falavam línguas aparentadas, e elaboraram uma das mais complexas e influentes culturas da América. Alguns historiadores, para quem a Europa é o centro do mundo, chegaram a comparar os maias aos gregos, em termos de importância cultural.

Estes gregos do Novo Mundo possuíam uma economia agrícola baseada na produção do milho, considerado alimento sagrado, pois dele se teria originado o homem, segundo a mitologia maia. A *terra* era *cultivada coletivamente*, obrigando-se os camponeses ao pagamento do imposto coletivo. A caça e a pesca eram atividades complementares, sendo desconhecida a pecuária.

> "O povo miúdo fazia à sua custa as casas dos senhores (...) fazia todo o povo aos senhores suas sementeiras e se beneficiava delas e colhia em quantidade que bastava a ele e a sua casa; e quando havia caça ou pesca, ou era tempo de trazer sal, sempre dava parte ao senhor, porque estas coisas sempre eram feitas em comunidade (...) juntava-se também para a caça (...) e a carne do veado assa em grelhas para que não se altere, e vindo ao povoado faz seus presentes ao senhor e distribui com amigos, e o mesmo faz na pesca." (Diego de Landa, *Relación de las Cosas de Yucatán.* MORLEY, S.G., *La Civilización Maya*, Fondo de Cultura Económica, p. 200.)

A *organização social* dos maias ainda é, em grande parte, desconhecida. Entretanto, através do estudo da arte maia, sobretudo de sua pintura, pode-se caracterizar essa civilização como uma *sociedade de classes.* Uma elite (militares e sacerdotes) constituía a classe dominante, de caráter hereditário, que habitava os numerosos centros cerimoniais, circundados pelas aldeias onde vivia a numerosa mão-de-obra composta por camponeses submetidos ao regime da servidão coletiva. Os centros maias não eram apenas o lugar da administração e do culto, mas também

exerciam *funções comerciais*: trocas de produtos cultivados e de artigos de artesanato (objetos de ouro e cobre, tecidos de algodão, cerâmica), sendo *muito importante o ofício de mercador*. Havia ainda os escravos, cujas figuras apareciam em numerosos monumentos do antigo império maia. "Estas 'figuras de cativos' certamente são uma representação dos prisioneiros de guerra reduzidos à escravidão, ainda que possam representar também as pessoas de todo um povoado ou aldeia, coletivamente, melhor do que a um indivíduo em especial. Às vezes, os rostos dos prisioneiros são diferentes dos das principais figuras, diferença que possivelmente indica que os senhores pertenciam a uma classe hereditária especial." (MORLEY, S.G., *op. cit.*, p. 201.)

Politicamente, acredita-se que o governo maia fosse uma *teocracia*, exercida pelo *Halach Uinic*, de caráter hereditário, incumbido da política interna e externa, e do recolhimento do imposto coletivo das aldeias. Uma espécie de *conselho* assessorava esse governante. As chefias das aldeias eram exercidas pelos *Batab*, com jurisdição local e submetidos ao supremo governante, como, aliás, todos os habitantes das aldeias e os funcionários reais. Estas chefias locais poderiam ser constituídas pelas antigas aristocracias tribais, cooptadas pelo Estado para melhor afirmar sua autoridade sobre as aldeias. Havia ainda os *Nacom*, chefes militares eleitos por um período de três anos, que intervinham nos assuntos da guerra, organizando o exército; e funcionários menos categorizados, os *Tupiles*, que zelavam pela ordem pública.

Os maias, na verdade, nunca chegaram a constituir um Império: cada cidade, com suas respectivas aldeias, formava um Estado independente: Palenque, Copán, Tical e outras.

Do ponto de vista religioso, os maias acreditavam que o destino do homem era controlado pelos deuses, e, assim, toda a sua *produção cultural* foi nitidamente *influenciada pela religião*. A *arquitetura* era sobretudo religiosa. Utilizando, principalmente, pedra e terra como materiais, e trabalho forçado da numerosa mão-de-obra camponesa, construíram-se templos, de forma retangular, sobre pirâmides truncadas, com escadarias, e estendendo-se ao redor de praças. Também se edificaram palácios, provavelmente para a residência dos sacerdotes, em que os interiores, geralmente longos e estreitos, eram cobertos por uma falsa abóbada, característica desse tipo de edificação. Todas as dependências revestiam-

se de elaborada decoração — esculturas, pinturas murais, baixos-relevos —, geralmente representando cenas guerreiras ou cerimoniais (altos dignitários sendo homenageados ou servidos por súditos). A *escultura* em terracota foi outro exemplo notável da arte maia, enquanto a *pintura*, utilizando cores vivas e intensas, atingiu alto grau de perfeição.

A preocupação religiosa também estava presente nas realizações dos maias no campo do *registro do tempo*. "Uma das grandes realizações devidas aos sacerdotes foi o calendário da América Central. Todas as religiões se interessam pela determinação do tempo. Elas ligam o ciclo vital do indivíduo aos atos rituais que revivem periodicamente na sociedade e sincronizam este tempo social com a marcha do tempo cósmico." (WOLF, E., *Peuples et Civilisations de l'Amérique Centrale — Des Origines à nos Jours*, Payot, p. 84.)

O *calendário cíclico*, que abrangia um período de 52 anos, era um sistema complexo de contagem do tempo, agrupando três ciclos, com número diferente de dias e com múltiplas combinações. Esse calendário *orientava as atividades humanas e pressagiava a vontade dos deuses.* Os maias fizeram notáveis progressos na *astronomia* (eclipses solares, movimento dos planetas). Também adquiriram avançadas noções de *matemática*, como um símbolo para o zero e o princípio do valor relativo.

Embora não esteja ainda de todo decifrada, já se sabe que a *escrita* maia, considerada *sagrada*, não se baseava em um alfabeto: havia sinais pictográficos e *símbolos representando sílabas, ou combinações de sons.*

No que restou da produção literária, sobressai o *Popol Vuh*, livro sagrado dos maias, que contém numerosas lendas e é considerado *um dos mais valiosos exemplos da literatura indígena.*

Por volta do ano 900, o *antigo império maia* sofreu um *declínio de população,* e teria iniciado um processo erroneamente confundido com decadência. Alguns estudiosos atribuem o abandono dos centros maias à guerra, insurreição, revolta social, invasões bárbaras etc. De fato, os grandes centros foram abandonados, porém não de súbito. As hipóteses mais prováveis apontam para uma exploração intensiva de meios de subsistência inadequados, provocando a exaustão do solo e a deficiência alimentar.

A cultura maia posterior, fundindo-se com a dos toltecas, prolongou-se no *novo império maia* até a conquista definitiva pelos espanhóis.

C. OS ASTECAS

Por volta do ano 900, os *toltecas*, um povo do grupo lingüístico naua, estabeleceram-se na região do Planalto Central mexicano, fazendo de *Tula* a sua *capital*. Segundo antigos textos indígenas, os habitantes de Tula seriam descendentes dos grupos que abandonaram Teotihuacán, quando de sua decadência. Em Tula formou-se um novo centro cerimonial, seguindo-se a tradição mesoamericana: praças circuladas por plataformas de terra. Foi revivido o culto a Quetzalcoatl, divindade cujo nome foi adotado pelo filho de um dos primeiros personagens históricos de que se tem notícia na América Indígena — Mixcoatl. Segundo os textos antigos, Mixcoatl teria guiado os grupos nômades toltecas até a parte central do México. A sociedade tolteca também foi profundamente influenciada pela religião, que tinha em Quetzalcoatl o deus principal, representado pela *serpente emplumada*.

Através da arte dos toltecas, pode-se caracterizar a sua *sociedade* como *urbanizada e militarista*. A *arquitetura* apresentou um elemento inovador: construção do teto sobre vigas de madeira, sustentadas por colunas de pedra representando gigantescas figuras de guerreiros. A principal pirâmide (templo) de Tula, formada por cinco terraços sobrepostos, foi consagrada a Quetzalcoatl. Os toltecas também se destacaram na construção de palácios. Todas essas construções eram ricamente decoradas, o que demonstra a habilidade deste povo na *escultura* e na *pintura*: baixos-relevos simbolizando as diversas formas animais da divindade (águia, jaguar, coiote) e motivos de crânios decoravam as paredes; as pilastras de sustentação apresentavam figuras de guerreiros armados com escudos e propulsores de dardos; e relevos policrômicos representavam serpentes.

A partir do século XI, provavelmente empurrados pelas invasões de novos povos nauas, os toltecas deslocaram-se para a zona maia, na península do Iucatã, onde, talvez através de uma guerra de conquista, introduziram suas crenças religiosas e seus traços artístico-culturais, iniciando o período que se convencionou denominar de *Novo Império Maia*, combinação de elementos culturais maias e toltecas.

Na decadente cidade maia de Chichén-Itzá — que passou a liderar

uma Confederação de Cidades (Uxmal, Maiapã) —, foi erguido um famoso monumento, batizado de *El Castillo* pelos conquistadores espanhóis: uma pirâmide com 365 degraus (o mesmo número de dias do ano, o que demonstra o típico uso ritual da astronomia), que conduziam até um templo dedicado a Kukulcán (denominação maia para Quetzalcoatl). Outras realizações arquitetônicas em Chichén-Itzá foram o Pátio das Mil Colunas, perto de El Castillo, o Templo dos Guerreiros e o Templo do Jaguar. Neste antigo centro religioso, também reviveram os padrões da escultura maia, como nos relevos que decoram o Templo de Xochicalco, ao lado de elementos caracteristicamente toltecas, como a mitológica *serpente emplumada, o homem reclinado* ("chacmool") e outros.

Depois de praticamente três séculos de existência, Chichén-Itzá foi abandonada (cerca de 1200) devido, provavelmente, a lutas internas.

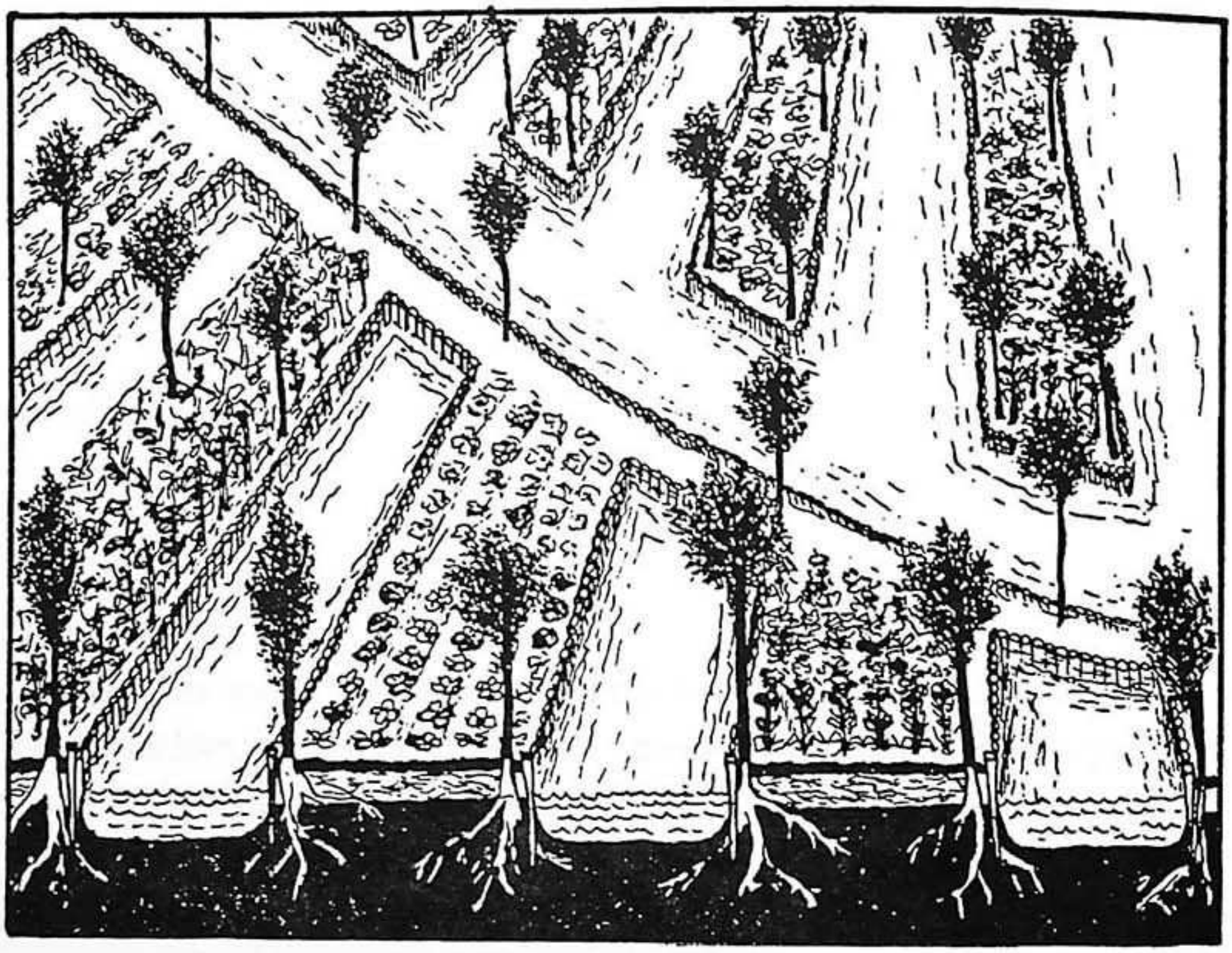
Os *astecas — ou mexica*, como se autodenominavam — estabeleceram-se no Vale do México depois de 1200. Como esse antigo povo nômade e caçador pôde chegar, em apenas três séculos, a dominar a maior parte do México e a constituir uma das mais importantes e complexas civilizações da Mesoamérica?

Ao chegar no Vale do México, partindo da legendária Aztlán (daí *asteca*), essa "tribo bárbara e primitiva" encontrou o território ocupado por outros grupos indígenas. Porém, em relativamente pouco tempo, os *astecas formaram um grande império*, baseado na conquista militar. Nos inícios do século XIV, fundaram a sua *capital — Tenochtitlán*, erguida em uma ilha do lago Texcoco —, ao redor do templo dedicado a Huizilopochtli (o Sol), deus da guerra. Quando os soldados de Cortez chegaram ao México, em 1519, maravilharam-se ante os canais, praças, mercados, pirâmides e palácios da capital asteca, então uma cidade com cerca de 200 mil habitantes, centro de um império que se estendia desde o norte do México até a Guatemala, ao sul, e do oceano Pacífico até o Atlântico. Evidentemente, a dominação asteca fez-se à custa das tribos vizinhas, subjugadas ou pela força militar, ou por hábil política diplomática, e obrigadas a pagar tributos.

"Nesta grande cidade [Tenochtitlán] (...) as casas se erguiam separadas umas das outras, comunicando-se somente por pequenas pontes levadiças e por canoas, e eram construídas com tetos terraceados. Observamos, ademais, os templos e oratórios das cidades adjacentes, construídos na forma de torres e fortalezas, e outros nas estradas, todos caiados de branco e magnificamente brilhantes. O burburinho e ruído do mercado (...) podia ser ouvido até uma légua de distância (...) Os artigos consistiam em ouro, prata, jóias, plumas, mantas, chocolate, peles (...) grande número de escravos homens e mulheres, muitos dos quais estavam atados pelo pescoço, com gargalheiras, a longos paus. O mercado de carne vendia aves domésticas, caça e cachorros (...) Outros locais na praça eram reservados à venda de artigos de barro, mobiliário doméstico de madeira (...) instrumentos de trabalho e vasilhame de madeira profusamente pintado (...) os mercadores que negociavam em ouro possuíam metal em grãos, tal como vinha das minas, em tubos transparentes, de forma que ele podia ser calculado, e o ouro valia tantas mantas, ou tantos *xiquipils* de cacau, de acordo com o tamanho dos tubos. Toda a praça estava cercada por *piazzas* sob as quais grandes quantidades de grãos eram estocadas e onde estavam, também, as lojas para as diferentes espécies de bens." (Bernal Díaz del Castillo, cronista espanhol. MEGGERS, B.J., *op. cit.*, pp. 96 e 97.)

A descrição anterior sugere que a sociedade era urbanizada: a *cidade* possuía *importância econômica*, funcionando como um escoadouro do excedente da produção do campo. Acredita-se, entretanto, que as trocas incidissem apenas sobre determinados gêneros ou artigos, não modificando fundamentalmente o padrão de produção-consumo da vida das aldeias.

A *base da economia* era a *agricultura*, e, ao lado do milho, o principal alimento, cultivavam-se o feijão, a abóbora, o tomate, o algodão e o tabaco. A domesticação de animais voltou-se sobretudo para cachorros e perus.



"Chinampas": reconstituição das pequenas ilhas artificiais para plantação.

Desprovidas de terras cultiváveis, as tribos astecas, para sobreviver, tiveram que criar engenhosos sistemas de irrigação, conhecidos como *chinampas* ou "jardins flutuantes": "A chinampa era, na realidade, uma pequena ilha artificial, feita por acumulação de lama das margens pantanosas do lago, que era mantida no seu lugar com um revestimento de juncos e, mais tarde, por meio de árvores cujas raízes mantinham a terra solidamente aglomerada. A água entrava por estreitas fendas, fazendo delas canais. Antes da plantação, adicionava-se sempre nova lama, de forma que a fertilidade da terra era constantemente renovada (...) converteram assim grandes seções de pântanos improdutivos, inundados na estação das chuvas, em um sistema de canais e campos cuja fertilidade só é igualada pelas terras do delta do Nilo." (VAILLANT, G.C., *Os astecas do México*, Editora Ulisséia, pp. 126 e 127.)

A *terra era possuída coletivamente* pela tribo e dividida pelos clãs, sendo por sua vez subdividida entre os chefes das famílias. Ao lado da terra comunal, onde todos trabalhavam e de onde se extraía o sustento

do chefe do clã, dos sacerdotes, dos militares e o imposto coletivo, havia parcelas de terras cultivadas separadamente pelas famílias. Essa forma de organização da propriedade da terra evidencia uma unidade de estruturas comunitárias e um *esboço de classe exploradora*: tratava-se de uma *primeira forma de sociedade de classes*, desenvolvida sobre uma base de antigas relações comunitárias.

O cultivo de plantas assegurava uma fonte de subsisténcia, complementada pelos produtos ocasionais obtidos pela caça. As comunidades de aldeia (*calpulli*) eram auto-suficientes. A economia tribal e doméstica cuidava de produzir o alimento, as ferramentas, o vestuário e tudo o que os habitantes da aldeia necessitavam para sobreviver, mas estava integrada em um vasto aparelho político-econômico, cujos membros constituíam uma verdadeira *classe dominante*. As comunidades de aldeia eram obrigadas ao pagamento da renda da terra, sob a forma do imposto coletivo, ao Estado, e os camponeses podiam ser recrutados para os trabalhos coletivos gratuitos (construção de estradas, edificações de templos etc.). A essa forma de exploração do trabalho chamou-se de *servidão coletiva*, que, como já foi visto, não supunha nem a escravidão pessoal do camponês nem a dependência deste a um indivíduo determinado.

O artesanato urbano e o comércio também foram muito importantes. Como o camponês geralmente não participava das relações de intercâmbio, desenvolveu-se nas aldeias o artesanato doméstico para consumo de cada família. Nas cidades, entretanto, apareceu um artesanato especializado: cerâmica, tecidos, utensílios e jóias eram trocados entre as cidades nos mercados urbanos.

"A permuta constituía o único meio de troca, e o valor era estabelecido pela raridade e pelo interesse do comprador. O dinheiro, como meio de troca de valor fixo, não existia. Contudo, algo tinha de ser encontrado que pudesse equilibrar uma desigualdade de troca, não sendo demasiadamente valioso para poder servir em trocas pequenas e sendo ao mesmo tempo de interesse geral. A semente de cacau satisfazia estas exigências, aliada à facilidade de transporte." (VAILLANT, G.C., *op. cit.*, p. 129.)

O comércio a longa distância, realizado pelos mercadores (*pochteca*), que constituíam uma classe especializada, incluía a troca dos artigos da costa (conchas, peles de jaguar, plumas, jade e cacau) pelos das terras

altas (roupas, ornamentos de ouro e cobre, objetos de obsidiana, cordas de fibra). Tanto os artesãos urbanos quanto os comerciantes reuniam-se em corporações, formando categorias distintas da população.

A *sociedade* era rigidamente *hierarquizada*: o governante, semidivino, situava-se no topo da pirâmide social, seguido pela aristocracia (chefes militares, sacerdotes e altos funcionários do Estado), artesãos de elite e comerciantes, camponeses e, por último, os escravos (prisioneiros de guerra, indivíduos que haviam sido punidos por crimes, ou vendidos pelos pais). A situação do escravo variava segundo as circunstâncias; por vezes, indivíduos sem terras, e que não tinham como se manter, assumiam a condição voluntária de escravos.

Devido às guerras constantes, e à conseqüente escassez de homens, a *poligamia era praticada*. A mulher ocupava uma posição social inferior à do homem, embora possuísse direitos definidos em lei. O casamento entre membros de um mesmo clã era proibido.

Do *ponto de vista político*, os astecas viviam sob uma *monarquia*, em que o *governante supremo*, ou *Tlacatecuhtli* (chefe dos guerreiros), tinha como função principal o comando dos exércitos; era, portanto, o supremo chefe militar, e cuidava da política externa.

A *monarquia* asteca era *de caráter teocrático e militar*. O *Conselho Supremo*, ou *Tlatocán*, a princípio formado por representantes dos *calpulli*, depois, em parte, por elementos escolhidos pelo soberano, era consultado sobre todas as decisões importantes e possuía funções judiciais e diretivas. Quatro grandes dignitários militares eram eleitos pela tribo para controlar as forças militares e formavam uma espécie de Conselho de Estado; entre eles era escolhido o supremo governante. O segundo dignitário em importância, após o chefe dos guerreiros, era o *Cihuacoatl* (*mulher-serpente*, nome que também designava a deusa da fertilidade), encarregado dos assuntos internos. Os altos funcionários do Estado eram eleitos quase sempre em uma mesma família ou linhagem, constituindo, por vezes, *dinastias*.

A natureza do poder político entre os astecas dá bem uma idéia da importância da guerra de conquista para o Estado. Os astecas nunca chegaram a constituir verdadeiramente um império, como o fizeram os incas do Peru. Pela força das armas ou através de hábil política diplomá-

tica, obrigaram numerosas tribos do Vale do México a lhes pagarem tributos, com a finalidade de sustentar as crescentes exigências das classes dirigentes. A guerra era também um meio de obter prisioneiros, destinados aos sacrifícios nos rituais em louvor às divindades: as chamadas *Guerras Floridas.* A guerra de conquista tinha, portanto, um *objetivo político-econômico e religioso.*

As *populações vassalas*, entretanto, *nunca foram incorporadas* e mantinham relativa independência. Com isto, essas tribos estavam sempre prontas a se revoltar, sobretudo devido à cobrança dos pesados tributos exigidos pelos astecas. "A teocracia asteca não se prestava a governar ou absorver os povos conquistados, embora com o tempo um mecanismo devesse ter-se desenvolvido. Embora os astecas recebessem tributos de uma vasta área, havia constantes revoltas e traições." (VAILLANT, G.C., *op. cit.*, p. 225.)

Desde meados do século XIV até princípios do século XVI, os diversos governantes — destacando-se Montezuma I, Tizoc, Montezuma II e Cuauhtemoc — esforçaram-se por promover uma política de expansão militar, sem realizar, contudo, a unidade político-territorial do México Central. Desse fato aproveitaram-se os conquistadores espanhóis para pôr fim à civilização asteca, em 1519.

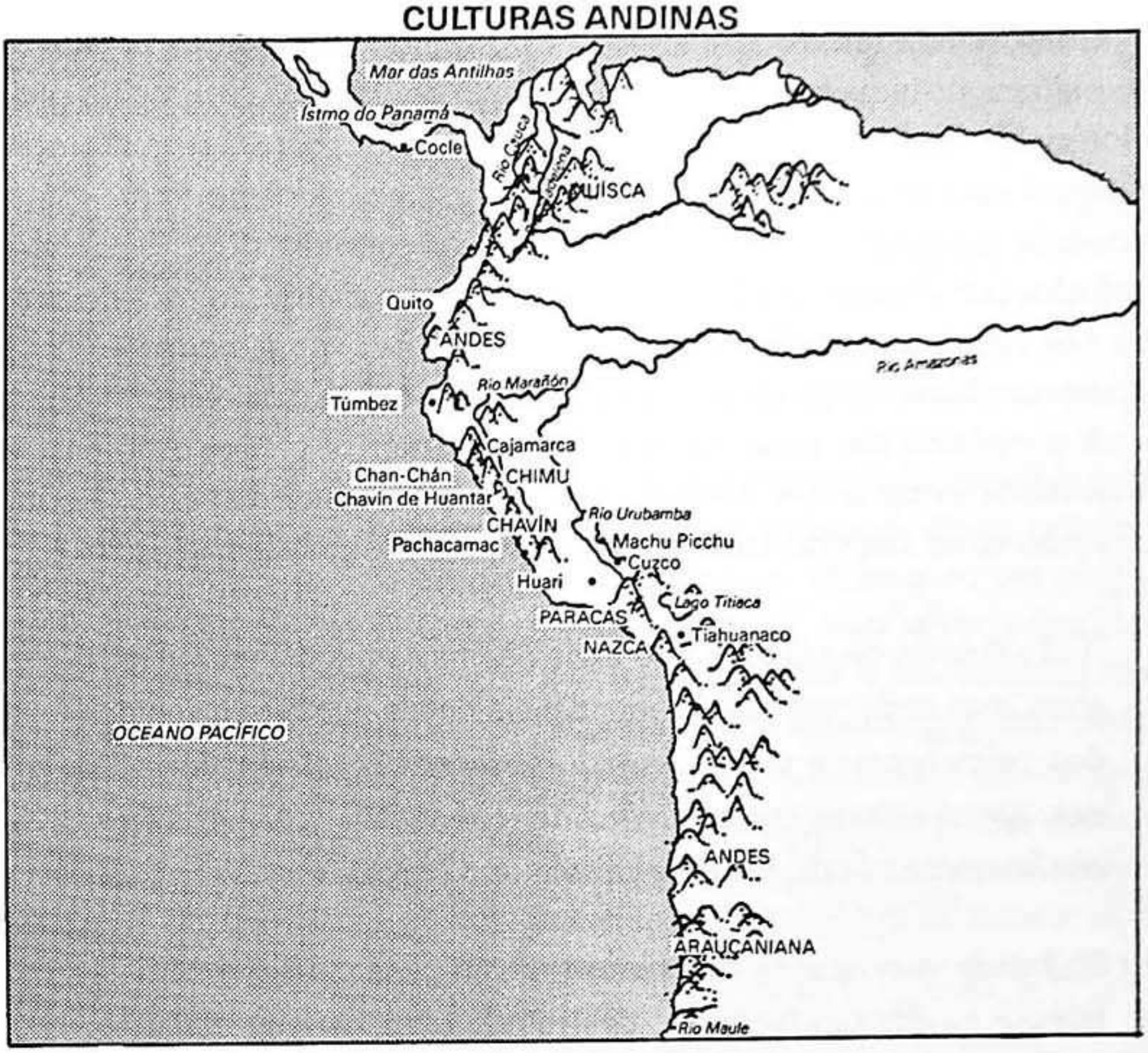
> *(...) outrora corpos animados de homens (...)*
> *comandavam os exércitos, conquistavam as*
> *províncias, possuíam os tesouros, saqueavam*
> *os templos. Exultavam no seu orgulho, sua*
> *majestade, sua fortuna, sua glória e seu poder.*
> *Elas são esvanecidas, estas glórias, como as*
> *terríveis fumaças vomitadas pelos fogos*
> *infernais do Popocatépetl. Nada, salvo algumas*
> *linhas de uma página, para as fazer voltar*
> *à nossa lembrança!*
>
> (Netzahualcoyotl, rei de Texcoco)

O *pensamento religioso* era o *dominante.* A complexa concepção do mundo sobrenatural obedecia à mesma estruturação da sociedade: uma

hierarquia de deuses, tendo entre as divindades importantes o deus da chuva, Tlaloc, que compartilhava os grandes templos com Huitzilopochtli, o deus da guerra; numerosos outros deuses, inclusive estrangeiros, tinham lugar no panteão (*teocalli*) asteca. A adoração do Sol também era uma parte importante da religião. Os sacerdotes guiavam e marcavam as cerimônias que obedeciam às prescrições rituais dos calendários e das estações. Os sacrifícios humanos tinham uma função ritual, para conduzir as forças da natureza a ações favoráveis aos homens. "A complexidade da religião mexicana se explica por aquela da sociedade e do Estado. Se ela reflete o mundo, se ela constitui uma explicação do mundo, deve-se bem ver que ela reflete antes de tudo a sociedade, ela mesma complexa, da qual ela era a expressão (...) Reconhecemos neste panteão multiforme as crenças e as aspirações de classes sociais diferentes e de povos distintos." (SOUSTELLE, F., *La Vie Quotidènne des Astèques à la Veille de la Conquête Espagnole*, Librairie Hachette, pp. 143 e 144.)

A maior parte das realizações artísticas foi destruída pelos espanhóis. Entretanto, pelo que restou, podemos avaliar a grande contribuição dada pelos astecas à cultura mesoamericana. A *arquitetura* e a *escultura* foram as principais manifestações no campo da arte. Os templos eram os monumentos arquitetônicos mais imponentes: tinham uma plataforma cujas vertentes inclinadas eram geralmente cortadas por terraços; escadarias, blocos de pedra esculpida, representando cabeças de serpentes, caveiras ou outras formas simbólicas, completavam o padrão dessas construções. A Grande Pirâmide de Tenochtitlán, o Palácio de Montezuma, a Pirâmide de Tenaiuca constituem exemplos notáveis da arquitetura. A *escultura* notabilizou-se pela estatuária religiosa, de concepção simbólica ou naturalista, em geral maciça e pesada, utilizando como materiais a pedra e o barro cozido. Também se destacaram nos trabalhos de mosaico. A Pedra do Calendário, onde se conta a história do mundo, constitui um exemplo da preocupação dos artistas astecas com os detalhes. Embora restem poucos exemplares da ourivesaria, pois quase todos os trabalhos em ouro foram fundidos pelos espanhóis, pode-se notar neles qualidade escultural. A *pintura* (iluminuras), quase toda perdida, devido à queima de milhares de manuscritos pelos conquistadores, representava cenas históricas e mitológicas.

CULTURAS ANDINAS



Os astecas possuíam uma *escrita pictográfica*, um *sistema numérico vigesimal* e um complicado *calendário solar* — composto de 18 meses de 20 dias cada um e mais um período de cinco dias complementares — que se combinava com uma sucessão ritual de dias (Tonalpohualli). Cada período de 52 anos completava um ciclo. Esse curioso tipo de contagem do tempo era a peça central da religião.

4. A ÁREA ANDINA: A SOCIEDADE INCA

A chamada Área Andina abrange o Equador, ao norte, quase todo o Peru atual, as terras altas da Bolívia e, ao sul, o litoral chileno. É uma região de grandes contrastes, com áreas desérticas próximas ao litoral, densas florestas, vales profundos e elevados altiplanos.

Constituindo um extenso império e possuindo uma notável organização política, os incas formaram uma das mais conhecidas civilizações pré-coloniais da América. Esse fato deveu-se, em grande parte, à circunstância de terem sido os incas que se encontravam estabelecidos no Peru, como sociedade dominante, quando aí chegaram os conquistadores espanhóis chefiados por Pizarro, em 1531. O fascínio que a civilização inca despertou nos cronistas espanhóis foi responsável pela *grande quantidade de documentos históricos* produzida nas fases da conquista e da colonização.

A propósito das áreas nucleares (Mesoamérica e Área Andina), é interessante notar o que escreveu o cronista Pedro de Cieza de León, referindo-se ao Império Inca, *antes e depois da conquista espanhola*:

> "(...) sabemos de muitos sítios onde não havia originalmente rebanhos, mas onde tem havido abundância desde que foram subjugados pelos incas; e outros *onde anteriormente não havia milho, mas agora existem grandes colheitas.*" (MASON, J.A., *As antigas civilizações do Peru*, Editora Ulisséia, p. 233.)

> "(...) onde quer que os espanhóis tenham passado (...) é como se tivesse havido um incêndio, destruindo tudo em seu caminho." (MEGGERS, B.J., *op. cit.*, p. 125.)

Os incas chegaram tardiamente ao altiplano peruano. Antes de 1200 não se ouve falar deles, e a partir dessa data até 1438 os relatos são fantasiosos. Numerosos mitos e lendas, tratando da origem divina dos incas, chamados de *Filhos do Sol*, foram, aos poucos, suplantando a tradição oral que contava o passado das mais antigas sociedades peruanas, em um processo semelhante ao que seria usado, mais tarde, pelos espanhóis, com relação aos povos indígenas americanos. A mais conhecida das lendas falava do mitológico imperador Manco Cápac ("Chefe Supremo"), considerado o fundador do império, e de sua irmã e esposa, Mama Oclla.

> "Tomai esta cunha — disse-lhes (o deus Viracocha) dando-lhes uma barra de ouro (...) —, golpeai com ela todos os lugares onde chegueis; naquele que ao primeiro golpe se fundir, estabelecei-vos para dar

início à vossa missão. Ensinareis aos homens o culto que me devem pelos benefícios que todo dia derramo sobre a Terra, e a obediência que terão, porque sois meus filhos e ide fazê-los felizes." (Trecho de uma lenda sobre a origem do Império Inca. POMAR, F.C. del, *El Mundo de los Incas*, Fondo de Cultura Económica, p. 15.)

A. A TERRA É DE QUEM TRABALHA...

Até 1438, *o modo de existência* dos incas deve ter sido semelhante ao dos povos vizinhos: a economia baseava-se em uma agricultura primitiva (batata, milho) e na criação de lhamas e alpacas. Ocupavam um pequeno vale fértil próximo de Cuzco, onde ergueriam, mais tarde, a sua capital, e estavam divididos em clãs (*ayllus*). O *ayllu* era o *núcleo social básico* do antigo Peru, formado por indivíduos aparentados, e a descendência entre os incas contava-se pela linha paterna. Cultuavam um antepassado mítico, e cada comunidade possuía *terras, pastos e bosques comuns. O trabalho era coletivo.* Como em qualquer comunidade primitiva, o chefe — *Sinchi* ou *Curaca* — possuía autoridade moral sobre os membros do grupo. O trabalho agrícola comum servia para manter este chefe (e a sua família) isento do trabalho dos campos.

O reinado de Pachacútec, iniciado em 1438, marcou o fim do período lendário dos incas. Durante o governo deste soberano, chamado "O Reformador do Mundo", os incas transformaram-se de simples cultivadores e pastores em um povo dominante na Área Andina, exercendo o seu *controle político e militar desde o Equador setentrional até o Chile central.*

Evidentemente, a passagem das aldeias agropastoris (comunidades sem classes e sem propriedade privada) para a complexa economia de um império implicou *transformações na antiga estrutura da sociedade*, a começar pela estrutura familiar. A comunidade de residência sobrepujou a de parentesco. Os *ayllus* conquistados, incorporados ou anexados voluntariamente ao império, "tornaram-se elementos relativamente sem importância em uma grande organização, em vez de entidades proeminentes na sua esfera provincial. Foram forçados a tomar parte em empreendimentos em que não tinham interesse, a contribuir com produtos ou trabalho para manutenção de projetos e pessoas distantes." (MASON J.A., *op. cit.*, p. 205.)

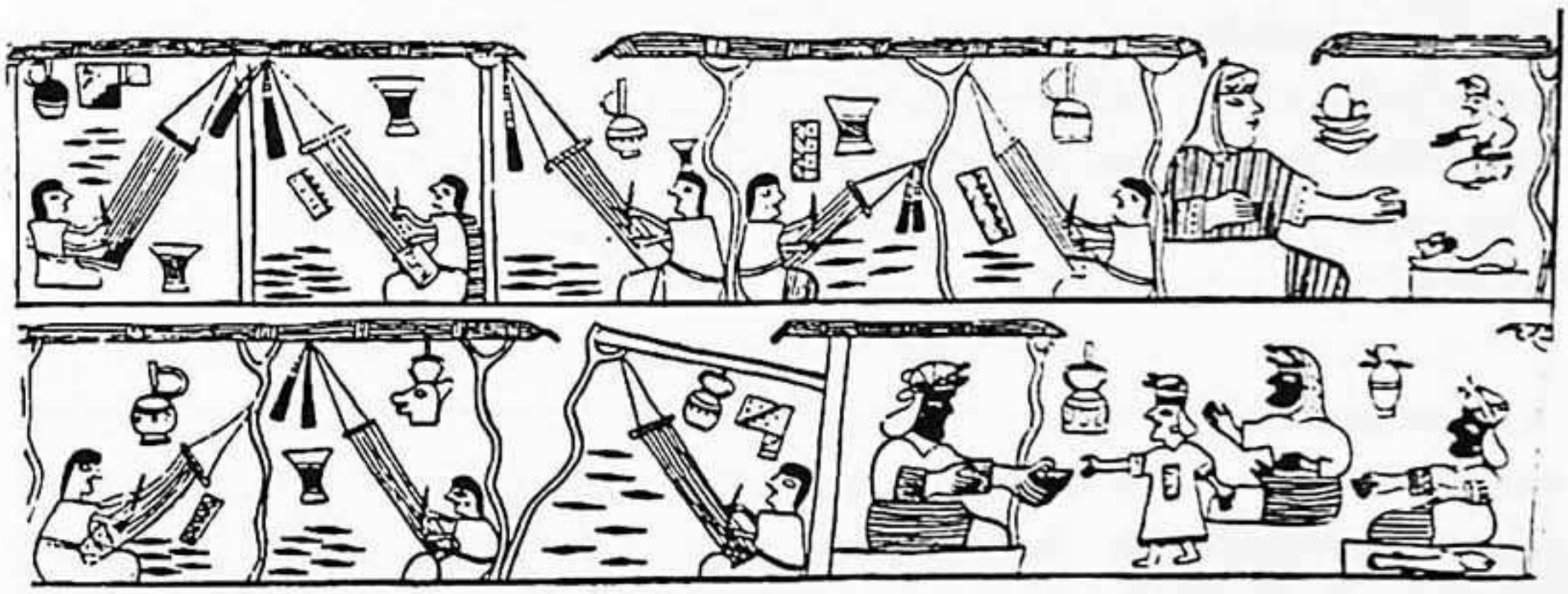
Além disso, os *ayllus* formaram alianças, confederações ou pequenos Estados. Novos *ayllus* eram criados devido ao deslocamento de populações inteiras. "Alguns historiadores afirmam que na época do império, o *ayllu* estava constituído em *pachaca*, unidade de cem famílias. Quando o número de membros supera a quantidade decimal estabelecida, o excedente é mobilizado para diferentes serviços. Isto é difícil de comprovar, visto que a divisão da população em grupos de cifras decimais só teria um fim administrativo." (POMAR, F.C. del, *op. cit.*, p. 25.)

No império, a *terra pertencia ao Estado*, assim como a maior parte dos rebanhos e as minas. Os camponeses dos *ayllus* trabalhavam coleti-

vamente a terra. Esta era dividida em propriedades do Estado (imperador), do Sol (sacerdotes) e da comunidade (*ayllu*). As terras comunais eram redistribuídas anualmente, pelos funcionários, a cada família, em lotes maiores ou menores, proporcionalmente ao número de membros. As terras do Estado e do clero eram cultivadas por todos os membros do *ayllu*, coletivamente, e em primeiro lugar; depois, cada família cultivava o seu lote. As colheitas do Estado e do clero eram reunidas em armazéns separados; as reservas do imperador serviam para a manutenção da aristocracia e dos funcionários do Estado, artesãos urbanos, soldados e outros grupos não ligados à terra; a numerosa classe sacerdotal era sustentada pelo excedente agrícola guardado nos seus armazéns. Os campos de criação de lhamas e alpacas eram divididos de maneira semelhante aos agrícolas.

O Estado redistribuía o excedente da produção agrícola entre a população, nos casos de crises e calamidades. O camponês praticava, além do trabalho agrícola, um artesanato doméstico: roupas, instrumentos de trabalho caseiros eram produzidos para consumo de cada família.

A exploração da massa camponesa pelo Estado se manifestava também pela instituição da *mita*, ou seja, a obrigatoriedade de fornecer trabalho gratuito nas obras públicas (construção de templos, canais de irrigação, estradas etc.) e nas minas. Os artesãos urbanos (tecelões, oleiros, ourives) e outros trabalhadores especializados estavam isentos da mita. Os produtos do artesanato urbano, em destaque os têxteis, destinavam-se ao *consumo restrito da aristocracia*.



Dessa maneira, cada comunidade ou *ayllu* era auto-suficiente, não participando das relações de intercâmbio. O comércio a longa distância envolvia artigos de luxo ou gêneros monopolizados pelo Estado (matérias-primas).

A inexistência de propriedade privada dos meios de produção e a propriedade estatal da terra, campos de pastagens, rebanhos, além do rígido controle econômico do Estado sobre a produção das aldeias, a realização das grandes obras coletivas e a centralização político-administrativa induziram à falsa idéia da existência de uma economia socialista entre os incas. Na verdade, *a existência de classes sociais dominantes* (chefes militares, altos funcionários e sacerdotes), sustentadas pela apropriação do excedente da produção e do trabalho dos camponeses das aldeias *afasta qualquer hipótese* mais séria da existência *de um sistema socialista* (que pressupõe a inexistência da exploração de uma classe por outra) entre os incas, cujas massas populares não se beneficiavam (ou se beneficiavam muito pouco) do que era produzido coletivamente. O mais correto é tentar compreender a economia inca dentro da noção de modo de produção asiático. Pretender conceituá-la como socialista é ignorar a articulação necessária entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas; é, no mínimo, querer colocar o carro na frente dos bois...

B. AS CLASSES SOCIAIS E O ESTADO

A sociedade inca estava *dividida em classes.* A personagem mais importante era o imperador — que recebia a denominação de *inca* —, proprietário nominal das terras do império. "O termo *inca* é ambíguo e, no uso corrente, é afastado de seu sentido original: *chefe*. O soberano do Peru era o inca por excelência, denominação igualmente conferida aos membros de sua família e às linhagens que lhe eram aparentadas. Ela foi estendida aos grupos aliados entre os quais se recrutavam os funcionários imperiais. A palavra *inca* pode então ser traduzida por *soberano* e por *nobre.*" (MÉTRAUX, A., *op. cit.*, p. 15.)

Os numerosos parentes do inca formavam a *alta aristocracia* — que os espanhóis chamaram de *orelhões* —, logo acrescida de outros indivíduos, de língua e costumes incas, que constituíam parte do corpo de altos funcionários do Estado. Ao lado da *burocracia administrativa*, e também desfrutando de vários privilégios (como a isenção do imposto e

do trabalho gratuito), encontrava-se o *clero* (sacerdotes), rigidamente hierarquizado e habitando os templos. Os sacerdotes mais graduados pertenciam, geralmente, à família do inca e compunham a outra parte dos funcionários importantes do império. Cuidavam dos templos, realizavam as cerimônias do culto e faziam adivinhações. As *Mulheres Escolhidas* serviam ao inca e à aristocracia, e as *Virgens do Sol* aos templos.

A aristocracia compreendia também os *curacas*, antigos chefes locais que haviam conservado a sua posição e mantinham sob seu governo um determinado número de indivíduos. Como todos os habitantes do império, estavam subordinados ao inca e dele dependiam.

Os altos funcionários do Estado recebiam doações (terras, lhamas) pelos serviços prestados. Entretanto, a terra, propriedade do Estado, era concedida apenas em *usufruto*: aquele que a recebia tinha o direito de usá-la e usufruir da sua produção, mas não de aliená-la. A aristocracia administrativa e religiosa, embora numerosa, formava a minoria da população.

Os artesãos profissionais, os militares, os contabilistas (*quipucamayoc*) e os escravos (*yanaconas*), que realizavam serviços especiais para aristocracia e os templos, isentos do imposto em trabalho (*mita*), compunham uma camada social heterogênea.

A massa da população era formada pelos camponeses, pertencentes aos *ayllus*, obrigados ao trabalho nas terras do Estado e do clero, e ao imposto em serviços, que se podia traduzir pela participação na construção das grandes obras públicas ou nos serviços militar, de correios ou de mineração. Durante o tempo em que realizavam o trabalho gratuito, o Estado cuidava do seu sustento.

Do ponto de vista político, o Estado inca era uma *monarquia teocrática*. O Sapa Inca, ou imperador, considerado como um deus, era o governante supremo, mas seus poderes sofriam *limitações impostas pelo costume*. Como *descendente direto do Sol*, gozava de numerosos privilégios: cultuado pela população, possuía um grande número de mulheres, além da *coya*, a esposa principal (geralmente escolhida entre uma de suas irmãs), e o seu sustento, e o de toda a sua família, era obtido pelo excedente produzido pelos camponeses. No palácio real, em Cuzco, trabalhavam numerosos servidores, fornecidos pelas aldeias próximas. Artesãos de elite produziam o vestuário, os ornamentos e o mobiliário utilizados pelo inca e pela aristocracia. Quando o governante morria, o corpo, após ser mumificado, era conservado no seu palácio.

Ponte pênsil em uma estrada inca, segundo ilustração da Época Colonial.

"Os atendentes ao serviço no palácio (...) não eram pessoas escolhidas ao acaso. Mas cada cargo era preenchido por nativos de uma aldeia especial, cujo dever era fornecer homens fiéis e eficientes em número suficiente (...) estes empregos eram muito apreciados entre os índios, pois lhes permitiam estar perto da

pessoa real, que era uma honra que muito estimavam. As aldeias que forneciam esses servidores eram as dentro de seis ou sete léguas da cidade de Cuzco e eram as primeiras que o inca Manco Cápac ordenou que se formassem com os selvagens que reduziu à submissão. Os habitantes delas, por esta especial graça, foram chamados incas e recebiam as insígnias e o traje da real pessoa (...)" (Garcilaso de la Vega, cronista do século XVII. MASON, J.A., *op. cit.*, pp. 218 e 219.)

O *inca* era o *comandante dos exércitos* e o *supremo legislador*, e o seu cargo era hereditário. Abaixo dele vinham, em ordem decrescente de importância: os governadores das quatro partes (*suyu*) em que o Império estava dividido, e que formavam um Conselho de Estado em Cuzco; os governadores de províncias, residentes nas capitais provinciais; os *curacas*, chefes das comunidades de aldeias, hierarquizados de acordo com o maior ou menor número de pessoas sob seu comando. Esses cargos político-administrativos, hereditários ou não, estavam sempre sujeitos à aprovação do inca. Com exceção dos *curacas*, antigos chefes de *ayllus*, os altos funcionários do Estado pertenciam geralmente ao círculo familiar do imperador.

A expansão inca exigiu um *complexo sistema administrativo*. O império foi dividido em quatro grandes partes ou *regiões* — daí a denominação *Tahuantinsuyu* (Terra das Quatro Partes) a ele aplicada. Cada uma dessas regiões subdividia-se em *províncias*, compostas, por sua vez, de um certo número de *ayllus*, variando a sua extensão territorial e o tamanho da população. Nos territórios conquistados — a maior parte do império — muitas vezes era mantida a antiga administração, desde que esta acatasse os padrões dos conquistadores incas. Dessa maneira, a aristocracia inca conseguiu manter, até a conquista espanhola, a sua hegemonia e dominação sobre um grande número de povos de diferentes línguas e costumes. O centro geográfico, político e administrativo do grande império era *Cuzco* (significa "umbigo"), a capital inca.

"Lá existiam grandes ruas, exceto que eram estreitas e as casas feitas todas de pedra (...) As outras casas eram todas de madeira,

> colmo ou adobe (...) Em muitas partes desta cidade existiam esplêndidas construções dos nobres incas, onde o herdeiro do trono fazia suas festividades (...)
> Como esta era a principal e mais importante cidade deste Reino, em certas épocas do ano os índios das províncias vinham até ela, alguns para construir edifícios, outros para limpar as ruas e distritos e qualquer coisa que lhes fosse ordenada (...) E como esta cidade estava cheia de pessoas estranhas e de estrangeiros (...) cada grupo se estabelecia em um local e distrito determinado pelos governantes da cidade. Observavam os costumes de seu próprio povo e vestiam-se de acordo com a moda de sua própria terra, de modo que, em meio a centenas de milhares de homens, cada grupo podia ser facilmente reconhecido pelas insígnias que usava sobre suas cabeças." (Pedro de Cieza de León, cronista espanhol do século XVI. MEGGERS, B.J., *op. cit.*, pp. 123 e 125.)

Numerosas *estradas*, percorridas pelos exércitos, pelas caravanas de lhamas e pelos mensageiros (correios) do imperador, *cortavam toda a extensão do império*, integrando as suas mais diferentes regiões e centralizando em Cuzco a administração mediante o rigoroso controle das províncias. Os *quipucamayoc*, funcionários especialmente treinados, mantinham os registros da população dos *ayllus*, dos impostos a pagar e dos recursos disponíveis.

As práticas de transplantes de população, muito utilizadas pelos dirigentes incas, também contribuíram para a unificação e o controle político do vasto império.

> "Os incas transplantavam índios de uma província para outra por razões especiais, algumas para o bem dos seus vassalos, e outras para seus próprios fins e para garantir os seus domínios contra insurreições. No curso de suas conquistas, os incas descobriram que certas províncias eram especialmente férteis, mas escassamente povoadas. Para essas províncias mandaram índios que eram nativos de outras com um clima semelhante (...) Também

removiam índios de regiões áridas e estéreis para outras férteis e prolíferas, com vista ao benefício dos que ficavam e dos que partiam; porque, sendo parentes, ajudar-se-iam uns aos outros com as suas colheitas." (Garcilaso de la Vega. MASON, J.A., *op. cit.*, pp. 234 e 235.)

C. UMA RELIGIÃO DO ESTADO

A principal característica da religião era o culto ao Sol — *Inti* — tornado o deus mais popular do império e considerado ancestral da dinastia real. Numerosos templos foram a ele dedicados, sendo o mais imponente o localizado na capital, Cuzco. O deus Sol era servido por grande número de sacerdotes e de Mulheres Escolhidas, algumas delas tornando-se Virgens do Sol, com juramento de castidade. Como todo povo que tem na agricultura a sua atividade básica, os incas adoravam, além do Sol, outras divindades da natureza: a lua, o trovão, a terra, o mar, as estrelas. O culto a *Viracocha*, o Criador do Universo, era praticado sobretudo pelas classes dominantes, interessadas na unificação política e religiosa do império — onde proliferavam numerosos cultos a divindades locais.

"A Viracocha, poder de tudo o que existe, quer seja macho ou fêmea,
Santo, Senhor, Criador da luz nascente. Quem és? Onde estás?
(...) Criador do homem,
Senhor, teus servidores com seus olhos maculados desejam te ver
(...)
O sol, a lua, o dia, a noite, o verão, o inverno não são livres.
Eles recebem tuas ordens, eles recebem tuas instruções (...)
Que esplendor!
Eu me prosterno diante de ti. Guarda-me, Senhor,
presta atenção em mim."
(Oração a Viracocha, recolhida por Cristóbal de Molina. MÉTRAUX, A., *op. cit.*, p. 121.)

Os incas possuíam numerosas *huacas* (lugares sagrados: montanhas, colinas, fontes, pilhas de pedras etc.), que acreditavam habitadas por espíritos, e as quais também eram objeto de culto. As práticas religiosas incluíam sacrifícios humanos, embora fossem mais comuns os de animais (lhamas, porquinhos-da-índia).

D. UM POVO DE CONSTRUTORES

A *arte* inca era, principalmente, *utilitarista*. Na arquitetura, os incas revelaram-se como os grandes construtores da América. Utilizando-se da pedra, do bronze ou da argila, ergueram edifícios particulares e públicos — casas, palácios, templos, fortalezas —, além de aquedutos e canais. Cuzco, com seus templos ricamente ornamentados e seus diversos palácios; a fortaleza (ou local de refúgio) de Sacsahuamán, feita com grandes blocos irregulares de pedra, sobrepostos com notável equilíbrio; e Machu Picchu, importante centro urbano localizado nas montanhas, próximo ao rio Urubamba, com seu conjunto de plataformas e edificações acompanhando o relevo, constituem *notáveis exemplos arquitetônicos.* Os longos muros de pedra talhada, e as paredes dos palácios e templos, como as de Coricancha (o Templo do Sol em Cuzco), provocaram admiração dos cronistas espanhóis.

> "Em toda a Espanha eu nunca vi nada que se possa comparar a estas paredes..."
>
> (Pedro de Cieza de León, *Crônica do Peru*. MEGGERS, B.J., *op. cit.*, p. 123.)

O transporte dos grandes blocos de pedra e a construção dos edifícios eram realizados *sob a direção do Estado*, explorando o *trabalho gratuito da numerosa mão-de-obra camponesa.*

Restam poucos exemplares da escultura inca. Sabe-se, através das descrições dos espanhóis, que havia numerosas peças de ouro — reproduções de vegetais (espigas de milho), animais (lhamas) e figuras humanas, tigelas, potes, vasilhas etc. A maior parte da produção escultórica foi reduzida a barras de ouro, enviadas para a Espanha... A escultura em

pedra e a decoração arquitetônica eram raras. Algumas figuras geométricas decoravam as peças de cerâmica. A pintura reproduzia pequenos animais, aves e insetos.

Os incas não tinham escrita, mas elaboraram um engenhoso e complexo sistema de registros numéricos chamado *quipu*. Este consistia em um cordão do qual pendiam vários cordéis, de cores diferentes, onde eram feitos diversos nós. Utilizando-se de um código, especialistas eram adestrados para memorizar as cores e as posições correspondentes às regiões representadas, aos tipos de produtos armazenados, ao recenseamento da população humana e de rebanhos, e assim por diante.

Um *calendário lunar* dividia o ano em doze meses, e a astronomia era pouco desenvolvida.

E. O CANTO DOS MORTOS

Morro a morte
mais longa
A espantosa morte de um continente
Morro há séculos
No corpo dos povos
Exterminados

(Pedro Tierra)

O império inca não teve longa duração. Enfraquecido por lutas internas, foi *alvo da avidez dos conquistadores espanhóis*, que tudo fizeram para saqueá-lo física e culturalmente. Ao desembarcar em Túmbez, em 1531, Pizarro e seus soldados trouxeram a morte e a desolação aos povos andinos. Decorridos alguns séculos da Conquista, vozes corajosas fazem-se ouvir contra a dominação estrangeira — agora de outro tipo e com outro caráter —, que ainda marca a sua presença em grande parte do continente americano. Vozes que seguem o exemplo precursor de José Gabriel Tupac Amaru, que, no final do século XVIII, liderou uma revolta contra os espanhóis e pagou com a vida pela sua ousadia.

> "(...) vendo o jugo forte que nos oprime com tanto peso, e a tirania dos que exercem esta função, sem ter consideração pelas nossas

> desditas, exasperado por elas e por sua impiedade, determinou sacudir o jugo insuportável e conter o mau governo que experimentamos (...)" (Proclamação de Tupac Amaru, 1780. POMAR, F.C. del, *op. cit.*, p. 195.)

O desaparecimento da maior parte das culturas indígenas da América, de seus valores originais e modos de existência, representou a violência do conquistador sobre um continente inteiro. Os descendentes desses grupos indígenas, majoritários em alguns países (México, Peru, Bolívia, Paraguai) e minoritários em outros (Argentina, Brasil), vivem, hoje, sob condições de exploração e miséria: ou como camponeses, constituindo massa pobre e numerosa da população, ou como seres marginalizados do processo social, em vias de extinção. Esses grupos lutam para preservar a sua condição de seres humanos, e para retomar aquilo a que têm direito: a terra onde vivem e trabalham, pois a que lhes pertenceu no passado já passou para outras mãos...

A história esquecida desses povos, porém, não foi apagada, pois, como diz Huxley, "os fatos não deixam de existir por serem esquecidos"...

Retorno à terra
— alma de meu povo
Sem paz. Com as armas
de meu uso
defendendo sua memória enterrada.
Retorno à terra
e dela retiro minhas armas
o barco, a borduna
o canto dos mortos.

(Pedro Tierra)

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Indicar as áreas onde se desenvolveram as Altas Culturas e as suas diferenças geográficas, localizando-as nos mapas Culturas da Mesoamérica e Culturas Andinas.

2. Caracterizar o modo de produção asiático quanto às suas estruturas econômica, político-jurídica e ideológica.

3. Assinalar o papel dos olmecas na cultura mesoamericana.

4. Analisar sucintamente os principais aspectos do Antigo Império Maia.

5. Explicar o regime de propriedade e posse da terra na sociedade asteca.

6. Correlacionar a estrutura de poder entre os astecas com a sua estrutura religiosa.

7. Discutir a idéia da existência de uma economia socialista entre os incas.

8. Caracterizar a economia inca e o papel do *ayllu*.

9. Caracterizar a sociedade inca do ponto de vista das classes sociais e do poder político.

10. Estabelecer uma comparação entre a situação social dos camponeses incas e as massas indígenas da América Latina depois da Conquista.

Parte II

NÓS, EUROPEUS, TAMBÉM GOVERNAMOS PELO TERROR E PELO MEDO

As sociedades coloniais

O QUE VAMOS ESTUDAR

"Estamos no mais selvagem dos países e em meio à gente mais selvagem que já vimos" — afirmou um dos comandantes da expedição de Fernão Cortez, em 1524, em um comentário nada lisonjeiro sobre a terra e o povo da região da Guatemala.

Com efeito, para os europeus do início da Idade Moderna, vivendo a época do Renascimento, o Novo Mundo descoberto pelo obstinado genovês Cristóvão Colombo devia se lhes afigurar um "país selvagem". Dizer, como alguns, que a *América*, tanto a do Sul quanto a do Norte, *é uma criação da Europa* significa ter uma *visão falseada da realidade histórica* dessa parte do mundo, significa conceber a história dos povos colonizados exclusivamente em função do colonizador europeu. O espanto e a estranheza dos conquistadores da América explicam-se, se for levado em conta o ambiente cultural com que se depararam ao ampliarem e aprofundarem a conquista. Vindos de sociedades em que o capital mercantil começava a se tornar dominante, em que se realizava a passagem de uma economia feudal para uma de tipo capitalista, os primeiros conquistadores defrontaram-se com uma América em que predominavam *regimes de comunidade primitiva*, em desintegração, é ver-

dade, mas em que era desconhecida a propriedade privada da terra e o trabalho era coletivo. Vindos de Estados em processo de centralização monárquica, os europeus aqui encontraram comunidades em que o poder político confundia-se com a autoridade moral ou religiosa do chefe supremo. Tendo em vista o aumento da religiosidade com a Reforma, não é de estranhar que causassem escândalo aos padres católicos as práticas religiosas tão diferentes dos indígenas americanos, como as Guerras Floridas dos astecas...

"Certo dia, Colombo penetrou na cabana de um índio e o viu ajoelhado, rezando diante de um símbolo de madeira pintado em cores vivas. Repentinamente o ídolo abriu a bocarra e soltou um urro medonho. O índio caiu por terra e se retorceu de medo. Indo averiguar a causa, Colombo descobriu um feiticeiro, escondido entre a folhagem, diante de um longo tubo acústico de bambu.

O feiticeiro caiu de joelhos diante de Colombo e suplicou-lhe não revelar o segredo, dizendo ser o temor o único meio de conter os selvagens.

Colombo repetiu: — Medo! *Nós europeus também governamos pelo terror e pelo medo.* Quando surgirá afinal a era do amor, da paz e da compreensão mútua?" (ZIERER, O., *História da América*, 1º volume, Editora Vozes, p. 91.)

Mas os conquistadores defrontaram-se também com outro tipo de sociedade, de organização mais complexa do que a referida acima. É o caso dos chamados impérios asteca e inca e da civilização maia, que possuíam uma desenvolvida economia agrícola, que criava, inclusive, excedentes de produção, usados para o abastecimento das camadas superiores dessas sociedades e até mesmo para o comércio. Sociedades em que era dominante o *modo de produção asiático*, em que havia classes sociais, Estados centralizados e de administração complexa, mas em que também *não havia propriedade privada da terra*: esta pertencia ao deus, identificado com o chefe supremo — a que os espanhóis chamaram imperador —, mas a posse da terra cabia às comunidades indígenas (*ayllus*, entre os incas, *calpullis*, entre os astecas), que a cultivavam coletivamente para a sua própria subsistência e para o sustento do governante,

dos sacerdotes e das demais camadas aristocráticas da sociedade. Como vimos na Parte I, tratava-se de um *sistema de servidão coletiva*, bem diferenciado do sistema feudal, de servidão pessoal, a que estavam submetidas as massas camponesas da Europa.

Ao entrarem em contato com estes dois tipos de sociedades — as *comunidades primitivas* e as de modo de produção asiático — na América, distintas foram as reações dos colonizadores segundo as circunstâncias históricas que dirigiram a ocupação e o povoamento do continente.

Na América tropical e subtropical, nas áreas onde predominava o modo de produção de comunidade primitiva, uma vez constatada a inexistência de metais preciosos ou de produtos altamente valorizados no mercado europeu (como as especiarias das Índias), e sendo do interesse do capital mercantil a montagem da empresa colonizadora, os europeus começaram a desenvolver uma agricultura de produtos tropicais, sobretudo a cana-de-açúcar e o tabaco, organizada no sistema de *plantations*, isto é, grandes propriedades (latifúndios) monocultoras, cuja produção, baseada no trabalho escravo, era dirigida à exportação. Nessas áreas — Brasil, Antilhas — não havia interesse nem possibilidade de o capital mercantil manter um sistema de feitorias (como havia sido feito na África e Ásia Oriental), nem de utilizar a mão-de-obra (os indígenas desconheciam praticamente a agricultura e se tornava difícil organizá-los para o trabalho), e nem de incentivar a emigração branca, mesmo porque a Europa Ocidental do século XVI, devido à sangria populacional sofrida nos séculos precedentes, não contava com população suficiente para povoar as novas terras. Além disso, o capital mercantil tinha interesse em utilizar a *escravidão africana*, uma das maiores fontes de acumulação primitiva de capitais na época que precedeu a Revolução Industrial do século XVIII...

Já nas áreas onde o modo de produção asiático era dominante — México, países andinos —, os interesses do capital mercantil e da política mercantilista foram grandemente favorecidos pela descoberta de valiosas reservas de ouro e prata, e um modo de organização coletiva do trabalho indígena que possibilitava adaptar-se ao tipo de exploração colonial que os europeus desejavam empreender na América. Não foi necessário organizar *plantations*, nem tampouco importar mão-de-obra africana. Bastou adaptar instituições da Europa feudal, como a *enco-*

mienda, às formas de servidão coletiva existentes na América antes da chegada dos europeus. A servidão do índio *encomendado* não era a de um indivíduo, mas de uma comunidade inteira, que era concedida a *encomenderos*, mediante *repartimientos*, isto é, contingentes de índios para serem utilizados como mão-de-obra na agricultura.

Nas colônias inglesas que hoje formam parte do Sul dos Estados Unidos — Virgínia, Maryland, as Carolinas, Geórgia — ocorreu o mesmo processo colonizador das demais regiões tropicais da América (com exceção da área onde os espanhóis encontraram metais preciosos). Formaram-se grandes unidades produtoras (*plantations*), trabalhadas pelo braço escravo africano e voltadas para o mercado externo.

Assim, na maior parte da América formaram-se as chamadas *colônias de exploração*, que caracterizaram o processo de colonização européia no novo continente e deram origem a uma sociedade e a uma economia de tipo inteiramente novo: nem o escravismo clássico, nem o feudalismo europeu, mas um *modo de produção colonial* feito para atender às diretrizes de pólos externos, ou seja, a política mercantilista e os interesses do capital mercantil.

Foram completamente diferentes a ocupação e o povoamento das *áreas temperadas da América*. Se excluirmos o Chile e os países platinos (Argentina e Uruguai), que levaram certo tempo para significar alguma coisa do ponto de vista da colonização, veremos que as colônias temperadas da América inglesa — a Nova Inglaterra — possuem uma história que diverge, pelas suas circunstâncias econômicas e políticas, do projeto mercantilista da burguesia européia — isto é, enriquecer a metrópole à custa da colônia.

A colonização da parte central e do Norte do que viria a ser mais tarde os Estados Unidos desenvolveu-se fora das práticas mercantilistas e dos interesses do capital mercantil. Embora os colonos a princípio se dedicassem à caça (peles), à pesca, à extração de madeiras, cedo essas atividades foram subordinadas a uma base mais estável e ampla: a *agricultura de produtos temperados* (trigo) para consumo local, e uma diversificada *atividade manufatureira* (bebidas, construção naval), além de um lucrativo *comércio direto* com as Antilhas. Os imigrantes das colônias inglesas eram indivíduos que, por motivos políticos, religiosos ou econômicos, pretendiam formar na América justamente uma Nova Inglaterra:

um lugar onde pudessem desfrutar de liberdade política, religiosa e econômica, o que lhes era vedado ou dificultado na Inglaterra do século XVII. Na América, tornaram-se grandes ou pequenos proprietários, ou assalariados livres, ou pequenos produtores independentes. Tratava-se, portanto, de uma colonização *de povoamento*, diferente da colonização de exploração predominante na maior parte do continente americano.

A sociedade que se constituiu nas áreas setentrional e central dos Estados Unidos atuais era, pois, *extremamente diferenciada* e gozava de *grande autonomia*, o que teria reflexos por ocasião do processo de independência. Ao contrário das colônias inglesas do Norte e do Centro, as áreas coloniais do Sul dos Estados Unidos e as da América Espanhola, Portuguesa e Francesa estavam *diretamente subordinadas às metrópoles*: funcionavam como áreas complementares da economia européia, fornecendo os gêneros tropicais, como o açúcar, o tabaco, o cacau; os metais preciosos, atendendo ao princípio mercantilista de que a riqueza da nação dependia da quantidade de ouro e prata que ela possuísse; e importando os manufaturados (sobretudo ingleses), os cereais, o azeite, o vinho e os escravos africanos, mercadorias que eram vendidas nas colônias a alto preço, ou trocadas por gêneros coloniais, que, por sua vez, eram produtos de grande valor no comércio internacional... Através desse mecanismo, garantido pelo regime do *monopólio colonial* — a colônia só podia comerciar com a metrópole —, a burguesia européia criou um circuito em que se verificou a *transferência de riqueza das colônias para as metrópoles* e, assim, essa mesma burguesia, ou o Estado Nacional, acumulou capital mercantil. Desenvolveram-se as forças produtivas na economia européia e acelerou-se a transição para as novas relações capitalistas de produção.

Assim, o *sentido da colonização* não foi o de trazer benefícios ou progresso para as áreas coloniais, fazê-las conhecer a civilização ou a cultura. *A colonização verificou-se em função de interesses econômicos do Estado absolutista e da burguesia européia*, através da aplicação da política mercantilista: produzir riquezas nas colônias, a baixo custo, e transferi-las para a metrópole, onde serviriam para reforçar a autoridade do Estado nacional, através do aumento das suas rendas, permitindo-lhe aparelhar exércitos para as guerras na Europa e para impor-se à nobreza feudal; e para o investimento do capital acumulado com o comércio nas atividades

des manufatureiras, expandindo o controle do Estado sobre a economia. O grande intermediário nas relações entre colônia e metrópole era a *burguesia*. Não é por coincidência que Colbert, um dos teóricos do Mercantilismo francês, era um burguês...

Mas as colônias também tinham a sua dinâmica interna. À medida que aumentou a exploração econômica, desenvolveram-se as forças produtivas coloniais, alterou-se o equilíbrio metrópole-colônia, cresceu a luta de classes existente desde os primórdios da colonização. Levantando-se em armas contra o colonizador europeu, os povos americanos tentariam livrar-se da pesada herança colonial...

UNIDADE I — COMEÇOU A ENTRAR ÁGUA NA CABEÇA DOS HOMENS

A Conquista e a Colonização Espanhola na América

1. BUSCANDO CATAI, CHEGARAM À AMÉRICA

Quando a Espanha iniciou sua expansão marítima e comercial em fins do século XV, viu-se obrigada a realizar expedições que, utilizando o Atlântico Norte, navegassem pelo Ocidente para atingir o Oriente.

O mundo não é tão grande como diz o povo.

(Cristóvão Colombo, em carta de 1503 aos Reis Católicos)

Tal fato explica-se pelas dificuldades criadas pelos portugueses, que, ao longo do século XV, haviam estabelecido pontos de ocupação no litoral africano do Atlântico, visando impedir a navegação de outros concorrentes que velejassem por aquelas paragens em busca de um caminho marítimo para as Índias.

Assim foi que, partindo do porto de Palos, uma frota comandada pelo genovês Cristóvão Colombo e composta pelas caravelas *Santa Maria, Pinta* e *Niña* tinha missão de chegar a Catai (região setentrional da China) e a Cipango (denominação dada por Marco Pólo ao Japão).

Antes de partir, Colombo assinara com os Reis Católicos (Fernando de Aragão e Isabel de Castela) um contrato: as *Capitulações de Santa Fé*. Este documento, firmado em abril de 1492, concedia a Colombo os títulos e cargos de almirante, vice-rei, governador e capitão-geral de todas as terras e ilhas que descobrisse ou por outros fossem descobertas cumprindo suas determinações. Esses títulos e poderes eram vitalícios e hereditários. Recebia também o dízimo das riquezas encontradas nas terras sob sua jurisdição e participação nos lucros provenientes da comercialização dos produtos importados.

Tão amplas concessões evidenciavam que a Coroa espanhola não imaginava fosse o genovês descobrir novo continente, cujas riquezas sustentaram a hegemonia espanhola no século XVI.

Em 12 de outubro de 1492, dois meses após a partida de Palos, a expedição atingiu uma ilha que os indígenas denominavam *Guaanani*, batizada por Colombo com o nome de *São Salvador*. Acreditava Colombo ter chegado a terras insulares próximas ao continente asiático. Na realidade, a ilha pertence ao *arquipélago das Bahamas*.

Supondo estar próximo de Catai e Cipango, os navegadores prosseguiram viagem e descobriram novas ilhas que chamaram de Santa Maria de la Concepción, Fernandina, Isabela e Joana. Nesta última, a atual Cuba, constatou-se a existência de ouro. Antes de retornar à Europa, a frota atingiu o norte do Haiti, que recebeu o nome de La Española e onde se fundou o forte de Navidad.

De regresso à Espanha, Colombo desembarcou em Portugal (março de 1493), sendo recebido por D. João II, que afirmou caberem as terras recém-decobertas à monarquia portuguesa em virtude de direitos assegurados por diversas bulas pontifícias: a *Etsi suscepti* (1442) do papa Eugênio IV, por exemplo, concedera a Portugal o domínio sobre as ilhas do Mar Oceano (antiga denominação do oceano Atlântico). Além do mais, o Tratado de Alcáçovas (1479) delimitara as navegações atlânticas dos ibéricos e atribuíra a Portugal o domínio sobre terras e ilhas situadas aquém de um meridiano passando ao sul das ilhas Canárias.

2. A PARTILHA DO MUNDO E A REVELAÇÃO DO NOVO MUNDO

Ao mesmo tempo em que nova expedição partiu de Palos (1493), comandada mais uma vez por Colombo e tendo como objetivo estabelecer uma feitoria nas terras que se supunham asiáticas, a Coroa espanhola desenvolveu intensa atividade diplomática. Junto à monarquia portuguesa, os Reis Católicos afirmaram seus direitos sobre as terras descobertas a ocidente e protestaram contra o envio de poderosa frota àquelas terras, que D. João II dizia lhe pertencer. Junto ao papa Alexandre VI, os reis católicos obtiveram diversas bulas, assegurando um fundamento jurídico que lhes reforçava o direito de propriedade sobre as terras recém-descobertas, contestado pelo governo português.

Uma primeira bula *Inter coetera* (3 de maio de 1493) dava aos Reis Católicos e seus descendentes direitos sobre as terras achadas ou que viessem a ser atingidas no futuro, desde que não pertencessem a algum príncipe cristão.

A bula *Eximiae devotionis*, da mesma data, concedeu aos reis espanhóis privilégios idênticos aos oferecidos anteriormente à monarquia portuguesa.

Pela segunda *Inter coetera* (4 de maio de 1493), o papado outorgava à Espanha todas as ilhas e terras descobertas, ou por descobrir, a ocidente de uma linha de pólo a pólo que passava cem léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde e dos Açores.

A bula *Dudum siquidem*, vulgarmente chamada de *ampliação das doações*, de setembro de 1493, "estabelecia que, no caso de capitães e emissários de Espanha, navegando para Ocidente e Meio-Dia, aproximando-se do Oriente, aí acharem terras firmes e ilhas, também estas ficariam pertencendo aos reis de Castela, Leão, Aragão e aos seus sucessores (...) por essa bula ficaram revogadas até mesmo as garantias antes asseguradas a Portugal (...)" (VIANNA, H., *História do Brasil*, volume I, Edições Melhoramentos, p. 32.)

Os Reis Católicos, apesar de garantidos por tão amplas concessões pontificais, acabaram negociando um tratado com Portugal, cujos dirigentes adotavam atitudes belicistas, que poderiam levar a novo conflito na Península Ibérica.

Pelo *Tratado de Tordesilhas*, originalmente chamado de Capitulação da Partição do Mar Oceano (1494), resolvia-se a controvérsia mediante verdadeira *partilha do mundo entre Portugal e Espanha*: à Coroa portuguesa pertenceriam as terras situadas aquém de um meridiano traçado de pólo a pólo e passando 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde; à Coroa espanhola ficariam as terras localizadas além do referido meridiano.

Gostaria que espanhóis e portugueses me
mostrassem onde está o testamento de Adão,
que dividiu o mundo entre Espanha e Portugal.

(Francisco I, rei da França)

Evitou-se, assim, o conflito entre as monarquias ibéricas, permitindo-se o prosseguimento da expansão ultramarina que empreendiam. Já então uma *segunda expedição* (1493-1494), comandada por Colombo, continuava a explorar as ilhas antilhanas, sempre consideradas como sendo partes da Ásia Oriental. Na ilusão de estar próximo a Catai, Colombo aportou em diversas ilhas, sabendo da existência de riquezas minerais e tendo os primeiros conflitos com os caribes. A expedição fundeou em La Española, onde se constatou a destruição do forte de Navidad pelos nativos. Outro núcleo de povoamento foi estabelecido: batizado com o nome de *Isabela* em homenagem à rainha, constituiu o *primeiro município* espanhol no Novo Mundo.

Após determinar a exploração do interior da ilha, buscando riquezas minerais, Colombo prosseguiu viagem para oeste, descobrindo a Jamaica e velejando pelo litoral meridional de Cuba.

Ao retornar a La Española, Colombo encontrou-a em má situação. "As condições econômicas eram difíceis. Os espanhóis, ainda não adaptados à agricultura indígena, estavam revoltados por terem arriscado a vida para trabalhar na terra, pois tinham emigrado seduzidos pela perspectiva da riqueza fácil. Os nativos constituíam um problema novo e extremamente complexo. A experiência adquirida nas ilhas iria ser futuramente muito útil para a colonização do continente. Os índios das Antilhas (...) tinham má vontade com os intrusos que haviam cometido inúmeras violências (...)" (LOBO, E.M.L., *Processo administrativo ibero-*

americano (Aspectos sócio-econômicos — Período Colonial, Biblioteca do Exército Editora, p. 100.)

Para a Coroa espanhola, os empreendimentos ultramarinos vinham apresentando magros rendimentos. Em abril de 1495, os Reis Católicos concederam a liberdade de descobrir e comerciar nas Índias àquele que solicitasse tal permissão. Anulavam-se, em parte, privilégios antes outorgados a Colombo. Sabedor do ocorrido, o genovês retornou à Europa para defender seus direitos. Antes de partir, porém, fundou Nova Isabela, conhecida como Santo Domingo, situada em região mais ao sul de La Española.

Na Corte, Colombo conseguiu que fossem confirmados os privilégios anteriormente recebidos e, em maio de 1498, empreendeu *terceira viagem* ao Novo Mundo. A expedição descobriu a Ilha de Trinidad e velejou pelo litoral da Venezuela, antes de aportar em La Española, onde parte dos colonos havia se revoltado. O conflito, que comprometia a colonização recém-iniciada, provocou a intervenção da Coroa, sendo Colombo preso e remetido à Europa.

"Não só o seu fracasso como administrador colonial, mas até o seu êxito como descobridor depunham agora contra ele. A magnitude de suas conquistas, excedendo tudo que os soberanos haviam sonhado, induziu-os a fazer cortes nos compromissos assumidos. Foi perdoado por Fernando e Isabel, mas, como havia dado provas de incapacidade administrativa, nunca mais lhe foi devolvida a autoridade política. A partir desse dia foi tratado pelos Reis Católicos apenas como Almirante, nunca como Vice-Rei ou Governador. Foi, também, gradualmente despojado do monopólio da exploração ocidental que lhe concedia o contrato primitivo." (DOZER, D.M., *América Latina — Uma perspectiva histórica*, Editora Globo, EDUSP, p. 38.)

Colombo ainda comandou uma *quarta viagem à América* (1502-1504), sempre acreditando navegar em mares do continente asiático. Descobriu a ilha de Martinica, velejou próximo ao litoral do Panamá e de Honduras e, após tocar diversas ilhas antilhanas, retornou à Espanha, onde morreu sem saber que descobrira um novo continente.

O contraste entre as riquezas transportadas pelas embarcações portuguesas que retornavam do Oriente e os minguados rendimentos proporcionados pelas terras ocidentais exploradas pela Espanha levou os

Reis Católicos a multiplicar concessões a inúmeras expedições visando a atingir Catai ou Cipango. Entre outras, citam-se as realizadas por Alonso de Ojeda, Pedro Alonso Niño, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, que, entre 1499 e 1502, percorreram áreas setentrionais da América do Sul, antes de explorar o litoral da América Central e penetrar no Caribe.

Da expedição de Ojeda (1499-1500) participaram o cartógrafo Juan de la Cosa e o piloto florentino Américo Vespúcio. Ao retornar à Espanha, de la Cosa publicou um mapa, que é o mais antigo documento cartográfico dos descobrimentos espanhóis na América. Vespúcio, por sua vez, realizou outras viagens ao continente americano, inclusive a serviço da Coroa de Portugal; nos seus escritos, enviados a Lourenço de Médicis (dirigente de Florença), Vespúcio descreveu as terras por ele atingidas, afirmando pertencerem as mesmas a um *novo continente*.

> "Estas regiões podemos, certamente, denominá-las novo mundo porque não as conheceram nossos ancestrais, sendo algo inteiramente novíssimo para aqueles que delas agora ouvem falar." (Trecho do relato de Américo Vespúcio. ELLAURI, O.S. e BARIDON, P., *História Universal — Época Moderna*, Editorial Kapelusz, p. 48.)

A divulgação dos relatos de Vespúcio, publicados com o título de *Mundus Novus* ("Novo Mundo"), foi conhecida pelo geógrafo alemão *Martin Waldseemüller*, que escreveu um compêndio astronômico e geográfico — *Cosmographiae Introductio* — onde propõe o nome de América às terras do novo mundo descrito pelo navegador florentino.

> "Mas agora que essas partes do mundo foram amplamente estudadas e outra quarta parte foi descoberta, por Américo Vespúcio (como se há de ver adiante), não vejo razão para que não a chamemos de *América*, ou seja, a terra de Américo, seu descobridor (...)" (Trecho da *Cosmographiae Introductio*, MORALES PADRÓN, F., *Manual de História Universal — Historia General de América*, tomo V, Espasa-Calpe, p. 214.)

O compêndio de Waldseemüller também continha um mapa-múndi onde a palavra América foi colocada sobre as regiões do continente que começava a ser explorado. Com o tempo, o topônimo América acabou prevalecendo para designar o novo mundo descoberto por Colombo.

Aos poucos, na Espanha, cresceu o número de cientistas e navegadores (como Juan de la Cosa, Vespúcio e outros) que acreditavam ter Colombo incorrido em erro ao afirmar serem asiáticas as terras por ele descobertas. Suspeitava-se de que o *Novo Mundo*, na realidade, fosse um *obstáculo entre a Europa e a Ásia Oriental.* A suspeita foi confirmada quando Vasco Núñez de Balboa atravessou, por terra, o istmo do Panamá ou Darién, como era então chamado, e descobriu o *oceano Pacífico* (1513).

As expedições espanholas ganharam nova diretriz: impunha-se encontrar uma passagem navegável para ultrapassar a *América* ou *Índias Ocidentais*, denominação adotada pelos espanhóis para diferenciar o Novo Mundo das Índias Orientais. Dentre outras mencionam-se as viagens de Juan Ponce de León, penetrando pela bacia do Mississipi (1513), e João Dias de Solis, que explorou o estuário do Prata (1515). Embora a expedição de Fernão de Magalhães (1519-1522), após costear todo o litoral da América do Sul e atravessar o Pacífico, descobrisse novo caminho marítimo para as Índias Orientais, as riquezas minerais reveladas com a conquista do Império Asteca fizeram os espanhóis interessarem-se prioritariamente pelo continente americano.

3. E A CONQUISTA REALIZOU A PROFECIA

E eu vejo que o Reino em breve será destruído
Terá fim do México a soberania!
Eis que me afasto e choro
por ter decretado a este país
ser subjugado e totalmente aniquilado.

(Antigo canto fúnebre mexicano)

A. OS FOCOS DE IRRADIAÇÃO DA CONQUISTA

Iniciada desde a segunda viagem de Colombo, a Conquista resultou de empreendimentos que, sem obedecer a uma planificação sistemática, apresentaram-se estreitamente correlacionados: o descobrimento e a exploração de um território precediam a sua conquista que, uma vez concretizada, preparava as bases da colonização. Desse modo, a conquista e a colonização estabeleciam núcleos de ocupação permanente que serviram de centros irradiadores de novas expedições de conquista.

Nesse processo, o *foco inicial* foi a ilha de La Española (*São Domingos*), onde foram implantados os primeiros centros populacionais, destacando-se a cidade de Santo Domingo (atual Trujillo), fundada por Bartolomeu Colombo (1496). O afluxo de milhares de espanhóis para Santo Domingo, convertida em capital das autoridades coloniais, permitiu que dela partissem expedições de exploração, conquista e colonização das ilhas antilhanas e parte das terras do continente. Dentre outras, mencionam-se a conquista de San Juan de Porto Rico (1508), da Jamaica (1509) e de Cuba por Diego de Velásquez (1511). Com o tempo, *Cuba acabou superando Santo Domingo* devido a sua melhor posição estratégica. Embora as Pequenas Antilhas estivessem conquistadas por volta de 1516, inúmeras delas foram abandonadas pelos conquistadores atraídos pelas riquezas minerais existentes no continente; com isso, muitas ilhas passaram a abrigar piratas, corsários e contrabandistas de outras nacionalidades.

Outro importante foco de irradiação da Conquista foi o Panamá, a princípio conhecido como Verágua e depois Castilla del Oro. Expedições procedentes de La Española fundaram diversas cidades: Santa María la Antigua (também chamada de Nuestra Señora de la Antigua del Darién), por iniciativa de Vasco Núñez de Balboa, a primeira cidade continental americana (1509); e Panamá, por Pedro Arias Dávila (1519). Em pouco tempo, a região converteu-se em ativo núcleo de projeção da Conquista para o norte, onde se chocou com as correntes originárias do México, e para o sul, onde se entroncou com outras provenientes da Venezuela, Colômbia e rio da Prata. Mencionam-se, dentre outras, as expedições de Gil González Dávila, que conquistou a Nicarágua (1522), e de Juan Vásquez de Coronado, que se apoderou da Costa Rica (1524), sem esquecer as empresas de conquista do Mundo Inca.

FOCOS DE IRRADIAÇAO DA CONQUISTA

O *México* constituiu um terceiro *foco de irradiação da Conquista*. Após as fracassadas expedições de Hernández de Córdoba (1517) e de Juan de Grijalva, a região foi *conquistada por Fernão Cortez*, que dominou o império asteca (1519-1521). Conhecida desde então como *Nova Espanha*, suas principais cidades — Villa Rica de Vera Cruz, México e Acapulco — projetaram correntes conquistadoras para o norte, o sul e o oriente. Expedições terrestres ou marítimas enviadas às terras meridionais dominaram Honduras, El Salvador e Guatemala. Partindo de Acapulco, os espanhóis anexaram as Molucas e as Filipinas, o que possibilitou a obtenção de produtos orientais levados à Espanha — via México — pelo galeão de Manila. O avanço para o norte, efetuado por terra ou através do golfo do México e litoral do Pacífico, conduziu à conquista da Califórnia e outros territórios do noroeste dos atuais Estados Unidos.

> "A terra queimará e haverá grandes círculos brancos no céu. A amargura surgirá e a abundância desaparecerá. A terra queimará e a guerra de opressão queimará (...) Será o tempo da dor, das lágrimas e da miséria. É o que está para vir." (Livro de Chilam Balam de Chumayel. ROMANO, R., *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores*, Editora Perspectiva, p. 69.)

O *Peru*, cuja conquista foi consumada por *Francisco Pizarro* e *Diego de Almagro* (1531-1533), em expedições partidas do Panamá, igualmente funcionou como importantíssimo *núcleo irradiador da expansão conquistadora*. Em 1535, Pizarro fundou Ciudad de los Reyes ou Lima, convertida em capital do novo domínio espanhol. Do Peru saiu para o norte uma corrente conquistadora que, sob o comando de Sebastián de Benalcázar (ou Belalcázar), se apoderou do Reino de Quito (1533) e do litoral colombiano no Pacífico, onde foram fundadas Popayán e Cali (1536), prosseguindo seu avanço, atingiu o planalto de Bogotá (1539), onde se chocou com as expedições de Gonzalo Giménez de Quesada (procedente de Santa Maria, no litoral colombiano no Atlântico) e de Nicolás Federman, que saíra de Coro, na Venezuela. Para o sul, a Conquista irradiou-se com a incorporação do Alto Peru (atual Bolívia) por Hernán e Gonzalo Pizarro (1538-1544), e do Chile, tentada por Diego de Almagro (1535-1537) e continuada por Pedro de Valdívia

(1540-1553); apesar da fundação de Santiago del Nuevo Extremo (1541), La Serena (1544), Concepción del Nuevo Extremo (1550) e Valvídia (1552), a Conquista foi precária devido à resisténcia dos índios araucanos. Do foco peruano igualmente partiram expedições para o Oriente — resultando na descoberta de diversas ilhas do Pacífico — e o Ocidente, através do Amazonas, atingindo o Atlântico: Francisco de Orellana (1539-1542) e Lope de Aguirre (1559-1561).

O *rio da Prata foi outro foco de dispersão da Conquista.* De Buenos Aires — fundada uma primeira vez por Pedro Mendoza, em 1536, e uma segunda vez por Juan de Garay, em 1580 — e posteriormente de Asunción del Paraguay, fundada por Juán Salazar de Espinosa (1537), projetaram-se linhas de penetração sobre os atuais territórios do Paraguai, Uruguai e Argentina. Para a Argentina convergiram expedições partidas do Chile, resultando na conquista das regiões de Cuyo e Tucumán, onde foram fundadas Santiago del Estero, Mendoza e San Juán.

Partindo das Antilhas ou da Espanha, expedições conquistaram territórios que formam hoje a *Colômbia* e a *Venezuela*, sendo importantes núcleos de expansão Santa Marta, Coro e Cartagena de Índias. Santa Marta, fundada por Rodrigo de Bastidas (1525) no litoral colombiano, foi o ponto de partida das empresas que, através do rio Madalena, atingiram o planalto de Bogotá em busca do Eldorado: sobressaiu a de Gonzalo Giménez de Quesada, que fundou Santa Fé de Bogotá (1538) e denominou a região de *Nova Granada*, nome pelo qual foi conhecida no Período Colonial. Igualmente na Colômbia uma corrente de penetração, saída do Panamá, avançou pelo litoral do mar das Caraíbas, onde Pedro de Heredia fundou San Sebastián de Calamar, origem de Cartagena de Índias (1533). A Venezuela, onde Juan de Ampués fundara Santa Ana de Coro (1527), por algum tempo (1528-1546) foi concedida aos Welser, banqueiros alemães a quem o imperador Carlos V devia enorme importância em dinheiro. Embora fundassem Maracaibo e realizassem inúmeras expedições ao interior, seus empreendimentos não fizeram avançar a Conquista, o que explica a anulação das concessões feitas anteriormente. A Conquista, desde então, progrediu, sobressaindo-se no interior como centros dispersores Tocuyo e Santiago de León de Caracas.

B. A RAPIDEZ DA CONQUISTA

A espada, a cruz e a fome iam dizimando
a família selvagem.

(Pablo Neruda, poeta chileno)

A Conquista foi iniciada desde a segunda viagem de Colombo (1493) e, por volta de 1550, estava praticamente concluída em suas linhas gerais.

Essa rapidez explica-se, em parte, pelo fato de a América ter-se revelado uma *barreira entre a Espanha e a Ásia Oriental*, onde os europeus buscavam especiarias, produtos de luxo e riquezas minerais. No afã de ultrapassar esse obstáculo, os espanhóis descobriram, exploraram e conquistaram ilhas e terras litorâneas continentais, onde se apoderaram de riquezas diversas, penetraram pelas bacias fluviais, seja em busca de uma passagem transcontinental até o Pacífico, seja para atingir ricas regiões dos planaltos do interior.

Impulsionados ou não pela *sede de ouro e outras riquezas minerais* — não podemos esquecer que a Conquista se enquadra na época do mercantilismo e que a busca de metais preciosos fora uma das razões da expansão espanhola —, os conquistadores rapidamente dominaram as Antilhas e terras continentais.

> "Francisco Pizarro mandou pesar o ouro e a prata; depois de havê-los reduzido a um número comum de quilates, resultaram 52.000 marcos de prata e 1.326.500 pesos de ouro. Riqueza enorme e nunca vista, reunida de uma só vez. Couberam ao Rei, devido ao seu direito de quinto [quinta parte], cerca de quatrocentos mil pesos (...) Nunca os soldados se enriqueceram tanto, em tão pouco tempo e sem riscos." (Francisco López de Gómara, historiador espanhol do século XVI. ROMANO, R., *op. cit.*, p. 71.)

Essas *riquezas por vezes eram ilusórias* porque se baseavam em lendas européias transferidas para a América ou então criadas em um Novo Mundo que começava a se conquistar. Das Antilhas partiram para a

Flórida e bacia do Mississipi muitos conquistadores em busca da fonte da juventude; do México outros avançaram por terras dos atuais Estados Unidos procurando Cíbola (a região das Sete Cidades de Ouro). "Na América do Sul os mitos se multiplicam. Anos e anos se sucedem enquanto homens e mais homens perseguem o Eldorado. Por vezes é um homem, ou uma cidade (Manoa), ou uma lagoa (Parime), ou uma região (Omágua). Para livrar-se do intruso, o indígena não vê inconveniência em mentir e esticar o braço apontando falsas direções. Espanhóis (...) e estrangeiros (...) se desgastaram procurando o príncipe dourado (...) A bela lenda das amazonas foi importada, como outras, do Mundo Clássico e talvez os livros de cavalaria reviveram o mito (...) Na realidade, o mito resultou das casas incaicas onde se guardavam as *Virgens do Sol* (...) Como um reflexo da riqueza incaica surgiram as ilusões da Terra Rica, do César Branco, da Serra da Prata, do País dos Mojos, do País dos Caracaraís e do Grande Paititi (...)" (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, volume V, pp. 312 e 313.)

Não há dúvida de que a rapidez também decorreu da *superioridade do equipamento bélico dos espanhóis*, que era infinitamente superior ao dos indígenas. Esta superioridade se evidencia em três pontos essenciais:

• pelas *armas de fogo* (mosquetes, arcabuzes, pistolas e canhões), cuja utilização proporcionava tríplice vantagem: permitia combater à distância, provocava a morte ou a inutilização por ferimento do adversário, e acarretava o terror psicológico do indígena, que acreditava serem eles instrumentos mágicos usados por deuses ou seus representantes;

• pelo uso de *armamentos defensivos* (armaduras, couraças, capacetes e escudos) *e ofensivos* (lanças, espadas, punhais etc.) *feitos de aço*; isso tornava o espanhol praticamente invulnerável diante do indígena, que combatia quase desnudo, e contribuía bastante para neutralizar a desvantagem numérica das hostes espanholas diante dos numerosos exércitos nativos;

• pelo *emprego do cavalo*, que dava ao branco uma extraordinária mobilidade e despertava o terror entre os ameríndios porque o animal era desconhecido na América. Acreditando, a princípio, que cavaleiro e cavalo formavam um único ser, o pânico do nativo explodia, paralisando-o, quando, ao desmontar, o cavaleiro se movia independentemente do cavalo.

Os conquistadores foram também beneficiados pelas *lendas, crenças e superstições religiosas dos indígenas*, as quais por vezes chegaram até a divi-

nização dos espanhóis. "Com efeito, a chegada dos brancos foi precedida, tanto no México como no Peru, por toda uma série de sinais e de profecias que asseguravam a chegada iminente de deuses... ou de calamidades." (ROMANO, R., *op. cit.*, p. 17.) A destruição de templos e palácios, no México e no Peru, devido a raios e incêndios, foi encarada como sinal do descontentamento dos deuses e como prenúncio de novos tempos.

"Mas ainda mais. Todo o Mundo Americano, na base de sua esfera religiosa, conheceu o mito de deuses civilizadores que, após haver estendido seus benefícios aos homens, desapareceram prometendo voltar. Isto nos ajuda a compreender como e por que a chegada dos brancos é percebida pelos índios através da rede do mito." (ROMANO, R., *op. cit.*, p. 18.) A própria cruz conduzida por muitos conquistadores reforçou ainda mais essas crenças: era o símbolo de Quetzalcoatl entre os astecas e de Bochica no Planalto de Bogotá.

"Mas resta assinalar que a falência das religiões indígenas ajudou a penetração da cruz. Essa falência foi facilitada, também, pelo fato de que a autoridade religiosa e a autoridade política estavam freqüentemente confundidas em uma mesma pessoa física, acarretando a queda do poder leigo, o desmoronamento do poder religioso e dos valores que representava. Assim, o poderoso cimento que a religião deveria ter representado (...) se dissolvia e deixava penetrar de maneira formal e superficial a nova religião. Penetração fácil: os batismos se sucederam e se multiplicaram." (ROMANO, R., *op. cit.*, p. 18.)

> "Chegou pela primeira vez em Campeche, o barco dos Dzules, brancos (...) E, com eles, vem o tempo em que os homens maias ingressaram no Cristianismo (...) Começou a 'entrar água na cabeça dos homens'." (Livro de Chilam Balam de Chumayel. ROMANO, R., *op. cit.*, p. 69.)

C. A REDUZIDA PARTICIPAÇÃO DA COROA

Ao contrário do que se possa acreditar, foi reduzida a participação da Coroa na *Conquista*, que *se realizou essencialmente por iniciativa particular*.

Isso é explicável porque as expedições de Colombo, em parte finan-

ciadas pelos Reis Católicos, proporcionaram reduzidos rendimentos. Além do mais, a Coroa tinha elevados gastos com a organização e manutenção das instituições do recém-criado Estado espanhol, realizadas em conjuntura coincidente com os primeiros tempos da Conquista. A marcada preocupação de Fernando de Aragão e Carlos V (monarcas espanhóis da época da Conquista) com a política mediterrânea e continental européia (o envolvimento nas Guerras da Itália, 1494-1559, e os conflitos ligados à expansão do luteranismo no Sacro Império Romano-Germânico, 1524 a 1555, também governado por Carlos V) igualmente contribuiu para retrair a participação da Coroa na Conquista e explica o apelo à iniciativa particular mediante o sistema de capitulações.

As *capitulações* foram *contratos em que a Coroa*, por si ou por uma autoridade com poderes para representá-la, concedia permissão para explorar, conquistar e povoar terras. As capitulações constituíam fórmula jurídica consagrada desde o Direito medieval ibérico e fixaram direitos e deveres recíprocos. Estabeleciam, em geral, que a Coroa:

• *não faria nenhum gasto material*, tudo correndo por conta do particular, que deveria, por sua conta e risco, recrutar os componentes da expedição, cuidar do seu transporte, providenciar para que todos possuíssem armas e alimentos etc.;

• *concedia* ao particular o direito de repartir terras e índios, construir fortalezas e as possuir vitaliciamente, prover ofícios públicos nas cidades que fundasse, ter poderes militares e a jurisdição civil e criminal, providenciar a evangelização dos indígenas, usar o título de *adelantado*. O título de *adelantado* existia há séculos na Península Ibérica e servia para designar a autoridade que, em nome do rei, governava o território retomado aos muçulmanos com a Reconquista. Na América Espanhola era conferido ao capitão da expedição vitoriosa e implicava o direito de governar as terras conquistadas: os *adelantamientos* que, *grosso modo*, corresponderam às capitanias hereditárias da América Portuguesa;

• *condicionava* as concessões somente aos dirigentes de expedições vitoriosas, ficando claro que nada poderia ser reivindicado pelo contratante particular no caso de fracasso do empreendimento; isto sem mencionar o fato de que a Coroa anulou todas as capitulações concluídas quando achou por bem assim proceder, a começar pelas Capitulações de Santa Fé assinadas com Colombo;

• *garantia* o direito de ficar com uma parte das riquezas pilhadas aos nativos — era *o quinto* — e com a propriedade do subsolo, o que lhe assegurava o monopólio das jazidas de metais preciosos e dos veios de pedras preciosas.

É importante assinalar que os *Grandes* (entenda-se alta nobreza) estiveram ausentes das expedições conquistadoras, integradas por indivíduos pertencentes à pequena nobreza — geralmente segundogênitos reduzidos à condição de fidalgos ou *ricohombres*, em evidente desequilíbrio entre a posição social e a situação econômica, porque não tinham bens hereditários — ou de classes populares. Para uns e outros, o Novo Mundo se apresentava como a oportunidade de obter títulos, terras e outras riquezas.

Graças ao sistema das capitulações, a Coroa espanhola pôde construir vasto império americano, sem que tivesse de despender capitais para conquistá-lo. O sistema oferecia ainda a vantagem de estimular a rápida expansão da conquista e da colonização, porque o concessionário precisava de um sucesso imediato, o que lhe daria recursos para resgatar os empréstimos contraídos junto a banqueiros ou nobres.

D. A CONQUISTA NEM SEMPRE FOI IGUAL

Ao contrário do que se possa pensar, *a Conquista não se concretizou de maneira sempre igual.* Uma de suas principais características foi o fato de se ter efetuado segundo modalidades diversas, sendo a variedade explicada como resultado do confronto entre a dinâmica das empresas conquistadoras e a heterogeneidade cultural das sociedades indígenas, bem como a densidade demográfica dessas sociedades nativas.

Nas regiões onde viviam sociedades indígenas portadoras de *culturas primitivas*, as populações nativas foram *expulsas ou massacradas* porque seu fraco potencial de trabalho e a ausência de excedentes de produção tornavam esses grupos inadequados aos interesses dos conquistadores. Essa modalidade de conquista ocorreu nas Antilhas, Argentina e Uruguai, além de outras áreas de colonização européia na América.

> "O Almirante Colombo encontrou, quando descobriu esta ilha [La Española], um milhão de índios e índias (...) dos quais, e dos que nasceram desde então, não creio que estejam vivos, no presente

ano de 1535, quinhentos (...)" (Gonzalo Fernández de Oviedo, historiador espanhol do século XVI. ROMANO, R., *op. cit.*, p. 76.)

Nas regiões ocupadas por sociedades indígenas de *média e alta culturas*, onde a concentração populacional era grande, a hierarquização social apresentava-se bem definida, a economia tinha excedentes produzidos por mão-de-obra trabalhando em relações de produção baseadas na servidão coletiva, os sistemas políticos eram, ou tendiam a ser, centralizados, a Conquista se fez pela *subjugação dos ameríndios.* Essa modalidade ocorreu sobretudo nas áreas dos impérios inca, asteca e maia, o que explica terem os indígenas persistido como componentes predominantes da população do Peru, Bolívia, Equador, México e outras atuais repúblicas latino-americanas: seja segregados em verdadeiros bolsões étnicos, seja submetidos a processos de mestiçagem.

Modalidade *inteiramente diferente* das duas anteriores *foi a ocorrida no Paraguai.* Desde os primeiros contatos entre os espanhóis e os índios guaranis criou-se uma interdependência: os guaranis corriam o risco de serem submetidos pelos guaicurus e pelos paiaguás, e tiveram a ajuda dos brancos; em troca, os espanhóis obtiveram guias, alimentos, carregadores, mulheres e contingentes auxiliares de guerreiros para as suas expedições a regiões do Alto Peru. O resultado foi a fusão biológica e cultural de espanhóis e guaranis, possibilitando que a população do Paraguai seja basicamente mestiça.

Apesar das variantes ocorridas, a Conquista acarretou a destruição total ou parcial da América Indígena e conduziu à formação de uma classe proletária ou marginal indígena, até hoje vivendo em condições subumanas.

E. E O INDÍGENA, COMO REAGIU?

Sem cairmos nos radicalismos da *Leyenda Negra*, que atribui aos espanhóis as maiores atrocidades na América, não se pode negar que o comportamento do conquistador foi sempre violento: matou milhares de indígenas, saqueou suas riquezas, explorou sua força de trabalho, desestruturou o mundo nativo mediante uma conquista que não foi unicamente militar, mas também racial, religiosa, econômica, cultural e política.

"Quantas cidades arrasadas, quantas nações exterminadas, quantos milhões de povos passados a fio de espada, e a mais rica e bela parte do mundo transtornada pela negociação de pérola e de pimenta." (Trecho dos *Ensaios* de Michel Montaigne, escritor francês do século XVI. ROMANO, R., *op. cit.*, p. 89.)

A violência, contudo, foi exclusiva do espanhol? Ou será que portugueses, ingleses, holandeses, franceses e outras sociedades conquistadoras agiram de maneira diferente, seja na América dos séculos XVI e XVII, seja na África e Ásia Oriental nos séculos XIX e XX?

A reação do indígena não foi idêntica nas comunidades que entravam em contato com o espanhol.

Em alguns casos o indígena mostrou-se amistoso e chegou a se aliar ou a se submeter sem muita resistência ao conquistador. "A vitória de Cortez sobre Montezuma (...) só pode ser compreendida se lembrarmos a aliança do conquistador com Xicontécatl, chefe dos Tlaxtaltecas, inimigos tradicionais dos mexicanos (...) Na conquista do Peru, Pizarro, por sua vez, será muito ajudado pela aliança que fará com o cacique Quilimasa." (ROMANO, R., *op. cit.*, p. 16.)

Mesmo entorpecido pelo fatalismo cosmogônico de suas crenças que concebiam a vida como uma contínua destruição ou pelo retorno inevitável de deuses ao mundo que haviam criado, o indígena lutou como pôde contra o conquistador. Mesmo aterrorizado pelos efeitos de novidades incompreensíveis ao seu contexto mental (como o cavalo, as armas de fogo, as armaduras de aço etc.), o indígena utilizou todos os recursos de suas técnicas guerreiras e de armamentos primitivos, cuja inferioridade mais se evidenciava quando confrontados com o equipamento bélico do invasor.

É certo, porém, que inúmeros grupos indígenas despertaram o pavor do espanhol diante do efeito mortífero de flechas envenenadas, arremessadas por exímios arqueiros ou projetadas pelas temíveis zarabatanas. No Caribe, em Tucumán (Argentina) e no País dos Mojos (Amazônia) muitos conquistadores tombaram atingidos mortalmente por flechas envenenadas.

Nos Pampas, para neutralizar os cavalos que transportavam os guerreiros brancos, os indígenas inventaram a boleadeira que até hoje é usada pelos gaúchos: arremessadas nas pernas do animal, nelas se enrosca-

vam e provocavam a queda do cavalo e do seu cavaleiro, prontamente atacados pelos nativos.

Em muitas regiões recorreram os indígenas ao emprego de cabaças contendo pimenta ou folhas verdes queimadas; a fumaça desprendida provocava ardência nos olhos e momentaneamente reduzia a visão, o que era aproveitado pelo índio para se engajar em combate corpo-a-corpo com o espanhol.

Se na maioria das vezes os nativos acabaram derrotados, nem sempre o branco saiu vencedor. Os araucanos do Chile, os peles-vermelhas dos atuais Estados Unidos, os guaicurus do Chaco, os charruas do Uruguai e outros grupos mais não hesitaram em abandonar seus anteriores padrões culturais e aprender a utilizar o cavalo para melhor resistir e atacar o conquistador. Os charruas, por exemplo, eram excelentes canoeiros e pescadores antes de adotarem padrões de vida baseados no nomadismo predatório eqüestre. Os araucanos, que tiveram em Lautaro um dos seus principais dirigentes, tornaram-se excelentes cavaleiros e, mediante ataques fulminantes e guerras de guerrilha, destruíram sistematicamente os estabelecimentos criados pelos espanhóis no Chile meridional: sua tenaz resistência obrigou os invasores a assinar o Tratado de Quillin, reconhecendo a soberania araucana sobre as terras ao sul do rio Bio-Bio (1641).

4. E A COLONIZAÇÃO FOI DE EXPLORAÇÃO

A. A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA COLONIAL

"Em última análise, a Colonização da América foi, sem dúvida, uma conseqüência da expansão comercial e marítima européia, um aspecto do grande processo de constituição de um mercado mundial. A Colonização e os processos de descobrimento e Conquista não poderiam ocorrer sem a associação entre os interesses privados de diversos tipos (de comerciantes, de aventureiros em busca de riqueza e posição, de nobres com elevados cargos burocráticos) e interesses públicos (as Monarquias Nacionais), a cujo aparato com freqüência se associava a Igreja (...) Surgidas neste contexto, as relações entre metrópole e colônias estiveram subordinadas ao sistema do Exclusivo ou Pacto Colonial, através do qual a metrópole se reservava o monopólio do comércio de

suas colônias (...)" (CARDOSO, C.F.S. e BRIGNOLI, H.P., *Historia Económica de América Latina*, Editorial Crítica, tomo I, p. 161.)

Submetida às normas fixadas pela política mercantilista e aos interesses do capital mercantil, a colonização espanhola, entre 1540 e 1570, já se apresentava plenamente estruturada em suas linhas gerais, *grosso modo* mantidas até a segunda metade do século XVIII, quando reformas foram realizadas pelos monarcas Bourbon de Madri.

A *mineração*, em especial da prata e do ouro, rapidamente se converteu na *atividade econômica básica* do império hispano-americano. A mineração da prata logo suplantou a exploração do ouro e teve como principais centros produtores o Vice-Reino do México e, sobretudo, as *minas de Potosí* (na atual Bolívia), situadas no Vice-Reino do Peru.

Não se conhece, a rigor, a quantidade de ouro e de prata extraídos das minas hispano-americanas. Segundo cálculos feitos pelo historiador Pierre Vilar, entre 1551 e 1560, entraram na Casa de Contratação 122.028kg de ouro e 16.179.638kg de prata procedentes da América Espanhola. Cifras realmente espantosas que revolucionaram os preços na Europa no século XVI e nas quais não estão computados os totais que — por fraude ou pelo ataque de piratas e corsários — escaparam ao controle das autoridades espanholas.

> *Não é prata o que se envia à Espanha, é suor e sangue dos índios.*
>
> (Frei Domingo de Santo Tomás)

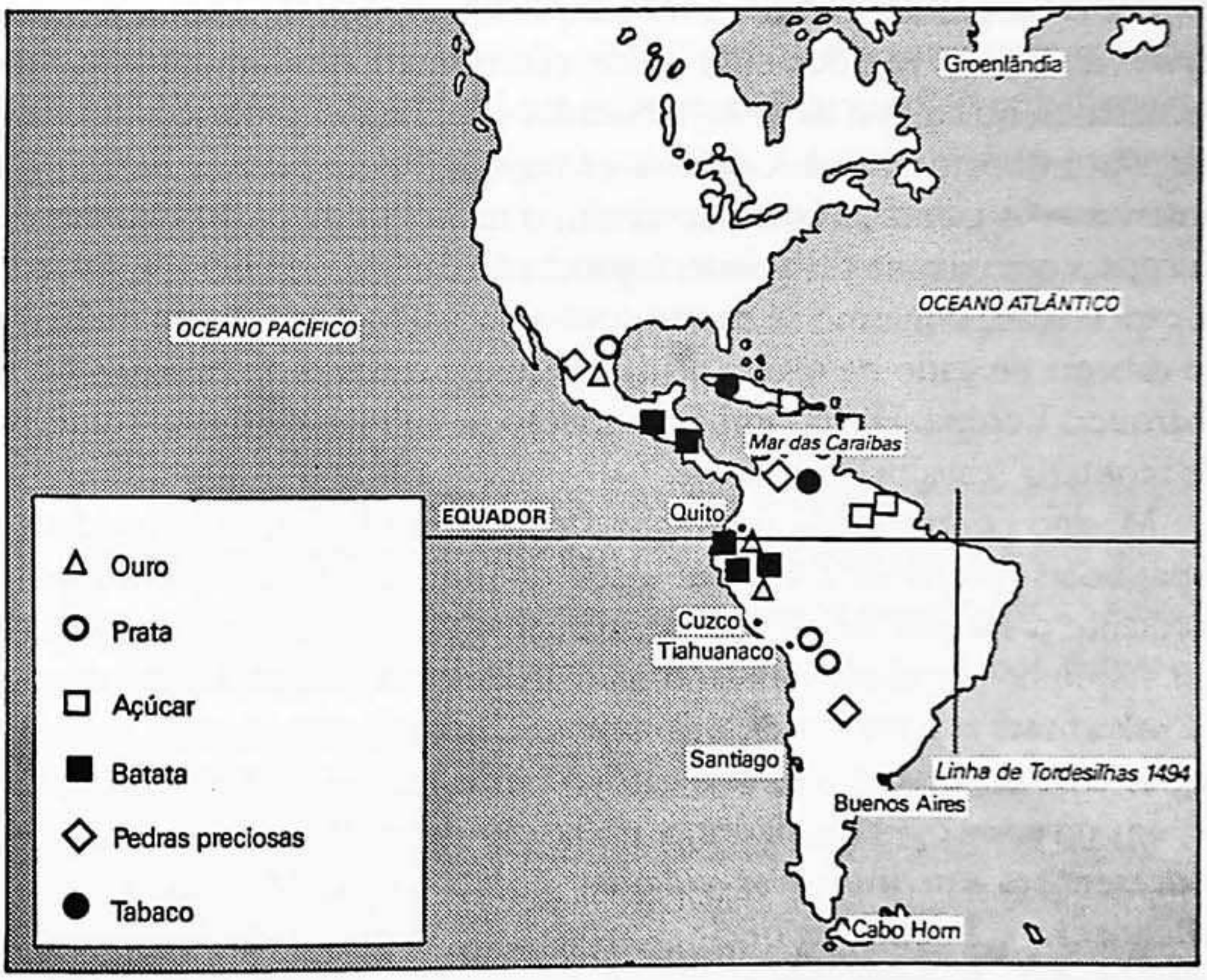
Os elevados rendimentos proporcionados pela mineração de metais preciosos permitiram à Espanha sustentar sua hegemonia na Europa no século XVI e montar a máquina político-administrativa de suas colônias na América.

"Ainda que destinada principalmente a produzir um excedente que se transferia para a Espanha, a produção de metais preciosos teve importante papel dinamizador das atividades econômicas. As regiões produtoras desses metais, particularmente da prata, funcionaram como autênticos pólos de crescimento. A demanda de alimentos, de tecidos grosseiros e de animais de tração exigiu a organização de economias satélites. Assim, o povoamento do Chile, baseado inicialmente na produção do ouro, encontrou uma base permanente na agricultura de exportação, cujo mercado era

o pólo peruano. Do mesmo modo, as regiões do norte-argentino, onde existia uma população relativamente densa, tenderam a transformar-se em centro abastecedor de tecidos e animais de tração para o Alto Peru." (FURTADO, C., *La Economia Latinoamericana: Desde la Conquista Ibérica hasta la Revolución Cubana*, Siglo Veintiuno Editores, p. 29.)

É evidente que o declínio da mineração — a produção argentífera decaiu rapidamente na segunda metade do século XVII, ao passo que a do ouro ocorreu na primeira metade do mesmo século — repercutiria globalmente sobre toda a sociedade colonial: as regiões satélites, voltadas para a pecuária e para a agricultura praticada em grandes propriedades, aumentariam suas vinculações com o mercado europeu; em última análise, a *tendência à regionalização econômica e à descentralização político-administrativa* acabaria prevalecendo, o que explica a fragmentação do império hispano-americano em inúmeras repúblicas quando ocorreu o processo da independência.

PRINCIPAIS RIQUEZAS DA AMÉRICA ESPANHOLA



Desse modo, a política mercantilista espanhola, presa a concepções metalistas, orientara-se inicialmente para o estímulo e o desenvolvimento de atividades mineradoras. Estas, ao declinarem no século XVII, determinaram nova orientação à política econômica voltada para outras atividades produtivas subordinadas aos interesses da Coroa.

"Aconteceu, então, o surgimento e a expansão da economia colonial de plantação [*plantation*] como sistema de empresa comercial que se baseava na exploração da mão-de-obra (predominantemente sob o regime de escravidão) e na propriedade privada da terra, e visava gerar um excedente econômico que em parte era consumido interiormente e em parte também se dirigia à metrópole (...) Foi em meados do século XVII que se iniciou a importação em massa de negros africanos. O tráfico negreiro difundiu-se pelas Antilhas e dali imediatamente para o continente. Instituíram-se relações escravistas de produção na exploração dos negros nas plantações de café, cacau e cana-de-açúcar." (MATTA, H.M., "Reflexões sobre o Modo de Produção Colonial Latino-Americano". SANTIAGO, T.A. *América Colonial*, Pallas, pp. 160 a 162.)

Por conseguinte, embora a *mineração* fosse a *base do sistema colonial espanhol*, houve regiões cujo valor econômico fundamentou-se na pecuária ou no cultivo da terra, realizados em grandes propriedades. Por vezes a monocultura concentrava-se no cultivo de plantas nativas da América — o tabaco, a batata, o cacau, o milho — ou então trazidas da Europa, como a cana-de-açúcar. A produção agrícola era geralmente para exportação, o mesmo se dando com a pecuária: a criação de milhares de cabeças de gado na região platina permitia o envio de couro, sebo e charque à Europa. Havia também a criação de animais de tração (mulas), de montaria (cavalos) e de abate.

Mesmo contrariando princípios do Mercantilismo, as autoridades espanholas toleraram a continuidade da indústria artesanal indígena mediante o sistema de *obrajes*: regulamentação estabelecida pelos vice-reis impunha o trabalho forçado da mão-de-obra indígena pelo tempo de seis meses e jornadas de oito horas. O pagamento variava de uma região a outra, permitindo-se o castigo por faltas cometidas, proibindo-se, em diversas oportunidades, a utilização de mulheres e de crianças. Florescentes em inúmeras cidades, como Lima, México, Cuzco, Michoacán e Puebla, as oficinas artesanais, violando disposições das autoridades coloniais, "mantinham encerrados os *obrajeros*, não lhes

pagavam o devido, alimentavam-nos parcamente e deles abusavam. Nem para dormir em suas casas, nem para ir à missa ou aprender a doutrina cristã se lhes permitia a saída". (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, volume V, p. 486.)

Ainda que a escravidão do negro africano prevalecesse nas Antilhas e em algumas regiões continentais litorâneas da América Central e América do Sul, a mão-de-obra fundamental da empresa colonial espanhola foi o *indígena.*

Para enquadrar o trabalho dos índios, os espanhóis utilizaram-se de dois sistemas: a *encomienda* e a *mita.*

"A *encomienda* é o sistema mais difundido: os índios são confiados (encomendados) a um espanhol a quem pagam tributo sob a forma de prestação de serviços. A *encomienda*, como todas as outras formas de trabalho indígena a serviço do conquistador, quer seja na terra, nas minas, nas areias auríferas dos rios, ou nas oficinas de tecelagem, se caracteriza, geralmente, apesar de certas variações locais, pelo trabalho forçado." (ROMANO, R., *op. cit.*, p. 41.) Originária da Espanha, a *encomienda* foi instituída na América por Colombo e rigorosamente codificada pela *Recopilación de las Leyes de Indias.* Estabelecia o trabalho coletivo de uma comunidade indígena colocada a serviço de um particular enquanto este vivesse. Em troca da concessão recebida, o beneficiado devia pagar um tributo à Coroa e, sem remunerar os indígenas, comprometia-se a dar assistência material e religiosa à comunidade índia, o que na prática dificilmente se verificava.

> "Ordenamos e mandamos que, em atenção à pobreza dos nativos desta província e por não poderem pagar como é dito em ouro nem prata (...) o que justa e comodamente deviam dar a seus *encomenderos* (...), que por agora não possam servir-se dos índios nem os índios sirvam mais do que três dias em cada semana e os demais os deixem livres para sua lavoura e criação e para aprender ofícios (...)" (Trecho da Ordenança de uma *encomienda* no século XVII. BELLOTTO, M.L e CORRÊA, A.M.M., *A América Latina de Colonização Espanhola*, Hucitec-Edusp, p. 59.)

O índio e a colonização

A dizimação das populações indígenas e as condições subumanas a que ficavam submetidas as comunidades encomendadas provocaram conflitos entre os colonos e as ordens religiosas, sobretudo jesuítas.

A primeira medida usada pela Coroa para abolir a *encomienda* foi a de elevar os tributos, que chegaram, como no vice-reino do Peru, a atingir um terço das rendas dos *encomenderos.* Isso provocou a extinção da *encomienda* em 1719 com as reformas dos Bourbon.

A *mita* era uma instituição *de origem inca*, assemelhando-se ao *cuatequil* dos astecas. Os espanhóis utilizaram-na amplamente, após introduzir modificações segundo seus interesses. Consistia em impor o trabalho a indígenas escolhidos por sorteio em suas comunidades. Em geral, esse trabalho compulsório era por quatro meses, durante os quais o índio *mitayo* recebia um salário. "A jornada recebida por esses trabalhadores variou segundo a época, lugar, natureza do trabalho e qualificação técni-

ca de quem o realizava; em geral tendeu a aumentar, com o tempo, mais depressa no México (...) que no Peru (...) Seria errôneo inferir que a situação do trabalhador forçado tendeu a melhorar: seu pagamento era a metade ou 2/3 mais baixo que o do trabalhador livre (...)" (VICENS VIVES, J., *Historia de España y América*, tomo III, Editorial Vicens-Vives, p. 454.) Houve vários tipos de *mita*, mas a *mita mineira* foi a mais utilizada no Vice-Reino do Peru, onde o vice-rei Francisco Toledo a regulamentou (1575) a fim de atender à demanda de mão-de-obra para as minas de Potosí e Huancavélica. Os índios deveriam trabalhar uma semana e descansar duas, dispensando-se os anciãos, as mulheres, as crianças e os doentes. O índio que desejava livrar-se desse trabalho forçado deveria pagar 2,50 pesos, também ficando obrigado ao pagamento de multa o *curaca* ou cacique que não conseguisse completar o contingente que sua comunidade tinha de fornecer.

A *mita*, muito mais que o *cuatequil*, contribuiu para desarraigar os indígenas das suas comunidades porque, terminado o prazo de trabalho, muitos índios não retornavam aos seus povoados: permaneciam nas imediações da mina a fim de voluntariamente oferecerem seus serviços para poderem receber um salário; este era fundamental para a compra de bebidas alcoólicas, às quais o índio se viciara. As fugas e revoltas ocorridas para escapar à *mita* igualmente contribuíram para o esvaziamento das comunidades indígenas, isto sem falar no elevado número de nativos que morriam quando cumpriam seu período de trabalho compulsório. A retirada de mão-de-obra masculina dos povoados indígenas também desorganizava a produção comunitária e arruinava as comunidades.

> "E tal foi o número de gente que se juntou nessa vila, com os que nela estavam, treze mil e trezentos e quarenta índios, que para atingir esse número saíram de suas aldeias mais de quarenta mil pessoas (...) Os moradores e *encomenderos* (...) perguntavam como haviam de pagar o tributo se levam os índios para Potosí, despovoando a terra (...)" (Relato de Luis Capoche, sobre a *mita* em 1585. BELLOTTO, M.L. e CORRÊA, A.M.M., *op. cit.*, p. 31.)

Característica marcante da empresa colonizadora espanhola foi a *rigidez das normas fixadas para o comércio colonial.* Considerado monopólio da Coroa, o comércio era controlado pela *Casa de Contratação*, criada em 1503, em Sevilha, onde se manteve até sua transferência para Cádiz (1717). A este órgão atribuiu-se a função de controlar tudo o que se relacionasse com a navegação e o comércio entre a Espanha e suas colônias americanas.

Havia também o *sistema de portos únicos*: Sevilha e, posteriormente, Cádiz na Espanha; Havana (Cuba), Vera Cruz (México), Cartagena (Colômbia) e Porto Belo (Panamá), no litoral do Atlântico. Os demais portos estavam proibidos de realizar transações mercantis de exportação ou importação.

Aplicou-se ainda o *sistema de frotas anuais* (duas) que transportavam as mercadorias provenientes da Espanha e conduziam na viagem de retorno a produção colonial destinada à comercialização pela metrópole; desde 1526 havia a proibição de os barcos navegarem isoladamente.

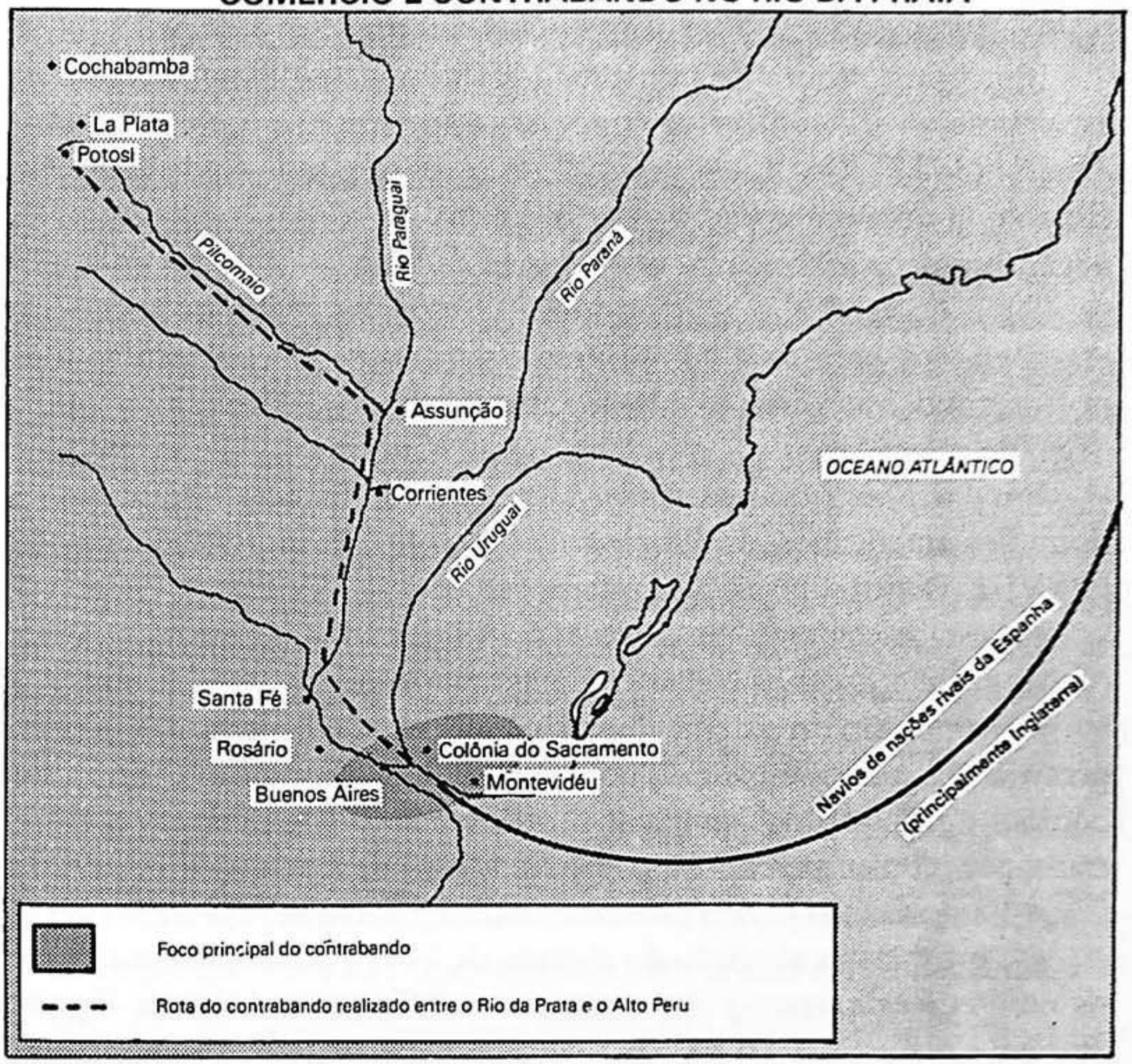
Os produtos vindos da Europa aos portos hispano-americanos autorizados eram redistribuídos nas colônias mediante o emprego de caravanas de mulas e de indígenas carregadores.

O objetivo dessa norma rígida era a melhor fiscalização e a defesa contra os ataques de piratas e corsários, principalmente ingleses e franceses. Só no século XVIII houve modificações nessa forma de articulação marítimo-comercial da Espanha com as suas colônias americanas.

Essas medidas restritivas acarretaram o encarecimento e a escassez dos produtos europeus nas colônias, inclusive porque os inúmeros e elevados impostos, o grande espaço de tempo entre uma frota e outra, os vários intermediários pelos quais passavam as mercadorias até serem adquiridas pelos consumidores coloniais constituíam fatores explicativos dos altos preços de venda a que chegavam os artigos europeus na América Espanhola.

Além do mais, o rígido sistema comercial de monopólio, com suas implicações, estimulou o *contrabando*, cada vez mais florescente porque freqüentemente contou com a cumplicidade das autoridades coloniais. Embora realizado em praticamente toda a América Espanhola, o comércio ilícito foi mais intenso nas Antilhas e no Rio da Prata.

COMÉRCIO E CONTRABANDO NO RIO DA PRATA



Contra a doutrina do *mare clausum* (mar fechado) imposta pela Espanha, seus adversários empenharam-se em aplicar o princípio do *mare liberum* (mar livre): a própria União Ibérica estimulou ainda mais as monarquias da França e da Inglaterra, bem como os dirigentes holandeses, a fazer das ilhas antilhanas, abandonadas anteriormente pelos espanhóis, bases de operações de corsários, piratas e contrabandistas. Com o tempo, os Irmãos da Costa serviram de ponto de apoio para a ocupação permanente das Pequenas Antilhas, onde Tortuga foi o símbolo do *silent trade* (contrabando).

Na região platina, a fundação da Colônia do Sacramento (1680), na margem oposta a Buenos Aires, criou ativo foco de contrabando, tanto

para os luso-brasileiros como para seus aliados ingleses que chegavam até o Vice-Reino do Peru, navegando pelos rios da Bacia Platina.

Importante fonte de contrabando foi aberta pela própria Coroa espanhola ao fazer diversas concessões aos ingleses pelo *Tratado de Utrecht* (1713). Os ingleses obtiveram o privilégio de enviar à América Espanhola uma embarcação com o direito de vender mercadorias sem pagar impostos aduaneiros: era o *navio de permiso*. Receberam ainda o privilégio de vender, em monopólio, os escravos africanos necessários: era o *asiento*, para cujo cumprimento puderam penetrar em todos os portos, fundar feitorias, e outras vantagens que facilitavam a introdução ilegal de mercadorias.

Em parte visando neutralizar a crescente influência inglesa em seus domínios americanos, os *Bourbon realizaram diversas reformas* no século XVIII. Dentre outras, destacaram-se:

- o estabelecimento de correios marítimos para melhorar as comunicações entre a Espanha e suas colônias americanas;
- a supressão do sistema de portos únicos, mediante a abertura progressiva dos portos espanhóis ao comércio com a América (1765), bem como a permissão de inúmeros portos hispano-americanos realizarem transações com a metrópole, como foi o caso de Buenos Aires (1778);
- a autorização para o comércio inter-regional nas colônias (1768);
- a progressiva abolição do sistema de frotas, finalmente concretizada com o *Reglamento y Aranceles para el Comercio Libre de España e Indias* (1778).

Nada disso, porém, pôs fim ao contrabando.

B. A SOCIEDADE COLONIAL

A sociedade hispano-americana, formada com a Conquista e a Colonização, possuía uma *rígida hierarquia* em que a modalidade social ascendente praticamente inexistia. Sua composição, nitidamente aristocrática, compreendia camadas sociais tão rígidas que funcionavam como verdadeiras castas. Traço marcante era o *status* privilegiado dos elementos brancos, nascidos na Espanha ou na própria América. Em contrapartida, os não-brancos, fossem mestiços, indígenas ou negros, eram desprovidos de privilégios e utilizados como mão-de-obra controlada e produzindo para a minoria branca.

Na sociedade colonial destacavam-se:

• os *chapetones*, ou *guachupines*, que eram os *brancos nascidos na Espanha* e aos quais competiam as altas funções dirigentes da administração, Justiça, Igreja e forças militares;

• os *criollos*, que eram os *brancos nascidos na América*; excluídos dos altos cargos dirigentes, embora constituíssem a classe dos grandes proprietários de terras, dos arrendatários de minas, dos comerciantes (exceto do comércio externo), dos pecuaristas; na administração, na justiça, na Igreja e nas forças militares só desempenhavam funções subalternas;

• os *mestiços*, em sua maioria resultantes do cruzamento de brancos com índios, ocupavam funções intermediárias entre a aristocracia branca e a massa de índios e negros: capatazes, artesãos etc.;

• os *escravos negros*, trazidos da África e considerados como simples instrumentos de trabalho; muitos foram utilizados em serviços domésticos, outros em atividades variadas (construções, produção artesanal, transporte de mercadorias etc.), mas sobretudo na produção agrícola; embora existentes em toda a América Espanhola, predominavam nas Antilhas;

> "(...) o conduzir-se negros para a América não só é conveniente, mas precisamente necessário porque há falta de braços na parte mais importante da América; os negros são os que cultivam as fazendas, sem que possam cultivar nem se cultivem por espanhóis, tanto porque estes não se empenham nem se têm empenhado nunca, nem há número deles (...) Quando não existe abundância de negros que acorram aos trabalhos do campo, uma fânega de milho vale quinze pesos e assim os demais grãos, e havendo baixa a dois, e a dois e meio." (Informe do Conselho de Índias em 1685. BELLOTTO, M.L. e CORRÊA, A.M.M., *op. cit.*, p. 126.)

• os *indígenas* constituíam o segmento mais numeroso e a base de sustentação da economia colonial; sua escravização acabou sendo proibida, porém as condições de trabalho a que foram submetidos por vezes tornam difícil distinguir entre escravidão de fato e de direito: as violações dos dispositivos legais que regulamentavam o trabalho compulsório da *mita* e da *encomienda* freqüentemente contavam com a cumplicidade das autoridades locais.

> "Foi portanto como (...) prêmio de vitória que foram dados os índios aos espanhóis (...) Como, depois de ganho o Novo Mundo, ficas-

se tão distante do Rei, não podia de modo algum mantê-lo em seu poder se os mesmos que o tinham descoberto e conquistado não o guardassem (...) acostumando os índios às nossas leis (...) Segue-se que tratemos do serviço pessoal dos índios, no qual se compreende toda a utilidade que pode obter o *encomendero* do trabalho do índio." (Trecho da *História natural e moral das Índias*, de José da Acosta, cronista do século XVI. FREITAS, G. de, *900 Textos e documentos de História*, volume II, Plátano Editora, p. 127.)

C. A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

A montagem do aparato burocrático-político foi inicialmente empreendida por particulares, mantendo-se, *grosso modo*, durante a Conquista. A Coroa, através das capitulações, outorgava amplos poderes ao particular para governar os territórios que conquistasse. Como *adelantado*, o beneficiário dispunha de poderes militares e civis vitalícios e bastante amplos. Este sistema funcionou inicialmente com Cristóvão Colombo, que exercia um governo pessoal e exclusivo. Posteriormente, a fim de dinamizar a expansão da empresa conquistadora e colonial, a Coroa ampliou a prática de capitulações, como ocorreu com Cortez e Pizarro.

Deus está no céu, o Rei está longe, e aqui mando eu.

(Afirmativa de um *adelantado*)

O sistema, que se assemelhava ao das capitanias hereditárias da América Portuguesa, estimulou a ação dos conquistadores e permitiu a ocupação de vastas extensões de terras, sem onerar a Coroa. Entretanto, os conflitos entre a monarquia e os conquistadores, ou seus herdeiros; os abusos, violências e arbitrariedades cometidos pelos *adelantados*, arrogando-se ares de independência em relação ao Estado; as grandes distâncias que contribuíam para criar uma situação semelhante à da época feudal, a crescente afirmação do poder local senhorial em prejuízo da autoridade monárquica central; a evidente incompetência administrativa da maioria dos *adelantados*, explicável pelo fato de provirem de camadas sociais cuja pobreza impedia houvesse uma preparação educacional capacitando-os ao desempenho

de funções dirigentes — estas foram algumas das razões que levaram a mudança na estrutura político-administrativa. Por isso, à medida que se expandiram os domínios espanhóis e as riquezas americanas foram sendo reveladas, a Coroa foi criando órgãos estatais e anulando as concessões feitas aos particulares. Desse modo, *na segunda metade do século XVI, só funcionavam os órgãos estatais* sediados na Espanha e na América.

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA AMÉRICA ESPANHOLA

Na Espanha, os principais órgãos da administração colonial eram a *Casa de Contratação*, o *Conselho de Índias (ou Consejo Real y Supremo de Indias)*, os *juízes de residência* e os *visitadores.*

Do primeiro-órgão sediado na metrópole, já examinamos as atribuições. Ao *Conselho de Índias*, criado por Carlos V (1524), cabia a suprema autoridade sobre todas as questões coloniais, fossem de natureza judicial, legislativa, militar ou eclesiástica.

Os *juízes de residência* deveriam deslocar-se para o local onde funcionavam as autoridades espanholas na América cujas funções expiravam. A residência implicava uma sindicância sobre a gestão do funcionário, seguida de um relatório contendo o apurado e propondo a punição, ou não, cabível.

"A *Visita* constituiu uma inspeção não habitual realizada em uma coletividade (...) Podia ser *específica* ou *geral.* A primeira afetava a um único lugar ou província e podia ser a inspeção de uma fortaleza, de um órgão (...) A Visita Geral, diferentemente, compreendia a inspeção de um Vice-Reino ou de uma Capitania Geral (...) A designação de um Visitador era geralmente determinada pelos abusos e excessos cometidos pelas autoridades, por divergências entre elas surgidas ou para implantação de reformas político-administrativas." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo V, pp. 376 e 377.)

Na América, os órgãos mais importantes da estrutura político-administrativa foram:

- os *vice-reinos*, que se situavam em territórios de grande valor econômico; existiram quatro: o do *México* ou *Nova Espanha* (incluía o México e regiões da América Central e atuais Estados Unidos); o do *Peru* ou *Nova Castela* (englobando o Peru e partes da Bolívia e do Equador); o de *Nova Granada* (compreendia a Colômbia, o Panamá e parte do Equador); e o do *Rio da Prata* (abrangia a Argentina, Uruguai, Paraguai e parte da Bolívia); seus dirigentes supremos, os vice-reis, possuíam poderes amplos, mas estavam sujeitos à fiscalização das audiências;
- as *audiências*, que eram integradas pelos ouvidores, nomeados pelo rei e com funções vitalícias. A princípio, eram apenas tribunais judiciários de última instância na América; mais tarde, passaram a ter funções administrativas e até a substituir os vice-reis em seus impedimentos;

• as *capitanias gerais*, situadas em territórios não pacificados ou estrategicamente importantes. As principais foram: Cuba, Guatemala, Venezuela, Chile e Flórida;

• os *cabildos*, ou *ayuntamientos*, que eram as câmaras municipais. Integrados pelos regedores, eleitos anualmente pelo sistema cooptativo (os que terminavam seus mandatos elegiam os sucessores), possuíam atribuições legislativas e judiciárias, cuidando também de todos os assuntos relativos à administração local. A tradição de autogoverno, apesar do absolutismo dos Habsburgo ou dos Bourbon espanhóis, manteve-se viva na América Espanhola e, mais tarde, manifestou-se com toda pujança nos movimentos de independência.

A máquina dirigente era completada com a ajuda da *Igreja*, intimamente *ligada ao Estado Espanhol*, que, recorrendo a instrumentos diversos, como as reduções ou missões religiosas, contribuía para manter o domínio espanhol sobre as sociedades coloniais.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Assinalar as alianças de interesses que explicam a organização da empresa colonial espanhola.

2. Apontar os focos de irradiação da Conquista.

3. Estabelecer aspectos diferenciadores entre as economias da América Espanhola e do Brasil Colônia.

4. Indicar as principais diretrizes do comércio colonial e suas conseqüências.

5. Definir as principais formas de organização do trabalho na América Espanhola.

6. Correlacionar diferenciação étnica com divisão em classes nas sociedades hispano-americanas.

7. Resumir a estrutura político-administrativa das colônias espanholas na América.

8. Explicar as diferenças entre o modo de produção feudal dominante na Europa e o modo de produção colonial vigente na América Espanhola.

9. Destacar o papel da Igreja como agente da colonização espanhola.

UNIDADE II — TERRA EM ABUNDÂNCIA PARA PLANTAR E CULTIVAR

A Colonização Inglesa na América do Norte

1. OS INGLESES E A AMÉRICA NOS SÉCULOS XV E XVI

A sociedade inglesa, ainda em processo de formação do seu Estado Nacional, não teve condições de empreender uma atividade ultramarina sistemática quando Portugal e Espanha iniciaram a colonização da América em meio à expansão marítima e comercial.

Isso não significou, porém, que os ingleses mostrassem desinteresse pelas terras americanas. Tão logo terminaram a Guerra dos Cem Anos (1453) e a Guerra das Duas Rosas (1485), os *monarcas da dinastia Tudor*, cuja ascensão coincidiu com a implantação do absolutismo e o início da política econômica mercantilista, *estimularam a ida de expedições à América do Norte.*

Incentivados pelas riquezas orientais, buscaram a passagem do Noroeste que, ultrapassando o continente americano, permitisse chegar às Índias. Velejando ao longo do litoral da América do Norte, embarcações inglesas atingiram as águas geladas e cheias de *icebergs* do oceano Glacial Ártico ou penetraram em baías e rios americanos buscando uma

rota para a Ásia. Atraídos pela revelação das riquezas encontradas pelos espanhóis, ingleses ou navegadores italianos, a serviço da Coroa inglesa, navegaram para a América autorizados a fundar estabelecimentos colonizadores nas terras que descobrissem. Citam-se as frustradas tentativas de Giovanni Gaboto, que empreendeu duas viagens em 1497 e 1498, tendo atingido a Carolina do Sul, e a expedição de Humphrey Gilbert (1578), que chegou à ilha de Roanoke, no litoral da Carolina do Norte.

O reinado de Elisabeth I, marcado pela crescente rivalidade com a Espanha de Felipe II, caracterizou-se pelo *impulso dado à construção naval e ao comércio marítimo*, envolvendo também a atividade corsária.

Foi então que se intensificaram as viagens inglesas ao Novo Mundo, seja para saquear as embarcações e colônias espanholas ou para empreender lucrativo contrabando nas Antilhas, seja para começar a colonização. Foi com permissão da rainha que Walter Raleigh armou três expedições à América do Norte, em 1584, 1585 e 1587. Essas expedições procuraram colonizar a Virgínia, nome dado à terra descoberta (Carolina do Norte), e à ilha de Roanoke, mas seus intentos não foram atingidos, devido, entre outras coisas, aos ataques dos indígenas aos colonizadores.

O começo da guerra com a Espanha e a ameaça de invasão da Inglaterra, em parte afastada pela destruição da Invencível Armada (1588), paralisaram as atividades ultramarinas inglesas até a ascensão da dinastia Stuart (1603).

2. O IMPULSO COLONIZADOR INGLÊS NO SÉCULO XVII

Ao se iniciar o século XVII a Inglaterra vivia uma nova *conjuntura que favorecia uma ação colonizadora* sistemática em territórios da América do Norte e das Antilhas.

O poderio espanhol fora quebrado e a decadência dos Habsburgo de Madri contrastava com o desenvolvimento inglês. A burguesia e a monarquia inglesas dispunham de uma poderosa frota.

Capitais privados haviam sido acumulados e buscavam multiplicar-se mediante novos investimentos, como o comércio e a colonização em terras do ultramar.

O rei Jaime I autorizou o funcionamento da *Companhia de Londres* e da *Companhia de Plymouth*, cujos acionistas pertenciam à burguesia londrina e à de Plymouth. Por carta régia, a Companhia de Plymouth recebeu o monopólio do comércio e da colonização das terras localizadas entre a Flórida (ao sul) e o rio Potomac (ao norte), enquanto a Companhia de Londres teve direitos idênticos para os territórios situados entre o cabo Fear e Nova Iorque, em uma região que veio a ser conhecida como *Nova Inglaterra*.

Entre as duas áreas da colonização ficaram as terras consideradas terras de ninguém, assim procedendo a Coroa para evitar conflitos entre os colonos enviados pelas duas companhias. Foi justamente nessa região que os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais estabeleceram pontos de ocupação. A primeira leva de imigrantes chegou em 1624 e se dispersou, fundando o Forte Nassau no Delaware e o Forte Orange (mais tarde chamado Albany), além de ocupar a ilha de Manhattan, onde criaram Nieuwe Amsterdam, com a participação de calvinistas franceses (1626). Na área houve a fixação de suecos, que fundaram a cidade de Cristina (1638), mais tarde integrada a uma das colônias inglesas: o Delaware.

A ação colonizadora da Companhia de Londres e da Companhia de Plymouth foi *facilitada pela crise econômica e social* que ocorria na Inglaterra no século XVII, *quando da transição do feudalismo ao capitalismo*. Essa mudança foi acelerada na zona rural com o cercamento dos campos (*enclosure lands*), mediante o qual formaram-se as grandes propriedades individuais capitalistas; para isso, destruiu-se o modo de produção feudal mediante a abolição das terras comuns, dos sistemas parcelário e comunitário de cultivo, da servidão camponesa, introduzindo-se o trabalho assalariado e a produção para o mercado. Essas transformações implicaram a anulação dos preexistentes contratos de arrendamento para o cultivo da terra pelos camponeses, sendo estes expulsos dos lotes onde trabalhavam. Com isso, formava-se numeroso contingente populacional que, não encontrando trabalho no campo e nos centros urbanos, poderia ser atraído para a América, onde haveria facilidades para a obtenção de terras. Afinal de contas, as terras eram dos indígenas, que, não sendo cristãos, podiam ser expropriados, sem que isso fosse considerado pecado ou ilegal pelas leis inglesas.

"A razão, ao que me consta, por que ides àquele país,
É o desejo de povoar essa terra longínqua e fazer uma nova plantação,
Onde tereis boa terra em abundância para plantar e cultivar,
A qual ninguém vos tirará nunca, enquanto assim o quiserdes."

(Balada inglesa do século XVII. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *História dos Estados Unidos da América*, tomo I, p. 57.)

Entretanto, o grau de miséria dos camponeses era tal que não dispunham de recursos para o custeio da sua viagem. Por isso, a fim de viajar juntamente com a sua família, assinavam um contrato comprometendo-se a trabalhar, geralmente por sete anos, a fim de resgatar a dívida assumida com o seu transporte para a América. Era a chamada *servidão por dívidas (indentured servant)*, que foi bastante generalizada nas Treze Colônias e predominante na Nova Inglaterra.

Segundo alguns autores, cerca de 70% dos imigrantes para as colônias foram na condição de servos por contrato.

A servidão branca também ocorreu contra a vontade dos indivíduos. Nas próprias colônias muitos foram forçados a se tornar servos para não ser presos por dívidas ou então porque haviam sido condenados por delitos, como o furto e o desemprego ilegal. A servidão involuntária também foi imposta às "vítimas do rapto, geralmente as crianças de famílias muito pobres, e de condenados britânicos poupados à morte ou a sentenças muito longas de prisão (...) durante sete a quatorze anos, alguns por toda a vida". (APTHEKER, H., *Uma nova história dos Estados Unidos: A Era Colonial*, Editora Civilização Brasileira, p. 37.)

O fluxo migratório contou ainda com famílias, geralmente burguesas ou nobres, que saíram da Inglaterra devido a *perseguições* movidas pelas autoridades *aos opositores políticos e aos dissidentes religiosos*: puritanos, presbiterianos, *quakers*, católicos etc. Um dos episódios mais conhecidos desse tipo de colonizador foi o dos *Peregrinos do Mayflower (Pilgrim Fathers)* que, a bordo do *Mayflower*, atingiram o litoral de Massachusetts, onde fundaram New Plymouth (1620): eram pouco mais de uma centena de puritanos que haviam partido de Plymouth, após obter uma concessão da Companhia de Londres.

"Isto aqui é um mundo onde um homem começa vida nova.
Uma vez que tenha pago o preço da passagem...
Juntos estão um nobre e um devedor de Newgate.
E qual dos dois pode provar quem é o melhor?
Quem pode compreender isto? Não tentarei."

(Poema de Stephen Vicent Benet. COMMAGER, H.S. e NEVINS, A., *História dos EUA*, Bloch Editores, p. 32.)

Embora a maioria dos colonos fosse de origem inglesa, as Treze Colônias receberam imigrantes irlandeses, escoceses, alemães e suíços, chegados principalmente no século XVIII. Como os demais, buscaram a América do Norte devido a perseguições político-religiosas em suas pátrias ou por causa de dificuldades econômicas.

A imigração teve outra fonte na própria América: muitos colonos procederam das Antilhas, onde a consolidação da grande propriedade resultou na expropriação de muitos pequenos e médios proprietários, o que os levou a se deslocar para as Treze Colônias.

A massa migratória foi engrossada ainda pelos escravos negros trazidos sobretudo da costa oeste da África, desde o norte de Senegâmbia até o sul de Angola, os quais se converteram na mão-de-obra essencial à economia das colônias do Sul.

"O crescimento tremendamente rápido da população é uma característica marcante da História Colonial. Excluindo os índios, havia 2.500 pessoas nas colônias em 1620; 114.000 em 1670; quase 300.000 em 1720; e acima de 2.500.000 (com cerca de 500.000 escravos negros) em 1775. E, nessa última data, cerca de um terço da população branca não era de origem inglesa." (APTHEKER, H., *op. cit.*, p. 36.)

3. A MONTAGEM DA EMPRESA COLONIZADORA

"A América Colonial inglesa não só apresentou entre suas colônias (em número de treze às vésperas de Independência) grande diversidade político-administrativa, mas também grandes diferenças socioeconômicas. Três grandes grupos de colônias distinguiram-se: as *Colônias do*

Norte (Nova Inglaterra) e *Centrais* constituíram o que denominamos de *colônias de povoamento ou de enraizamento*, isto é, áreas coloniais cuja economia não se vinculava à economia metropolitana; as *Colônias do Sul* enquadravam-se no contexto do sistema colonial, possuindo economia complementar à metropolitana e vivendo da exportação de produtos agrícolas: eram *colônias de exploração.*" (AQUINO, R.S.L. de e outros, *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*, Record, 1999.)

A. AS COLÔNIAS DO SUL

As colônias meridionais situavam-se em regiões de clima quente e solo demasiado rico, com planícies extensas e cortadas por correntes fluviais, cujas águas serviam para fertilizar as terras e eram de fácil navegação.

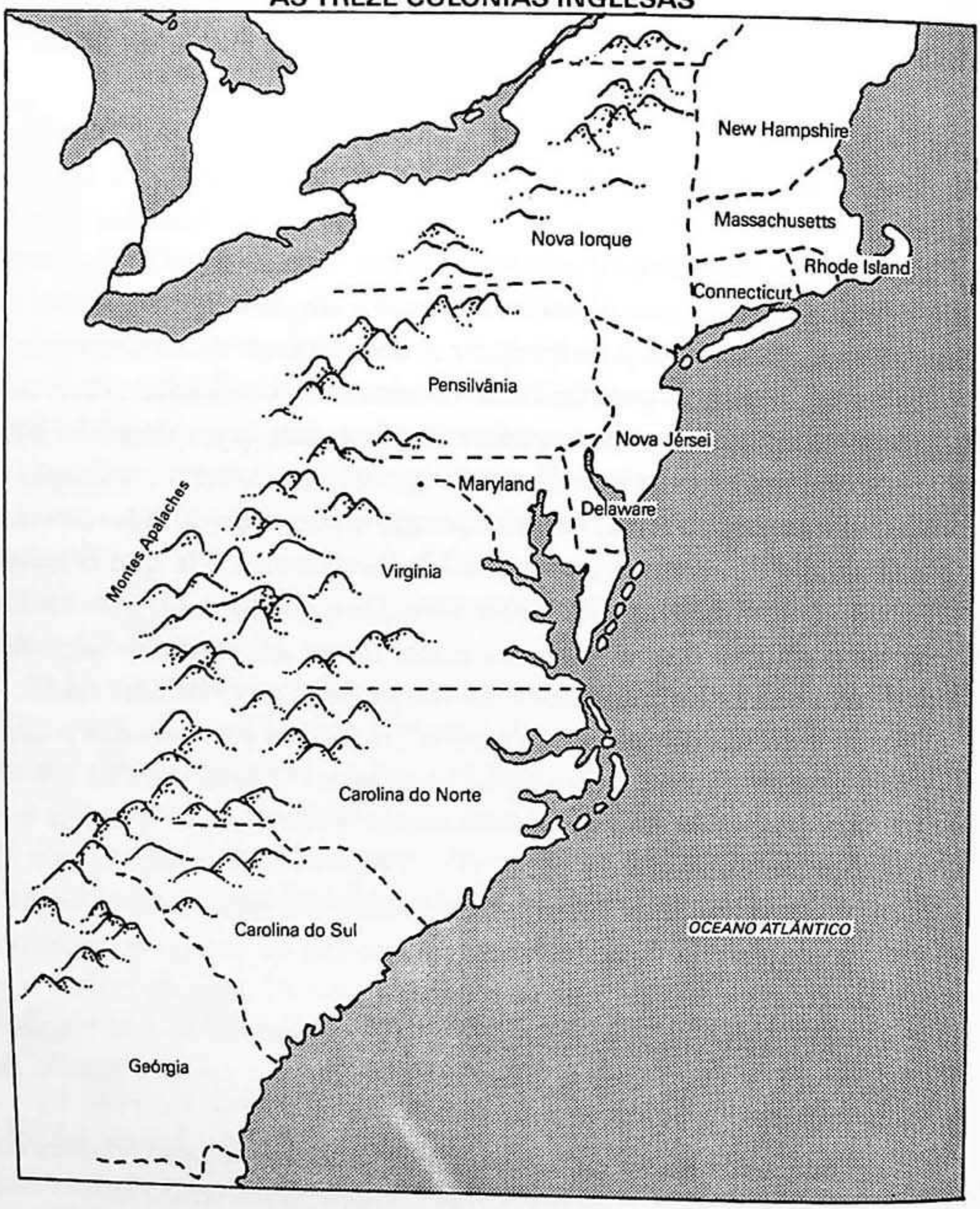
Essas características geoclimáticas ofereciam a possibilidade de produzir cultivos tropicais que encontrariam ampla aceitação no mercado europeu. Logo se manifestou a tendência à especulação da terra e à fixação de foros (tributos sobre a terra) elevados, o que limitava apenas aos mais ricos a possibilidade de serem proprietários. A comprovação de que o *tabaco*, convertido em *principal produto de exportação no século XVII*, não tardava a esgotar o solo — o que implicava novas terras de reserva — acentuou ainda mais a tendência ao predomínio das grandes propriedades rurais.

Nestas colônias o *trabalho escravo negro acabou prevalecendo* sobre a servidão branca, pois oferecia amplas vantagens. "Procedente de um clima tropical [o escravo negro] é mais imune às doenças da planície costeira do Sul. Seu período de trabalho (...) durava toda a vida. E com ele vinham os filhos nascidos durante a escravidão dos pais. O custo original do escravo constituía uma desvantagem, porém de caráter temporário. Se seu preço era de £ 20, que se repartiam por 20 anos de trabalho, o servo por contrato custava facilmente £ 10, por um período de 5 anos." (KIRKLAND, E.C., *História Económica de Estados Unidos*, Fondo de Cultura Económica, p. 77.)

Na medida em que a escravidão negra predominou nas relações de produção, as pequenas e médias propriedades foram sendo absorvidas pelas grandes, pois os pequenos e médios proprietários não tinham recur-

sos para comprar escravos. Em conseqüência, vendiam suas propriedades e se deslocavam para o interior ou para outras colônias. Essa migração interna foi engrossada com a participação dos servos por contrato que haviam resgatado suas dívidas e sido substituídos por escravos africanos.

AS TREZE COLÔNIAS INGLESAS



"Em pouco, o litoral sul tornou-se região de *grandes propriedades monocultoras (plantations), voltadas para o mercado externo,* formando-se uma sociedade aristocrática rigorosamente estratificada: senhores e escravos. Trata-se da situação colonial mais típica: as colónias são fontes fornecedoras de produtos agrícolas para a metrópole, e ao mesmo tempo funcionam como mercado consumidor de manufaturados (mobília, tecidos, livros etc.)." (AQUINO, R.S.L. de e outros, *op. cit.*)

Foi no Sul que a colonização inglesa começou efetivamente, quando, a mando da Companhia de Londres, se verificou a *fundação de Jamestown, núcleo inicial da Virgínia* (1607).

Por treze anos, a Virgínia constituiu a única colônia inglesa, com seus habitantes vivendo em condições precárias. "A fome e a enfermidade acabavam com os colonos (...) O famoso 'ano da fome', entre 1609 e 1610, levou os poucos sobreviventes ao canibalismo." (KIRKLAND, E.C., *op. cit.*, p. 56.) Entretanto, o início do cultivo do tabaco, entre 1612 e 1614, ofereceu excelentes possibilidades de lucro devido à rápida aceitação do produto no mercado inglês. Já em 1619 foram importados os primeiros escravos negros, embora os servos por contrato fossem mais utilizados como mão-de-obra até 1670. Em fins do século XVII, porém, o escravo negro havia se convertido no fator de trabalho mais importante.

O rápido progresso da Virgínia levou a Coroa a convertê-la em *colónia real* (1624) e estimulou o movimento de colonização, seja entre os que empresariavam o processo colonizador, seja entre os que se viram atraídos a viajar para a América do Norte. Inúmeras colônias foram criadas. Assim é que George Calvert (Lord Baltimore) obteve, em 1632, permissão para enviar colonos católicos para *Maryland, a segunda colónia criada no Sul.* Colônia de proprietário, Maryland orientou sua economia para o cultivo do tabaco, seguindo o exemplo da Virgínia. Utilização da mão-de-obra escrava e o predomínio das grandes propriedades logo caracterizaram a aristocrática sociedade escravista de Maryland.

Somente após a restauração dos Stuart surgiram novas colônias no Sul: *a Carolina do Norte* e *a Carolina do Sul*, doadas a dois proprietários: John Coleton e William Berkeley (1663). Povoadas por grupos deslocados de outras colônias, de huguenotes franceses e imigrantes da

Escócia, Suíça e Alemanha, as duas colônias basearam sua economia no cultivo *do índigo* e *do arroz*, produzidos por escravos negros em grandes propriedades.

A *última colônia* a ser fundada na região foi a *Geórgia* (1732), doada a James Oglethorpe, que se dispôs a criar uma comunidade formada por elementos condenados à prisão por dívidas. A fundação de Savana (1733) iniciou a ocupação da região, que acabou prosperando graças ao cultivo do arroz. Transformada em colônia real (1752), a Geórgia já se apresentava com uma economia de *plantation*: grandes propriedades em que a mão-de-obra era o escravo negro.

B. AS COLÔNIAS DO NORTE

A colonização inglesa em terras setentrionais, conhecidas como *Nova Inglaterra*, foi impulsionada principalmente pela imigração de puritanos perseguidos na Inglaterra.

A bordo do *Mayflower*, pouco mais de uma centena de puritanos (os *Peregrinos do Mayflower* ou *Pilgrim Fathers*) partiram de Plymouth, na Inglaterra, e desembarcaram nas costas de Massachusetts, onde fundaram New Plymouth (1620).

Foi então que 41 componentes da expedição firmaram um acordo (*The Mayflower Compact* ou *Pacto do Mayflower*), obrigando-se a se governarem de acordo com a vontade da maioria.

> "Em nome de Deus (...) Nós (...) tornamos presente (...) a nossa intenção de tudo ajustar e combinar em boa união, irmanados em uma corporação civil política, para nossa melhor organização (...) e em virtude de que serão estipuladas, constituídas e fixadas leis justas e imparciais (...)" (Trechos do Pacto do Mayflower, de 21 de novembro de 1620. MORRIS, R.B., *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*, Editora Fundo de Cultura, p. 12.)

O compromisso assumido constituiu a aplicação no plano político e social de práticas que os puritanos adotavam na Igreja Congregacionista, onde os fiéis livremente elegiam seus dirigentes, segundo *princípios democráticos.*

Com os indígenas aprenderam a cultivar o milho, "que complementava o trigo e outros produtos europeus que os colonizadores haviam levado consigo. Adaptando-se ao mar e à terra do país, os colonizadores lançaram sólidos fundamentos, para sua prosperidade econômica, com a pesca e o comércio de peles ao longo da costa norte. Sua sociedade era uma sociedade de pequenas localidades pesqueiras e agrícolas." (SAVELLE, M., *Historia de la Civilización Norte-Americana*, Editorial Gredos, p. 46.)

A colônia de New Plymouth, no entanto, foi posteriormente absorvida por *Massachusetts*, cuja fundação ligou-se aos empreendimentos da Companhia da Baía de Massachusetts. Esta companhia, ao ser dominada por dirigentes puritanos que emigraram para a América, transformou-se de uma companhia comercial em uma comunidade política que *lançou os alicerces de Boston* (1630). Foi nesse mesmo ano que se deu a Grande Migração, que resultou no desenvolvimento de diversas cidades em Massachusetts, como Newtown (atual Cambridge) e Salem.

"Rapidamente as cidades (...) estenderam-se ao longo da costa e, mais tarde, pelo interior; onde quer que fossem os grupos dividiam a terra em lotes (...) Mas o solo era pobre, (...) os invernos longos e curta a estação de cultivo; a agricultura era uma ocupação extremamente difícil e não muito lucrativa (...) A base da prosperidade de Massachusetts (...) foi criada nas cidades costeiras com a pesca, salga e exportação do peixe, e com a construção de barcos e botes com a madeira obtida dos primitivos bosques existentes ao longo do litoral (...)" (SAVELLE, M., *op. cit.*, p. 48.)

Em Massachusetts, todavia, estabeleceu-se a união entre Igreja e Estado, cabendo o governo a elementos da Igreja Congregacionista. O predomínio da oligarquia puritana resultou na *intolerância religiosa*. "O comerciante e negociante Thomas Morton foi banido para a Inglaterra por aquela oligarquia, por conduta subversiva e pensamentos perigosos. Não foi fora do comum a punição sofrida por um tal Phillip Ratcliffe, em 1631, condenado 'a ser açoitado, ter as orelhas cortadas, ser multado em quarenta xelins e banido' pelo crime de 'pronunciar palavras maliciosas e escandalosas contra o Governo e a Igreja'." (APTHEKER, H., *op. cit.*, p. 111.)

Esta situação contribuiu para o surgimento de *Rhode Island*, cujo núcleo inicial foi Providence, fundada por uma corrente de dissidentes liderada por Roger Williams (1636), considerando que "Deus não exige que se decrete nem se imponha em qualquer sociedade civil uma uniformidade religiosa". Em decorrência, a Carta de Rhode Island, obtida do Parlamento inglês em 1644, fixava a separação entre Igreja e Estado, a liberdade religiosa, a proibição da servidão e da escravidão, a obediência às leis aprovadas pela maioria e ao governo eleito pelos próprios colonos.

De Massachusetts também retiraram-se outros descontentes que organizaram novas colônias. O reverendo Thomas Hooker, à frente de puritanos de sua congregação, deslocou-se para o vale do Connecticut, onde fundou *Hartford* (1636). A nova colônia de *Connecticut* fixou em sua Carta que o direito de cidadania se fundamentava na propriedade da terra e não na religião. O desenvolvimento da colonização implicou conflitos com os holandeses que aí haviam erguido fortificações, logo tomadas pelos anglo-americanos.

"Fica disposto que deverá haver anualmente duas assembléias gerais (...) que as mencionadas assembléias devem constituir o poder supremo da comunidade e somente elas podem gozar do poder de promulgar leis ou rejeitá-las, garantir as cobranças de impostos, admitir novos homens livres, dispor de terras (...) e também deverão intervir em qualquer outro assunto (...) excetuando eleição de magistrados, que deve ser efetuada pelo conjunto dos cidadãos livres." (Trecho das Normas Fundamentais de Connecticut, de 24 de janeiro de 1639. MORRIS, R.B., *op. cit.*, pp. 14 e 15.)

Igualmente de Massachusetts proveio o grupo de colonos liderados por John Wheelwright que criou *New Hampshire* (1638), convertida em colônia real em 1679.

"Massachusetts, todavia, continuou sendo o coração e a cabeça da Nova Inglaterra. O esquema de sociedade que ali se formou foi, em linhas gerais, o de toda a Nova Inglaterra (...) A ordem social era dominada pelos ricos comerciantes e armadores que viviam, em sua maior

parte, nas cidades do litoral." (SAVELLE, M., *op. cit.*, p. 50.) Abaixo da burguesia urbana na hierarquia social situavam-se os pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes e artesãos, jornaleiros e servos por contrato.

As colônias da Nova Inglaterra puderam se desenvolver como *colônias de povoamento* porque suas atividades econômicas atendiam aos interesses dos próprios colonos e não se subordinaram às diretrizes da política mercantilista metropolitana. A pesca ofereceu excelentes possibilidades de lucro, pois o peixe salgado e embarricado era exportado em larga escala. Igualmente rendosa era a caça de animais, cujas peles serviam para a produção de roupas e agasalhos, consumidos nas próprias colônias ou comercializados na Europa.

A pequena extensão de terras aráveis, as quais nem sempre eram férteis, implicou uma *agricultura intensiva*, praticada em *pequenas propriedades* trabalhadas pelos proprietários e suas famílias, ou então pelos servos por contrato. A impossibilidade de cultivar produtos tropicais (inadequados às condições geoclimáticas da Nova Inglaterra), além da necessidade de produzir para o próprio sustento dos colonos, contribuiu para o predomínio da policultura; plantavam-se favas, variados tipos de batatas, milhos e outros cultivos aprendidos com os indígenas, além das plantas que vieram da Europa: trigo, centeio, aveia, árvores frutíferas etc.

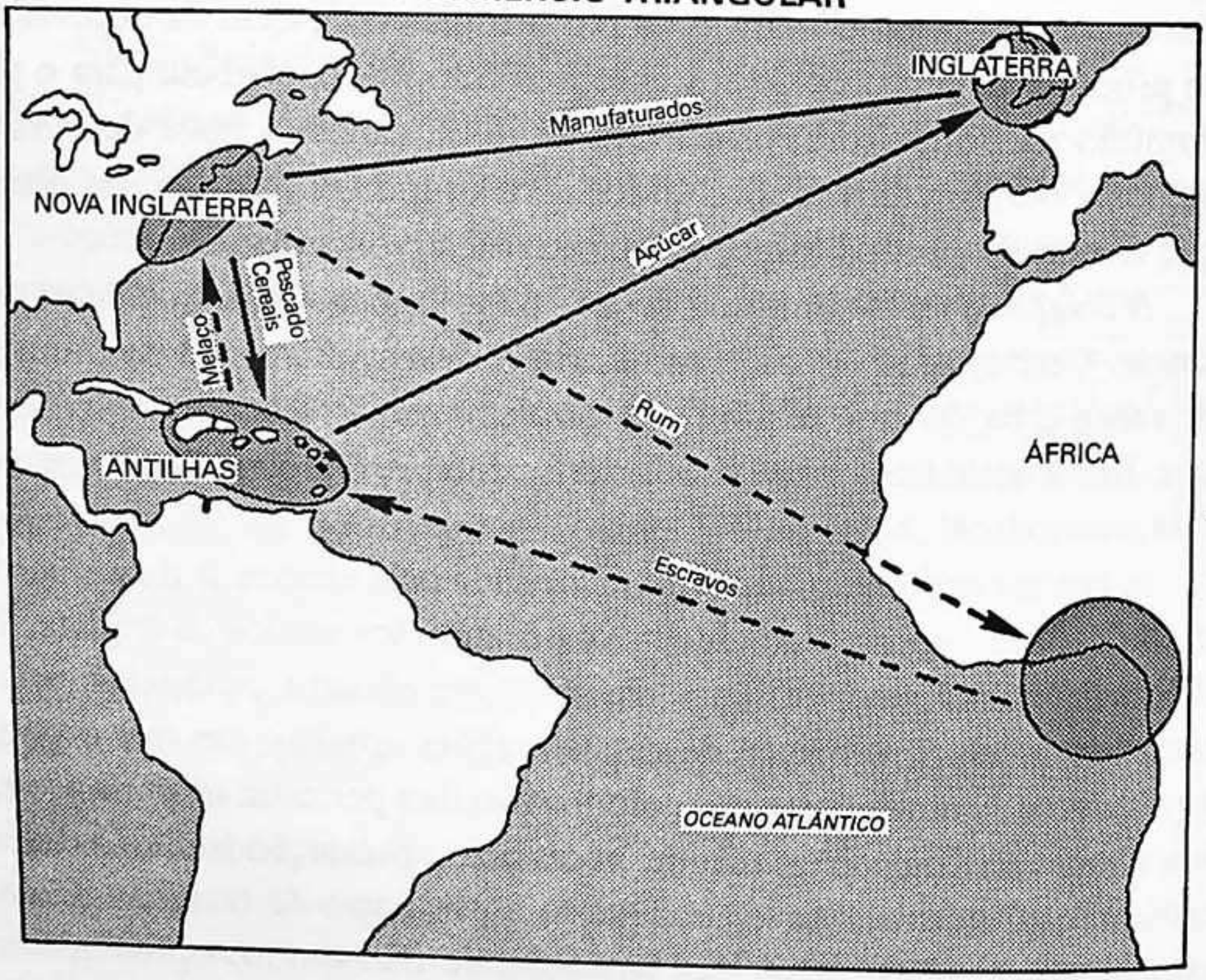
A *criação do gado*, iniciada desde 1624, logo assumiu grande importância. Criavam-se porcos, permitindo o desenvolvimento da indústria de carne e banha que servia para alimentar ativo comércio de exportação. Em Rhode Island e Massachusetts cedo prosperou a criação de ovelhas e carneiros.

A *precoce industrialização* foi favorecida pela existência de numerosa mão-de-obra, representada inclusive por artesãos vindos da Inglaterra e de outros países europeus, que, em pequenas oficinas, produziam para o mercado local. A formação de concentrações urbanas, em que o poder aquisitivo de grande parte dos colonos não lhes permitia adquirir produtos vindos da Inglaterra, tornou necessária a produção local. O desenvolvimento industrial teve a facilitá-lo a existência de matérias-primas, como peles diversas, madeiras, lã, ferro, alcatrão e outras provenientes das Antilhas (melaço). Estaleiros produziam embarcações utilizadas

pelos próprios colonos ou então vendidas para os Estados europeus, inclusive a Inglaterra. Do melaço importado das Antilhas produziram o *rum*, de amplo consumo local e no comércio com os indígenas e a África. Importante atividade industrial foi a produção de objetos de ferro e chumbo, como ferramentas agrícolas, utensílios domésticos, armas e munição. Nas oficinas confeccionavam-se tecidos (lã, algodão ou linho), chapéus e agasalhos feitos com peles de castor ou marta.

Na medida em que se criaram excedentes de produção, as atividades mercantis se expandiram, apesar das restrições estabelecidas pela Inglaterra segundo os princípios mercantilistas: a proibição do comércio de lã ou tecidos de lã entre as colônias ou com outro Estado que não fosse a Inglaterra (1699); a proibição de exportar chapéus de castor (1732); a não-permissão para produzir objetos de ferro (1750).

O COMÉRCIO TRIANGULAR



Se os norte-americanos manufaturarem um
novelo ou uma ferradura encherão seus portos
de navios e suas cidades de tropas.

(William Pitt, ministro inglês)

Essas proibições, contudo, não foram respeitadas, e a burguesia da Nova Inglaterra intensificou o comércio intercolonial e mais ainda com o exterior, sendo particularmente lucrativo o *comércio triangular Nova Inglaterra-África-Antilhas.* Graças às atividades comerciais, a burguesia da Nova Inglaterra pôde se fortalecer mediante o processo de acumulação do capital mercantil.

A maior concentração urbana e a preocupação dos puritanos com a educação contribuíram decisivamente para o *florescimento do ensino* e, conseqüentemente, das *atividades intelectuais.* Impostos asseguravam o funcionamento de escolas públicas, organizadas sob o modelo inglês, mas funcionando com administradores e educadores nascidos na América. Em Massachusetts fundou-se o Colégio de Harvard, em 1636, que originou a atual Universidade de Harvard. "Na mesma época (...) fundou-se a primeira e, durante uma geração, a única oficina tipográfica das colônias inglesas, de onde saíram, em profusão, almanaques, catecismos, devocionários e certos sermões pregados nas localidades e que os impressores de Londres se negavam a publicar. Tampouco foram esquecidas as Belas-Artes." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, tomo I, p. 69.) Desde cedo, jornais foram impressos, mas o primeiro a ter circulação permanente foi o *Boston News Letter*, surgido em 1704.

C. AS COLÔNIAS CENTRAIS

As colônias surgidas na região central foram das últimas a ser fundadas, o que não significou que ela permanecesse excluída do movimento colonizador europeu. Já mencionamos anteriormente a existência de núcleos colonizadores criados por holandeses, franceses e suecos. Somente com a restauração dos Stuart, em 1660, ocorreu novo impulso colonizador, em parte ligado ao interesse de elementos da nobreza inglesa em obter vastas propriedades na América a fim de aumentar suas

riquezas. É o caso, por exemplo, do Duque de Iorque, que recebeu do seu irmão, o rei Carlos II, *a colônia de Nova Iorque* (1664), recém-conquistada aos holandeses.

Já a colônia de *Pensilvânia* surgiu como uma área destinada a acolher os *quakers* que eram perseguidos na Inglaterra. Doada por Carlos II a William Penn, líder da seita organizada por George Fox, em pagamento a uma dívida da Coroa (1681), a colônia desenvolveu-se rapidamente, muito contribuindo para isso a liberdade religiosa e a facilidade de obtenção de terras a baixo preço. Emigrantes alemães e *quakers* ingleses e galeses afluíram em tão grande número que em menos de quatro anos a Pensilvânia possuía quase 10.000 habitantes brancos.

Nova Jérsei surgiu em 1664, por desmembramento da Pensilvânia: concedida a Lord John Berkeley e a Sir George Carteret, suas terras já eram ocupadas por puritanos ingleses e holandeses procedentes da Nova Inglaterra. Seus proprietários fundaram Elisabetown e asseguraram a liberdade religiosa, condições liberais para a propriedade da terra e concessões políticas que atraíram novas correntes de colonizadores.

Habitada originalmente por suecos, a colônia de *Delaware* foi conquistada pelos holandeses (1655) e, posteriormente, pelos ingleses (1664), quando passou a fazer parte de Nova Iorque. Cedida à Pensilvânia (1682), tornou-se *colônia autônoma* em 1701.

Localizadas em uma *região de transição entre a Nova Inglaterra e as colônias do Sul*, as colônias centrais possuíam férteis planícies, irrigadas por chuvas abundantes, condições que favoreciam o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Predominavam as *pequenas propriedades*, cujas terras lavradas permitiam abundantes colheitas de milho, centeio, aveia e especialmente trigo, os quais constituíam os principais produtos de exportação, inclusive para as Antilhas. Também era geral o cultivo de frutas, como pêssego, maçã, melões e melancia.

A própria heterogeneidade da população influiu tanto no cultivo da terra como na criação do gado, visto que raças diversas foram importadas da Europa — porcos, ovelhas e touros —, originando numerosos rebanhos que proporcionavam alimentos e matérias-primas.

As *indústrias* também constituíam florescente atividade econômica, não obstante a legislação mercantilista fosse hostil à produção manufatureira colonial. As madeiras das ricas florestas eram trabalhadas nas serra-

rias que forneciam material para *construção naval*, intensamente praticada nos estaleiros de Nova Iorque. Nova Jérsei e Pensilvânia destacaram-se na manufatura, enquanto em todas as colónias centrais, como na Nova Inglaterra, a produção caseira de geléias, gelatinas e bebidas gerou um excedente comerciável. Moinhos estabelecidos no Delaware, Nova Iorque e Pensilvânia produziam farinhas diversas, destacando-se a farinha de trigo que era ensacada e exportada em larga escala.

"Estabeleceu-se também ativo comércio de peles com os indígenas, trocadas geralmente por pólvora e rum (...) Desde os primórdios do Período Colonial, portanto, as Colônias Centrais e as Setentrionais tiveram um início de atividades manufatureiras." (AQUINO, R.S.L. de e outros, *op. cit.*)

4. AS INSTITUIÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

A maneira como se processou a colonização, resultante muito mais da ação de particulares que empreenderam o movimento colonizador, sendo mínima a interferência do Estado, contribuiu para a montagem da *máquina político-administrativa mais simples* do que a organização nas áreas coloniais ibéricas da América.

Na América Colonial inglesa *todas* as colônias *possuíam suas próprias autoridades*, que funcionavam independentes umas das outras e teoricamente subordinadas diretamente à metrópole.

Durante o período colonial três tipos de colônias se constituíram:

• as *colônias de companhias de comércio*, cujos habitantes possuíam seus direitos assegurados por uma carta real; geralmente atribuíam aos colonos o direito de escolher seus funcionários e demais autoridades coloniais; conhecidas também como *colônias corporativas*, foram das primeiras a ser fundadas: Virgínia e Massachusetts;

• as *colônias de proprietários* eram aquelas dadas em concessão a um indivíduo da nobreza ou da burguesia que, hereditariamente, assumia todos os direitos sobre o território doado e, livre de qualquer taxação, comprometia-se a organizar a colonização; oito colônias foram fundadas por proprietários: Maryland, New Hampshire, Nova Jérsei, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Pensilvânia, Nova Iorque e Geórgia;

• as *colônias régias*, também chamadas de *colônias da Coroa*, foram aquelas em que o rei assumiu o encargo de prosseguir o processo colonizador por desistência dos primeiros concessionários: o proprietário ou a companhia de comércio. Nenhuma das colônias régias foi fundada pelo Estado inglês. A primeira colônia desse tipo foi Virgínia. No século XVII e boa parte do século XVIII constituíram o tipo menos comum das Treze Colônias. As mudanças ocorridas na Inglaterra, com a implantação do parlamentarismo e o aceleramento do avanço para o capitalismo, implicaram nova política metropolitana para as colônias: *as colônias da Coroa passaram a constituir a maioria*, com exceção de Maryland, Delaware, Pensilvânia, Connecticut e Rhode Island.

Em cada colônia havia um *governador*, que era nomeado nas colônias da Coroa e nas de proprietários. Representante dos interesses metropolitanos, dispunha de poderes amplos, inclusive o de vetar leis votadas pelas assembléias locais. Nas colônias das companhias de comércio, o governador era eleito pelos próprios colonos, geralmente com mandato de um ano e sem dispor do direito de veto.

Cada colônia dispunha de um *conselho* ou *câmara alta*, cujos integrantes eram nomeados dentre os colonos mais influentes ou ricos, a não ser em Massachusetts, Connecticut e Rhode Island, onde os conselheiros eram escolhidos por eleição. Funcionava como órgão assessor do governador para assuntos coloniais.

As Treze Colônias tinham suas *assembléias* eleitas pelos *homens livres*, ou seja, os colonos que podiam votar ou ser votados. O critério para tal qualificação variava bastante: ser proprietário de terras, possuir determinada renda, pertencer a certa religião. Chamadas de *Legislativa* ou *Câmara dos Representantes*, cabia-lhes elaborar as leis e fixar os impostos cobrados aos habitantes da colônia. A manutenção dessas atribuições durante a maior parte do período colonial contribuiu para reforçar os sentimentos de autogoverno dos colonos.

A nossa vassalagem só nos submete às leis
da Inglaterra quando vivemos na Inglaterra,
portanto as leis do Parlamento inglês não
vão além de lá.

(Declaração da Assembléia de Massachusetts)

Já no século XVIII, o abandono da política de Negligência Salutar pela metrópole implicou a aprovação de leis no Parlamento que fixaram tributos a serem cobrados aos colonos, o que provocou violenta reação das Treze Colônias.

5. CONFLITOS INTERCOLONIAIS

No decorrer da Época Moderna, a expansão marítima, comercial e colonial da Inglaterra fizera-se sobretudo à custa da Espanha e da Holanda, vencidas pelos ingleses, que se aproveitaram para tomar colónias das potências derrotadas e, com isso, ampliar o Império inglês. As crises internas da Inglaterra durante a Revolução Puritana (1642-1649) e a restauração dos Stuart (1660-1688), no entanto, facilitaram a hegemonia da França na segunda metade do século XVII. Após a Revolução Gloriosa (1688-1689), que implantou o parlamentarismo na Inglaterra, as transformações econômicas foram aceleradas, preparando a Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XVIII. Em pleno processo de desenvolvimento capitalista, *a burguesia inglesa via na França*, onde o Antigo Regime entrava em crise, *um obstáculo a sua maior expansão comercial, colonial e marítima.*

O antagonismo franco-inglês, dominante nas relações internacionais no século XVIII, refletiu-se na América, onde a *colonização inglesa* na América do Norte se fez *paralelamente à colonização francesa* em terras do Canadá e da Luisiana.

À medida que a colonização inglesa avançava para o interior, via sua expansão dificultada a oeste e ao norte pelas áreas de colonização francesa na América ao Norte. Entre os próprios colonos ingleses e franceses dedicados ao comércio de peles raras, as hostilidades foram uma constante, mesmo quando não havia guerra na Europa entre Inglaterra e França.

"Por outro lado, a confederação dos iroqueses, cuja esfera de influência compreendia a parte superior do Estado de Nova Iorque, a maior parte da Pensilvânia e o velho Noroeste, permaneceu fiel a sua aliança com os ingleses (...) que podiam provê-los de cobertas e de bebidas mais baratas que as dos franceses; e os iroqueses não só continuavam

impermeáveis aos esfoços dos missionários franceses, mas em certas ocasiões irrompiam pelo território das nações índias da Bacia do São Lourenço, aliadas dos franceses." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S. *op. cit.*, tomo I, p. 95.)

Muitos colonos ingleses viam imensas riquezas nas terras banhadas pelas bacias hidrográficas do Ohio, Missúri e Mississipi serem usufruídas pelos franco-americanos que dominavam aquelas regiões de grande importância econômica.

Essas razões explicam as *cinco guerras intercoloniais* que correspondem a guerras travadas na Europa e em outras regiões entre a Inglaterra e a França, que teve a Espanha como aliada a partir do início do século XVIII, quando um Bourbon passou a reinar em Madri.

O primeiro desses conflitos foi a *Guerra da Liga de Augsburgo*, conhecida na América como *Guerra do Rei William* (1688-1697), que implicou incursões dos colonos franco-americanos aos territórios da Nova Inglaterra, onde a devastação ocorrida provocou represálias dos anglo-americanos. Port Royal foi conquistada, mas o Tratado de Ryswick estabeleceu a devolução daquela cidade e não trouxe nenhuma alteração para as fronteiras coloniais.

De 1701 até 1713, ocorreu a Guerra da Sucessão de Espanha, na América chamada de *Guerra da Rainha Ana* e envolvendo operações militares na Carolina do Sul, cujos habitantes tiveram de lutar contra os franceses de Luisiana e seus aliados espanhóis da Flórida. Nesta área meridional, a luta decorreu também das ambições dos colonos da Carolina do Sul em dominar a bacia do Mississipi, onde abundavam as peles de búfalo e de gamo, de amplo consumo no mercado europeu. Na Nova Inglaterra, onde os colonos de Massachusetts chegaram a solicitar ajuda da metrópole para *conquistar o Canadá*, os anglo-americanos, mais uma vez, se apoderaram de Port Royal, rebatizada com o nome de Anápolis. Com o Tratado de Utrecht (1713) a França cedeu à Inglaterra a Acádia, desde então conhecida como Nova Escócia, a Ilha de Terra Nova, cujos bancos pesqueiros atraíam colonos da Nova Inglaterra para a pesca do bacalhau, além de outras concessões.

Em 1739 rebentou nova *guerra entre a Inglaterra e a Espanha*, na América denominada *Guerra da Orelha de Jenkins*, comerciante inglês que teve sua orelha decepada por piratas espanhóis. Durante as hostili-

dades a Geórgia foi atacada, sem sucesso, por frota espanhola, e numerosos colonos anglo-americanos pereceram em fracassada incursão inglesa a Cartagena, no vice-reino de Nova Granada.

De 1745 até 1748 houve a *Guerra de Sucessão Austríaca*, conhecida na América como *Guerra do Rei George*. Novamente sucederam-se combates nas áreas setentrionais das Treze Colônias, tendo uma expedição partido de Boston (Massachusetts) e se apoderado de Louisbourg na ilha do Cabo Bretão, cujo controle favoreceria a ação de barcos pesqueiros na foz do rio São Lourenço e Terra Nova. A assinatura do Tratado de Aix-la-Chapelle estabeleceu a restituição de Louisbourg à França, o que não agradou aos anglo-americanos.

Esse tratado não foi senão uma trégua entre anglo-americanos e franco-americanos, cujos antagonismos haviam atingido seu ponto culminante. Nas Treze Colônias organizaram-se diversas empresas — como a Companhia de Ohio, a Companhia Greebier e a Companhia Loyal — que especulavam sobre as terras do Oeste, onde os franceses haviam estabelecido recentemente uma série de fortes na bacia do Ohio. Ora, acontece que essa região era de alto valor para o comércio de peles com os índios. Autoridades coloniais enviaram o coronel George Washington, à frente de milicianos, ao vale do Ohio, onde, sem declaração de guerra, atacou os franceses, mas foi vencido (1754).

Começava então a mais longa das guerras intercoloniais: a *Guerra Franco-Índia*. Este conflito antecedeu em dois anos a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), em que novamente se defrontaram França e Inglaterra, com resultados decisivos para a posterior evolução da história colonial. Ao término das hostilidades, a França perdeu suas colônias na América: o Canadá e ilhas antilhanas. A Guerra Franco-Índia, "ao remover o inimigo francês, fez com que os colonos se sentissem menos dependentes do poder militar da Inglaterra. Ao elevar a níveis até então sem precedentes a dívida nacional da Inglaterra (...) ajudou a provocar uma política de lançamento de impostos e de comércio cada vez mais onerosa para as colônias, de parte da Grã-Bretanha, exatamente quando essas colônias haviam-se tornado mais numerosas, mais altamente comercializadas e mais independentes, no sentido militar, econômico e psicológico, do que jamais haviam sido em relação à Inglaterra". (APTHEKER, H., *op. cit.*, p. 33.)

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Caracterizar a conjuntura da Inglaterra no início do século XVII e sua importância na colonização da América.

2. Apontar a principal razão da vinda de imigrantes para a formação das Treze Colônias inglesas.

3. Caracterizar do ponto de vista socioeconômico as colônias do Sul.

4. Caracterizar economicamente as colônias do Norte (Nova Inglaterra) e centrais.

5. Explicar cada um dos três tipos de colônias constituídos durante o período colonial.

6. Citar as principais causas das guerras intercoloniais.

A Colonização Francesa na América

1. A FRANÇA NA AMÉRICA NOS SÉCULOS XV E XVI

A ação colonizadora da França na América só se tornou efetiva no século XVII.

Enquanto Portugal e Espanha já haviam completado sua formação político-territorial, o que lhes permitiu dominar o oceano Atlântico nos séculos XV e XVI, os franceses ainda estavam envolvidos no processo de formação do seu Estado Nacional. Nessa conjuntura, os empreendimentos franceses, comerciais ou coloniais, na América, tiveram *resultados efêmeros nos dois séculos iniciais* da Época Moderna.

Na América do Norte, embarcações procedentes da França Setentrional dedicaram-se à pesca da baleia e do bacalhau no litoral da Terra Nova, no Canadá.

Proclamando o direito de suas embarcações "navegar pelo mar livre", Francisco I contratou o florentino Giovanni Verrazzano, que tomou posse da Terra Nova em nome do rei da França e, buscando *uma passagem para a China* (a *passagem de noroeste*), velejou por águas litorâneas dos atuais Estados Unidos (1524).

"Francisco I ofereceu uma subvenção de seis mil libras (...) para que se explore no Oeste 'certas ilhas e costas nas que se diz haver grande quantidade de ouro'. Jacques Cartier fretou dois barcos, navegou para o Labrador e (...) penetrou no majestoso estuário de um rio que chamou de São Lourenço. Na Baía de Gaspé fez ondear a bandeira com a flor-de-lis e plantou uma cruz de trinta pés de altura, com a inscrição 'Viva o Rei da França'. Os indígenas repetiam o nome de Canadá para designar suas choças ou povoados. Essa, por conseguinte, será a terra do Canadá." (SÉDILLOT, R., *Historia de las Colonizaciones*, Aymá S.A. Editora, p. 262.) Entre 1534 e 1541, Cartier fez três viagens ao rio São Lourenço, em cujas margens tentou, sem sucesso, organizar uma colônia. Embora efêmeras, essas atividades na *Nova França*, como foi denominada a região, serviram de fundamento da colonização, que só se concretizaria no século seguinte.

Também na *Flórida* e no *Rio de Janeiro* houve tentativas de colonização patrocinadas pelo almirante Gaspar de Coligny, que enviou levas de huguenotes (ou calvinistas) para aquelas regiões. Na Flórida, Jean Ribault e Goulaine de Laudonnières fundaram *Charlesfort* (1563-1567), destruído pelos espanhóis. No Rio de Janeiro, Nicolau Durand de Villegaignon criou a *França Antártica*, arrasada pelos portugueses.

Em todos os casos, o fracasso das colônias francesas é explicado, em parte, pelas condições precárias em que foram criadas. Os recursos humanos e materiais usados foram mínimos, e os problemas internos da França, com a ocorrência das Guerras de Religião, que se prolongaram por toda a segunda metade do século XVI (1562-1598), *impediram o prosseguimento da política ultramarina*, somente reiniciada no século XVII.

Além do mais, em fins do século XV e primeira metade do século XVI, quando as expedições francesas atingiram o Novo Mundo — inclusive em atividades corsárias e de contrabando —, o interesse maior dos soberanos franceses era por uma política italiana, o que os levou a se envolverem em prolongado conflito com os Habsburgo da Espanha e do Sacro Império Romano-Germânico: as chamadas *Guerras da Itália* (1494-1559). Isto sem falar na necessidade de os monarcas apoiarem a burguesia da França Meridional em suas *atividades no Mediterrâneo*, onde os acordos comerciais com a Turquia Otomana garantiam amplos rendimentos.

Acrescente-se que muitos burgueses investiam seus capitais na compra de cargos honoríficos, cujo desempenho possibilitava uma ascensão social. Esta prática, contudo, reforçava os setores parasitários da sociedade, pouco interessados em aplicar capitais em empreendimentos comerciais ou coloniais.

"Por todas estas razões, os Reis apoiaram ou não os colonizadores, segundo as exigências de uma espécie de chantagem diplomática exercida sobre os governos espanhol e português." (MOUSNIER, R., *Os séculos XVI e XVII, História geral das civilizações*, DIFEL, tomo IV, p. 84.)

2. A COLONIZAÇÃO NA AMÉRICA DO NORTE

A. A EMPRESA COLONIAL NO CANADÁ

Com o restabelecimento da ordem interna no reinado de Henrique IV (1589-1610), cujo absolutismo monárquico já se apresentava consolidado e fazia da política mercantilista uma de suas bases de sustentação, a *ação colonizadora* francesa pôde tornar-se *efetiva em terras americanas.*

Foi no *Canadá*, ou *Nova França*, que se criaram os *primeiros estabelecimentos coloniais* duradouros. Graças à ação de Samuel Champlain fundou-se *Port-Royal* (1605), no litoral do Atlântico, e *Quebec* (1608), em uma das margens do rio São Lourenço, logo convertida em foco de irradiação para o interior.

Apesar do promissor impulso inicial, "longos anos se escoariam antes que o povoamento tivesse seu elã definitivo. A principal dificuldade provinha das condições adquiridas pela colonização. A metrópole, recusando assumir as despesas, deixou à iniciativa privada a tarefa de realizá-la. Companhias foram constituídas, recebendo do Rei o monopólio do comércio de peles em territórios que deviam colonizar. Desta dupla incumbência (...) as companhias somente se preocuparam com o lado comercial. À ampliação do comércio de peles e de seu complemento natural, a descoberta de novos territórios, elas vieram inevitavelmente a sacrificar sua missão colonizadora". (GIRAUD, M., *Histoire du Canada*, PUF, p. 17.)

Paralelamente à luta contra a dinastia dos Habsburgo do Sacro Império Romano-Germânico e da Espanha (Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648), o cardeal Richelieu procurou intensificar a colonização do Canadá. Com esse objetivo autorizou a organização da *Companhia dos Cem Associados*, também chamada de *Companhia da Nova França*, atribuindo-lhe o monopólio do comércio de peles canadenses durante 15 anos. Neste prazo a companhia deveria transportar quatro mil franceses católicos para o Canadá a fim de ativar o povoamento branco, ainda que a conversão dos indígenas devesse ser realizada.

> "É *render glória a Deus e procurar a felicidade do Reino* (...) procedendo à conversão dos povos submetidos à impiedade e à barbárie." (Carta do cardeal Richelieu ao rei Luís XIII. SEDILLOT, R., *op. cit.*, p. 284.)

Durante 15 anos a companhia teria ainda a isenção do pagamento de impostos sobre as mercadorias que enviasse à França.

Embora fizesse amplas concessões à Companhia dos Cem Associados, a monarquia francesa cometeu o erro de *marginalizar o elemento protestante*, com isso excluindo a participação dos huguenotes, muitos dos quais integrantes da burguesia. Desse modo, afastou capitais e indivíduos que poderiam tornar mais sólida a ação colonizadora na América do Norte.

A política indigenista iniciada desde Champlain levou à conclusão de *acordos com os hurões e algonquinos*, disso resultando forte mestiçagem e a intensificação do comércio de peles preciosas, como a dos castores e cervos. Contudo, este comércio baseava-se essencialmente na troca de peles por bebidas alcoólicas (aguardente e licores), o que provocou protestos dos jesuítas, gerando conflitos com os demais colonizadores. Os atritos com os jesuítas também se ligavam ao fato de esses sacerdotes tentarem isolar os indígenas mediante sua integração em *reduções* semelhantes às organizadas na América do Sul. Ora, aos comerciantes e *coureurs de bois* (ou *batedores de matas*) interessava que os indígenas continuassem a viver em suas próprias aldeias, onde livremente poderiam trocar peles raras por vasilhas, machados e até armas de fogo. Os hurões e ottawas chegavam inclusive a funcionar como intermediários desse

comércio: de outras tribos adquiriam peles e revendiam aos franco-canadenses, seja nas suas aldeias, seja na feira anual de Montreal.

A colonização, contudo, enfrentou sérias dificuldades pelas constantes *guerras contra os iroqueses*, cuja belicosidade se prendia a suas rivalidades com os hurões e algonquinos, aliados dos franco-canadenses. Essas guerras também decorreram da política inglesa que se utilizou dos iroqueses para atacar as áreas coloniais francesas na América do Norte.

Muitos frades e poucos agricultores.

(Colbert, secretário de Finanças de Luís XIV)

A colonização ganhou maior vigor quando, aconselhado por seu ministro Jean-Baptiste Colbert, Luís XIV resolveu tirar o Canadá do controle da Companhia dos Cem Associados e *transformá-lo em colônia da Coroa*.

Diferentemente de Richelieu, que via nas colônias um benefício político, Colbert considerava o Canadá e as demais colônias como áreas complementares da economia metropolitana, ou seja, *colônias de exploração*. A fim de atingir esses objetivos, empreendeu-se a reorganização administrativa do Canadá e se intensificou o seu povoamento.

No plano administrativo criou-se o cargo de *governador geral*, representante do rei e residente em Quebec, cabendo-lhe o comando das forças militares, a fiscalização do relacionamento com os índios e a presidência do Conselho. Cuidando das questões relativas à justiça, fazenda pública e vida civil estava o *intendente*. Um *Conselho*, com representantes eleitos de Trois Rivières, Quebec e Montreal, além do bispo de Quebec, assessorava o governador geral sobre assuntos diversos e funcionava também como tribunal de apelação. Todo o Canadá foi subdividido em paróquias, cada uma possuindo um sacerdote, um juiz e um comandante da milícia.

A emigração foi estimulada mediante práticas as mais diversas:

• condenados foram retirados das prisões e deportados para o Canadá;

• prêmios foram oferecidos a mulheres que contraíssem matrimônio no Canadá;

• numerosas senhorias foram criadas às margens do rio São Lourenço, sendo o beneficiário obrigado a dividi-las em parcelas entre arrendatários que deveriam pagar corvéias, banalidades e censos;

• envio de um regimento de 1.200 homens que, além de submeter os iroqueses, cujas incursões causavam enormes perdas aos franco-americanos, acabaram se estabelecendo como colonizadores, após receber um lote de terra ao darem baixa;

• remessa de camponeses que eram contratados para trabalhar durante três anos, findos os quais recebiam terras gravadas com um pequeno imposto; eram os *engajados* ou *trente-six-mois* que trabalhavam em regime de servidão.

Apesar do incentivo do governo francês, o *povoamento permaneceu reduzido*. "Em 1663 havia 2.500 brancos no Canadá, dos quais 800 em Quebec. Em fins do século, o Canadá tinha 12.000 habitantes." (MOUSNIER, R., *op. cit.*, p. 86.) Em 1713, os habitantes eram 18.000; em 1744, 45.000; em 1763, 65.000. Esse crescimento populacional, contudo, explica-se muito mais pelo elevado índice de natalidade das famílias franco-americanas do que pela imigração. Além do mais, a *população vivia dispersa*, para isso muito contribuindo os atrativos oferecidos pelo comércio de peles, pela exploração dos bosques e pela pesca, que são atividades econômicas nômades ou seminômades.

No processo colonizador a Igreja desempenhou um papel tão importante quanto o exercido na América Ibérica. Proprietária de grandes extensões de terras que eram cultivadas por arrendatários submetidos ao dízimo eclesiástico e à obrigação de entregar parte do produzido, a Igreja era uma das forças de concentração de riquezas e de poder. Além da evangelização dos indígenas, os sacerdotes encarregavam-se também do ensino realizado nas escolas paroquiais e de inúmeras obras de assistência social. Constituindo um dos sustentáculos da colonização, inclusive atuando como agentes de expansão dos domínios franco-americanos, os jesuítas tiveram marcante atuação na América do Norte francesa: "evangelizadores, exploradores, agentes comerciais e agentes políticos, isto porque as autoridades civis julgaram conveniente manter um jesuíta em cada aldeia indígena." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo V, p. 635.)

B. A EMPRESA COLONIAL NA LUISIANA

À medida que a colonização da Nova França avançou pelo interior, as possibilidades econômicas oferecidas pelo comércio de peles estimularam a organização de expedições para explorar as bacias fluviais situadas ao sul dos Grandes Lagos.

Em busca do "Pai das Águas", o comerciante Louis Jolliet e o jesuíta P. Marquette navegaram pelos rios Mississipi, Illinois e Missúri, situados em terras dos atuais Estados Unidos. "Não chegaram à foz do Mississipi, mas deduziram que o rio desaguava no Golfo do México. Quem fez o percurso do Lago Michigan à desembocadura do Mississipi foi Cavellier de la Salle em 1682. Este tomou, então, posse do rio, afluentes e terras por ele banhadas." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo V, p. 639.)

> *Tomo posse, em nome de Sua Majestade,*
> *deste país de Luisiana.*
>
> (Cavelier de la Salle, em 1682)

Começava, então, a surgir nova área de colonização francesa: a Luisiana. Criava-se, porém, um duplo problema, pois sairia do Canadá, de população reduzida, o impulso colonizador da Luisiana: os batedores das matas, que buscavam peles de marta, castor, visão etc., e os jesuítas em sua missão evangelizadora foram os principais agentes da empresa colonial na Luisiana, também *ocupada basicamente por feitorias, fortes e missões.*

Interessado em reforçar seus domínios na América do Norte, Luís XIV aceitou os projetos do canadense Pierre Le Moyne, senhor de Iberville, para a exploração e ocupação da Luisiana. Empreendeu expedições ao Mississipi, em cuja embocadura, nas vizinhanças do golfo do México, Le Moyne fundou Biloxi (1699) e Mobille (1700).

> "Se a França não tomar esta região, a Inglaterra o fará e, com isso, passados cem anos, toda a América." (Pierre Le Moyne. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo V, p. 640.)

Para Mobille foram atraídos colonos do Canadá e da França, mas era precário o domínio francês na região, não só por causa do povoamento disperso e numericamente reduzido, mas porque era ameaçado pelas presenças espanhola na Flórida e inglesa nas Treze Colônias, cuja expansão era bloqueada pelos franceses do Canadá e da Luisiana.

Em inícios do século XVIII, o banqueiro escocês John Law criou na França uma companhia para especulações desonestas e, a fim de atrair capitais, a Luisiana foi usada como chamariz.

> "No Mississipi pode-se ver montanhas cheias de ouro, de prata, de cobre (...) Os selvagens, de boa vontade trocam grandes pepitas de ouro ou barras de prata por facas (...), pequenos espelhos ou por um pouco de aguardente." (Trechos de cartaz impresso por John Law. SÉDILLOT, R., *op. cit.*, p. 296.)

Embora a companhia tivesse falido fraudulentamente, arruinando muitos dos seus acionistas, o empreendimento de Law possibilitou a fundação de *Nova Orleans*, logo convertida em *capital da Luisiana* (1717).

As bases socioeconômicas da Luisiana, contudo, permaneceram frágeis: povoamento reduzido e disperso porque fundamentado no comércio de peles com os indígenas.

> "Bem governadas, as colônias são um dos meios mais seguros de conservar e de estender o poderio dos grandes Estados (...) Após haver abandonado a América do Sul aos espanhóis e aos portugueses, iremos abandonar a América do Norte aos ingleses? Unicamente um domínio estável da Luisiana poderá nos salvar..." (Parecer do Conselho da Marinha, em fevereiro de 1717. HANOTAUX, G., e MARTINEAU, A., *Histoire des Colonies Françaises et de l'Expansion de la France dans le Monde*, tomo I, Librairie Plon, pp. 293 e 294.)

3. A COLONIZAÇÃO NAS ANTILHAS

Na área antilhana, a ação francesa fez-se presente desde o século XVI, quando embarcações de piratas e corsários assaltaram os navios e colônias espanholas no mar do Caribe.

Desde 1521 Giovanni Verrazzano, florentino a serviço de França, deu o exemplo ao roubar um barco cheio de riquezas obtidas por Cortez ao conquistar o império asteca. "Em Cuba ocorreram os primeiros ataques dos franceses, por volta de 1537, porque a Espanha estava em conflito com a França desde o ano anterior. Havana, Santiago de Cuba e Baracoa viram navios franceses entrar em seus portos e pilhar as embarcações espanholas neles fundeadas. A cobiça francesa dirigiu-se para Santa Marta, que foi saqueada e incendiada (...) Foi a partir de 1555, quando a guerra com a França recomeçou, que os ataques recrudesceram e se agravaram." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo V, pp. 543 e 544.)

O início das Guerras de Religião, que se prolongaram até o final do século XVI, teve um efeito paralisador nas atividades francesas na América. Somente no século XVII, com a consolidação do absolutismo e atendendo aos princípios do mercantilismo, a ação ultramarina foi reiniciada.

Aproveitando-se do desinteresse espanhol pelas Pequenas Antilhas, que foram abandonadas, marinheiros franceses e de outras nacionalidades (ingleses, holandeses, dinamarqueses) nelas se infiltraram visando o estabelecimento de bases permanentes de *contrabando, pirataria e atividade corsária.*

Desde 1623, náufragos franceses provenientes de Dieppe construíram um fortim na ilha de São Cristóvão, cuja colonização foi efetivamente empreendida pela *Companhia de São Cristóvão*, autorizada a povoar a ilha pelo cardeal Richelieu (1626).

A Companhia contratou colonos na França, iniciando uma prática, logo difundida nas Antilhas francesas, onde se tornou tão importante mão-de-obra como o foi no Canadá e na Luisiana: *a servidão branca.* Os *engajados* (ou *engajés*, como foram chamados) eram indivíduos sem recursos, inclusive para cobrir os gastos necessários da sua viagem da França para uma colônia, que assinavam um contrato com o *engajador*

ou *passador*, pagando-lhes este o transporte em troca da obrigação de servir na colônia por três anos, onde trabalharia entregando parte do produzido.

> "Pagar anualmente e individualmente 125 libras de tabaco bom, honesto e comerciável (...) pagar o dízimo do algodão e de outras mercadorias (...) e ainda pagar o dízimo do dito tabaco e de outros produtos que recolherão para o ordenado do Governador." (Trecho do contrato de um engajado em São Cristóvão. HANOTAUX, G. e MARTINEAU, A., *op. cit.*, p. 393.)

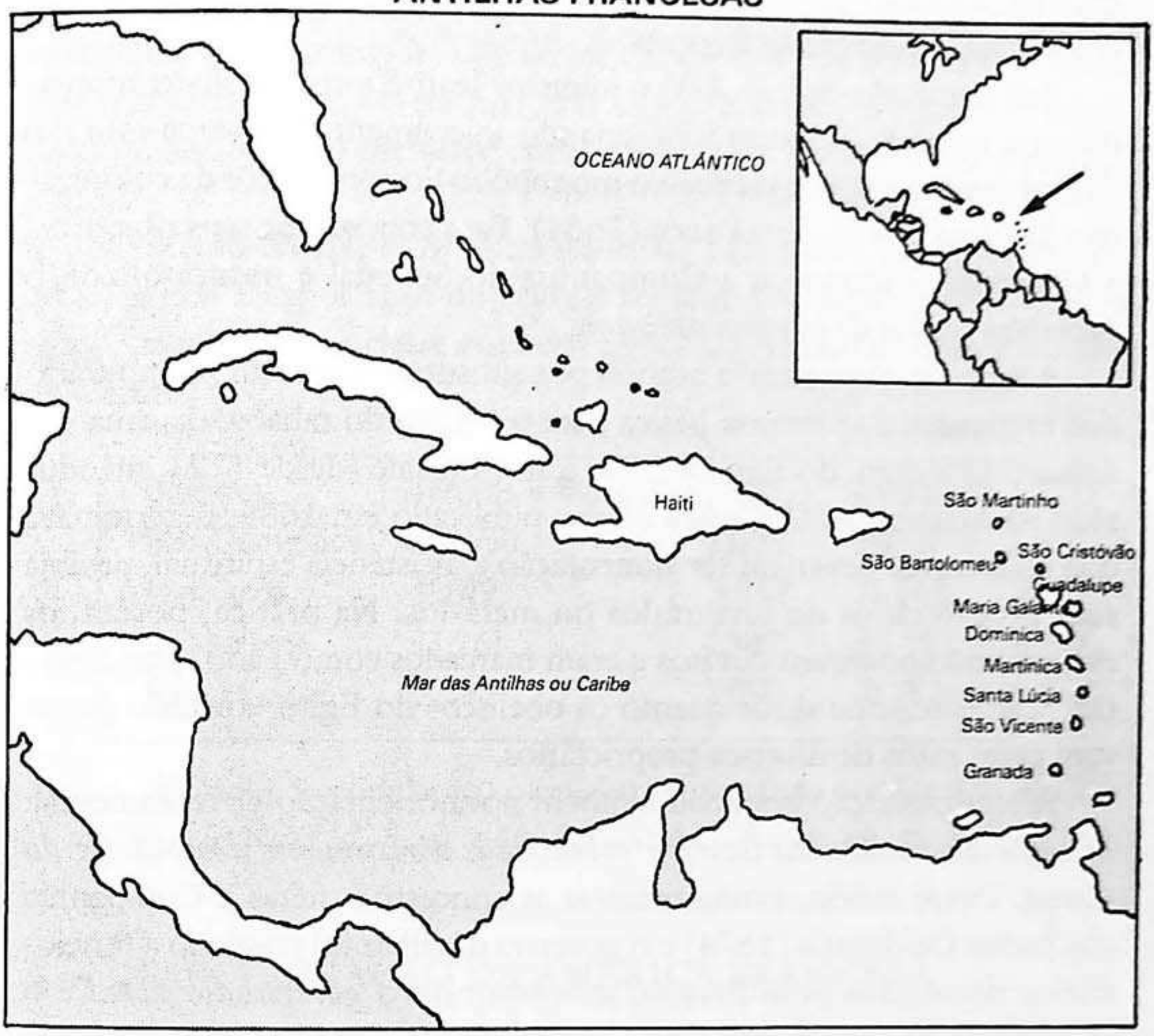
Pouco depois, o cardeal Richelieu estimulou a criação da *Companhia das Ilhas da América*, que se obrigou a trazer quatro mil colonos em vinte anos. As hostilidades dos caraíbas dificultaram a ação da Companhia e a *ocupação das Pequenas Antilhas* só pôde se processar com o extermínio dos indígenas. Como afirmava o cardeal-ministro, aquelas ilhas serviriam de trampolim para se chegar ao vice-reino do Peru, através da bacia do Orinoco.

A colonização ganhou, então, impulso com a conquista da Martinica, Santa Cruz, Granada, Granadina, Desirade, Santas, São Bartolomeu, São Martinho, Dominica, São Vicente e São Domingos (Haiti), sendo esta a última a ser obtida, pois somente pelo Tratado de Ryswick (1697) a Espanha abandonou a parte ocidental da ilha.

São Domingos, aliás, fora ocupada inicialmente por piratas que se dedicaram a caçar javalis e touros selvagens, cujas carnes eram moqueadas em uma grade chamada pelos caraíbas de *bucan*. Daí, passarem esses franceses a ser conhecidos como *bucaneiros*, que também se dedicaram à exportação dos couros dos animais caçados. Para melhor agir, organizaram-se na Sociedade dos Irmãos da Costa (*Frères de la Côte*) e se lançaram ao ataque das naus e colônias espanholas, além de contribuírem para a conquista de diversas ilhas tomadas ou abandonadas pela Espanha, como foi o caso de Guadalupe, Santa Lúcia, Tobago e Maria Galante.

A introdução do cultivo da *cana-de-açúcar* e o aproveitamento de plantas nativas, como a mandioca e sobretudo o tabaco, trouxeram a prosperidade às colônias francesas antilhanas.

ANTILHAS FRANCESAS



"O belo verde nascente do tabaco plantado em linha, o pálido amarelo das canas-de-açúcar que amadurecem, e o verde escuro do gengibre e das batatas são uma paisagem tão diversificada e uma pintura tão encantadora que não se consegue desviar os olhos." (Descrição de São Cristóvão por César de Rochefort, em obra de 1658. HANOTAUX, G. e MARTINEAU, A., *op. cit.*, p. 400.)

Embora começada a *colonização de exploração*, o seu desenvolvimento deveu-se muito pouco à ação das companhias privilegiadas, autorizadas a funcionar pelo cardeal Richelieu. Acabaram fracassando devido principalmente à insuficiência dos recursos financeiros levantados e à

enorme ambição de lucros imediatos, sem contar a constante ameaça representada pelos rivais ingleses.

Sob o reinado de Luís XIV, o ministro Jean-Baptiste Colbert reorganizou a empresa colonizadora, criando inicialmente a *Companhia das Índias Ocidentais*, que recebeu o monopólio do comércio e da colonização das ilhas por quarenta anos (1664). Para concretizar seus objetivos, a Companhia absorveu a Companhia do Senegal e monopolizou o *lucrativo tráfico de escravos africanos.*

A mão-de-obra escrava acabou por substituir o trabalho temporário dos engajados e se tornou básica para o cultivo do tabaco, da cana-de-açúcar, do índigo, do algodão, do cacau e do café (desde 1721 introduzido na Martinica). O *Código Negro*, publicado em 1685, determinava que os escravos deveriam ter alimentação e assistência espiritual, proibia seus proprietários de torturá-los ou matá-los. Na prática, porém, os escravos não possuíam direitos e eram marcados como gado, parecendo tão "carregados de sinais quanto os obeliscos do Egito" quando passavam pelas mãos de diversos proprietários.

A reorganização implicou também nova orientação governamental: *as colônias antilhanas* ficaram *submetidas diretamente ao controle da Coroa.* Desse modo, extinguiram-se as concessões feitas à Companhia das Índias Ocidentais (1674) e o governo das ilhas foi confiado a funcionários nomeados pelo Estado, sobressaindo o *governador geral* e o *intendente.* O governador geral, representante imediato da monarquia nas colônias, transmitia e executava as ordens régias, cabendo-lhe o comando das forças militares e o direito de nomear ou demitir todos os funcionários coloniais subalternos. O intendente, também procedente da França, encarregava-se de todos os assuntos relativos às finanças, justiça e policiamento da colônia.

A nova política colonial incluiu a *publicação do Código do Comércio Colonial* (1698), complementado em 1717, reunindo toda a legislação sobre o relacionamento metrópole-colônia. Proibia o comércio das colônias com os estrangeiros e impunha o *Pacto Colonial* ou *Exclusivo*, pelo qual só era permitido o intercâmbio comercial colônia-metrópole. Estabelecia que as mercadorias exportadas ou importadas pelas colônias só poderiam ser transportadas por navios franceses. Determinava que unicamente estavam autorizados a comerciar com as colônias 14 portos

franceses: os portos enumerados. Isentava as mercadorias importadas ou exportadas pelas colônias do pagamento de tributos aduaneiros. Toda essa regulamentação severa não excluía, no entanto, o comércio ilegal (contrabando) feito inclusive com as Colônias do Norte da América inglesa.

No século XVIII, as Antilhas francesas alcançaram *grande prosperidade*, graças à exportação de *gêneros tropicais* produzidos pelo *escravo negro*, convertido em classe essencial e mais numerosa das ilhas francesas no Caribe.

Brancos	Negros e mulatos livres		Escravos
São Domingos	32.650	7.055	249.098
Martinica	11.019	2.892	71.268
Guadalupe	13.261	1.382	85.327
Santa Lúcia	2.397	1.050	10.752

(Cálculo da população colonial antilhana feito por Nécker, em 1779. HANOTAUX, G. e MARTINEAU, A., *op. cit.*, p. 498.)

4. A DESINTEGRAÇÃO DA AMÉRICA FRANCESA

No século XVIII, as sociedades européias passaram por transformações profundas: viviam-se os tempos das Revoluções Burguesas que tiveram na Revolução Industrial uma de suas primeiras manifestações e que coincidiam com a implantação do *sistema capitalista*.

Por algum tempo a Revolução Industrial foi um *fenômeno exclusivamente inglês*, o que dava à Inglaterra enorme superioridade em relação às demais sociedades européias. Superioridade acentuada ainda mais por ser a Inglaterra a maior potência naval e por dominar vasto império colonial, fonte inesgotável de recursos para o desenvolvimento do capitalismo inglês.

Em contrapartida, sua maior rival, a *França, vivia a crise final do Antigo Regime*: a passagem do feudalismo ao capitalismo chegava ao seu ponto culminante e a Revolução Francesa, de 1789 a 1815, significou o início de nova era.

A crise estrutural e conjuntural do Antigo Regime enfraqueceu a sociedade francesa, enquanto o poderio inglês se fortaleceu. E foi uma Inglaterra capitalista e governada por um Parlamento integrado por representantes dos interesses burgueses que enfrentou a França feudal e absolutista, cujo império colonial deveria ser conquistado, ampliando assim os mercados externos do capitalismo inglês — mercados esses necessários ao escoamento da produção fabril inglesa e abastecedores de matérias-primas consumidas em escala crescente pelas indústrias da Inglaterra.

A rivalidade franco-inglesa, dominante no plano internacional do século XVIII, resultou em diversos conflitos que, ao seu término, levaram a tratados geralmente impondo a cessão de colônias da França à Inglaterra.

O primeiro desses conflitos foi a *Guerra da Sucessão de Espanha* (1701-1713). O Tratado de Utrecht (1713) pôs término às hostilidades e a França cedeu aos ingleses a Acádia, a ilha de Terra Nova e a baía de Hudson, verdadeiras portas do Canadá e áreas de grande valor econômico para a caça aos animais de peles raras e a pesca.

Na *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763), nova derrota da França. O Tratado de Paris (1763) sancionou a entrega à Inglaterra das colônias francesas do Canadá e das ilhas antilhanas de Dominica, São Vicente, Granada, Granadina, Tobago, Santa Cruz, São Martinho, São Bartolomeu, Guadalupe, Santas, Maria Galante e Desirade. O tratado também estabeleceu que a França concedia aos ingleses a região a leste do rio Mississipi, cabendo à Espanha as terras a oeste (Luisiana), em compensação pela perda da Flórida, que fora incorporada ao império inglês.

Durante a *Guerra de Independência dos EUA*, a intervenção francesa a favor dos norte-americanos contribuiu para a derrota inglesa. Pelo Tratado de Versalhes (1783) a França retomou Tobago à Inglaterra, além da Espanha restituir-lhe a Luisiana.

A Revolução Francesa, porém, agravou o antagonismo franco-inglês, especialmente quando a burguesia francesa consolidou seu poder sob o governo de Napoleão Bonaparte (1799-1815). Contudo, a destruição da esquadra francesa pela marinha inglesa em Abukir e Trafalgar isolou a França de suas colônias americanas. Era o fim da América Francesa...

São Domingos (Haiti) conquistou sua autonomia sob o governo de Toussaint Louverture (1798) e, finalmente, a independência em 1804.

Pelo Tratado de Mortefontaine, o governo de Napoleão vendeu a Luisiana aos Estados Unidos por 800 milhões de francos (1803), enquanto os ingleses ocuparam as ilhas de Martinica, Guadalupe e Santa Lúcia (esta, definitivamente).

Se bem que a restauração dos Bourbon (1814) possibilitasse a recuperação da Guiana e das ilhas de São Pedro, Miquelon, Guadalupe e Martinica, essas reconquistas representavam simples remanescentes do outrora poderoso império colonial construído na América.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Explicar o fracasso da colonização francesa na América em sua primeira fase (século XVI).

2. Caracterizar a ação da Igreja Católica na colonização do Canadá, comparando-a com a sua atuação na América Espanhola.

3. Correlacionar a política mercantilista com as companhias privilegiadas na colonização francesa na América do Norte.

4. Resumir o significado do Pacto Colonial no relacionamento metrópole-colônia.

5. Caracterizar a crise do Antigo Regime na França.

6. Explicar de que forma o avanço capitalista inglês influiu sobre a desintegração do império colonial francês na América.

Parte III

ULTRAJES QUE DURARAM TREZENTOS ANOS

A crise do Antigo Sistema Colonial

O QUE VAMOS ESTUDAR

A crise do Antigo Sistema Colonial deve ser entendida no quadro das transformações por que passou a economia européia, na segunda metade do século XVIII, quando *o capital comercial perdeu a supremacia em favor do capital industrial.* Até o século XVIII, o capital comercial — acumulado na esfera da *circulação* de mercadorias — fora o dominante, obtido através da exploração direta das colônias (como a mineração do ouro e da prata da América Espanhola) e do monopólio do comércio colonial (transporte e venda dos gêneros coloniais na Europa; e fornecimento às colônias de produtos manufaturados e escravos africanos). A partir de meados do século XVIII, o capital industrial — obtido na esfera da *produção* de mercadorias, com mão-de-obra assalariada — passou a desempenhar papel hegemônico na economia internacional, liderada pela Inglaterra. *A esse processo convencionou-se chamar de Revolução Industrial.* Evidentemente, as colônias americanas não poderiam ficar imunes aos efeitos da Revolução Industrial, visto que, desde a Colonização, a divisão dos mercados mundiais as convertera em *áreas peri-*

féricas da economia européia. O algodão, que passou a substituir a lã como principal matéria-prima na indústria têxtil — a primeira a sofrer o impacto do novo modo de produção capitalista —, tornou-se o gênero colonial mais cobiçado, afora, é claro, os metais preciosos. Entretanto, não foi apenas como fornecedoras de matérias-primas que as áreas coloniais se vincularam à Revolução Industrial. Um fato novo e importante veio alterar o aparente equilíbrio entre as metrópoles e as colônias: estas revelaram-se um *mercado consumidor* potencial da produção industrial inglesa. Contudo, essa condição esbarrava na política mercantilista, traduzida no Pacto Colonial: a colônia só poderia comerciar com a metrópole. Já há muito tempo, porém, as colônias procuravam no *contrabando* e na *produção interna* uma saída para obter os gêneros de que necessitavam, o que as levou a entrar em choque com as metrópoles.

Ao mesmo tempo em que se davam essas transformações ao nível econômico, no plano social a contradição entre as *classes dominantes coloniais*, proprietárias dos meios de produção, e a *população colonial* desprovida dos meios de produção era, pouco a pouco, superada pela contradição entre a *classe dominante metropolitana*, que dominava a circulação das mercadorias (monopólio do comércio), e os *grandes proprietários de terras e comerciantes* (no caso da América Espanhola) ou a *burguesia colonial* (no caso da América Inglesa). Ora, à classe dominante colonial, que atuava na esfera da produção, interessava a liberdade de comércio e a direção de seus negócios sem a interferência da metrópole. Nesse sentido, na medida em que as condições para a autonomia se realizavam, coube à classe dos proprietários coloniais realizá-la em função dos seus interesses, de vez que exerciam um *papel hegemônico* sobre as demais classes das colônias.

Nas áreas mais afetadas pela crise econômica colonial — as regiões de intenso desenvolvimento agrícola para exportação ou de grande movimento comercial — a tomada de consciência desses problemas encontrou uma *justificativa ideológica* nas *idéias liberais* produzidas na Inglaterra e na França. Se nas condições concretas inglesas da América do Norte elas encontraram — sobretudo no Norte industrial e urbano — campo fértil, o mesmo não se deu nas colônias hispano-americanas, onde as classes dominantes, formadas basicamente por grandes proprietários de terras, apropriaram-se tão-somente do que lhes interessava.

"O valor com que as colônias inglesas da América combateram pela liberdade, de que agora desfrutam gloriosamente, cobre de vergonha nossa indolência. Nós lhes cedemos a palma com que as primeiras coroaram o Novo Mundo de uma soberania independente (...) Aquele valor revela nossa falta de sensibilidade, mas é agora o estímulo de nossa honra provocada com *ultrajes que duraram trezentos anos.*" (Padre Juan Pablo de Vizcardo y Guzmán, *Carta*, século XVIII. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 90.)

As condições para que as camadas populares coloniais fizessem valer suas reivindicações foram reduzidíssimas. Embora estivessem presentes nas lutas coloniais, a situação dessas classes pouco ou nada mudou com a independência.

UNIDADE I — O COMÉRCIO MUNDIAL FLORESCE À CUSTA DA AMÉRICA

A Mudança da Política Colonial

1. OS CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA

De um modo geral, os *movimentos de independência* das áreas coloniais americanas, ocorridos entre o final do século XVIII e o início do século XIX (1775-1825), articularam-se com a *crise mais geral da sociedade européia*, em que forças econômicas e sociais conflitantes nada mais exprimiam do que a *luta de classes*: de um lado, a nobreza feudal, interessada na utilização ampla das terras e na servidão da mão-de-obra camponesa; de outro, a burguesia, sobretudo a manufatureira que dominava o capital industrial, e cujo projeto incluía a liberação de capital e de mão-de-obra, com a finalidade de incrementar a atividade industrial e de transformar os trabalhadores em operários assalariados.

Se, na *Inglaterra, a burguesia* era a *classe dominante* desde o início do século XVIII, o mesmo não acontecia na França e muito menos nas metrópoles ibéricas (Espanha e Portugal). Os interesses da burguesia inglesa articulavam-se perfeitamente com os do Estado liberal. Não foi por acaso que na Inglaterra se fizeram ouvir as primeiras vozes defendendo as liberdades de produção, de comércio e navegação, a abolição do

tráfico de escravos... Na *França*, embora houvesse um setor importante da burguesia mercantil, a classe *feudal* era *dominante* no Estado absolutista. Para derrubá-la do poder, a burguesia francesa teve de fazer uma Revolução, que mudou a face da Europa. Quanto aos *países ibéricos*, sua *estrutura* era predominantemente *feudal*, e o pouco significativo setor mercantil dependia estritamente do Estado, não possuindo qualquer autonomia.

A situação das colônias era também bastante diversificada. As colônias inglesas setentrionais e centrais da América do Norte — *colônias de povoamento* — estavam ocupadas por pequenas e médias propriedades, que produziam principalmente para o consumo local, e por pequenas indústrias e atividades extrativas (madeira) e pesqueiras, não tendo, praticamente, vínculos de dependência com a metrópole. Nos centros urbanos do litoral desenvolveu-se uma intensa vida intelectual. A política inglesa com relação a essas áreas — a *Negligência Salutar* — também contribuiu para o rápido desenvolvimento das colônias. Já as colônias do Sul possuíam estrutura econômica e composição social diferentes. Estabelecidas como *colônias de exploração*, possuíam uma agricultura extensiva de exportação (tabaco, algodão) e uma classe de grandes proprietários rurais que explorava o trabalho de numerosa mão-de-obra escrava. A *independência das colônias inglesas da América do Norte* foi praticamente realizada — melhor dizendo, *conduzida — pela burguesia do Norte capitalista* (Nova Inglaterra), tendo na França um poderoso aliado, e contou com a oposição de elementos da aristocracia rural do Sul, muito ligados economicamente à Inglaterra.

A chamada *Revolução Americana* — que precedeu em alguns anos a Revolução Francesa de 1789 — representou um notável *exemplo para as áreas coloniais ibero-americanas*. Nos movimentos de independência que se seguiram no continente, muitas vezes foram invocados os princípios, as instituições e os ideais dos norte-americanos.

Entretanto, a ideologia liberal não correspondia aos interesses dos grandes senhores de terras do restante da América, a não ser no que dizia respeito à liberdade de comércio, ou seja, eliminar o regime do monopólio comercial, já bastante enfraquecido e praticamente o único elo que ligava as colônias à metrópole. Uma vez rompido esse vínculo, a inde-

pendência era uma questão de tempo, já que havia *concordância de interesses econômicos* entre a *aristocracia proprietária de terras* e as *forças capitalistas externas* (Inglaterra).

A situação interna das colônias francesas (Antilhas), da América portuguesa (Brasil) e das áreas espanholas (México, América Central e a maior parte da América do Sul), era, entretanto, bastante diferente das colônias do Centro-Norte da América Inglesa. Nas estruturas coloniais francesa e portuguesa predominavam a grande propriedade monocultora e o trabalho escravo. No Haiti, formaram-se condições particularíssimas, que possibilitaram aos *escravos e setores populares liderar um movimento revolucionário*, que examinaremos posteriormente. No Brasil, transformado em sede do Estado português, a aristocracia rural levou ao poder um príncipe da dinastia reinante em Portugal... No caso das colónias espanholas (excetuando-se as das Antilhas), a estrutura social era bastante mais complexa do que a das áreas de escravidão negra. Os elementos metropolitanos ocupavam os cargos dirigentes do aparelho do Estado: Administração, Justiça, Exército e Igreja; os *criollos* (brancos nascidos na América) constituíam a classe que controlava os meios de produção (terras, minas) ou formavam uma burguesia mercantil, de ideologia liberal; as camadas médias eram compostas de produtores independentes (artesãos) ou assalariados urbanos, quase todos mestiços; a massa indígena formava o campesinato das grandes propriedades rurais, voltadas para uma economia de subsistência ou de exportação, ou os trabalhadores das minas, estas em franca decadência, com exceção da prata do México.

A *emancipação das colônias hispano-americanas*, liderada pelos grandes senhores de terras e pela burguesia *criolla*, encontrou *apoio nos setores médios e populares*, os quais, em alguns momentos, chegaram a ameaçar a estrutura de dominação de classe imposta pelo regime colonial. Entretanto, com exceção dos Estados Unidos, que implantaram um regime liberal burguês, no restante da América a *independência* revelou-se um *fato político*. Realizada a autonomia, rompidos os vínculos com as metrópoles, as classes dominantes das antigas colônias tomaram o poder e constituíram Estados Nacionais que mantiveram afastada das decisões políticas a massa da população trabalhadora (majoritariamente indígena,

camponesa ou não). *A estrutura colonial não sofreu qualquer alteração de peso.* A Inglaterra abriu mais ainda a sua porta no continente, assegurando-se de mercados consumidores e de matérias-primas; a propriedade territorial continuou nas mesmas mãos, a despeito de algumas tentativas de líderes liberais das Guerras de Independência; a população camponesa permaneceu sob a exploração e o domínio dos seus antigos senhores.

"Assim, nas lutas de independência, são perceptíveis dois movimentos que estarão presentes na evolução posterior da América Latina: de um lado, surge uma burguesia europeizante, que pretende liquidar o passado pré-colombiano e colonial, que busca integrar as distintas regiões nas correntes em expansão do comércio internacional; de outro, manifestam-se forças tendentes a romper as estruturas de dominação impostas pelo regime colonial, que buscam integrar as massas indígenas no quadro político-social e definir uma personalidade cultural autônoma. O primeiro dos movimentos indicados predominou amplamente durante o século XIX (...) somente na segunda metade desse século veio ele a frutificar plenamente. O segundo movimento passou ao primeiro plano no século atual, que se iniciou na América Latina com a Revolução Mexicana." (FURTADO, C., *op. cit.*, p. 37.)

2. A REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA COLONIAL INGLESA

O *sistema colonial inglês*, articulado a partir de 1607, revelou-se um empecilho para a política comercial da Inglaterra no século XVIII. Até 1763, a Inglaterra ainda não havia formulado claramente uma política colonial. Às vezes, levantavam-se vozes no Parlamento inglês, no sentido de se estreitarem os laços entre a Coroa e as distantes colônias da América do Norte. Esses protestos, porém, esbarravam na relativa autonomia de que as colônias gozavam, no que dizia respeito às atividades econômicas (muitas delas concorrentes com as da metrópole) e às liberdades políticas de seus habitantes, consideradas idênticas às dos nascidos e residentes na Inglaterra.

No início do século XVIII, intensificou-se a luta colonial entre a França e a Inglaterra, com *reflexos nas suas respectivas colônias.* Embora as guerras favorecessem a Inglaterra, a França conservou os seus extensos domínios na América, que se estendiam do vale do São Lourenço (Quebec), alcançando a região dos Grandes Lagos, a bacia do rio Mississipi e, por fim, o golfo do México e as Antilhas (Haiti, Guadalupe, Martinica). Os colonos de origem inglesa estavam, praticamente, confinados a leste dos montes Apalaches.

A partir de meados do século XVIII, o conflito anglo-francés atingiu a fase final, com a *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763), na Europa, e conflitos internos, nas colônias. Se, por um lado, os colonos anglo-norte-americanos, apesar dos conflitos metropolitanos, mantinham intensas relações comerciais com os franceses das Antilhas — onde trocavam o melaço e o açúcar pelo pescado e cereais da Nova Inglaterra e pelos escravos obtidos na África, de acordo com os mecanismos do comércio triangular —, por outro lado, a colonização francesa no vale do Mississipi (Luisiana) ameaçava a expansão territorial das colônias inglesas em direção ao oeste dos montes Apalaches. Na chamada *Guerra Franco-Índia*, que se travou entre as forças francesas e a milícia colonial comandada por George Washington, futuro líder da Independência dos Estados Unidos, *o conflito entre os dois grupos de colonizadores chegou ao auge.* Tanto os franceses como os ingleses contavam com aliados indígenas, espremidos entre os territórios disputados pelos colonizadores. Para contrabalançar o crescente prestígio dos franceses entre os índios, o Conselho Comercial britânico convocou um congresso de representantes das colônias inglesas e chefes indígenas, reunido em Albany, em 1754. Foram apresentadas sugestões para resolver os problemas dos índios, remetidas para Londres.

Além disso, o referido congresso propôs o *Plano de União de Albany*, preparado por Benjamin Franklin, o qual estabelecia um governo central nas colônias, encarregado de decidir sobre importantes assuntos, como taxação, defesa e povoamento. O plano foi *rejeitado pelas colônias*, interessadas na manutenção da descentralização político-administrativa.

A Guerra dos Sete Anos decidiu quem ficaria com o quê. Embora contando com um fraco esforço por parte dos elementos coloniais, a

Inglaterra, graças em parte à desastrosa política externa da França, foi a *grande vencedora*. O início da Revolução Industrial na economia inglesa exigia *novos mercados*, obtidos com o aumento do império colonial: as mais importantes possessões francesas — parte da Índia, o Canadá, o Vale do Alto Mississipi e parte das Antilhas — caíram sob o domínio inglês, com a Paz de Paris de 1763.

O crescimento do império colonial trouxe, entretanto, *novos problemas* à administração de Londres. Foram incorporadas ao domínio inglês novas populações — católicos franceses e grupos indígenas — e multiplicaram-se os problemas de defesa, administração e manutenção dos territórios coloniais.

O Tesouro inglês, enfraquecido com os gastos nas guerras européias e coloniais, necessitava de uma *nova política financeira*, concretizada em tributos impostos às Treze Colônias e no fortalecimento da política do monopólio. A vastidão do território colonial impunha uma administração nomeada pela metrópole, o que implicaria a redução da autonomia das Treze Colônias.

A nova política financeira da Inglaterra trouxe, porém, *contradições mais profundas*: a contradição entre os consumidores coloniais e os monopolizadores ingleses, evidenciada pelas sucessivas reações dos habitantes das Treze Colônias, devido ao aumento nos preços das mercadorias importadas; e a contradição entre os produtores e o setor mercantil colonial, de um lado, e o governo inglês, de outro, devido à política de taxação dos gêneros produzidos na América (que se refletia no aumento dos preços desses produtos, dificultando a concorrência nos mercados externos) e às tentativas de proibir o comércio com as Antilhas. Assim, a Inglaterra repassava às colônias os prejuízos de suas crises, ao mesmo tempo em que procurava frear o desenvolvimento do comércio colonial, que concorria com o comércio metropolitano.

Um único ato do Parlamento fez muita gente pensar
mais, em seis meses, do que havia pensado
em toda a vida.

(James Otis, patriota norte-americano)

A primeira medida para impor a nova política colonial foi a *Lei do Açúcar*, aplicada, em 1764, por George Grenville, primeiro-ministro do rei Jorge III. A reação colonial, embora desorganizada, foi suficiente para modificá-la dois anos depois. Criado com o objetivo de aumentar a renda da metrópole, esse ato do Parlamento substituía a *Lei do Melaço*, de 1733, reduzindo à metade a tarifa sobre o melaço importado das Antilhas não-inglesas. Entretanto, os comerciantes da Nova Inglaterra não tinham intenção de pagar quaisquer direitos aduaneiros sobre o melaço estrangeiro, com o qual faziam o rum trocado na África por escravos com que abasteciam de mão-de-obra as plantações do Sul e das Antilhas. Além disso, a Lei do Açúcar incidia também sobre uma série de gêneros — vinhos, sedas, café — de consumo restrito. Ao mesmo tempo em que procurava aumentar as rendas obtidas com os impostos — a fim de custear parte das despesas de manutenção de tropas inglesas na América —, a metrópole tendia a proteger os plantadores ingleses de cana-de-açúcar das Antilhas e *fiscalizava rigorosamente as leis de comércio e navegação*, sendo os infratores norte-americanos considerados contrabandistas e presos em navios ingleses.

Ainda em 1764, o Parlamento inglês aprovou a *Lei da Moeda*, proibindo na América a emissão de papéis de crédito, que tinham a função de moeda, prejudicando o comércio colonial. No ano seguinte, nova lei obrigava as colônias onde existissem tropas inglesas a fornecer-lhes apetrechos e alojamento em casas particulares.

Mas foi a *Lei do Selo*, em 1765, que provocou o *início da resistência organizada* das Treze Colônias às sucessivas medidas restritivas da metrópole. Segundo essa lei, os jornais, cartazes, contratos e todos os documentos públicos, deveriam receber um selo da metrópole, que estabelecia, assim, uma taxação que atingia indistintamente os colonos, sobretudo os comerciantes. Estes foram os primeiros a protestar, reunindo-se no Congresso da Lei do Selo, que decidiu paralisar temporariamente o comércio com a Inglaterra. "A oposição colonial foi violenta, distinguindo-se na repulsa à classe mais numerosa, integrada por comerciantes, homens de negócio, jornalistas e clérigos. Como conseqüência da medida, diminuiu o comércio com a Inglaterra e se assaltou a casa do governador de Boston. As violências e alterações não constituíram a principal

conseqüência das leis britânicas; a primeira e mais importante consistiu no aglutinamento da resistência e na formulação de uma teoria do império por parte dos norte-americanos." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 6.)

Destacados elementos da sociedade colonial, como James Otis, Samuel Adams e Patrick Henri, discutiam a questão da *taxação sem representação*. Se as colônias haviam sido estabelecidas pela Coroa, afirmavam, os governos coloniais deviam obrigações ao rei e não ao Parlamento, como pretendiam os setores metropolitanos. Para a classe dominante colonial, o Parlamento inglês não poderia votar leis que dissessem respeito às colônias, uma vez que não havia representantes coloniais no Parlamento; isso seria violar as liberdades e os direitos dos colonos.

Devido à pressão colonial e à influência no Parlamento inglês de setores contrariados com a interrupção das importações coloniais, a Lei do Selo foi, afinal, revogada oficialmente, embora já tivesse sido declarada nula por parte dos elementos coloniais.

O período que se estendeu desde a revogação da Lei do Selo (1766) até a Declaração de Independência (1776) agravou as relações entre a metrópole e as Treze Colônias. A subida do novo ministério inglês, substituindo aquele que derrubara a Lei do Selo, provocou a reformulação da política fiscal do governo metropolitano com relação às colônias, traduzindo-se em uma série de medidas conhecidas como *Leis Townshend*, nome tomado ao ministro das Finanças, Charles Townshend. Com a finalidade de reduzir os impostos cobrados aos ingleses à custa de tributação lançada ao comércio colonial, foram aprovadas em 1767 *taxas alfandegárias* que incidiam *sobre o vidro, o papel, os corantes e o chá*, que as colônias importavam da metrópole. Além disso, os juízes das colônias poderiam expedir mandados de vistoria, dando cunho legal às buscas efetuadas pelos funcionários das alfândegas. Novamente os comerciantes coloniais lançaram mão do boicote ao comércio inglês, que já funcionara satisfatoriamente quando da luta contra a Lei do Selo. Em Boston, cidade portuária, onde o setor mercantil era dominante, a reação da população teve graves conseqüências, ocorrendo o chamado *Massacre de Boston* (1770), no qual as tropas inglesas aí aquarteladas dis-

pararam sobre a multidão, matando alguns manifestantes. O acontecimento serviu para pôr fim às tarifas alfandegárias de Townshend, à exceção das do chá.

> "Haveis lido as notícias de Boston? Parece soar o toque de alarma na América. Imagino o futuro desse país e creio que uma vintena de impérios e repúblicas se formam naquele continente, que se torna demasiado poderoso para permanecer sujeito às nações semi-esgotadas da Europa." (Horace Walpole, escritor inglês do século XVIII. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*,. tomo VI, p. 8.)

A resistência colonial foi mantida por um grupo de radicais, liderado por Samuel Adams, enquanto os setores moderados dominantes (altos funcionários e comerciantes) procuravam conciliar os interesses metropolitanos e coloniais. Os radicais formaram comitês, que lutavam pela completa independência, compostos de elementos da pequena burguesia (jornalistas, advogados), das classes populares e por grandes proprietários das colônias do Sul, além de comerciantes coloniais independentes.

Em 1773, a Companhia das Índias Orientais, com sede em Londres, obteve do Parlamento o *monopólio do comércio do chá*, o que contrariava os comerciantes e consumidores coloniais daquele produto, uma vez que a maior parte do chá era importada livremente, sem pagar impostos alfandegários. A Companhia das Índias Orientais passaria a vender o chá a um preço muito inferior, tentando lutar contra o contrabando e, conseqüentemente, prejudicando os comerciantes coloniais. Estes, atingidos em seus interesses pelo regime do monopólio, procuraram impedir que se concretizassem os planos da companhia. Em Boston, a situação complicou-se, pois, lançando a carga de chá ao mar, um grupo de colonos, disfarçados em índios, provocou um sério incidente com a metrópole (*Boston Tea Party*). Não admitindo a contestação a sua autoridade, o Parlamento inglês impôs uma série de medidas repressivas. A *Lei de Boston*, a mais conhecida das cinco *Leis Intoleráveis* (ou *Leis Coercitivas*), fechava o porto daquela cidade até que se pagassem os prejuízos causa-

dos pelo caso do chá. Outra lei convertia Massachusetts em colônia real, dando plenos poderes ao governador indicado pelo rei. Os acontecimentos que se seguiram às Leis Coercitivas definiram o rumo da luta das Treze Colônias, pois "os colonos compreenderam que a intransigência real os conduziria à resistência armada". (MORALES PADRÓN, F., tomo VI, *op. cit.*, p. 10.)

3. UMA NOVA POLÍTICA COLONIAL PARA A AMÉRICA ESPANHOLA

No decorrer do século XVIII, o estímulo econômico trazido pela *modernização* interna da Espanha, sob os Bourbon (Filipe V e Carlos III), produziu reflexos no quadro colonial. Adotando os princípios do mercantilismo francês praticados por Colbert, o governo dos Bourbon pretendia reerguer a economia da Espanha desenvolvendo a manufatura e estreitando os laços comerciais com as colônias americanas.

"(...) os primeiros 150 anos da presença espanhola nas Américas foram marcados por grandes êxitos econômicos para a Coroa e para a minoria espanhola que participou diretamente da Conquista, pela destruição de grande parte da população indígena preexistente, pela pior condição de vida da população que sobreviveu à Conquista e, finalmente, pela articulação de vastas regiões em torno de pólos dinâmicos, cuja principal função era produzir um excedente sob a forma de metais preciosos, o qual se transferia para a Espanha de forma quase unilateral. Os seguintes 150 anos se caracterizaram pelo declínio da produção mineira, pelo afrouxamento da pressão sobre a população, a qual retomou o crescimento e melhorou suas condições de vida, e pelo enfraquecimento dos vínculos entre as regiões, cuja interdependência se reduziu. Na primeira fase, a classe dominante era formada por homens diretamente ligados à Espanha, integrados no aparelho de Estado e em posições de controle do sistema de produção de onde se obtinha o excedente transferido para a metrópole. Na segunda fase, assumiu crescente importância a classe dos senhores de terra, desvinculada da metrópole e com um horizonte de interesses estritamente local." (FURTADO, C., *op. cit.*, pp. 33 e 34.)

Até o século XVIII, o monopólio do comércio colonial por parte da Espanha era rígido. Operando com um sistema de portos únicos (Sevilha, depois Cádiz), encarregados de abastecer as colónias de mercadorias européias, e com um sistema de frotas anuais (comboios de navios, rigorosamente controlados, faziam duas viagens por ano à América), a monarquia espanhola garantia a vigência do Pacto Colonial nos seus estreitos limites. A partir dos *inícios do século XVIII, deu-se a ruptura do monopólio espanhol*, através de uma série de concessões à França e à Inglaterra. A mudança da política colonial explica-se pelas relações internacionais da Espanha, envolvida em guerras na Europa; pelo declínio da produção mineradora, que tornava dispendioso o sistema de frotas; e pela incapacidade da Espanha em abastecer o mercado colonial. Assim, após a Guerra de Sucessão da Espanha, a Inglaterra, através do Tratado de Utrecht (1713), obteve os direitos de *asiento* — fornecimento anual de um determinado número de escravos africanos — e *permiso* — venda direta de manufaturados às colônias; a França, aliada da Espanha na Europa, tinha acesso ao comércio colonial, devido à presença de companhias francesas em Cádiz. A chegada de navios ingleses aos portos coloniais (sobretudo Buenos Aires) deu ensejo a que se formasse uma extensa rede de contrabando, que abastecia as colônias regularmente, violando, assim, o monopólio espanhol.

> "O *comércio mundial* floresce à custa dos povos da *América* e de seu imenso trabalho; as riquezas que extraem do seio da terra, entretanto, não permanecem em seu poder." (*Memória* encaminhada ao vice-rei do México, 1723. STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*, Editora Paz e Terra, p. 69.)

Em meados do século XVIII, novas medidas administrativas aceleraram a desagregação do antigo sistema colonial espanhol: em 1740, foi *abolido o sistema de frotas*, e em 1765 foi decretado o *comércio livre*, isto é, *a liberdade para os portos coloniais comerciarem entre si*, o que até então lhes era proibido, a não ser em alguns casos especiais. Não se deve supor, entretanto, que a liberalização do comércio intercolonial foi ime-

diata: ela foi estendida pouco a pouco, primeiro nas Antilhas, depois em Buenos Aires e, por último, na Nova Espanha (México). A política liberalizante atingiu, em seguida, o comércio das colônias com a metrópole, com o *encerramento do monopólio de Cádiz*, permitindo-se a vários portos espanhóis o contato direto com as colônias. A liberdade para os comerciantes *criollos* navegarem das colônias para a Espanha veio complementar a *abertura* colonial promovida pelos Bourbon.

"Pode-se encarar o reinado de Carlos III como o apogeu dos três séculos de colonialismo espanhol na América. O crescimento demográfico, o desenvolvimento de áreas há muito negligenciadas, agora voltadas para a produção de açúcar, cacau, tabaco e couro cru [Antilhas, Caracas, Havana e Buenos Aires, respectivamente], a extraordinária expansão da produção anual das minas de prata do México — todos estes fatores atraíram as atenções da Inglaterra e da França e obrigaram os espanhóis à revisão das políticas coloniais caso desejassem evitar a perda do comércio colonial (e, posteriormente, das próprias colônias) para seus competidores da Europa Ocidental. Cautelosamente, passou-se à reforma da estrutura do comércio colonial, inicialmente na área do Caribe (1765), com a abertura de diversos portos espanhóis ao contato direto com os portos caribeanos sem parada obrigatória em Cádiz; a seguir, permitiu-se que 13 portos espanhóis comerciassem diretamente com os maiores portos coloniais (1778), à exceção de Vera Cruz e La Guayra (Venezuela), por fim incluídos em 1789. Esses reduzidos ajustes, aos quais se denominou política do 'livre comércio', representavam, em verdade, apenas uma liberalização do comércio *dentro* dos quadros imperiais. Permitia-se um limitado comércio intercolonial, e mesmo assim restrito unicamente a produtos coloniais, não se admitindo a reexportação de importações européias (...) O objetivo dessas mudanças era a melhoria do contato entre a metrópole e as colônias, visando reduzir o contrabando pela ampliação da oferta, e elevando a percentagem de manufaturados espanhóis no comércio com as colônias." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*,. pp. 78 e 79.)

A liberalização do comércio colonial, se de um lado favorecia a burguesia metropolitana, de outro encontrava *resistência de setores coloniais* (como os grupos mercantis da Nova Espanha e de Buenos Aires), onde

existia um foco de interesses ligados ao contrabando, sobretudo às relações comerciais com a Inglaterra.

As guerras napoleônicas conduziram a Espanha a uma situação-limite: *não era mais possível manter a neutralidade política diante da Inglaterra e da França.* À Inglaterra interessava ampliar o comércio com as áreas coloniais, a fim de assegurar mercados consumidores para a sua produção industrial e fornecedores de matérias-primas, uma vez que o *Bloqueio Continental*, decretado em 1806 por Napoleão Bonaparte, retirava da burguesia inglesa, temporariamente, os mercados europeus. Para a França, interessada em isolar a Inglaterra e asfixiar o seu comércio, era necessária a interrupção do fluxo comercial que, através dos países ibéricos, despejava os gêneros coloniais (prata, peles, algodão) na Inglaterra, e fazia chegar aos mercados do continente europeu os produtos ingleses. Em 1807, pelo Tratado de Fontainebleau, a França fez um acordo com a Espanha, dividindo entre si Portugal e suas colônias. Mas, no ano seguinte, Carlos IV, Rei da Espanha, foi forçado a abdicar e seu sucessor, Fernando VII, teve negados seus direitos ao trono. A Espanha passou a ser governada por José Bonaparte, mas a resistência do povo espanhol moveu incessante guerra de guerrilhas às tropas francesas de ocupação, até 1813, quando os invasores foram expulsos.

Evidentemente, *a situação metropolitana teve reflexos nas colônias.* O contrabando inglês nunca cessou, antes pelo contrário, aumentou durante esse período, e as idéias liberais penetraram cada vez mais entre as elites *criollas.* A classe dominante colonial foi percebendo que as novas autoridades espanholas, como a Junta de Sevilha, interessadas na preservação do regime do monopólio colonial, pouco fariam para mudar a situação de dependência das colônias. Ao contrário, trataram de intensificar os laços coloniais. Ao mesmo tempo, as disputas políticas e comerciais entre as diversas Juntas formadas na Espanha ocupada contribuíram para a descentralização administrativa, ao que as colônias responderam com a formação de *juntas governativas* (Alto Peru, Caracas, Buenos Aires) que visavam à separação entre colônias e metrópole.

"A invasão napoleônica destroçou as instituições políticas da Espanha, e a América ficou órfã. Uma Monarquia adventícia substituiu a tradicional, umas Juntas reconheceram a soberania, e a Hispano-

América se solidarizou com o povo espanhol; porém, tudo isso não podia durar muito, porque no âmbito hispano-americano moviam-se desde muito tempo homens que estavam dispostos a aproveitar as últimas conseqüências da conjuntura com que Napoleão os brindava." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, pp. 70 e 71.)

A dominação francesa na Espanha, embora de curta duração (1808-1813), serviu para deslocar para o primeiro plano a contradição entre as classes dominantes da metrópole e das colônias. A fidelidade à Espanha, sacramentada ao longo de três séculos de exploração colonial, caíra por terra: não havia mais Monarquia espanhola. A partir daí "começava a se desenvolver a longa e sangrenta luta que perduraria por mais de uma década, freqüentemente com conotação de guerra civil. Muitos americanos haviam percebido que um sistema injusto somente poderia ser transformado com o recurso à derrubada violenta das estruturas existentes e que, por outro lado, a modernização defensiva apenas contribuía para a preservação de uma sociedade e economia tradicionais, agora intoleráveis". (STEIN. S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 88.)

4. A REVOLUÇÃO FRANCESA E AS ANTILHAS

A colonização francesa nas Antilhas baseou-se na *monocultura* e na *escravidão negra*. Açúcar, café, cacau, cultivados em grandes propriedades, eram exportados para a Europa. A política mercantilista de Colbert, visando a enfrentar as concorrências holandesa e inglesa, intensificou a exploração das Antilhas. No século XVIII, as rivalidades coloniais anglo-francesas repercutiram intensamente também nas ilhas. Note-se que as Antilhas constituíam possessões de diversos países europeus: holandeses, franceses, ingleses e espanhóis espalhavam-se pelas diversas ilhas do Caribe. A *ilha de Hispaniola*, desde 1697, encontrava-se dividida entre franceses, a oeste (Haiti), e espanhóis, a leste (São Domingos). Essa fronteira, entretanto, nunca foi muito nítida, sendo, em diversas oportunidades, ultrapassada por ambos os grupos.

As guerras européias do século XVIII alteraram bastante o quadro da dominação territorial na América. A França foi perdendo, pouco a

pouco, para a Inglaterra, as suas importantes possessões americanas: Terra Nova e Acádia (Canadá), após a Guerra de Sucessão da Espanha; depois da Guerra dos Sete Anos, todo o Canadá, o vale do Ohio e algumas ilhas antilhanas passaram ao domínio inglês, enquanto a parte oriental da Luisiana ficou para a Espanha, como compensação pela sua participação no conflito.

A vitória da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos (1763) reduziu o Império Colonial Francês praticamente a algumas ilhas antilhanas (Haiti, Guadalupe, Martinica), o que implicou a valorização desses territórios. Navios franceses transportavam os gêneros tropicais, que eram redistribuídos na Europa. O tráfico de escravos africanos constituía um dos setores mais disputados pelas potências européias, porque era importante fonte de acumulação de capitais para os comerciantes que o empreendiam.

As Antilhas francesas possuíam uma composição social em que os *brancos* (franceses e seus descendentes) *constituíam a minoria da população*: eram grandes proprietários de terras e de escravos, ocupavam os altos cargos da administração colonial ou dedicavam-se ao comércio de importação e exportação. Os *negros* formavam a classe dos trabalhadores *escravos*, que, juntamente com os libertos (ex-escravos) e mulatos (trabalhadores livres), compunham a grande maioria da população. Havia, entretanto, alguns poucos elementos negros que se tornaram proprietários de terras, possuindo, inclusive, escravos africanos.

Assim, na área antilhana a classe dominante era agrícola. Uma *assembléia colonial*, formada pelas autoridades brancas, decidia sobre as questões fiscais. A Revolução de 1789 na França, com todas as suas mudanças políticas, desorganizou momentaneamente o sistema de produção antilhano. Na estrutura da sociedade colonial, a *contradição principal* era a que opunha os grandes proprietários de terras aos trabalhadores livres e escravos. *Negros* (escravos e libertos) e *mulatos* estiveram presentes nas lutas coloniais, sobretudo no final do século XVIII, no decorrer do processo da independência, constituindo a *força hegemônica do movimento autonomista*. Aquela contradição, que existia desde a montagem da empresa colonizadora, aguçou-se em 1791, quando uma rebelião armada de negros e mulatos desorganizou a produção açucareira do

Haiti. A reivindicação pela igualdade de direitos entre homens livres — uma das palavras de ordem da Revolução Francesa, mas negada pelas autoridades brancas da ilha — levou os mulatos a aliarem-se aos negros contra os franceses, muito embora não fossem favoráveis à abolição da escravidão.

As divergências entre escravos e libertos, entre negros e mulatos, embora se manifestassem nas lutas da independência, só se aprofundariam mais tarde: "Dentro do grupo negro resultavam interessantes diferenças entre libertos e escravos, negros e mulatos, já que esta dicotomia formará as bases da organização posterior e explicará muito o agitado desenvolvimento da vida haitiana." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 19.)

Por sua vez, a classe dominante colonial, no momento da Revolução Francesa, estava interessada no comércio livre — a que já se habituara devido ao comércio triangular com as colônias inglesas — mas não na abolição do trabalho escravo, o que a levou a entrar em choque com as novas autoridades burguesas da França revolucionária e liberal. A manutenção da escravidão era fundamental para a estrutura da produção açucareira antilhana, permitindo-lhe concorrer com a produção das demais áreas coloniais.

O Haiti constituiu um caso à parte no processo de emancipação das colônias americanas. Ali, a contradição interna entre os proprietários coloniais (escravistas) e trabalhadores livres e escravos aprofundou-se e permaneceu no primeiro plano da cena colonial. Isso levou a classe dominante, profundamente reacionária, a se preocupar mais com os movimentos populares e rebeliões negras do que com os laços que ainda a prendiam à França. Tanto mais que a reorganização colonial promovida pela França revolucionária tendia a conceder aos negros libertos e aos mulatos os mesmos direitos que aos brancos.

A política colonial da França, durante a Revolução, foi bastante contraditória. Em 1790, a Assembléia Nacional declarou o *Haiti parte integrante da França*, com direito, inclusive, a uma Constituição, segundo a qual as leis francesas, para serem aplicadas na ilha, teriam que contar com a aprovação dos colonos. A primeira coligação de países europeus contra a França, em 1793, fez com que a Inglaterra e a Espanha apoiassem os

revolucionários negros contra os colonizadores franceses. No ano seguinte, a Convenção, liderada pelos jacobinos (elementos mais radicais da Revolução), decretou a *abolição da escravidão nas colónias francesas.* As forças revolucionárias da ilha, lideradas por Toussaint Louverture, passaram a dirigir seus ataques à zona espanhola de São Domingos, adquirida pela França nos termos do Tratado de Basiléia (1795). Com a mudança de rumos da Revolução Francesa, provocada pela política conservadora do Diretório, em 1798, a França tentou reprimir as forças populares coloniais e apoiar os interesses favoráveis ao restabelecimento da escravidão. Rompia-se a frágil política de conciliação entre a burguesia metropolitana e os elementos populares da colônia, já interessados na independência, pois, agora, já não distinguiam mais entre a classe dominante colonial ou a metropolitana, entre a burguesia monopolista ou a liberal. *O branco tornara-se o inimigo principal, fosse o grande proprietário colonial, fosse o burguês conservador da última fase da Revolução Francesa.* "Não havia dúvida: Toussaint Louverture estava em franca rebelião contra a metrópole, embora não se atrevesse a manifestá-lo abertamente." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 26.)

Ao mesmo tempo, iniciava-se a *guerra civil entre negros e mulatos* (estes últimos ora apoiavam os brancos, ora se aliavam aos negros revolucionários), exprimindo uma oposição que caracteriza a sociedade do Haiti até os nossos dias.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Apontar e comentar resumidamente três fatores cuja articulação resultou na crise do antigo sistema colonial.

2. Comparar os tipos de colonização européia na América.

3. Apontar de que maneira os conflitos anglo-franceses refletiram nas colônias americanas da Inglaterra e da França.

4. Caracterizar a nova política inglesa aplicada às Treze Colônias a partir do século XVIII.

5. Diferenciar os dois momentos da política colonial espanhola com relação aos seus domínios americanos.

6. Assinalar as razões do interesse inglês na ruptura do Pacto Colonial entre a Espanha e suas colônias americanas.

7. Comentar sucintamente a influência da Revolução Francesa sobre as possessões antilhanas, notadamente o Haiti.

UNIDADE II – OU AS COLÔNIAS SE SUBMETEM OU TRIUNFAM!

O Processo de Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte

1. OS DISCÍPULOS NORTE-AMERICANOS DE LOCKE

Às vésperas do início da Guerra da Independência, as *forças sociais das colônias* achavam-se *divididas em duas correntes políticas*: os partidários da conciliação com o rei da Inglaterra, chamados *legalistas* ou *tories*, e os elementos radicais, denominados *patriotas* ou *whigs*, favoráveis às idéias liberais e interessados na independência, se necessário recorrendo à luta armada. No primeiro grupo encontravam-se os altos funcionários da administração colonial (nomeados pelo rei), grandes proprietários de terras do Sul, comerciantes (especialmente das colônias do centro, como Pensilvânia e Nova Iorque), e elementos de congregações religiosas. À segunda tendência pertenciam a maior parte da burguesia colonial, alguns proprietários do Sul e a massa de pequenos proprietários (*Yeomen*) e comerciantes, artesãos (mecânicos, sapateiros, alfaiates), trabalhadores assalariados, além dos elementos das camadas intelectualizadas, como advogados e jornalistas.

A *pressão interna das classes populares*, no sentido de dar ao movimento um caráter democrático, foi *bastante considerável.* Daí a tendência de muitos elementos das camadas dominantes à conciliação com o regime inglês, que procurava fortalecer o prestígio social dos ricos proprietários.

> "Encontramo-nos em piores circunstâncias nesta província do que os habitantes das outras, pois há pouquíssimos homens realmente habilitados (cavalheiros ou homens de posses), nos seus tribunais *whig*. O Comitê Paroquial está composto da camada mais baixa do povo, principalmente carpinteiros, sapateiros, ferreiros (...) no Comitê Geral e no Conselho de Segurança há uma classe melhor de homens, alguns comerciantes e plantadores — sendo que muitos da camada inferior, e é realmente horrível, meu Senhor, que essa gente venha a tomar conta do Governo Civil." (Carta de um governador da Geórgia a Londres. APTHEKER, H., *Uma nova história dos Estados Unidos: a Revolução Americana*, Editora Civilização Brasileira, pp. 45 e 46.)

Ao mesmo tempo, elementos das camadas populares, através de panfletos, faziam a propaganda revolucionária para a luta de libertação das Treze Colônias.

> "A Europa, e não a Inglaterra, é a pátria-mãe da América (...) Tudo aquilo que é razoável e justo clama pela separação. O sangue dos que foram chamados, a voz lamentosa da Natureza grita 'é hora de nos separarmos'. Mesmo a distância a que Deus colocou a Inglaterra e a América é uma prova forte e natural de que a autoridade de uma sobre a outra não era a vontade dos céus (...) Um governo nosso é um direito nosso (...) Portanto, que é que queremos? Por que hesitamos? Da parte da Inglaterra não esperamos nada, a não ser a ruína (...) nada pode resolver nossa situação tão rapidamente quanto uma declaração de Independência, aberta e feita com determinação." (Thomas Paine, *Senso comum*, 1776. HUBERMAN, L., *Nós, o Povo*, Editora Brasiliense, pp. 63 e 64.)

Grande parte do material ideológico utilizado na América do Norte baseou-se nas *concepções de John Locke*, participante da Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688-1689), ponto de partida para o liberalismo do século XVIII. Segundo Locke, a fonte do conhecimento humano eram as sensações (sensualismo ou empirismo) e o guia, a razão. Em Locke se originaram as idéias da existência de *leis naturais, do contrato entre governantes e governados*, da *autonomia entre os poderes do Estado*, do *direito à revolta*, e outras, consideradas pontos básicos da liberdade humana.

Na verdade, a maioria da população colonial encontrava-se atingida em seus interesses pela política inglesa: a burguesia colonial via-se entravada pelo monopólio inglês, que implicara o fim das manufaturas (em 1750, a metrópole proibira a produção do ferro, e em 1754, a fabricação de tecidos) e limitara o comércio colonial; os grandes fazendeiros do Sul, ligados economicamente aos comerciantes ingleses, encontravam-se endividados, devido aos encargos que obrigatoriamente assumiam (pagamento das taxas de importação na Inglaterra, dos fretes e seguros); os elementos das camadas médias e populares encontravam-se prejudicados pelo peso dos impostos, pelo alto preço das mercadorias, pela opressão religiosa, civil e política, e pelo desemprego devido à crise da economia colonial entre 1772 e o início da luta armada (1775). Os colonos passaram a sentir o peso da política colonial inglesa: "monopolizar o mercado para as manufaturas inglesas, daí a restrição à manufatura local; favorecer os mercadores ingleses de peles, os especuladores de terra, os pescadores, os madeireiros; limitar a navegação somente à órbita dos domínios ingleses e monopolizar os benefícios econômicos resultantes desse comércio; dominar o mais possível o comércio de mercadorias coloniais; controlar o crédito e as finanças da economia colonial; impedir a expansão da população em direção ao Oeste; centralizar a máquina política das colônias, estrangular o avanço democrático (estabelecido em algumas colônias, impedindo que ele se estendesse às demais) e diminuir as leis nacionais, especialmente em termos de arrecadação e de justiça; reforçar o papel do militar na vida colonial, elevar a arrecadação necessária para manter as colônias com seus próprios recursos, e o mais importante, para proteger o capital inglês ali investido." (APTHEKER, H., *op. cit.*, p. 24.)

O antagonismo básico entre a metrópole e as colônias americanas foi a *contradição de interesses entre a burguesia inglesa e a burguesia colonial*, na medida em que o capitalismo inglês, em processo de crescimento, impedia o livre desenvolvimento das forças produtivas coloniais, impulsionado pelo nascente capitalismo das colônias da Nova Inglaterra. Entretanto, em virtude da frente ampla que se formou, envolvendo a aliança entre as forças burguesas e democráticas, e os proprietários escravistas do Sul, *a Revolução Americana sofreu evidentes limitações*, uma vez que a escravidão foi mantida, sendo suprimida somente cerca de noventa anos depois, no momento da Guerra de Secessão (1861-1865).

As relações baseadas na propriedade privada dos meios de produção — entre as quais se incluíam a propriedade sobre o trabalhador escravo — não permitiram que a Revolução Americana promovesse profundas transformações econômicas e sociais. A *contradição entre o modo de produção capitalista* (baseado no trabalho livre e assalariado), a que correspondiam os princípios igualitários da democracia burguesa, de um lado, *e o meio milhão de escravos negros*, de outro, foi aumentando no decorrer do processo de independência e nos anos subseqüentes. As lutas dos negros tomavam a forma de fuga em massa das propriedades agrícolas, conspirações e rebeliões de escravos, sempre duramente reprimidas; ou, então, através do alistamento na guerra ao lado das tropas inglesas. Entretanto, nas áreas em que sentiram a possibilidade de obter a liberdade, os escravos participaram das Guerras da Independência combatendo nas tropas coloniais. Essa situação provocou polêmicas entre os dirigentes da guerra de libertação colonial, a favor e contra a escravidão.

> "Considerando que tem chegado ao conhecimento desta Assembléia Geral que, durante o curso da guerra, muitas pessoas neste Estado obrigaram seus escravos a se alistarem em certos regimentos ou corpos (...) como se fossem pessoas livres (...) afigurando-se a esta Assembléia que, ao expirar o termo do alistamento de tais escravos, seus antigos proprietários tencionariam fazê-los retornar a um estado de servidão contrário aos princípios de justiça e aos seus próprios compromissos solenes (...) tais negros, pelos seus serviços, contribuíram por esse modo, natural-

> mente, para o estabelecimento da liberdade e da Independência (...)" (Leis de 1783, da Virgínia, garantindo a liberdade dos negros que lutaram a favor da Independência. APTHEKER, H., *op. cit.*, p. 246.)

Tanto quanto a massa escrava, *a população indígena também não foi beneficiada com a independência.* Os grupos indígenas continuaram a ser exterminados ou empurrados cada vez mais para o interior pelos colonos em busca dos vales férteis a oeste dos Apalaches (declarados *terras devolutas*, isto é, *do Estado*), pelos comerciantes de peles e madeiras e aventureiros de todo tipo. Expulsos de suas terras, assistindo à dizimação dos rebanhos de búfalos, massacrados física e culturalmente, os indígenas moveram forte resistência aos colonizadores brancos, que, mais bem armados, realizaram um verdadeiro genocídio, ou seja, um massacre visando acabar com as populações índias. Os indígenas sobreviventes foram marginalizados, por *não constituírem mão-de-obra agrícola ou industrial.* Ao moverem a guerra aos índios, as autoridades norte-americanas encontraram um meio de dar vazão às exigências das camadas populares e evitar a crise social, devido à abundância de terra barata posta à disposição de quem a conquistasse, tomando-a dos seus antigos ocupantes indígenas.

As contradições da Revolução Americana, burguesa e liberal, levaram-na a ser feita com a mão direita nas armas e com a esquerda sobre os trabalhadores escravos e a população indígena.

2. A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Em 1774, os representantes das colônias (com exceção da Geórgia) reuniram-se no *Primeiro Congresso Continental*, em *Filadélfia*. Foi enviada uma petição ao rei da Inglaterra e aprovada uma Declaração de Direitos e Agravos. Renovou-se o boicote ao comércio inglês e formaram-se comitês de inspeção para fiscalizar as alfândegas e confiscar as importações dos comerciantes que violassem o acordo.

O Primeiro Congresso Continental representou um ultimato ao poder inglês, para que, através de concessões mútuas, se encontrasse

uma solução. Entretanto, a Inglaterra não estava disposta a negociar, nem a fazer alianças.

> "A sorte está lançada: ou as colônias *triunfam* agora *ou se submetem.*" (Afirmativa do rei George III. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 10.)

A intransigência real apressou a mobilização da resistência anticolonialista. Intensificou-se a campanha política em favor da independência, devido sobretudo ao trabalho dos comitês e dos líderes populares. Os legalistas ou *tories* eram perseguidos como traidores. Ao mesmo tempo, os patriotas ou *whigs* armazenavam armas e munições, preparando-se para o inevitável conflito armado.

A *Guerra da Independência* teve início com os ataques ingleses a Lexington e Concord, em 1775. Embora vitoriosas, as tropas inglesas do general Thomas Gage sofreram consideráveis perdas humanas, devido à resistência organizada da população.

Nesse mesmo ano, reuniu-se o *Segundo Congresso Continental de Filadélfia*, presidido por John Hancock e contando com a presença de destacados líderes, como Samuel Adams, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin e outros.

Apesar da situação de guerra aberta, ainda havia muitos elementos vacilantes que não aceitavam a idéia de uma separação completa da Inglaterra. Na verdade, embora declaradas em estado de rebelião pelo rei George III, as colônias ainda faziam parte do Império Britânico. Para alguns, o rei estaria *acima* dos conflitos, sendo a opressiva política colonial obra dos ministros e do Parlamento... A estreiteza da visão política de alguns setores coloniais não lhes permitia enxergar nada além dos seus limitados interesses imediatos.

Mesmo assim, o Segundo Congresso Continental conseguiu aprovar uma *Declaração das Causas e Necessidades de Pegar em Armas* e nomear George Washington, grande proprietário rural, como comandante-em-chefe das tropas norte-americanas.

"Estamos ante a alternativa de nos submeter a uma incondicional tirania de ministérios irritados ou resistir pela força (...) A última é nossa eleita (...) Temos avaliado o custo desta contenda, porém não encontramos nada mais horroroso do que uma escravidão voluntária (...)" (*Das causas e necessidades de pegar em armas*, de John Dickinson e Thomas Jefferson, 1775. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, pp. 10 e 11.)

A obra mais importante do Segundo Congresso de Filadélfia foi, porém, a *Declaração de Independência*, aprovada em 4 de julho de 1776. Redigido em sua maior parte por Thomas Jefferson, esse documento formalizava a independência e tornava possível aos norte-americanos pedir e receber auxílio estrangeiro. Seu significado político é, porém, mais amplo e profundo: enunciava uma *filosofia de liberdade* (individual), que teve influência marcante não só na organização da federação norte-americana, mas também nos movimentos emancipacionistas das áreas de dominação francesa, espanhola e portuguesa na América. A guinada que permitiu ao movimento de resistência colonial passar à ofensiva decorreu de vários fatores:

- a inflexibilidade do governo inglês em promover qualquer conciliação com os revoltosos;
- o trabalho desenvolvido pelas forças democráticas, através da propaganda (como, por exemplo, a publicação do *Senso comum*, de Thomas Paine) e da formação de governos extralegais nas colônias;
- a situação internacional que opunha a França, a Espanha e a Holanda à Inglaterra, devido à posição hegemônica desta como potência colonial e comercial.

> *Todos os homens foram criados iguais e são dotados de certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a Vida, a Liberdade e a Busca da Felicidade.*
>
> (Thomas Jefferson, *Declaração de Independência*)

A verdadeira essência da filosofia política da Declaração é a *idéia* — democrática — *da soberania popular*. Inspirada em John Locke (*Segundo tratado do governo civil*), James Harrington e em outros filósofos dos séculos XVII e XVIII, a Declaração de Independência assimilou-lhes os conceitos e os ampliou, tornando-se uma *síntese das idéias liberais e democráticas* da época, e, no entanto, profundamente original. "Consiste em três idéias básicas: (1) o ser humano — essencialmente igual em atributos, necessidades, obrigações e desejos — tem o direito básico à Vida, à Liberdade e à Busca da Felicidade; (2) para a obtenção desses direitos, o homem criou os governos; (3) o governo que não respeita esses direitos é tirano; tal governo pode e, na verdade, deve ser alterado ou abolido pelo povo que, então, tem o direito e o dever de criar a forma de governo que 'a seu ver, pareça-lhe mais adequado a promover sua segurança e felicidade'." (APTHEKER, H., *op. cit.*, p. 109.)

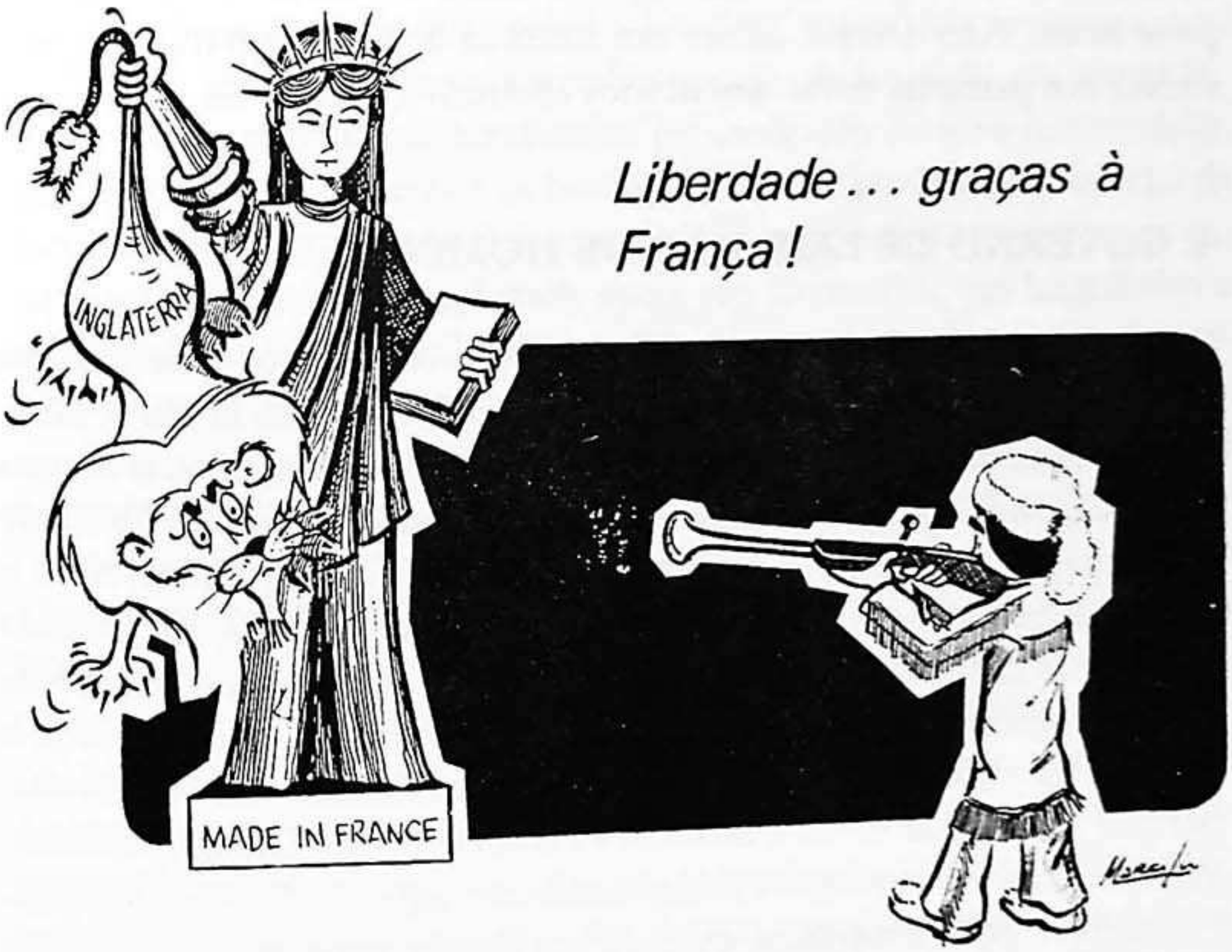
Convém notar que, devido às pressões dos grandes proprietários rurais da Carolina do Sul e da Geórgia, e de alguns comerciantes de escravos da Nova Inglaterra, o trecho da Declaração que denunciava e criticava a escravidão foi retirado do documento em sua redação final.

3. E O MUNDO VIROU DO AVESSO...

A Guerra da Independência durou cerca de seis anos. Desde 1775, verificavam-se combates entre as tropas inglesas e norte-americanas. *A princípio, os norte-americanos sofreram sérias derrotas.* O objetivo das forças inglesas era tomar os portos e vias fluviais, cortando as comunicações entre as colônias e isolando-as. Assim aconteceu em Nova Iorque em 1776, obrigando o exército de Washington a retirar-se para Filadélfia. Às vitórias dos norte-americanos sobre as tropas inglesas e de mercenários alemães em Trenton e Princeton (1777) seguiu-se a tomada de Filadélfia pelos ingleses.

A *primeira grande batalha* ocorreu no final de 1777, em Saratoga. A vitória norte-americana deu outro rumo à guerra, pois significou o apoio da França (1778) e da Espanha, unidas por Pactos de Família contra a Inglaterra. "A Grã-Bretanha declarou prontamente guerra à Fran-

ça, e a Guerra da Independência tornou-se guerra mundial. A Espanha entrou nela como aliada da França em 1779 e foi de grande utilidade para a causa americana porque transformou Nova Orleans em base para corsários e por se haver apoderado dos postos militares ingleses na Flórida Ocidental. A Holanda, nação à qual tinha valido uma fortuna considerável sua condição de principal potência marítima neutra, viu-se obrigada pela Inglaterra a entrar na guerra em 1780; e Catarina II da Rússia formou uma Liga da Neutralidade Armada que estorvou bastante as operações da esquadra inglesa contra os comerciantes neutros. Se os inimigos da Inglaterra se houvessem unido, seria impossível a resistência contra eles; mas somente a França e a América do Norte agiram de comum acordo, e ainda assim só a partir de 1780." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S; *op. cit.*, tomo I, p. 214.)



A entrada da França na guerra ao lado dos norte-americanos *foi decisiva para a vitória final.* A França, interessada em debilitar o poderio da Inglaterra que, desde 1763, a desalojara do continente americano, e também vislumbrando a possibilidade de conquistar mercados consumidores, colaborou com homens, armas, dinheiro e navios. Entre os oficiais franceses, destacaram-se o marquês de Lafayette, Saint-Simon e o general Rochambeau.

A partir de 1778, o teatro da guerra deslocou-se do Norte para o Sul, onde os ingleses capturaram o porto de Charleston, a Geórgia e a Carolina do Sul, em 1780. Nas lutas para recuperar esses territórios, teve grande importância a tática da guerra de guerrilhas. Entretanto, foi o poder naval francês que tornou possível a vitória norte-americana sobre as tropas do general Cornwallis, em 1781, em Yorktown, na costa da Virgínia, o que marcou o *fim da resistência militar inglesa.* Durante a rendição, a banda dos soldados ingleses tocou *O mundo virou de cabeça para baixo.* Não deixava de ser um sintoma dos novos tempos, que a vitória dos patriotas norte-americanos anunciava...

4. GOVERNO DE LEIS, NÃO DE HOMENS

Embora a vitória norte-americana sobre os ingleses ocorresse em 1781, somente em 1783, em Versalhes, foi celebrada a *Paz de Paris*, ficando reconhecidas a independência, a liberdade e a soberania das antigas Treze Colônias, que conservaram em seu poder o território do Oeste até o Mississipi, delimitado ao norte pelos Grandes Lagos, e obtiveram o direito de pesca na região da Terra Nova. Durante a guerra, haviam sido confiscadas as terras dos partidários dos ingleses (*tories*), e no tratado de paz recomendava-se que estes fossem indenizados pelas perdas sofridas, o que não foi atendido pelas autoridades norte-americanas. A Espanha recuperou a Flórida, devolveu a Luisiana à França e perdeu Gibraltar definitivamente para a Inglaterra. A França ficou com algumas ilhas nas Antilhas.

A Revolução Americana exerceu um grande impacto na época. Na *Inglaterra*, serviu para desacreditar o rei George III e sua política de fortalecimento do poder real, reforçando os liberais e a democracia. Trouxe, também, a longo prazo, uma mudança na política colonial inglesa, no sen-

tido de estender certas práticas liberais a possessões do império britânico, como o Canadá. Na *França*, o sucesso da Revolução Americana encorajou a derrubada do Antigo Regime, embora a Revolução Francesa demonstrasse um caráter e uma profundidade não alcançados pelo movimento de libertação das Treze Colônias. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, foi, em parte, modelada na Declaração de Independência norte-americana. Na *Hispano-América*, a libertação colonial foi muito influenciada pela ideologia da Revolução Americana, a qual, passada à França, foi importada pela elite *criolla*, que dela se utilizou para deflagrar o movimento emancipacionista no momento em que as Guerras Napoleônicas (1799-1815) desorganizavam a Europa. Aliás, o temor dessa influência, pressentido pela Espanha, muito contribuiu para a relutância desta em apoiar os colonos norte-americanos no momento mais crucial da Guerra da Independência.

Evidentemente, os efeitos mais importantes da Revolução Americana se fizeram sentir nos próprios *Estados Unidos* (essa denominação é de 1776): instalação de uma república, cujo chefe oficial era um presidente eleito, não um rei hereditário; promulgação de uma constituição, estabelecendo os poderes e as limitações de um governo; atribuição da escolha dos governantes a eleitores oficiais, responsáveis perante o povo; separação dos poderes do Estado entre um Executivo, um Legislativo e um Judiciário; e uma Declaração de Direitos, protegendo o povo da tirania por parte do governo.

Entretanto, para que essas disposições fossem postas em prática, foi necessária muita discussão, traduzindo os receios e divergências reinantes nas lideranças do movimento. Desde 1777 existiam os *Artigos da Confederação e União Perpétua entre os Estados*, redigidos por John Dickinson, que consagravam princípios *ultrafederalistas*. Mas foi a partir de 1781 que os artigos entraram em vigor. Neles, o poder central, fraco, era constituído pelo Congresso, que possuía atribuições para regular questões como intercâmbio comercial entre os Estados, arrecadação de impostos, relações internacionais, organização de Marinha e Exército, padrão monetário etc. Assim, cada Estado possuía grande autonomia político-administrativa, o que dificultava o estabelecimento de um governo nacional efetivo aos Treze Estados. A manutenção da estrutura social que correspondia aos interesses das classes dominantes via-se

ameaçada pelos movimentos populares e democráticos, como a revolta de pequenos fazendeiros e artesãos do Norte, liderada por Daniel Shays, em 1786, contra as medidas repressivas do governo com relação aos impostos atrasados. As perturbações econômicas, ocasionadas pela Guerra da Independência, muitas vezes obrigavam os pequenos proprietários rurais a vender suas terras para escapar da prisão por dívidas. O descontentamento das camadas trabalhadoras ameaçava o predomínio dos grandes proprietários de terras e escravos do Sul e da burguesia do Norte — pelo menos assim pensavam os *federalistas*, a favor de um governo centralizado.

"Os Artigos da Confederação representam a primeira experiência americana de conciliar a unidade com o regionalismo — o velho problema de ordem imperial. A Independência não havia feito mais que transferir a solução de Londres para Filadélfia e complicá-la devido às circunstâncias especiais da guerra, pouco propícias para a serena apreciação dos problemas políticos (...) Embora o problema se houvesse reduzido em extensão, seus elementos essenciais continuavam os mesmos: impostos, regulamentação do comércio, terras do Oeste, negócios, índios, papel-moeda, cooperação militar e, acima de tudo, sanções." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, tomo I, p. 250.)

O problema das terras a oeste dos montes Apalaches e ao norte do rio Ohio foi solucionado de acordo com disposições dos Artigos da Confederação, que aplicavam a essa região o *sistema de autonomia limitada*. O *Estatuto do Noroeste* de 1787 deu corpo jurídico a tal sistema, estabelecendo que nenhum Estado poderia constituir colônias nas terras do Oeste, consideradas territórios federais até que estes atingissem determinada quantidade de eleitores, quando então se transformariam em Estados e seriam *admitidos à União com os mesmos direitos dos Treze Estados originários*. Esse sistema foi aplicado a todas as possessões continentais e a quase todas as insulares dos Estados Unidos. A Ilha de *Porto Rico*, por exemplo, a menor e a mais oriental das Grandes Antilhas, invadida e ocupada pelos Estados Unidos em 1898, por ocasião da Guerra Hispano-Americana, até hoje é uma *colônia norte-americana*, embora ostente o pomposo título de *Estado Livre Associado*.

Outros problemas, entretanto, não puderam ser resolvidos pelos Artigos da Confederação. A ameaça de uma radicalização da Revolução

Americana por parte dos setores democráticos e populares levou os grupos dominantes a fortalecer o poder central através da Constituição de 1787. Na Convenção Constituinte realizada a portas fechadas, em Filadélfia, os federalistas do Norte, liderados por Alexander Hamilton, *chegaram a um acordo* com os *antifederalistas do Sul*, partidários de Thomas Jefferson (chamados de *republicanos*, depois conhecidos como *democratas*), e foi estabelecida uma forma de governo inteiramente nova.

Ao *poder central*, representado por um *presidente eleito, com mandato de seis anos*, foram atribuídas as funções de regular o comércio, controlar as terras públicas, cunhar moedas, organizar e manter as Forças Armadas, declarar a guerra e firmar a paz etc. Foram criadas duas Câmaras: *a Câmara dos Representantes*, com representação proporcional, de acordo com a população de cada Estado (incluindo-se os escravos); e o *Senado*, com representação por unidade estadual. Assim, conciliavam-se os interesses dos Estados mais populosos (Virgínia) com os dos Estados pequenos (Nova Jérsei). Uma *Suprema Corte* ficou encarregada dos assuntos judiciários no nível federal. Todas as atribuições que não couberam ao governo nacional foram deixadas para os governos estaduais: administração local, força policial, leis sobre indústria e trabalho, legislação civil e criminal, educação, saúde pública e assistência social.

Um aspecto importante, que mereceu a atenção dos convencionais, inspirados em Montesquieu, foi o da *separação e do equilíbrio dos poderes do Estado*, que deveriam ser interdependentes e harmônicos, sem a supremacia de um sobre quaisquer dos outros.

> "(...) no governo deste Estado o departamento legislativo não exercerá nunca os poderes executivo e judiciário ou quaisquer deles; o executivo não exercerá nunca o poder legislativo e judiciário ou quaisquer deles; o judiciário nunca exercerá os poderes legislativo e executivo ou quaisquer deles; numa palavra, será um governo de leis e não de homens." (Trecho da Constituição estadual de Massachusetts. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, tomo I, p. 231.)

A *soberania popular* era *limitada*, na medida em que apenas os indivíduos que possuíam uma determinada renda (da terra ou do investimento

de capitais) poderiam votar e ser votados: tratava-se, na verdade, de uma república de proprietários, dela *excluídos os trabalhadores, as mulheres e os escravos.* De qualquer modo, a Constituição norte-americana representou um avanço considerável para a época, embora os seus limites fossem os das classes que a elaboraram — a burguesia do Norte e os proprietários escravistas do Sul, na verdade, os principais beneficiados com a Independência. Mas, na *Declaração de Direitos*, que já aparecera nas Constituições estaduais e que foi incorporada ao corpo da Constituição federal, *garantiram-se as liberdades democráticas*: liberdade de religião, de palavra, de imprensa e de reunião; julgamento por júri; e outros direitos.

Os principais problemas econômico-sociais, como o conflito entre brancos e índios pela *posse das terras do Oeste* e a *escravidão negra*, só tiveram solução, violentamente, mais tarde; o primeiro, na época da Conquista do Oeste, em que os grandes perdedores foram os indígenas; o segundo, através da Guerra de Secessão, guerra civil em que a grande vencedora foi a burguesia do Norte.

Oxalá chegue o tempo e se apresse o dia,
Em que os homens deixem de destruir-se uns aos outros,
Em que a Razão imponha seu cetro,
E em que não nos façam corar estas famosas terras,
Onde ainda se ouve o lamento do africano,
Que arrasta suas cadeias ainda não partidas.

(Philip Freneau, *On the Emigration to America*)

Eleito por unanimidade pelo Congresso, George Washington assumiu a Presidência da República, em 1789, inaugurando o regime de *República Federativa.*

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Apontar os efeitos da Revolução Industrial inglesa sobre as Treze Colônias.

2. Assinalar o fundamento ideológico do processo de independência das colônias inglesas da América do Norte.

3. Destacar o papel dos setores populares e democráticos na revolta das Treze Colônias inglesas.

4. Enumerar as conseqüências do Segundo Congresso Continental de Filadélfia.

5. Analisar o documento da Declaração de Independência dos Estados Unidos, do ponto de vista ideológico.

6. Explicar o papel da França na independência das Treze Colônias inglesas.

7. Caracterizar as correntes federalista e antifederalista nos Estados Unidos.

8. Apontar as limitações políticas e sociais do processo de libertação das Treze Colônias inglesas.

9. Explicar as contradições entre a burguesia manufatureira e a aristocracia escravista, considerando as soluções conciliadoras adotadas.

10. Resumir as principais disposições da Constituição de 1787, quanto à forma de governo dos Estados Unidos.

A Independência do Haiti

1. AS PRIMEIRAS REVOLTAS

"Salvei a minha pátria. Vinguei a América... Nunca mais um colono ou um europeu porá o pé neste território com o título de amo ou de proprietário", declarava Jean-Jacques Dessalines, um dos líderes do Haiti, após a proclamação da Independência, em 1804. (DOZER, D.M., *op. cit.*, pp. 191 e 192.)

Embora as afirmações de Dessalines fossem, na prática, desmentidas por suas próprias atitudes ao se tornar imperador, e, ao longo dos séculos XIX e XX, pela situação de dependência e opressão em que se viu mergulhado o Haiti republicano, de qualquer maneira o movimento anticolonialista, sustentado pela população negra e mulata contra os exércitos franceses, significou a vitória de um povo sobre a opressão escravista e a exploração colonialista.

> "*As terras de São Domingos devem pertencer aos negros*; eles a conquistaram com o suor do seu rosto." (Sonthonax, comissário francês. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 23.)

Entretanto, esse *processo de libertação social e política* não se deu de uma hora para outra: foi o resultado das freqüentes revoltas de escravos, sobretudo a partir de 1791, quando ocorreu uma insurreição contra os brancos liderada pelo mulato Vincent Ogé e que serviu de estopim a várias rebeliões negras e levantes de mulatos. "A rebelião de agosto de 1791 [liderada por Boukman] chegou a todos os confins da grande planície do norte. Empregavam-se o incêndio, a matança e a tortura para destruir os brancos, sem distinção de homens, mulheres e crianças (...) A revolução se estendeu com rapidez vertiginosa a grande número de plantações onde residiam fortes núcleos de escravos." (PATTEE, R., *Jean-Jacques Dessalines, Fundador do Haiti*, Molina y Cia., p. 10.)

É importante ressaltar que estas lutas, muitas vezes desorganizadas, não possuíam ainda o objetivo expresso de libertar a colônia da metrópole. Mas nem por isso foram menos políticas: muitas delas guardavam um *sentido revolucionário* para a época, uma vez que se voltaram contra a escravidão como sistema econômico e social. No entanto, a minoria branca da ilha, que mantinha a escravidão negra — sustentáculo da prosperidade da economia açucareira — identificava-se de tal maneira com a metrópole que as lutas das classes oprimidas (uma minoria de mulatos livres e centenas de milhares de escravos negros) em breve passaram também a apresentar uma componente de *revolta contra a dominação colonial francesa*. "A elite branca acolheu com alegria a Revolução Francesa, que lhe dava uma oportunidade de subtrair-se ao controle de Paris, mas foi incapaz de conter a sua revolução interna, que passou primeiramente às mãos dos mulatos e por fim às dos pretos." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 191.)

2. A CAMPANHA DA INDEPENDÊNCIA

As sucessivas mudanças políticas na França (monarquia de Luís XVI, república e, por fim, o período napoleônico) refletiram na situação interna da Ilha de São Domingos, que, desde 1795 (Tratado de Basiléia com a Espanha), pertencia integralmente à França.

No *plano econômico*, desorganizou-se a atividade açucareira, com evidentes reflexos na economia da ilha — uma das maiores produtoras mundiais de açúcar —, que vivia quase exclusivamente da exportação

desse produto para a Europa. Note-se que a empresa açucareira, baseada no sistema de *plantation*, exigira *grandes investimentos de capital*, não apenas em máquinas e equipamentos, mas também em mão-de-obra escrava.

> "É necessário que os negros em grande número sejam escravos. Tudo o exige: a segurança do colono, a atividade do cultivo, a conservação das colônias e o interesse do tesouro público, comércio e fazenda." (Discurso do Deputado Bruix, em 1802, transcrito no *Moniteur Universel.* PATTEE, R., *op. cit.*, p. 20.)

As rebeliões de escravos também ameaçavam a sobrevivência da elite branca como classe dominante, uma vez que eram dirigidas contra a escravidão. O governo burguês de Napoleão Bonaparte *restabeleceu a escravidão* (que havia sido abolida em 1793 no Haiti) nas colônias de Guadalupe e Martinica, a fim de enfrentar a concorrência com a Inglaterra, que, através de companhias de navegação e comércio, desde o século XVII, penetrara nas Antilhas (Barbados, Jamaica).

> "Artigo I — Nas colônias restituídas à França (Martinica, Santa Lúcia, Tobago e Senegal), em cumprimento ao Tratado de Amiens de 6 Germinal, Ano X, se manterá a escravidão de conformidade com as leis e regulamentos anteriores a 1789.
>
> Artigo II — Igualmente se reimplantará nas outras colônias aquém do Cabo da Boa Esperança.
>
> Artigo III — O tratamento aos negros e sua importação nas ditas colônias terão lugar de acordo com as leis e regulamentos em vigor antes do indicado ano de 1789."
>
> (Lei de 20 de maio de 1802, restabelecendo a escravidão nas colônias francesas. ROUSSIER, P., *Lettres du Général Leclerc, Commandant en Chef de l'Armée de Saint-Domingue en 1802*, volume II, Société d'Histoire des Colonnes Françaises, pp. 284 e 285.)

Mesmo assim, "a campanha de Independência teve o apoio de algumas das pessoas mais influentes da colônia, as quais, a despeito da perspectiva de supremacia dos negros, esperavam que a independência lhes trouxesse uma renovação das grandes vantagens comerciais que, durante a revolução norte-americana, haviam auferido do lucrativo tráfico com as nações neutras". (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 191.)

No *campo militar*, afirmou-se, cada vez mais, a autoridade de Toussaint Louverture, antigo escravo, que lutara ao lado dos espanhóis e, depois, passara-se para o dos franceses. Devido a sua capacidade de liderança e a sua habilidade política, os franceses procuraram fazer dele um aliado. "Toussaint, como bom revolucionário, fez uma aliança tática e momentânea com o inimigo para conquistar um objetivo: a liberdade dos escravos; ao não poder lográ-lo combatendo sob a bandeira espanhola, e, em troca, a República Francesa — sua inimiga de ontem — abolir a escravidão, passou a defender os recém-conquistados direitos dos negros; direitos que os espanhóis, ingleses e grandes plantadores queriam desconhecer." (MICHEL, E.C., *La Revolución Haitiana y Santo Domingo*, Editora Nacional, pp. 44 e 45.)

Em 1798, os ingleses invasores foram derrotados. Depois de haver obtido o controle do Departamento do Sul, contando com a ajuda dos Estados Unidos, e vencido o líder mulato Rigaud, os exércitos de Toussaint, compostos em sua maioria por elementos negros, avançaram em direção à parte oriental (espanhola), a fim de ocupar o território que de direito pertencia à França. *Em 1801, Toussaint havia estendido o seu controle sobre toda a ilha.* "A Espaniola estava sob uma só bandeira e autoridade: a de Toussaint, cujo gênio administrativo se põe em jogo nesta conjuntura. Até o momento havia atuado o militar; de agora em diante veremos também o organizador. Começa proclamando a liberdade total sem restrições. Divide a ilha em distritos, com diferentes chefes à frente." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 27.)

No *nível político*, foi eleita uma Assembléia Constituinte, uma vez que as leis francesas eram inadequadas à realidade haitiana. Paradoxalmente, em uma sociedade esmagadoramente formada por negros, estes tiveram apenas um representante, enquanto os mulatos elegeram três e os brancos, seis... A *Constituição de 1801* nomeava Toussaint *governador geral vitalício*, com direito a escolher sucessor

"Suas medidas econômicas trouxeram prosperidade a São Domingos espanhol e ganharam o apoio dos proprietários de terras e comerciantes. A abolição da escravatura e o ímpeto democrático dos mulatos e negros no desempenho de funções administrativas e políticas determinaram que em São Domingos se começasse a desfrutar de um período democrático não conhecido anteriormente e que Toussaint se fizesse credor do apoio e simpatia das massas populares. Este apoio da maioria dos setores da sociedade colonial acabou por manifestar-se quando em janeiro de 1802 regressou à cidade de São Domingos e foi objeto de acolhida apoteótica." (MICHEL, E.C., *op. cit.*, p. 59.)

A política do governo de Toussaint visava a integrar as diferentes regiões da ilha em uma estrutura administrativa compatível com a formação de um Estado. Deve-se notar que nos cinco departamentos insulares vivia uma população extremamente heterogênea, produto do cruzamento de índios, negros e brancos; mesmo entre a *população negra*, era grande a *diversidade cultural*, uma vez que os escravos provinham de diferentes regiões africanas, trazendo seus próprios costumes, línguas e tradições. O colonizador não se interessava em promover qualquer tipo de integração das comunidades escravas, uma vez que a unidade que daí poderia advir constituir-se-ia uma ameaça à dominação branca.

Assim, pode-se admitir que a intenção das medidas adotadas por Toussaint, no sentido de reprimir as práticas religiosas de origem africana — sincretizadas no vodu (culto religioso de origem africana) —, fosse a de promover a unidade religiosa através do cristianismo trazido pelos colonizadores. Entretanto, a população negra nunca deixou de resistir também no campo cultural, negando-se a falar a língua e a praticar a religião do colonizador; mas, é claro, a influência ideológica e cultural do branco se fez sentir, após séculos de colonização. Daí o surgimento do idioma *créole* e do voduísmo, originários das peculiares condições da interpenetração de culturas européias e africanas naquela parte das Antilhas.

No que se referia à *agricultura*, as diretrizes da política do governo de Toussaint eram no sentido da racionalização do trabalho, a fim de *aumentar o rendimento* da produção açucareira.

A prosperidade da agricultura é a garantia
da liberdade dos negros.

(Toussaint Louverture, 1801)

As grandes propriedades açucareiras foram reocupadas pela oligarquia branca. Os negros foram forçados ao trabalho obrigatório nas fazendas, constituindo mão-de-obra barata, embora não mais escrava. Na realidade, manteve-se o modelo colonial, permanecendo as terras, e os demais meios de produção, nas mãos dos grandes plantadores brancos, e cultivadas pela massa de ex-escravos. Os portos da metade oriental da ilha (antiga possessão espanhola) foram abertos, e por eles continuaram a escoar a produção açucareira e a entrar os manufaturados europeus. As pequenas plantações, nas mãos de ex-escravos e mulatos, encontravam-se dependentes das grandes unidades produtoras. O governo de Toussaint estreitou a aliança com os grandes proprietários de terras e com a burguesia comercial inglesa e norte-americana; mas não resolveu os problemas fundamentais da colônia: o poder revolucionário, a independência e a repartição das terras dos colonos brancos.

3. LIBERDADE OU MORTE

A reação francesa não se fez esperar. Para a metrópole, então governada por Napoleão Bonaparte, representavam um perigo as idéias revolucionárias nas colônias francesas, que inclusive haviam influenciado as rebeliões lideradas por Ogé e depois por Toussaint. A difusão da ideologia do Iluminismo nas ilhas poderia significar o *impulso de libertação* da área antilhana, onde em Martinica e Guadalupe os franceses também possuíam prósperas plantações de cana-de-açúcar. O Caribe fora a ponta-de-lança da conquista do continente americano. Poderia muito bem tornar-se o ponto de partida da libertação dos povos americanos. O receio da classe dominante metropolitana não era infundado: fora um nativo da parte espanhola de São Domingos que contribuíra para a rebelião em Cuba...

A França, que pretendia reconstruir o império colonial, necessitava das suas colônias americanas, não só das regiões açucareiras das Antilhas, como também do extenso território da Luisiana, encravado entre os Estados Unidos e as possessões espanholas da América do Norte. Em 1801, foi enviado um exército sob o comando do general Victor Leclerc, com o propósito de *sufocar a rebelião haitiana.*

> "Segui vossas instruções ao pé da letra, e no momento em que vos tenhais liberado de Toussaint, Christophe, Dessalines e dos principais bandidos, e as massas de negros tenham sido desarmadas, enviai ao continente todos os negros e mulatos que tenham participado nas guerras civis (...) Livrai-nos destes africanos iluminados e já não teremos mais o que recear." (Instruções de Napoleão Bonaparte ao general Leclerc, 1801. ROUSSIER, P., *op. cit.*, p. 168.)

Embora as forças comandadas por Toussaint obtivessem uma importante vitória sobre os franceses, derrotando o general Rochambeau, em outras partes da ilha as milícias coloniais, formadas por negros, mulatos e alguns brancos, foram vencidas, para isso contribuindo não só a superioridade militar do inimigo, mas também a traição de alguns líderes haitianos. Em 1802, as forças coloniais capitularam e Toussaint foi enviado à França, onde morreu no ano seguinte na prisão. Mesmo com a capitulação oficial, *não cessou a resistência dos negros*: em vários pontos da ilha, guerrilheiros e bandos armados continuaram a lutar contra a opressão racial e colonial.

Depois da morte do comandante francês Leclerc, a direção das forças metropolitanas ficou com o general Donatien Rochambeau. O objetivo da França era eliminar todos os líderes coloniais, mesmo os que haviam passado para o lado francês, pois a ascendência deles sobre a massa da população representava uma potencial ameaça ao domínio branco e metropolitano.

Formando um exército colonial, Jean-Jacques Dessalines, acompanhado por Alexandre Pétion e Henri Christophe, tornou-se o condutor da rebelião anticolonialista. Auxiliadas por ingleses e norte-americanos, as forças insulares expulsaram os franceses e, em *1804*, foi proclamada a *independência* da metade oriental da ilha, que tomou o nome de *Haiti (terra de montanhas)*, enquanto a parte ocidental continuava ocupada pelas tropas francesas (1802-1806) e espanholas.

Nasce a primeira República Negra

Dessalines, antigo escravo, foi proclamado *imperador*, tomando como modelo aquele que tudo fizera para sufocar a rebelião haitiana: Napoleão Bonaparte. O breve governo de Dessalines (1804-1806) procurou promover a *unidade do Haiti*, onde, cada vez mais, rompida a aliança de 1803, se antagonizavam negros e mulatos. A produção açucareira foi estimulada, mediante o *trabalho obrigatório* nas plantações, e foram distribuídas terras aos camponeses.

"Fizemos a guerra (...) antes de tomar as armas contra Leclerc, e os homens de cor, os filhos de brancos, não reclamaram a herança de seus pais. Como é possível que, depois que

expulsamos os colonos, seus filhos reclamem agora suas propriedades? Os negros, cujos pais estão na África, não terão então nada? Senhores, se a situação continua assim, tudo anda muito mal. Negros e mulatos, todos combatemos contra os brancos e os bens que conquistamos derramando nosso sangue pertencem a todos. Entendo que eles devam ser repartidos com eqüidade." (Declaração de Dessalines, PATTEE, R., *op. cit.*, p. 29.)

Após a morte de Dessalines, rebeliões vitoriosas implantaram no Oeste e no Sul um *governo republicano* separatista, sob o rígido controle do líder mulato Alexandre Pétion; foram *distribuídos entre os camponeses lotes de terras*, expropriadas aos grandes plantadores, a fim de formar uma base social.

No Norte, o movimento de Henri Christophe, proclamado Presidente Vitalício e sucessor de Dessalines, implantou uma ditadura militar e, a partir de 1811, um regime imperial que durou até 1820.

"A República que emergiu da escravidão nasceu entre as ruínas coloniais. A guerra de 1802-1804 havia deixado o país no caos: as plantações e demais instalações agrícolas estavam destruídas; todos os hábitos de trabalho haviam desaparecido; milhares de homens haviam morrido." (MICHEL, E.C., *op. cit.*, p. 77.)

A parte oriental da ilha (São Domingos) tentou tornar-se independente em 1821; entretanto, foi dominada pelos haitianos, comandados por Jean-Pierre Boyer, que havia assumido o poder no Sul e promoveu a unificação da ilha em proveito da elite mulata, cessando a distribuição de terras e incrementando o latifúndio. Em 1825, a França reconheceu a independência do Haiti.

Nenhum branco, qualquer que seja sua nação, colocará os pés neste território com o título de dono ou proprietário; e não poderá no futuro adquirir propriedade alguma.

(Artigo XII, da Constituição de 1805)

O processo de independência do Haiti teve originalmente *caráter econômico, político e social.* Surgiu das contradições sociais existentes na colônia, mas não foi unicamente uma rebelião de escravos nem apenas o resultado da luta dos mulatos para conquistar a igualdade anunciada na Revolução Francesa. Foi um amplo movimento em que a força decisiva estava nas massas dirigidas pela elite mulata e pelos elementos revolucionários da classe de escravos, com o objetivo de estabelecer uma nova ordem econômica sob controle democrático. Representou um golpe definitivo no modo de produção escravista implantado na era colonial, apesar do caráter contraditório dos primeiros tempos da nova república, em que, ao lado das sobrevivências escravistas, instalava-se um capitalismo dependente.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Diferenciar o processo de libertação colonial do Haiti dos demais movimentos de independência da América Latina.

2. Assinalar os fatores internos desencadeadores da rebelião haitiana.

3. Apontar as razões da mudança da política colonial francesa a partir do governo de Napoleão Bonaparte.

4. Resumir os principais aspectos da política de Toussaint Louverture.

5. Assinalar os principais pontos de divergência entre os mulatos e a população negra.

6. Apontar a influência das revoltas negras do Haiti sobre o movimento popular das sociedades escravistas latino-americanas, particularmente em Cuba e no Brasil.

7. Explicar as razões que transformaram o Haiti, próspera colônia açucareira no século XVIII, em um dos países mais pobres do mundo atual, utilizando-se de informações de jornais, revistas e livros.

A Emancipação Política das Colônias Hispano-Americanas

1. AS TENDÊNCIAS DO MOVIMENTO DE INDEPENDÊNCIA

A independência das colônias espanholas não seria possível sem a participação das classes dominantes coloniais. A correlação de forças entre os *criollos*, de um lado, e os mestiços e índios, de outro, apontava favoravelmente na direção dos primeiros. Embora fossem freqüentes as revoltas populares contra o domínio espanhol, elas esbarraram sempre na repressão violenta, por parte tanto da metrópole quanto dos elementos da aristocracia *criolla*. Apenas no momento em que se aprofundou o *antagonismo entre a metrópole e suas colônias*, traduzido pelas reivindicações coloniais de liberdade econômica e autogoverno, foi que as classes dominantes coloniais se articularam em torno do movimento de independência, conduzindo-o à vitória final, embora com a participação das camadas populares que integraram os exércitos coloniais.

Não se deve pensar que o bloco dominante nas colônias fosse homogêneo. Ao contrário, na área espanhola a classe dominante em algumas zonas

era *mercantil* (como em Havana, Lima e Buenos Aires), com interesses ligados ao mercado externo; em outras, era *rural*, composta de grupos de grandes produtores de gêneros tropicais de exportação (açúcar, cacau) ou de produtores auto-suficientes, criadores como os *llaneros* da Venezuela. Não havia coesão nacional e existiam interesses internos contrariados pela liberdade de comércio.

Do ponto de vista ideológico, as classes dominantes coloniais divergiam: ao lado de *republicanos radicais*, como os venezuelanos Francisco de Miranda e Simon Bolívar, encontravam-se *monarquistas liberais*, como o argentino José de San Martín. Assim, o movimento de independência ocorreu em torno de determinados líderes — os *caudilhos* —, não possuindo nem caráter nacional (e sim local e regional), nem ideologia definida.

Tampouco se pode falar em *Revolução Burguesa* na América Espanhola. Se em algumas áreas (como no Prata) o movimento de independência assumiu um *caráter burguês e urbano* — liderado e conduzido pelo grupo mercantil —, na maioria das colônias ele teve caráter *predominantemente aristocrático e rural* — dirigido pelas *oligarquias agrárias*. O movimento emancipacionista, portanto, não teve um sentido popular, com exceção do México, onde a massa camponesa e indígena desempenhou um papel de vanguarda, organizada e liderada por elementos populares. Entretanto, a luta no México possuiu uma evidente coloração de *guerra civil*, e as classes dominantes logo se impuseram sobre as facções populares, desviando o curso da Revolução dos seus rumos democráticos.

Assim, de acordo com as áreas coloniais, classes e grupos sociais diversos desempenharam seu papel e, dependendo do momento histórico, predominou um ou outro setor da sociedade. O elemento indígena, que formava o numeroso campesinato, ora lutou ao lado dos insurgentes (como no México), ora apoiou os espanhóis (como no Chile). Na verdade, a insurreição das colônias espanholas, de caráter antimetropolitano, *não significou o fim da exploração das comunidades indígenas*, apesar das medidas liberalizantes propostas por Bolívar, por exemplo.

Um autêntico movimento popular e camponês verificou-se no Peru, no final do século XVIII, liderado por Tupac Amaru, descendente dos

antigos chefes incas, considerado precursor dos movimentos de libertação colonial. Em meio a uma sociedade de índios explorados no trabalho das minas e nas *encomiendas*, José Gabriel Tupac Amaru comandou uma das maiores sublevações contra os espanhóis, na América. Em 1780, reunindo índios, mestiços e *criollos*, a ação revolucionária estendeu-se por inúmeras regiões do vice-reino do Peru. Entretanto, o movimento viu-se derrotado devido a vários fatores: a inexperiência militar e a deficiência de armamento das forças rebeldes que, mesmo assim, obtiveram vitórias sobre os exércitos espanhóis; métodos de traição empregados pelos espanhóis para tratar com os indígenas — tão freqüentes desde a Conquista; e a falta de apoio por parte das camadas dominantes coloniais. Em 1781, Tupac Amaru foi preso e executado, e a sublevação esmagada.

> "Os índios nada ganharam com o amor e as providências de Sua Majestade, nem com o amor dos ministros do Senhor (...) A razão é que depois de haver feito (...) mitas e sofrido nos obrajes, arrendados como escravos, ou que por ficar sumamente desamparados dos Corregedores ou porque seus pais são pobres pelas obrigações dos pueblos ou outros motivos, os curas (...) os deixam viver a sua vontade; e quando eles menos esperam lhes colhe a morte em mau estado (...)" (Trecho da defesa de Tupac Amaru no Tribunal de Cuzco. POMAR, F.C. del, *op. cit.*, p. 201.)

A emancipação das colônias espanholas não significou a libertação do povo de Tupac Amaru. Suas convicções de abolir o trabalho forçado imposto aos índios, de sacudir a tirania, de fazer respeitar o direito das maiorias continuam nas lutas das sociedades americanas pela supressão das antigas estruturas do passado colonial e pela implantação da democracia e da justiça social.

2. AS CONDIÇÕES COLONIAIS ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA

Entre 1808 e 1810, verificaram-se os acontecimentos que tornaram possível a independência política das colônias espanholas na América. No *plano internacional*, ocorreram a invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas e a deposição do rei espanhol Fernando VII, substituído no trono por José Bonaparte, irmão do imperador da França. Imediatamente surgiram na Espanha *juntas de governo* — Junta de Sevilha, Junta Central, Junta de Cádiz —, que rivalizavam entre si pela hegemonia e direção dos negócios coloniais e da guerra. A Junta Central, que representava os interesses nacionais sobre os locais, logo se transformou em um *conselho de regência*, formado por cinco membros, que, pretextando defender os direitos de Fernando VII, pregava a resistência aos novos governantes franceses. No *plano colonial*, a exemplo da metrópole, formaram-se, a partir dos cabildos, *juntas governativas* na maioria das unidades administrativas da América Espanhola. As juntas governativas encontravam-se *divididas* em três correntes de opinião: os que defendiam a fidelidade ao rei Fernando VII; aqueles que desejavam a autonomia das juntas para governar, embora em nome do rei; e os elementos partidários da completa independência ante a metrópole. No decorrer das lutas, *a tendência que aspirava à completa autonomia* foi se impondo às demais até se tornar a *dominante*. É a partir desse momento que se pode falar de movimento de independência da América Espanhola. Um princípio, porém, foi comum a todas as juntas governativas coloniais: o *direito de autogovernar-se*, rejeitando a subordinação às juntas metropolitanas ou às autoridades francesas.

"Porventura, este imenso território, seus milhões de habitantes devem reconhecer a soberania dos comerciantes de Cádiz e dos pescadores da Ilha de Léon? (...) Porventura, terão passado a Cádiz e à Ilha de Léon, que fazem parte da Andaluzia, os direitos da Coroa de Castela, à qual foram incorporadas as Américas? Não, senhor; não queremos seguir a sorte da Espanha, nem ser dominados pelos franceses. Resolvemos tomar de novo o exercí-

> cio de nossos direitos de nos salvaguardarmos a nós mesmos." (Cornelio Saavedra, general e político argentino, presidente da junta governativa de Buenos Aires, 1810. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 106.)

Ao mesmo tempo, *aumentava a penetração econômica inglesa*, especialmente a partir de 1806, sobretudo na Bacia do Prata. Devido ao bloqueio continental, através do qual a França napoleônica procurava arruinar a Inglaterra, esta tentou intensificar as suas relações comerciais com as áreas americanas, buscando novos mercados consumidores da sua produção industrial e fornecedores de matérias-primas. Assinale-se que a decadência da mineração peruana, as barreiras impostas pelo monopólio espanhol, que dificultavam o intercâmbio comercial entre as colônias, e a especialização das economias regionais voltadas para a exportação ou para o auto-abastecimento contribuíram para a formação de *núcleos regionais autônomos e isolados entre si* (México, Havana, Caracas, Lima, Buenos Aires).

O papel dos cabildos foi muito importante no deflagrar do processo autonomista. Embora não fossem entidades representativas — seus membros não eram eleitos pelo voto popular —, neles os *criollos* dominavam amplamente. Em 1810, em todos os centros importantes da América Espanhola, os cabildos se haviam constituído em juntas governativas e deposto as autoridades metropolitanas (com exceção de Lima). Deve-se destacar que os cabildos mantiveram uma tradição de autonomia no plano da administração local. Essa circunstância teve um relativo peso no momento em que a Coroa espanhola foi usurpada por um Bonaparte. A *resistência à tutela estrangeira* encontrava sua *justificativa* ideológica na *fidelidade a Fernando VII*, ao rei, a quem as colônias estavam vinculadas. Entretanto, as idéias liberais francesas, veiculadas no século XVIII, que, apesar da censura, chegavam às elites letradas da América, e o exemplo próximo da independência das colônias inglesas da América do Norte, produziram efeitos na consciência dos líderes *criollos*. Prova desse fato foram as freqüentes tentativas de emancipação verificadas a partir de 1810. Na América Espanhola, a ideologia do Iluminismo traduzia um nítido sentido de libertação anticolonialista.

E a experiência vitoriosa dos norte-americanos era um exemplo concreto da possibilidade de separação entre as possessões espanholas e a metrópole européia. Pelo menos, assim pensavam algumas lideranças coloniais...

3. OS FOCOS INSURRECIONAIS

A *independência* tornara-se *possível e necessária*. Com a crise monárquica espanhola, a invasão napoleônica, o estabelecimento de juntas autoconstituídas nas colônias e a transferência do poder para os *criollos*, *cortaram-se os vínculos que uniam a América Espanhola à metrópole*. A pressão inglesa também contribuiu decisivamente para isso: a Inglaterra desejava obter o acesso à prata mexicana, ao couro e ao algodão para a sua produção industrial, e ao mercado consumidor hispano-americano. "Ampliou-se em grande escala, em todos os pontos da América Espanhola, a pressão para que se eliminasse um sistema de intercâmbio colonial irracional, baseado no monopólio peninsular e no contrabando." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 86.)

Em 1810, o *porto de Buenos Aires foi aberto ao comércio internacional* — na verdade, aos ingleses, que o haviam invadido em 1806 e 1807 —, ratificando o predomínio da Inglaterra na Bacia do Prata, trazendo benefícios tanto para os ingleses quanto para a burguesia da capital do Prata, de tendências liberais e europeizantes.

A eliminação da função intermediária da metrópole espanhola e a deterioração do regime do monopólio comercial — praticamente o único elo que a ligava às colônias americanas — interessava tanto ao capitalismo inglês quanto às classes dominantes coloniais.

Y en ese error entregamos
la grandeza del pasado
Y en ese error nos quedamos
trescientos años esclavos.

(Gabino Palomares, *La Maldición de Malinche*, canção popular mexicana)

O movimento autonomista irradiou-se de *três pólos: Caracas, Buenos Aires e México*, enquanto *Lima* era um *foco da reação espanhola.*

Na Venezuela, onde a princípio o movimento teve um *forte caráter republicano e aristocrático*, sendo empreendido pelos *grandes proprietários de terras*, o líder Francisco de Miranda, após haver fracassado em 1806, conseguiu reunir o Congresso Geral da Venezuela, que proclamou a independência em 1811. Derrotado pelos espanhóis, em 1812, somente mais tarde, quando se tornou mais popular, tendo à frente Simon Bolívar, foi que o movimento de libertação teve condições de se tornar vitorioso.

Na área platina, em que dominava uma *burguesia mercantil*, a luta pela independência começou com a deposição do vice-rei Cisneros, na chamada Revolução de Maio, em 1810, instituindo-se uma junta de governo chefiada por Manuel Belgrano, fiel ao rei e aos ideais monárquicos, e Mariano Moreno, com tendências republicanas.

No México, o movimento autonomista teve um *sentido rural e indígena, com caráter popular*, o que o distingue dos demais ocorridos na América Espanhola. Entre 1810 e 1811, o padre Miguel Hidalgo liderou um levante insurrecional, que abriu caminho para a independência da Nova Espanha. A luta prosseguiu, após o fuzilamento de Hidalgo (1811), com o padre José Maria Morellos, que tomou a liderança e proclamou a independência do México.

Apesar de algumas vitórias das forças coloniais, de um modo geral, no período compreendido entre 1810 e 1814, as tropas espanholas foram vitoriosas. Seja pelo apoio que os espanhóis receberam dos elementos das camadas dominantes contrários à independência, como os realistas do Peru e do Chile, ou do alto clero; seja pela aliança que estabeleceram com as classes populares (índios, mestiços) — que tinham contradições profundas com a aristocracia *criolla* —, ou com os criadores independentes, como os *llaneros* da Venezuela; seja pelas divergências ideológicas (republicanos *versus* monarquistas), como ocorreu na Argentina, o fato é que *os espanhóis conseguiram derrotar todos os movimentos insurrecionais dessa fase*, constituindo exceção o Paraguai. A partir de 1814, com a restauração de Fernando VII no trono da Espanha, a situação começou a mudar gradativamente, a favor dos insurgentes.

4. A REAÇÃO ABSOLUTISTA

Entre 1814 e 1820, verificou-se a *reação absolutista* nas colônias espanholas da América: os interesses monopolistas, recolocados na ordem do dia com a volta de Fernando VII ao trono espanhol, ameaçavam recolonizar a América. No decorrer da luta contra Napoleão, especialmente durante o bloqueio continental, a Inglaterra aumentara grandemente sua influência na América Espanhola, sobretudo no Prata, e, portanto, era *contrária à volta das práticas monopolistas.* A política napoleônica havia tentado obter o apoio das colônias espanholas, ao convocar uma assembléia (Cortes) em Bayona, para dar uma *Constituição liberal à Espanha e à América.* A Constituição de 1812 assegurava para as colônias igualdade de direitos, representação nos Conselhos, abolição de tributos etc.

A derrota de Napoleão Bonaparte, na Europa, conseguida à custa da aliança dos países feudais absolutistas com a Inglaterra capitalista e liberal, representou a *restauração do absolutismo na Espanha*, reconduzindo ao trono Fernando VII. Os vencedores de Napoleão, reunidos após o *Congresso de Viena* (1814-1815), formaram alianças militares com o objetivo de combater os movimentos liberais e nacionais, mediante intervenções armadas, a fim de manter a ordem política estabelecida no Congresso. A *Santa Aliança* (formada pela Rússia, Prússia e Áustria) foi o *principal instrumento político e militar da Restauração*, e dela se pretendia valer o regime absolutista reimplantado na Espanha por Fernando VII, a fim de sufocar o movimento de libertação das colônias espanholas na América. Os ministros do rei espanhol, "de acordo com as tendências do Congresso de Viena e da Santa Aliança, se inclinaram a ver a rebelião como fruto do espírito anárquico e antirreligioso que havia perturbado a paz da Europa e engendrado dentro da Espanha a Constituição liberal de 1812. Em combinação com as grandes potências, a reação que a Espanha impôs aos insurgentes foi do tipo militar (...)" (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, p. 112.)

A derrota das forças coloniais e dos movimentos de independência no México e na Venezuela, nos anos anteriores à restauração, faziam crer no restabelecimento pleno do domínio espanhol na América, momentaneamente abalado durante as Guerras Napoleônicas. Entretanto, a situação se inverteria, sobretudo a partir de 1817, tornando-se cada vez mais importante o *apoio da Inglaterra*, interessada nos mercados americanos e contrária às tentativas de intervenção européia na América.

5. INSURREIÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

No vice-reino do Prata (que compreendia a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia), o *movimento político* iniciado em Buenos Aires *fragmentou-se*. O *Paraguai*, após ter organizado uma Junta Governativa (1811), constituiu-se em uma República à parte, chefiada por *Gaspar Francia* (1813). O *Uruguai*, que se declarara fiel ao Rei em 1810, foi conquistado e incorporado pelo Brasil em 1821, formando no ano

seguinte a Província Cisplatina, apesar da resisténcia de patriotas como José Artigas. As lutas lideradas por Antonio Lavalleja e Frutuoso Rivera, ao lado da mediação inglesa, contornando as pretensões da Argentina e do Brasil, fizeram independente o país, que se tornou a República Oriental do Uruguai (1828). A *Argentina*, então chamada Províncias Unidas do Prata, depois de perder o Paraguai e de se debater entre a solução monárquica — com um Bourbon à frente — e o ideal republicano, decidiu-se por este último.

Em 1816, o Congresso de Tucumã proclamou a independência das Províncias Unidas do Prata e esboçou uma Confederação Argentina. Para a concretização da independência, muito contribuiu José de San Martín, chamado o *Protetor*, membro da aristocracia *criolla*, que uniu os grupos dominantes em torno da idéia de rompimento completo com a Espanha.

No *Chile*, a junta de governo organizou eleições em 1811, e foi instalado um governo que adotou, entre outras medidas, a proibição do tráfico de escravos. José Miguel Carrera liderou os *criollos* nesse período das lutas contra os espanhóis, que foram expulsos. Entretanto, em 1812, as forças espanholas sediadas no Peru intervieram contra os patriotas chilenos, e em 1814, em Rancágua, derrotaram as tropas chilenas, compostas por *criollos* e indígenas. Bernardo O'Higgins tomou a frente do movimento de libertação, que se expandiu até Santiago. Mas a independência só foi realizada mais tarde, em 1818, depois que o exército dos Andes, comandado por San Martín, vitorioso em Chacabuco e Maipú, libertou o Chile.

Na *Venezuela*, com o movimento comandado por Francisco de Miranda vencido em 1812, a repressão espanhola foi violenta, comandada pelo general Pablo Morillo. Simon Bolívar, pertencente à aristocracia colonial, representante da corrente liberal e republicana, de tendências europeizantes, foi um dos mais destacados líderes das Guerras da Independência. O *Libertador* entendeu que uma condição de fraqueza das colônias espanholas era o seu excessivo isolamento e iniciou gestões no sentido da união inicial da Venezuela e Nova Granada (Colômbia, Panamá e Equador). Enquanto a região do Prata se libertava da metrópole, ao norte o esforço de recolonização parecia vitorioso. A mudança estra-

tégica, do ponto de vista militar, no sentido de ocupar o interior — onde estavam os campos de criação de gado —, ao invés de dominar o litoral, foi o primeiro passo para a libertação da Venezuela. Os espanhóis dominavam a maior parte da região, e os republicanos encontravam-se divididos entre si. O plano de Bolívar consistia em estabelecer um governo constitucional — o que foi conseguido no *Congresso de Angostura* (1819), em que se formulou a unidade da nova República da Grã-Colômbia — e, ajudado pelos ingleses, libertar Nova Granada, o que se verificou depois da batalha de Boiacá, no mesmo ano. Em 1821, em Carabobo, as forças de Bolívar asseguraram a independência da Venezuela.

> "Desde que nossas calamidades públicas me forçaram a tomar armas para a libertação de meu país, venho mantendo a luta por onze anos — não com o fito de obter para mim o governo, mas com a firme resolução de jamais exercê-lo (...) Não sou o tipo de governante de que a República precisa (...) E se, depois do que disse, o Congresso insistir em confiar-me o poder executivo do Estado só acederei pela obediência, admitindo o título de Presidente enquanto a guerra durar (...)" (Mensagem de Bolívar ao Congresso da União Colombiana ou Grã-Colômbia, 1821. TREND, J.B., *Bolívar e a independência da América Espanhola*, Zahar Editores, p. 115.)

O *Peru* constituía o *núcleo da resistência espanhola na América*, e, portanto, era uma ameaça para as forças coloniais, sobretudo das recém-libertadas Províncias Unidas do Prata. Auxiliado pelos navios do inglês lorde Cochrane (que depois também se envolveria na guerra de independência do Brasil), o exército conduzido por San Martín, constituído de argentinos e chilenos, derrotou os espanhóis, tomou Lima e libertou o Peru (1821).

> "Eu venho pôr termo a essa época de dor e humilhação: este é o voto do Exército Libertador, que tenho a glória de comandar e que me tem acompanhado sempre ao campo de batalha, ansioso

> de selar com seu sangue a liberdade do Novo Mundo. Confiai na minha palavra e na resolução dos bravos que me seguem, assim como eu confio nos sentimentos e na energia do povo peruano." (Discurso de San Martín aos peruanos, 1820. BELLOTTO, M.L. e CORRÊA, A.M.M., *op. cit.*, p. 167.)

Para se poder interpretar os últimos acontecimentos na América Espanhola, há necessidade de se explicar o que acontecia simultaneamente em três níveis: a *conjuntura internacional, a questão da condução interna das lutas e a composição das forças anticolonialistas.*

A crise final do domínio espanhol na América, entre 1820 e 1825, foi o culminar de um processo contraditório na Europa, proveniente da imposição da restauração sustentada pela nobreza e pelo clero representando as forças feudais-absolutistas, contra a vontade popular, e a ascensão da nova classe — a burguesia —, partidária dos princípios liberais, democráticos e nacionais. A Revolução Liberal de Cádiz (1820-1823) impusera ao país uma nova Constituição. Entretanto, os liberais espanhóis não se decidiam a reconhecer a independência das áreas americanas e oscilavam entre as negociações políticas e a repressão militar, enquanto as tropas espanholas na América se dividiam entre constitucionalistas e absolutistas. Disso se aproveitaram as forças coloniais para conseguir importantes vitórias na Venezuela, no Peru e no Equador; neste último as tropas de José Sucre (lugar-tenente de Bolívar) e de San Martín, vitoriosas na batalha de Pichincha (1822), tomaram Quito, anexando o Equador à Grã-Colômbia.

A Inglaterra, envolvida nas Guerras Napoleônicas e em conflito com os Estados Unidos (1812-1814), pouco pôde auxiliar as colônias espanholas na primeira fase da luta anticolonialista. Entretanto, a partir de 1817, o *auxílio inglês*, traduzido na presença da esquadra inglesa nos portos americanos, no transporte das tropas coloniais e mesmo na luta aberta, foi *decisivo para as sucessivas vitórias das forças hispano-americanas.* Ao mesmo tempo em que, diplomaticamente, procurava neutralizar a ação de Santa Aliança, defendendo o *princípio da não-intervenção* dos

Estados europeus nos países recém-independentes da América, a Inglaterra assegurava-se dos mercados consumidores e de vantagens econômicas no continente. Além disso, a Inglaterra tinha interesse em hostilizar a Espanha, devido à aliança espanhola com a França, rival econômica na Europa. A atuação de lorde Canning, ministro inglês, impediu que, em 1823, as forças reacionárias européias, engrossadas pela França dos Bourbon restaurados, interviessem militarmente na América a fim de reprimir o movimento libertador, como haviam feito na Espanha, freando a Revolução de Cádiz.

Os Estados Unidos, que permaneciam neutros, a partir de 1821, *temerosos das pretensões territoriais russas no continente americano* (dominando o Alasca, a Rússia avançava através da costa do Pacífico), e da *penetração econômica inglesa*, trataram de assegurar a soberania das nações independentes da América, por meio da *Doutrina Monroe* (1823), em que afirmavam não aceitar as tentativas de recolonização da América, ao mesmo tempo em que reconheciam a independência das antigas colônias espanholas e não interfeririam nas colônias européias da América.

A condução das lutas ficou a cargo de Bolívar, depois que San Martín se retirou do teatro da guerra, em virtude de divergências entre as lideranças hispano-americanas. Essas divergências marcaram a *Entrevista de Guaiaquil*, realizada no Equador, em 1822. Este célebre encontro assinalou a vitória da corrente republicana, encarnada por Bolívar (líder do Norte), sobre a corrente monárquica, representada por San Martín (líder do Sul).

A partir do momento em que os exércitos coloniais passaram a incorporar as *camadas de mestiços, índios e negros*, as lutas lideradas pelos caudilhos sofreram um sensível avanço. Os elementos populares, camponeses em sua maioria, conheciam melhor o terreno, e sua participação foi fundamental para o êxito do movimento de libertação colonial.

A fase final das guerras da independência, que se prolongaram até 1825, assinalou os êxitos dos exércitos coloniais em Maracaibo e Puerto Cabello, expulsando os espanhóis definitivamente da Venezuela. O *último baluarte espanhol* na América do Sul era o Alto-Peru (Bolívia). Em Junin e Aiacucho (1824), os exércitos de Bolívar e Sucre, respectivamen-

te, puseram fim ao domínio espanhol na América do Sul, tendo-se convertido a região em uma nova república, a Bolívia (1825).

> "Peruanos! O Congresso Constituinte do Peru acaba de me honrar com sua ilimitada confiança. Ao terminar suas sessões conferiu-me seu poder ditatorial supremo.
>
> Peruanos! As circunstâncias são horríveis para a nossa Pátria: vós o sabereis; porém, não desespereis da República. Ela está expirando, porém não está morta ainda. O exército da Colômbia, todavia, permanece intato e é invencível (...)
>
> Peruanos! Sede pacientes, e esperai tudo de nossos invictos irmãos de armas, porque eles não contam com uma sorte cega como os espanhóis, mas sim com sua força. O campo de batalha dirá a quem pertence o Peru, se aos filhos do acaso ou aos filhos da glória." (Proclamação de Bolívar aos peruanos, 1824. MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 95.)

6. O MÉXICO INSURGENTE

As circunstâncias da emancipação política da Nova Espanha foram especiais na América Espanhola.

Depois da violenta repressão comandada pelos espanhóis, em 1815, a luta que possuía *caráter social* (camponeses) e *étnico* (índios e mestiços), enveredou por caminhos mais convenientes para a aristocracia *criolla*. "Durante a árdua luta anticolonial de 1810 a 1821, as propriedades agropecuárias foram devastadas, mas não loteadas, e a decisão da elite mexicana em pôr fim aos controles espanhóis eliminou qualquer possibilidade de reforma agrária. Tem-se afirmado que o término da estratificação social legal, na qual o indígena era forçado a desempenhar o papel de tutelado, conferiu-lhe a cidadania, mas privou-lhe da proteção contra as pressões capitalistas. Esse processo ocorreria (...) lentamente, acompanhando a perda das comunidades indígenas sobre suas propriedades comunais." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 108.)

A HISPANO-AMÉRICA APÓS A INDEPENDÊNCIA

O *projeto monárquico*, empreendido pela *classe dominante colonial*, pretendia uma emancipação por vias pacíficas, sem romper com a Espanha. Agustín de Iturbide, enviado pelo vice-rei para lutar contra Vicente Guerrero, que retomara o movimento iniciado pelos padres Hidalgo e Morellos, fez um acordo com as forças rebeldes — o *Plano de Iguala (1821)*, que proclamou a *independência do México*, direitos iguais para

espanhóis e *criollos*, supremacia da religião católica (metade das propriedades rurais mexicanas pertencia ao clero) e convidou Fernando VII a ocupar o trono do México. Apesar da oposição dos setores liberais e do grupo de comerciantes de Vera Cruz, eixo do comércio interno e externo na época colonial, *Iturbide*, apoiado pelo exército, proclamou-se imperador do México (1822); entretanto, pouco depois, um levante republicano, chefiado por Antonio de Santa Ana, depôs Iturbide. O novo governo republicano, instalado em 1824, assistiria às *lutas entre federalistas e unitaristas*, aliás comuns em outras áreas da América.

7. UNITARISMO E FEDERALISMO NA AMÉRICA

Após a independência, todos os países da América Espanhola (com exceção do México, que teve um curto período de regime monárquico) constituíram-se em repúblicas. Do *ponto de vista político*, os novos Estados americanos caracterizavam-se, no século XIX, pelo predomínio das oligarquias rurais, simbolizado nas figuras dos *caudilhos*, chefes militares que, mediante golpes de Estado, tomavam o poder. Nas disputas das facções oligárquicas pelo poder, distinguiram-se duas correntes: os *unitaristas*, a favor de um poder central forte; e os *federalistas*, favoráveis a uma descentralização política.

Já vimos que *não existira unidade econômica* na Hispano-América. O declínio da mineração na maior parte do império espanhol, nos últimos 150 anos antes da independência, agravou a descentralização política. Os problemas decorrentes dessa estrutura colonial permaneceram durante muito tempo nos recém-emancipados Estados do continente. "As novas capitais nacionais, geralmente os centros das redes econômicas à Época Colonial, desejavam manter sua posição monopolística no comércio interno e externo, recompensa (assim o consideravam) pelas lutas em prol da Independência. Mas as sub-regiões, muitas das quais haviam-se desenvolvido ao longo do século anterior, freqüentemente estimuladas por atividades vinculadas ao contrabando, insistiam na concessão de autonomia econômica regional; eram, por essa razão, defensoras da Federação e não da União (...) O conflito entre interesses econô-

micos regionais e antigos centros comerciais repetiu-se ao longo do território latino-americano." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, pp. 103 e 104.) Esses antagonismos assumiram grande importância no México, na Argentina e em outros países latino-americanos.

A especialização econômica regional, voltada para o mercado externo, a heterogeneidade étnica e cultural (lembremo-nos das centenas de grupos indígenas existentes na Hispano-América), o relativo isolamento das áreas coloniais e as disputas pelo controle político local ou regional pelas oligarquias agrárias concorreram para a *fragmentação política da Hispano-América*. Além disso, a *pressão inglesa*, no sentido de impedir a formação de grandes blocos (como a Grã-Colômbia, as Províncias Unidas do Prata, a Confederação Peru-Boliviana, as Províncias Unidas de Centro-América), e, assim, dominar mais facilmente os mercados locais, contribuiu decisivamente para frustrar o sonho de Bolívar de uma América forte e coesa.

Ao iniciar-se o século XIX, as circunstâncias da *divisão internacional do trabalho* (países capitalistas industrializados *versus* nações recém-independentes de estrutura colonial) e a *manutenção dos padrões coloniais* de produção, distribuição e consumo representavam na América Latina o fenômeno do *imperialismo*.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Caracterizar o movimento de independência da América Espanhola do ponto de vista da sua composição social e tendências ideológicas.
2. Explicar as condições externas que contribuíram para a emancipação política das colônias hispano-americanas.
3. Apontar as contradições entre a classe dominante metropolitana e as classes coloniais que originaram o processo da independência hispano-americana.
4. Resumir o processo de independência do vice-reino do Rio da Prata.
5. Articular a independência do Chile com a da Argentina.
6. Resumir o processo de independência do vice-reino da Nova Granada.

7. Assinalar as condições de independência do Peru e da Bolívia.

8. Indicar a importância da Entrevista de Guaiaquil.

9. Correlacionar a Doutrina Monroe com os interesses dos Estados Unidos na independência das colônias hispano-americanas.

10. Distinguir o processo de independência do México dos demais movimentos de emancipação da América Espanhola.

Parte IV

DOIS POVOS DIFERENTES EM UMA ÚNICA TERRA

As sociedades americanas no século XIX

O QUE VAMOS ESTUDAR

Em um pequeno conto — *O sonho do pongo* — José Maria Arguedas resume, de forma ao mesmo tempo lírica e sarcástica, o quadro das relações entre o peão índio e o grande senhor rural: "— Acho que és um cachorro. Ladra! — lhe dizia. O homenzinho não podia ladrar. — Põe-te de quatro patas! — lhe ordenava então. O pongo obedecia e dava alguns passos de quatro pés. — Trota de lado como um cão! — continuava ordenando-lhe o fazendeiro." O final da narrativa é tão mordaz quanto surpreendente. De acordo com o sonho do peão, este e o seu patrão haviam morrido e, juntos e nus, apresentavam-se diante do *Grande Pai São Francisco*. Este, após ordenar ao mais belo dos anjos cobrir de mel o corpo do fazendeiro, e encarregar o anjo mais ordinário de lambuzar com excremento humano o corpo do peão, mandou que, lentamente e por muito tempo, um lambesse o outro...

Na verdade, o objetivo da história do notável escritor peruano é mostrar o pungente quadro da luta entre o oprimido e o opressor na

cruel realidade de uma *América Latina dominada pelo latifúndio e pelas formas de semi-servidão herdadas do período colonial.*

O antigo império colonial espanhol, ao se tornar independente, *fragmentou-se em vários Estados* que muito pouco tinham a ver com a realidade geográfica, econômica ou cultural de um continente já anteriormente fracionado em áreas econômicas estanques, e cuja cultura (língua, tradições etc.) fora destruída ou alterada pelas armas ou pela religião do colonizador. Apesar da independência política, *as estruturas coloniais sofreram pouca alteração*: a classe dominante colonial tornou-se classe dirigente, garantindo para si todos os postos de responsabilidade no exército, na alta administração e no governo, enquanto os índios e mestiços permaneceram presos à terra em que haviam vivido e morrido seus avós e pais, e na qual viveriam e trabalhariam seus filhos e netos. Ao lado da sobrevivência da tradição latifundiária, continuaram uma pobre *agricultura de subsistência* e a *produção de gêneros de exportação.*

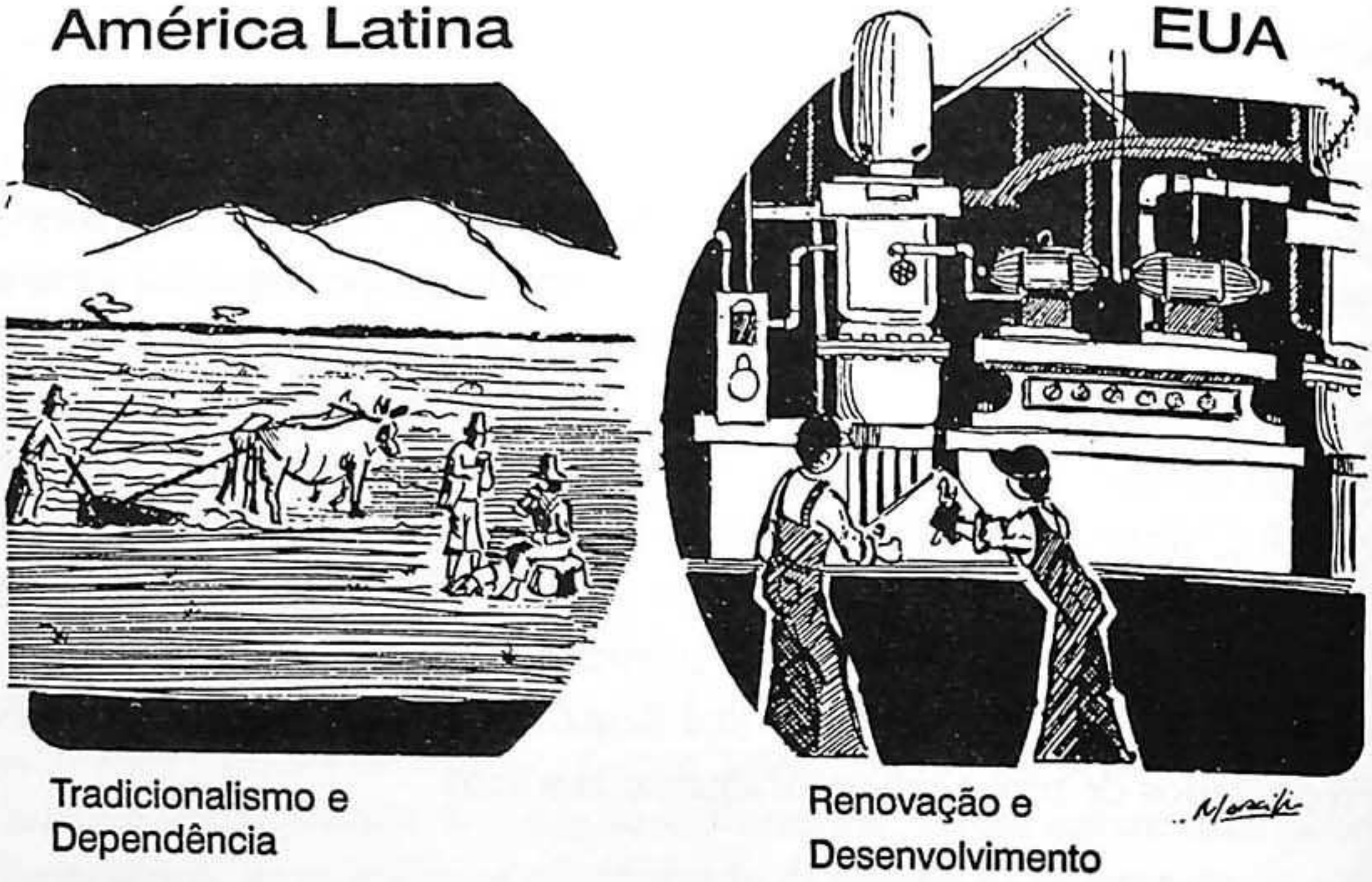
O entrechoque cultural, cujo exemplo mais dramático é a dominância quase absoluta da língua e da religião dos antigos colonizadores sobre as línguas e religiões indígenas, ou seja, a dominação de uma cultura metropolitana sobre as culturas locais, caracterizou a superestrutura ideológica das sociedades hispano-índias; ao lado da grande simplificação da hierarquia social (não existia, por exemplo, classe média rural), a fragmentação econômica e a instabilidade política geraram o fenômeno do *caudilhismo*; e a condição de área periférica da economia mundial limitou as atividades agrícolas a mera cultura de subsistência ou a grandes plantações destinadas a produzir para o mercado externo.

A diversidade étnica e cultural foi sobrepujada pelo *desenvolvimento desigual* quando, a partir da segunda metade do século XIX, o *capitalismo internacional estreitou ligações com a América Latina* e afluíram, em grande quantidade, os empréstimos e investimentos na produção (agricultura, mineração) e nos transportes e serviços públicos. Acentuaram-se os choques entre as novas e as antigas estruturas, entre uma economia capitalista e urbana nas cidades e um campo aristocrático e latifundiário, entre o litoral e o interior. Aumentaram as disparidades regionais e de renda, pois esta se concentrava no setor exportador, em benefício de uma minoria de oligarcas rurais, grandes comerciantes e banqueiros intimamente ligados ao capital internacional.

Não era apenas no interior de cada sociedade nacional que se situavam as disparidades econômicas e sociais. O desequilíbrio era mais visível, talvez, *entre os diversos Estados Nacionais*: México, Argentina, Brasil, de um lado, e os países andinos (Peru, Bolívia), centro-americanos e antilhanos, de outro. Enquanto os do primeiro grupo, especialmente o México e a Argentina, desenvolviam um *crescimento para fora*, propiciando o surgimento de um dinâmico setor capitalista no litoral, onde se criaram serviços públicos e uma indústria de bens de consumo (têxteis, calçados, alimentos), a *quase totalidade da América Ibérica permanecia profundamente ruralizada*, com uma fraca economia de mercado. Nos primeiros, surgiu uma classe média urbana que aspirava à cultura e tomava posições políticas, enquanto nos demais o predomínio dos grandes proprietários de terras era praticamente absoluto.

> "O branco é o proprietário; o indígena, o proletário. O branco é rico; o indígena, pobre e desprezível. Os descendentes dos espanhóis desfrutam de todos os avanços do século, de todas as descobertas científicas; o indígena, desconhece-as todas (...) O branco vive em sua magnífica casa na cidade; o indígena encontra-se isolado no interior e vive em uma cabana miserável (...) dois povos diferentes em uma única terra; e, o que é pior, dois povos até certo ponto inimigos." (F. Pimentel, 1865. STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 131.)

Entretanto, o *maior contraste estava na desigualdade de desenvolvimento da América Latina, se comparado com o da América Anglo-Saxônica*. No decorrer do século XIX, o monopólio da economia industrial escapou à Europa Ocidental, devido à rápida industrialização dos Estados Unidos. Atendendo a suas necessidades de matérias-primas, energia e homens, as grandes empresas norte-americanas começaram a estabelecer uma forte concorrência com a Inglaterra e a França no continente americano, notando-se uma preferência dos capitalistas norte-americanos pelas empresas de minérios e produtos tropicais.



Tradicionalismo e Dependência

Renovação e Desenvolvimento

Expandindo desmesuradamente o seu território, à custa de guerras ou hábil diplomacia, impondo as relações capitalistas de produção às áreas escravistas do Sul, liberando capitais e mão-de-obra e estabelecendo o protecionismo, os capitalistas ianques puderam dedicar-se ao saque e à pilhagem dos "primos pobres" latino-americanos. No final do século XIX, os Estados Unidos, ao vencerem a Guerra Hispano-Americana, já prenunciavam a sua futura hegemonia econômica no continente, sobrepondo-se aos países europeus.

As ramificações do imperialismo norte-americano viriam a se estender pelas extensas plantações de banana da América Central, pelas usinas de açúcar das Antilhas, pelos campos petrolíferos mexicanos, pelas minas peruanas... As *lutas populares para modificar as estruturas*, libertar o processo de desenvolvimento, realizar a reforma agrária e proceder à nacionalização das empresas estrangeiras tornaram-se mais agudas no século XX e *tiveram que enfrentar a ira do Tio Sam.*

Assim, um balanço histórico da América no século XIX, e mesmo no atual, é, necessariamente, um estudo das diferenças do desenvolvimento entre as diversas sociedades nacionais. A questão transcendental para os povos do continente é a de como libertar-se da dominação estrangeira e destruir os aliados internos do imperialismo. Cabe às classes oprimidas e aos verdadeiros democratas desincumbir-se dessa tarefa, e, assim, imprimir novos rumos à história da América.

⊙ Pan-Americanismo ⊙

1. ORIGENS

Diversos autores procuram demonstrar que *desde o século XVIII surgiram precursores* dos ideais pan-americanos, citando-se como um dos pioneiros o *padre Alexandre de Gusmão*, brasileiro que servia na corte de D. João V, de Portugal, e um dos responsáveis pela elaboração do Tratado de Madri (1750).

> "Sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivos de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem suas Majestades Fidelíssima e Católica que, se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os vassalos de ambas, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos, com os seus aliados." (Trecho do Artigo XXI do Tratado de Madri. GUEDES, J.A.L., *História administrativa do Brasil*, volume IV, DASP — Serviço de Documentação, p. 171.)

"É certo que o Tratado de Madri fala em 'paz perpétua' entre as duas Coroas, mas este compromisso de paz entre potências traduz apenas a promessa de não disputar, nem uma nem outra, pedaço do bolo que já haviam dividido entre si. Nada tem a ver um tratado dessa espécie com a doutrina muito mais tarde nascida, e que procurava firmar um princípio de não intervenção estrangeira, de cooperação, de paz e harmonia entre Estados já constituídos." (SOUZA GOMES, L., *América Latina, seus aspectos, sua história, seus problemas*, Fundação Getúlio Vargas, p. 253.)

Aponta-se também o peruano *Pablo Olavide* que, influenciado pelas idéias do Iluminismo, organizou em Madri a Junta das Cidades e Províncias da América Meridional, sociedade secreta destinada a estimular a independência da América (1795). Ainda que considerasse a emancipação do Novo Mundo como um empreendimento a ser realizado em conjunto pelas sociedades americanas, Olavide tinha uma visão muito estreita de união pan-americana: ficava restrita apenas às sociedades da América do Sul.

No século XIX, em meio ao processo de emancipação da América Espanhola, outras manifestações de ideais pan-americanos evidenciaram-se através de projetos formulados por representantes da elite hispano-americana.

Juan Martínez de Rosas, integrante da primeira junta governativa e autor da Declaração dos Direitos do Povo Chileno, defendeu o princípio de solidariedade entre o Chile e as demais sociedades hispano-americanas e a necessidade de unir todos os povos americanos em uma confederação a fim de garantir a independência contra os planos da Europa e de evitar conflitos interamericanos. Esses princípios foram igualmente sustentados por *Bernardo O'Higgins*, que assumiu a liderança da luta pela independência do Chile.

José de San Martín e o coronel Bernardo Monteagudo, argentinos que participaram das guerras de libertação do seu país, do Chile e do Peru, expuseram a idéia de realizar um *congresso pan-americano* para melhor resistir a eventuais ameaças da Espanha contra suas colônias que se emancipavam. "Antes (...) já Francisco Miranda (...) antevira a solidariedade continental, quando apresentou ao gabinete inglês, em 1790, o plano para libertar a América da tutela espanhola (...) Miranda estabele-

cia uma América única, geográfica e administrativa, um vasto Estado comum, do Mississipi ao Cabo Horn, um Estado 'que um novo Inca, de um novo e fraternal Império, governaria como um símbolo da raça em seu mais auspicioso passado'." (SOUZA GOMES, L., *op. cit.*, p. 251.)

Vemos então que os pronunciamentos no sentido de estabelecer a união entre as sociedades americanas ganharam maior expressão durante a luta pela independência das colônias européias no Novo Mundo. Foi tanto a necessidade de defesa contra a ameaça representada pela Europa como as raízes históricas e geográficas comuns que forjaram o ideal pan-americano, o qual deve ser entendido como um *movimento de solidariedade continental* a fim de *manter a paz nas Américas, preservar a independência dos Estados americanos e estimular seu inter-relacionamento.*

O projeto de solidariedade continental, no entanto, foi desenvolvido sob duas modalidades distintas: o *bolivarismo e o monroísmo.*

2. O BOLIVARISMO

O Bolivarismo representa a visão pan-americana concebida por Simon Bolívar (1783-1830), venezuelano que dirigiu a luta pela independência da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador.

Em vários escritos (cartas e proclamações) Bolívar defendeu a necessidade de união em face da possível contra-ofensiva da Espanha, apoiada pela Santa Aliança.

> "É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação em que todas as partes sejam unidas entre si e em conjunto por um mesmo elo. A origem é comum, assim como a língua, os costumes e a religião, por conseguinte, deveria ter um só governo que confederasse os diversos Estados que hão de se formar; mas não é possível porque climas distintos, diversidade de situações, interesses opostos, a dessemelhança de caracteres dividem a América." (Trecho da Carta de Jamaica, escrita em Kingston, em 6 de setembro de 1815. PEREYRA, C., *Bolívar y Washington, un Paralelo Imposible*, Editorial-América, p. 324.)

Bolívar apresentara essa idéia de união das sociedades americanas antes mesmo da *Carta de Jamaica*. "A sua exposição prática já é perceptível em um artigo que Bolívar escreveu para o *Morning Chronicle*, de Londres (5 de setembro de 1810), dizendo que se os venezuelanos fossem obrigados a declarar guerra à Espanha convidariam todos os povos da América a eles se unirem em uma confederação. O plano surge novamente no *Manifesto de Cartagena*, escrito por Bolívar em 1812, e mais claramente em 1814, quando, como libertador da Venezuela, enviou a circular que condicionou a liberdade dos novos Estados ao que ele chamou de 'união de toda a América do sul em um único corpo político' (...) E, em 1818, respondendo à mensagem de saudação, enviada a Angostura pelo *director* argentino, Pueyrredón, declarava que, tão logo a guerra de independência estivesse terminada, procuraria formar um pacto americano, e esperava que as Províncias do Rio da Prata se unissem a ele." (TREND, J.B., *op. cit.*, pp. 144 e 145.)

Na prática, criou a *Grã-Colômbia* (1819), de duração efêmera; em 1830, no mesmo ano após a morte do criador, terminou a Grã-Colômbia, fragmentada em três Estados: Venezuela, Equador e Colômbia, à qual se integrava o Panamá. Seus esforços no sentido de *unir o Peru e a Bolívia* foram infrutíferos diante da resistência oposta pelo profundo regionalismo daquelas sociedades sul-americanas.

Entretanto, Bolívar não desanimou de lutar pela fraternidade panamericana e, em dezembro de 1824, enviou nota-circular aos governos americanos convidando-os a se reunir para organizar uma confederação.

> "Deve ser uma liga verdadeiramente americana, formada apenas dentro dos princípios de uma aliança ordinária para ser ofensiva e defensiva. Deve ser mais rigorosa que a liga formada recentemente na Europa contra as liberdades populares [a chamada Santa Aliança entre Áustria, Rússia e Prússia] (...) Nossa sociedade deve ser de nações irmãs, unidas, fortes e capazes de suportar a agressão de potências externas." (Simon Bolívar e a união americana. TREND, J.B., *op. cit.*, p. 145.)

Quase dois anos depois reuniu-se o *Congresso do Panamá*, com sessões entre 22 de junho e 15 de julho de 1826. Nesta data, aprovou-se a continuação das discussões em Tacubaya, no México, mas a decisão não foi cumprida.

Considerado por diversos historiadores como a *primeira grande manifestação do pan-americanismo*, o Congresso do Panamá aprovou:

- um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua entre os Estados hispano-americanos;
- a cota que caberia a cada país para a organização de uma força militar de sessenta mil homens para a defesa comum do hemisfério;
- a adoção do princípio do arbitramento na solução dos desacordos interamericanos;
- o compromisso de preservar a paz continental;
- a abolição da escravidão.

Ao Congresso compareceram apenas os representantes da Grã-Colômbia, Peru, México e Províncias Unidas de Centro-América. Os Estados Unidos também enviaram observadores.

Contudo, o *Congresso do Panamá*, manifestação concreta de solidariedade continental, *acabou sendo um fracasso*, para isso contribuindo:

- a resistência dos Estados Unidos que pretendiam expandir-se pelas Antilhas e temiam a difusão de movimentos de abolição da escravidão;
- *a oposição do Brasil*, cuja monarquia era contrária a regimes republicanos e temia a propagação das idéias antiescravistas; D. Pedro I chegou inclusive a enviar a Missão Santo Amaro à Europa com a incumbência de negociar com Metternich, primeiro-ministro da Áustria e verdadeiro dirigente da Santa Aliança, o uso de forças militares brasileiras para substituir os governos republicanos americanos por monarquias confiadas a príncipes europeus;
- *as manobras da Inglaterra*, não só porque George Canning, ministro das Relações Exteriores, não tinha interesse na organização de uma América forte e coesa, como também porque temia a formação de um sistema americano sob a direção dos Estados Unidos, o que poderia criar problemas à expansão econômica inglesa;
- não terem sido ratificadas, posteriormente, as decisões tomadas.

Os ideais do pan-americanismo bolivarista, porém, continuaram vivos, e novos congressos foram reunidos para discutir assuntos diversos

dentro do espírito de solidariedade continental. Dessas reuniões *o Brasil e os Estados Unidos foram excluídos*: os Estados Unidos, por causa de seu expansionismo territorial, envolvendo inclusive a anexação de terras mexicanas, e o Brasil, devido a suas constantes intervenções no Prata, políticas essas contrárias à solidariedade continental.

Com representantes da Bolívia, Chile, Peru, Equador e Colômbia reuniu-se a *Conferência de Lima* (1847). "Nela foram tratados princípios do Direito americano, intervenção, agressão, reparações, limites, como também dispositivos práticos sobre comércio, navegação fluvial, serviços postais e consular, extradição." (DELGADO DE CARVALHO, C. e RIEMER, A.M.D.C., *História das Américas*, Record Cultural, p. 371.)

Em 1856, celebrou-se a *Conferência de Santiago*, quando o Peru, o Chile e o Equador firmaram o compromisso de estabelecer a união da "grande família americana". No mesmo ano, Chile e Argentina concluíram acordo comercial estabelecendo o fim das barreiras alfandegárias entre os dois países; a chamada "cordilheira livre" funcionou até 1868, quando foi suprimida, uma vez que o governo chileno pretendeu estender aos produtos importados de outras nações os privilégios concedidos apenas aos produtos argentinos e chilenos.

Por iniciativa peruana reuniu-se a *Segunda Conferência de Lima* (1864), a fim de estabelecer uma confederação de caráter defensivo. Peru, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Argentina e Venezuela concordaram em organizar uma confederação, pois se sentiam ameaçados pelas freqüentes intervenções estrangeiras que se processavam no continente e constituíam um perigo à segurança dos Estados americanos. Assim é que, em 1855, o aventureiro norte-americano William Walker invadiu e conquistou a Nicarágua; em 1861, a Espanha ocupou São Domingos e estabeleceu seu protetorado até 1865; em 1861-1862, Espanha, França e Inglaterra desembarcaram tropas na República Mexicana, onde Napoleão III instaurou a efêmera monarquia de Maximiliano de Habsburgo (1863-1867); em 1864, uma esquadra espanhola ocupara as ilhas peruanas de Chinchas, em incidente que acabou levando ao conflito do Peru e Chile contra a antiga metrópole (1866). "O Império Brasileiro evitou a reunião de Lima, para não ver discutida a sua política no Prata. Na Câmara brasileira, entretanto, foi mais tarde criticada a nossa ausência (...) Dos tratados assinados (...)

nenhum chegou a ser integralmente aplicado (...) Ao espírito primitivo de regionalismo, sucedia um sentimento de nacionalismo." (DELGADO DE CARVALHO, C. e RIEMER, A.M.D.C., *op. cit.*, p. 371.)

Animados de sentimentos pan-americanos bolivaristas, *outros congressos reuniram juristas sul-americanos: Lima* (1874), *Caracas* (1883) e *Montevidéu* (1888). Em Montevidéu chegou a se projetar um Código Interamericano, incluindo questões comuns do direito internacional e privado.

Desse modo, apesar dos fracassos ocorridos, os ideais do pan-americanismo bolivarista lançaram as bases da solidariedade continental assentada em posição de igualdade entre todos os Estados.

3. MONROÍSMO

O Monroísmo representa a visão norte-americana do Pan-americanismo, bem distinta do Bolivarismo e fundada no predomínio dos Estados Unidos sobre os demais Estados americanos.

Sua primeira manifestação foi a Mensagem Presidencial de James Monroe enviada ao Congresso dos Estados Unidos (1823). Nela, Monroe negava aos europeus o direito de intervenção no continente americano, seja para criar áreas de colonização, seja para suprimir a independência recém-conquistada pela maioria dos Estados americanos.

A análise do documento evidencia que os Estados Unidos opunham-se à Europa da Santa Aliança:

1º) devido à *preocupação norte-americana com a sua própria segurança*, uma vez que a política da Santa Aliança, marcada por intervenções armadas, visava a preservar as instituições monárquicas e combater os regimes republicanos; ora, precisamente em 1823 ocorrera a intervenção francesa (determinada no Congresso de Verona, em 1822) na Espanha, onde foram restaurados os poderes monárquicos de Fernando VII, a qual poderia se desdobrar em intervenção nas Repúblicas da América;

> "O sistema político dos poderes aliados é essencialmente diferente do vigente na América. Esta diferença provém daquilo

> que existe em seus respectivos governos (...) Nós devemos, portanto, declarar com simplicidade em vista das relações amistosas existentes entre os Estados Unidos e aqueles poderes, que consideraremos qualquer tentativa de sua parte para estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para nossa paz e segurança." (Trecho da Mensagem de Monroe, em 2 de dezembro de 1823. MORRIS, R.B., *op. cit.*, p. 125.)

2º) devido aos *projetos territoriais expansionistas dos Estados Unidos*, que pretendiam avançar suas fronteiras até o litoral do Pacífico. Esses objetivos contrariavam interesses ingleses no noroeste da América, pois norte-americanos e britânicos disputavam o domínio do Oregon. Por isso, John Quincy Adams, secretário de Estado, havia aconselhado o presidente Monroe a rejeitar as propostas de George Canning, ministro inglês, no sentido de Estados Unidos e Inglaterra formularem uma nota conjunta opondo-se à política de intervenção da Santa Aliança: "Deve ser mais simples (...) do que surgirmos como um simples escaler na esteira de um poderoso navio de guerra inglês." Além do mais, o governo de Washington preocupava-se com o avanço da Rússia: em documento de setembro de 1821, o czar Alexandre I afirmara direitos russos sobre terras e águas do noroeste da América Setentrional, desde o Alasca até a Califórnia. Impunha-se, então, aos dirigentes norte-americanos impedir a ampliação do colonialismo europeu por territórios do Novo Mundo;

> "Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia (...)" (Trecho da Mensagem de Monroe. FERREIRA DE MELLO, R., *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática, de 1815 a 1949*, p. 19.)

3º) devido ao *interesse norte-americano* em *garantir um comércio livre com países independentes.* A inter-relação da economia com a políti-

ca torna-se evidente ao constatarmos que o governo dos Estados Unidos foi dos primeiros a estabelecer relações diplomáticas com os novos Estados surgidos com a conquista da independência.

> "Na concretização da independência da América Espanhola, os Estados Unidos têm o mais profundo interesse. Não hesito em afirmar minha sólida crença de que não existe questão na política externa deste país (...) em cuja solução tenhamos ou possamos vir a ter tantas coisas em jogo. Esse interesse se relaciona com a nossa política, o nosso comércio e a nossa navegação." (Pronunciamento de Henry Clay, na Câmara dos Representantes, em março de 1818. PERKINS, D., *História de la Doctrina Monroe*, EUDEBA, p. 13.)

Desse modo, a Mensagem de Monroe representou antes de mais nada "a expansão de uma política nacional cuja aplicação cabia unicamente ao governo dos Estados Unidos. Além disso, a atitude e as palavras de Monroe não continham qualquer garantia que livrasse os demais povos americanos das agressões ou intervenções dos Estados Unidos. Isto viu-se efetivamente quando, nos anos de 1824 a 1826, a diplomacia dos Estados Unidos expressou suas ambições sobre Cuba (...) Os Estados Unidos opunham-se a que as Antilhas espanholas fossem tornadas independentes pela ação da Colômbia e México, cujos governos pretendiam realizar uma expedição emancipadora. O temor da anexação de Cuba ao México, ou a alguma das Repúblicas libertadoras, não era menor que o de uma independência precária, com ameaça de intervenção européia". (PEREYRA, C., *Breve História de América*, M. Aguilar, Editor, p. 551.)

A *Doutrina Monroe*, usualmente resumida na expressão "América para os americanos", na realidade *atendeu apenas aos interesses norte-americanos.* Não houve solidariedade continental quando os dirigentes estadunidenses opuseram-se ao projeto de união americana no Congresso do Panamá, nem quando o Tratado Guadalupe-Hidalgo (1848) assegurou-lhes a Califórnia, Novo México, Arizona, Utah, Nevada e Texas

que foram tomados ao México após vitoriosa campanha militar. Muito menos houve solidariedade continental quando o Tratado Clayton-Bulwer (1850), assinado com a Inglaterra, fixou as respectivas áreas de influência das duas sociedades e os Estados Unidos assumiram o compromisso de não empreender sem os ingleses a construção de um canal na América Central.

> *A Doutrina Monroe é uma definida política Nacional dos Estados Unidos (...)*
>
> (Robert Lansing, secretário de Estado)

Já ao findar o século XIX, quando o capitalismo e a industrialização norte-americana conheceram acelerado desenvolvimento, *nova manifestação do monroísmo* ocorreu graças aos esforços de James Blaine, secretário de Estado dos Estados Unidos.

Reuniram-se, então, em Washington, 18 países americanos entre outubro de 1889 e abril de 1890, na *Primeira Conferência Internacional Americana*, cujas decisões mais importantes foram:

• condenar a guerra e afirmar a nulidade de cessões territoriais decorrentes de operações de conquista ou sob ameaça de guerra;

• aprovar o recurso ao arbitramento para solução de eventuais divergências interamericanas;

• recomendar a construção de uma ferrovia intercontinental para melhor relacionamento entre os povos americanos;

• aprovar a criação de um órgão coordenador das relações comerciais. "Esse organismo foi a União Pan-Americana, iniciada sob a denominação de Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, com sede em Washington e mantida pelos recursos proporcionados pelos Estados membros." (FERREIRA REIS, A.C., *As relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX*, Departamento de História e Geografia da PUC-RJ, p. 20.)

Nessa conferência, os norte-americanos procuraram aprovar uma reunião aduaneira continental. Era o *Destino Manifesto* em sua segunda etapa econômica — a primeira fora territorial e custara ao México a perda da metade de suas terras — visando a ampliar a expansão econômica dos Estados Unidos, altamente industrializados, na América Latina, agrária e tradicional consumidora de produtos industriais europeus. O projeto fracassou devido sobretudo à resistência do delegado da Argentina, Roque Sáenz-Peña.

"Essa Assembléia seria o início de uma série de outras que, com o andar dos tempos, alteraria o conceito de solidariedade continental, partindo para um instrumento que é hoje a Organização dos Estados Americanos, a OEA, com poderes amplos, que incluem a intervenção nos Estados-membros, a ajuda ou cooperação técnica, a ordem continental, o incentivo ao desenvolvimento. Encerrada a Assembléia, ia experimentar-se a primeira prova de seu êxito: o caso de Cuba." (FERREIRA REIS, A.C., *op. cit.*, p. 20.)

O *Big Stick* ia começar a funcionar para assegurar, não a união, mas o predomínio dos Estados Unidos sobre a América Latina.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Conceituar Pan-americanismo.
2. Caracterizar as distintas modalidades de Pan-americanismo.
3. Resumir as idéias bolivaristas acerca da unidade americana.
4. Assinalar a importância ou não dos congressos pan-americanos para o fortalecimento da solidariedade continental.
5. Resumir os princípios do Monroísmo.
6. Indicar os principais objetivos da política pan-americana dos Estados Unidos.
7. Dar o significado da Primeira Conferência Internacional Americana.

As Guerras Interamericanas

1. AS GUERRAS PLATINAS

A. A AMÉRICA ESPANHOLA ERA INGLESA

Em princípios do século XVIII, a hegemonia do comércio internacional era dividida entre a Inglaterra, a Holanda e a França. Com o advento da Revolução Industrial, na segunda metade desse século, financiada pelo capital acumulado com *o comércio triangular* — escravos, açúcar e manufaturas —, *a Inglaterra consolidou-se como primeira potência mundial.*

O grande aumento na produção fabril do capitalismo inglês e a conseqüente demanda de consumidores e de matérias-primas determinaram a busca de novos mercados. Expandir era a palavra de ordem. Para onde, era a questão.

No começo do século XIX, a América Latina vivia um clima revolucionário: explodiam seus anseios libertários, dando início às Guerras de Independência. E, em 25 de maio de 1810, formou-se uma junta gover-

nativa, em Buenos Aires, festivamente saudada por navios britânicos ancorados no Rio da Prata.

> *A coisa está feita. A América Espanhola é livre;*
> *e se nós não desgovernarmos tristemente*
> *nossos assuntos, é inglesa.*
>
> (George Canning, ministro inglês do Exterior)

Em pouco tempo, a hábil diplomacia inglesa deu consistência à previsão de Canning. "Decorreram seis semanas desde o 25 de maio quando se tornou sem efeito a proibição de exportar o ouro e a prata em moedas, de modo que pudessem fluir a Londres sem inconvenientes. Em setembro de 1811, um triunvirato substituiu a Junta como autoridade governante: foram novamente reduzidos, e, em alguns casos, abolidos os impostos de exportação e importação. A partir de 1813 (...) os comerciantes estrangeiros ficaram isentos da obrigação de vender suas mercadorias através dos comerciantes nativos." (GALEANO, E., *As veias abertas da América Latina*, Editora Paz e Terra, pp. 190 e 191.)

Quase um século depois de libertada das Coroas ibéricas, a América Latina ainda alimentava a fome insaciável do leão britânico: do Chile, saía o cobre; do Peru, o guano e o nitrato; do Brasil, o café; de Cuba, o açúcar; e dos países do Prata, o couro. Em contrapartida, a Inglaterra supria as ex-colônias ibéricas dos mais simples aos mais sofisticados produtos. Há de se observar, contudo, que o mais importante produto de exportação inglesa não provinha diretamente de suas máquinas, embora delas resultasse: a *ideologia do livre-comércio*. Graças a ela, abriram-se as portas e portos latino-americanos à rapina inglesa.

Buenos Aires, que até a independência fora uma das mais atrasadas regiões do país, a partir de 1810 ocupou o *centro de gravidade da vida econômica*. Monopolizou a renda aduaneira, enriquecendo-se à custa da alfândega nacional. Por seu porto saíam as matérias-primas que as fábricas inglesas exigiam e entravam os similares estrangeiros que acabaram por destruir as pequenas indústrias do Centro e Norte argentinos. Tudo isso graças ao livre-cambismo.

"Os agentes comerciais de Manchester, Glasgow e Liverpool percorreram a Argentina e copiaram os modelos dos ponchos santiaguenhos e cordobeses e dos artigos de couro de Corrientes, além dos estribos de pau para se conformarem 'ao uso do país'. Os ponchos argentinos valiam sete pesos; os de Yorkshire, três. A indústria têxtil mais desenvolvida do mundo triunfava a galope sobre os teares nativos (...) A miséria assolou as províncias interiores argentinas (...)" (GALEANO, E., *op. cit.*, p. 193.)

Com o crescente interesse europeu pelo couro e charque da Argentina, foram criados impostos para o consumo intenso da carne, que adquria assim prioridade para exportação. Os gaúchos que habitavam os Pampas e viviam basicamente da carne viram-na escassear em suas mesas. A reorganização da produção visando ao mercado externo impunha-lhes submissão aos grandes proprietários e aos comerciantes portenhos. Em breve não lhes restou alternativa senão levantar lanças contra a ditadura de Buenos Aires.

B. A GUERRA CISPLATINA

Protecionismo contra livre-cambismo ou federalismo *versus* unitarismo formaram o cenário em que se desenvolveram as guerras civis argentinas, no século passado, quando se destacou o caudilho Juan Manuel de Rosas.

Em 1816, a Argentina formalizou sua independência da Espanha. Nessa época, *os portugueses invadiram a Banda Oriental* (atual Uruguai), sob o pretexto de assegurar a autoridade de Fernando VII, rei da Espanha. Em 1821, o território foi incorporado ao Império do Brasil, provocando protestos da Argentina e da Inglaterra. Com a independência do Brasil (1822), esta região foi rebatizada de *Província Cisplatina*. Inconformados com a ocupação brasileira, um grupo de uruguaios, denominados mais tarde de *Trinta y Tres Orientales*, iniciou a resistência armada, chegando a obter vitórias sobre o exército brasileiro. Em outubro de 1825, a Banda Oriental foi reincorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata, às quais, dois meses depois, o Brasil declarou guerra. Ao encerrar-se o novo conflito, por exigência inglesa, *a Banda Oriental tornou-se independente*, sob o nome de *República Oriental do Uruguai*; aprovou-se, então, uma Constituição e se escolheu para presidente Fructuoso Rivera (1828). Ao Brasil e à Argentina restou reconhecer e

garantir a independência uruguaia. Reabriu-se o porto de Buenos Aires — sob o bloqueio dos brasileiros desde o início do conflito —, beneficiando o comércio livre e a Inglaterra.

> "Aconteceu o que eu havia predito: trata-se nada menos do que o estabelecimento de um governo independente e neutro na Banda Oriental, sob a garantia da Grã-Bretanha (...) quer dizer, trata-se apenas de criar uma colônia britânica disfarçada." (John Murray Forbes, diplomata norte-americano em Buenos Aires. POMER, L., *Os conflitos da Bacia do Prata*, Editora Brasiliense, p. 22.)

C. O INTERVENCIONISMO EUROPEU

Juan Manuel de Rosas, grande criador de gado e produtor de carne-seca e couros, se impôs como *líder dos pecuaristas na luta das províncias contra a hegemonia do porto* de Buenos Aires. "Seu acesso ao poder representou a culminação de uma longa luta entre as classes rurais e urbanas, entre a minoria patrícia e latifundiária e a maioria plebéia. Respondia ele aos anseios dos 'deserdados' e era apoiado pela grande massa dos argentinos, bem como pelos conservadores que se sentiam desiludidos contra a anarquia anterior (...) Depois desses excessos, andava no ar a necessidade de um governo forte. Sob o governo de Rosas, o sistema de vida colonial esboroou-se e uma nova nação argentina surgiu finalmente." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 276.)

Eleito governador da província de Buenos Aires em 1829, Rosas permaneceu no poder até 1852. Seu governo foi rigoroso com os inimigos, perseguindo-os sob acusação de antiargentinos e estrangeirados. Não escaparam os intelectuais que simpatizavam com a causa unitária. Contudo, deve ser destacado o *cunho nacionalista* da política do governo, opondo-se tenazmente ao intervencionismo estrangeiro nos assuntos do Prata, o que não impediu a ocupação das ilhas Malvinas pelos ingleses (1833).

Em 1838, Rosas aplicou contra cidadãos franceses uma lei promulgada em 1821, exigindo o serviço militar a estrangeiros residentes há

mais de dois anos em Buenos Aires. Essa lei já havia sido utilizada em 1829, mas os governantes portenhos haviam recuado ante as pressões da França. O governo Rosas, contudo, não acatou as exigências do vice-cônsul francês, Aimé Roger, e expulsou-o do país, fazendo valer sua decisão. Por causa disso, a França ordenou que seus barcos bloqueassem toda a costa argentina — de 1838 a 1840 —, embora não chegasse à declaração de guerra.

Nessa época, os franceses impuseram idêntica repressão ao México, bloqueando o porto de Vera Cruz, sob o pretexto de que o governo mexicano desrespeitara direitos de cidadãos franceses ali residentes. A capitulação do México talvez tenha incentivado a investida francesa contra Buenos Aires.

Também nesse período, Fructuoso Rivera — que deixara o governo uruguaio — investiu contra seu sucessor, Manuel Oribe. Da luta entre as duas facções nasceram os partidos históricos do Uruguai: o *Colorado*, defensor de Rivera, e o *Blanco*, que abrigava partidários de Oribe. Mesmo com a ajuda do governo de Rosas, os *blancos* foram derrotados. Instigado pelos franceses e por unitários residentes em Montevidéu, *o governo de Rivera declarou guerra à Argentina* (1839). Em face do ataque simultâneo de uruguaios e franceses, e ainda tendo que fazer frente a uma insurreição militar, o governo de Rosas viu-se envolvido em graves dificuldades políticas e econômicas, inclusive províncias do Noroeste (Tucumã e outras) insurgiram-se contra o centralismo de Buenos Aires. "Nessa situação crítica, Rosas foi obrigado a entrar em entendimento com os franceses a fim de eliminar pelo menos um inimigo. Pelo pacto que firmou (...), em outubro de 1840, concordava em pagar uma indenização, conceder privilégios de nação mais favorecida à França e respeitar a independência do Uruguai, em troca de gestões feitas pelo francês junto aos emigrados unitários de Montevidéu para dissuadi-los de ulteriores intrigas contra ele." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 306.)

O desgaste econômico obrigou o governo Rosas a abandonar sua rígida postura nacionalista e *reabrir o porto ao comércio livre*. "Em realidade, desde 1841 o protecionismo vinha esvanecendo, ao invés de acentuar-se; Rosas expressava como ninguém os interesses dos fazendeiros charqueadores da província de Buenos Aires, e não existia — nem existe — uma burguesia industrial capaz de impulsionar o desenvolvimento de

um capitalismo nacional autêntico e pujante: a grande estância ocupava o centro da vida econômica do país, e nenhuma política industrial podia ser empreendida com independência e vigor sem abater a onipotência do latifúndio exportador. Rosas permaneceu sempre, no fundo, fiel à sua classe." (GALEANO, E., *op. cit.*, p. 202.)

O enfraquecimento do *governo Rosas* propiciara a revolta de algumas províncias, mas, resolvida a questão com a França, ele *pôde investir contra os focos de resistência*. Um exército, sob o comando do general Oribe, sufocou os movimentos anti-rosistas nas províncias do Noroeste. Investiu, ainda, contra Montevidéu a fim de exterminar toda e qualquer resistência ao regime federalista. Os orientais defenderam-se, auxiliados por uma legião italiana comandada por Giuseppe Garibaldi e com a ajuda dos governos da França e da Inglaterra, que recusaram as explicações de Rosas quanto a uma interferência uruguaia em assuntos argentinos. O governo de Buenos Aires bloqueara a embocadura do rio Paraná. Descontente com isso, o Paraguai, de Carlos Antonio López, investiu em socorro do Uruguai.

Nessa situação, os ingleses tentaram negociar com o governo Rosas, exigindo o restabelecimento da livre navegação do rio Paraná e o reconhecimento da independência uruguaia. Recusadas essas exigências, a frota inglesa, com apoio da França, derrotou a esquadra argentina e estabeleceu o bloqueio de Buenos Aires.

É interessante lembrar que a Doutrina Monroe, estabelecida pelo governo norte-americano (1823), não foi posta em prática contra as intervenções européias na América Latina, muito embora defendesse retoricamente o não-intervencionismo. Aliás, os Estados Unidos, nessa época, estavam muito ocupados em tomar terras ao México....

A agressão anglo-francesa, contudo, alertou os latino-americanos, que viram nela o perigo de outras intervenções. Desse modo passaram a manifestar-se, como dirigentes uruguaios, a favor do governo de Rosas, o que lhe dava maior prestígio. Percebendo o erro, ingleses e franceses buscaram a negociação, sendo que os primeiros firmaram a paz, em 1849, prometendo devolver as cargas e os navios capturados, reconhecer os direitos do governo portenho controlar seus rios e punir o Uruguai por interferência em assuntos argentinos. Os franceses concluíram a paz no ano seguinte, mais ou menos sob as mesmas condições.

"Formou-se, porém, uma nova coalizão contra Rosas: a revolta no Rio Grande [Guerra dos Farrapos] está terminada, e o Brasil voltou a pressionar o Prata. O governo de Montevidéu, o Brasil e Urquiza (governador de Entre Ríos) se uniram, e Urquiza, depois de expulsar Oribe do Uruguai, invadiu Santa Fé e marchou sobre Buenos Aires. O choque teve lugar em Caseros; o exército de Rosas (cujo aspecto marcial impressionou o agente britânico, o qual, às vésperas da batalha, ainda encontrou tempo para enviar a Londres seu prognóstico de uma segura vitória das forças da ordem) foi derrotado após breve combate, e o governador — demitido do cargo — buscou o exílio na Inglaterra." (DONGHI, H., *História da América Latina,* Editora Paz e Terra, p. 121.)

Como se vê, a *política do Império do Brasil*, em relação aos países do Prata, revelou-se *intervencionista*. O pacote de tratados assinados com o governo do Uruguai, visando a derrotar o governo Rosas, foi apenas a ratificação dessa política. Segundo esses tratados, o império comprometia-se a fazer vultosos empréstimos ao Uruguai. Em troca, o governo oriental hipotecava todas as suas rendas. Durante dez anos a entrada de gado no Rio Grande do Sul ficava livre. Os proprietários de escravos fugidos, ou seus capatazes, podiam pedir ao governo do Uruguai a apreensão e devolução dos fugitivos. Finalmente, tratava de questões de limites.

"A significação destes tratados para o Uruguai foi sintetizada pelo historiador Pivel Devoto nos seguintes termos: 'Cercavam territorialmente a República, legalizavam a intervenção brasileira, privavam-na das águas limítrofes, obrigavam-na a enriquecer a indústria rio-grandense de charqueado e impunha-lhe a cooperação na manutenção da escravidão'." (POMER, L., *op. cit.*, p. 39.)

Não foi sem razão que ficaram conhecidos como *tratados malignos.*

Vencido Rosas, a oligarquia de Buenos Aires rejubilou-se ante as perspectivas que se abriam ao comércio livre. Da mesma forma, a Coroa inglesa.

"Nós, na infância ainda, contentamo-nos com a humilde idéia de enviar para aqueles bazares europeus nossos produtos e matérias-primas, para que nos devolvam transformados por meio dos poderosos agentes de que dispõem. Máterias-primas é o que a

Europa pede, para transformá-las em ricos artefatos." (Discurso de Gervasio Posadas, presidente da comissão diretora da exposição rural, em 1858. GALEANO, E., *op. cit.*, p. 203.)

2. CONFLITOS ESTADOS UNIDOS-MÉXICO

Nunca lhe despertou curiosidade a diferença que existe entre alguns nomes de estados norte-americanos, como, por exemplo, Novo México, Colorado e Nevada? Acontece que não só esses, como ainda Califórnia, Utah e Arizona já pertenceram ao México, do qual foram tomados pelos norte-americanos. Como aconteceu isso?

Na primeira metade do século XIX, o México era um vasto país de terras férteis, pouco povoadas e com montanhas que continham imensas riquezas naturais. A província do Texas, por exemplo, era maior que a França e possuía um solo adequado ao cultivo do algodão. Toda essa região, onde vagavam cavalos selvagens, búfalos e índios *pueblos*, despertou a cobiça dos norte-americanos, que percorriam a rota de Santa Fé em busca de prata e de peles de animais.

Desde a aquisição da Luisiana à França, em 1803, os Estados Unidos demonstraram interesse pelo Texas, tendo inclusive proposto sua compra várias vezes ao governo do México, que se negava a desfazer-se de seu território. Enquanto isso, as facilidades de aquisição de terras no Texas atraíam cada vez mais colonos norte-americanos, que vinham em sua maioria do Sul, trazendo seus escravos. O México já abolira a escravidão em todo o país e procurava impor restrições ao estabelecimento de colônias escravistas em seu território, o que gerava constantes atritos entre os imigrantes norte-americanos e as autoridades mexicanas.

A. A REPÚBLICA DA ESTRELA SOLITÁRIA

O México era um país sacudido pela anarquia interna. Por um lado, a grande concentração de terra nas mãos de poucos gerava constantes conflitos entre proprietários e camponeses; por outro, uma economia tradicional e um governo inepto e corrupto tornavam-no um país extre-

mamente vulnerável à ação expansionista norte-americana, principalmente através do Texas.

Em 1836, o México proclamou uma Constituição centralista. Sentindo-se prejudicados em seus interesses, como na questão dos escravos, os colonos norte-americanos do Texas rebelaram-se e expulsaram a guarnição mexicana de San Antonio de Béxar. Favorecidos pelas lutas internas entre conservadores e liberais, os rebeldes norte-americanos estabeleceram um governo provisório no Texas e a seguir proclamaram a independência, adotando a bandeira com uma única estrela.

Pouco depois, na tentativa de recuperar o Texas, o exército de Santa Ana invadiu El Álamo, um forte em San Antonio, massacrando muitos dos insurgentes; contudo, acabou sendo vencido pelas tropas comandadas por Sam Houston. Foi firmado o *Convênio de Velasco* (1836), comprometendo-se o México a retirar suas tropas ao sul do rio Bravo (ou Grande), o que praticamente correspondia a um reconhecimento da República do Texas.

A vitória norte-americana transformou Sam Houston em líder da independência, e garantiu-lhe a eleição para presidente da nova república. Seu governo legalizou a escravidão dos negros e logo foi reconhecido pelos Estados Unidos (1837). Ainda nesse mesmo ano, foi pedida a anexação do Texas aos Estados Unidos, questão politicamente delicada e envolvendo, entre outras coisas, interesses regionais norte-americanos. Os abolicionistas do Norte protestavam contra a anexação, acusando-a de ser uma conspiração sulista para ampliar os territórios da União com escravos. A anexação do Texas ameaçava romper o equilíbrio de forças entre o Norte e o Sul.

"(...) havia poderosas razões para que o Texas fizesse parte desta União. Os Estados do Sul, possuindo uma população de escravos, estavam profundamente interessados em evitar que esse país tivesse o poder de molestá-los." (Trecho de declaração do senador Calhoun, no Senado, em 1836. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, tomo II, p. 15.)

Evidentemente, o que interessava ao Sul não interessava ao Norte, e vice-versa. Por tudo isso, o governo norte-americano recusou-se a considerar a questão, deixando-a em suspenso por algum tempo.

"Mas, por uma série de razões, os norte-americanos pouco a pouco mudaram seu ponto de vista. Uma, era que consideravam um dever se expandir para o Oeste subpovoado e subdesenvolvido. Outra, foi achar que por questão de afinidade o lugar dos texanos era sob a bandeira norte-americana. Uma terceira, é que temiam uma intervenção da Inglaterra no Texas para torná-lo um protetorado inglês. E, finalmente, razões econômicas pesaram na balança. Os nortistas desejavam vender produtos agrícolas e manufaturados no Texas; os armadores viram que seus navios podiam fazer lucrativas viagens a Galveston; os industriais ianques desejavam ter o barato algodão mexicano em suas fábricas e muitos sulistas desejavam emigrar, mas não queriam abandonar a proteção da bandeira norte-americana." (COMMAGER, H.S. e NEVINS, A., *op. cit.*, p. 180.)

"Pois bem, se se necessitaram outras razões para justificar que agora eliminemos o problema da anexação do Texas com o das mesquinharias de nossas antigas dissensões partidárias e o elevemos ao nível que lhe corresponde, que é o dos altos e amplos objetivos nacionais, seguramente as acharemos, e em abundância, no modo como outras nações se propuseram intrometer-se nesse assunto, interpor-se entre nós e os que são propriamente parte no assunto, em um espírito de interferência hostil para conosco, com o objetivo confesso de modificar nossa política e prejudicar nosso poder, limitando nossa grandeza e impedindo a realização de nosso Destino Manifesto, que é estendermo-nos sobre o continente que a Providência fixou para o livre desenvolvimento de nossos milhões de habitantes, que ano após ano se multiplicam." (Artigo de John O'Sullivan, editor da *Democratic Review*, defendendo a anexação do Texas. WEINBERG, A.K., *Destino Manifiesto — El Expansionismo Nacionalista en la Historia Norte-americana*, Editorial Paidós, p. 115.)

Neste artigo, foi usada pela primeira vez a expressão *Destino Manifesto*, segundo a qual o *domínio norte-americano no continente representava a vontade de Deus.*

Os Estados Unidos também temiam uma ação inglesa no Texas e por isso decretaram sua *anexação à União*, em 1845, um pouco antes de subir à presidência James Knox Polk, que defendia em sua plataforma exatamente a reocupação do Oregon e a anexação do Texas.

B. A GUERRA CONTRA O MÉXICO: UM DESTINO MANIFESTO?

Logo depois da anexação do Texas, o México rompeu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Enquanto isso, os ideais expansionistas norte-americanos eram reativados com novos fundamentos: baseavam-se na ideologia do Destino Manifesto, afirmando o desejo de levar a liberdade e a democracia a outros países, principalmente se fossem nações ricas, como o México.

> "A universal nação ianque pode regenerar e libertar o povo do México em poucos anos; e cremos que é parte de nosso destino civilizar esse belo país e capacitar seus habitantes para apreciar algumas das numerosas vantagens e bênçãos de que dispõem." (Trecho de artigo do *New York Herald*, em 1847. WEINBERG, A.K., *op. cit.*, p. 168.)

Contudo, o verdadeiro interesse dos Estados Unidos eram as terras do México, principalmente a Califórnia, que abriria o Pacífico à ação norte-americana. Mas a Califórnia, em 1845, quase não tinha povo a ser libertado: sua população não ultrapassava os doze mil habitantes. Em compensação, era uma região rica em recursos minerais e com litoral banhado pelo Pacífico. Por outro lado, o Oregon também estava ligado à costa, mas também à Inglaterra, que era um forte adversário para os Estados Unidos. A Califórnia, pelo contrário, não tinha exército, dinheiro ou experiência política e, além disso, a maioria de sua população era de norte-americanos!

O México vivia em constantes atritos com os Estados Unidos por questões de fronteira e, além disso, suspendera o pagamento de uma antiga dívida ao governo norte-americano. O presidente Polk propôs ao governo mexicano esquecer essa dívida se, em troca, o México reconhecesse o rio Grande como fronteira meridional entre os dois países. Ofereceu ainda uma grande quantia pela aquisição do Novo México e da Califórnia. O México não só recusou a proposta como não aceitou discuti-la com o ministro plenipotenciário dos Estados Unidos. Esse fato ameaçou tornar-se o pretexto que os Estados Unidos buscavam para invadir o México, mas o Congresso rejeitou a declaração de guerra proposta pelo presidente Polk. Os Estados Unidos ansiavam por cumprir seu Destino Manifesto, mas o México relutava em iniciar o conflito.

> "A guerra tem seus males. Em todos os tempos tem sido autora de matanças e de opressora desolação; mas, por muito que possamos afirmar que seus desígnios são inescrutáveis, é indubitável que o Todo-Poderoso Franqueador dos fatos também a converteu em instrumento desse grande fim que é a elevação e a felicidade humana (...)" (Trecho de uma exposição do senador H. Johnson defendendo a guerra como instrumento divino do progresso social. WEINBERG, A.K., *op. cit.*, p. 175.)

Finalmente, um choque de fronteiras entre soldados norte-americanos e tropas mexicanas forneceu o tão esperado pretexto. *Os Estados Unidos declararam guerra ao México* (1846).

> "Já que a guerra existe, apesar de todos os nossos esforços para evitá-la, e existe apenas por ação do México, nós somos chamados por questões de dever e patriotismo a reivindicar com decisão a honra, os deveres e interesses do nosso país.
>
> Como outra exigência de nossos direitos e em defesa de nosso território, eu invoco a pronta ação do Congresso a fim de que reconheça a existência da guerra e ponha à disposição do Executivo os meios de dar prosseguimento ao conflito com vigor e assim apressar a restauração da paz..." (Final da mensagem con-

clamando à guerra contra o México, enviada ao Congresso em maio de 1846. BILLINGTON, R.A. e outros, *The Making of American Democracy — Reading and Documents*, volume 1, Holt, Rinehart and Winston, p. 295.)

Da mesma forma, o governo do presidente Polk apressou-se em resolver a questão da fronteira do Oregon com os ingleses, pois temia uma aliança do México com a Inglaterra. Em junho de 1846 firmou-se o *Tratado do Oregon*.

Iniciado o conflito, os Estados Unidos esperavam um rápido desfecho. Entretanto, a tenaz resistência dos mexicanos prolongou-se por dois anos, até serem derrotados, em 1848. "Um exército norte-americano, sob as ordens de Zachary Taylor, foi mandado para o norte do México, capturou a cidade fortificada de Monterey e derrotou uma grande força mexicana na dura batalha de Buena Vista. Outro exército, chefiado por Winfield Scott (...) desembarcou em Vera Cruz, seguiu para o Oeste pelas montanhas e, depois de uma dura batalha, tomou a Cidade do México (...)" (COMMAGER, H.S. e NEVINS, A., *op. cit.*, p. 182.)

Nesse meio-tempo, os habitantes da Califórnia se revoltaram e proclamaram a República da Bandeira do Urso. Quando, no final da guerra, se assinou o *Tratado de Guadalupe-Hidalgo* (1848), pelo qual o *México reconheceu* a fronteira do rio Grande e a *perda do Texas*, os Estados Unidos obtiveram ainda a *Califórnia* e a enorme área compreendida entre ela e o Texas, chamada de *Novo México*, que corresponde aos atuais estados de Nevada e Utah.

Pouco depois, descobriu-se ouro nas colinas californianas, o que trouxe inúmeros aventureiros em busca de enriquecimento fácil, proporcionando o rápido desenvolvimento da Califórnia, que, dois anos depois (1850), foi admitida na União como Estado.

Cumpriu-se o Destino Manifesto, não pelo força de Deus, mas pela força das armas. O que se seguiu, porém, longe de ser a remissão do povo mexicano, foi sua exploração, seja usando-o como mão-de-obra barata, seja apropriando-se de suas riquezas naturais.

"A penosa escassez de prata que atualmente aflige a toda a comunidade comercial e agrícola pode ser remediada unicamente — como se remediou a escassez do ouro — com a aplicação da iniciativa norte-americana nas minas do México. A prata cunhada nunca será abundante nos Estados Unidos se as suas fronteiras meridionais não incluírem as jazidas minerais do México." (Artigo da *United States Review*, 1853. WEINBERG, A.K., *op. cit.*, p. 95.)

3. A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Malditas todas las propiedades privadas
Que nos privan de vivir y de amar!

(D. Pedro Casaldáliga, *Tierra Nuestra, Libertad*)

A. A DITADURA PERPÉTUA: PRIMEIRA REPÚBLICA POPULAR DA AMÉRICA

Quando o Paraguai se libertou do domínio espanhol, em 1811, Buenos Aires já era a sede dos interesses comerciais ingleses, que ditavam as normas para o comércio internacional na região do Prata. Com a independência, assumiu o poder José Gaspar Rodríguez de Francia, *El Supremo*. Exercendo um poder ditatorial contra os ricos oligarcas ainda ligados aos interesses da Espanha, o governo de *El Supremo* estabeleceu uma república popular, que chamou de Ditadura Perpétua, de características bem próprias. Foi criada uma nova ordem econômica baseada em um *cooperativismo*, isto é, um regime de produção comunitária administrado pelo Estado. Liquidou-se "a impropriedade da propriedade privada, tornando-a propriedade coletiva". O governo promoveu a primeira grande reforma agrária da América Latina e deu-lhe infra-estrutura, fornecendo, além da terra, sementes, implementos agrícolas e gado aos camponeses. Criaram-se as *Estâncias da Pátria*, onde os camponeses produziam ajudados pelo Estado e dispunham de parte da produção como homens livres.

"Para estabelecer leis justas, suspendi as leis injustas. Para criar o Direito, suspendi os direitos que em três séculos funcionaram invariavelmente tortos nestas colônias. Liquidei a impropriedade da propriedade privada tornando-a propriedade coletiva, que é o certo. Acabei com a injusta dominação e exploração dos *criollos* sobre os naturais, a coisa mais natural do mundo, posto que este como tais tinham o direito da primogenitura sobre os orgulhosos e mesclados mancebos da terra." (BASTOS, A.R., *Eu, o Supremo*, Editora Paz e Terra, p. 37.)

Ao mesmo tempo, o governo estabeleceu sua diretriz política de acordo com a nova estrutura econômica. *Nacionalizou a Igreja Católica*, obrigando-a romper com a Santa Sé, e transformou os conventos em quartéis para defender a soberania do país. Deste modo, *eliminou o poder político e econômico da Igreja*, igualando os sacerdotes aos homens do povo. Monopolizou, através do Estado, a exportação dos produtos excedentes, em prejuízo da burguesia mercantil, aplicando o lucro obtido em benefício do país. Além disso, empreendeu uma verdadeira revolução cultural, respeitando os costumes dos índios e eliminando o analfabetismo no Paraguai.

Apesar de tudo — e por tudo isso —, a fama de Francia como bárbaro e assassino espalhou-se desde o Prata até a Inglaterra. Por quê? Em síntese, porque sua violência era dirigida contra os ricos: nos cárceres políticos paraguaios da época não existiam pobres (ao contrário de hoje), mas somente ricos — exatamente os que poderiam se voltar contra seu governo.

Agora vejamos os motivos mais amplos: "Francia está organizando uma nação livre e demonstrando que é possível sobreviver sem a submissão a interesses estrangeiros e sem sustentar uma oligarquia parasita. O Paraguai passa a ser, já a partir desse momento, um exemplo péssimo para a América — veremos adiante como essa estrutura de nação pode incomodar ao *laissez-faire* [liberdade econômica] que os canhões ingleses impunham ao mundo. Por outro lado, El Supremo demonstrou que não há independência política sem independência econômica. Isso era

fartamente sabido já naquele tempo: mas justamente pela sua evidência o exemplo paraguaio é mais incômodo. Tanto para os vizinhos dominados como para os dominadores." (CHIAVENATTO, J.J., *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, Livraria Brasiliense Editora, p. 20.)

Ao contrário do que dizem muitos historiadores, *o isolamento do Paraguai* durante o governo de Francia não foi escolhido, mas *determinado por circunstâncias históricas*: por não possuir porto marítimo para escoar seus produtos, o país dependia de Buenos Aires, cuja burguesia se ligava aos interesses imperialistas ingleses. Deste modo, o contrato firmado entre os dois governos para facilitar as exportações paraguaias nunca foi respeitado pelos portenhos, que, além disso, criaram um imposto adicional, especialmente sobre o fumo, principal produto paraguaio de exportação. Foi tentado ainda o contato direto com a Inglaterra, igualmente frustrado. Assim, entre perder a soberania do país ou mantê-la a todo custo, o governo de Francia preferiu a última: fechou as fronteiras, isolando o país contra o imperialismo inglês.

Sob os lemas *Ordem e Progresso e Independência ou Morte*, e apoiado nos camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e industriais, construiu o primeiro país livre e soberano da América Latina, onde a liberdade não era um conceito abstrato, mas o direito à terra, ao trabalho e a seus frutos, traduzido na própria consciência nacional — só destruída com o extermínio de seu povo, em 1870, ao fim da Guerra do Paraguai.

"A crítica mais importante que se pode fazer, historicamente, ao ditador Francia, é ter exterminado a oligarquia econômica do seu país sem conseguir, paralelamente, criar uma classe dirigente. Isso, a longo prazo, foi fatal para o Paraguai — a falta de uma classe dirigente vinculada aos interesses nacionais foi sentida fatalmente por Carlos Antônio López e depois pelo seu filho, Solano López, nos conflitos com a Tríplice Aliança." (CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, pp. 21 e 22.)

B. O GOVERNO DE CARLOS ANTÔNIO LÓPEZ

Com a morte de Francia, em 1840, assumiu o governo Carlos Antônio López, primeiro presidente constitucional do país. Recebeu o Paraguai sem analfabetos, com pleno emprego e com uma estrutura

socioeconômica voltada para os interesses populares. O país estava pronto para o desenvolvimento, que era travado pelos elevados tributos impostos por Buenos Aires à exportação de seus produtos.

Para melhor entendimento do governo de Carlos Antônio López, faz-se necessária uma breve análise da conjuntura socioeconómica dos outros países platinos naquele período. Eram sociedades dependentes da Inglaterra: alimentavam as indústrias inglesas com matérias-primas baratas e consumiam a preços altos os produtos industrializados da civilização. Aliás, *civilização, progresso, ciência* etc. eram conceitos muito bem aproveitados pela Coroa inglesa para justificar a ação imperalista na América Latina, sobretudo no Império do Brasil e em Buenos Aires, onde uma aristocracia rural e uma frágil burguesia, respectivamente — ligadas ao capitalismo inglês —, dominavam o sistema político.

Nesse quadro, evidentemente, a *soberania do Paraguai* era uma contradição que precisava ser eliminada para o bem da Inglaterra e das classes dominantes platinas. O governo Carlos López prosseguiu a política de Francia: ampliou seu sistema econômico criando uma *infra-estrutura de desenvolvimento industrial.* Quando Carlos Antônio López morreu, em 1862, foi sucedido por seu filho Francisco Solano López. Com uma *indústria de base em desenvolvimento*, o Paraguai já era o país mais progressista da América do Sul e sem dívida externa. Exercendo o poder também de forma ditatorial, Solano López continuou as diretrizes de seus antecessores.

A conjuntura internacional sofria mudanças que, de certa forma, precipitaram a Guerra do Paraguai. A Guerra de Secessão (1861-1865), nos Estados Unidos, refletiu na indústria têxtil inglesa na medida em que o Norte bloqueou o litoral dos Estados Confederados, impedindo as exportações sulistas de algodão para a Inglaterra. Conseqüentemente, muitas fábricas reduziram sua produção e a possibilidade de desemprego em massa ameaçava o próprio equilíbrio social da Inglaterra. Se lembrarmos que o Paraguai produzia algodão de boa qualidade, poder-se-ia deduzir o óbvio: a Inglaterra compraria o algodão do Paraguai. Errado! A simples compra do algodão paraguaio era uma contradição para a expansão imperialista, pois fortalecia a economia do Paraguai, dando-lhe condições de, a longo prazo, concorrer com a própria Inglaterra nas suas

exportações para o Prata. Na *visão do imperialismo, o Paraguai* — como seus vizinhos — deveria ser apenas um *mercado consumidor tradicional de produtos industrializados e fornecedor de matérias-primas*. Então, qual seria a saída para a Inglaterra? Destruir o Paraguai. Estava montado o palco para o primeiro ato da tragédia que caracterizou o aniquilamento do povo paraguaio: a Guerra do Paraguai.

Sob um manto de intrigas e calúnias, onde não faltaram as acusações de criminoso, ditador, bárbaro e assassino cruel ao presidente Solano López, o Império do Brasil e a Argentina (economicamente dependentes da Inglaterra) invadiram o fraco Uruguai, então único aliado do Paraguai, e depuseram seu governo, colocando no poder Venâncio Flores, de tendências antiguaranis. Os pretextos foram vários, mas o objetivo apenas um: atrair o Paraguai em defesa do Uruguai e destruir seu modelo econômico, o que era desejado pelo empresariado inglês.

O Uruguai, por sua posição geográfica, era *estrategicamente importante para a subsistência do Paraguai*, o que, inclusive, havia levado os dois países a uma aliança de defesa mútua (1850). Deste modo, embora alguns historiadores apontem questões de fronteira (o que em parte era verdade, pois latifundiários brasileiros ocupavam terras uruguaias para criar gado) como causa da invasão argentino-brasileira ao Uruguai, a causa fundamental foi a já apontada: desestabilizar o governo uruguaio de Bernardo Berro e substituí-lo pelo de Venâncio Flores, o que foi feito em prejuízo até mesmo de interesses brasileiros, representados pelo Barão de Mauá, que possuía grandes investimentos no Uruguai.

"Mas é preciso entender que não são apenas as causas econômicas que provocaram a Guerra do Paraguai. Não é apenas o desenvolvimento industrial, a estabilidade política e uma estrutura social mais justa e que soa aos vizinhos como um perigoso exemplo, que provocam a guerra que destruiu o Paraguai. Porque, evidentemente, a República Guarani está dentro de um contexto continental que, por sua vez, é dirigido como um teatro de marionetes da metrópole inglesa. E esse contexto continental tem suas peculiaridades políticas e mórbidos desejos de expansão. De um lado, o Brasil Imperial sempre pretendeu os territórios que com a guerra acabou conseguindo; de outro, as pretensões argentinas iam até o Chaco Boreal. Claro, a economia é a mola inicial e que irrita os interesses ingle-

ses, mas não são desprezíveis os motivos secundários dos seus agentes na América do Sul." (CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, p. 36.)

A intervenção no Uruguai provocou reações na própria Argentina onde muitos a viram como uma medida que atendia aos tradicionais *interesses da política brasileira no Prata.* Desde o Primeiro Reinado, o Império do Brasil procurou assegurar a *livre navegação da Bacia Platina*, fundamental para as ligações entre a capital brasileira e a província de Mato Grosso: daí as intervenções contra governantes uruguaios ou argentinos que adotassem posições inamistosas com o Brasil, inclusive no que se refere a projetos de reconstituir a unidade do antigo vice-reino do Prata.

Deste modo, não restou outra alternativa ao presidente Solano López senão fazer cumprir os termos do acordo de 1850 e, após interromper relações diplomáticas com o Brasil Imperial, declarar-lhe guerra.

"Os motivos da ruptura de nossas relações com o Império do Brasil e o estado pouco cordial em que ficaram com o gabinete argentino são os sangrentos acontecimentos que hoje enlutam a República Oriental do Uruguai e que ameaçam deslocar o equilíbrio do Rio da Prata. Estas duas potências, garantia da independência daquele Estado, são as que hoje o atacam (...)" (Trecho da mensagem de Solano López ao Congresso Extraordinário, em 5 de março de 1865, POMER, L., *A Guerra do Paraguai — a grande tragédia rioplatense*, Global Editora, pp. 129 e 130.)

Substituído o governo uruguaio, o Império do Brasil e a Argentina conseguiram a adesão de Venâncio Flores e firmaram o acordo que ficou conhecido como *Tratado da Tríplice Aliança.* Esse tratado já tinha sido sugerido pela diplomacia inglesa há pelo menos um ano, mas permaneceu secreto até pouco antes de ser assinado por seus representantes na América do Sul, em 1º de maio de 1865. Segundo a Tríplice Aliança, o Paraguai deveria ser destruído e, entre outras coisas, "os troféus e presas que forem tomados ao inimigo se dividam entre aqueles dos aliados que tenham feito a captura". (Trecho do Tratado da Tríplice Aliança. CHIA-

VENATTO, J.J., *op. cit.*, p. 177.) Quer dizer, determinava-se a própria partilha do Paraguai. Esse tratado foi duramente criticado pelos governos do Peru, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Estados Unidos.

> "Os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribar a autoridade do atual governo do Paraguai, bem como a não negociarem separadamente com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acordo de todos." (Artigo 6º da Tríplice Aliança. CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, p. 169.)

C. A GUERRA DE EXTERMÍNIO: "ATÉ O FETO DO VENTRE DA MULHER"

Os aliados esperavam uma guerra rápida, pela própria superioridade militar de suas forças. Mas o Paraguai resistiu por cinco anos e a guerra só terminou com sua população quase exterminada. "Morreram 96,5% dos homens e dos sobreviventes apenas 1,08% tinha mais de 20 anos. Da população total (800 mil), morreram 75,75% (606 mil). O Paraguai foi destruído, aniquilado completamente (...)" (CHIAVENATTO, J.J., *O negro no Brasil — da senzala à Guerra do Paraguai,* Livraria Brasiliense Editora, p. 195.)

Essa resistência, que ameaçou levar à morte "até o feto do ventre da mulher", como reconheceu o Duque de Caxias ao imperador do Brasil, explica-se pela própria coesão moral do exército paraguaio, que refletia a própria estrutura socioeconômica do país.

El ejército de la Patria será todo el pueblo en ropa y dignidad de ser el pueblo en armas. Sus efectivos, los campesinos libres...

(Francia, El Supremo)

Enquanto o exército paraguaio lutava para defender com a própria vida a terra, o direito ao trabalho e à dignidade humana, os exércitos aliados refletiam em suas fileiras suas próprias contradições:

> "a) o exército imperial trazendo em seu bojo a própria expressão da monarquia escravista; formado em sua maioria pela massa negra oprimida no trabalho escravo e que continua sendo levada ao matadouro pelas classes dominantes do Império (...);
>
> b) o exército da Argentina para ser formado tem mais argentinos mortos na retaguarda, na repressão aos movimentos contrários à guerra, do que as baixas ocorridas na linha de frente; acorrentados, são levados para o campo de batalha (...), além de se formarem legiões de estrangeiros enganados na Europa, colocados na guerra à força;
>
> c) o exército do Uruguai é apenas um aglomerado de poucos soldados, orientados pelo sentimento caudilhesco expresso em Venâncio Flores: para ele a guerra era apenas um bom negócio de onde tirava dinheiro do Brasil."
> (CHIAVENATTO, J. J., *op.cit.*, p. 127.)

Àquela altura o fim da escravidão representava uma necessidade histórica para o Brasil: adequá-lo aos novos modos de produção, segundo o clássico modelo do imperialismo inglês para as sociedades dependentes, isto é, criar uma classe de trabalhadores assalariados e em conseqüência consumidores dos produtos ingleses. Além do mais, havia o temor de tantos negros escravos.

> "À sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade; e tenha lugar uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil, e desapareça dele a escassíssima e diminuta parte branca que há." (Despacho do Duque de Caxias ao imperador D. Pedro II. CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, p. 193.)

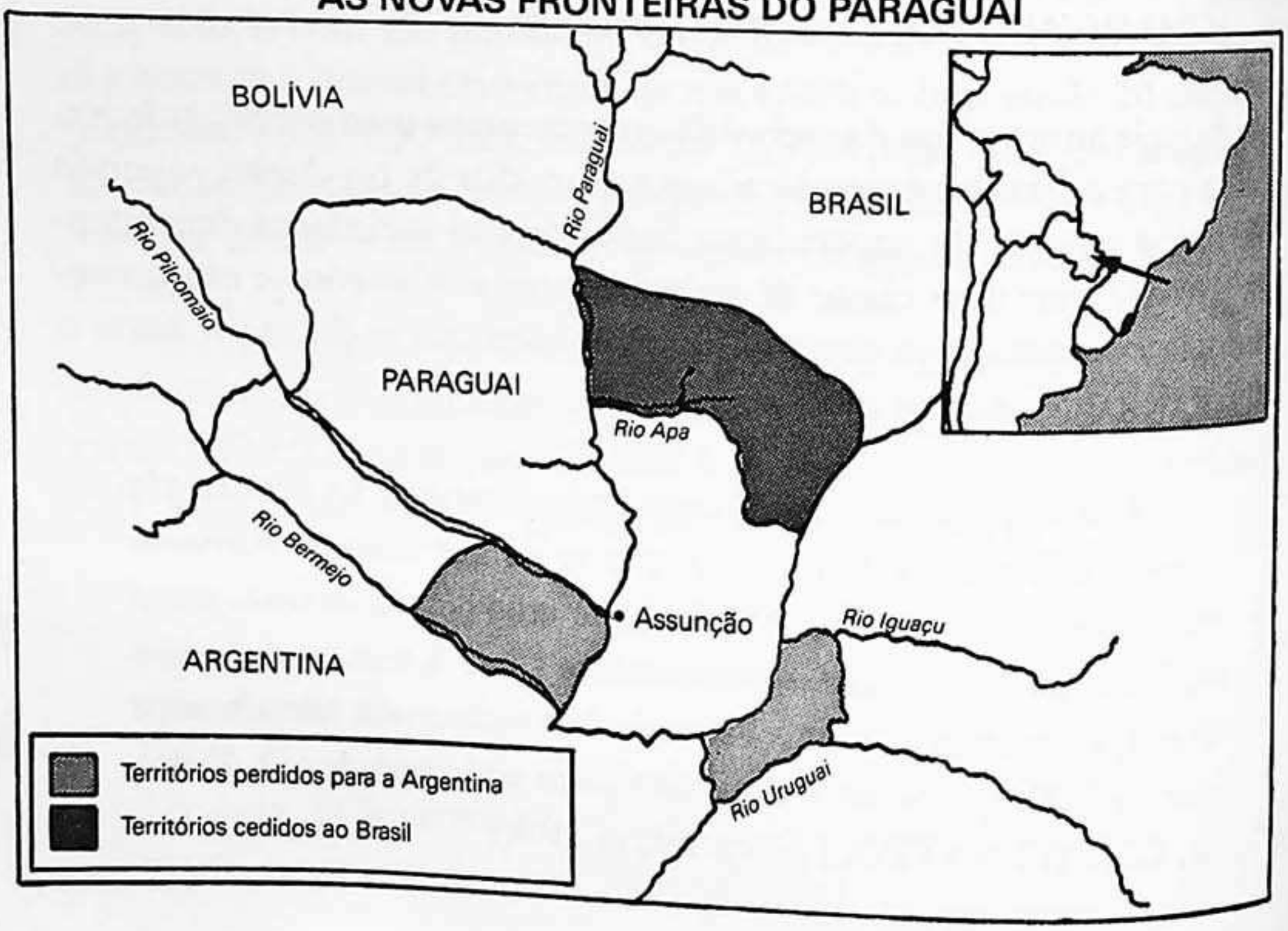
Muero con mi Patria!

(Solano López)

A guerra só terminou, em 1870, com a morte de Solano López, após resistir à voz de comando dos soldados brasileiros para que se rendesse em Cerro Corá.

"Sua morte, consentida e autorizada pelo General Câmara, foi uma covardia pérfida, indesculpável sob todos os pontos de vista; o abandono de seu cadáver às profanações de infame soldadesca, à guisa de troféu, uma indignidade que mancha os brasões da Tríplice Aliança, recaindo essa odiosa responsabilidade somente sobre o exército imperial de D. Pedro II de Bragança." (BORMANN, J.B., *História da Guerra do Paraguai*, volume III, Editores Jesuino Lopes e Cia., p. 143.)

AS NOVAS FRONTEIRAS DO PARAGUAI



A Guerra do Paraguai foi violenta de ambas as partes, mas deve-se assinalar que, enquanto os paraguaios se prenderam à brutalidade inerente à própria natureza do conflito, do lado brasileiro atrocidades que se caracterizaram como crime de guerra foram cometidas sob responsabilidade do Conde D'Eu, como o incêndio do hospital de Peribebuí, com todos os seus enfermos, velhos e crianças.

Esta foi a Guerra do Paraguai. Quem a ganhou? Quem a perdeu?

Houve apenas um ganhador: a Inglaterra, que a financiara. O Brasil conseguiu algumas fatias de terras há muito desejadas e a Argentina anexou o Chaco Austral, igualmente cobiçado. Contudo, não se pode dizer que eles ganharam a guerra, pois a partir dela tornaram-se mais dependentes do capitalismo inglês, principalmente do Banco Rothschild, acumulando enorme dívida externa.

As condições a que ficaram reduzidos os poucos guaranis sobreviventes foram as piores possíveis.

> "Para os humildes e estóicos camponeses do Paraguai, o futuro reservava agonias sem nomes (...) Os aliados foram libertar os guaranis de seu tirano e abrir de par em par as portas à civilização moderna, em forma de concessões, financiamentos e inversões estrangeiras e outras influências da Bolsa de Berlim, Londres, Nova Iorque e Buenos Aires. As bênçãos do *laissez-faire* substituíram os males do 'paternalismo', e, como de costume, o camponês se converteu em peão explorado e sem terra." (GONZALEZ, J.N., *La Guerra al Paraguai — Imperialismo y Nacionalismo en el Plata*, Editorial Sudestada, p. 104.)

4. A GUERRA DO PACÍFICO

A. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Desde a primeira metade do século XIX, a evolução das repúblicas hispano-sul-americanas foi *marcada por muitos conflitos.* Estes, no plano interno, decorreram, muitas vezes, da disputa dos caudilhos pelo poder.

No plano externo, questões de fronteira e, em última instância, problemas econômicos, acabaram provocando guerras interamericanas.

Em 1836, começou um *conflito entre o Chile e a Confederação Peru-Bolívia*, tendo como pano de fundo divergências quanto às taxações sobre dois importantes produtos de exportação: o trigo chileno era fortemente taxado pelo Peru, que tinha o seu açúcar altamente tributado pelo Chile. A paz foi assinada em 1839.

Decorridos apenas dois anos, *nova guerra* ocorreu, desta feita opondo *Peru e Bolívia* (1841-1842), por causa de questões fronteiriças: era pretensão do Peru anexar parte do território boliviano. Sob mediação do Chile, a paz foi restabelecida sem que a República peruana atingisse seus objetivos.

Por esta época, na Europa, as teorias malthusianas de aumento populacional acenavam ao mundo com o fantasma da fome. *Fazia-se necessário renovar os solos* cansados para que a produção de alimentos pudesse acompanhar o vertiginoso crescimento da população européia. Os laboratórios *ingleses* pesquisavam novos adubos agrícolas, *descobrindo no guano* (esterco de gaivotas e alcatrazes), encontrado nas costas do Pacífico, principalmente no Peru, excelentes *propriedades fertilizantes.* O governo peruano iniciou a exportação dessa matéria-prima para a Inglaterra. Pouco depois, porém, o salitre revelou ser melhor adubo que os excrementos das aves marítimas e rapidamente deslocou o guano no mercado internacional.

Vistos esses fatos históricos preliminares, para melhor entendermos a Guerra do Pacífico, torna-se importante situarmo-nos na evolução política e econômica do Peru, Bolívia e Chile a partir da segunda metade do século XIX.

a) Peru

Desde 1851 o governo peruano empreendeu o fortalecimento da marinha de guerra e incentivou a exploração do guano e do salitre. Esses dois recursos "ocuparam um lugar de enorme destaque na economia peruana. Seus rendimentos constituíam-se na principal renda fiscal. O país sentiu-se rico. O Estado usou o seu crédito sem limites. Viveu no

esbanjamento, hipotecando seu futuro às finanças inglesas". (MARIÁTEGUI, J.C., *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, Editora Alfa-Omega, p. 9.)

Foi também a partir do guano e do salitre que *se desenvolveram os alicerces do capitalismo peruano*, estimulando os primeiros passos de uma burguesia, ainda que incipiente e revestida dos vícios da velha oligarquia latifundiária: "Antigamente, as grandes famílias limenhas floresceram à custa da prata de Potosí, e agora passavam a viver do excremento dos pássaros e da seiva branca e brilhante das salitreiras: meios grosseiros para os mesmos fins elegantes." (GALEANO, E., *op. cit.*, p. 153.)

Além das lutas internas que desgastavam a economia peruana, havia o problema com a Espanha, que relutava em reconhecer a independência do Peru. Exatamente por isso, *começou a guerra entre a Confederação Chile-Peru-Bolívia-Equador e a Espanha* (1865-1866), em que os espanhóis foram derrotados.

Após a expulsão dos espanhóis, recomeçaram os conflitos entre caudilhos. Nessa época o *Chile e a Bolívia se desentendiam* por questões de fronteiras, o que ameaçava indiretamente o Peru. Além disso, capitalistas ingleses já investiam maciçamente nos territórios chilenos e bolivianos, ricos em nitrato e salitre, o que era outra ameaça, já que estes eram a base da economia peruana. Assim, o *governo Mariano Prado* estabeleceu o *monopólio da distribuição dos nitratos* e, logo depois, em 1873, *assinou um tratado de aliança secreta com a Bolívia*, visando defender seus interesses contra a especulação de capitalistas chilenos e ingleses.

O governo peruano, contudo, foi mais longe: em 1875, expropriou "as minas chilenas de nitrato situadas em Tarapacá [Província peruana], invocando o direito de domínio eminente e pagando uma indenização que o Chile considerou inadequada". (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 390.)

Embora não houvesse protestos da companhia chilena de nitratos, uma vez que ainda contava com uma concessão do governo boliviano para exploração das jazidas situadas em seu território de Antofagasta, as relações entre o Chile e o Peru ficaram prejudicadas.

b) Bolívia

A República da Bolívia, ainda que tivesse uma economia baseada em recursos minerais (cobre, chumbo, zinco, estanho), também possuía regiões ricas em guano e salitre. E foi a defesa dessas regiões que a levou à Guerra do Pacífico.

Antofagasta — província boliviana rica em salitre e guano — *era reivindicada pelo governo chileno*, que já explorava clandestinamente minas existentes, aproveitando-se da fragilidade da Bolívia, sempre envolvida em numerosos golpes militares que desestabilizavam o país política e economicamente. Mas, em 1866, o problema foi de certa forma contornado, quando *os dois países firmaram um convênio* determinando que:

- o Chile reconhecia a soberania boliviana sobre o território em litígio;
- *as tarifas de exportação* sobre todas as riquezas minerais, compreendidas entre os paralelos 23º e 25º, assim como as *rendas provenientes dessa exportação, seriam divididas* igualmente entre os dois países.

Depois disso, capitalistas chilenos realizaram grandes investimentos naqueles territórios, inclusive na construção de ferrovias facilitando o escoamento dos minérios extraídos. O povo da Bolívia, entretanto, não via com bons olhos o desenvolvimento de seus vizinhos à custa de riquezas que lhe pertenciam.

Seu governo, que já havia assinado, em 1873, um acordo de aliança defensiva e ofensiva com o Peru, aumentou as tarifas sobre exportações minerais, o que violava tratado anterior com o Chile (1866). O Chile protestou e *novo acordo foi assinado, em 1874*, pelo qual eram reconhecidos os direitos bolivianos ao norte do paralelo 24º; em compensação, a Bolívia comprometia-se a não mais aumentar as tarifas sobre as exportações dos minérios de Antofagasta.

Pouco depois, assumiu o poder o ditador Hilarión Daza (1875-1879), em cujo governo eclodiu a Guerra do Pacífico.

c) Chile

Entre os envolvidos na Guerra do Pacífico, o Chile era o que apresentava maior desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política, em que pese ao seu envolvimento nos conflitos com países vizinhos e com a Espanha.

Em 1851, foi eleito presidente Manoel Montt. Seu governo empreendeu a construção de estradas de ferro e desenvolveu o telégrafo entre Santiago e Valparaíso, além de incentivar a formação de novas indústrias no país. Seu sucessor, Joaquín Pérez, efetuou modificações de cunho liberal na Constituição, no que foi seguido por Federico Errázuriz (1871-1876), cujo governo aprovou leis, como a que impedia a reeleição presidencial. Além disso, restringiu a influência da Igreja e dissolveu tribunais eclesiásticos. Sua principal preocupação foi reforçar a esquadra chilena, tornando-a poderosa, o que conseguiu graças a empréstimos londrinos.

Nessa época, *o Chile sentia os efeitos da crise econômica que abalou o Mundo Ocidental em 1873.* Como alternativa, seu governo investia vultosos capitais, tanto chilenos quanto ingleses, nas minas de nitrato de Antofagasta, na Bolívia, e Tarapacá, no Peru. O objetivo do Chile era conquistar as províncias de Tarapacá e Antofagasta, cujas riquezas interessavam a empresários chilenos e ingleses.

B. A GUERRA

Em virtude das lutas caudilhescas que enfrentava desde a Independência, o governo peruano desgastava-se economicamente e o estabelecimento do monopólio na distribuição dos nitratos de Tarapacá, ainda no governo Prado, visava não apenas a resguardar riquezas, mas a garantir recursos para o crescimento da economia peruana. Deste modo, *a concorrência anglo-chilena na exploração de nitrato* a partir do território boliviano representava uma *ameaça à economia peruana*. O governo Prado, então, resolveu pressionar a Bolívia no sentido de aumentar os tributos sobre as exportações chilenas de Antofagasta, em que pese ao acordo de 1874, firmado entre esses países.

Em 1878, o Congresso boliviano aprovou um imposto de dez centavos por quintal de fertilizante exportado pela Companhia Chilena de Salitre de Antofagasta. Os chilenos recusaram-se a pagar tais tarifas e, por isso, suas empresas foram confiscadas e postas à venda pelo governo boliviano. Logo depois, a província de *Antofagasta foi invadida por tropas do Chile*, dando início à chamada *Guerra do Pacífico*, que bem poderia ser chamada de *Guerra do Salitre*.

C. O CHILE VENCEU...

Iniciado o conflito, o Peru ofereceu-se como mediador, propondo algumas condições preliminares, como:

- retirada das tropas chilenas dos territórios que ocupavam;
- administração conjunta da área disputada pelas três nações interessadas: Chile, Bolívia e Peru; e
- que as rendas obtidas na exploração das minas de Antofagasta fossem divididas igualmente entre Chile e Bolívia.

A imprensa, contudo, revelou o acordo secreto entre o Peru e a Bolívia, enquanto os capitalistas ingleses pressionavam o Chile, que, convencido da interferência peruana no caso das medidas fiscais contra as companhias de nitrato, acabou rejeitando a mediação e *declarando guerra a ambos os países*, em abril de 1879.

> "Concidadãos:
>
> É chegado o momento de se ver terminadas as disposições necessárias para fazer frente à guerra a que, com tanta temeridade quanto injustiça, nos provocou o governo do Chile. Se o tempo que essas preparações exigiram deu ânimo a nosso adversário para cometer em nossa costa atos de crueldade e barbárie desnecessários, lhe mostraremos que não se ferem os brios de um povo que ama sua glória e sabe, em todo caso, levantar seu decoro."
> (Proclamação do general Prado ao povo peruano, maio de 1878. DELGADO, L.H., *Estampas de la Guerra Peru y Chile — 1879*, Ariel Editores Publicistas, p. 23.)

Envolvido no conflito, o Peru acabou, quase que sozinho, sustentando as operações bélicas contra o Chile, já que a Bolívia, além de mal preparada, revelou total ineficiência nos combates.

"O Chile, por outro lado, estava ansioso por experimentar suas forças, inclusive uma nova marinha de guerra, moderna, com dois couraçados dotados de torres giratórias e armamento de superior qualidade. A sorte da guerra foi, na verdade, decidida pela marinha chilena, pois as condições topográficas das províncias litigiosas e as dificuldades de transporte torna-

vam impraticável a luta por terra. Com o apoio da marinha, as tropas chilenas assenhorearam-se rapidamente não só de Antofagasta, mas também das Províncias peruanas de Tarapacá, Tacna e Arica, cuja ocupação estava consumada em fins de 1880." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 391.)

As negociações diplomáticas visando ao término do conflito foram complicadas. Após tentativa de mediação norte-americana, rejeitada pelo Chile, a guerra continuou. Somente em 1883, depois de sucessivas vitórias chilenas, *foi assinado o Tratado de Ancón*, entre Peru e Chile, estabelecendo a paz. Ao Chile foi garantida a posse perpétua de Tarapacá, além do direito à ocupação das províncias de Tacna e Arica por dez anos, findos os quais um plebiscito de seus habitantes decidiria a quem pertenceriam, cabendo à outra parte uma indenização de 10 milhões de pesos chilenos. "Esse ajuste foi considerado pelo Chile simplesmente como uma indenização protelada, pois bem sabia que o Peru, falido e tendo, agora, uma dívida de 50 milhões de dólares às costas, estaria incapacitado por muitos anos de pagar a indenização." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 392.)

"As conseqüências de semelhante pacto internacional não podiam ser benéficas para a paz e harmonia dos países sul-americanos. O Tratado de Ancón era, pois, um foco de ódio e opressões que germinaria, respectivamente, na massa nacional dos vencidos e dos vencedores, tornando mais ou menos possível um não longínquo conflito armado." (LUNA, J.R., *El Conflicto del Pacífico — Breves Reflexiones sobre la Guerra de 1879 a 1884 entre el Peru y Chile*, Imprenta Gloria, p. 12.)

Em 1884, foi assinado o *Tratado de Santiago*, entre Chile e Bolívia, pelo qual o *Chile recebia todo o litoral boliviano*, isto é, o território de Atacama, com seus quatro portos: Antofagasta, Cobija, Mejillones e Tocopilla. Essa região era rica em salitre, cobre e prata, sendo que na província de Antofagasta encontra-se a mina de Chuquicamata, uma das maiores produtoras de cobre do mundo.

Mesmo após o tratado de paz, restaram outras questões entre os três países, que só foram resolvidas mediante posteriores negociações:

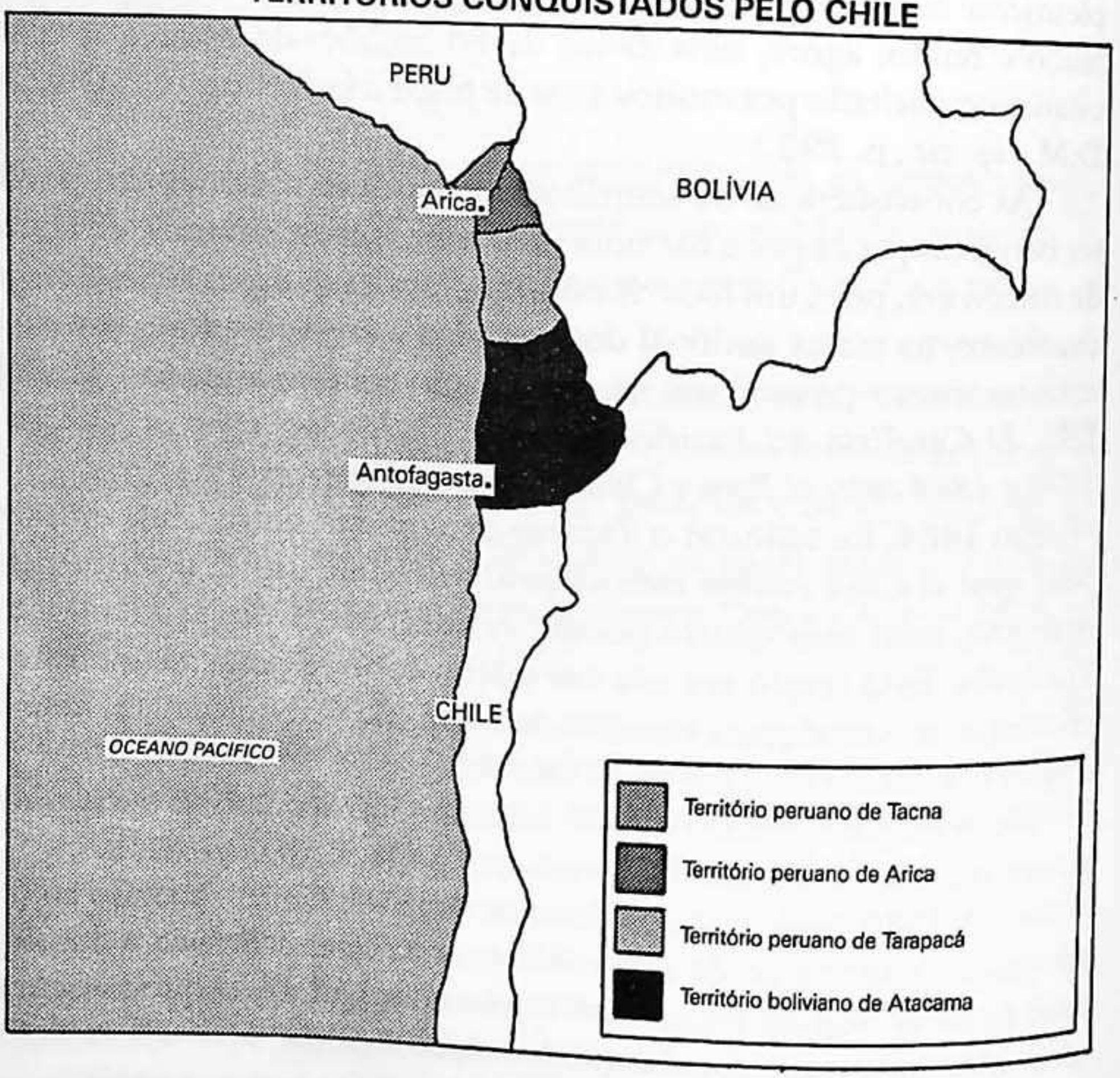
• em 1904, firmou-se acordo entre Bolívia e Chile, cabendo ao último pagar indenização de 300 mil libras esterlinas à Bolívia e construir uma ferrovia ligando Árica (porto chileno) a La Paz, o que assegurava uma saída para o mar à produção boliviana. Em contapartida, a Bolívia renunciava definitivamente aos territórios cedidos anteriormente;

• com o Peru, o governo chileno assinou acordo em 1929, pelo qual restituiu Tacna aos peruanos, mas conservou Arica.

D. ...A INGLATERRA GANHOU

Finda a Guerra do Pacífico, o Peru não apenas perdera parte de seu território rico em salitre e boratos, mas esgotara sua economia. "A derrota não significou, apenas, para a economia nacional, a perda de suas principais fontes: o salitre e o guano. Significou, ainda, a paralisação das nascentes forças produtivas, a depressão geral da produção e do comércio, a depreciação da moeda nacional, a ruína do crédito externo. Dessangrada, mutilada, a nação padecia de uma terrível anemia.

TERRITÓRIOS CONQUISTADOS PELO CHILE



O poder tornou a cair, como acontecera depois da Independência, nas mãos dos chefes militares, espiritual e organicamente inadequados para dirigir uma tarefa de reconstrução econômica. No entanto, a camada capitalista, formada nos tempos do guano e do salitre, tornou logo a assumir sua função e ocupar seu posto. Desta maneira, a política de reorganização da economia do país acomodou-se totalmente a seus interesses de classe." (MARIÁTEGUI, J.C., *op. cit.*, p. 11.)

A Bolívia também comprometeu seu futuro ao participar da Guerra do Pacífico. Findo o conflito, assumiram o poder os grandes latifundiários, que, estimulados e corrompidos pelo imperialismo anglo-chileno, entregaram, além de seu litoral, também o guano, o salitre e, posteriormente, o bórax e a prata, recursos igualmente importantes para a economia do país.

Com as vantagens obtidas na vitória, como o monopólio mundial dos nitratos, o Chile estimulou sua economia, no entanto, quem mais lucrou com isso? Na verdade, os mais beneficiados foram os capitalistas chilenos e ingleses.

"O salitre e o iodo representavam 5% das rendas do Estado chileno em 1880; dez anos depois, mais da metade das receitas fiscais provinham da exportação dos nitratos dos territórios conquistados. No mesmo período, as inversões inglesas no Chile triplicaram; a região do salitre converteu-se numa feitoria britânica. Os ingleses se apoderaram do salitre utilizando procedimentos nada custosos. O governo do Peru tinha expropriado as salitreiras em 1875 e pago em bônus; a guerra abateu o valor destes documentos, cinco anos mais tarde, à décima parte. Alguns aventureiros audazes, como John Thomas North e seu sócio Robert Harvey, aproveitaram-se da conjuntura. Enquanto chilenos, peruanos e bolivianos trocavam tiros no campo de batalha, os ingleses se dedicavam a ficar com os bônus, graças aos créditos que o Banco de Valparaíso e outros bancos chilenos lhe proporcionavam sem dificuldade alguma. O governo chileno (...) em 1881 dispôs a devolução das salitreiras a seus *legítimos donos*, quando a metade dos bônus tinha passado às mãos bruxas dos especuladores britânicos. Não tinha saído um só *penny* da Inglaterra para financiar este despojo." (GALEANO, E., *op. cit.*, p. 155.)

Ao se iniciar a última década do século XIX, a *dependência econômica do Chile à Inglaterra* era ainda maior do que quando iniciara o conflito;

aos ingleses eram enviadas três quartas partes das exportações chilenas e, da Inglaterra, o Chile recebia quase a metade de suas importações.

Serian tres mil seiscientos ensordecidos
y fueron tres mil seiscientos enmudecidos
Tres mil seiscientas miradas que se apagaron
Tres mil seiscientos obreros asesinados

(Luis Advis, *Cantata de Santa Maria de Iquique*)

O saldo da guerra para os trabalhadores em salitre foi bem diferente que o daqueles que a provocaram: os capitalistas. Em princípios do século XX, os trabalhadores salitreiros eram submetidos a um regime de trabalho desumano: não possuíam descanso aos domingos; cumpriam jornadas de até 16 horas diárias; o salário era pago em fichas que, no final do mês, já desvalorizadas em cerca da metade de seu valor, eram trocadas por comida nos armazéns das próprias empresas. Aos que reclamavam, restava enfrentar o exército de seu próprio país, que garantia aos capitalistas chilenos e ingleses sua condição de exploradores. Em 1907, cerca de *3.600 operários* da região *de Iquique foram massacrados pelos militares*; seu crime: reclamar melhores condições de trabalho e salários justos.

"Como o problema é comum a todos os países latino-americanos, nos quais as classes governantes são aliadas do imperialismo e, unidos, exploram as nossas classes trabalhadoras, não se trata, pois, de uma isolada questão nacional, mas de um grande problema internacional para todas as Repúblicas da América Latina. Sem dúvida, a política das classes governantes (...) agita os pequenos nacionalismos, mantém divididos ou afastados nossos países uns dos outros e evita a possibilidade da união política da América Latina (...) Mas as classes governantes cumprem muito bem os planos divisionistas do imperialismo e agitam 'causas patrióticas': Peru contra Chile, Brasil contra Argentina (...)" (Haya de la Torre, *El Anti-imperialismo y el APRA*. BELLOTTO, M.L. e CORRÊA, A.M.M., *op. cit.*, p. 223.)

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os generais que conduziram à vitória na Guerra do Pacífico foram derrotados pela indústria química alemã, que, aperfeiçoando um processo de produção de nitratos a partir do nitrogênio do ar, superou o salitre chileno, afetando a economia do país. "A crise do salitre foi a crise do Chile, profunda ferida, porque o Chile vivia do salitre e para o salitre — e o salitre estava em mãos alheias." (GALEANO, E., *op. cit.*, p. 156.)

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Assinalar as razões do interesse inglês na região do Prata.
2. Avaliar a independência do Uruguai a partir da afirmativa de que se tratava "apenas de criar uma colônia britânica disfarçada".
3. Indicar as forças internas e externas que se opunham à política nacionalista do governo Rosas.
4. Explicar a doutrina do Destino Manifesto.
5. Apontar os fatores da guerra entre o México e os Estados Unidos.
6. Resumir os interesses econômicos que provocaram a Guerra do Paraguai.
7. Mostrar as conseqüências da Guerra do Pacífico para o Peru, a Bolívia, o Chile e a Inglaterra, respectivamente.

UNIDADE III — A ESCRAVIDÃO DEVIA MORRER PARA QUE A NAÇÃO PUDESSE VIVER

A Formação da Sociedade Norte-Americana

1. A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA (1789-1823)

O *primeiro presidente* dos Estados Unidos da América do Norte, depois de adotada a nova Constituição em junho de 1788, foi George Washington (1789-1796). Com os problemas econômicos oriundos da Guerra da Independência em vias de solução, o governo de Washington *preocupou-se* inicialmente *em consolidar a União e resolver as questões diplomáticas* com os países europeus cujas colônias tinham fronteiras com o território dos Estados Unidos: Inglaterra, França e Espanha.

O país crescia rapidamente, aberto aos *imigrantes europeus* que *chegavam em busca de terras e melhores condições de vida*. A procura de mão-de-obra era grande. Cultivava-se o trigo nos vales do norte de Nova Iorque, da Virgínia e da Pensilvânia; e a indústria, apesar de iniciante, progredia rapidamente. Massachusetts e Rhode Island criavam as bases de importantes indústrias têxteis; Connecticut era um centro produtor de relógios e artigos de chapa; enquanto Nova Jérsei, Pensilvânia e Nova Iorque produziam vidro, papel e ferro.

A grande atração dos imigrantes, contudo, eram as terras férteis do Oeste, principalmente devido às facilidades que o governo oferecia aos pioneiros. Em 1787 estabelecera-se que as terras da União situadas entre os Apalaches e o Mississipi seriam vendidas e os *territórios* ali formados *passariam a Estados* tão logo sua população alcançasse os sessenta mil habitantes. "De 1770 a 1840, a corrida para o Oeste cresceu, de um punhado de pessoas, para centenas de milhares. Enxames de gente que procurava terras baixaram sobre o Vale do Mississipi. Era como um estouro de boiada. Homens solteiros faziam o baú e partiam; famílias inteiras faziam o baú e partiam; cidades inteiras faziam o baú e partiam. A América estava de mudança. Em 1770 havia 5.000 pessoas a oeste dos Apalaches; em 1840 havia 8 milhões." (HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 83.)

A Constituição da nova República era apenas um esboço daquilo que viria a ser e não contava com o apoio da opinião pública organizada. Persistia o antagonismo entre os dois partidos recém-formados: o *Federalista* (do qual se originou o atual Partido Republicano), que incluía comerciantes, banqueiros e industriais, defendia um forte governo central, favorável aos interesses econômicos urbanos, e admirava a Inglaterra; e o *Antifederalista*, ou *Republicano* (antepassado do atual Partido Democrata), congregando operários, pequenos negociantes e proprietários rurais — simpáticos à França revolucionária —, que defendia os direitos dos Estados e o regime agrário. O governo necessitava de mecanismos próprios, não havia Marinha e o Exército começava a ser organizado.

Foram criadas as secretarias de Estado e do Tesouro, sob a responsabilidade de Thomas Jefferson e Alexander Hamilton, respectivamente. O primeiro defendia uma democracia ampla e livre, enquanto Hamilton preconizava um governo nacional forte e uma União mais estreita. O Congresso aprovou, ainda nesse período, a criação do Judiciário federal, estabelecendo para a Corte Suprema cinco magistrados e um presidente. Com a nomeação de um secretário da Guerra e de um procurador-geral da República, o gabinete executivo começou a existir, ainda que oficialmente só tenha sido reconhecido em 1907.

A nova República começava sua carreira.

"Que seja para o mundo (...) o sinal para que os homens se ergam e quebrem os grilhões que a ignorância e a superstição religiosas os levaram a carregar, e assumam a felicidade e a segurança do autogoverno." (Trecho da carta de Thomas Jefferson a Joseph Priestley saudando a nova nação norte-americana. *O Correio*, nº 9, UNESCO, Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 5.)

As influências de Thomas Jefferson e Alexander Hamilton foram significativas na construção e consolidação da democracia norte-americana. Nesse período o governo preocupou-se em garantir o crédito público. Assumiu integralmente a dívida nacional, inclusive a contraída pelos estados na Guerra da Independência; organizou o Banco dos Estados Unidos; criou a Casa da Moeda e *defendeu o protecionismo às indústrias nacionais.*

"Tomai os homens tais como são. Por que coisa são governados? Pelas suas paixões (...) É grave erro supor os homens mais honrados do que são. Nossas paixões dominantes são a ambição e o interesse; e será sempre dever de um governo sábio valer-se dessas paixões para pô-las a serviço do bem público (...) Todas as comunidades se dividem no grupo dos poucos e no dos muitos; ao primeiro pertencem os ricos e as pessoas de alta linhagem, e, ao segundo, a massa do povo (...) turbulenta e versátil, que raras vezes julga ou decide bem. Daí, portanto, à primeira classe uma participação concreta e permanente no governo." (Trecho de um discurso de Alexander Hamilton na Convenção Federal, em 1789. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo I, p. 319.)

A *filosofia jeffersoniana* baseava-se no *igualitarismo* e nas *convicções democráticas.* Apesar da origem aristocrática, Jefferson sempre defendera a liberdade (contra a Coroa inglesa, a Igreja, a aristocracia agrária) e combatera as desigualdades da riqueza; receava a tirania e pensava nos direitos do homem à liberdade individual.

"Todos os olhos estão abertos ou começam a abrir-se para os direitos do homem. A luz da Ciência, derramando-se por toda parte, já descortinou a todos a verdade palpável de que a massa da Humanidade não nasceu com sela nas costas, nem alguns poucos nasceram com botas e esporas, prontos a dominar a maioria legitimamente, pela graça de Deus." (Trecho da carta de Thomas Jefferson a Joseph Priestley. *O Correio*, nº 9, UNESCO, Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 5.)

Apesar da necessidade de fortalecer a economia e consolidar a União, os acontecimentos políticos que ocorriam na Europa não podiam ser ignorados. A *política externa* do governo norte-americano baseava-se na defesa da paz como primeira condição para *recuperar o país dos gastos com a Guerra da Independência e poder integrá-lo nacionalmente.* O desenvolvimento da Revolução Francesa criava crescentes problemas para os Estados Unidos. A França estava em luta aberta com a Inglaterra e a Espanha. Dividiu-se a opinião pública e acentuaram-se as divergências entre federalistas e republicanos: para os primeiros, a Revolução Francesa não passava de uma onda de violência entre a anarquia e a ordem, o ateísmo e a fé, a pobreza e a riqueza; para os republicanos, contudo, era a competição entre a monarquia e o republicanismo, a opressão e a liberdade, a autocracia e a democracia.

Também agravava-se o *antagonismo entre os Estados Unidos e a Inglaterra*, que ainda não aceitara a independência norte-americana como um fato consumado, em que pese à manutenção das ligações econômicas, principalmente com os estados agrícolas do Sul. Os ingleses ocupavam fortins no Oeste; os bens capturados durante a guerra ainda não tinham sido devolvidos e a Marinha inglesa impunha obstáculos ao comércio dos Estados Unidos.

A política empreendida pelos republicanos, na presidência de Thomas Jefferson (1801-1809), deu caráter mais liberal ao país, estendendo o direito de voto aos não-proprietários, estimulando a agricultura e a expansão para o Oeste. Adquiriu-se o território da Luisiana, comprado à França em 1803. A grande popularidade obtida pelo governo jeffersoniano garantiu-lhe novo mandato. Mas a guerra franco-britânica provocou o crescente bloqueio inglês ao comércio norte-americano com

a França revolucionária. A situação era prejudicial aos norte-americanos e representava um atentado à soberania do país. Essas circunstâncias desgastaram o governo de Jefferson.

Quando James Madison assumiu o governo (1809-1817), as relações com a Inglaterra eram insustentáveis e caminhava-se para um confronto inevitável. O recrutamento forçado de tripulantes de embarcações norte-americanas pelos ingleses, as hostilidades dos índios aos colonos do Noroeste estimuladas por agentes ingleses no Canadá e a eventual conquista do Canadá, pretendida pelos Estados Unidos, precipitaram a *guerra contra os ingleses*, a chamada *Segunda Guerra da Independência* (1812-1814).

Apesar das perdas impostas aos Estados Unidos pela *Segunda Guerra da Independência*, o término das hostilidades, marcado pelo Tratado de Gante, não implicou modificações no mapa político do país. Como conseqüências, reforçaram-se os sentimentos nacionalistas e se consolidou a União. Ainda nesse período os Estados Unidos, sentindo-se ameaçados pelas potências européias, formularam a Doutrina Monroe (1823), extraída de mensagem do presidente James Monroe (1817-1825) ao Congresso, em que definia a política norte-americana em relação às questões mundiais.

Na Europa, a política intervencionista da Santa Aliança representava uma séria ameaça para a América. A *Doutrina Monroe*, nesse sentido, veio *reafirmar a independência dos países americanos.* Por um lado, afirmou ser contra toda e qualquer tentativa colonizadora por parte das potências européias no continente americano; por outro, representou uma advertência a essas mesmas potências contra uma possível invasão às novas repúblicas hispano-americanas, recém-emancipadas do domínio metropolitano.

Deste modo, prevenia-se um duplo perigo: o dos russos, que se estendiam pela costa do Pacífico, ameaçando excluir os navios estrangeiros ao norte do paralelo 51; e o das monarquias da Santa Aliança, desejosas ou capazes de socorrer a Espanha na reconquista de suas antigas possessões americanas.

Inicialmente, a sugestão feita pelo ministro inglês, George Canning, ao embaixador dos Estados Unidos em Londres, Richard Rush, foi no sentido de se firmar uma declaração conjunta anglo-norte-americana resumindo os princípios depois afirmados na Doutrina Monroe. O

governo norte-americano, contudo, preferiu seguir os conselhos de seus assessores (John Quincy Adams, Madison e Jefferson) e não se deixou arrastar pela Inglaterra, firmando uma declaração unilateral, que no final das contas foi garantida pela esquadra inglesa, na época, mais poderosa que a dos Estados Unidos.

> "(...) a ocasião foi julgada própria para um acerto, quanto a um princípio em que são envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, por sua condição livre e independente que têm assumido e mantido, não serão desse modo considerados como sujeitos à colonização futura por quaisquer dos poderes europeus...
>
> (...) que consideramos qualquer tentativa de sua parte em estender seu sistema a qualquer parte desse hemisfério como perigosa para nossa paz e segurança (...) quanto aos governos que têm declarado e mantido a sua independência, e de cuja independência nós temos conhecimento (...) não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de oprimi-los, ou controlar de algum modo seu destino, por obra de alguma potência européia, se não como sendo a manifestação de uma atitude inamistosa em relação aos Estados Unidos". (Trecho da Mensagem de James Monroe ao Congresso, em 1823. MORRIS, R.B., *op. cit.*, pp. 124 e 125.)

Essa reafirmação de soberania por parte do governo norte-americano frustrou definitivamente as tentativas de recolonização defendidas pelas monarquias européias da Santa Aliança e reavivou as forças do nacionalismo e do liberalismo contra uma possível intervenção na América. *A América era para os americanos!*

2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL (1823-1860)

Quando os Estados Unidos se libertaram da Inglaterra, os limites da nova República estendiam-se por 130 mil quilômetros quadrados, do

litoral do Atlântico aos montes Apalaches, incluindo as terras ocupadas pelos índios, localizadas entre as referidas montanhas e o Mississipi. Posteriormente, *as compras da Luisiana à França* (1803), *da Flórida à Espanha* (1819) — que permitiu o acesso direto às Antilhas — e *do território de Gadsden ao México* (1853) ampliaram as fronteiras norte-americanas em cerca de oito milhões de quilômetros quadrados. Em 1867, a formação territorial foi completada com a *compra do Alasca à Rússia.*

Deve-se observar, ainda, que a expansão dos Estados Unidos não se consolidou apenas em função de tratados amigáveis, mas também à custa de *guerras contra os índios e contra os mexicanos.*

A. A EPOPÉIA NORTE-AMERICANA

Após frustradas tentativas de alguns missionários em converter os indígenas do Oeste ao cristianismo e dominá-los por vias pacíficas, os *pioneiros utilizaram-se da violência para expulsá-los de suas terras.* A tenaz resistência dos peles-vermelhas, exímios guerreiros, levou os brancos ao uso de artimanhas, como a venda de bebidas alcoólicas e o massacre de tribos inteiras durante o sono.

FORMAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS

> "(...) e imediatamente entrou na tenda onde tinham estado antes, trazendo uma tocha e colocando-a sobre as mantas que cobriam o abrigo, depois do que tudo começou a arder (...) e depois que o fogo estava bem pegado, os índios corriam para fora com ar estupefato. E, com efeito, o Todo-Poderoso deixou cair sobre eles tal terror, que fugiam de nós e se atiravam dentro das chamas, onde muitos pereciam. Depois que o forte se queimou inteiramente, foi dada a ordem para que todos os soldados saíssem e o rodeassem, o que foi feito imediatamente. O fogo foi ateado a noroeste, a favor do vento; isto fez com que se espalhasse rapidamente pelo forte, para a surpresa do inimigo, e para grande satisfação nossa. Alguns deles subiam à ponta das paliçadas; outros corriam para dentro das chamas; muitos outros, reunindo-se a barlavento, atiravam flechas contra nós; dávamos o troco mandando-lhes carga de chumbo; outros, muito fortes, mais ou menos quarenta, segundo calculamos, morreram pela espada (...) E assim, em pouco menos de uma hora, o que era antes um forte inexpugnável, estava completamente destruído, com perda de 600 ou 700 índios (...)" (Depoimento do capitão John Mason sobre o extermínio de índios. HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 15.)

Com o aperfeiçoamento das armas de fogo e a caça indiscriminada aos búfalos — que supriam os indígenas de quase todas as suas necessidades —, os primitivos habitantes das planícies foram sendo pouco a pouco empurrados para *reservas do Estado*, onde muitos não resistiram às más condições de vida e morreram, e outros fugiram, sendo igualmente massacrados pelos brancos.

Quem era o dono deste imenso território, onde antes vagavam índios, búfalos e caçadores, e que posteriormente se viu invadido por colonos aventureiros, ávidos de terras e metais preciosos? "Parte dele era território da Luisiana, pertencia aos Estados Unidos. Outra parte, o território do Oregon, era reclamada tanto pela Inglaterra como pelos Estados Unidos. Ao sul do Oregon e a oeste da Luisiana estendia-se o enorme território pertencente ao México, que tinha conseguido ficar independente da Espanha em 1821." (HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 113.)

O Oeste era uma terra rica. Prestava-se ao cultivo do trigo, oferecia a caça — cujas peles eram comercializadas — e favorecia a criação do gado. Os pioneiros (*homens da Fronteira*) que o desbravavam, demarcando novos limites para o território da União, eram pessoas rudes, mas hospitaleiras. Defendiam a idéia de que todos tinham direitos iguais, fossem eles ricos ou pobres. Em alguns dos novos Estados que se formavam, o direito de voto era concedido a todos os brancos, independentemente de sua condição social.

Na *Marcha para o Oeste*, os colonos tiveram como obstáculo os constantes atritos com os índios, que resistiam à ocupação de suas terras e à destruição de sua gente.

> "Onde estão hoje os pequot? Onde estão os narragansett, os moicanos e muitas outras tribos outrora poderosas? Desapareceram diante da avareza e da opressão do Homem Branco, como a neve diante de um sol de verão. Vamos nos deixar destruir, por nossa vez, sem luta? Renunciar a nossas casas, a nossa terra dada pelo Grande Espírito, aos túmulos de nossos mortos e a tudo que nos é caro e sagrado? Sei que vão gritar comigo: Nuncal Nuncal" (Tecumseh, dos shawnees. BROWN, D., *Enterrem meu coração na curva do rio*, Edições Melhoramentos, p. 19.)

Diversos fatores favoreceram a Marcha para o Oeste:

- o grande afluxo de imigrantes europeus (entre 1789 e 1812 cerca de 250 mil pessoas chegaram aos Estados Unidos, em sua maioria irlandeses, alemães e ingleses);
- a dificuldade de obter terras no litoral do Atlântico, já ocupado desde o século XVII;
- a crescente necessidade de produtos agroindustriais para suprir o Norte que se industrializava;
- a busca de metais preciosos, principalmente o ouro;
- a intensa perseguição religiosa aos mórmons nas cidades do Leste;
- o investimento de capitais ingleses na construção de ferrovias que permitiam o escoamento da produção agrícola comercial.

A expansão para o Oeste fez-se também *à custa do México*, que era um país fraco, pouco povoado e sacudido pela anarquia interna, e cujas terras despertavam o interesse dos plantadores sulistas, necessitados de *novas áreas para o cultivo do algodão*. Progressivamente, os pioneiros ocuparam o território mexicano do Texas, intensificando-se os atritos com as autoridades locais. Em 1836, proclamou-se a *República Independente do Texas*, mais tarde incorporada à União.

> *Pobre México, tão longe de Deus, tão próximo*
> *dos Estados Unidos.*
>
> (Lázaro Cárdenas, presidente mexicano de 1934 a 1940)

Os Estados Unidos mantinham com o México divergências sobre as linhas de fronteiras do novo Estado, bem como disputavam com a Inglaterra as fronteiras do Oregon. Com a Inglaterra, um país forte, resolveram pacificamente a questão. *Com o México entraram em guerra* (1846-1848).

> "Se eu fosse mexicano eu lhes diria — 'Vocês não têm espaço em seu próprio país? (...) Se invadirem nosso país, nós os receberemos com as mãos sangrentas e lhes daremos hospitalidade no cemitério'." (Trecho de discurso do senador Corwin, do Ohio, em protesto à guerra contra o México. HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 117.)

A guerra terminou com a assinatura do *Tratado de Guadalupe-Hidalgo*, obrigando o México a reconhecer a perda do Texas e ceder aos Estados Unidos a área que corresponde hoje à Califórnia, Nevada, Utah, Colorado, Arizona e Novo México.

Os Estados Unidos haviam tomado ao México um vasto território que lhes garantia o acesso direto ao oceano Pacífico. Com isso interessaram-se pelo Extremo Oriente, abrindo o Japão ao comércio internacional (1854) e acercando-se da China, mediante *tratados desiguais*, como o de Wanghia (1844).

B. O LIBERALISMO JACKSONIANO

Neste período, destacou-se ainda *o governo de Andrew Jackson* (1829-1837), quando se organizou o *novo Partido Democrata*, que reunia antigos republicanos do Sul, elementos populistas do Oeste e operários do Norte. Até então, os governos tinham sido exercidos por membros da aristocracia rural, em benefício dos ricos. Com Jackson o poder passou a ser influenciado também pelas camadas populares.

No Norte capitalista, o nascente movimento operário, através de suas associações e sindicatos de classe, acompanhava a política liberal do governo de Jackson. Algumas conquistas importantes obtidas pelos trabalhadores foram as *escolas públicas*, franqueadas a todos os brancos; a *ampliação do direito de voto* mediante a supressão do sistema censitário e a *extinção da prisão por dívidas* em quase todos os estados.

Expandiram-se as idéias igualitárias em favor de uma sociedade mais justa e democrática, de liberdade comercial e econômica e, de maneira geral, do poder do Estado. Mas o idealismo, que libertava o homem de velhos estigmas, também despertava na mulher a consciência de sua posição inferior na sociedade.

> *Espero que não esqueças as mulheres.* (Abigail Adams a seu marido, e presidente dos Estados Unidos, John Quincy Adams)

As primeiras feministas norte-americanas lutaram por melhores condições de trabalho e pela abolição da escravatura. A primeira convenção para discutir os problemas da mulher, realizada no Estado de Nova Iorque, em 1848, levantou a questão da igualdade ao homem, perante a lei, nas oportunidades educacionais e econômicas, e no voto, marcando um grande passo no caminho da emancipação feminina nos Estados Unidos.

3. A GUERRA DE SECESSÃO (1861-1865)

Em meados do século XIX, o nome *Estados Unidos* não correspondia, nem de longe, à realidade do país. Os estados do Sul e os do Norte

tinham diferentes modos de pensar e de produzir. *No Sul a economia baseava-se na monocultura algodoeira*, produzida pela mão-de-obra escrava; a exportação do algodão representava mais da metade do valor das exportações norte-americanas, além de ser a principal fonte de matérias-primas para os fabricantes de tecidos do Norte. Por outro lado, os *estados do Norte* aceleravam o desenvolvimento fabril, voltado principalmente para a *produção têxtil*. As fábricas se multiplicavam e com elas *crescia a burguesia industrial capitalista*.

Por volta de 1860, a burguesia tinha consciência de que o domínio dos litorais do Atlântico e do Pacífico, o crescente aumento de um proletariado e de um mercado consumidor interno (devido não só às imigrações européias e ao recrutamento da população excedente do campo, mas também ao elevado índice de natalidade), o aperfeiçoamento dos meios de transporte e a penetração de capitais europeus criaram condições para maiores investimentos e conseqüente *acumulação de capital*, além de uma *atuação mais ampla na política internacional*.

A falta de integração representava, contudo, um forte obstáculo a essas pretensões, porque o que era bom para o Norte industrializado não era bom para o Sul agrícola, e vice-versa.

Os sulistas defendiam o livre-cambismo e opunham-se ao protecionismo alfandegário reivindicado pela burguesia nortista. De fato, os capitalistas do Norte consideravam que suas indústrias só prosperariam mediante tarifas alfandegárias protecionistas que afastassem a concorrência européia e garantissem o consumo do mercado interno em expansão.

As divergências não ficavam aí: a população do Norte reclamava a imediata distribuição das novas terras do Oeste entre pequenos proprietários, enquanto a do Sul achava que o patrimônio territorial do país deveria ser vendido a bom preço. Os nortistas defendiam um forte sistema bancário nacional, os sulistas combatiam a criação de um banco central. No Norte desenvolvera-se uma sólida burguesia, ideologicamente mais liberal do que a aristocracia escravista do Sul, possuidora da maior parte da riqueza e do poder.

Além do mais, os capitalistas do Norte, interessados em manter negócios com os agricultores do Oeste, vendendo-lhes artigos industrializados e comprando-lhes produtos agrícolas, defendiam suas reivindicações no

sentido de que a União promovesse a construção de canais e de estradas de ferro ligando o Oeste ao Leste, o que era contestado pelos proprietários do Sul, que, não mantendo relações comerciais com o Oeste, recusavam-se a autorizar a aplicação de verbas federais para aquele fim.

Como pano de fundo de todas essas divergências estava a *questão da escravidão*. Para a burguesia do Norte interessava a abolição do trabalho escravo, o que representaria a ampliação do mercado consumidor interno. Em contrapartida, os estados do Sul defendiam a escravidão, visto que todo o seu sistema econômico assentava na mão-de-obra escrava. A campanha antiescravista ganhou força com a maior divulgação das idéias liberais no Norte e com o surgimento de movimentos humanitários ligados às teorias dos socialistas românticos e dos metodistas, que fundaram sociedades abolicionistas. Os intelectuais do Norte escreviam artigos e livros condenando a escravidão e os contrabandeavam para o Sul, onde eram proibidos por lei.

> "Em todos os sistemas sociais, é preciso haver uma classe para desempenhar as tarefas indignas, para fazer o que é monótono e desagradável (...) nós a chamamos escravos (...) não chamarei a classe existente no Norte usando esse termo; mas vocês também os possuem; estão em toda parte; são eternos (...) A diferença, entre nós, é que os escravos são contratados pela vida toda, e são bem recompensados; não há fome, nem mendicância, nem desemprego entre nós, e nem excesso de empregos, também. Os de vocês são empregados por diárias, não são bem tratados, e têm escassa recompensa, o que pode ser provado, da maneira mais deplorável, a qualquer hora, em qualquer rua de suas cidades. Ora, pois a gente encontrava mais mendigos em um dia, em uma só rua de Nova Iorque, do que os que se encontram durante toda uma vida no Sul inteiro." (Trecho de um discurso do senador Hammond, da Carolina do Sul. HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 158.)

Esses argumentos poderiam até ser razoáveis para a época, mas uma escravidão — a das fábricas do Norte — justificaria a escravidão negra do Sul? Não.

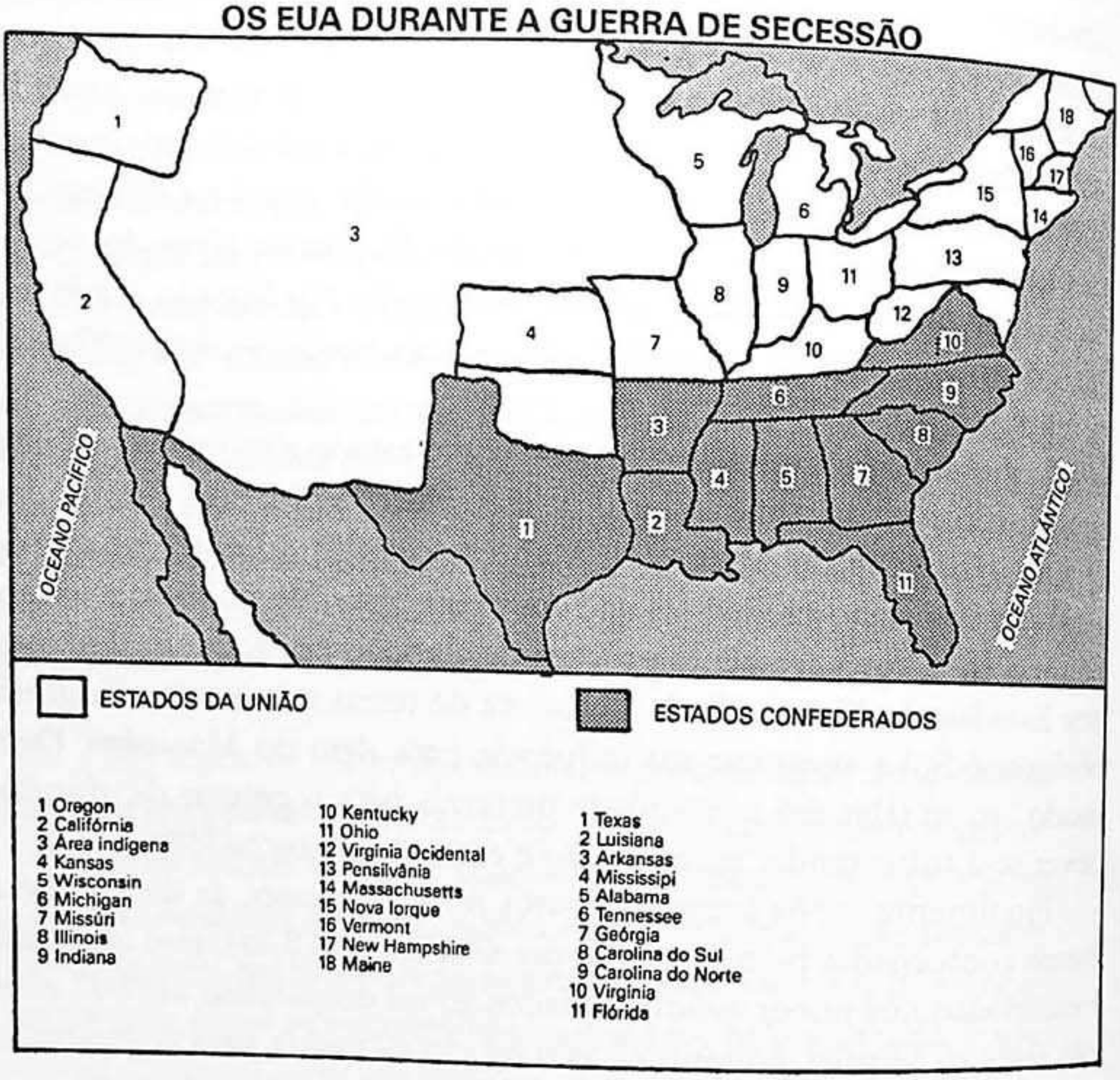
Já em 1819 os estados de Missúri e Maine haviam apresentado ao Congresso requerimentos pedindo sua admissão como estados abolicionistas. Até então, havia 22 estados na União, sendo 11 abolicionistas e 11 escravistas. Mas, mesmo com a proporção de três quintos contada a seu favor (nos cálculos da população legal os escravos somavam três quintos), os estados do Sul tinham somente 81 votos na Câmara dos Deputados contra 105 votos dos estados do Norte; além do mais, a população nortista crescia de forma mais rápida. No Senado, onde cada estado tinha a mesma representação — dois votos —, mantinha-se o equilíbrio entre o Norte e o Sul.

A questão da admissão do Missúri como estado não-escravista levantou o problema da situação legal da escravidão no Missúri e em todo o território a oeste do Mississipi. Manter o equilíbrio entre os estados escravistas e os não-escravistas não era só uma questão política, mas também econômica: a crescente procura de algodão por parte da Europa e dos Estados do Norte, aliada à escassez de terras nos estados originais, obrigou o Sul a assegurar sua influência para além do Mississipi. Deste modo, ao se falar em necessidade de terras para o cultivo de algodão, dever-se-á subentender manutenção e extensão da escravidão.

Finalmente, após longos debates no Congresso, as divergências foram contornadas pelo *Compromisso de Missúri* (1820), que autorizou a escravidão nos novos estados situados ao sul do paralelo 36°30', exceção feita ao Missúri, admitido como estado escravista para contrabalançar a incorporação do Maine, estado sem escravos. A solução conciliatória foi tomada porque os estados da União resolveram unir-se ante uma possível agressão das potências européias da Santa Aliança, sem esquecer a ameaça da reconquista inglesa avivada na Segunda Guerra da Independência (1812-1814).

Não se passou muito tempo, porém, sem que o antagonismo divisionista sobre aquisições territoriais agitasse novamente a vida política norte-americana. Em 1850 explodiu outra crise motivada pela admissão dos estados e territórios tomados ao México. Outra vez a questão foi contornada com a assinatura de um pacto: o *Compromisso de 1850*, que — ao contrário do Compromisso de Missúri, de aplicação automática — facultava aos novos territórios o livre-arbítrio (mediante emenda na Constituição) para decidir o problema da escravidão.

OS EUA DURANTE A GUERRA DE SECESSÃO



"E decidido que o Congresso não tem poderes para proibir ou obstruir o comércio de escravos entre os Estados escravocratas; mas que a admissão ou exclusão de escravos conduzidos de um para outro desses Estados depende exclusivamente de suas leis próprias e particulares." (MORRIS, R.B., *op. cit.*, p. 146.)

Mas, em 1860, a correlação de forças já pendia em favor dos abolicionistas, que tinham maioria no Congresso. Nas eleições presidenciais

daquele ano, prevendo uma possível derrota, os escravistas defenderam a tese de que qualquer estado prejudicado pelo governo federal dele poderia se separar; além disso, impunham como condição para sua permanência a vitória de seu candidato, John Breckinridge, que pretendia ampliar a escravidão e anexar Cuba à União.

Por sua vez, o Partido Republicano (formado em 1854), agrupando democratas e federalistas do Norte, do Oeste e até do Sul, nacionalistas e protecionistas, tinha como candidato Abraham Lincoln, que incluía em sua plataforma a *Definição de tarifas protecionistas* e a *União a todo custo*.

Com a vitória de Lincoln, a Carolina do Sul, seguida depois por mais de dez outros estados escravistas, declarou que não mais faria parte dos Estados Unidos (dezembro de 1860). Os representantes dos estados que se separaram reuniram-se e formaram os *Estados Confederados da América*, escolhendo como presidente Jefferson Davis (1861).

A. A GUERRA DOS RICOS... TRAVADA PELOS POBRES

A *Guerra de Secessão*, iniciada com um ataque confederado ao Forte Sumter, em abril de 1861, foi considerada como a primeira das grandes guerras modernas. "Durante quatro longos anos a luta continuou, com enormes perdas de vidas de ambos os lados (620 000 mortos). Primeiro, ambos os lados recrutaram voluntários; depois, os homens eram convocados para o Exército. Isso causou profundo ressentimento, tanto no Norte como no Sul. Tanto em um como em outro lado era permitido pagar substitutos para prestar o serviço militar. No Sul havia muitas brechas nas leis de convocação, através das quais escapavam os proprietários de grandes plantações, ou os que possuíam mais de 15 escravos (isto quando a guerra tinha sido provocada por eles mesmos). No Norte, um indivíduo convocado podia ser isento da convocação se pagasse ao governo 300 dólares. Não admira que muitas pessoas pobres se referissem à guerra como 'a guerra dos ricos na qual lutam os pobres'." (HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 164.)

Apesar das diversas derrotas dos exércitos da União, devidas mais à

incapacidade e à corrupção de seus comandantes, os confederados foram vencidos. Entre as causas da derrota sulista podemos assinalar:

- o número de habitantes do Norte era maior, e se ampliava pelas constantes levas de imigrantes europeus;
- o Norte possuía desenvolvimento industrial, o que facilitava a fabricação de armas, munições, roupas e outros equipamentos militares;
- a rápida expansão das vias férreas do Norte, que dava maior mobilidade aos exércitos; e
- o bloqueio da costa do Sul, proclamado por Lincoln, que impedia a exportação de algodão para a Europa e a importação de roupas, munições e equipamentos de que os confederados necessitavam.

Deste modo, em 1865, com a tomada da capital sulista de Richmond e a derrota de Appomattox, o general confederado Robert Lee rendeu-se ao general Grant, do Norte, encerrando a guerra civil.

Foi uma *guerra total*, onde foram utilizados todos os recursos militares, políticos, econômicos e psicológicos contra os exércitos e as populações civis. Durante o conflito, o presidente Lincoln abolira a escravidão em todos os estados que se opunham à União. Mais tarde a emancipação dos escravos foi estendida também aos outros estados.

> "Chegou o momento em que percebi que a *escravidão devia morrer para que a Nação pudesse viver.*" (Abraham Lincoln, em 22 de julho de 1863. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo II, p. 116.)

Terminada a guerra, restavam os problemas da *Reconstrução* (política, socioeconômica e financeira), que seriam enfrentados não por Lincoln — assassinado nesse mesmo ano (1865) —, mas pelo radical Andrew Johnson (1865-1869) e por seu sucessor, Ulysses Grant (1869-1877).

"Os Estados sulistas foram reintegrados à União, tiveram que reconhecer a abolição da escravidão — definitivamente fixada pela Emenda XIII à Constituição — e o direito de voto aos negros tornados cidadãos (Emenda XV). *Economicamente o Sul foi mais afetado do que o Norte*; muitas de suas plantações haviam sido arrasadas, outras foram confiscadas, havia falta de mão-de-obra, pois muitos negros emancipados fugi-

ram, sem contar que o Sul desvinculou-se da Inglaterra e se viu na contingência de vender seus produtos agrícolas aos capitalistas do Norte, os quais se valeram da condição de vencedores para transferir capitais e indústrias para os Estados sulistas. Em contraposição, *o desenvolvimento econômico do Norte e do Oeste foi considerável*: mesmo durante o conflito e apesar da inflação, as necessidades bélicas incrementaram a industrialização, possibilitando inclusive a *formação dos primeiros trustes*, ligados aos Rockfeller, Carnegie, Morgan." (AQUINO, R.S.L. e outros, *op. cit*)

O radicalismo da Reconstrução, no entanto, favoreceu o surgimento de sociedades secretas, como a Ku-Klux-Klan e os Cavaleiros da Camélia Branca, que se utilizavam do terror para perseguir os negros e difundir a segregação racial. Os negros tinham conseguido o direito à cidadania, mas ainda continuavam banidos da vida social.

4. A IDADE DE OURO... PARA A BURGUESIA (1865-1896)

Depois da Guerra de Secessão os Estados Unidos conheceram um crescente desenvolvimento econômico, sobretudo nas indústrias do Norte. Este desenvolvimento foi facilitado por alguns fatores, como a aplicação de tarifas protecionistas, o afluxo de mão-de-obra imigrante e de capitais europeus, a maior produção do aço, a utilização do petróleo e da energia elétrica, além do progresso das ciências e das invenções.

Por outro lado, a ocupação do Oeste — inclusive com a conquista de terras aos índios —, a construção de ferrovias, a mecanização da lavoura e o cultivo racional facilitaram a *grande expansão da agricultura*. De 1860 a 1910, o número de fazendas triplicou, a área de terra dedicada à lavoura dobrou e aumentaram substancialmente as produções de trigo, milho e algodão.

No plano econômico, destacaram-se as seguintes realizações:

- estabelecimento de uma elevada tarifa aduaneira (1861);
- criação de um sistema bancário nacional (1863);
- decisão de construir uma estrada de ferro transcontinental (1869);
- autorização para admissão de trabalhadores mediante contrato.

A mais importante dessas medidas foi, sem dúvida, a *construção das ferrovias transcontinentais.* No final do século XIX, quatro grandes linhas já atravessavam os Estados Unidos do Atlântico ao Pacífico. "Graças a isto, Chicago converteu-se no centro de comunicações da União e abriu-se o Oeste à maior colonização. As companhias, para atrair os imigrantes, os seduziam com sonhos de terras bem situadas, próximas aos centros populacionais e de lugares de intercâmbio que constituíam, então, as estações. Por outro lado, a construção das estradas de ferro agravou o problema do índio: os indígenas não só se viam acossados em suas próprias terras, como a luta sistemática contra os búfalos os arrancou de suas atividades pastoris e os privou das bases de sua existência material." (FOHLEN, C., *La América Anglosajona — De 1815 hasta Nuestros Días*, Editorial Labor, p. 41.)

Durante a *Idade de Ouro* os Estados Unidos se consolidaram como uma grande *sociedade industrial*, mas também como uma grande *sociedade agrícola.* A rápida mecanização da agricultura estimulou a especialização das lavouras e a formação de grandes propriedades, o que prejudicou o pequeno agricultor e vinculou cada vez mais a produção agrícola à economia capitalista. Com relação aos preços, por exemplo, as indústrias capitalistas resguardavam-se com tarifas protecionistas contra a concorrência européia, enquanto os lavradores não contavam com nenhuma proteção legal: vendiam seus produtos em um mercado de concorrência mundial, mas eram obrigados a comprar os materiais, equipamentos e artigos de uso doméstico em um mercado protegido contra a concorrência estrangeira. Logicamente eram prejudicados, pois os preços que recebiam por seus produtos eram determinados no exterior, enquanto os preços que pagavam pelas máquinas e implementos agrícolas eram fixados pelos trustes nacionais que atuavam sob a proteção governamental.

O progresso econômico, aliado ao aperfeiçoamento técnico dos transportes e das comunicações, além de outros fatores, havia favorecido a *industrialização* e a *concentração de empresas* em trustes e *pools* (ou cartéis) que passaram a caracterizar a economia norte-americana.

A formação de verdadeiros impérios econômicos nas mãos de poucos não podia deixar indiferente a maioria da sociedade. Em 1867 surgiu a primeira organização de defesa dos pequenos agricultores, chamada *Granja*, logo seguida por outras granjas em vários estados. Pouco a pou-

co, esta forma de organização cooperativa, com fins econômicos e políticos, evoluiu nas chamadas *Alianças de Fazendeiros*, que seriam mais tarde o *embrião do Partido do Povo*. A nova organização partidária surgiu em oposição aos Partidos Democrata e Republicano, com uma plataforma bastante progressista para a época: exigia reformas sobre o imposto de renda; um sistema nacional de empréstimos agrícolas; estatização das estradas de ferro; jornada diária de oito horas de trabalho etc.

> "Os frutos do árduo trabalho de milhões de pessoas são roubados sem pejo para construir a fortuna colossal de um pequeno grupo (...) A riqueza pertence a quem cria, e a cada um dos dólares tirados sem trabalho, e sem um equivalente, é roubado. Aqueles que não trabalham não devem também comer..." (Trecho inicial da plataforma do Partido do Povo. HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 183.)

O Partido do Povo conseguiu vitórias parciais, inclusive elegendo parlamentares em vários estados. O governo foi obrigado — graças aos protestos populares — a combinar sua política econômica: por um lado, continuou o *protecionismo alfandegário* (destacando-se a Tarifa McKinley, em 1890, que elevou em 50% os direitos cobrados aos produtos importados); por outro lado, exerceu um intervencionismo para limitar os excessos do capitalismo, como a *Lei Sherman* (1890), que *considerou ilegais os trustes.*

> "Todo contrato, fusão sob a forma de truste, ou conspiração, em detrimento do comércio entre os diversos Estados, ou com nações estrangeiras, é declarado ilegal." (Artigo 1º da Lei Sherman Antitruste. HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 199.)

Os capitalistas, porém, já estavam muito fortes, e a Lei Sherman — que se destinava a ser uma arma do povo contra os trustes — acabou sendo uma arma dos empregadores contra os sindicatos. Era tudo uma questão de interpretação legal dos juízes, e estes eram corrompidos pelo dinheiro dos ricos capitalistas.

> "A Lei Sherman vigorou no caso Estados Unidos versus U.S. Steel Corporation (...) a fim de permitir que os capitalistas fundissem, em uma única corporação, 50% da indústria do aço dos Estados Unidos, dominando o mercado com seus recursos vastíssimos. A Lei Sherman vigorou no caso Estados Unidos contra a U.S. Machine Co. (...) a fim de permitir que os capitalistas fundissem em outra corporação praticamente toda a maquinaria para fabricação de calçados do país (...) Seria realmente muito estranho se o Congresso, pela mesma lei, quisesse negar aos membros de um pequeno grupo de trabalhadores o direito de cooperar entre si, unicamente deixando de trabalhar, quando esse era o único meio de se protegerem contra uma fusão de empregadores ativos e poderosos." (Trecho da opinião discordante do juiz Brandeis, no Caso Bedford Stone, ganho pelos empresários. HUBERMAN, L., *op. cit.*, pp. 218 e 219.)

Da mesma forma que os pequenos proprietários rurais, os operários, reduzidos à miséria, uniram-se em organizações muitas vezes distintas, como a Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho (1869) — que pregava a conciliação de classes, a união entre o capital e o trabalho —, e a Federação Americana do Trabalho (1881) — baseada no sindicalismo pragmático e em defesa unicamente dos trabalhadores especializados. Somente em 1905 surgiu o *sindicalismo revolucionário nos Estados Unidos*, sob o nome de Trabalhadores Industriais Mundiais (TIM), que defendia a greve como instrumento de luta dos trabalhadores contra os patrões e pregava a missão histórica da classe operária de acabar com o capitalismo como única forma de conseguir sua emancipação.

Ainda no período da Idade de Ouro foi realizada a *Primeira Conferência Internacional Americana*, em Washington (1889-1890), quando se adotaram *resoluções para incrementar o comércio interamericano.*

Já no final do século XIX, a eleição do republicano William McKinley (1896-1901) abriu caminho à *vigorosa política imperialista*, consolidada pela *intervenção armada em Cuba* por ocasião da Guerra contra à Espanha. Nesse episódio, a Espanha cedeu Porto Rico e as Filipinas aos Estados Unidos, além de reconhecer a independência de Cuba.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Identificar as razões da Segunda Guerra da Independência.
2. Analisar a Doutrina Monroe, tendo em vista os interesses dos Estados Unidos.
3. Explicar a expansão territorial dos Estados Unidos e seu reflexo nas populações indígenas.
4. Destacar os principais fatores que favoreceram a Marcha para o Oeste.
5. Explicar de que forma os movimentos populares se organizaram durante o liberalismo jacksoniano e quais suas conquistas.
6. Analisar os modos de produção do Norte e do Sul e explicar em que medida influíram para a Guerra de Secessão.
7. Relacionar a Marcha para o Oeste com a questão da escravidão.
8. Dar o significado da Guerra de Secessão.
9. Explicar as razões do grande desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos durante a Idade de Ouro.
10. Identificar as formas de organização operária dos Estados Unidos durante a Idade de Ouro, resumindo seus princípios básicos.

UNIDADE IV — SOMBRIOS ACONTECIMENTOS ENVOLVEM-NOS

A Formação dos Estados Hispano-Americanos

1. O CAUDILHISMO

O movimento de emancipação deu autonomia política aos países da América Latina. Mas o rompimento dos laços políticos não significou a ruptura dos vínculos econômicos e culturais (ideológicos) da Época Colonial. A Conquista e a Colonização haviam estruturado a economia e a sociedade coloniais; a herança colonial impôs também seu peso no processo de formação dos novos estados americanos.

No *plano econômico*, a herança colonial persistiu na manutenção da economia produtora de gêneros alimentícios e matérias-primas para o mercado externo, segundo as diretrizes da *divisão internacional do trabalho* no decorrer do período compreendido entre as Guerras Napoleônicas e a Primeira Guerra Mundial. Essa divisão dos mercados mundiais entre os países capitalistas avançados (Inglaterra, França, Estados Unidos) implicava a formação de economias periféricas ou dependentes nos países da América Latina, da África e da Ásia. Na América, criaram-se verdadeiros *enclaves capitalistas*, estimulando-se a agricultura de exportação e a exploração de recursos minerais, ativo comércio de ex-

portação e importação, criação de bancos, companhias de seguros, redes ferroviárias etc. Ao mesmo tempo, vastas áreas permaneciam submetidas a uma economia de subsistência e a um estado de empobrecimento crônico. Essa *desigualdade* de desenvolvimento econômico era uma estratégia necessária do capitalismo internacional, ao qual não interessava que os países latino-americanos tivessem condições de um *desenvolvimento capitalista auto-sustentado*. Assim, apenas alguns setores econômicos foram modernizados *sob o influxo do capital estrangeiro*, traduzido em aplicação de investimentos maciços, aquisição de propriedades territoriais, exploração de minas, empréstimos com juros extorsivos etc.

Nesse contexto, não havia condições históricas para o surgimento de uma *burguesia nacional* nos estados latino-americanos, dado o seu comprometimento com o capital internacional. E os poucos grupos capitalistas então surgidos não possuíam, evidentemente, condições concretas para impor a sua hegemonia política sobre a sociedade como um todo. A implantação do capitalismo na América Latina no século XIX não trouxe a unificação, pois não havia praticamente mercado *interno* ou *nacional*. A pequena burguesia era fraca, inexpressiva ou até inexistente. A massa da população, majoritariamente camponesa e analfabeta, vivia sob um sistema de relações pré-capitalistas, uma espécie de semi-servidão, e não constituía mercado consumidor apreciável para os artigos industrializados. As classes dominantes eram formadas pelas oligarquias agroexportadoras — cada vez mais dependentes da aliança com o imperialismo — e pela burguesia mercantil — esta localizada em centros bem definidos, como as cidades portuárias (Montevidéu, Buenos Aires, Valparaíso).

"Os comerciantes de produtos ultramarinos pensam em termos de mercado nacional, têm a opinião de que tudo aquilo que é obstáculo para o livre trânsito das mercadorias deve ser eliminado. Estarão interessados em estradas de ferro, portos, bancos, telégrafos, companhias de seguros, de que não cabe inferir uma grande paixão pelas mudanças sociais. A ambição deles se limita a imprimir certos traços de modernização sobre o existente. Como estão estreitamente vinculados aos grandes produtores para o mercado externo (...) sentem-se pouco propensos a modificar as condições em que se realiza esta produção. Não lhes repug-

na o recrutamento forçado de mão-de-obra, e a fragmentação territorial. Preferem as grandes propriedades fundiárias. Os proprietários de terras são sua maior clientela, a de consumo suntuário; nem por isso desprezam a multidão de pessoas humildes que adquire roupas e tecidos de algodão importados da Inglaterra, ou chaleiras para servir água e bombas para sugar o mate." (POMER, L., "Sobre a formação dos Estados Nacionais na América Hispano-Índia", *Caderno CEDEC*, nº 3, Editora Brasiliense, p. 25.)

EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELO IMPÉRIO DO BRASIL À INGLATERRA NO SÉCULO XIX
(Valor em libras)

DATAS	QUANTIA PEDIDA	QUANTIA RECEBIDA	QUANTIA PAGA
1824	3.000,000	2.450,000	9.050,000
1825	1.400,000	1.400,000	3.000,000
1829	769,200	208,000	1.950,000
1839	312,500	237,500	503,000
1843	732,600	622,702	1.465,200
1852	1.040,600	954,250	2.294,523
1858	1.626,500	1.360,272	3.366,500
1859	508,000	460,000	1.270,000
1860	1.210,000	1,089,000	3.025,000
1863	3.855,307	2.904,000	8.426,863
1865	5.147,000	3.700,000	14.668,950
1871	3.459,634	2.670,000	10.031,938
1875	5.301,191	4.825,000	10.072,263
1883	4.596,600	3.560,000	18.475,128
1886	6.431,000	5.700,000	11.897,350
1888	6.257,300	6.000,000	14.518,885
1889	17.213,500	15.492,150	38.521,730

(Extraído de BARROSO, G., *Brasil — Colônia de Banqueiros*, Editora Civilização Brasileira, p. 215.)

Do ponto de vista ideológico, grandes correntes de pensamento do século XIX, como o liberalismo e o positivismo, tiveram sua parcela de influência na Hispano-América. Entretanto, a ausência de uma burguesia estruturada como classe social dominante anulou as conquistas que a doutrina liberal desencadeara na Europa e nos Estados Unidos. As oligarquias agrárias intitulavam-se *liberais* apenas como forma de tomar o poder. Isso explica por que, muitas vezes, elementos liberais e federalistas — expressão de interesses regionais dominantes — ao conquistar o poder político tornavam-se tão ou mais *centralistas* que os setores conservadores. A unificação política, que não fora alcançada com o tipo de capitalismo implantado de fora para dentro, só seria alcançada — e o foi por diversas vezes — com a força das armas. A coexistência estruturada entre setores capitalistas da economia e setores de economia rural tradicional (minifúndios e latifúndios improdutivos) implicou uma dicotomia ainda presente em muitas sociedades latino-americanas.

"Depois da Independência, a dominação pela Inglaterra capitalista não desenvolveu o modo capitalista de produção. Limitou-se a organizar — seguindo a linha colonial — produtos mercantis para exportação; persistiu na destruição de produções pré-coloniais e garantindo ou simplesmente criando setores regidos por modos de produção pré-capitalistas. Não obstante, o conjunto das sociedades hispano-índias foi integrado ao sistema capitalista mundial, está articulado e subordinado a seu modo de produção." (POMER, L., *op. cit.*, p. 10.)

Sob a vigência dessas condições socioeconômicas, abriu-se o caminho ao poder político pessoal dos líderes rurais conhecidos como *caudilhos.*

Podemos definir o *caudilhismo* como um *regime autoritário*, aparentemente acima das classes sociais, *dominado por um líder rural* (militar ou civil) e por uma burocracia que desfrutava de uma independência relativa, o que lhe permitia contar com a classe dominante. Seu objetivo era a *conservação da ordem e da hierarquia social.* Representava um estado de transição entre o poder metropolitano e o poder nacional, um precário equilíbrio de forças entre as classes sociais. Estas acumulavam forças até que uma delas assumia a hegemonia política.

Distinguimos dois tipos de caudilhismo: o *progressista (liberal)* e o *conservador*. O primeiro apoiava-se no movimento popular, ao qual fazia

algumas concessões, garantindo o domínio das novas classes proprietárias sobre as oligarquias tradicionais e propiciando uma modernização econômica em proveito das elites e do capital estrangeiro. O de tipo conservador, apoiado nos setores tradicionais (Igreja, Exército), reprimia qualquer avanço social das massas, tendo como objetivo a manutenção das estruturas econômicas tradicionais. Na América, e em particular no México e na Argentina, alternaram-se essas formas de caudilhismo ao longo do século XIX.

Na ausência da dominação absoluta de uma classe social homogênea sobre toda a nação, indivíduos ligados a interesses regionais ou locais ganhavam proeminência política e, contando com apoio popular e de forças militares — e muitas vezes com auxílio estrangeiro —, impunham o seu domínio sobre a sociedade. Em uma descrição algo romântica — bem de acordo com o pensamento dominante durante a maior parte do século XIX —, podemos dizer que "o caudilho possuía o dom natural de escravizar a vontade de outros homens e de arrastá-los consigo — à rebelião, à batalha ou mesmo por sobre um abismo. Ganhava a afeição de grandes massas e as convertia no seu povo. Detém a confiança desse povo; torna-se o símbolo do seu prestígio; encarna a personalidade da Nação (...) Agindo em nome do povo e afirmando reunir os interesses deste, justificava a sua ditadura". (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 245.)

Entretanto, a presença eventual das massas populares não modificava o caráter essencial do caudilhismo, que, na realidade, pouco tinha a ver com os interesses do povo. Este apoiava os líderes carismáticos, devido à falta de organizações populares autênticas; enfim, as massas despolitizadas apoiariam todo aquele que lhes acenasse com melhores condições de vida ou reforma agrária. Caudilhos ilustres foram os líderes da Independência, como Bolívar e Sucre; Santa Ana, o poder por trás do poder, no México; Benito Juárez e Porfírio Díaz, também no México; o argentino Rosas e o reformador José Artigas, no Uruguai.

O *caudilhismo opunha-se aos princípios liberais* do século XIX, na medida em que era fortemente *centralista* e *intervencionista*, discriminava o povo das decisões políticas e pairava acima das instituições jurídicas e políticas. Não criou condições para que as massas populares se organizassem independentemente. O caudilhismo foi o instrumento político

que serviu para a perpetuação do domínio das oligarquias agrárias. Até quando?

2. O MÉXICO

A. A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E AS CLASSES SOCIAIS

No México, a independência se fez ao preço de uma instabilidade política e social, que marcaria a história mexicana ao longo do século XIX, contribuindo para a revolução dos começos do século atual.

O *movimento de independência partira da capital*, que praticamente não possuía ligações com as comunidades rurais. Devido à predominância da economia mineradora (prata), atividade centralizada, nenhuma região possuía condições de desafiar o poder central. Isso explica a *manutenção da unidade política* do México, enquanto outras antigas unidades administrativas coloniais (Nova Granada, Nova Castela, Rio da Prata) fragmentaram-se em vários Estados após a independência.

Nem por isso, contudo, as lutas entre a cidade e o campo, entre unitarismo e federalismo, deixaram de se manifestar no México. Ao contrário, elas foram-se agravando, tomando o caráter de contestação à própria ordem social, tornando mais agudas as lutas pelo poder.

> "Sombrios acontecimentos envolvem-nos; embora a Revolução esteja terminada, suas conseqüências conservam-nos expostos a graves perigos; diferentes partidos, alguns triunfantes e outros amargurados pela derrota, dividem nossa sociedade renascida; os métodos e canais de riqueza pública são débeis (...)" (*El Aguila Mexicana*, 1823. STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 102.)

As Guerras de Independência (1810-1821) tiveram como um dos seus efeitos a devastação das propriedades agropecuárias, o abandono das minas e a fuga da mão-de-obra. Lembremo-nos de que, na época colonial, o México produzia carnes, couro cru, trigo, milho e açúcar para consumo interno. As comunidades indígenas que conservaram a

propriedade comunal sobre as suas terras eram auto-suficientes. Com o declínio da atividade mineradora depois de 1810, as classes dominantes mexicanas defrontaram-se com o problema de criar uma base econômica, em termos de produção e exportação de produtos primários. Com esse objetivo, foi promovida a *concentração da propriedade da terra*, ao mesmo tempo em que governos nacionais procuravam retirar os privilégios da aristocracia agrária; facilitou-se a penetração dos capitais ingleses, que organizaram um comércio de importação (industrializados); e expropriaram-se as populações indígenas das suas terras, convertendo-as em massa camponesa dependente das grandes propriedades fundiárias.

"A concentração da propriedade da terra no México pressagiava conflitos em potencial entre os proprietários e a força de trabalho dependente ou os enclaves comunais indígenas localizados nas proximidades. Durante a árdua luta anticolonial de 1810 a 1821, as propriedades agropecuárias foram devastadas, mas não loteadas, e a decisão da elite mexicana em pôr fim aos controles espanhóis eliminou qualquer possibilidade de reforma agrária (...) A legislação republicana do México ao longo do século XIX transformou propriedades religiosas, terras públicas e comunidades indígenas em vastas extensões de terras de propriedades privadas em escala muito ampla (...) Cerca de 1910, uma série de fatores inter-relacionados tornaram o México uma nação onde 3% das propriedades avaliadas (aproximadamente 13 mil propriedades) controlavam 58% da superfície do país." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 108.)

A inexistência de uma economia autônoma, devido às pressões capitalistas externas, sobretudo da Inglaterra, impediu o desenvolvimento de uma *burguesia nacional* no México após a independência. Na década de 1830, o governo dos liberais tentou promover um desenvolvimento econômico nacional, *fundando um banco nacional e indústrias têxteis* (algodão), a fim de criar novos empregos para a massa de artesãos arruinados pela penetração das importações estrangeiras, principalmente inglesas. A reação da oligarquia tradicional (na qual se incluía a Igreja, grande latifundiária), a reduzida acumulação de capital, a concentração da renda em poucas mãos (Igreja, comerciantes) e os altos custos da indústria nascente fizeram fracassar a iniciativa.

A terra era a base da renda, do prestígio e do poder. E, ao lado do monopólio, da terra, a oligarquia agrária controlava a força de trabalho. Mesmo as reformas modernizantes efetuadas pelos governos liberais, na década de 1850, visaram a transferir para uma parte da elite urbana a riqueza fundiária, à custa da nacionalização das terras da Igreja e, sobretudo, das propriedades comunais indígenas (*ejidos*). Assim, o *monopólio da terra não sofreu qualquer abalo.*

No final do século XIX, com a penetração do capitalismo no campo, e a construção de estradas de ferro, enormes extensões de terras, que pertenciam às comunidades indígenas e a pequenos proprietários, foram concedidas a grandes empresas, muitas delas estrangeiras.

A *burguesia* local — comerciantes da cidade do México — *ligava-se aos interesses das casas comerciais inglesas* de Vera Cruz, e as dificuldades de pagamento das importações geraram o endividamento desse setor mercantil, emissões de papel-moeda inconversível e queda do poder aquisitivo da moeda nacional, interna e externamente. "Esta situação, que requeria aumento das exportações, induziu as burguesias locais a voltarem-se para o interior, na busca de produtos exportáveis, e para o exterior, na procura de mercados potenciais. Ora, durante a primeira metade do século passado, os mercados exteriores eram limitados e de difícil acesso (...) Afora os metais preciosos e os couros e peles, nenhum outro produto encontrou condições favoráveis de mercado. O algodão, cujo consumo cresceu na Inglaterra (...) vinha sofrendo uma forte baixa de preços, sendo impraticável concorrer com os produtores do Sul dos Estados Unidos. O açúcar e demais produtos tropicais sofreram acentuada baixa de preços, a partir do fim das Guerras Napoleônicas." (FURTADO, C., *op. cit.*, p. 40.)

A *pequena burguesia urbana* — integrada por profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesãos, funcionários — formava o *núcleo liberal de oposição* ao regime conservador, cujos sustentáculos eram o Exército e a Igreja, defensores da estrutura econômica herdada da colônia. Os elementos da burguesia combatiam a excessiva concentração da terra, sobretudo nas mãos da Igreja. A *massa da população, formada pelos camponeses* (mestiços e indígenas), era a classe social mais afetada pelo principal problema econômico do México independente — a questão

agrária —, que teve solução violenta nos começos do século XX, com a Revolução Mexicana. Durante o século XIX, as comunidades camponesas estavam divididas em dois grandes grupos: uma parte vivia sob a *dependência das grandes propriedades* eclesiásticas e leigas; a outra parte achava-se *inteiramente desprovida de qualquer parcela de terra*. A inexistência de um projeto conseqüente de reforma agrária, o analfabetismo e a baixa produção de alimentos agravaram o problema rural. A modernização da agricultura pelas grandes empresas expulsou os pequenos agricultores das suas terras. Também foi grande a repressão exercida sobre as comunidades camponesas indígenas. O tipo de crescimento econômico empreendido pelas classes dominantes no México retirou do camponês a faculdade de decidir como utilizar sua própria terra. As tentativas de transformar os índios agricultores em pequenos proprietários não chegaram a ser postas em prática, e as terras públicas foram concedidas a grandes empresas encarregadas de empreender tarefas de desenvolvimento agrícola.

Dessa maneira, as *comunidades camponesas* foram as grandes *vítimas do processo de modernização capitalista* do México rural. No final do século, o esforço das classes dominantes no sentido de dotar o país de uma rede de transportes e comunicações e de um mercado interno capaz de absorver a produção agrícola e industrial, de liberar o acesso aos recursos minerais e de incrementar uma agricultura baseada na iniciativa privada significou o coroamento do liberalismo. Mas significou, ao mesmo tempo, a intensificação das contradições entre a massa camponesa e a oligarquia agrária, entre o interior, onde se concentrava a população indígena (sobretudo no Sul e no Centro), e o centro de poder localizado na capital.

B. A FORMAÇÃO DO ESTADO MEXICANO

a) O predomínio conservador: Santa Ana

A *unidade política* do México era apenas *fictícia* na época da independência. "Rompidos os vínculos com a metrópole, por toda parte o poder tendeu a deslocar-se para a classe dos senhores da terra. A estru-

turação dos novos Estados foi condicionada por dois fatores: a inexistência da interdependência real entre os senhores da terra, que se ligariam uns aos outros ou se submeteriam a um dentre eles em função da luta pelo poder; a ação da burguesia urbana, que manteria contatos com o exterior e exploraria toda possibilidade de expansão do intercâmbio externo, ao qual se iriam vinculando segmentos do setor rural (...) o grupo urbano tendia a consolidar-se, ao mesmo tempo em que se integrava com interesses rurais, criando-se condições para um efetivo sistema de poder". (FURTADO, C., *op. cit.*, p. 38.)

Com a derrubada do governo monárquico de Agustín Iturbide, em 1823, ganhou Antônio López de Santa Ana, o primeiro de uma série de caudilhos que influenciariam a vida política do México no século XIX. Nesta época, as classes dominantes mexicanas se dividiam em *conservadores* — favoráveis ao centralismo político e admiradores da Inglaterra — e *liberais* — que defendiam o federalismo, isto é, a descentralização política, tomando como modelo os Estados Unidos. Em 1824, após o fuzilamento de Iturbide (que tentara retomar o poder), nasceu a República mexicana, sob as diretrizes de uma Constituição liberal: o México foi organizado como uma *federação de estados* que gozavam de relativa autonomia; instituiu-se um Congresso composto de duas câmaras (a dos Deputados e o Senado); um presidente e um vice-presidente, com mandatos de quatro anos, seriam eleitos pelas assembléias dos estados; o catolicismo foi declarado religião oficial.

O projeto liberal de desenvolvimento econômico implicou o *abandono do antigo federalismo* e sua substituição por um *poder nacional, centralizado, de cunho autoritário*. Os grupos oligárquicos e a Igreja Católica, ao verem reduzidos seus privilégios, através da intervenção do Estado na questão das terras, monopolizadas por esses setores conservadores, reagiram apoiando Santa Ana no golpe de Estado de 1834, em que foi dissolvido o Congresso e pelo qual o caudilho tornou-se um verdadeiro ditador, apoiado pelo Exército.

A nova Constituição de 1836, de *caráter conservador*, restringiu o direito de voto aos cidadãos mais ricos e estabeleceu um governo centralizado, em que os estados perderam a sua autonomia. O período presidencial foi aumentado para oito anos, com direito à reeleição.

O localismo político logo se manifestou: o Texas retirou-se da federação e, em seguida, incorporou-se aos Estados Unidos; as forças populares e camponesas lutaram pela liberdade e moveram uma guerra que durou cerca de dez anos, durante os quais a região do Iucatã permaneceu separada do México.

Entre 1846 e 1848, o México se envolveu em uma *guerra contra os Estados Unidos*, em que veio a perder cerca de metade do seu território, incluindo o Texas. O rio Grande foi fixado como *limite* entre os dois países; mais tarde, em 1853, mediante indenização de 10 milhões de dólares, houve nova retificação de fronteiras.

Este conturbado período da História mexicana foi assinalado pelo caos político interno. O caudilho Santa Ana, que havia sido afastado do governo, mais uma vez assumiu o poder político, com apoio dos conservadores, tornando-se *ditador perpétuo*. Entretanto, em 1854-1855, um movimento liberal e federalista — a chamada *Revolução de Ayutla* — afastou os conservadores do controle governamental, pondo fim aos trinta anos em que Santa Ana *fez e desfez presidentes* ao sabor dos *interesses das oligarquias agrárias e do imperialismo inglês e norte-americano*.

b) Os anos liberais e o Império de Maximiliano

Em 1856, os *liberais assumiram o poder* no México. "O governo expulsou então os jesuítas, cerceou ainda mais os poderes da Igreja e proibiu as organizações tanto civis como religiosas de possuir bens imóveis que não se destinassem especificamente às finalidades do culto. Essas disposições feriam diretamente o poder territorial da Igreja, que possuía cerca de metade das terras do México; tinham em mira forçá-la a vender essas propriedades, tornando-as assim disponíveis aos trabalhadores agrícolas sem terra." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 353.)

O confisco das terras da Igreja (redistribuídas entre os indígenas), bem como a aprovação de nova Constituição — de bases federalistas, democráticas e liberais —, provocou a *Guerra da Reforma* (1858-1860). Sob a liderança do presidente Benito Juárez, empenhado em quebrar o poder das oligarquias rurais, da Igreja e do Exército, as forças liberais e populares lutaram pela modernização do país.

Vencidos militarmente, os grandes proprietários e a Igreja não hesitaram em recorrer à ajuda externa. Dos Estados Unidos, mergulhados na Guerra de Secessão (1861-1865), nada puderam receber. Voltaram-se, então, para a Europa, propondo a Napoleão III, da França, a criação de um protetorado francês sobre o México, onde seria instaurado um regime monárquico encabeçado por um Bourbon ou qualquer outro príncipe europeu. O pretexto para a invasão do México foi o não-pagamento de empréstimos anteriormente feitos pelos governos mexicanos.

Em 1863, *as forças francesas invasoras derrotaram os liberais* mexicanos, forçaram Juárez a retirar-se para o interior do país e ocuparam a capital. No ano seguinte, Maximiliano de Habsburgo, irmão do imperador da Áustria, tomou posse do governo do México, com o beneplácito do papado, a ajuda militar da França, as simpatias das classes conservadoras e o desprezo das camadas populares mexicanas. Na verdade, o novo *imperador do México* era um instrumento nas mãos do governo francês de Napoleão III, que teve reembolsadas as despesas com a intervenção e obteve concessões e privilégios econômicos.

O curto governo de Maximiliano (1864-1867) foi *marcado pela resistência da população*, embora o imperador revelasse certas tendências liberais que, inclusive, o indispuseram com os setores agrários e clericais. Grupos guerrilheiros, chefiados por Benito Juárez e contando com auxílio norte-americano, moveram combates sem tréguas contra as tropas francesas de ocupação, que, finalmente, abandonaram o país em 1867. A retirada do apoio militar francês ao governo de Maximiliano determinou a sua queda. A nova orientação da política francesa deveu-se sobretudo a *fatores externos*. A França via-se cada vez mais ameaçada na Europa pelas pretensões políticas da Prússia, que unificava os estados alemães em um Estado Nacional. Além disso, após 1865, com o fim da Guerra de Secessão, aumentaram as pressões dos Estados Unidos, no sentido de cessar a ocupação francesa do México.

A derrota de Maximiliano e o seu posterior fuzilamento, em 1867, levaram novamente ao poder Benito Juárez, que trazia consigo a ameaçadora sombra norte-americana...

c) O governo Juárez e a ditadura de Porfírio Díaz

No período de Juárez (1867-1872), o liberalismo mexicano sofreu uma transformação, identificando-se com o *personalismo*, no caso o exercício do poder político por um líder autocrático, comprometido com os projetos de desenvolvimento econômico capitalista e com os setores nacionalistas e populares. Entretanto, sob o influxo do *positivismo*, o governo Juárez tornou-se uma verdadeira ditadura. Se, de um lado, combateu os setores reacionários — as oligarquias tradicionais, a Igreja Católica e o Exército, que haviam apoiado a ocupação franco-austríaco —, de outro abriu as portas do país aos capitalistas e técnicos estrangeiros, sobretudo norte-americanos, discriminou os índios e mestiços pobres e criou um aparato técnico-administrativo centralizado, ocupado pelos *Científicos* (tecnocratas e positivistas mexicanos). A autonomia dos estados foi substituída por um rígido centralismo, comandado da capital. As importantes reformas de cunho social expressas no programa liberal e as conquistas políticas representadas pela Constituição de 1857 foram por água abaixo.

> *O povo só pode ser considerado como uma multidão de doidos ou de crianças.*
>
> (Afirmação dos *Científicos*)

As *tendências autocráticas, antipopulares e antinacionalistas*, esboçadas no governo de Juárez, consolidaram-se e tomaram forma com a *ditadura de Porfírio Díaz* (1876-1911), derrubada pela Revolução Mexicana. A nova elite de tecnocratas (os *Científicos*), testas-de-ferro dos capitais estrangeiros, encastelou-se no poder e fez do México uma propriedade particular. Durante o governo Porfírio, o país reergueu a sua agricultura, empregando técnicas modernizadoras, consolidando o capitalismo agrário exportador.

> *O México tornou-se uma mãe para os estrangeiros e madrasta para os mexicanos.*
>
> (Refrão popular)

"Correríamos o risco de simplificar a realidade se afirmássemos que a elite mexicana sob o regime de Porfírio Díaz — o chamado Porfiriato — visava coagir os estratos inferiores da sociedade a uma modalidade de degradação semi-servil. As políticas agrária e trabalhista ao longo do Porfiriato representaram uma tentativa, drástica é certo, de emparelhamento com o Mundo Ocidental, modernizante e industrializante, em particular com o 'primo' agressivo e expansionista ao norte." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 111.)

Na verdade, a agressão do "primo" norte-americano se fazia não pela força das armas, mas pela do dinheiro, não só o dos investimentos e técnicas, mas o do suborno e da corrupção de altas autoridades do governo.

Os setores de oposição, duramente reprimidos e sem meios institucionais de canalizar sua insatisfação; o federalismo desaparecido, com os estados transformados em meras dependências do governo central; a massa camponesa, analfabeta, vivendo sob condições de exploração e extrema miséria; o operariado urbano, com os salários congelados... Contrapondo-se a esse quadro político e social, uma minoria privilegiada monopolizava o aparelho de Estado e repartia com os estrangeiros as riquezas do país em seu próprio benefício. A Revolução de 1910 daria uma resposta às contradições do nascente capitalismo mexicano, derrubando Díaz e provocando uma *grande transformação social.*

3. A ARGENTINA

A. O CRESCIMENTO PARA FORA E AS CLASSES SOCIAIS

Na Argentina, o *conflito entre o litoral e as províncias do interior* marcou o período que se estendeu desde o início das lutas contra a Espanha até o final do século XIX. O processo formativo da economia e da sociedade argentinas foi em grande parte baseado no *desenvolvimento do setor pecuário e em sua gradativa inserção no mercado externo.* Nesse sentido, a questão agrária na Argentina, embora se manifestasse de forma menos aguda do que no México, teve considerável peso na sua formação histórica.

Durante a era colonial, Buenos Aires fora o principal porto de entrada e saída de mercadorias da Bacia do Prata. Os comerciantes de Buenos

Aires pretenderam, após a independência, manter a sua posição hegemônica, monopolizando a exportação dos couros, de lã, do charque e de outros produtos provinciais, e a importação de produtos industriais europeus, sobretudo ingleses, que, desde 1713, passaram a chegar em grande quantidade ao Prata devido ao *Tratado de Amizade e Comércio (Tratado de Utrecht)* celebrado entre a Inglaterra e a Espanha. Dessa maneira, tornou-se cada vez mais forte a presença inglesa na Bacia do Prata, tendo como centro Buenos Aires.

As pretensões hegemônicas e centralistas da burguesia mercantil de Buenos Aires esbarraram nas reivindicações autonomistas das províncias; daí os *choques entre unitários e federalistas*, que caracterizaram a evolução política da Argentina no século XIX. As províncias, produtoras de algodão, lã, linho, charque, couro, cereais, açúcar e vinho, demandavam mercados consumidores e se viam ameaçadas pela concorrência da produção européia.

As condições geradas pela divisão internacional do trabalho, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, implicaram a formação, na Argentina, de uma *economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado*. "A produção agrícola exportável baseou-se, neste caso, no uso extensivo da terra e se destinou a concorrer com a própria produção interna dos países em rápida industrialização. O uso extensivo de terras de boa qualidade permitiu, desde o início, alcançar índices de rentabilidade elevados. Por outro lado, o próprio caráter extensivo dessa agricultura e o volume considerável de carga que ela criou exigiram a estruturação de um importante sistema de transportes, o que teve como conseqüência indireta a rápida unificação do mercado interno em torno dos grandes portos de exportação." (FURTADO, C., *op. cit.*, p. 50.)

Assim, a Argentina conseguiu participar das grandes correntes do comércio mundial desenvolvendo uma *economia agropecuária* (carne, trigo, lã) *fundamentada nas grandes propriedades, utilizando mão-de-obra livre ou semilivre*. As imensas regiões de pradaria (Pampas), adequadas à pecuária, encontravam-se ocupadas por indígenas nômades, pelo menos até 1833; a conquista de novas terras tornou-se condição fundamental para o crescimento econômico argentino, dependente da abertura de linhas de exportação para pagar as importações européias. Em

1880, a Argentina já se encontrava dividida em imensas propriedades, sendo que as melhores terras se encontravam em poder de grandes empresas. "A carabina resolveu o problema do nomadismo indígena nos Pampas com a mesma eficiência com que o fizera nas pradarias norte-americanas. Em aproximadamente 50 anos, uma combinação de padrões coloniais de propriedade da terra, demanda externa e divisão internacional do trabalho acabaria por incorporar a Argentina ao mercado mundial, transformando-a em uma das economias mais ricas, mais integradas e mais 'modernizantes' da América Latina." (STEIN, S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, p. 113.)

Essa modernização implicou um *grande fluxo imigratório* e a *entrada de capitais estrangeiros*, ao lado de *inovações técnicas*, também importadas. Entre 1856 e 1932, afluíram para a Argentina mais de seis milhões de pessoas, originárias das regiões agrícolas da Europa. Por sua vez, o crescimento da demanda européia de produtos alimentícios e matérias-primas estimulou a inversão de capitais, sobretudo ingleses, que contribuíram para o melhoramento da estrutura interna de produção, a construção de ferrovias etc. As novas técnicas aplicadas à agricultura tornaram mais racional a utilização da terra em grande escala, assim como o transporte, o armazenamento e o embarque de cereais e de carnes (frigoríficos). Ao mesmo tempo em que, sob influência do capitalismo internacional, a Argentina dinamizava sua economia, os tradicionais produtos de exportação (couros, sebo etc.) foram substituídos pelas carnes e cereais a partir do final do século XIX. O comércio importador também sofreu modificações a partir de 1870: lãs, sedas, algodões, louças, vinhos importados da Inglaterra e França faziam-se acompanhar da entrada de bens de capital e produtos semi-acabados que indicavam que a industrialização (frigoríficos, moageira) já havia começado, sobretudo na área litorânea, próxima aos centros portuários.

O *latifúndio pecuarista* foi, sem dúvida, o *elemento principal da economia argentina*, o fundamento do poder local e regional, e os *grandes criadores de gado* constituíram uma presença decisiva na política provincial, defendendo as idéias federalistas. Alguns deles tornaram-se caudilhos famosos, como Juan Manuel de Rosas. Na grande propriedade pecuarista trabalhavam índios, brancos e mestiços, como trabalhadores

livres ou agregados. Estes últimos "cumpriam uma certa função econômica na medida em que, dentro do latifúndio, produziam alimentos não só para si mesmos, mas também para os demais trabalhadores. Talvez, porém, mais importante do que isto, seja a definida função política que eram compelidos a cumprir: eram a força armada do proprietário. Empunhavam as armas para defender a propriedade do amo ou nas disputas que este mantinha pelo mando local ou na região". (POMER, L., *op. cit.*, p. 26.)

Os peões das estâncias de gado, que desenvolveram forte sentimento de independência e de liberdade, devido às próprias condições de organização da pecuária extensiva — praticada em grandes planícies desertas —, inspiraram a figura típica do *gaúcho*.

> "Sem instrução tanto nas letras como nas boas maneiras, na religião ou na moral, constantemente montados, nunca deixam o lombo do cavalo senão para jogar-se sobre um couro cru e dormir. É a cavalo que assistem à missa e celebram suas reuniões sociais. A certos respeitos, são a mais eficiente cavalaria do mundo (...) Continuamente ocupados em pear e abater reses, possuem a ferocidade do magarefe enxertada nos hábitos simples do pastor e são ao mesmo tempo ignorantes e cruéis." (Despacho do diplomata norte-americano Francis Baylies, 1832. DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 268.)

Ao lado dos grandes criadores de gado, mas em nítida desvantagem, estavam os *grandes proprietários que praticavam a agricultura*, mas que mantinham sob sua dependência arrendatários e numerosa quantidade de mão-de-obra, que deles recebia proteção contra os abusos das autoridades: "os camponeses constituem a base do poder local ou regional do amo, em virtude de um pacto não escrito que compreende obrigações recíprocas". (POMER, L., *op. cit.*, p. 27.)

Os *comerciantes* constituíam uma parcela expressiva na sociedade do litoral, "mais aberta, com padrões predominantemente urbanos, onde o valor da terra, e o poder e prestígio que esta confere foram bastante tardios (...)". (CONDE, R.C. e GALLO, E., *La Formación de la Argentina*

Moderna, Editorial Paidos, p. 18.) Vinculados ao comércio exterior, entrincheiravam-se em Buenos Aires, e em Salto e Mendoza, estas localizadas no interior, mas ligadas ao litoral agropecuário e exportador. Eram favoráveis ao livre-cambismo e à união alfandegária interna, com vistas à *formação de um mercado nacional.* A acumulação de capital nas mãos da burguesia mercantil permitiu inversões na compra de latifúndios, contribuindo para a concentração da propriedade territorial, devido à rápida valorização da terra, sobretudo na província de Buenos Aires, onde, em pouco mais de 40 anos, o preço da terra aumentou cerca de 40 vezes o seu valor!

O *artesanato*, praticado em algumas regiões do interior, foi arruinado pela chegada das mercadorias estrangeiras e pelas indústrias do litoral, na segunda metade do século XIX.

> "Só com o produto de nossos gados não poderemos chegar nunca a ser uma nação importante. Com lãs e couros não se poderá estabelecer o equilíbrio comercial entre a exportação e a importação." (Afirmativa de um porta-voz dos interesses pecuaristas, 1870. CONDE, R.C. e GALLO, E., *op. cit.*, p. 59.)

Por aí se vê a *estreita vinculação entre os interesses agroexportadores e o surgimento de uma indústria local*, na medida em que os mais importantes estabelecimentos industriais se dedicavam ao beneficiamento de produtos primários de exportação, embora também surgissem indústrias de alimentos (açúcar e vinhos), construção e metalurgia voltadas para o mercado interno. Essa industrialização, a despeito do significativo número de trabalhadores e do volume de capitais empregados, era, no entanto, limitada pelas próprias estruturas do crescimento para fora: "havendo surgido as indústrias mais significativas como um prolongamento das atividades primárias, na medida em que realizavam alguma elaboração, as mais fortes e importantes e aquelas com maiores capitais tiveram seus interesses demasiado confundidos com os de setores tradicionalmente agropecuários (...) Isto explica a debilidade do parque industrial, que não se percebia em termos de conflito e cuja exteriorização, salvo em alguns casos, foi muito pouco conseqüente, limitando-se a

reclamar isoladas medidas de proteção e ajuda às manufaturas". (CONDE, R.C. e GALLO, E., *op. cit.*, pp. 79 e 80.)

A *mão-de-obra* empregada nas indústrias era na maioria *estrangeira*: não conseguindo obter terras, os recém-chegados migravam para as cidades, onde se dedicavam às atividades comerciais ou aplicavam seus conhecimentos nos variados ramos industriais, muitas vezes em pequenos estabelecimentos de características quase artesanais.

A coexistência entre um litoral agropecuário e exportador (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e Entre Rios), com um setor industrial, onde se desenvolviam formas de capitalismo dependente, e um interior com estruturas arcaicas, onde se distribuía a área da pequena produção camponesa, contribuiu para aprofundar as *diferenças regionais*. O interior se despovoava, ao mesmo tempo em que as populações rurais se deslocavam para as cidades do litoral, somando-se às correntes imigratórias européias. A urbanização do litoral deveu-se em grande parte à influência estrangeira, daí advindo a complexidade maior da vida argentina, com a industrialização, o desenvolvimento do setor de comércio e serviços, o crescimento do operariado e das camadas médias da sociedade, a diminuição do número de analfabetos, provocando mudanças na estrutura política e social, que desembocariam nos movimentos populares dos primeiros anos do século XX.

B. A FORMAÇÃO DA REPÚBLICA ARGENTINA

a) Anarquia e caudilhismo

A incapacidade ou impossibilidade da burguesia mercantil de Buenos Aires, que havia expulsado o vice-rei do Prata e liderado o processo de independência, em unificar as províncias e estabelecer um governo centralizado foi responsável pela *anarquia* dos primeiros anos da nova República e abriu o caminho para o fenômeno do *caudilhismo* na região do Prata.

"Os federalistas querem não só que Buenos Aires não seja capital, mas que, como pertencente a todas as Províncias, divida

com elas o armamento, os direitos aduaneiros e demais rendimentos gerais." (Trecho do jornal *La Gaceta*, 1820. CARRETERO, A.M., *Anarquía y Caudillismo*, Ediciones Pannedille, p. 18.)

De um modo geral, os comerciantes de Buenos Aires eram partidários de idéias monárquicas e centralistas ou unitárias, enquanto as províncias eram republicanas e federalistas. Durante algum tempo, os conflitos entre o porto e as províncias traduziram-se, ideologicamente, pelas lutas entre as correntes monárquica e republicana. Abandonada a idéia monárquica, os portenhos passaram a defender uma república fortemente centralizada, enquanto os elementos provinciais pretendiam maior autonomia econômica, fiscal e política, através da organização de um sistema federativo, nos moldes dos Estados Unidos.

O *Congresso de Tucumã*, em 1816, proclamou a independência das *Províncias Unidas da América do Sul*, sob a direção suprema do general Juan Martín de Pueyrredón, de tendências monárquicas, partidário da idéia da vinda de um príncipe europeu para governar o Prata. A Constituição de 1819, tentando impor o centralismo, contribuiu para a guerra civil, que se prolongou até o ano seguinte. "Ela divide os três poderes, executivo, legislativo e judiciário. Na primeira sessão consagra a religião católica como a do Estado. O poder legislativo, por sua vez, está composto por duas câmaras, a dos Senadores e outra de representantes. O Senado se forma com representantes do Exército, do clero, da Universidade, e do diretor supremo (...)" (CARRETERO, A.M., *op. cit.*, p. 35.)

A ameaça representada pelo Brasil, devido à guerra com a Argentina (1825), pela disputa da Banda Oriental (anexada ao império brasileiro sob o nome de província Cisplatina), concorreu para a unificação das províncias litorâneas em torno de Buenos Aires.

Em 1826, uma nova Constituição organizou a *República Argentina*, sendo escolhido Bernardino Rivadavia, chefe do Partido Unitário de Buenos Aires, para presidente. A tentativa de impor um controle unitário, entretanto, fracassou. A *oposição das províncias* resultou na renúncia do presidente, a que se seguiu um novo período de anarquia, em que as lutas entre os caudilhos assumiram o primeiro plano. Dessas lutas, saiu

vitorioso o líder federalista Juan Manuel de Rosas, grande proprietário de gado da província de Buenos Aires.

b) Viva Rosas!

Em 1829, Rosas tornou-se governador de Buenos Aires, e, mais tarde, em 1835, foi *investido de poderes ditatoriais*, quando, então, estendeu a autoridade central sobre praticamente toda a Argentina, que, sob a força das armas, governou até 1852. Rosas representava os interesses federalistas dos grandes proprietários provinciais contra os projetos hegemônicos da burguesia de Buenos Aires. Contando com o apoio dos pequenos comerciantes e da massa rural (peões), o governo Rosas conseguiu manter unificado o país, sob o controle da província de Buenos Aires.

Foi praticada uma *política econômica* de cunho *nacionalista*. Atendendo aos interesses dos produtores de charque, instaurou-se o protecionismo alfandegário na província de Buenos Aires. O cultivo do trigo também foi incentivado, e foram satisfeitas as pretensões dos pecuaristas em estender suas propriedades e controlar a mão-de-obra indígena, através da incorporação de vastos territórios, ainda ocupados pelos índios, à *exploração pecuária*.

No *plano político interno*, os unitaristas, acusados de estrangeirados, foram duramente perseguidos, sobretudo entre 1839-1840; contudo, unidos aos partidários de José Frutuoso Rivera, chefe dos colorados (liberais) do Uruguai, e às oligarquias rurais argentinas dissidentes, fizeram sistemática oposição ao regime de Rosas.

Externamente, o governo teve de enfrentar as intervenções armadas da França e da Inglaterra, descontentes com as restrições à navegação no rio da Prata. O prolongamento das lutas internas no Uruguai, entre os colorados de Rivera e os blancos de Manuel Oribe — estes últimos apoiados pelo governo de Rosas —, e a declaração de guerra do governo Rivera determinaram o ataque direto contra Montevidéu, em 1843, que foi sitiada pelas forças conjuntas de Oribe e Rosas. A guerra durou cerca de dez anos, envolvendo não só os dois países platinos, mas também o *Império do Brasil*, cujos interesses de navegação no Prata e negócios pecuaristas e financeiros no Uruguai (onde apoiava os riveristas) seriam ameaçados pela política de Rosas.

As circunstâncias da guerra, entre as quais a interrupção do escoamento das mercadorias, provocaram o descontentamento de parcela considerável de comerciantes, artesãos e fazendeiros das províncias litorâneas, que retiraram o apoio a Rosas. Levantaram-se contra o caudilho as forças conjugadas das *facções dissidentes das oligarquias provinciais* (Entre Rios e Corrientes), do *Império do Brasil* (a pretexto de defender a soberania do Uruguai) e dos *grupos uruguaios contrários a Oribe*. A ação intervencionista, cujo comando supremo coube ao general Justo José Urquiza, caudilho da província de Entre Rios, derrotou as forças de Buenos Aires, na batalha de Monte Caseros (1852), pondo fim ao conflito e à ditadura de Rosas.

c) A reação oligárquica

Com a queda de Rosas, a oposição federalista dissidente ganhou proeminência política através do general Justo José Urquiza, o vencedor da batalha de Monte Caseros. As oligarquias provinciais, em sua maioria, manifestaram apoio ao projeto de criação de uma *união federativa constitucional*, enquanto o grupo portenho a ele se opôs frontalmente. Buenos Aires não queria perder os privilégios de que dispunha, sobretudo as rendas da sua alfândega, que recebia 35% dos direitos de importação, pagos pelos comerciantes do país. A igualdade entre as províncias implicaria a perda do quase monopólio de Buenos Aires sobre as rendas do comércio com o exterior.

Em 1853, formou-se a *Confederação Argentina*, cujo corpo legal foi expresso por uma nova Constituição, de caráter federalista.

"Essa Constituição de 1853, em sua forma definitiva, fazia da Argentina uma República federal com um Presidente e um Vice-Presidente eleitos para um período de seis anos por um colégio eleitoral puramente teórico, como nos Estados Unidos (...) O Congresso era formado de duas câmaras — a de Deputados, eleita segundo o princípio de representação proporcional, e o Senado, composto de um número igual de Senadores para cada Estado, eleitos pelas assembléias legislativas estaduais. Os poderes do governo central sobre os Estados incluíam o direito de (...) intervir nos Estados (...) e o direito de aprovar as

Constituições estaduais antes que estas entrassem em vigor. A religião Católica Romana tornava-se religião oficial da nação e o Presidente devia ser católico. A própria Igreja recebia subsídio do governo, que, no entanto, reservava para si o padroado ou controle dos assuntos seculares da Igreja e o direito de indicar seus candidatos para o preenchimento de cargos eclesiásticos." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 349.)

Em 1854, Urquiza foi eleito o primeiro presidente da Confederação Argentina, cuja capital era Paraná, no estado de Entre Rios, visto que Buenos Aires se conservava fora dela. O novo governo abriu ao comércio e à navegação de países estrangeiros — Estados Unidos, Inglaterra e França — os rios Paraná e Uruguai, confirmou um tratado de defesa mútua com o Império do Brasil, e abriu as portas da Argentina à grande imigração estrangeira. Pela Constituição de 1853, os estrangeiros gozavam de igualdade de direitos aos argentinos. A criação de ovinos (principalmente para produção de lã) começou a adquirir grande importância, sobretudo no Estado de Buenos Aires, que, em 1860, entrou na Confederação.

"Tão lisonjeiro resultado demonstra palpavelmente que, se uma parte de nossa indústria rural vai decrescendo fundamentalmente [refere-se aos couros], em troca outra mais produtiva e de vantajosos resultados para a moralização de nossas populações vai adquirindo proporções tão grandes, que revela que, em muito poucos anos, o Estado de Buenos Aires não terá competidor quanto à quantidade de lãs com que abastece todos os mercados." (Comentário de Justo Maeso sobre o comércio de exportação de Buenos Aires em 1855. CONDE, R.C. e GALLO, E., *op. cit.*, p. 62.)

Também o cultivo do trigo teve grande crescimento, ao mesmo tempo em que a construção de ferrovias iniciava a "eliminação do secular isolamento regional existente no país e a conseqüente integração de um vasto mercado nacional". (CONDE, R.C. e GALLO, E., *op. cit.*, p. 47.)

Embora Buenos Aires passasse a fazer parte da Confederação Argentina, esse fato não representou o *fim da guerra civil*. Tendo derrota-

do as forças portenhas, comandadas pelo general Bartolomeu Mitre, o governo de Urquiza estabeleceu com o grupo dominante de Buenos Aires um acordo, em 1860, em que fez várias concessões. Entretanto, as pretensões hegemônicas da oligarquia portenha, ainda não satisfeitas, levaram a nova rebelião, em que as forças comandadas por Mitre (governador de Buenos Aires) derrotaram o exército de Urquiza (1861). Mitre tornou-se presidente provisório, transferiu a capital para Buenos Aires e, em 1862, elegeu-se presidente da República Argentina. Sob a direção de Buenos Aires, a Argentina alcançava a unidade nacional, e, assim, as classes dominantes puderam dedicar-se mais tranqüilamente ao projeto de fazer da Argentina uma espécie de *estância gigantesca*, voltada para a produção da carne, do trigo, e demais atividades *orientadas para a exportação*.

No *plano externo*, ocorreu a Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual a Argentina, o Brasil e o Uruguai (a Tríplice Aliança) derrotaram as forças de Solano López e arrasaram a economia do Paraguai, cuja população em grande parte foi exterminada. Durante esse conflito, a Argentina conheceu fase de grande expansão agrícola, pecuária e comercial.

d) A vitória do federalismo

As pretensões separatistas ou de autonomia de Buenos Aires e o caudilhismo continuaram a ser um *problema para o governo central* durante a presidência de *Domingo Faustino Sarmiento*, sucessor de Mitre em 1868. O partido portenho cindira-se em duas facções: os *autonomistas*, liderados por Adolpho Alsina, e os *nacionalistas*, que pretendiam a federalização de Buenos Aires, apoiados por Mitre. A eleição de Sarmiento, tendo como vice-presidente Alsina, representou uma tentativa de conciliação entre os grupos dominantes.

Para a ideologia do liberalismo argentino, assentada no racismo, a etnia e a cultura européias eram as portadoras da Civilização: "a 'Civilização' possibilitava as bases da dominação; era o porto, as cidades do litoral, a burguesia comercial, os proprietários de terras e os pecuaristas, os 'doutores'. Eram as ferrovias e sobretudo as máquinas que derrotaram a resistência popular do interior. Esta era a 'Barbárie', os gaúchos,

os índios, as *montoneras* [forças militares não-regulares que lutavam contra as tropas do governo]". (Trecho do depoimento de Ana Lídia Payró, Revista *Crisis*, nº 8, p. 12.) Na realidade, o conflito Civilização *versus* Barbárie tentou encobrir a luta de classes, a luta das massas populares pela libertação nacional e social.

O quadro político argentino, desde a queda de Rosas (1852) até 1880, apresentava-se tumultuado por três facções que compunham as correntes de opinião e de interesses de *Buenos Aires*, das *províncias litorâneas* e das *províncias do interior*. Dois grandes partidos políticos disputavam o jogo do poder: o *Partido Federal* e o *Partido Liberal*. As oligarquias provinciais agrupavam-se no Partido Federal (liderado por Urquiza) e defendiam o federalismo, a livre navegação dos rios e a nacionalização das rendas aduaneiras. O grupo portenho encabeçava o Partido Liberal, dividido entre *nacionalistas* (Mitre), favoráveis à federalização de Buenos Aires (as rendas aduaneiras do principal porto do país deveriam ser controladas pelo governo federal) e *autonomistas* (Valentín Alsina), contrários à federalização.

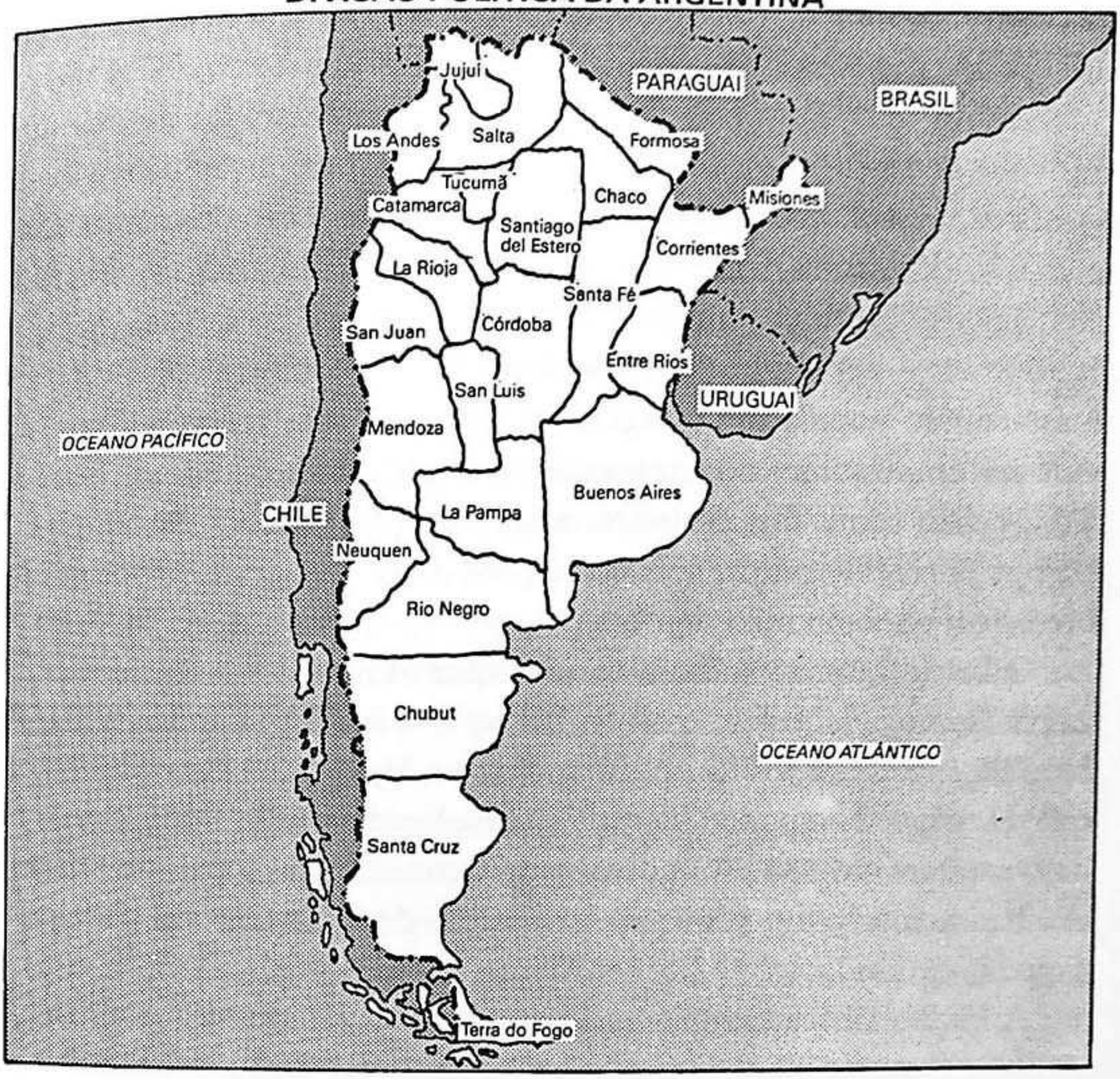
Entretanto, a partir de 1880, começou a impor-se na vida política argentina uma nova agremiação partidária, o *Partido Nacional*, agrupando elementos portenhos (autonomistas) e provinciais, que, uma vez no poder, trataram de substituir o federalismo por uma centralização cada vez maior das decisões políticas em Buenos Aires, reduzindo a autonomia provincial. É importante destacar que, em 1880, depois de uma guerra civil entre as facções provinciais e portenhas, a cidade de Buenos Aires foi incorporada ao sistema federal, tornando-se a capital da República. A província de Buenos Aires passou a ter uma nova capital, La Plata.

e) Radicais... mas não tanto

(...) Promover e defender a liberdade das Províncias Unidas (...) e sua independência do Rei da Espanha (...) e de toda outra dominação estrangeira.

(Emenda à fórmula de juramento da Declaração de Independência, 1816)

DIVISÃO POLÍTICA DA ARGENTINA



O processo de centralização política foi estimulado pela expansão da economia argentina depois de 1880:

"(...) seus interesses se voltavam cada vez mais decididamente para a Europa, onde as transformações técnicas e sociais criavam novas e promissoras oportunidades para os produtos argentinos."

"Enquanto decrescia a demanda de carnes salgadas nos países escravistas, aumentava a de lã e cereais nos países industrializados que desenvolviam uma vigorosa indústria têxtil e preferiam dedicar suas manadas à alimentação dos densos núcleos urbanos concentrados com o desenvol-

vimento industrial. Lãs e cereais foram, pois, os produtos que parecia necessário produzir." (ROMERO, J.L., *Breve Historia de la Argentina*, EUDEBA, pp. 56 e 57.)

A nova orientação econômica implicou a importação de máquinas agrícolas da Inglaterra e dos Estados Unidos, a introdução de navios-frigoríficos, a ampliação da rede ferroviária, o cercamento dos campos para a criação de ovinos e o extraordinário afluxo de imigrantes espanhóis, alemães e sobretudo italianos. O governo, exercido desde 1880 por Julio Roca — general que se havia destacado na conquista da Patagônia, massacrando populações indígenas e tomando suas terras —, contraiu vultosos empréstimos no estrangeiro. A população indígena viu-se reduzida, e suas terras foram abertas à colonização branca. Entretanto, os europeus recém-vindos, sem condições de se tornarem proprietários, ofereciam-se como mão-de-obra.

O Partido Autonomista Nacional, fundado por Julio Roca, dominava praticamente absoluto e *controlava as eleições.* Agrupando os grandes caudilhos interessados na produção (carne, lã, cereais) para exportação, o PAN colocou no poder *Juárez Celman*, ligado a Julio Roca, cujo mandato expirara em 1886. O governo de Celman levou o país praticamente à bancarrota, o que provocou a oposição de alguns setores portenhos, expressa na fundação da *União Cívica.*

A União Cívica agrupava não somente os *setores médios de Buenos Aires* — fruto da imigração e do incremento das atividades urbanas —, como também os *grupos oligárquicos provinciais* sem voz no governo central, além de outros elementos, como os *católicos*, descontentes com as medidas contrárias à Igreja Católica (é o caso da criação do Registro Civil em 1884, que retirava das instituições eclesiásticas a função do registro dos nascimentos, óbitos e casamentos). Acrescente-se que havia na sociedade argentina um setor interessado no desenvolvimento industrial, estrangulado pelo modelo econômico voltado para fora, em virtude do qual os artigos ingleses concorriam vantajosamente no mercado nacional. Assim, o grosso da *oposição argentina*, abrangendo os grupos descontentes com o predomínio da oligarquia agrária, com os abusos do poder econômico, da máquina eleitoral corrupta e das restrições à participação dos setores médios na política nacional, concentrou-se na

União Cívica: a pequena burguesia urbana, setores militares e elementos provinciais.

Em 1890, eclodiu uma *revolta radical* contra o governo de Celman, que, embora derrotada, levou à renúncia do presidente

> *A Revolução, Sr. Presidente, está derrotada, mas*
> *o governo deixou de existir.*
>
> (Manuel Pizarro, no Senado argentino)

Esse movimento, de caráter fundamentalmente urbano, em virtude da crise que afetava as finanças e o comércio, contou com a participação de setores populares, em função da queda dos salários reais.

O PAN era o partido das oligarquias agroexportadoras, do livre-cambismo, da aliança com o imperialismo: era o núcleo da grande burguesia agrária. A União Cívica, partido típico da pequena burguesia das cidades, pretendia eleições livres e democráticas. Entretanto, as próprias limitações e divisões de classe e a ideologia pequeno-burguesa dessa agremiação política dificultavam uma luta contra o predomínio oligárquico e o imperialismo. Naquele momento, em que as forças populares — operariado e campesinato — não se encontravam organizadas, nenhuma força social poderia liderar vantajosamente a luta contra a classe dominante e o capital monopolista estrangeiro. Além disso, a União Cívica não pretendia alterar o quadro do desenvolvimento capitalista, pois a prosperidade dos setores que a integravam adveio precisamente das condições da expansão econômica do litoral argentino.

Para evitar o agravamento da crise social, os líderes do PAN e da União Cívica — Roca e Mitre, respectivamente — fizeram um acordo, mediante o qual a presidência caberia a Mitre e a vice-presidência a um membro do PAN. Opondo-se a esta manobra, a pequena burguesia radical, liderada por Leandro Alem, formou a *União Cívica Radical*, que, opondo-se à União Cívica Nacional, de Mitre, propunha-se a tomar o poder, se necessário pela força. Uma nova tentativa de conciliação, com a escolha de Luis Sáenz Peña para presidente, também não foi aceita pela UCR. Em vista disso, o governo decretou a lei marcial, e os principais

líderes radicais, entre os quais destacava-se Hipólito Irigoyen, foram deportados. Entre 1892 e 1912, os radicais continuaram, na clandestinidade, a sua luta contra o PAN.

f) Uma nova força social: a classe operária

A partir do final do século XIX, a *classe operária, engrossada pelo considerável contingente de imigrantes*, começou a desempenhar um papel político na vida argentina. Começaram a ser agitados os problemas trabalhistas, como as questões de salários e a duração da jornada de trabalho. Nos primeiros anos do século XX, foram freqüentes as *greves gerais*, como as de 1902 e 1907, que paralisaram Buenos Aires. O governo sempre respondeu com a repressão, colocando a polícia e o exército contra os trabalhadores. Grande parte das lideranças operárias era formada por estrangeiros, de ideologia anarquista e que traziam a tradição do sindicalismo europeu, o que levou o governo de Julio Roca, eleito em 1898, a aprovar a *Lei de Residência*, que deportava os estrangeiros acusados de perturbar a ordem pública.

O movimento operário era conduzido pelos socialistas e anarquistas, nesta fase. O *Partido Socialista*, fundado por Juan B. Justo em 1896, tornou-se a maior organização política do proletariado naquela época.

> "O capital inglês conseguiu o que seus exércitos não lograram. Nosso país é, hoje, tributário da Inglaterra (...) o ouro que os capitalistas retiram da Argentina ou carregam para seu país, sob a forma de produtos, beneficia-nos tanto como os irlandeses se beneficiam com as rendas que os senhores ingleses extraem da Irlanda." (Juan B. Justo, 1896. STEIN. S.J. e STEIN, B.H., *op. cit.*, pp. 116 e 117.)

Os setores anarquistas controlavam a organização conhecida como FORA (Federación Obrera Regional Argentina), que cresceu consideravelmente durante o período, tanto que, em 1920, contava com cerca de 700 mil associados.

Entretanto, a unidade e ação do movimento operário era dificultada

pelas divergências entre socialistas e anarquistas. Mesmo assim, foram obtidas algumas conquistas parciais, como o descanso semanal aos domingos, demonstrando que o governo não podia mais ignorar os operários. Também a União Cívica Radical passou a notar a presença cada vez maior da classe operária, à medida que a atividade industrial se desenvolvia e crescia a consciência de classe entre o proletariado.

Nas eleições de 1904, um candidato do Partido Socialista, Alfredo Palacios, chegou ao Parlamento como deputado. A organização operária se aperfeiçoava e crescia a tensão social. A eleição de Manuel Quintana, representante das oligarquias, levou a UCR, agora dirigida por Hipólito Irigoyen, a uma nova revolta, em 1905, que contou com apoio militar e repercutiu em várias províncias, mas foi sufocada pelo governo. Embora não tivesse contado com a participação popular, serviu de pretexto para o governo de Quintana perseguir o movimento operário.

A sucessão presidencial de 1910 foi marcada pelas greves e pelo crescimento da oposição radical. O novo presidente, Roque Sáenz Peña, embora de origem oligárquica, buscou novos rumos políticos, na medida em que seu governo sancionou a *lei de defesa social* — passando a controlar o movimento sindical — e estabeleceu a *lei eleitoral*, ampliando o direito de voto, que se tornou secreto e obrigatório para os cidadãos maiores de 18 anos. Procurava-se, assim, limitar o poder da oligarquia agrária, que manipulava a máquina eleitoral em seu benefício, utilizando o voto dos peões e dos imigrantes naturalizados.

Ao mesmo tempo em que o governo de Roque Sáenz Peña se mostrava atento à crescente força da União Cívica Radical — e a nova lei eleitoral foi um sintoma desse fato —, as lideranças da UCR procuravam aproximar-se da classe operária. Sob sua iniciativa, foram aprovadas várias leis, entre 1912 e 1915, que se dirigiam aos trabalhadores, como a responsabilidade dos patrões sobre os acidentes de trabalho, a criação de um departamento nacional do trabalho, construção de casas populares e pensões para os ferroviários.

A Primeira Guerra Mundial, na qual a Argentina se manteve neutra, permitiu um *surto de desenvolvimento industrial* (têxteis, móveis e outras indústrias leves), além da *expansão das relações comerciais com a Inglaterra e os Estados Unidos.*

A reforma eleitoral (Lei Sáenz Peña) possibilitou a ascensão da UCR ao poder nas eleições de 1916, dando a vitória ao seu dirigente, Hipólito Irigoyen. O programa político do partido orientava-se sobretudo para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores urbanos. "Os setores sociais que chegaram ao poder com a vitória do radicalismo apresentavam uma fisionomia muito diferente da que caracterizou a geração de 80. Salvo exceções, compunham-na homens modestos, de tronco *criollo* alguns e de origem imigrante outros. O radicalismo, que em seus começos expressava as aspirações dos setores populares *criollos*, afastados da vida pública pela oligarquia, havia logo acolhido também aos filhos de imigrantes que aspiravam a integrar-se na sociedade, abandonando a posição marginal de seus pais." (ROMERO, J.L., *op. cit.*, p. 71.)

A partir desse momento, uma nova era começava para o país: despontava uma economia industrial (em 1907 havia começado a exploração do petróleo), as atividades agrícolas superavam as pecuaristas. Essa nova era beneficiaria grandemente os produtos agropecuários, mas as mudanças nas estruturas político-sociais acirrariam as contradições entre a grande burguesia agroexportadora, a pequena burguesia e o operariado.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Caracterizar o caudilhismo como fenômeno político.
2. Analisar as estruturas econômica, social e política da América Latina desde a Independência até o fim da primeira metade do século XIX.
3. Apontar as mudanças econômicas ocorridas na América Latina na segunda metade do século XIX.
4. Resumir a questão agrária no México.
5. Comentar a modernização da economia mexicana no século XIX, tendo em vista a situação das classes populares.
6. Apontar as características da evolução política no México e o papel da Constituição de 1857.
7. Identificar as razões do conflito litoral *versus* interior na Argentina.

8. Dar o significado histórico da ditadura de Rosas.

9. Correlacionar crescimento da economia argentina, imigração e formação dos partidos políticos de oposição ao predomínio oligárquico.

10. Comparar a evolução socioeconômica e política do México e da Argentina no século XX.

Parte V

OS NORTE-AMERICANOS COMEÇARAM A OLHAR PARA LONGE

Os Estados Unidos no século XX: Expansão e crise

O QUE VAMOS ESTUDAR

Os Estados Unidos iniciaram uma vigorosa política imperialista a partir do final do século XIX e começos do século XX. O imperialismo europeu viu-se ameaçado pela expansão do capitalismo norte-americano, pelo menos no que tocava à América Central e ao Caribe. As atenções norte-americanas também se dirigiram ao oceano Pacífico, chocando-se com os interesses de nova potência emergente — o Japão. O protetorado sobre Cuba, a Questão do Canal do Panamá e inúmeras intervenções armadas na América Latina no decorrer do século XX consolidaram a *influência política e econômica dos Estados Unidos* sobre esta parte do mundo: aplicou-se o *Big Stick*, justificado pelo *Corolário Roosevelt*.

Dentro da lógica feroz do capitalismo, era inevitável que, uma vez consolidadas as fronteiras e a economia interna, os Estados Unidos voltassem seus olhos e seu apetite para as regiões vizinhas do Caribe e ao sul

do rio Grande — consideradas quintal do colosso norte-americano. A doutrina do *Destino Manifesto* fundamentou ideologicamente a expansão imperialista dos Estados Unidos sobre as instáveis repúblicas latino-americanas, confirmando a afirmação de Simon Bolívar de que "os Estados Unidos parecem destinados pela Providência para cumular a América de misérias em nome da liberdade".

> "O que quer que façam ou não, *os norte-americanos devem agora começar a olhar para longe.*" (Almirante Alfred T. Mahan, ideólogo do imperialismo norte-americano. MORISON, S.E., e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo II, p. 447.)

Internamente, a economia norte-americana absorveu, entre 1880 e 1920, cerca de quarenta milhões de imigrantes, vindos de regiões empobrecidas da Europa. A agricultura foi desenvolvida em escala semelhante à do crescimento industrial verificado na época da Guerra de Secessão. A expansão da siderurgia e da exploração petrolífera, além do aperfeiçoamento e da ampliação dos meios de transporte (sobretudo a rede ferroviária), concluiu a primeira fase do desenvolvimento industrial norte-americano. Saindo de seu apregoado *isolacionismo*, os Estados Unidos beneficiaram-se do crescimento estimulado pela necessidade de abastecer os Aliados na Primeira Guerra Mundial, e pela participação direta no conflito, a partir de 1917.

Com o término da guerra, os Estados Unidos eram credores da Europa, e sua prosperidade econômica, durante a década de 1920, parecia não ter fim. Enquanto os países europeus, afetados pela guerra, ensaiaram experiências de controle estatal em alguns setores da economia, os Estados Unidos defenderam a livre empresa e a livre concorrência, embora, na prática, a concentração monopolística e o protecionismo alfandegário dominassem a economia norte-americana. Em 1929, os Estados Unidos já possuíam uma capacidade industrial quatro vezes maior que a da Alemanha e seis vezes maior que a da Inglaterra...

Entretanto, a *crise geral do capitalismo*, cuja primeira etapa se havia evidenciado com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Socialista na Rússia, afetava a demanda no mercado mundial. Os produtos norte-

americanos não encontravam compradores suficientes — e uma crise de *superprodução* abalou as bases da aparentemente sólida economia norte-americana, logo se refletindo em todo o mundo capitalista. A *Crise de 1929* e a *Grande Depressão*, que se lhe seguiu, mostraram um país onde milhões de pessoas perderam suas economias, fábricas fecharam, bancos faliram e milhões de desempregados procuravam trabalho pelas ruas.

Passado o choque inicial, o capitalismo norte-americano, durante o *New Deal* do presidente Franklin Roosevelt, buscou reorientar-se no sentido de evitar repetições dos fatos ocorridos nos primeiros anos da década de 1930. Externamente, a diplomacia norte-americana, através da *Política da Boa Vizinhança*, tentou a reaproximação com os países latino-americanos, muitos deles desconfiados ou reticentes quanto às verdadeiras intenções do Grande Irmão do Norte...

O Banquete

Nota:
Este banquete deve ser pago com
royalties, juros de empréstimos e
importação de produtos industrializados.

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, um fenômeno gerado das entranhas do capitalismo ameaçava os povos democratas e o próprio capitalismo norte-americano: o *fascismo*. Abandonando suas afirmativas de neutralidade, os Estados Unidos lançaram-se na Segunda Guerra Mundial, da qual saíram fortalecidos e com incontestável hegemonia sobre o Mundo Ocidental e capitalista, enquanto a ex-União Soviética, por sua vez, serviu de exemplo para a implantação do socialismo inicialmente nos países do Leste Europeu. A *expansão do socialismo* ameaçava os interesses capitalistas norte-americanos e europeus — daí a *Guerra Fria*, que polarizou o mundo em dois grandes blocos antagônicos: o *bloco capitalista*, liderado pelos *Estados Unidos*, e o *bloco socialista*, cuja vanguarda era a antiga *União Soviética*.

Internamente, a vida política norte-americana, após 1945, continuou a ser dominada pelos tradicionais Partidos Republicano e Democrata, que se revezavam no poder. Por sua vez, o imperialismo norte-americano, impondo-se cada vez mais ao chamado *Terceiro Mundo*, criou múltiplas dependências e compromissos, o que acabou impulsionando a contra-ofensiva popular.

Episódios como a Revolução Chinesa, a Guerra da Coréia, a Revolução Cubana e a crise dos mísseis, as mudanças na África e no Mundo Árabe, a Guerra do Vietnã e as diversas insurreições e revoluções ocorridas na América Latina tiveram repercussão na vida norte-americana, já agitada pelas lutas das minorias (negros, mulheres, índios). Nenhum país, hoje em dia, pode ficar indiferente às oscilações da economia norte-americana e do dólar. Isso é particularmente importante para os países da América Latina, dos quais os Estados Unidos são os banqueiros, grandes compradores e principais fornecedores. As políticas interna e externa norte-americanas são seguidas pelo mundo inteiro com atenção, e, no caso da América Latina em especial, com bastante inquietação.

Ao findar a década de 1980 e nos primórdios da década seguinte, a desintegração da URSS e o fim do Mundo Socialista contribuíram para deixar os Estados Unidos como maior potência da Terra.

Seus governantes se arrogaram até mesmo o direito de funcionarem como *polícia do mundo*! Há até quem afirme ser o *Big Stick* levado a

todos os continentes e não, como originalmente ocorreu, aplicável no continente americano.

Contudo, a economia norte-americana — apesar da evidente recuperação no governo Bill Clinton — tem enfrentado problemas em face do crescimento econômico da Alemanha e do Japão.

UNIDADE I — DO VENTRE DA INJUSTIÇA NASCEM OS VAGABUNDOS E OS MILIONÁRIOS

Os Estados Unidos Antes da Primeira Guerra Mundial

1. UM CONVITE GERAL AOS POVOS DO MUNDO

Dai-me vossos cansados, vossos pobres,
vossas massas confusas que anseiam por
respirar livremente,
o desgraçado refugo
de vossas plagas prolíficas.
Mandai-me esses, os sem-lar, os açoitados
pela tempestade:
Ergo meu farol por cima da porta dourada.

(Emma Lazarus, *O novo colosso*)

Em 1886, os Estados Unidos receberam da França a Estátua da Liberdade, em cuja base lê-se o poema de Emma Lazarus. Suas palavras, contudo, mais que um convite, eram a esperança dos povos do Velho Mundo, que acorreram à América em uma avalanche humana que incluía desde irlandeses e alemães até austríacos e húngaros do vale do

Danúbio; desde italianos das margens do Arno ou das montanhas da Sicília até russos do Volga ou das grandes estepes da Ucrânia. De 1890 a 1914 afluíram cerca de 14.750.000 imigrantes para os Estados Unidos, principalmente alemães, italianos, irlandeses e eslavos. Foi, sem dúvida, uma notável experiência imigratória, e sociologicamente significou uma complexa herança cultural e étnica temperada com as idéias e com o *american way of life*, através dos anos.

Nesse período, o desenvolvimento industrial e a necessidade de mão-de-obra barata, além da propagação das estradas de ferro e companhias de navegação, e ainda fenômenos externos como a superpopulação da Europa Oriental e do Sul determinaram mudanças das fontes de imigração, passando a supremacia aos italianos e eslavos.

A importância dessa mudança nas fontes de imigração deu-se na medida em que, se *os estrangeiros das primeiras levas dirigiram-se ao campo, os novos imigrantes foram atraídos pelas cidades*, engrossando o proletariado das milhares de fábricas.

Mas, se o crescente desenvolvimento industrial e conseqüente aumento da capacidade produtiva do capitalismo deveriam supor a abolição das privações e da miséria do homem, não foi esse o resultado, pelo menos para aqueles que geravam toda a riqueza: os trabalhadores, compostos em sua maior parte, então, pelos imigrantes. "Na década de 1880, as condições das habitações coletivas nas cidades norte-americanas tornaram-se tão sórdidas quanto nos centros industriais do Velho Mundo: antros geradores do vício, do crime e de epidemias. Em 1890, dois terços da população da cidade de Nova Iorque acumulavam-se em habitações coletivas." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, tomo II, p. 325.)

No princípio do século XX, outros dois grandes grupos étnicos começaram a chegar aos Estados Unidos: canadenses e mexicanos. Enquanto os primeiros não apresentaram problemas mais sérios do que os habituais a todos os estrangeiros, a imigração vinda do México criou uma grave questão, não só pelas relações de trabalho — a maioria de analfabetos e trabalhadores agrícolas ocasionais aceitava baixos salários —, mas também por enfrentar a discriminação racial, a exemplo do que ocorrera com os imigrantes chineses no final do século XIX.

Desde a Guerra de Secessão até o fim da Primeira Guerra Mundial houve luta constante entre os defensores e os adversários das restrições à imigração. A *primeira lei geral de imigração surgiu em 1822*, dando início a uma série de atos federais que constituíram uma política de seleção. Leis posteriores excluíam os pobres, os anarquistas, os doentes, os polígamos, as prostitutas e os alcoólatras. Uma lei de 1917 criou uma zona proibida que compreendia a Índia, a Indochina e outras regiões da Ásia. A imigração da China e do Japão, já limitada pelo Acordo de Cavalheiros (1907), foi totalmente abolida em 1924.

Em geral discriminatória e preconceituosa, *a política de regulamentação dos imigrantes visava* principalmente a *afastar a ameaça da agitação anarquista* na classe operária e *preservar a sociedade norte-americana da influência resultante da mistura com os europeus do Oriente e do Sul*, como definiu Thomas Bailey Aldrich em seu poema *Unguarded Gates* (Portões sem guarda): "Um poema no qual protesto suavemente contra o perigo de a América tornar-se a latrina da Europa."

Terminado o período da imigração, quem mais lucrou?

"O mundo dos negócios norte-americanos beneficiou-se enormemente do inexaurível manancial de trabalhadores não-especializados e semi-especializados. As companhias de navegação que os traziam para a América e as estradas de ferro que os levavam a seu destino foram as primeiras a lucrar. Mas o proveito maior foi das companhias fabris e de mineração, pois podiam expandir suas operações, para atender a mercados cada vez maiores, sem aumento das despesas com mão-de-obra de baixa qualificação. Ademais, o afluxo de imigrantes significava maior número de fregueses para os varejistas norte-americanos, maior número de compradores de artigos fabris baratos e a ampliação do mercado de habitação." (ROBERTSON, R.M., *História da economia americana*, volume II, Distribuidora Record, p. 468.)

2. A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA: A UNIÃO FAZ A FORÇA

O crescimento da Nação e todas as nossas atividades estão nas mãos de uns poucos homens.

(Woodrow Wilson, 1911.)

Na segunda metade do século XIX, a sociedade norte-americana passou por *importantes transformações econômicas, políticas e sociais.* A utilização da máquina em grande escala foi certamente o principal fator do *grande desenvolvimento industrial* dos Estados Unidos desde a Guerra Civil até princípios do século XX. Para se ter uma idéia, de 1870 até a Crise de 1929, a energia instalada nas fábricas norte-americanas aumentou cerca de 2.000%. Do mesmo modo, se em 1860 os Estados Unidos ocupavam o quarto lugar entre as grandes nações do mundo, em 1894 passaram ao primeiro posto.

Nesse período de mecanização da indústria, *apareceram os monopólios* que concentravam a riqueza gerada pelos trabalhadores nas mãos de poucos. Nesse contexto, cabe responder a uma importante questão: como se deu a relação dos operários com as máquinas e com os donos das máquinas?

"Na verdade, alguns desenvolvimentos que contribuíram para o crescimento industrial da América constituíam desvantagens para o trabalho (...) A mecanização tendia, em seu conjunto, a reduzir os padrões de trabalho. As habilidades que os trabalhadores haviam adquirido dolorosamente deixavam de ter seu antigo valor, pois a máquina poderia produzir melhor, mais barato e mais rápido a maioria das coisas que um artesão treinado havia feito (...) os trabalhadores foram reduzidos a uma simples peça de um processo mecânico (...) A maquinaria também tinha a tendência a assumir o lugar do operário na economia da indústria. Ela representava um enorme investimento de capital, poderia trabalhar vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana (...) O desemprego em grande escala é um produto da era das máquinas." (NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *História dos EUA*, Bloch Editores, pp. 258 e 259.)

Com isso, ao invés de um operário especializado para uma ferramenta não-especializada, passou-se a ter uma ferramenta especializada para um operário não-especializado.

Mas isso não foi tudo. Se na pequena indústria mantinham-se relações próximas com os operários e suas famílias...

> "Há poucas gerações, o patrão conhecia todos os que trabalhavam em sua oficina; ele chamava seus empregados pelo nome; perguntava sobre suas esposas e filhos; trocava histórias, piadas, e, às vezes, um pedaço de fumo com eles. Nos pequenos estabelecimentos havia uma relação humana, amistosa entre empregador e empregado." (Trecho de manuscrito de Theodore Roosevelt. NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 259.)

...o que facilitava a negociação entre empregados e patrões; com o surgimento dos consórcios essas relações adquiriram um caráter impessoal, já que tudo passou a ser feito através dos representantes dos patrões, no caso, os gerentes.

Se, por um lado, isso prejudicou os trabalhadores individualmente, por outro beneficiou-os como classe, revelando-lhes o *antagonismo de interesses entre operários e patrões*, impondo-lhes a *necessidade de organização como única arma de defesa* à opressão patronal.

Venha conosco, operário, juntar-se à rebelião;
E se estiver descontente, venha nos dar sua mão;
Combatemos parasitas, que expulsaremos
de nosso chão
Com um grande sindicato industrial!

(*Vamos fazer o Diabo*, canção dos
Trabalhadores Industriais Mundiais)

Contudo, os Trabalhadores Industriais Mundiais (TIM), que defendiam um sindicalismo revolucionário, surgiram somente em 1905. Antes existiam duas importantes organizações: a Nobre Ordem dos Cavaleiros

do Trabalho (1869) e a Federação Americana do Trabalho (1886). A primeira era uma sociedade secreta abrangendo desde operários, especializados ou não — sem distinção de cor ou sexo —, até fazendeiros e alguns empregadores. Abordava fundamentalmente um *sindicalismo paternalista e conciliador.*

A Federação Americana do Trabalho (AFL), composta por vários sindicatos, propunha um *sindicalismo de negociações e extremamente pragmático.* Contrariamente aos Cavaleiros do Trabalho, a federação representava somente os trabalhadores especializados, adotando uma posição de desprezo pelos não-especializados, explícita na afirmação de um de seus membros em 1934: "Não queremos admitir como membros os rebotalhos, os que não prestam para nada, ou aqueles para os quais não possamos pedir melhores salários e condições, a menos que sejamos forçados a isso por outras organizações que se ofereçam para admiti-los em qualquer condição." (HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 210.)

Os objetivos imediatos da federação eram maiores salários, diminuição da jornada e melhores condições de trabalho, o que em parte foi alcançado. "Antes da depressão dos meados da década de 1890 firmaram-se contratos coletivos de trabalho em número suficiente para os transformar em fatores capazes de ajudar os sindicatos a superar a emergência. Com a expansão do sindicalismo entre 1898 e 1904, o contrato escrito passou a ser adotado nos principais estabelecimentos industriais e comerciais." (ROBERTSON, R.M., *op. cit.*, volume II, pp. 477 e 478.)

Em que pese às conquistas alcançadas, as condições gerais dos trabalhadores ainda deixavam muito a desejar, principalmente no que se referia à segurança, ao trabalho de menores e à remuneração do trabalho feminino. Tudo isso sem falar na crescente concentração das riquezas nas mãos dos grandes capitalistas e na extrema miséria da classe operária. Nesse contexto, evidentemente, era muito grande a repressão aos sindicatos que se formavam.

"Os frutos do trabalho penoso de milhões são atrevidamente roubados para construir as fortunas colossais de uns poucos, sem precedentes na história do gênero humano, e os seus possuidores,

por seu turno, desprezam a República e põem em perigo a liberdade. Do mesmo ventre prolífico da injustiça governamental nascem as duas grandes classes — a dos *vagabundos* e a dos *milionários.*" (Trecho da plataforma do Partido Populista, 1892. SYRETT, H.C., *Documentos históricos dos Estados Unidos*, Editora Cultrix, p. 239.)

Entretanto, os trabalhadores mais radicais, comprometidos com o socialismo, fundaram os *International Workers of the World (Trabalhadores Industriais Mundiais — TIM), primeira organização sindical revolucionária* dos Estados Unidos e que *tinha por objetivo final acabar com o capitalismo.* Embora contando com poucos membros (cerca de 75.000 associados), influenciaram centenas de milhares de trabalhadores. Partidários da greve como principal instrumento de luta, atraíram o ódio dos patrões, que tudo fizeram para esmagá-los. Quando perdiam uma questão nos tribunais, os empregadores apelavam para a violência policial ou de grupos paramilitares.

Na luta por melhores condições de trabalho, não se pode esquecer a atuação da mulher operária. Você sabe, por exemplo, por que o Dia Internacional da Mulher é comemorado a 8 de março? Foi uma homenagem a 129 operárias têxteis mortas criminosamente no incêndio da Machine Cotton, em 1908, por ocasião de uma greve em que reivindicavam o direito ao voto e a regulamentação do trabalho. Para marcar a data o Congresso de Mulheres, realizado em Copenhague (1910), estabeleceu a data como Dia Internacional da Mulher.

3. QUANTO MAIOR A CONCENTRAÇÃO DE CAPITAIS, MAIOR O PODER

Nos últimos anos do século XIX o povo norte-americano foi alertado contra as *grandes associações, trustes e outros monopólios* que *estrangulavam a economia do país.* O apogeu da indústria foi acompanhado pelo aumento de sua concentração, e logo *surgiram poderosos impérios econômicos* nas mais diversas atividades: petróleo, aço, cobre, eletricidade, trans-

portes. "Em 1890, corporações gigantescas estavam controlando todas as indústrias principais. Continuaram a crescer (...) A Goodyear, Firestone, U.S. Rubber e Goodrich recolhem cerca de 93% do total líquido de vendas da indústria da borracha (...) A Libby-Owens-Ford e a Pittsburgh Plate Gass Co., juntas, fabricam 95% de todo o vidro plano do país. A.U.S. Shoe Machinery Co. controla mais de 95% de todo o negócio de máquinas para calçados dos Estados Unidos." (HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 198.)

Os pequenos negociantes, fazendeiros e consumidores em geral, submetidos ao poder dos trustes, resolveram pressionar o governo no sentido de controlar sua atuação sufocante. Mas esses conglomerados já eram muito poderosos e *influíam nos tribunais e no próprio governo.* Assim, foram aprovadas leis antitrustes (como a Lei Sherman, de 1890), que, contudo, se revelaram ineficazes devido à corrupção de juízes e autoridades governamentais geralmente subornados pelos grandes empresários. Por outro lado, essas mesmas leis mostraram-se extremamente eficazes quando usadas contra as organizações operárias. Quer dizer, o tiro saiu pela culatra: a arma do povo contra os trustes acabou como arma dos patrões contra os sindicatos.

A pressão dos trustes aumentou gradativamente o descontentamento dos operários, dos pequenos negociantes e dos fazendeiros, *aguçando as contradições capitalistas* no seio da sociedade e elevando ao máximo a necessidade da luta econômica e política dos trabalhadores. Tudo isso levou a burguesia norte-americana a uma atitude reformista, no sentido de desviar o proletariado da ação política independente.

4. A POLÍTICA NORTE-AMERICANA ANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

No princípio do século XX, a sociedade norte-americana foi marcada por uma série de *reformas em diversos setores.* Muitas dessas reformas visavam à democratização da máquina política: "A iniciativa e o *referendum*, as eleições primárias diretas, as eleições de Senadores, leis sobre corrupção, autonomia da administração municipal e sufrágio feminino.

Outras eram dirigidas a objetivos econômicos: regulamentação das ferrovias e dos trustes; concessões de serviços de utilidade pública; reformas tributárias; regulamentação das horas e condições de trabalho; compensações aos trabalhadores e proibição do trabalho infantil. E outras tinham vasta conotação social: reformas educacionais, programas de saúde pública, a conservação de recursos nacionais." (NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 319.)

A eleição do presidente *William McKinley* (1896-1901) coincidiu, no plano externo, com intenso *expansionismo imperialista*, sendo os primeiros passos nesse sentido a anexação das ilhas Havaí, em 1898, e a declaração de guerra à Espanha, no mesmo ano.

Um dos principais teóricos do imperialismo nos Estados Unidos, o almirante Alfred Thayer Mahan, baseava suas idéias no chamado *Sea Power* (Poder Naval). "Para ele, existe uma relação indissolúvel entre marinha de guerra poderosa, comércio marítimo e colônias. Um país adquire colônias se tem uma forte marinha. As colônias — bases ou fontes de riquezas — incitam o tráfico comercial por mar e a grandeza da marinha mercante contribui para fortalecer a marinha de guerra. Tudo, a força e a riqueza, deriva pois do poderio marítimo." (DUROSELLE, J.B., *Política Exterior de los Estados Unidos, 1913-1945*, Fondo de Cultura Económica, p. 16.) Essas idéias tiveram profunda influência entre os dirigentes norte-americanos, destacando-se Theodore Roosevelt.

Em 1890 a Marinha dos Estados Unidos era a sexta do mundo, passando ao quarto lugar em 1900 e se apresentando como a segunda força naval em 1907. O poderio da esquadra norte-americana foi muito utilizado durante os governos dos presidentes Roosevelt e William Taft, sobretudo na América Central e Antilhas, vítimas do imperialismo norte-americano até os tempos atuais.

Com o assassinato do presidente McKinley, em 1901, subiu ao poder o então vice-presidente *Theodore Roosevelt*, antigo chefe de polícia de Nova Iorque. Seu governo soube interpretar o sentimento moralista da sociedade e injetá-lo nas questões econômicas e na política externa, justificando junto à opinião pública sua atitude imperialista. Em outras palavras: conquistas eram convertidas em missões civilizadoras, intervenções em expedições punitivas e guerras em cruzadas.

"Quando os Estados Unidos declararam guerra à Espanha ('a primeira cruzada', diz Osgood), foi para livrar Cuba do odioso domínio espanhol. Quando estabeleceram um quase protetorado em Cuba foi para civilizar a ilha. Roosevelt interveio para assegurar a ordem. A Diplomacia do Dólar, de Taft, devia pôr-se em prática porque as inversões norte-americanas beneficiariam às populações infortunadas. Para Wilson, a 'missão civilizadora' dos Estados Unidos consistia em outorgar a democracia aos países atrasados, ainda que fosse pela força. Não existiu ato, por realista, por cínico que fosse, que não fosse justificado com palavras e muitas vezes com plena boa fé por seu autor." (DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 34.)

Sob o obscuro manto do moralismo norte-americano, contudo, podiam-se perceber atitudes mais concretas, como a *política do isolacionismo* (não-engajamento), isto é, a rejeição às alianças ou acordos com os países europeus; ou a *Doutrina Monroe*, que estabelecia o princípio de não-intervenção européia no continente americano.

A política do isolacionismo somente foi abandonada, em favor de uma concreta participação na política internacional européia, no primeiro governo do presidente Wilson (1913-1917), quando os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial.

A. A GUERRA HISPANO-NORTE-AMERICANA

A *guerra contra a Espanha* (1898) foi feita sob o pretexto de defender o povo cubano da feroz repressão espanhola à insurreição de 1895.

"A atual revolução é apenas a sucessora de outras similares, que ocorreram em Cuba contra o domínio da Espanha e se estenderam por um período de quase meio século (...) provocou irritação, contrariedade e perturbação entre nossos cidadãos e, pelo exercício de práticas cruéis, bárbaras e incivilizadas de guerra, chocou e ofendeu as simpatias humanas do nosso povo (...)" (Trecho da Mensagem de guerra à Espanha. SYRETT, H.C., *op. cit.*, p. 246.)

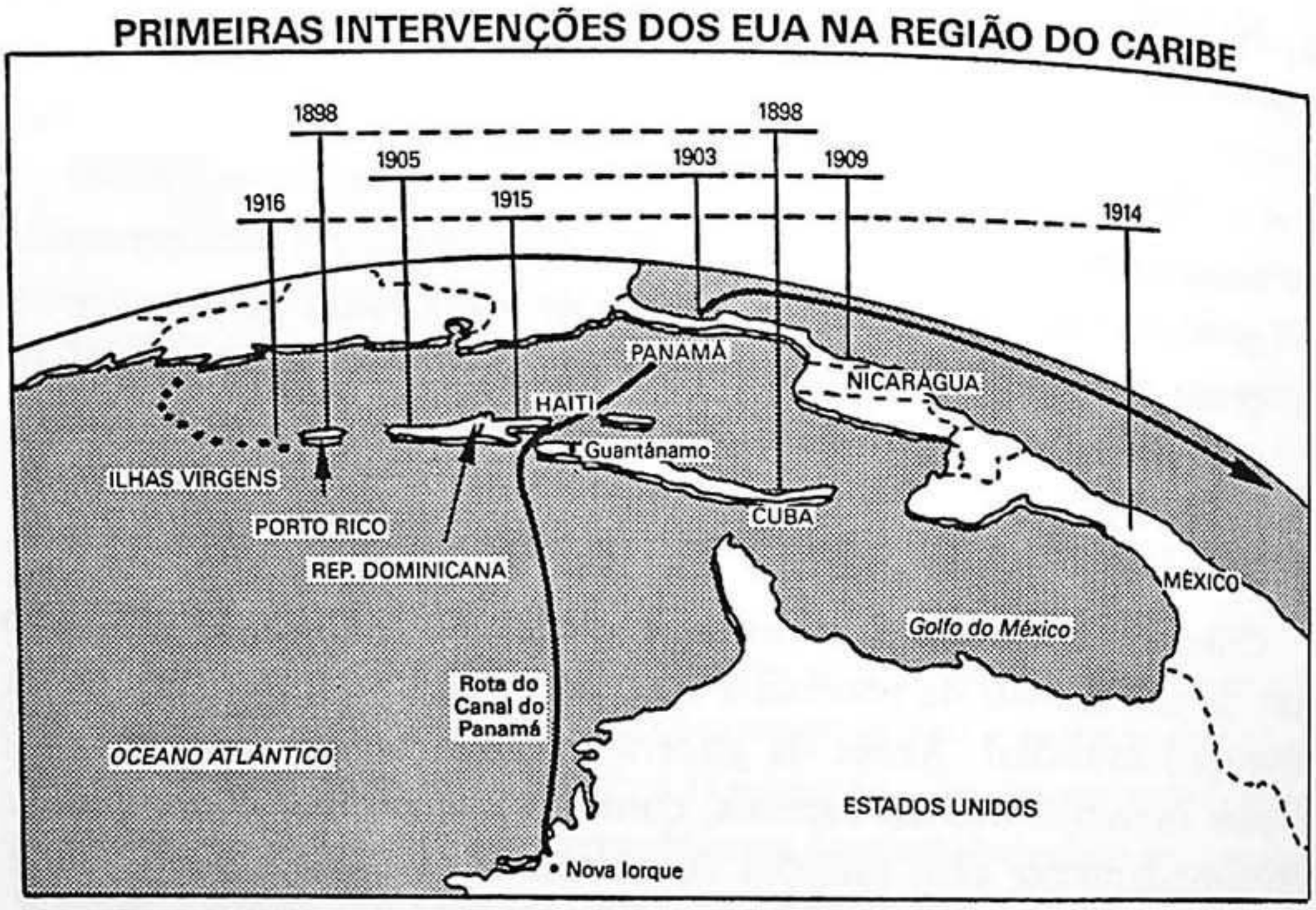
Na verdade, porém, ela foi provocada *por motivos de ordem econômica e estratégica.*

> "Nosso comércio sofreu, grande parte do capital investido por nossos cidadãos em Cuba se perdeu, e a paciência e indulgência de nosso povo foram postas à prova de maneira tão penosa que gerou perigosa inquietação entre nossos próprios cidadãos (...)" (Trecho da Mensagem de guerra à Espanha. SYRETT, H.C., *op. cit.*, p. 246.)

Cuba era considerada a usina açucareira do mundo, produzindo mais de um milhão de toneladas de açúcar por ano, quase metade da produção mundial. Antes da guerra, *empresários norte-americanos tinham investido* muitos capitais, com um intercâmbio comercial de aproximadamente cem milhões de dólares anuais. Além disso, Cuba ocupava uma *área de grande importância estratégica*, na entrada do golfo do México, e, juntamente com Porto Rico, resguardava os acessos ao mar do Caribe. Os Estados Unidos já haviam tentado, sem sucesso, comprar a ilha aos espanhóis em diversas ocasiões.

Nenhum outro conflito americano proporcionou aos Estados Unidos lucros tão rápidos quanto a Guerra Hispano-Norte-Americana: de acordo com o tratado assinado em Paris, em fins de 1898, "os Estados Unidos tomavam a seu cargo as ilhas Filipinas, a ilha de Porto Rico e a ilha de Guam. Por sua parte, a Espanha renunciava a toda pretensão sobre a ilha de Cuba, que se proclamava República sob a proteção de fato dos Estados Unidos." (ZUBOC, L.I. e JVOSTOV, V.M., *História contemporânea*, Editorial Vitória, p. 120.)

Com a anexação das Filipinas, *os Estados Unidos garantiram um posto avançado no Extremo Oriente*, aumentando consideravelmente seu interesse pela China, ratificado em 1900 através da enunciação do princípio de *Portas Abertas (Open Door)*.



B. A POLÍTICA DE PORTAS ABERTAS

Depois da vitória do Japão na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a China tornara-se presa fácil para as potências européias, que lá obtiveram várias concessões econômicas, jurídicas e territoriais.

Em 1899, interesses "industriais e comerciais exerciam pressão exigindo uma política norte-americana mais enérgica no Oriente e lembravam que o Bureau of Foreign Commerce (Bureau de Comércio Exterior) havia classificado a China como 'um dos lugares mais promissores para a invasão norte-americana dos mercados mundiais'." (NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 339.)

Nesse mesmo ano, o secretário de Estado, John Hay, pediu aos países com interesses em território chinês que se comprometessem a não criar tarifas especiais, impostos sobre o trabalho ou custos de fretes ferroviários. Recebendo respostas positivas das nações interessadas, Hay declarou em 1900 que "as potências com interesses na China entraram

em um acordo definitivo sobre uma política de *Portas Abertas na China*".

> "Se algum mal for feito a nossos cidadãos, acertaremos nossas contas, até as últimas, com os responsáveis (...) A política do governo dos Estados Unidos consiste em (...) proteger todos os direitos assegurados a potências amigas, por tratados e leis internacionais, e salvaguardar para o mundo o princípio do comércio igual e imparcial com todas as partes do Império Chinês (...)" (Trecho da correspondência diplomática de John Hay sobre o comércio livre na China entre 1899 e 1900. SYRETT, H.C., *op. cit.*, pp. 248 e 249.)

À medida que os anos passavam, ficava claro que os Estados Unidos eram não só uma poderosa nação, mas que estavam entre as três ou quatro maiores potências mundiais. Logo depois da guerra com a Espanha, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) agitara seu *grande porrete (big stick)* nos países da América Central e Antilhas, empreendendo uma política imperialista, como no *caso de Cuba*, obrigada a aceitar a *Emenda Platt* (1901) que permitia intervenções norte-americanas e assegurava concessões para exploração de minerais e a construção de uma base naval em território cubano, ou na *Questão do Panamá* (separado da Colômbia em 1903).

William Taft (1909-1913), sucessor de Roosevelt, fez do dólar a extensão do *grande porrete*; sua *Diplomacia do Dólar*, para a América Latina, consistia em dominar os países através de empréstimos e concessões, o que, ainda que sutil, produzia efeito idêntico ao porrete de Roosevelt.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Explicar a importância da imigração no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos.
2. Correlacionar imigração e classe operária.
3. Dar o significado da política regulamentadora da imigração

4. Analisar os três tipos de organizações operárias norte-americanas.

5. Explicar os trustes e outros monopólios e sua influência na economia estadunidense.

6. Caracterizar a importância da Guerra Hispano-Norte-Americana.

7. Correlacionar imperialismo e moralismo na sociedade norte-americana no início do século XX.

8. Resumir a *Política de Portas Abertas.*

Os Estados Unidos da Primeira à Segunda Guerra Mundial

1. O GOVERNO DE WILSON E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A. E A NOVA LIBERDADE FOI APLICADA INTERNAMENTE

A vitória de Thomas Woodrow Wilson, candidato democrata às eleições presidenciais, inegavelmente se explica pela cisão entre os republicanos: a parcela conservadora permaneceu no partido apoiando a tentativa de reeleição do presidente William Taft, ao passo que republicanos liberais filiaram-se ao Partido Progressista cujo candidato à presidência era Theodore Roosevelt (1912).

Durante a campanha, o candidato democrata levantara a bandeira da *Nova Liberdade*, programa de governo em que condenava o desperdício de riquezas, a utilização dos poderes do governo para atender a interesses de grupos e não da maioria e o orgulho com o crescimento industrial esquecendo que a satisfação de poucos fazia esquecer o sacrifício de muitos.

> "O grande governo que amávamos foi utilizado com excessiva freqüência para propósitos particulares e egoístas e os que dele se utilizavam tinham esquecido o povo." (Trecho do discurso de posse de Wilson, em março de 1913. SYRETT, H.C., *op. cit.*, p. 258.)

Em seu governo (1913-1921), Wilson teve um primeiro quatriênio cujo programa da Nova Liberdade foi aplicado mediante a aprovação de legislação, que representou a continuação do reformismo aplicado desde a administração de Theodore Roosevelt

Foi importante a *aprovação de nova tarifa aduaneira* — a Tarifa Underwood — reduzindo os direitos de importação principalmente de matérias-primas (algodão, ferro, lã e carvão) e de produtos agrícolas. Para compensar a diminuição da receita, *alterou-se a legislação sobre o imposto de renda* estabelecendo uma tributação gradativa sobre rendimentos superiores a três mil dólares. A Lei de Owen-Glass ou Lei de Reserva Federal reorganizou o sistema bancário a fim de "introduzir maior elasticidade no crédito do país, uma distribuição mais sadia das facilidades bancárias e proteção mais efetiva contra a especulação". (MORISON, S.E e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 19.)

A política econômica e social reformista prosseguiu a *luta contra os trustes* mediante legislação mais atualizada, incluindo:

- a Lei da Comissão Federal de Comércio, que considerou ilegais os métodos competitivos desleais e autorizou investigações sobre as empresas suspeitas de violarem legislação do comércio interestadual (publicidade enganosa, suborno etc.);
- a Lei Clayton, que despertou viva oposição dos empresários porque continha uma série de *dispositivos trabalhistas e visava complementar a anterior Lei Sherman Antitruste* (1890). "Proibia discriminações de preços que pudessem levar à diminuição da concorrência ou à criação de monopólios e 'acordos amarradores' que limitassem o direito dos compradores a escolher entre produtos de fabricantes concorrentes. Proibia as corporações de adquirir estoque em firmas concorrentes e pôs fora da lei diretorias entrelaçadas em corporações (...)" (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 21.)

"O trabalho de um ser humano não é mercadoria nem artigo de comércio. Nada contido nas leis antitrustes será interpretado como se tencionasse proibir a existência e operação de organizações de trabalhadores, agrícolas ou hortigranjeiros (...)" (Seção 6 da Lei Clayton, de outubro de 1914. SYRETT, H.C., *op. cit.*, p. 264.)

Com a Primeira Guerra, porém, a Lei de Clayton acabou sendo suspensa e a concentração capitalista continuou a se processar sob a forma de trustes, *holdings* e cartéis.

A preocupação social igualmente se traduziu na aprovação da Lei La Follette dos Marinheiros *regulamentando as condições de trabalho nos navios mercantes*, e na Lei Adamson, estabelecendo a jornada de oito horas de trabalho para os ferroviários estaduais.

O primeiro quatriênio de Wilson foi o mais profícuo em sua legislação reformista, o que não ocorreu em seu segundo mandato presidencial (1917-1921), quando a política interna e externa estiveram condicionadas pela Primeira Guerra Mundial.

"Um dos principais objetivos de minha administração será cultivar a amizade e merecer a confiança de nossas Repúblicas irmãs da América Central e do Sul." (Declaração de Wilson em março de 1913. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 23.)

Foi seguindo essa orientação que o governo estadunidense concluiu o Tratado de Bogotá (1914) com a Colômbia: comprometia-se a indenizá-la em 25 milhões de dólares pela perda do Panamá em 1903. Entretanto, os *marines* continuaram ocupando a Nicarágua, e *intervenções militares* ocorreram no *Haiti* (1915) e na *República Dominicana* (1916), o primeiro ocupado até 1930 e a segunda por oito anos. Mais grave foi o *relacionamento com o México*, mergulhado na Revolução e sujeito a intervenções armadas norte-americanas, como foi o desembarque em Vera Cruz (1914) e a invasão das forças comandadas pelo general Pershing (1916). Na prática, a *Política do Big Stick continuou funcionando.*

B. O CAMINHO PARA A GUERRA

Ao se iniciar a Primeira Guerra Mundial em agosto de 1914, os Estados Unidos formularam uma declaração de neutralidade e chegaram a enviar carta aos Estados beligerantes propondo sua arbitragem para solucionar o conflito.

Embora desde o início inclinados favoravelmente à causa dos Aliados, os Estados Unidos tiveram a princípio *atritos com o governo inglês*, que decretara o bloqueio naval da Alemanha e, juntamente com a França, arrogava-se o direito de dar busca nos navios neutros.

Ainda que tais medidas representassem uma violação do proclamado direito de neutralidade e, conseqüentemente, do direito de liberdade dos mares, isto sem falar na redução do intercâmbio com a Alemanha, as vendas de produtos industriais e de gêneros agrícolas aos Aliados eram altamente lucrativas.

> "De 1 de dezembro de 1914 a 30 de junho de 1915, nossas exportações excederam as importações em quase um bilhão de dólares (...) No ano de 1915 o excesso será de aproximadamente um bilhão de dólares." (Declaração do secretário de Estado Robert Lansing. HUBERMAN, L., *op. cit.*, p. 229.)

Adquiriu particular importância a exportação de munições: de quarenta milhões de dólares em 1914, saltou para um bilhão e duzentos e noventa milhões de dólares em 1916.

As transações de produtos industriais e agrícolas se ampliaram mais com a abertura de créditos bancários aos Aliados (1914), seguida em 1915 da concessão de empréstimos diretos à Inglaterra e França.

Considerando-se prejudicada em seu esforço de guerra, "a Alemanha revidou com as únicas armas que dispunha: minas e submarinos. Já em agosto de 1914 começara a semear minas no Mar do Norte e no Mar da Irlanda, e a 4 de fevereiro de 1915 anunciou que todas as águas ao redor das Ilhas Britânicas constituíam zona de guerra na qual todo o comércio com os Aliados seria destruído. Inaugurou-se assim a guerra submarina". (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S. *op. cit.*, Tomo III, p. 36.)

A *guerra submarina* significava uma ameaça ao comércio marítimo norte-americano, mas também acarretou a perda de embarcações e o sacrifício de vidas humanas. Repercutiu profundamente nos Estados Unidos o afundamento do navio *Lusitânia*, em que morreram mais de mil pessoas, das quais 128 eram norte-americanas.

O torpedo que afundou o Lusitânia *também afundou a Alemanha perante a opinião pública mundial.*

(Afirmativa do jornal *Nation*, de Nova Iorque)

Os protestos norte-americanos foram se tornando mais freqüentes na medida em que aumentou o número de embarcações torpedeadas.

Esses fatos, bem como a revelação de planos de sabotagem envolvendo diplomatas e militares germânicos em Washington, eram explorados com estardalhaço pela imprensa. As cadeias de jornais de William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer, principalmente, procuraram moldar a opinião pública induzindo-a a se posicionar contra os "bárbaros alemães", incitando o homem comum a participar da "cruzada em defesa do direito das pequenas nações contra a prepotência dos grandes Estados", levando a "massa silenciosa" a crer na "sua missão de salvar a democracia" contra a "bestialidade do alemão-huno".

Ao se iniciar o ano de 1917, três acontecimentos precipitaram a entrada dos Estados Unidos na guerra:

• a decisão alemã de tornar *irrestrita a campanha submarina*, o que foi oficialmente comunicado ao governo norte-americano em 31 de janeiro; já a 3 de fevereiro, Wilson pediu ao Congresso o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha;

• a *divulgação*, em fevereiro, de um *telegrama* atribuído a Zimmermann, ministro das Relações Exteriores da Alemanha, a Von Eckhart, embaixador alemão no México, instruindo-o no sentido de propor uma aliança ofensiva contra os Estados Unidos; como compensação, o México receberia o Texas, o Novo México e o Arizona, territórios que anteriormente haviam lhe pertencido; afirmando que interceptara o telegrama — cuja autenticidade foi posteriormente contestada pelos alemães

— o serviço inglês de contra-espionagem entregou uma cópia do documento à *Associated Press:* sua publicação nos jornais provocou uma explosão do clamor público contra a Alemanha; é interessante lembrar que as relações Estados Unidos-México eram ruins;

• o início da *Revolução Russa*, cujo processamento em sua primeira etapa em março substituiu o tzarismo pela república, o que não impediu a desintegração da sociedade russa; o colapso interno da Rússia era evidente e punha em risco a causa dos Aliados.

Uma possível derrota da França e da Inglaterra representaria um desastre para os empresários norte-americanos: banqueiros que haviam concedido empréstimos aos governos francês e inglês, industriais do Leste ou produtores agrícolas do Oeste que haviam vendido a crédito a ingleses e franceses, todos, enfim, que só seriam pagos com a vitória de Londres e de Paris.

> "A partir de hoje não há dúvida de que a consciência coletiva norte-americana interpretará tudo que favoreça a derrota da Alemanha como favorável aos negócios dos Estados Unidos e vice-versa." (Declaração do jornal *Commerce and Finance.* BURNS, E. McNALL, *História da civilização ocidental*, Editora Globo, p. 806.)

Em 2 de abril de 1917, o presidente Wilson encaminhou mensagem ao Congresso solicitando declaração de guerra à Alemanha; quatro dias após os Estados Unidos entraram no conflito.

C. A PARTICIPAÇÃO NA GUERRA

"Não era fácil transformar o sistema econômico norte-americano, altamente individualista, em uma bem integrada máquina, porém a tarefa foi executada com elogiável rapidez e eficiência, embora com enormes despesas." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 47.)

Desde o ano anterior o Exército e a Marinha haviam começado a ser fortalecidos. Leis diversas foram aprovadas permitindo a construção de trezentos destróieres e de cerca de dois milhões de toneladas de navios

mercantes. Além do mais, o confisco de embarcações alemãs fundeadas em portos norte-americanos e a compra de navios neutros aumentaram mais ainda o potencial naval dos Estados Unidos. "No decurso da guerra o país produziu dois e meio milhões de rifles, cento e oitenta e uma mil metralhadoras, três mil unidades de artilharia, vinte milhões de tiros para artilharia, três bilhões e meio de balas para armas pequenas, mais de cinco milhões de máscaras contra gases e mais de oito mil aviões de treinamento." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 56.) O serviço militar foi alterado e antes de terminar o ano de 1917 já haviam partido para a França 365 mil soldados, sendo que o ano seguinte mais 1.750.000 desembarcaram em território francês.

Para enfrentar os enormes gastos impostos pela guerra — os quais envolviam as despesas norte-americanas, mas também os empréstimos feitos aos Aliados — o governo reformou a política fiscal, tornando-a mais rigorosa, e recorreu a empréstimos públicos mediante a venda de bônus de guerra. "A prosperidade de tempo de guerra fez tantos novos milionários e trabalhadores prósperos que essas taxas foram suportadas sem protesto. Que a Nação estava gozando de uma prosperidade sem precedentes era evidente pelo sucesso extraordinário de cinco empréstimos de guerra que foram lançados entre maio de 1917 e maio de 1919." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, pp. 50 e 51.)

A *entrada dos Estados Unidos* acabou sendo *decisiva* para a definição do conflito em favor dos Aliados. A decisão de melhor proteger os navios mediante o sistema de comboios, a criação de barreiras de minas anti-submarinos e o uso massivo da marinha de guerra na caça aos submersíveis frustraram a campanha submarina alemã. A chegada de milhares de soldados norte-americanos à França contribuiu para conter o avanço alemão e reforçar a contra-ofensiva dos Aliados na frente ocidental.

Entrementes, em janeiro de 1918, o presidente Wilson, em pronunciamento feito perante o Congresso, deu a conhecer os *Quatorze Pontos* que deveriam servir de base para a assinatura da futura paz. Essas proposições podem ser resumidas nos seguintes itens: abolição da diplomacia secreta; liberdade de navegação nos mares; eliminação das barreiras econômicas; redução dos armamentos nacionais; reajuste das questões coloniais levando em conta os direitos das populações nativas; desocupação do território russo pelos invasores estrangeiros; evacuação e restauração

da Bélgica; restituição da Alsácia e da Lorena à França, cujos territórios invadidos deviam ser desocupados; reajuste das fronteiras da Itália; autodeterminação dos povos do Império Austro-Húngaro; solução das questões balcânicas, assegurando à Sérvia uma saída para o mar, e a desocupação da Romênia, Montenegro e Sérvia; autodeterminação para os povos do Império Turco e a livre navegação dos estreitos dos Dardanelos; criação de uma Polônia independente e com saída para o mar; formação de uma sociedade geral das nações.

Em outubro de 1918 o governo alemão enviou nota a Wilson solicitando o armistício segundo os termos dos Quatorze Pontos. A presidência dos Estados Unidos, entretanto, afirmou a necessidade preliminar da retirada das tropas germânicas dos territórios invadidos e também da existência de um governo democrático na Alemanha. A abdicação de Guilherme II e a violenta ofensiva dos Aliados, levando ao colapso as potências centrais, resultaram na capitulação alemã em 11 de novembro de 1918.

Para os Estados Unidos não fora difícil ajudar os Aliados a ganhar a guerra; contudo, os erros cometidos após a paralisação das operações tornaram a paz ilusória e contribuíram para o eclipse do Partido Democrata durante 12 anos.

D. O FRACASSO DA POLÍTICA WILSONIANA

Para surpresa dos diplomatas europeus, Wilson viajou ao Velho Mundo a fim de participar das discussões da paz ocorridas na Conferência de Paris (1919).

Antes mesmo da abertura da conferência, o novo governo soviético, visando a desmascarar os verdadeiros objetivos da guerra, havia divulgado os tratados secretos concluídos pelos Aliados dispondo das colônias e outros territórios que seriam tomados aos vencidos. Essa publicação possibilitara a Wilson tomar conhecimento da *incompatibilidade entre os Quatorze Pontos e os referidos tratados.* Ainda que assim fosse, não manifestou qualquer intenção de anular aqueles tratados. "A razão pela qual não tentou fazê-lo, o motivo pelo qual o Departamento de Estado permaneceu indiferente a eles ainda é um mistério." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 65.)

Além disso, na composição da delegação norte-americana que acompanhou o presidente à Conferência de Paris *não havia um único representante do Partido Republicano ou do Senado,* o que constituía erro imperdoável: ao ganharem as eleições de 1920, os *republicanos* não perdoariam tal decisão de Wilson e *se recusariam a ratificar as decisões presidenciais* na Conferência de Paris. O próprio fato de Wilson não incluir nenhum senador em sua comitiva predispôs o Senado — que constitucionalmente tem o direito de participar da elaboração de tratados e da direção da política externa — a rejeitar o que o presidente aceitara em nome dos Estados Unidos.

As reuniões da Conferência de Paris, na prática, reduziram-se a *discussões entre os Três Grandes*: Wilson (Estados Unidos), David Lloyd George (primeiro-ministro inglês) e Georges Clemenceau (primeiro-ministro francês).

Nos tratados, então concluídos, Wilson cometeu novos erros: nenhuma cláusula assegurava aos Estados Unidos *garantias para o recebimento dos empréstimos e das vendas* feitos aos Aliados, e muito menos o direito a participar das reparações de guerra impostas à Alemanha pelas perdas que seus adversários afirmavam haver sofrido. E quanto aos navios norte-americanos que haviam sido torpedeados, afundando com suas cargas e com seus tripulantes e seus passageiros, quem pagaria os prejuízos? Wilson igualmente não se preocupou em exigir a *participação dos Estados Unidos na partilha* das colônias e dos territórios arrancados aos vencidos.

Incapaz de impor seus pontos de vista aos astutos políticos europeus, que alteraram substancialmente os Quatorze Pontos, o presidente Wilson também não conseguiu convencer o Senado e a opinião pública do seu próprio país. Tanto o Tratado de Versalhes como o pacto de criação da Liga das Nações foram rejeitados pelo Senado.

Na campanha eleitoral pela presidência (1920), o candidato democrata James Cox, sustentado por Wilson, defendeu a necessidade de os Estados Unidos participarem da Liga das Nações, o que representava a continuação de uma política internacionalista. Em contrapartida, o candidato republicano Warren Harding afirmava que os Estados Unidos deveriam adotar uma política nacionalista e isolacionista.

As eleições presidenciais ocorreram em uma conjuntura de crise econômica e social: a *Pequena Crise*, quando milhares de soldados foram desmobilizados e nem sempre encontraram emprego, pois a indústria sofria dificuldades com a reconversão... Esta situação facilitou a vitória do Partido Republicano que, por doze anos, exerceria o poder dirigente nos Estados Unidos.

2. O PREDOMÍNIO DOS REPUBLICANOS (1921-1933)

America First! (Primeiro os Estados Unidos!)

(Lema do presidente Warren Harding)

A. ISOLACIONISMO NA POLÍTICA EXTERIOR?

Durante as presidências republicanas de Warren Harding (1921-1923), Calvin Coolidge (1923-1929) e Herbert Hoover (1929-1933), um dos postulados da política externa foi o *isolacionismo*, que deve ser entendido como o *não-comprometimento em tratados ou alianças permanentes*. Essa diretriz já estava contida no Discurso de Despedida de George Washington.

> "Nossa verdadeira política consiste em passar ao largo das alianças permanentes com qualquer parte do mundo estrangeiro (...) Podemos confiar seguramente em alianças temporárias para emergências extraordinárias." (Trecho do discurso de Washington, em setembro de 1796. SYRETT, H.C., *op. cit.*, p. 115.)

O isolacionismo, portanto, representava um esforço para limitar os compromissos com o exterior, reduzi-los ao estritamente necessário e como tal significava não-engajamento. O isolacionismo também se identificava com uma postura nacionalista porque partia da premissa de haver uma superioridade dos Estados Unidos em relação aos estrangeiros.

"Proteger antes que qualquer coisa os Estados Unidos...
Pensar antes que em alguma coisa nos Estados Unidos...
Exaltar antes que a alguma coisa os Estados Unidos..."

(Trecho de discurso de Warren Harding, em janeiro de 1920. DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 162.)

Isolacionismo, contudo, não significava omissão em relação às questões internacionais que interessassem aos Estados Unidos: contenção da expansão japonesa no Extremo Oriente e Pacífico, solução de problemas relativos às dívidas de guerra e às reparações impostas à Alemanha, discussão de assuntos concernentes ao desarmamento e à paz no mundo, e o relacionamento com a América Latina...

Problema urgente e de pronta solução foi a aprovação pelo Congresso de tratados de paz com a Alemanha, a Áustria e a Hungria, uma vez que os concluídos na Conferência de Paris (1919) haviam sido rejeitados.

A diplomacia norte-americana obteve importante triunfo na *Conferência de Washington* (1921-1922), reunida basicamente para travar a expansão e o fortalecimento do Japão. Com a participação dos Estados Unidos, Japão, França, Inglaterra, Itália, Holanda, China, Bélgica e Portugal ficou decidida a retirada das tropas japonesas aquarteladas na Sibéria e em Xantum, na China. Acordou-se em suspender a construção de couraçados durante dez anos e fixar o sistema de cotas para a fabricação de outras grandes embarcações de guerra: cinco para os Estados Unidos, cinco para a Inglaterra, três para o Japão... Igualmente estabeleceu-se o compromisso de não se construírem novas fortificações militares nas ilhas e terras continentais do Pacífico, a não ser nas ilhas Havaí e na Califórnia, territórios pertencentes aos Estados Unidos.

Essas decisões provocaram violentas reações nos círculos militares japoneses e aprofundariam as rivalidades com os Estados Unidos, tanto mais que o isolamento internacional do Japão pelos ocidentais ficou mais evidenciado com a não-renovação da aliança militar nipo-inglesa, que expirou em 1922.

Por mais isolacionistas que fossem os Estados Unidos, como proclamavam os republicanos, os dirigentes norte-americanos tinham profun-

do interesse na economia européia. Seu interesse prendia-se à preocupação em *receber os empréstimos feitos durante a guerra* (cerca de sete bilhões de dólares) *e no pós-guerra* para fins da reconstrução (mais de três bilhões de dólares). Entretanto, o recebimento dessas importâncias, com os respectivos juros contratuais, revelou-se um problema porque os Estados europeus devedores alegaram só poder pagar suas dívidas através das reparações impostas à Alemanha.

> *Os banqueiros vivem das dívidas. Quando não há dívidas não há dinheiro nem lucros.*
>
> (Wright Patman, presidente do Comitê Econômico do Congresso dos Estados Unidos)

Negociações foram realizadas para solucionar a questão, havendo até a ocupação do Ruhr pela França visando a coagir a Alemanha a regularizar o pagamento das reparações estabelecidas no Tratado de Versalhes. A tomada, em penhor, dessa importante zona industrial alemã (1923) acabou se revelando infrutífera e obrigou a uma reformulação da questão.

> "A prosperidade dos Estados Unidos depende em grande parte dos arranjos econômicos que se possam fazer na Europa."
> (Afirmativa de Charles Hughes, secretário de Estado. DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 174.)

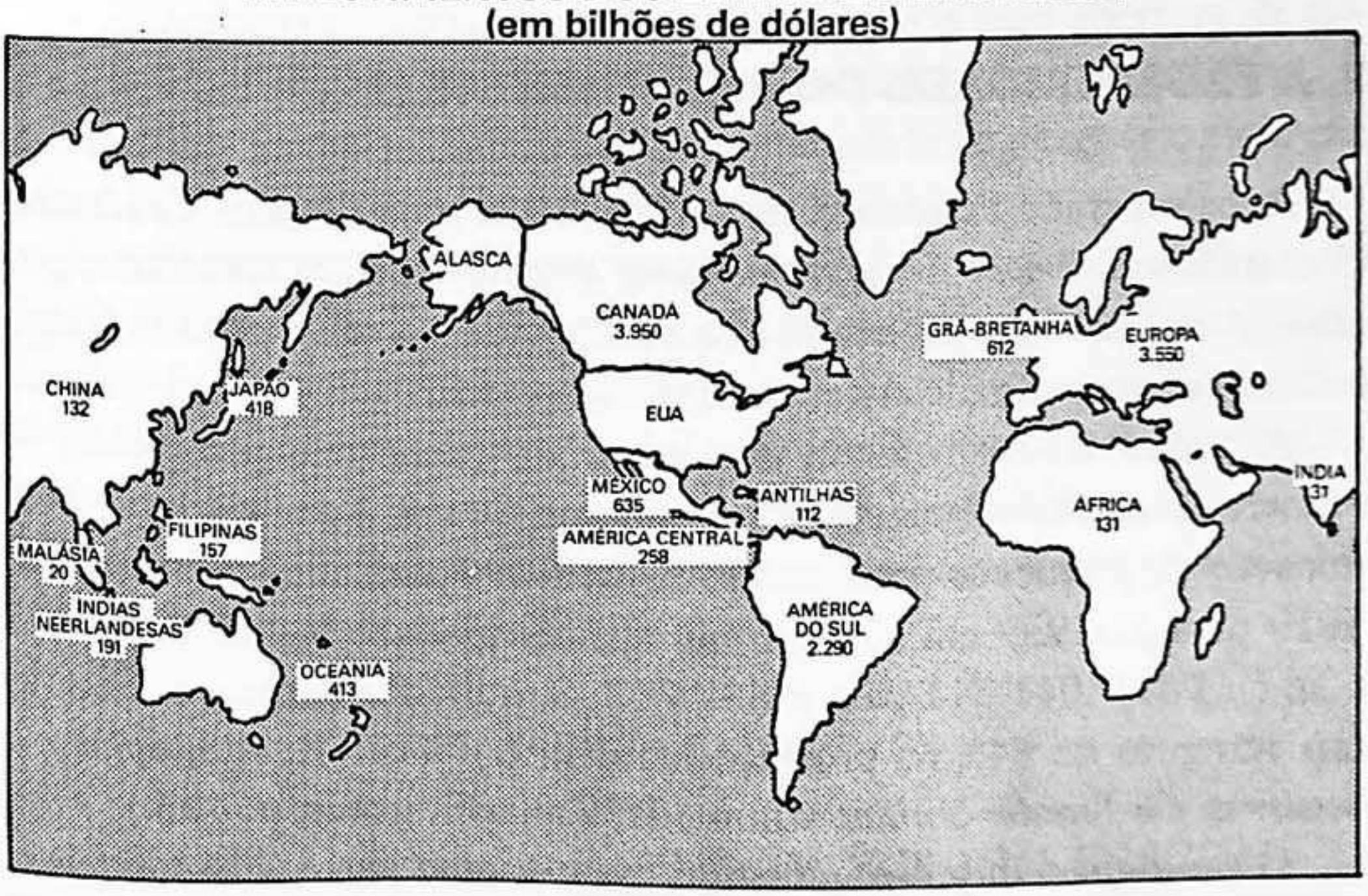
Tais circunstâncias explicam a formulação do *Plano Dawes* (1924), elaborado por financistas norte-americanos a fim de resolver o impasse. Propunha a retirada francesa do Ruhr e estabelecia nova escala de pagamento de reparações pelos alemães, assegurada por empréstimos norte-americanos. "Quando em 1929 as atrações, rivais da especulação de mercados, esgotaram os empréstimos norte-americanos, a Alemanha atrasou-se uma vez mais. Para evitar esse desastre, uma nova comissão de reparações, chefiada pelo financista norte-americano Owen D. Young, elaborou o *Plano Young*. Sob este Plano, a conta total de reparações foi reduzida a aproximadamente vinte e sete bilhões de dólares e o paga-

mento alongado por um período de cinqüenta e nove anos (...) Empréstimos adicionais nos Estados Unidos financiaram as reparações até 1931, porém, nessa época, a Depressão tornou impossível novos empréstimos (...)" (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, pp. 75 e 76.)

Momento culminante nos *Anos de Ilusão* (1919-1929), dominados pelo *pacifismo* e pela crença de que o conflito mundial fora travado pela necessidade de eliminar a guerra da face da Terra, deu-se com a *Conferência de Paris*, quando se assinou o *Pacto Briand-Kellog* (1928).

> "As Altas Partes Contratantes declaram solenemente, em nome de seus respectivos povos, que condenam o recurso à guerra para a solução das controvérsias internacionais, e a isso renunciam, como instrumento de política internacional, em suas relações recíprocas." (Artigo 1º do Pacto Briand-Kellog. FERREIRA DE MELO, R., *op. cit.*, p. 325.)

INVESTIMENTOS DOS EUA NO EXTERIOR (1930)
(em bilhões de dólares)



Na prática, o compromisso não continha nenhum dispositivo a ser empregado contra a guerra. Além do mais, não deixava de representar a aceitação de um princípio internacionalista pelos Estados Unidos, uma vez que o pacto teve a adesão de 61 nações e como um dos maiores incentivadores o secretário de Estado Frank Kellog.

Esforços para o desarmamento contaram com a participação dos Estados Unidos em duas importantes conferências internacionais:

• a *Conferência de Londres* (1930), reunindo Estados Unidos, Inglaterra, Japão, França e Itália, cujo sucesso foi relativo. Nela se estabeleceu a extensão da proporção de cotas aos demais tipos de navios de guerra, embora se convencionasse a paridade de submarinos, e a França e a Itália se recusassem a ratificar o acordo;

• a *Conferência de Genebra* (1932), que contou com a participação de 62 países para discutir o desarmamento; o resultado foi um fracasso total, pois o mundo já vivia a Grande Depressão e caminhava para um novo conflito mundial.

Para a América Latina, as diretrizes tradicionais, baseadas na Política do Big Stick, tenderam a se chocar com crescente oposição, que teve na Argentina uma das principais lideranças.

B. A PROSPERIDADE DO BIG BUSINESS (1921-1929)

Após superar a Pequena Crise (1919-1921), os Estados Unidos conheceram um *período de impressionante desenvolvimento econômico*, processado em ritmo tão acelerado que a sociedade norte-americana atingiu índices de prosperidade até então desconhecidos.

As indústrias desfrutaram uma expansão bastante significativa. "O número de estabelecimentos fabris declinou, graças à consolidação e eliminação de pequenos produtores, de 274.598 unidades existentes em 1919 para 210.959 em 1929; o número de assalariados declinou também (...) de 9.041.311 para 8.838.743. Simultaneamente, verificou-se um aumento de 64% na produção fabril (...)" (LINK, A.S., *História moderna dos Estados Unidos*, volume II, Zahar Editores, p. 422.)

O prodigioso impulso industrial ligou-se, em parte, aos *aperfeiçoamentos técnicos*, permitindo a produção em massa. O taylorismo, a técni-

ca de linha de montagem, a pesquisa científica sistemática, os modernos padrões de segurança adotados no trabalho e o uso generalizado de novas fontes de energia elétrica pesaram sensivelmente sobre as indústrias em geral e determinadas indústrias em particular.

Foi o caso da *construção civil*, bastando mencionar que, de 400 mil moradias concluídas em 1919, saltou-se para 935 mil em 1925. Nos anos 20 proliferaram os arranha-céus, mais tarde constituídos em cartões de visita dos Estados Unidos: simbolizavam a prosperidade e o crescimento norte-americanos.

Igualmente espantoso foi o crescimento da *indústria automobilística*: em 1921 havia 10 milhões e meio de automóveis, em 1928 o total atingia 23.300.000. "Sua importância, no conjunto da economia norte-americana, reflete-se claramente no fato de que em 1929, por exemplo, utilizava 15% do aço e quatro quintos da borracha processada nos Estados Unidos, empregava 7,1% dos assalariados industriais, pagava 8,7% dos salários do setor industrial e, finalmente, representava 12,7% do valor total de produtos fabricados por todas as empresas industriais." (LINK, A.S., *op. cit.*, volume II, p. 433.)

Também foram de grande importância indústrias novas como:

• as *indústrias cinematográficas*, responsáveis pela abertura de milhares de salas de projeção, pela elevação de Hollywood, na Califórnia, à condição de capital do cinema, pela popularidade de dezenas de atores e atrizes, pela propagação do *american way of life*;

• as *indústrias radiofônicas*, que levaram à produção de milhares de aparelhos receptores e seus acessórios, paralelamente à fundação de 562 estações de rádio entre 1920 e 1924;

• a *indústria aeronáutica*, impulsionada pela organização de empresas de transporte de passageiros e de linhas de correio aéreo;

• as *indústrias de aparelhos de uso doméstico*, com a produção de fogões e geladeiras fabricados aos milhares.

"*Negócios* nos Estados Unidos *são negócios.*"

(Afirmativa do presidente Coolidge. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 86.)

Essa prosperidade era vigorosamente defendida pelos dirigentes republicanos, partidários da *Política do Big Business.*

> "Queremos um período na América com menos governo nos negócios e mais negócios no governo." (Declaração do presidente Harding. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 94.)

Torna-se evidente que o Big Business representava o mínimo de intervenção do Estado na economia e o máximo de liberdade econômica. Tais diretrizes refletiram-se:

• no estímulo à *concentração capitalista*, e também pela elaboração de leis e de planos encorajando o crescimento dos *holdings,* trustes e a realização de combinações diversas;

• nas dificuldades opostas aos produtos estrangeiros pela *Tarifa Fordney McCumber* (1922), que elevou os direitos aduaneiros de importação em 38% *ad valorem*. Tratava-se de reservar o vasto mercado interno à exploração exclusiva dos empresários norte-americanos.

Essa tarifa refletia também uma *visão nacionalista* que se desenvolveu após a guerra, assumindo *matizes reacionários, racistas e intolerantes.* Esse nacionalismo "manifestava-se em uma perturbadora variedade de maneiras — na revisão da História e dos manuais de História, na exigência de que os professores fizessem juramentos de lealdade, na denegação de cidadania aos pacifistas, na deportação dos estrangeiros, na supressão da inquietação econômica através de leis contra o Sindicalismo e o Anarquismo, no repúdio do Liberalismo nas Artes e na Literatura, na celebração do fundamentalismo em religião, na emasculação legislativa e judicial do Estado e nos decretos federais de direitos". (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 119.)

Essa mentalidade expressou-se nas *leis restritivas à imigração*, como a Johnson Act (1924) estabelecendo a cota anual de 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade, tomando-se como referencial os residentes no país em 1890, embora se fixasse em cem o número anual de cada nacionalidade e se proibisse a entrada de japoneses.

A aprovação da Lei Volstead, convertida em XVIII Emenda à Constituição (1920), constituiu outra manifestação da intolerância e do moralismo dos anos 20. Mais conhecida como *Lei Seca*, proibia a fabricação, a venda ou o transporte de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos. Na prática resultou ineficaz e estimulou a multiplicação de bares clandestinos (*speakeasies*), e a organização de quadrilhas de criminosos (*gangsters*) que contaram com o apoio de políticos e policiais corruptos. Multiplicaram-se as destilarias ilegais, as lutas sangrentas pelo controle de *territórios* que incluíam até cidades. Expandiu-se o crime organizado de que se tornou símbolo Al Capone, tendo como verdadeira capital a cidade de Chicago.

A intolerância então existente explica a ascensão da *Ku Klux Klan* (KKK), restaurada em Atlanta, na Geórgia (1915) e logo se expandindo a todo o país. Com suas práticas rituais, que chegavam a impor o uso de capuzes a seus filiados, a KKK incorporou à sua linha de atuação todas as fobias de pós-guerra contra os negros, católicos, judeus e estrangeiros. Sis-

tematizando a intolerância política, racial e religiosa, a KKK batia-se pela *supremacia do norte-americano branco, protestante e anti-revolucionário.*

Eu sou a lei

(Afirmativa de D.C. Stephenson, dirigente da KKK)
Empregando a violência, que incluía desde as surras de chicote e banhos de piche e de penas até o assassinato, o Klan "elegia Governadores e Senadores simpáticos ao seu programa. Durante uma década o Klan seguiu seu violento caminho, e homens prudentes nele viram a base em potencial para um movimento fascista norte-americano". (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 120.)

Assim Deus criou o homem à sua própria imagem;
à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.

(Gênese 1:27)

Por vezes a intolerância assumiu *formas de fanatismo religioso*, expressado em leis que proibiam o ensino da Teoria Evolucionista de Charles Darwin, ou em medidas de censura a obras tachadas de imorais, as quais tiveram a concordância das autoridades. Constituiu verdadeira polêmica nacional, opondo fanáticos obscurantistas e ardorosos partidários da liberdade de pensamento, o julgamento de Johnny Scopes, modesto e corajoso professor de biologia: condenado em Dayton, no Tennessee (1925), sua absolvição foi reconhecida pela Corte Suprema (1926).

A intolerância nacionalista levou ainda à elaboração de leis contra pessoas muitas vezes inocentes, mas identificadas como *agentes provocadores estrangeiros.* Alguns dos acusados eram partidários de idéias pacifistas, anarquistas e socialistas, porém, em muitos casos, eram processados sob a acusação de outros delitos. Assim ocorreu com o sapateiro Nicola Sacco e o peixeiro Bartolomeo Vanzetti, anarquistas italianos. Em defesa da ortodoxia política, um tribunal de Massachusetts julgou-os culpados do assalto a uma fábrica e do assassinato de duas pessoas, embora nenhuma testemunha houvesse identificado os dois acusados (1921). Apelos diversos protelaram a execução até 1927, quando Sacco e Vanzetti

foram eletrocutados, apesar de um criminoso ter confessado a participação nos delitos imputados aos anarquistas.

> "Não só tenho lutado toda a minha vida para eliminar crimes que a lei oficial e a moral oficial condenam, mas também o crime que a moral oficial e a lei oficial sancionam e santificam — a exploração e a opressão do homem pelo homem." (Trecho da última declaração de Vanzetti, em abril de 1927. SYRETT, H.C., *op. cit.*, p. 281.)

Em 1977, meio século depois, Michael Dukakis, governador de Massachusetts, enviou proclamação aos descendentes daqueles trabalhadores anarquistas admitindo que os dois italianos haviam sido condenados mais por suas convicções políticas e por serem imigrantes do que por qualquer prova conclusiva.

Fica evidente que prosperidade e intolerância coexistiram nos Estados Unidos na década de 1920.

É certo, porém, que a imagem do *american way of life* — novo modelo de civilização oferecido pelos Estados Unidos ao mundo — projetava apenas a prosperidade: cidades povoadas de imensos arranha-céus, negros automóveis correndo velozmente por modernas rodovias, estádios repletos de multidões comprimidas e torcendo nas partidas de beisebol e nas lutas de boxe, clubes luxuosos ou modestos em que os pares saltitavam dançando o *jazz*, o *charleston*, o *shimmy*, tocados por orquestras ou estridentes e coloridas bandas.

Havia, contudo, uma face oculta da sociedade caracterizada pela miséria e pela desigualdade. Desde 1920, por exemplo, a situação dos agricultores piorava, pois se acumulavam os estoques agrícolas e baixavam os preços dos cereais. Havia regiões agrícolas em que a depressão tornava uma utopia o trabalho assalariado: na prática imperavam condições de servidão. Mesmo nas grandes cidades, em meio à riqueza de poucos, muitos viviam em condições subumanas nos bairros pobres, desprovidos de condições mínimas de saúde e habitação. Esse mundo também incluía numerosas greves e conflitos trabalhistas, onde o massacre dos operários não era novidade. A insatisfação era grande em amplos setores operários, especialmente os ligados às indústrias têxteis e mineiras.

C. A CRISE DE 1929

Em 29 de outubro de 1929 uma notícia explodiu como uma bomba nos Estados Unidos: a Bolsa de Nova Iorque havia quebrado.

Essa explosão arrasou a economia norte-americana e seus petardos atingiram todos os países — exceto a URSS —, provocando falências de empresas e o desemprego de milhões de trabalhadores.

Não foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, entretanto, que provocou a Crise de 1929 e sua seqüência, a *Grande Depressão* dos anos 30. A crise teve suas *origens* no extraordinário *aumento da produção industrial e agrícola* ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial. Esse aumento foi possível devido à ampliação do mercado consumidor, particularmente o externo, representado pelos países beligerantes europeus e também pelas sociedades tradicionalmente consumidoras de produtos da Europa.

Como as empresas estavam obtendo altos lucros em suas transações, o valor das ações tendeu a crescer em espiral. Isso estimulou a *especulação em larga escala* das ações valorizadas com a prosperidade existente. Fortunas se fizeram rapidamente e numerosas obras literárias, como as de F. Scott Fitzgerald, descrevem o mundo de loucura e de ostentação criado com a desenfreada especulação.

"Isso assumiu grande variedade de formas, a mais comum das quais sendo a organização de sociedades anônimas proprietárias das ações de outras companhias (*holdings*) que, por sua vez, já eram proprietárias de ações de outras companhias (...) Em certos casos organizavam-se companhias para controlar acionariamente outras companhias, com o objetivo de lançar mais ações destas para venda ao público. Atraído pela suposta competência dos empresários e financistas, o público comprava ações dessas empresas que, então, investiam em atividades produtivas." (GALBRAITH, J.K., "Dias de boom e de desastre". *História do século XX*, volume 3, Abril Cultural, p. 1331.)

A especulação alucinada e a produção sem controle representavam uma combinação perigosa. No imediato pós-guerra houvera um prenúncio da Grande Crise: a *Pequena Crise*. Nesta, os estoques agrícolas e industriais começaram a se acumular, os preços de venda tenderam a bai-

xar, o índice de desemprego cresceu, os lucros dos empresários momentaneamente estacionaram...

A Pequena Crise decorreu de fatores diversos. Um deles é que os preços de venda haviam se elevado muito durante o conflito, o que estimulava o contínuo aumento da produção e a descontrolada especulação. No setor agrícola, os empresários não haviam hesitado em contrair empréstimos e hipotecas para renovar a maquinaria necessária ao aumento da produção. No pós-guerra, contudo, *diminuiu a demanda externa* na medida em que os países europeus voltaram a produzir o que, momentaneamente, estavam importando dos Estados Unidos. Além do mais, países periféricos do capitalismo haviam iniciado sua industrialização, o que os levou a reduzir a importação de produtos fabris norte-americanos. A retração dos mercados externos atingiu duramente a economia estadunidense.

A produção industrial pôde recuperar-se a partir de 1921-1922 devido a fatores diversos, dentre os quais a expansão de novos setores industriais; foi o caso, por exemplo, do crescimento da construção civil e da indústria automobilística, cujo desenvolvimento implicou maior consumo de ferro e de aço, absorvendo a superprodução estocada.

O reinício da prosperidade, entretanto, *não atingiu a agricultura*, que se manteve em crise durante todo o período. Buscando solucionar o problema agrícola, o Congresso aprovou — em 1921, 1922, 1924 e 1926 — leis elevando os impostos de importação sobre os produtos agrícolas. Pouco ou nada adiantou. A crise agrícola, porém, persistiu e contribuía para manter em retração uma parte do mercado consumidor interno.

Além disso, para outros grupos sociais que não tinham voz ativa, *a volta à prosperidade não significou uma redistribuição eqüitativa da renda*, o que, aliás, não constitui novidade no sistema capitalista. "Embora a produção por trabalhador tivesse aumentado constantemente durante o período, os salários mantiveram-se relativamente estáveis, bem como os preços. Em conseqüência, os lucros das empresas cresciam rapidamente, o mesmo acontecendo com as rendas pessoais dos ricos e milionários. Essa tendência era alimentada pelos constantes e bem-sucedidos esforços do Secretário do Tesouro (...) para reduzir as taxas do imposto de renda,

favorecendo especialmente as camadas de altas rendas. Em 1929, os 5% da camada de elite da população concentravam cerca de um terço do valor de toda renda pessoal do país (...) A economia dependia ampla e crescentemente do consumo de bens de luxo das camadas abastadas e de sua propensão em reinvestir o que não queriam, ou não podiam, gastar consigo mesmos." (GALBRAITH, J.K., *op. cit.*, volume 3, p. 1331.)

A prosperidade da década de 1920 também revelaria sua precariedade se fossem levados em conta dois fenômenos que se expandiram na economia norte-americana:

- a *não-limitação da produção*, seja pela diretrizes governamentais, condicionadas ao liberalismo econômico, seja porque os produtores esperavam que a mesma fosse consumida pelas vendas ao mercado externo ou absorvida internamente. Entretanto, o crescente aumento da produção acabaria levando, como de fato ocorreu, à superprodução, e, conseqüentemente, ao acúmulo dos estoques, queda dos preços, redução dos lucros, desemprego...
- a *utilização descontrolada do crédito:* este era concedido visando a estimular as vendas das mercadorias e, por isso, era aberto aos compradores. Criava-se, então, um mecanismo perigoso: indivíduos ou empresas obtinham empréstimos para poder comprar produtos do seu interesse. Na hipótese de esses emprestadores-consumidores terem seus rendimentos reduzidos, o desastre seria duplo: não teriam como resgatar os empréstimos nem como adquirir as mercadorias oferecidas.

Ora, foi precisamente isso o que ocorreu quando portadores de ações, cuja especulação elevara excessivamente seus valores, resolveram vender essas ações porque os dividendos tendiam a baixar.

Registrou-se uma venda maciça por parte de investidores assustados.

(Declaração do banqueiro Thomas Lamont, 24 de outubro de 1929)

Em outubro de 1929, a venda de ações começou a dar evidentes sinais de crescimento na Bolsa de Nova Iorque. Na chamada *Quinta-*

Feira Negra (24 de outubro), "cerca de 13 milhões de títulos mudaram de mãos e os preços caíram tão rapidamente que as fitas registradoras não conseguiam acompanhar o ritmo da queda". (LINK, A.S., *op. cit.*, volume II, p. 606.)

Já então milhares de pequenos especuladores se arruinaram e se viram obrigados a cessar seus pagamentos a créditos e/ou a retirar suas economias depositadas nos bancos. No dia seguinte, sexta-feira, os jornais noticiaram a formação de um *pool* de banqueiros para apoiar o mercado de compra de ações, o que trouxe certa estabilidade aos pregões da Bolsa naquele dia e no meio expediente de sábado.

Na segunda-feira, 28 de outubro, contudo, foram vendidas mais de 9 milhões de ações a preços baixos. O pânico deu-se na terça-feira, 29 de outubro: cerca de 16 milhões e 410 mil títulos "mudaram de mãos no mais frenético e tresloucado dia de transações de toda a história da Bolsa (...) O tremendo declínio no valor dos títulos — um prejuízo de 40 bilhões de dólares, aproximadamente, só durante os últimos quatro meses de 1929! — libertou complexas forças que interatuavam para levar os Estados Unidos às maiores profundezas de estagnação industrial e financeira". (LINK, A.S., *op. cit.*, volume II, pp. 607 e 608.)

A *corrida aos bancos* levou muitos desses estabelecimentos a cerrar suas portas, o que aumentava o número de desempregados, porque diversas indústrias já haviam falido ou reduzido sua produção. Na medida em que o desemprego cresceu, somando-se à crise que atingia a agricultura desde 1920, a capacidade do mercado interno tendeu a se restringir. Os preços baixaram consideravelmente e as fábricas começaram a falir, sobretudo no segundo semestre de 1930, o que reduziu mais ainda a capacidade consumidora do mercado nacional.

Tudo estará terminado em 60 dias.

(Afirmativa do presidente Hoover, outubro de 1929)

Entretanto, a crise prosseguiu qual ciclone destruindo tudo em seu avanço. Só no setor bancário, houve 659 falências em 1929, 1.352 no ano seguinte, e 1.452 em 1932! É bom não esquecer que o fechamento

dos bancos implicava a perda dos depósitos das pessoas físicas e jurídicas, o desemprego de milhares, a suspensão de créditos...

A indústria em geral, empresas de comércio, agricultura, companhias de aviação e ferroviárias — *todo o sistema econômico foi atingido.*

"Em conseqüência, o desemprego crescia de mês para mês, de ano para ano: 3 milhões de desempregados em abril de 1930, 4 milhões em outubro desse mesmo ano; quase 7 milhões em outubro de 1931, perto de 11 milhões um ano depois, e de 12 a 14 milhões nos primeiros meses de 1933. Além disso, os trabalhadores que tiveram a sorte de se manter em seus empregos sofreram pesadas reduções salariais, especialmente a partir de 1931, e os desempregados que conseguiam encontrar novas colocações percebiam salários obviamente inferiores aos antigos." (LINK, A.S., *op. cit.*, volume II, p. 612.)

> "Logo no porto de Nova Iorque o viajante fica surpreendido, chocado pela calma trágica de um lugar que conheceu o mais ativo do mundo (...) Há neste momento nos Estados Unidos cerca de 14 milhões de desempregados, e, como muitos deles têm famílias, 20 a 30 milhões de homens e mulheres vivem de esmolas (...)" (Trecho de *Estaleiros americanos*, de André Maurois. FREITAS, G. de, *op. cit.*, volume III, p. 311.)

O próprio Estado foi atingido quando a retração dos negócios acarretou a *redução da receita tributária*. Embora a princípio o presidente Hoover e sua administração adotassem uma postura otimista, visando a injetar esperanças em uma sociedade que se desintegrava com o colapso econômico, viram-se obrigados a tomar medidas tendentes a conter o caos que se alastrava. Assim foi que cortaram os empréstimos ao exterior e aprovaram a *Tarifa Hawley-Smoot*, de 1930, estabelecendo os mais *altos direitos aduaneiros* sobre todos os produtos importados, particularmente minerais, tintas, produtos químicos e têxteis. Protestos de economistas e de empresários, que tinham negócios com o exterior, não demoveram o governo, que pretendeu reservar o mercado nacional apenas para o empresário norte-americano.

Considerada o *coice de uma nação sobre o resto do mundo*, a nova tarifa não solucionou a crise norte-americana, mas teve profundas conse-

qüências. Uma delas foi que, ao elevar em 59% os impostos alfandegários cobrados aos produtos importados, praticamente *fechou o mercado norte-americano ao comércio externo*; este fato, somado ao *repartimento dos capitais feito pelos empresários*, que buscavam enfrentar a crise nacional, *tornou a crise internacional*, devido à interdependência do capitalismo norte-americano com o capitalismo mundial. Tanto mais que, até 1932, cerca de 25 países também adotaram tarifas aduaneiras fortemente protecionistas, o que em nada favoreceu o comércio exterior norte-americano, que agravou sua recessão.

Essa e outras medidas não conseguiram deter a crise econômica e seu desdobramento social. Assim, o número de casamentos declinou, o mesmo se dando com os índices de natalidade e de escolaridade. Favelas multiplicaram-se e se ampliaram com o congestionamento de falidos, desempregados e subempregados. Significativamente, eram chamadas *Hoovervilles*. Subalimentação, desnutrição e fome apresentavam-se como fenômenos marcantes e contribuíram para a *agitação social*.

Foi em meio a essa conjuntura de desespero, intranqüilidade e medo, de *agitadas greves, marchas de fome e concentrações de protestos* que se desfez o prestígio político do Partido Republicano, incapaz de solucionar a crise econômica e social, mas eficiente em adotar medidas repressivas, como foi a violenta dissolução de manifestações em 1932.

3. E OS DEMOCRATAS VOLTARAM AO PODER

O país tem necessidade e exige que seja efetuada
uma experiência audaciosa e contínua.

(Trecho de um discurso de Franklin Roosevelt, 1932)

A. PARA A CRISE, UM NOVO TRATAMENTO

Em meio à crise econômica e social, realizou-se a campanha para escolha de novo presidente, saindo vitorioso Franklin Delano Roosevelt, cuja eleição marcou a volta dos democratas ao poder e o início do mais longo período presidencial nos Estados Unidos: quatro vezes Roosevelt foi o ganhador nas urnas e no Colégio Eleitoral (1933-1945).

Em seus dois primeiros mandatos, o chefe do Executivo pôs em prática na política interna o que fora sua plataforma eleitoral: o *New Deal* ou *Novo Tratamento*. Sua realização envolveu um conjunto de medidas inteiramente novas, visando a solucionar os problemas econômicos e sociais gerados com a Crise de 1929 e continuados na Grande Depressão. Sua aplicação representava o fim do *laissez-faire* e as primeiras manifestações do neocapitalismo ou capitalismo de Estado, o que evidencia a improcedência das acusações feitas pelos republicanos de ser comunista o New Deal.

Assessorado por um grupo onde predominavam professores de economia política oriundos da Universidade de Colúmbia, os quais eram conhecidos como *Brain Trust* — grupo cerebral —, o governo convenceu-se da necessidade de intervir na economia, equilibrando produção e consumo a fim de salvar o sistema capitalista da crise em que se debatia.

Quando Roosevelt assumiu a presidência não havia um único banco aberto no país. "Imediatamente o Presidente proíbe a exportação de ouro, decreta moratória geral, ao mesmo tempo que desvaloriza o dólar e institui o controle bancário: a *Emergency Banking Act* atribui à fiscalização do Tesouro o poder de colocar todo banco nacional, que esteja em apuros, sob a tutela de um administrador provisório por ela nomeado e autorizado a reorganizar o estabelecimento, desde que conte com a aprovação de 2/3 dos acionistas ou de 75% dos depositantes." (CROUZET, M., *História contemporânea*, História Geral das Civilizações, tomo VII, DIFEL, pp. 135 e 136.) No conjunto, essas medidas reformavam o sistema financeiro mediante mecanismos dirigistas e intervencionistas destinados a impedir a especulação, elevar o preço dos artigos, estimular a exportação e aliviar a situação dos devedores porque as taxas de juros foram diminuídas.

As reformas financeiras igualmente incluíram a criação da *"Federal Deposit Insurance Corporation*, que protegia os depositantes contra a falência do seu banco mediante a promessa de o governo federal, nessa eventualidade, restituir-lhe uma parte ao menos do seus depósitos." (DUROSELLE, J.B., *Histoire — Le Monde Contemporaine*, Fernand Nathan, p. 143.)

Para atacar a crise que atingia os setores agrários, aprovou-se a *Lei de Ajustamento Agrícola (Agricultural Adjustment Act* ou *AAA*). A nova lei fixava, o fornecimento de subvenções aos proprietários rurais, em tro-

ca do compromisso de reduzirem as áreas de criação do gado para corte e de cultivo do trigo, milho, cana-de-açúcar, tabaco, algodão, amendoim, cevada e linho. A receita para a concessão desses subsídios seria obtida com a cobrança de tributos sobre as indústrias de transformação daqueles produtos e com a arrecadação de direitos aduaneiros cobrados a determinados artigos pré-relacionados.

A AAA visava a restabelecer o poder aquisitivo dos setores rurais e reequilibrar a oferta e a procura de gêneros agrícolas, o que permitiria elevar os preços de venda a níveis paritários aos do período anterior à Primeira Guerra Mundial. "Atingiu-se assim a uma agricultura adaptada ao mercado interno e pouco preocupada em exportar. Acordos bilaterais com países estrangeiros, porém, permitiram aumentar as exportações. Ajudou-se também aos agricultores não-proprietários para comprar suas fazendas. Houve um esforço para a redução de suas dívidas." (DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 144.)

De caráter bastante abrangente, pois envolvia múltiplos problemas das indústrias, a *Lei de Recuperação da Indústria Nacional (National Industrial Recovery Act* ou *NIRA*) visava a "terminar com os excessos da concorrência; elevar os preços a um nível de lucro constante, por meio da limitação da produção às necessidades reais; garantir uma semana razoável de trabalho e um salário compatível com o nível de vida dos trabalhadores. Esses objetivos seriam alcançados por meio da adoção de códigos para todos os ramos de indústria e comércio (...) Todos continham cláusulas que confirmavam o direito dos trabalhadores de se organizarem e estabeleciam salários mínimos e escalas de horas máximas de trabalho. Mas os líderes patronais (...) obtiveram do governo vantagens de grande alcance: estabilização de preços, controle de produção e (...) isenção de perseguição antitruste por práticas restritivas, anteriormente reputadas ilegais pelos tribunais". (LINK, A.S., *op. cit.*, volume II, pp. 660 a 662.)

Essa lei de 1933 provocou cerrada oposição de muitos grandes empresários que viram sua liberdade de ação reduzida. O clamor contra o governo era engrossado pelos protestos dos pequenos empresários que se sentiam mais ameaçados pela aceleração do processo de concentração de capitais. Considerada inconstitucional pela Suprema Corte, dominada por juízes ligados ao Partido Republicano, a NIRA foi suspensa (1935), o mesmo ocorrendo com a AAA e a Lei Wagner.

"Nas eleições de 1936, Roosevelt, utilizando uma plataforma populista e tendo a seu favor as realizações de seu governo, foi reeleito triunfalmente. A reeleição deu-lhe força necessária para ameaçar de reforma a Suprema Corte, já que se estava à beira de um conflito constitucional entre o Executivo e o Judiciário. Mas a questão resolveu-se tranqüilamente: os juízes opositores se aposentaram e a oposição não se manifestou mais abertamente." (AQUINO, R.S.L. de e outros, *op. cit.*)

A pobreza difundida e a riqueza concentrada não podem durar por muito tempo, lado a lado, em uma democracia

(Thomas Jefferson, presidente dos Estados Unidos)

No intuito de combater o desemprego e melhorar a legislação protetora do trabalhador, aprovou-se:

• a *Lei de Assistência Civil à Conservação e ao Reflorestamento* (1933), abrindo novas oportunidades de trabalho a jovens desempregados;

• a *Lei do Vale do Tennessee* (ou TVA, de 1933), estabelecendo uma série de obras públicas no Tennessee (Alabama) — incluindo barragens, usinas hidrelétricas, reflorestamento —, necessárias ao "bem-estar econômico e social do povo que vive na mencionada bacia do rio";

• a *NIRA*, já citada anteriormente, "que tentou aumentar o número de empregos, elevar salários, reduzir as horas de trabalho, eliminar o trabalho de menores (...) e salvaguardar o direito de organização e de acordos coletivos". (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 159);

Empregados terão o direito de organizar-se e de fazer acordos coletivos.

(Trecho de artigo da NIRA)

• a criação da *Comissão Nacional do Trabalho* (1933), ou *NBL (National Labor Board)*, "para dirimir por mediação, conciliação ou arbitragem todas as controvérsias entre empregadores e empregados".

Estas, aliás, foram numerosas até o ano de 1939. "Até 1938, a entidade sindical que agrupava os trabalhadores norte-americanos era a Federação Americana do Trabalho (AFL), que unificava os operários segundo as profissões — isto é, segundo as especialidades de cada um. Assim, em uma mesma fábrica, existiam diversas associações (foguistas, carpinteiros etc.), o que enfraquecia e isolava os operários. Alguns dos sindicatos mais poderosos, desiludidos com a política sindical desenvolvida pela AFL, fundaram em 1935 o Comitê para a Organização Industrial (CIO), que, diferentemente da AFL, unificava os operários de um determinado ramo da produção (por exemplo: metalúrgicos, têxteis etc.) independentemente da sua respectiva especialidade. Esse fato criava condições favoráveis para a consolidação da unidade da classe operária na luta por seus direitos e pela elevação do seu nível de vida." (AQUINO, R.S.L. de e outros, *op. cit.*);

• a *Lei Wagner* (1935), garantindo "o exercício, pelos trabalhadores, da plena liberdade de associação, auto-organização e designação de representantes de sua própria escolha";

• a *Lei de Segurança Social* (1935), estabelecendo assistência à velhice, benefícios aos dependentes de trabalhadores eventualmente não regularizados, e outras disposições assistenciais;

• a *Lei dos Justos Padrões de Trabalho* (1938), fixando o máximo de 40 horas de trabalho por semana, o salário mínimo por hora de trabalho e o pagamento de 50% a mais por hora extra de trabalho.

Apesar das resistências opostas, o dirigismo do New Deal conseguiu *salvar o capitalismo norte-americano*, mas a recuperação foi lenta: às vésperas da Segunda Guerra Mundial ainda havia oito milhões de desempregados, somente reempregados quando as indústrias bélicas se desenvolveram, após 1941.

Além do mais, o New Deal implicou decisivas conquistas da classe trabalhadora, inaugurando novo período em que as reivindicações operárias passaram a ser negociadas pelos empresários e autoridades, procurando-se evitar o emprego de medidas repressivas.

B. E O PAÍS MAIS UMA VEZ ENCAMINHOU-SE PARA A GUERRA

As reformas ocorridas com o New Deal processaram-se em uma conjuntura internacional marcada por *tendências indicativas de novo conflito mundial*:

- na Europa, o *nazismo* chegara ao poder na *Alemanha* (1933) e seus dirigentes empreenderam uma pregação belicista que teve pronta receptividade junto aos demais governos fascistas europeus, sobretudo na *Itália* dos Camisas Negras de Benito Mussolini;
- na Ásia Oriental, o *militarismo consolidara suas posições no Japão*, que mantivera a ocupação da Manchúria (1931-1932), atendendo a interesses do capitalismo japonês, e adotava medidas e formulava declarações cada vez mais agressivas. Assim é que, na *Declaração Amau* (1934), o ministro das Relações Exteriores afirmava que o Japão assumia a plena responsabilidade da paz na Ásia Oriental e que passaria a exercer uma ação protetora sobre o relacionamento da China e dos demais países orientais com as potências ocidentais. Considerada a Doutrina Monroe japonesa, a Doutrina Amau representava uma clara advertência das disposições do capitalismo japonês: a Ásia doravante deveria ser reservada exclusivamente à ação do imperialismo nipônico. Aliás, os apetites aguçados do Sol Nascente já haviam abocanhado pedaços do território chinês: o Jehol (1934), por exemplo, fora conquistado sem formal declaração de guerra e sem dificuldades, porque a guerra civil interna enfraquecia a China;
- na *América Latina crescia a condenação à política do Big Stick*, e seus maiores opositores eram os dirigentes argentinos. Com a Crise de 1929, o nacionalismo econômico do Partido Republicano contribuiu para aumentar o descontentamento dos países latino-americanos. O próprio isolacionismo dos Estados Unidos, então acentuado, poderia tornar-se perigoso, uma vez que algumas potências — no caso, a Alemanha, a Itália e o Japão — lançavam-se a uma política de redivisão dos mercados mundiais.

Esse isolacionismo dos Estados Unidos teve correspondência em uma política semelhante da Inglaterra e da França. Aliás, nenhuma dessas três sociedades capitalistas democráticas preocupou-se em garantir

pelas armas as decisões da Liga das Nações ou os dispositivos do Tratado de Versalhes.

É bem verdade que o *governo de Roosevelt* procurou uma *reaproximação com a América Latina* através da *Política da Boa Vizinhança.*

> "O Presidente endereçou cartas pessoais a todos os Presidentes das outras Repúblicas americanas, convidando-os a enviar delegados a uma conferência extraordinária para determinar os melhores meios de salvaguardar a manutenção da paz entre as Repúblicas americanas (...) Acredito que a Conferência de Buenos Aires foi realmente a mais importante reunião interamericana que até hoje ocorreu (...) [Um problema] consistia em saber se podiam conjuntamente reconhecer que uma ameaça à segurança de uma delas punha em perigo a segurança das demais." (Afirmativa de Summer Welles, secretário de Estado. DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 147.)

Entretanto, em relação à Europa, onde o nazi-fascismo se tornava mais ameaçador, a tendência foi preservar a neutralidade norte-americana, o que evidenciava uma postura isolacionista. O próprio fato de os Estados europeus se recusarem a pagar suas dívidas de guerra contribuía para fortalecer as diretrizes isolacionistas dos Estados Unidos.

Em que pese à tendência do isolacionismo, novas agressões realizadas pelo Eixo representavam um desafio à segurança internacional: a Itália ocupou a Etiópia (1935-1936), a Alemanha remilitarizou a Renânia (1936), o Japão invadiu a China (1937), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) iniciava com o apoio ostensivo da Itália e da Alemanha aos fascistas da Falange e do general Franco.

Refletindo a inquietação que aumentava em numerosos setores da sociedade norte-americana, Roosevelt pronunciou o Discurso da Quarentena.

> "A paz, a liberdade e a segurança dos 90% da população do mundo são ameaçadas pelos outros 10% que ameaçam destruir tudo o que é ordem e direito... Quando uma epidemia física come-

ça a se propagar, a comunidade aprova colocar os doentes em quarentena..." (Trecho do Discurso da Quarentena, outubro de 1937. DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 146.)

Para muitos tornava-se evidente que o isolacionismo e o neutralismo não manteriam os Estados Unidos fora de novo conflito, sobretudo porque a *tensão com o Japão tornava-se mais aguda*. Assim é que os dirigentes japoneses passaram a exigir a paridade naval com os Estados Unidos e a Inglaterra, denunciaram os Acordos de Washington (1922) e de Londres (1930) e se lançaram a intensa corrida naval (1936).

A divulgação dos Princípios Fundamentais da Política Nacional, programa redigido pelos ministros da Guerra e da Marinha (1936), mostrava a disposição japonesa de afastar os ocidentais da Ásia.

"O Japão deve esforçar-se para corrigir as políticas agressivas das grandes potências e realizar sua missão imperial através de uma política incessante de expansão marítima (...)

Para favorecer seu desenvolvimento econômico, o Japão deseja desembaraçar-se da ameaça russa, estar preparado contra a Inglaterra e os Estados Unidos, enfim, estreitar as relações entre o Japão, o Manchúcuo e a China (...)" (Trecho do novo programa da política japonesa. PANIKKAR, K.M., *A dominação ocidental na Ásia*, Editora Saga, pp. 306 e 307.)

Ainda que procurando preservar a neutralidade norte-americana, o governo Roosevelt começou a dar os primeiros passos no sentido de preparar o país para a eventualidade de novo conflito mundial: a *Lei Vinson de Expansão Naval*, aprovada pelo Congresso (1938), autorizava a aplicação, durante a década seguinte, de um bilhão de dólares no fortalecimento da frota de guerra. Além do mais, intensificou seus esforços para *fortalecer o sistema de segurança coletiva no hemisfério americano*, inclusive porque agentes alemães e italianos desenvolviam esforços no sentido de criar organizações partidárias e/ou governos desvinculados dos Estados Unidos e favoráveis ao Eixo. A reunião da Oitava Conferência Internacional Americana aprovou a Declaração de Lima (1938), em que

as repúblicas americanas reafirmavam sua determinação de, em conjunto, resistir a quaisquer ameaças à segurança e à paz do continente

A guerra alastrava-se na Ásia, onde a agressão japonesa à China aprofundava-se, e na Europa, onde a França capitulava diante dos exércitos nazistas (1940). Foi nesse clima que se processou a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos; enquanto o candidato republicano Wendell Wilkie defendia a não-intervenção dos Estados Unidos na Europa, Roosevelt, que postulava nova reeleição, pregava a necessidade de uma política externa firme contra o Eixo, mesmo envolvendo o risco de guerra, "não para defender obsoletos direitos neutralistas ou para se empenhar em sua segunda cruzada pela democracia, mas, principalmente, para defender sua própria segurança e liberdade". (LINK, A.S., *op. cit.*, volume II, p. 810.)

Pouco antes da vitória eleitoral que consolidaria sua política de oposição ao Eixo, o governo Roosevelt prosseguiu suas diretrizes de *aproximação com a Inglaterra* e de *preparativos para entrar na guerra*:

• um acordo em Washington entregava à Inglaterra cinqüenta destróieres em troca da cessão, por arrendamento durante 99 anos, de bases aéreas e navais nas colônias inglesas das Antilhas e de Terra Nova (1940);

• aprovação da Lei do Serviço Seletivo (1940), estabelecendo a criação de um exército de 1.400.000 homens.

O imenso e poderoso esforço de guerra norte-americano começava a se expandir rapidamente.

Devemos converter-nos no grande arsenal
da democracia.

(Afirmativa do presidente Roosevelt, em dezembro de 1940)

A venda de produtos industriais norte-americanos à Inglaterra aumentava, porém o governo inglês se encontrava ante verdadeiro impasse: precisava reforçar as defesas internas do país em face da ameaça de iminente invasão alemã, mas não dispunha de recursos suficientes para pagar suas compras à vista.

Por proposta do Executivo, o Congresso norte-americano aprovou a *Lei de Empréstimo e Arrendamento* (1941), autorizando o presidente a

emprestar armas, munições, produtos alimentícios e serviços diversos a qualquer país cuja defesa parecesse vital à segurança dos Estados Unidos Para atender tais compromissos abriam-se créditos no valor de cerca de 18 bilhões de dólares. Os empréstimos seriam devolvidos ou pagos após a guerra.

Essas medidas representavam claramente aquilo que o governo norte-americano continuava negando: os Estados Unidos já estavam engajados na Segunda Guerra Mundial. "Depois disso os acontecimentos sucederam-se com espantosa rapidez. Poucas semanas após (...) os Estados Unidos tomaram todos os navios do Eixo que se encontravam em portos norte-americanos. Em abril colocaram a Groenlândia sob sua proteção (...) Em maio houve a transferência de cinqüenta navios petroleiros para a Grã-Bretanha, o confisco de navios franceses, e, após o afundamento do cargueiro norte-americano *Robin Moor*, a proclamação solene de uma 'emergência nacional ilimitada'. Em junho os Estados Unidos congelaram todas as contas do Eixo e fecharam todos os consulados do Eixo." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, pp. 216 e 217.)

Por suas repercussões posteriores, assumiu particular importância o encontro de Roosevelt com Winston Churchill, primeiro-ministro inglês. Ocorrido em agosto de 1941, a bordo do cruzador *Augusta*, ancorado próximo a Terra Nova (Canadá), resultou no compromisso de os Estados Unidos concentrarem seu poderio prioritariamente contra a Alemanha, caso se envolvesse em conflito contra o Eixo. Resultou também na aprovação da *Carta do Atlântico*, em que os dois dirigentes apresentam princípios considerados comuns aos respectivos países e essenciais a "um porvir mais auspicioso para o mundo". Afirmam não pretender conquistas territoriais, o respeito à autodeterminação dos povos, a rejeição a modificações realizadas pela força, a preocupação com a colaboração entre as nações para assegurar melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social, a necessidade de destruição da tirania nazista para o estabelecimento da paz, e o empenho em um desarmamento geral.

Esse documento, posteriormente endossado por mais 15 nações, representou verdadeira declaração de guerra à Alemanha; entretanto, a entrada oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial ocorreu

quando o Japão atacou Pearl Harbour, base aeronaval norte-americana nas ilhas Havaí.

Desde a invasão da China as relações nipo-norte-americanas vinham se mostrando particularmente ameaçadoras. Aos dirigentes japoneses pareceu que o sucesso do Japão na China dependeria do afastamento dos Estados Unidos, uma vez que a administração Roosevelt passara a fornecer ajuda financeira e bélica a Chiang Kai-shek. Já em 1939 os tratados de comércio Estados Unidos-Japão não foram renovados, seguindo-se o embargo da venda de produtos como o petróleo, a borracha e o ferro, que eram vitais para o esforço de guerra japonês. A pressão econômica foi reforçada com a adesão dos britânicos, chineses e holandeses: o chamado Cerco ABCD. Some-se a tudo isso o congelamento dos capitais japoneses nos Estados Unidos e os diversos protestos contra a presença militar nipônica na China e na Indochina.

Entendendo que os projetos de *criação da Grande Ásia Oriental* se tornavam difíceis devido aos obstáculos opostos pelos Estados Unidos, o governo japonês considerou essencial destruir a esquadra norte-americana ancorada em Pearl Harbour, expulsar as forças militares estadunidenses das Filipinas e do Pacífico, levando o governo Roosevelt a aceitar a hegemonia do Sol Nascente na Ásia Oriental como um fato consumado.

> "Ontem, 7 de dezembro de 1941 (..) os Estados Unidos da América foram súbita e deliberadamente atacados por forças navais e aéreas do Império do Japão.
>
> (...) Ontem à noite forças japonesas atacaram Guam (...) as ilhas Filipinas (...) a ilha de Wake (...) a ilha de Midway.
>
> (...) Peço ao Congresso que declare que (...) passou a existir um estado de guerra entre os Estados Unidos e o Império japonês."
>
> (Mensagem de guerra do presidente Roosevelt ao Congresso. SYRETT, H.C., *op. cit.*, pp. 312 e 313.)

C. A PARTICIPAÇÃO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Quando os Estados Unidos entraram oficialmente no conflito, após o ataque japonês a Pearl Harbour, *ainda não estavam preparados para a*

guerra, e a situação dos Aliados era bastante difícil em face da desproporção de forças em relação ao Eixo. No entanto, a máquina de guerra norte-americana acelerou seu funcionamento e, dispondo de enorme potencial, deu ao país um poderio capaz de esmagar seus adversários na África, Europa e Ásia. A preparação militar estadunidense rapidamente ganhou impulso e, através do alistamento voluntário e compulsório, chegou a atingir mais de 15 milhões de homens e mulheres incorporados às Forças Armadas. Esse numeroso contingente militar, para seu treinamento, exigiu a construção de numerosas bases em território nacional ou submetido ao domínio norte-americano, como é o caso da Zona do Canal. Acrescente-se a necessidade de montar amplos serviços de alimentação, abrigo, transporte etc.

A produção bélica igualmente *cresceu* em velocidade, quantidade e qualidade. "No domínio da produção os Estados Unidos gozavam de vantagens superiores às de todos os outros beligerantes: imensa mão-de-obra, instalações modernas, ampla engenhosidade e, muito importante, imunidade a ataques aéreos, ausência de *black-outs*, alimentação e habitação suficientes, e nenhum dos outros perigos e agravos que prejudicavam tanto os Aliados quanto os inimigos." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 236.) Desde então, até fins da guerra, as indústrias produziram quase 300 mil aviões militares, 5.500 navios de guerra, 2 milhões e 700 mil metralhadoras e cerca de 87 mil tanques, além de outros armamentos e milhares de bombas, balas, obuses, granadas etc.

A enorme produção bélica, além de atender ao esforço de guerra dos Estados Unidos, supria também as necessidades dos Aliados em geral. "Tão vasta produção industrial motivou pesadas exigência ao trabalho e isso em uma época em que os serviços armados estavam usando cerca de 15 milhões de homens da idade mais produtiva. A brecha foi vedada de várias maneiras (...): a adição de mais de 3 milhões de mulheres ao exército do trabalho, aumento do trabalho de menores, volta de velhos e desempregados ao trabalho, a isenção do serviço militar dos que ocupavam postos-chave nas fábricas de guerra." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, tomo III, p. 241.) Além do mais, aumentou-se a semana de trabalho de 40 horas para 48 horas, melhoraram-se as técnicas de produção e se estimulou a maior produtividade individual do trabalhador mediante a elevação dos salários.

Também na área rural a produção atingiu altos índices, graças ao aumento do emprego de máquinas e fertilizantes, à ampliação das áreas de cultivo e à manutenção dos altos preços de venda dos produtos agrícolas.

"Preços altos para os lavradores, salários altos para os operários e grandes lucros para as companhias criaram um mercado vendedor em uma época em que a oferta dos bens de consumo não era adequada à procura. Sob o estímulo da guerra a receita nacional — isto é, a receita oriunda de impostos — elevou-se de 73 bilhões de dólares em 1940 a 140 bilhões em 1945. Os salários reais subiram 44% e a receita agrícola mais de 100%; no fim da guerra quase a metade da população tinha uma receita entre 2.000 e 5.000 dólares por ano." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 244.)

O engajamento na guerra implicou a ampla utilização de cientistas trabalhando intensamente na pesquisa e produção de artefatos com finalidades militares. É inegável que a principal contribuição desses cientistas foi o *fabrico da bomba atômica*, cuja utilização contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, inteiramente arrasadas, forçou a rendição incondicional do Japão.

Estamos domando a força básica do Universo.

(Afirmativa de Harry Truman, sobre a bomba atômica)

No entanto, até abril de 1942 sucederam-se as vitórias japonesas, facilitadas por momentânea supremacia naval e aérea. Por meio de ofensivas fulminantes os japoneses apoderaram-se dos impérios asiáticos dos Estados Unidos, Inglaterra e Holanda: Malásia, Filipinas, Índias Neerlandesas, Birmânia, Hong-Kong, Guam, Wake, Nova Guiné, e se preparavam para invadir a Índia e a Austrália.

Apesar das derrotas iniciais, o potencial norte-americano começou a se evidenciar: a *guerra-relâmpago nipônica foi contida* nas batalhas do Mar de Coral e de Guadalcanal (ilhas Salomão) e das ilhas Midway, paralisando o avanço do Sol Nascente em direção à Austrália e ao Havaí. Desde então *começou a contra-ofensiva dos Estados Unidos no Pacífico*, embora a prioridade do poderio estadunidense fosse concentrada contra

a Alemanha nazista, porque os serviços Aliados de espionagem haviam detectado que os cientistas germânicos preparavam novas armas de destruição devastadoras: as bombas voadoras e a bomba atômica.

Teve capital importância a *batalha do Atlântico*, cujo controle era disputado por ingleses e alemães desde o início do conflito. Esporadicamente, cruzadores e couraçados germânicos foram usados em incursões isoladas, nem sempre bem-sucedidas, contra navios adversários. Em contrapartida, submarinos alemães causaram pesadíssimas perdas às embarcações aliadas, quase cortando as comunicações navais entre os Estados Unidos e a Inglaterra. A partir de maio de 1943, no entanto, a batalha do Atlântico foi ganha pelos Aliados, graças sobretudo à ação conjugada aeronaval anglo-norte-americana.

Foi em meio à batalha do Atlântico que, sob o comando do general Dwight Eisenhower, uma força norte-americana, em operação conjunta com tropas britânicas e da França Livre, desembarcou na África do Norte (novembro de 1942). Já em março de 1943, os exércitos ítalo-germânicos capitulavam na Tunísia, o que pôs fim à presença do Eixo na África e possibilitou uma cabeça-de-ponte para a invasão da Itália pelo Quinto Exército, comandado pelo general norte-americano Mark Clark.

O esforço de guerra era coordenado também por conversações realizadas em conferências diversas e reunindo chefes militares, ministros e supremos dirigentes dos *Três Grandes*: o presidente Roosevelt, o primeiro-ministro Winston Churchill e o secretário geral Joseph Stalin, representando Estados Unidos, Inglaterra e URSS, respectivamente. Questões estratégicas, questões políticas, questões territoriais eram debatidas, geralmente prevalecendo os pontos de vista defendidos por Stalin e Roosevelt.

O Eixo desmoronava e a marcha convergente dos Aliados sobre a Alemanha foi acelerada com o desembarque na Normandia e na Provença, regiões do Norte e do Sul da França, cabendo o supremo comando das forças invasoras ao general Eisenhower (junho de 1944).

Enquanto a guerra prosseguia, já deixando entrever a vitória dos Aliados, processou-se a campanha eleitoral para escolha do Executivo e de parte do Legislativo. Os republicanos apresentaram Thomas Dewey como candidato à presidência e acreditavam saírem vitoriosos: nas eleições de 1942 haviam reforçado suas posições no Senado e na Câmara

dos Representantes. No entanto, o triunfo coube ao Partido Democrata: aumentou suas cadeiras na Câmara e viu *Roosevelt reeleito para um quarto mandato*, tendo como vice-presidente o também democrata Harry Truman (1944).

Estava à vista o fim do Eixo: na Europa Oriental, o Exército Vermelho levara de roldão os exércitos nazistas e forçara a capitulação da Romênia, Finlândia, Bulgária e Hungria, além de libertar a Polônia, Checoslováquia e Iugoslávia, antes de findar o ano de 1944. Na frente ocidental terminava a batalha da França, também libertada da ocupação alemã em 1944.

Na Ásia Oriental o Japão recuava e tinha sua esquadra e aviação aniquiladas pelos ataques partidos dos porta-aviões norte-americanos. Com isso, o Exército japonês, disperso em centenas de ilhas do Pacífico ou em terras continentais ocupadas, viu-se privado de receber ajuda. Gradativamente as tropas do general Douglas MacArthur foram reconquistando territórios anteriormente perdidos. Desde fins de 1944, o Japão passou a sofrer o ataque sistemático de bombardeios aéreos.

Em 1945, a *Alemanha* foi invadida e, atacada por todos os lados, *rendeu-se incondicionalmente*: em 8 de maio no quartel-general de Eisenhower, em Reims, e, no dia seguinte, no quartel-general de Zhukov, em Berlim. Na Itália, as tropas nazistas haviam deposto as armas no mesmo dia da tomada de Berlim pelos soviéticos: 2 de maio.

Quase um mês antes, em 1º de abril, falecera o presidente Roosevelt, assumindo a presidência Harry Truman, que teve a incumbência de liquidar a guerra contra o Japão, último remanescente do Eixo.

"A 26 de julho os líderes militares aliados, reunindo-se em Potsdã, apresentaram um ultimato ao Japão. A alternativa à rendição, disseram eles, 'é a imediata e completa destruição'. Embora os japoneses já houvessem feito propostas de paz através da URSS, anunciaram publicamente que ignorariam o ultimato de Potsdã. Por conseguinte, a 6 de agosto, uma B-29 solitária atirou a primeira bomba atômica sobre Hiroshima, e no dia 9 — um dia depois que a URSS finalmente declarou guerra ao Japão — uma segunda bomba atômica devastou Nagasaki." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo III, p. 329.)

Em 2 de setembro de 1945, a bordo do couraçado *Missouri*, o *Japão assinou sua rendição incondicional.* Terminava assim a Segunda Guerra Mundial. Novos tempos começavam.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Citar duas causas que levaram os Estados Unidos a participar diretamente da Primeira Guerra Mundial.

2. Destacar a importância dos Quatorze Pontos de Wilson.

3. Explicar o conflito entre o Senado norte-americano e a atuação do presidente Wilson.

4. Caracterizar o período de predomínio dos republicanos (1921-1933).

5. Dar o significado da Crise de 1929 para a sociedade norte-americana e suas implicações externas.

6. Explicar em que consistiu a política do New Deal.

7. Resumir a política norte-americana com relação aos países latino-americanos entre 1901 e 1933.

8. Assinalar os fatores que contribuíram para a mudança das relações entre os Estados Unidos e a América Latina durante a era de Franklin Roosevelt.

Os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial

1. E OS DEMOCRATAS CONTINUAM...

Pouco antes da vitória final dos Aliados sobre a Alemanha nazista, a súbita morte do presidente Franklin Roosevelt elevou o vice-presidente Harry S. Truman à chefia do governo norte-americano. A administração Truman (1945-1952) representou a continuação dos democratas no poder e o prosseguimento das grandes linhas da política do New Deal, sob a denominação de *Fair Deal (Tratamento Justo)*.

Internamente, o governo norte-americano tinha problemas urgentes para resolver: desmobilização de soldados, reconversão da indústria, divergências trabalhistas, pequena oferta de empregos etc. Vencidas as dificuldades internacionais, a economia norte-americana saíra da guerra mais fortalecida: os lucros dos monopólios cresceram extraordinariamente; os Estados Unidos controlavam a maior parte das reservas mundiais de ouro, a terça parte do comércio mundial, a metade da extração do petróleo e da fundição do ferro, e mais da metade da produção industrial capitalista estava concentrada no país.

Não obstante, a *economia norte-americana no pós-guerra caracterizou-se pela grande instabilidade.* Aos períodos de crescimento sucederam-se os de recessão; a indústria funcionava com capacidade ociosa, e a saída para as crises econômicas foi procurada cada vez mais no desenvolvimento da indústria bélica; os déficits orçamentários eram cobertos pelos freqüentes aumentos dos impostos.

Ao lado da alta do custo de vida, o desemprego ameaçava parte da classe operária, enquanto os agricultores viam crescer as suas dívidas para com os bancos e diminuir as suas rendas, o que levou à ruína milhares de pequenos fazendeiros.

A instabilidade econômica se fez acompanhar da *inquietação social*, sobretudo nos estados do Sul, onde se concentrava a população negra. Recebendo salários mais baixos que os trabalhadores industriais brancos, ou submetidos às duras condições de trabalho das lavouras de tabaco e algodão dos grandes fazendeiros, os negros sofriam intensa discriminação social. Não possuíam os mesmos direitos civis dos brancos e tinham reduzidos os seus direitos eleitorais. A *segregação racial* estendia-se às escolas públicas e particulares, aos locais de moradia (bairros negros nas cidades, constituindo verdadeiros guetos) e até aos bancos dos ônibus... Além disso, os linchamentos e enforcamentos de negros, promovidos por grupos parafascistas, como a Ku Klux Klan, eram comuns. A *luta dos negros pela igualdade de direitos* tornou-se cada vez mais aguda, ao mesmo tempo em que aumentavam os atos de terrorismo praticados pelos racistas.

Os *movimentos grevistas*, em que os operários negros eram ativos participantes, foram uma *constante nos anos do pós-guerra*, a despeito da política antioperária realizada pela AFL (Federação Americana de Trabalho) e pela CIO (Comissão para a Organização Industrial), as grandes centrais sindicais norte-americanas. Numerosas greves, envolvendo milhões de trabalhadores, reivindicaram aumentos salariais, criação de um fundo de aposentadoria e desemprego, abolição da Lei Taft-Hartley (1947), que proibia as greves, e a supressão dos atestados de ideologia, exigidos para os trabalhadores sindicalizados, sob o pretexto de eliminar os comunistas da direção dos sindicatos.

Para contrabalançar a difícil situação econômica e social, alguns meses depois de sua eleição para a Casa Branca, em janeiro de 1949, o presidente Harry Truman dirigiu uma mensagem histórica ao Congres-

so, na qual lançou as diretrizes do seu programa de governo, conhecido como *Fair Deal*. O *Tratamento Justo* propunha-se a revigorar as reformas iniciadas com o New Deal do governo Franklin Roosevelt, prevenindo a possibilidade de uma nova crise econômica e social, semelhante à que ocorrera após a Primeira Guerra Mundial. Foram aplicadas vultosas verbas federais em uma política de grandes construções públicas (hidrelétricas, irrigação e eletrificação rural) e de milhares de habitações para as faixas de menor renda. O governo procurava dar trabalho à numerosa mão-de-obra tornada ociosa com a desmobilização, assim como melhorar as condições de vida e moradia de grande parte da população. Os aluguéis residenciais foram controlados, o salário por hora sofreu um reajuste, e aumentaram-se os valores dos benefícios dos aposentados. As facilidades do crédito bancário foram ampliadas aos agricultores, a fim de que promovessem benfeitorias em suas propriedades.

> "A presente proteção das leis de segurança social é inadequada, e os benefícios pagos são muito baixos. Um terço dos trabalhadores não é protegido. Aqueles que são velhos ou dependentes dos benefícios recebem em média apenas 25 dólares mensais. Muitos outros que não podem trabalhar por serem fisicamente inaptos são postos de lado e ficam à mercê da caridade. Precisamos expandir nosso programa de segurança social, bem como o alcance dos benefícios e da proteção, contra os azares econômicos devidos ao desemprego, velhice, doença e invalidez." (Trecho da mensagem propondo o *Fair Deal*, 1949. BILLINGTON, R.A. e outros, *op. cit.*, volume 2, p. 525.)

A apreensão do governo dos Estados Unidos em relação à passagem de mais países europeus (Polônia, Hungria, Checoslováquia, Iugoslávia, Romênia e Bulgária) à esfera de influência da União Soviética traduziu-se pela *Doutrina Truman* (1947), que justificaria a crescente hostilidade norte-americana aos soviéticos. A partir desse momento, teve início a *Guerra Fria*, isto é, a bipolarização do mundo em blocos militares, econômicos e políticos antagônicos: o bloco capitalista, dominado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética.

A política dos Estados Unidos tem de ser de apoio aos povos livres que estão resistindo às tentativas dominadoras de minorias armadas ou a pressões do exterior.

(Harry Truman, 1947)

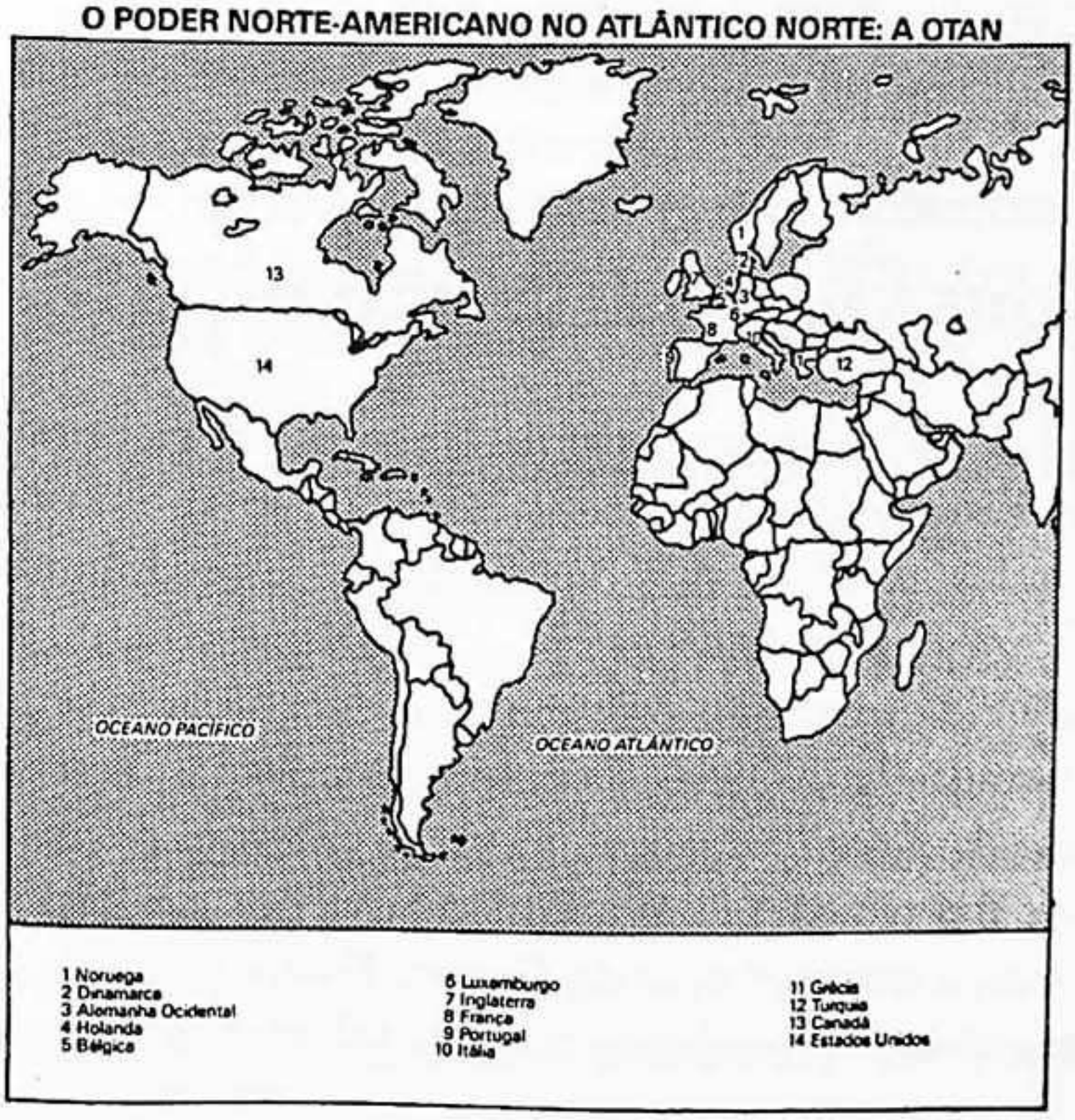
A Doutrina Truman, embora não mencionasse expressamente a União Soviética, continha uma clara alusão à expansão do socialismo no mundo, notadamente na Europa Oriental. A Grécia e a Turquia receberam ajuda econômica e militar dos Estados Unidos. Pouco depois, o *Plano Marshall* estendeu auxílio econômico aos países capitalistas europeus arrasados pela guerra: o *Programa de Recuperação Européia* foi aprovado em 1948 pelo Congresso dos Estados Unidos, após serem vencidas as resistências de elementos republicanos partidários do isolacionismo.

"Se o poder de compra do mundo se esgota, os mercados mundiais para os produtos norte-americanos desaparecem. Assim, pois, a idéia vetora básica é a de que os Estados Unidos, para impedir uma depressão interior, têm que soltar os dólares

que se necessitam para impedir o colapso exterior. A verdadeira razão pela qual se deve apoiar o Plano Marshall é a de reforçar o sistema norte-americano para os anos futuros." (Trecho de artigo do *United States News*, julho de 1947. GREENE, F., *El Enemigo*, Siglo Veinteuno Editores, p. 161.)

A *grave tensão internacional* manifestou-se pela formação de alianças militares multilaterais (como a OTAN, para o bloco capitalista europeu), crises internacionais (divisão da Alemanha em dois Estados) e conflitos armados (Guerra da Coréia, 1950-1953). Depois da Guerra Fria, o mundo não seria mais o mesmo: "a cruel lógica da Guerra Fria forçou um progressivo desenvolvimento dos arsenais nucleares norte-americanos e soviéticos, apesar da própria capacidade destrutiva das novas armas tornar urgente a questão do desarmamento, bem como as tentativas de negociar disputas que pudessem conduzir à guerra (...) Esses problemas foram acompanhados por repetidas controvérsias, uma incerteza sempre presente e o conhecimento constante de que um erro poderia causar uma derrota ruinosa, ou mesmo a aniquilação total." (LINK, A.S., *op. cit.*, volume III, pp. 1296 e 1297.)

O PODER NORTE-AMERICANO NO ATLÂNTICO NORTE: A OTAN



A *histeria anticomunista* refletiu-se internamente com a *Ordem de Lealdade de Truman* (1947), com o objetivo de investigar funcionários da área federal a fim de expulsar aqueles cujas atividades ou associações fossem consideradas desleais para com os Estados Unidos; além disso, a *Lei McCarran de Segurança Interna* (1950) criou um Departamento de Controle das Atividades Subversivas. Nesse mesmo ano, o senador republicano Joseph McCarthy ressuscitou o *Comitê de Atividades Antiamericanas*, destinado a promover brutal perseguição a indivíduos e instituições progressistas acusados ou suspeitos de serem comunistas. O *macarthismo* atingiu o auge em 1952, quando foram obrigados a comparecer perante a Comissão do Senado desde artistas e intelectuais até políticos ou militares. O genial Charles Chaplin, o famoso dramaturgo alemão Bertolt Brecht, o conhecido teatrólogo Tennessee Williams, e até os generais George Marshall e Dwight Eisenhower foram alguns dos milhares colocados sob suspeição na *caça às bruxas*, em que teve destacada participação o então deputado republicano Richard Nixon...

A partir da segunda metade do século XX, os Estados Unidos, internamente, a despeito das reformas executadas, não afastariam o perigo das crises econômicas, ou recessões, como preferem alguns; em política externa, abdicariam definitivamente do isolacionismo e se dedicariam a uma estratégia global de criar condições políticas e sociais favoráveis às instituições capitalistas.

2. E POR QUE NÃO OS REPUBLICANOS?

No final de 1952, após uma agitada campanha eleitoral, o republicano Dwight Eisenhower substituiu Harry Truman na presidência dos Estados Unidos, pondo fim às duas décadas de predomínio democrata. A chamada *Era de Eisenhower* (1952-1960) significou, no plano interno, anos de reduzida expansão econômica e declínio das rendas agrícolas, um nível elevado de falências de empresas privadas, cerca de cinco milhões e meio de desempregados; no plano externo, os maiores obstáculos foram os das relações com a União Soviética e a República Popular da China, com a *intensificação da Guerra Fria*, a partir de 1953. A composição do *gabinete republicano* acusava tal *predominância de represen-*

tantes dos grandes monopólios, que esse fato gerou, entre os democratas, irônico comentário: referindo-se ao governo Eisenhower, diziam que se tratava do governo dos três generais: general Eisenhower, General Motors e General Eletric...

O que é bom para a General Motors é bom para o país.

(Charles E. Wilson, antigo diretor da General Motors e secretário da Defesa)

Foram abolidos os controles de preços, salários e aluguéis. Com a finalidade de equilibrar o orçamento federal, foram reduzidos os gastos internos, mas, em contrapartida, aumentou a ajuda econômica dos Estados Unidos ao exterior, o que fazia parte da conjuntura de Guerra Fria. O governo procurou limitar a interferência do Estado na economia, sobretudo no que se referia à questão da energia elétrica e do petróleo. Sempre conciliando com os grupos monopolistas, o governo concedeu a particulares a exploração da energia elétrica em detrimento da administração do Vale do Tennessee. A Lei das Terras Submersas (1953) entregou os enormes depósitos de petróleo da costa da Califórnia e do golfo do México aos Estados dessas regiões. Apesar da forte oposição ao governo, o *desenvolvimento da energia atômica* foi estendido ao poder público, devido sobretudo à ação dos democratas.

O Estado subvencionou os agricultores para manter estáveis os preços dos produtos agrícolas, que abarrotavam os armazéns do governo. Os excedentes foram usados para a *expansão do comércio exterior* dos Estados Unidos.

A *legislação social* mereceu cuidados: ampliaram-se benefícios a várias categorias profissionais que não os recebiam. Apesar de o salário mínimo por hora ter sido aumentado, a situação da classe operária não mudou substancialmente. As reivindicações dos trabalhadores esbarravam sempre na direção oportunista das grandes centrais sindicais — AFL e CIO. Em 1955, deu-se a fusão dessas duas entidades, sem que isso significasse mudança na orientação sindical e trabalhista, atrelada à política dos círculos dirigentes.

A *questão dos direitos civis dos negros* (que formavam 10% da população do país) *agitou todo o período de Eisenhower*. A Suprema Corte, pre-

sidida pelo juiz Earl Warren, atacou a segregação racial, sobretudo nas escolas públicas, e derrubou a fórmula racista "separados, mas iguais" com a célebre Decisão Brown (1954).

"Alguns norte-americanos já há muito estavam conscientes de que a situação dos negros representava o mais visível fracasso da democracia norte-americana (...) quando a nação se horrorizou ante a teoria e a prática das doutrinas nazistas, a injustiça da discriminação racial sistemática no país tornou-se evidente." (LINK, A.S., *op. cit.*, volume 3, p. 1278.)

Numerosas organizações, como a Associação Nacional para Progresso dos Negros, defendiam direitos iguais para os negros. Além disso, ao terem mais acesso à educação e a melhores empregos, muitos negros tomaram consciência da sua verdadeira situação de oprimidos. A crescente concentração dos negros nas cidades do Norte e do Oeste aumentou a sua força eleitoral, reconhecida pelos partidos Republicano e Democrata. O *declínio do macarthismo* igualmente contribuiu para o fortalecimento da defesa das liberdades civis.

Entretanto, foi mantida a Lei de Segurança Interna que exigia a deportação de estrangeiros acusados de pertencer ao Partido Comunista. Em 1954, o Executivo assinou uma lei que privava os membros do Partido Comunista de direitos políticos e jurídicos. A Suprema Corte, no entanto, não reconheceu como legítima a acusação de "organização subversiva" imposta ao Partido Comunista, provocando grande descontentamento entre os elementos reacionários da sociedade norte-americana.

Graças ao seu prestígio pessoal, Eisenhower foi reeleito em 1956, mais uma vez tendo como vice-presidente Richard Nixon. A prosperidade dos Estados Unidos foi ameaçada pela inflação e pela *recessão de 1957-1958*, que *aumentou o número de desempregados.*

Eisenhower terminou seu governo em um clima de *crise econômica e social*, destacando-se a luta dos negros pela igualdade de direitos e de oportunidades (habitação, profissões, escolas, voto), que atingiriam o seu ponto culminante na década de 1960.

Externamente, os Estados Unidos aumentaram a sua influência econômica, política, ideológica e militar sobre o mundo capitalista, utilizando-se da política de ajuda financeira e técnica aos países da Europa Ocidental e ao Japão, cada vez mais convertida em auxílio militar contra a chamada ameaça comunista.

A política externa da *administração Eisenhower*, chamada *New Look (Nova Imagem)*, dirigida por John Foster Dulles, tentava vender nova imagem dos Estados Unidos como sinceros promotores da paz mundial.

"Os porta-vozes republicanos em 1952 acentuavam, compreensivelmente, a necessidade de um *new look* na política externa norte-americana e prometiam retomar a iniciativa que os democratas tinham supostamente perdido em favor dos soviéticos (...) Na verdade, os princípios fundamentais da diplomacia Truman-Acheson — alianças regionais, segurança coletiva, ajuda ao exterior e apoio das Nações Unidas — não só foram mantidos, mas até alargados durante a Era de Eisenhower. A transição do domínio democrata para o republicano foi marcada pela continuidade e não pela mudança." (LINK, A.S., *op. cit.*, volume 3, pp. 1333 e 1335.)

> "Devemos estar sempre prontos para exercer vastas e tremendas represálias na forma de terríveis contra-ofensivas na eventualidade de uma guerra global e temos, também, de estar prontos para ações militares de importância menor que a guerra total." (Almirante Arthur W. Radford, chefe dos Estados-Maiores Conjuntos dos Estados Unidos. LINK, A.S., *op. cit.*, volume 3, p. 1298.)

A conclusão da Guerra da Coréia (1953), mantendo os dois Estados coreanos (Norte, comunista; Sul, capitalista), demonstrou o *equilíbrio de forças entre as duas superpotências* — Estados Unidos e União Soviética. A Conferência de Genebra (1954) assinalou o fim do colonialismo francês na Indochina, com o *reconhecimento da independência do Laos, Camboja e Vietnã*, sendo que, neste último, desde 1945, organizara-se um governo comunista no Norte. Com a finalidade de deter o avanço dos movimentos populares no Sudeste Asiático, os Estados Unidos e a Inglaterra lideraram a criação de um novo bloco militar — a *Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (OTASE* ou *SEATO)* — com o objetivo de impedir a expansão socialista da China na Ásia Oriental (1954).

Em 1955, a República Federal da Alemanha (capitalista) foi admitida na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e pôde voltar a fabricar armamentos pesados (tanques, aviões, peças de artilharia). O Japão, convertido de antigo adversário em novo aliado dos Estados

Unidos, foi transformado em uma espécie de *polícia do Extremo Oriente*. Os investimentos de capitais norte-americanos que o Japão recebeu foram fundamentais para a recuperação econômica do país.

Paralelamente, na importante área petrolífera do Oriente Médio — onde, em 1951, o petróleo iraniano fora nacionalizado pelo primeiro-ministro Mohammed Mossadegh, deposto em 1953 —, o Irã foi escolhido para ser o *gendarme do golfo Pérsico*. O regime da dinastia Pahlevi (derrubado pela Revolução de 1979) tornou-se um dos mais sangrentos do mundo, utilizando-se de assassinatos, torturas, enquanto milhares de presos políticos apodreciam nos cárceres. O *Pacto de Bagdá* (1955) criou a *Organização do Tratado Central (CENTO)*, integrada pela Inglaterra, Irã, Paquistão, Turquia e Iraque, enquanto os Estados Unidos aplicavam a *Doutrina Eisenhower para o Oriente Médio* (1957) a fim de oferecer auxílio militar norte-americano contra a agressão armada do comunismo internacional.

> "Os Estados Unidos são hoje líderes de um amplo movimento anti-revolucionário em escala mundial em defesa dos interesses criados. Representam atualmente o que Roma representou. Roma apoiou consistentemente os ricos contra os pobres em todas as comunidades estrangeiras que caíram sob seu tacão; e como os pobres, até agora, têm sido sempre, e em todas as partes, muito mais numerosos do que os ricos, a política de Roma trabalhou em prol da desigualdade, da injustiça e da menor felicidade para o maior número." (Arnold Toynbee, historiador. GREENE, F., *op. cit.*, p. 237.)

Ao mesmo tempo, o movimento de descolonização de países africanos e asiáticos e a ascensão da China como terceira potência mundial contribuíram para a criação de um novo pólo de influência nas relações internacionais: *da bipolarização passava-se à multipolarização.*

Reunidos na *Conferência de Bandung* (1955), 29 países afro-asiáticos, liderados pela Índia e pela Indonésia, defenderam a *Coexistência Pacífica*, o anticolonialismo, a autodeterminação dos povos, a soberania e a igualdade de todas as nações, a interdição das bases nucleares e, sobretudo, a *política do neutralismo* — isto é, o não-alinhamento em

quaisquer dos blocos hegemônicos do poder mundial. Para as jovens nações afro-asiáticas a oposição capitalismo *versus* comunismo tornava-se secundária frente às necessidades colocadas pelo subdesenvolvimento.

> "Libertadas da desconfiança, do receio, dando prova de mútua boa vontade, as nações deveriam praticar a tolerância, viver em paz em um espírito de boa vizinhança e desenvolver uma cooperação amiga na base dos seguintes princípios:
>
> 1º Respeito aos direitos humanos fundamentais (...);
>
> 2º Respeito à soberania e à integridade de todas as nações;
>
> 3º Reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, pequenas e grandes;
>
> 4º Não-intervenção e não-ingerência nos negócios internos dos outros países (...);
>
> 6º Recusa de se recorrer a arranjos de defesa coletiva destinados a servir aos interesses particulares das Grandes Potências (...);
>
> 9º Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (...)"
>
> (Princípios da Conferência de Bandung. CHESNEAUX, J., *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*, Livraria Pioneira Editora, p. 115.)

À medida que a descolonização alcançava novos países da África e da Ásia, e estes libertavam-se das antigas potências colonialistas européias, os Estados Unidos procuravam substituí-las econômica e militarmente, *expandindo a sua área de influência*. Com esse propósito, ou ajudavam com dinheiro e armas os governos pró-ocidentais ou intervinham abertamente. Assim, apoiaram o governo de Chiang Kai-shek na luta contra a China Continental (comunista) e se envolveram diretamente, a partir de 1961, na Guerra do Vietnã.

A existência de *governos nacionalistas e reformistas na América Latina* também constituiu motivo de apreensões para a administração Eisenhower. Em 1954, foi derrubado o governo de Jacobo Arbenz, na Guatemala, e um golpe político levou ao suicídio o presidente Getúlio

Vargas, no Brasil; no ano seguinte, as Forças Armadas argentinas depuseram Juan Domingo Perón.

As relações que os países capitalistas e colonialistas estabeleciam com as antigas colônias afro-asiáticas e com as nações latino-americanas geraram o fenômeno do *neocolonialismo*, que *visava à manutenção das relações coloniais sob outras formas e nova conjuntura internacional.* Através de empréstimos e investimentos de capitais, os *países ricos* garantiam o controle das matérias-primas e dos mercados dos *países pobres.* No entanto, os *movimentos de libertação nacional* — alguns assumindo claramente uma perspectiva socialista — infligiram *sérias derrotas aos países imperialistas* liderados pelos Estados Unidos. Em 1956, o governo egípcio do presidente Gamal Abdel Nasser *nacionalizou o Canal de Suez*, em meio a uma crise contornada pela intervenção diplomática do governo soviético e por tropas da ONU. Em 1959, um movimento armado liderado por Fidel Castro, em Cuba, derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista, estabelecendo um *governo revolucionário.*

As duas superpotências intensificaram a corrida armamentista (submarinos atômicos, mísseis nucleares), colocando em perigo a segurança e a sobrevivência de praticamente todo o planeta. Em 1957, a URSS logrou considerável avanço sobre os Estados Unidos, ao colocar em órbita o *Sputnik.* Paradoxalmente, a ameaça representada pelo arsenal atômico em mãos das duas superpotências contribuiu para a gradativa mudança das relações internacionais: uma conferência de ministros do Exterior, em Viena, previa a libertação da Áustria e a retirada das tropas de ocupação da Europa Ocidental (1955).

Nesse mesmo ano, a União Soviética reconheceu a República Federal da Alemanha. A tentativa de *aproximação entre os governos de Eisenhower e Krutschev*, esboçada com a visita do supremo dirigente soviético aos Estados Unidos, em 1959, foi prejudicada pelo episódio do avião U-2, abatido em território soviético, fazendo fracassar a conferência de cúpula a se reunir em Paris para discutir as bases da paz mundial (1960).

A guerra não é inevitável, é possível não admiti-la, há possibilidade de defender e consolidar a paz.

(Manifesto da Paz, Moscou, 1957)

3. MAS OS DEMOCRATAS TORNARAM A VOLTAR

Ao se iniciar a década de 1960, a disputa eleitoral à presidência dos Estados Unidos despertou interesse fora do comum. O candidato republicano Richard Nixon, político astuto surgido na época do macarthismo como um dos membros mais atuantes do Comitê de Atividades Antiamericanas, tornara-se conhecido por suas posições conservadoras e anticomunistas. Já o candidato democrata John Fitzgerald Kennedy, jovem senador que projetara uma imagem de político liberal, tinha contra si uma desvantagem aparente: era católico em uma nação de maioria protestante.

A *vitória de Kennedy*, ainda que por pequena margem de votos, foi surpreendente e pareceu abrir *novas perspectivas para um mundo que se transformava*.

> "O mundo está se transformando. A velha era está terminando... e estamos, hoje, à beira de uma Nova Fronteira — a fronteira da década de 1960 — uma fronteira de oportunidades e perigos desconhecidos — uma fronteira de esperanças e ameaças ainda não materializadas..." (Trecho de discurso de Kennedy, julho de 1960. LINK, A.S., *op. cit.*, volume 3, pp. 1409 e 1410.)

Revelando-se em vários aspectos um continuador do New Deal, seu *programa interno* de governo denominou-se *Nova Fronteira*. "Kennedy definira os principais limites da Nova Fronteira durante a campanha de 1960. Depois, definiu o programa pormenorizadamente na sua primeira mensagem ao Congresso em 30 de janeiro de 1961 e, ainda mais tarde, em várias outras mensagens. Na sua essência, a Nova Fronteira foi planejada para tirar o país da depressão em que se encontrava, para estimular o desenvolvimento econômico e auxiliar os vários grupos necessitados por meio de medidas econômicas e de bem-estar social." (LINK, A.S., *op. cit.*, volume 3, pp. 1428 e 1429.) Entretanto, os pontos fundamentais desse programa não foram aprovados pela maioria conservadora do Congresso, como ocorreu com a rejeição do plano de auxílio financeiro para construção de escolas e aumento do salário dos professores, do projeto de empregos para a juventude, do programa de obras

públicas antidepressão, do programa de assistência médica concedendo seguro de saúde às pessoas idosas.

Uma das bases de sustentação da vitória de Kennedy fora o *voto dos elementos negros.* Desde fins da Segunda Guerra Mundial as lideranças negras vinham aumentando a pressão sobre o governo para que fossem corrigidas as desigualdades em relação aos brancos. O movimento tendeu a aumentar à medida que se aproximava o centenário da Guerra de Secessão e da abolição da escravidão, tanto mais que decisões da Suprema Corte e disposições das anteriores *Leis dos Direitos Civis* (1957 e 1960) *eram desrespeitadas.* Considerando que havia um potencial de votos negros capaz de influir em decisivas soluções constitucionais, lideranças da burguesia negra se lançaram a intensa atividade para garantir de fato o fim da segregação e efetivos direitos aos 18 milhões de negros.

Para fortalecer o movimento — melhor coordenando as manifestações, os piquetes, as marchas e outras formas de protesto anti-segregacionistas — uniram-se antigas e novas organizações negras: a Associação Nacional para o Progresso dos Negros (nascida em 1909), o Congresso pela Igualdade Racial (criado em 1942), a Liga Nacional Urbana (fundada em 1910), a Conferência dos Líderes Cristãos do Sul (organizada em 1957) e o Comitê de Coordenação dos Estudantes Não-Violentos (estruturado em 1960). Tendo no pastor Martin Luther King um dos principais dirigentes, o movimento engrossou com o apoio dado por diversas organizações religiosas, como a União das Congregações Judias da América e o Conselho Nacional das Igrejas.

Várias medidas foram então tomadas pela administração Kennedy:

- criou a *Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego* (1961) para forçar empresas que tivessem contratos com o governo a aceitar o compromisso de proporcionar oportunidades iguais de trabalho para brancos e negros;
- proibiu a discriminação racial em qualquer imóvel adquirido ou construído com verbas federais (1962);
- praticamente colocou sob ocupação militar a Universidade de Mississippi a fim de garantir a matrícula e a freqüência de estudantes negros, proibidas pelo Legislativo e Executivo estaduais em evidente violação às leis federais (1962);
- enviou ao Congresso *novo projeto de lei contrário à discriminação racial.*

A luta para aprovação desse projeto, só aceito pelo Congresso na época de Johnson (1964), implicou a *Marcha sobre Washington*, que reuniu cerca de 200 mil pessoas contrárias aos segregacionismo, e a ida de Kennedy ao Texas, onde foi assassinado.

A ascensão de Kennedy à presidência (1961-1963), entretanto, marcou uma *reformulação da política externa norte-americana*. Em que pese à imagem liberal e progressista projetada, o discurso de posse de Kennedy apresentava um caráter bastante ameaçador.

> "Que todas as nações saibam, quer nos queiram bem, quer nos queiram mal, que pagaremos qualquer preço, suportaremos qualquer carga, enfrentaremos quaisquer dificuldades, apoiaremos qualquer amigo, combateremos qualquer inimigo, para garantir a sobrevivência e o sucesso da liberdade." (Discurso de Kennedy, janeiro de 1961. NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 500.)

Traduzindo em atos as novas diretrizes, o governo Kennedy apoiou a *invasão de Cuba*, que resultou no fiasco da baía dos Porcos (1961), e não hesitou em impor o bloqueio naval e aéreo àquela ilha do Caribe, além de exigir o desmantelamento das bases de foguetes soviéticos ali existentes (1962).

> "Se, em qualquer tempo, o estabelecimento comunista em Cuba colocar em perigo ou interferir com nossa segurança de alguma forma... ou se Cuba tentar exportar seus propósitos agressivos pela força ou pela ameaça da força contra qualquer nação desse hemisfério, ou se ela se transformar em uma base militar ofensiva de alguma significância para a União Soviética, então nosso país fará o que deve ser feito para garantir sua própria segurança e a de seus aliados." (Trecho de discurso de Kennedy, setembro de 1962. NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 512.)

Em 1962, por alguns dias, houve a ameaça de uma guerra nuclear que acarretaria, talvez, a destruição da Terra, o que não ocorreu porque

os dirigentes soviéticos aceitaram as exigências norte-americanas e as garantias de que os Estados Unidos não tornariam a invadir Cuba.

> "Não nos exporemos inutilmente aos perigos de uma guerra nuclear mundial (...) mas tampouco retrocederemos ante esse risco se, em algum momento, tivermos que nos arriscar." (Trecho de afirmativa de Kennedy, outubro de 1962. GREENE, F., *op. cit.*, p. 363.)

Foi justamente a questão de Cuba que levou o governo Kennedy a estabelecer duas diretrizes distintas para a América Latina:

- uma, de caráter dinâmico, progressista, transformador: a *Aliança para o Progresso;*
- outra, de base reacionária, repressiva, estagnadora: o treinamento e o fortalecimento das Forças Armadas e dos serviços policiais latino-americanos, de acordo com os princípios da *teoria da contra-insurgência*, a qual constituía uma das faces da estratégia mundial norte-americana.

Além do mais, o governo criou o *Corpo de Paz* (1961) para treinar voluntários destinados a funções técnicas e educativas no exterior; milhares de jovens norte-americanos engajaram-se nessa instituição, convertida em importante agente da penetração ideológica norte-americana, sobretudo na América Latina e África.

Aliás, foi a nova orientação então fixada que levou o governo Kennedy a enviar conselheiros militares ao Vietnã do Sul (1961), cujos dirigentes ditatoriais se mostravam incapazes de enfrentar os vietcongs. Começava assim uma das guerras mais cruentas e dispendiosas do século atual.

> *Os Estados Unidos (...) transformaram-se nos herdeiros do colonialismo britânico, francês, holandês e japonês, e, conseqüentemente, atraíram para si todo o ódio provocado pelos colonialistas europeus e japoneses.*
>
> (Arnold Toynbee, historiador inglês)

Desse modo, a administração Kennedy aprofundou a montagem do complexo aparato militar, capacitando-o a desempenhar melhor seu

papel de neutralizador dos movimentos de libertação nacional, inclusive dotando-o de eficientes instrumentos de ação ideológica para a *conquista das mentes e das almas*, como assinalou John Kennedy

> "A pior coisa que poderíamos fazer seria aceitar como nossa missão a supressão da desordem e dos levantes internos em toda a parte em que se manifestem." (Declaração de Robert Kennedy. SCHLESINGER, Jr., A., *Crise de confiança — idéias, poder e violência nos Estados Unidos*, Editora Civilização Brasileira, p. 174.)

Para desenvolver sua atuação com eficiência, o governo organizou verdadeiro *brain trust* de conselheiros provenientes, na sua maioria, das Universidades de Harvard e de Oxford: o historiador Arthur Schlesinger Jr., os economistas John Kenneth Galbraith e Walt Rostow e tantos outros intelectuais de reputação liberal. Esses assessores, paralelamente à formulação das novas diretrizes já explicadas, convenceram-se da necessidade de estabelecer uma *atitude menos* ostensivamente *beligerante* para com a *URSS*. A crise dos foguetes de 1962 mostrara o risco de um confronto direto entre as duas superpotências. Além do mais, evidenciava-se o surgimento de novos pólos de poder que rompiam a bipolarização: a França, a Alemanha Ocidental, a China... Impunha-se, então, viabilizar um *modus vivendi* com a URSS baseado em regras capazes de comprometer a mútua responsabilidade de manter a paz mundial e tentativas de alterar as respectivas áreas de influência. Era o *começo da Coexistência Pacífica*, que incluiu "a venda dos excedentes de trigo à URSS, a negociação do intercâmbio cultural entre os dois países, cooperação na Medicina e pesquisa científica e (...) a exploração conjunta do espaço". (NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, pp. 513 e 514.) Compreendeu ainda a assinatura do tratado que proscrevia os testes nucleares (1963) na atmosfera, debaixo da água e no espaço externo, antecedido pelo acordo de neutralização do Laos (1962), por muitos considerado o primeiro teste importante de coexistência entre as duas superpotências.

Em 22 de novembro de 1963, quando em carro aberto desfilava pelas ruas de Dallas, no Texas, *Kennedy foi alvejado e morto* em circunstâncias até hoje não esclarecidas; seu assassino, por sua vez, também foi assassinado, e a Comissão Warren, encarregada de investigar e elucidar

os fatos, após monumental relatório, concluiu que a seqüência de mortes resultava de atos de loucura individual!

O vice-presidente Lyndon B. Johnson assumiu imediatamente e, no ano seguinte, foi eleito para novo mandato (1965-1969), vencendo Barry Goldwater, candidato direitista do Partido Republicano.

Seu programa de governo, denominado *Grande Sociedade*, propunha-se a dar proteção a classes e setores menos favorecidos da sociedade, particularmente negros, assalariados e agricultores. Incluía também a realização de obras públicas, inclusive para a modernização das cidades, e a concessão de verbas federais maiores para a educação e a saúde.

> "Em uma terra de grandes recursos, não podem viver famílias na mais completa pobreza. Em uma terra rica em colheitas, as crianças não podem passar fome. Em uma terra de milagres, os vizinhos não podem sofrer e morrer sem atenção. Em uma terra de grande cultura e de estudiosos, deve-se ensinar os jovens a ler e a escrever." (Trecho do Discurso de Posse, janeiro de 1965. NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 521.)

"A Grande Sociedade do Presidente não diferia do *New Deal* e do *Fair Deal* tanto em espírito quanto em propósito. Mas diferia em estilo e método. Primeiro, a idéia de um Welfare State agora era geralmente aceita (...) Segundo, onde muitos dos programas anteriores eram baseados na crença de que para terminar a injustiça era necessária nova distribuição das riquezas através dos impostos e outras formas de regulamentação, Jonhson agora afirmava que era possível expandir as riquezas e os recursos quase infinitamente, e que a sociedade poderia então financiar o programa do bem-estar social com as riquezas geradas pelo próprio processo." (NEVINS, A. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, p. 521.)

Em 1964, o Congresso aprovou a *Lei dos Direitos Civis*, destinada a combater a discriminação racial nas repartições públicas, na educação, no emprego e no registro de eleitores. A Lei do Desenvolvimento Regional dos Apalaches e a legislação destinada a erradicar as favelas das grandes cidades representaram, como afirmou o presidente, uma renovada *guerra à pobreza*. O Congresso igualmente aprovou uma lei de assistência médica às pessoas de mais de 65 anos e sem recursos: o gover-

no forneceria subsídios para pagamento de contas hospitalares e de cuidados médicos (1966). Anteriormente, "Johnson também conseguiu a aprovação da Lei de Oportunidade Econômica, de agosto de 1964, que criou uma Corporação de Empregos (...), com o objetivo de ajudar homens e mulheres jovens desempregados. Embora o principal alvo dessa lei fosse a ajuda aos negros e outras minorias desprivilegiadas, assinalou também uma admissão por parte do governo federal de que o velho pressuposto de que todo o povo norte-americano gozava de prosperidade era ilusório". (IONS, E., "Os Estados Unidos depois de Kennedy", *História do século XX*, volume 6, Abril Cultural, p. 2783.)

Embora o governo federal se empenhasse em assegurar melhores condições de vida aos negros, na prática a maioria da população ativa negra permaneceu desempregada e constituída por trabalhadores sem formação especializada, problema grave porque o trabalhador não-qualificado é sempre o primeiro a ser despedido com a automatização. Segundo estudos realizados na década de 1960, cerca de 60% dos negros continuavam vivendo em verdadeiros guetos: os bairros negros das grandes cidades constituem barris de pólvora porque são focos de crime, vício, miséria, sujeira e desemprego. Considerando que o movimento realizado pela Associação Nacional para o Progresso dos Negros e outras organizações moderadas da burguesia negra não trouxera benefícios práticos, elementos da pequena burguesia e do proletariado negro adotaram *posições radicais*. Este radicalismo teve como líder mais expressivo Stokeley Carmichael, dirigente dos *Muçulmanos Negros (Black Muslins*, fundado em 1930) e o primeiro a falar no *Poder Negro*, como uma opção revolucionária e não como um movimento pela igualdade racial.

Integrados também ao Congresso pela Igualdade Racial e aos *Panteras Negras (Black Panthers)*, os negros radicais adotaram a violência como uma tática, o que levou a graves distúrbios em diversas cidades norte-americanas.

Somente seremos livres se os povos da Ásia,
África e América Latina o forem também.

(George Mason Murra, dirigente dos Panteras Negras)

Refletindo a nova tendência, explodiram conflitos em diversas cidades dos Estados Unidos em 1965, 1966, 1967 e 1968. Nesse último ano, em que a violência constituiu característica marcante, deu-se o *assassinato de Martin Luther King* — isto sem falar no de *Robert Kennedy*, candidato democrata à presidência — daí resultando tumultos de protesto sem precedentes.

Esse período também assistiu ao pleno desenvolvimento de organizações e manifestações integradas ao *Women's Lib* (abreviatura de *Women's Liberation Movement*, ou *Movimento de Libertação das Mulheres*). Tendo a escritora Betty Friedan, fundadora em 1966 da Organização Nacional de Mulheres (NOW — *National Organization of Women*), uma de suas mais conhecidas dirigentes, o movimento reuniu especialmente donas-de-casa e profissionais liberais da pequena burguesia. Sua bandeira de luta era e é a de igualdade de direitos entre mulheres e homens no campo do trabalho, educação e legislação. "O apoio vigoroso da NOW foi o principal responsável pela aprovação da Emenda sobre Igualdade de Direitos pelo Congresso (...) sua aprovação subseqüente por 34 legislaturas estaduais e pela supressão das referências a sexo nos anúncios de 'precisa-se' publicados na imprensa." (KAPP, I., "A nova explosão feminista nos EUA". *O Correio da Unesco*, números 9 e 10, 1975.)

Igualmente o período assinalou a ascensão da *rebelião estudantil*, iniciada no *campus* da *Universidade de Berkeley* e logo se propagando a outros centros universitários. "As inúmeras falhas da sociedade norte-americana — desde a disparidade da riqueza até o racismo (...); a obsessão generalizada por bens materiais de consumo; o desnorteamento na ruptura dos costumes sociais e sexuais tradicionalmente estabelecidos; o uso crescente de drogas — tudo tendia a reforçar a rebelião estudantil." (IONS, E., *op. cit.*, p. 2790.) Questionando o poder e a violência, de que a Guerra do Vietnã constituía o maior exemplo, estudantes, com adesão de muitos professores, passaram a considerar que a ciência, a técnica, a ideologia e a própria universidade estavam a serviço de um sistema opressor.

"O governo dos Estados Unidos publicou estudos importantes sobre quase todos os países pobres. Assim, os norte-americanos, como os ingleses antes deles, sabem com precisão o que devem

destruir para suprimir a cultura de um país e abri-lo para seu próprio comércio." (Trecho de um panfleto da Universidade de Berkeley. MATOS, O.C.F., *Paris, 1968: as barricadas do desejo*, Editora Brasiliense, p. 13.)

Em seus protestos, iniciados por uma minoria em 1965, muitos universitários queimaram seus cartões de alistamento e fugiram para o Canadá e a Suécia, recusando-se a partir para a guerra. Seus sentimentos de rebeldia, por vezes expressados nas *canções de protesto* de Joan Baez e de Bob Dylan, explodiram com incrível violência.

"Nós, Presidentes de Associações Estudantis e editores de jornais universitários de mais de 500 universidades norte-americanas, acreditamos que não deveríamos ser forçados a combater no Vietnã porque a guerra ali é injusta e imoral." (Anúncio publicado no *New York Times*, abril de 1968. SCHLESINGER, Jr., A., *op. cit.*, p. 187.)

A rebelião estudantil tornou-se mais aguda em 1968, não só como problema norte-americano, mas como um fenômeno comum a inúmeras sociedades ocidentais.

"A angústia dos jovens é infinitamente natural na sociedade mecânica, na moderna sociedade de consumo, porque ela não lhes oferece o que precisam, ou seja, um ideal, um ímpeto, uma esperança, e eu acho que o ideal, o ímpeto, e a esperança eles podem e devem encontrar na participação." (Afirmativa do general Charles De Gaulle. SCHLESINGER Jr., A., *op. cit.*, p. 189.)

A *crise interna* correspondia, em parte, aos efeitos da Guerra do Vietnã, cuja continuidade e ampliação implicava a elevação dos contingentes militares norte-americanos no Sudeste Asiático, o aumento da produção de armamentos e de munições e o crescimento do número de baixas militares, apesar das tentativas de ocultar as perdas de vidas norte-americanas, ao mesmo tempo em que se falseavam os dados sobre mor-

tes de vietcongs. O crescente envolvimento na Guerra do Vietnã resultava das concepções desenvolvidas desde Kennedy de que as guerras de libertação nacional constituíam movimentos subversivos estimulados pelo comunismo internacional. Essa visão atendia inclusive à acentuada *interpenetração dos setores industriais e militares* norte-americanos.

> *O complexo industrial-militar, isto é, a comunidade dos que estão envolvidos em negócios de defesa, com ou sem uniforme, forma uma combinação que põe em perigo as liberdades e o processo democrático em nosso país.*
>
> (Presidente Eisenhower, Discurso de Despedida, janeiro de 1961)

Aliás, com a administração Johnson, as *indústrias bélicas converteram-se em fator básico da economia* norte-americana. Calcula-se que empregavam cerca de 8,5 milhões de indivíduos, muitos dos quais eram oficiais reformados. O próprio secretário de Defesa, Robert MacNamara, fora presidente da General Motors, uma das empresas que mais contratos militares obteve do governo. A elevação das verbas desviadas para as despesas militares acabou por levar o governo a procurar diminuir os gastos aplicados na política interna: a Grande Sociedade acabou se tornando apenas simbólica.

Na América Latina, a política norte-americana teve de enfrentar violenta manifestação nacionalista no Panamá (1964) e, acobertada pela OEA, realizou intervenção militar em São Domingos, a pretexto de impedir a consolidação de novo governo comunista (1965).

4. E O CONSERVADORISMO PREVALECEU...

Em 1968, ocorreram as eleições presidenciais em meio à crise da sociedade norte-americana.

Com o assassinato de Robert Kennedy, os democratas uniram-se em torno de Eugene McCarthy; conhecido por suas posições liberais, logo recebeu o apoio dos setores favoráveis a uma reestruturação da socieda-

de. Em contrapartida, um grande número de norte-americanos, apreensivos com os movimentos contestatórios e a continuação da custosa Guerra do Vietnã, acolheu com entusiasmo os candidatos que se apresentaram como defensores das instituições tradicionais.

"Ao escolher Richard Nixon como o seu próximo Presidente e o autoritário Spiro T. Agnew como Vice-Presidente (ambos tomaram posições firmes na questão da 'lei e da ordem'), os norte-americanos médios, na realidade, expressaram seus temores e também suas esperanças." (IONS, E., *op. cit.*, p. 2790.)

A ascensão de Nixon (1969-1974) marcou a *volta dos republicanos ao poder*, em conjuntura em que os Estados Unidos — tendo anteriormente assumido o papel de potência asiática, potência européia e potência americana — *começavam a apresentar sintomas de enfraquecimento* em conseqüência dos problemas gerados por essa política ambiciosa e dispendiosa. Só a Guerra do Vietnã, antes do seu desfecho desastroso para os norte-americanos, levou os Estados Unidos a jogarem 543.400 homens naquela região do Sudeste Asiático, a gastarem 141 bilhões de dólares, a perderem 56 mil vidas, a terem 300 mil feridos e a verem crescer problemas internos como inflação, desemprego, elevado consumo de drogas, aumento dos índices de criminalidade, conflitos raciais e movimentos de contestação.

O governo Nixon, embora anunciasse que ordenaria a retirada gradual das tropas norte-americanas do Vietnã, *estendeu a intervenção militar ao Laos e ao Camboja*, o que intensificou o conflito externo e agravou a pressão antibélica interna: oposição do Congresso, comícios, atos religiosos, vigílias e passeatas (Marchas da Morte), como a de 1971, em Washington, quando mais de 13 mil manifestantes foram presos. Todavia, a preocupação em ganhar popularidade, o que lhe asseguraria a reeleição em 1972 e, conseqüentemente, a presidência em 1976 quando o país comemoraria o bicentenário da Independência, levou Nixon a concluir os *Acordos de Paris* (janeiro de 1973): as forças militares dos Estados Unidos retiravam-se do Vietnã, o Governo Revolucionário Provisório era reconhecido e se estabelecia o cessar-fogo. Qual novo Golias batido por Davi asiático, os Estados Unidos retiravam-se do Vietnã, mas os traumas da derrota inimaginável permaneceriam desgastando a sociedade norte-americana.

Foi justamente no Vietnã que o governo iniciara a aplicação da *Doutrina Nixon*, enunciada na Ilha de Guam (1969) e no informe ao Congresso denominado *Política exterior dos Estados Unidos para o decênio que começa em 1970 — Uma nova estratégia em prol da paz.*

> "Os Estados Unidos participarão da defesa e desenvolvimento dos aliados e amigos, mas não podem — e não o farão — conceber todos os planos, planificar todos os programas, executar todas as decisões e empreender toda a defesa das nações livres do mundo." (Trecho de informe do presidente Nixon, fevereiro de 1970. VENERONI, H.L., *op. cit.*, p. 84.)

Segundo as novas diretrizes, os Estados Unidos propunham-se a reduzir seus compromissos militares diretos. "Os problemas internacionais (...) que antes haviam levado à intervenção direta estadunidense, no futuro serão enfrentados pelas nações (ou setores internos das mesmas), as quais deverão empregar seus recursos humanos, enquanto os Estados Unidos comprometem-se a equipá-los, armá-los e treiná-los adequadamente. Só em casos muito especiais (...) os Estados Unidos admitem — em princípio — o processamento de sua intervenção militar direta." (VENERONI, H.L., *op. cit.*, pp. 85 e 86.)

Essa orientação decorria da necessidade de uma *política de contenção de despesas* militares e econômicas, e da nova conjuntura internacional em que o predomínio mundial dos Estados Unidos e da URSS chegara ao fim com a ascensão da China, o crescimento econômico do Japão e a recuperação da Europa capitalista, onde a França e a Alemanha Ocidental tinham posições claramente independentes.

O fim da bipolaridade exige que a estrutura [da paz]
seja construída com os recursos e conceitos de
muitas nações — pois, só quando as nações
participam da criação de um sistema
internacional, contribuem para a sua vitalidade
e aceitam sua validez.

(Richard Nixon, relatório ao Congresso, fevereiro de 1972)

Para a América Latina, a Doutrina Nixon representou o abandono da política de intervenções militares realizada pelos governos democratas e a adoção da *política de colaboração entre iguais e de presença imperceptível*, que implicou aceitar os governos latino-americanos, fossem democratas ou ditatoriais, e uma ameaça a qualquer governo que tentasse reduzir os privilégios norte-americanos.

O presidente Nixon, que teve no secretário de Estado Henry Kissinger eficiente colaborador, visitou a URSS e a China (1972), sendo a ida a Pequim o marco inicial do estabelecimento de relações diplomáticas com o governo de Mao Tsé-tung e do fim de uma política de mútua hostilização.

Nossas inimizades não são imutáveis.

(Richard Nixon, relatório de fevereiro de 1972)

A ampliação da distensão política — envolvendo inúmeros acordos para a realização conjunta de pesquisas e de empreendimentos técnicos e científicos, sobretudo com a URSS, com que também se concluíram compromissos diplomáticos para a limitação de armamentos nucleares — impunha-se como uma alternativa visando a reequilibrar a *balança comercial deficitária*. Decorria igualmente da necessidade de ampliar as vendas externas para reduzir ou acabar com a *recessão interna*.

A recessão econômica norte-americana surgia, em parte, pela crescente concorrência de produtos estrangeiros, principalmente japoneses, com as mercadorias nacionais, em especial os eletrodomésticos e os automóveis.

A realidade é que, em algumas partes, outros produzem melhor, pensam melhor, trabalham melhor e ganham o predomínio comercial.

(John Connaly, ministro da Fazenda de Nixon)

As dificuldades econômicas norte-americanas evidenciaram-se cada vez mais no aumento do débito no balanço de pagamentos, na alta do

custo de vida, no crescimento da inflação, na elevação da taxa de desemprego, na redução das vendas e da produção industrial, no agravamento da crise energética devido à alta dos preços do petróleo estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

> "Sabemos todos por que temos um problema de desemprego: dois milhões de trabalhadores foram dispensados das Forças Armadas e das indústrias vinculadas à defesa em virtude do êxito na redução da atividade bélica no Vietnã. Trazer essa gente de volta ao trabalho constitui um dos desafios da paz e já começamos a registrar progressos." (Trecho de discurso do presidente Nixon. *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1971.)

A persistência desses problemas levara o governo a enviar, em janeiro de 1971, mensagem ao Congresso formulando a *Nova Revolução Americana*, baseada em seis grandes metas: reforma da previdência social, melhoria da assistência médica, reorganização do governo federal, restauração do meio ambiente, fortalecimento do Estado e dos governos locais, prosperidade em tempos de paz.

A aplicação desse programa representava o abandono de uma linha política até então seguida pelos republicanos: a não-intervenção do Estado na economia. Ainda que o governo adotasse a desvalorização do dólar e o controle de preços e de salários, a *maior parte das suas proposições legislativas foi rejeitada pelo Congresso*, onde predominavam os democratas.

Duas *Emendas à Constituição*, no entanto, *foram aprovadas:*

- a 26ª, garantindo o direito de voto aos cidadãos que possuam 18 anos (1971);
- a 27ª, assegurando a igualdade de direitos às mulheres (1972).

O governo ainda conseguiu a sanção da *Lei Geral de Controle do Crime* (1972), fixando a pena de morte para os condenados por atentados em que houvesse vítimas e permitindo o acréscimo de 25 anos às penas de réus condenados com decisões mais brandas. A aprovação dessa lei visava a aumentar a eficiência no combate ao tráfico de drogas e também aos crimes políticos. Aliás, os movimentos de contestação passaram a ser duramente combatidos, como ocorreu com os Panteras

Negras, praticamente destruídos através da prisão e condenação de centenas de militantes, morte de inúmeros outros e partida para o exílio de alguns.

Em 1972 Nixon e seu vice-presidente, Spiro Agnew, obtiveram *espetacular triunfo eleitoral* sobre seus adversários democratas, George McGovern e Robert Sargent Shriver. A maioria esmagadora do eleitorado norte-americano, ao reeleger a dupla republicana Nixon-Agnew, demonstrara sua posição conservadora ao rejeitar a dupla democrata, que também tivera o apoio de *hippies*, homossexuais, feministas... No entanto, os democratas mantiveram-se em maioria no Congresso, o que trouxe problemas à administração Nixon.

Isso ficou evidente quando se tornou pública a tentativa de espionagem realizada na sede do Partido Democrata, no Edifício Watergate, em Washington (julho de 1972). Arrastando-se as investigações por dois anos, através da ação da imprensa, do Congresso e da Suprema Corte, desdobrou-se o *Escândalo Watergate*, que revelou o envolvimento do presidente, do vice-presidente e de assessores do governo em toda uma série de atos de corrupção, de abuso do poder e de obstrução da Justiça. Em seu desdobramento, Watergate levou ao desprestígio os republicanos e os Estados Unidos, abalados pelos podres da administração, pelo que renunciaram o vice-presidente Spiro Agnew (1973) e o próprio presidente Richard Nixon (agosto de 1974).

Assumiu a presidência Gerald Ford, nomeado vice-presidente no ano anterior, que se mostrou incapaz de combater a recessão econômica norte-americana, facilitando a volta dos democratas ao poder.

5. A NOVA ASCENSÃO E QUEDA DOS DEMOCRATAS

A vitória do democrata James Earl Carter Jr. sobre o republicano Gerald Ford fora relativamente fácil (1976). Ford, inexpressivo e desastrado em seu governo, contrastava com a simpatia e o otimismo despertado por Carter, cuja plataforma de governo priorizava a defesa da democracia e dos direitos humanos, nova estratégia do imperialismo, preconizada pela Comissão Trilateral.

Nosso senso moral nos inclina a preferir claramente as sociedades que partilham conosco de um respeito constante aos direitos da pessoa humana.

(Jimmy Carter, Discurso de Posse, janeiro de 1977)

Muitos latino-americanos, em sua administração (1977-1981), acreditaram que as ditaduras militares existentes no continente chegariam ao fim e que a democracia, a liberdade, o respeito ao ser humano seriam restaurados. Quatro anos depois, quando terminou o governo Carter, o panorama político da América Latina pouco se alterou: a descompressão política ocorrida em algumas sociedades geralmente decorreu mais da ação das Forças Armadas nativas do que em conseqüência da pressão norte-americana. Com exceção do Equador e do Peru, onde foram instaurados governantes civis, nos demais países as mudanças não eliminaram os aparatos repressivos montados anteriormente, nem as Forças Armadas abriram mão de sua função fiscalizadora. É bem verdade que houve, então, a Revolução na Nicarágua, mas a administração Carter, embora concedesse 75 milhões de dólares ao governo sandinista, anteriormente não negara apoio à ditadura de Somoza.

Em sua política latino-americana, o governo Carter também concluiu novo *acordo sobre o Canal do Panamá* (1977) e enfrentou *dificuldades com a Argentina e o Brasil* devido à *questão dos direitos humanos*, sendo que, no caso brasileiro, a questão se complicou por causa do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975).

Internamente, a *recessão econômica*, iniciada na década de 1970, tornava-se *mais grave*. Os déficits na balança de comércio, por exemplo, mantiveram-se elevados, estimando-se que fora dos Estados Unidos circulavam cerca de 700 bilhões de dólares. Começada em 1973, a crise energética agravara-se, por um lado contribuindo para os monumentais déficits no balanço de pagamentos, e, por outro, afetando a economia em geral.

Os altos preços do petróleo, bem como a sua escassez, atingiram a indústria automobilística, a mais importante da economia estadunidense. Em 1979, encontravam-se parados cerca de dois milhões de carros nos pátios de estacionamento da General Motors, Ford e Chrysler, que não hesitaram em despedir 50 mil operários. Em colapso, a Chrysler foi

salva da falência pelo governo, que lhe concedeu 1,5 bilhão de dólares, com isso evitando a ampliação da onda de desemprego. Além do mais, a elevação dos preços dos derivados do petróleo, dos gêneros alimentícios (devido ao aumento do preço da gasolina e do óleo diesel) e dos preços da habitação, continuou a influir sobre a elevação das taxas de inflação.

Com o desemprego galopante, *ressurgiram os conflitos raciais*, que se acreditava esmagados após o massacre dos Panteras Negras: na Flórida, os protestos negros ocorridos em 1980 resultaram em mortes e no prejuízo de milhões de dólares. Além do ressurgimento do movimento negro, *cresceu o grupo de manifestantes antinucleares*, sobretudo após o acidente de Three Mile Island, que colocou em risco toda a população das cercanias: passeatas, concentrações e até uma fracassada tentativa de ocupação de uma usina atômica pela organização Coalização pela Ação Direta.

As crescentes dificuldades da administração Carter foram ampliadas quando admitiu *receber refugiados cubanos*, constituídos por dissidentes políticos e muitos marginais que contribuíram para intensificar os distúrbios na Flórida.

Mas as dificuldades continuaram e o prestígio do governo caía: triunfos aparentes transformavam-se em desastres políticos, como ocorreu com os *Acordos de Camp David*, concluídos por interferência dos dirigentes norte-americanos (1978). Esses acordos foram saudados como estrondoso sucesso de Carter, pois estabeleciam a *paz entre o Egito e Israel*; entretanto, Israel manteve a atitude de prosseguir com a fundação de colônias em territórios litigiosos e de recusar reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que defende a criação de um Estado palestino. Essa atitude acabou sendo condenada pelo governo Carter na ONU, o que lhe valeu a perda dos votos dos judeus norte-americanos.

Extremamente desgastante foi a questão do relacionamento com a URSS em decorrência da *invasão do Afeganistão pelos soviéticos* (1979). Os protestos de Carter, que não alteraram a manutenção das tropas soviéticas no Afeganistão, revelaram a *debilidade política e militar norte-americana* e agravaram os traumas criados com a derrota na Guerra do Vietnã. Como forma de protesto, o governo Carter propôs, a países aliados, o boicote às Olimpíadas de Moscou (1980), mas o fracasso político

foi estrondoso: poucos atenderam (Alemanha Ocidental, Japão e Canadá), e a sucessão de vitórias olímpicas dos atletas comunistas representou maior desprestígio para os Estados Unidos. Além do mais, a deterioração do relacionamento com a URSS acarretou o congelamento do que fora anteriormente um sucesso diplomático do governo Carter: a conclusão do *Tratado SALT-II* com a URSS, *limitando os respectivos armamentos estratégicos* (1979), o qual não foi ratificado pelo Senado norte-americano.

É inegável, porém, que a *maior fonte de desprestígio* do governo foi o *relacionamento com o Irã*. Houve a Revolução Islâmica no Irã (1979) e, apesar de perder uma das bases de sua política no Oriente Médio, não se processou uma intervenção militar norte-americana para garantir a continuidade do regime do xá Mohamed Reza Pahlevi. O governo iraniano constantemente atacou os Estados Unidos, e a hostilidade aumentou quando manifestantes ocuparam a embaixada norte-americana em Teerã e aprisionaram seus funcionários. Mantidos como reféns até a extradição do xá, que se encontrava nos Estados Unidos, e a restituição dos bens iranianos congelados nos bancos estadunidenses, todas as negociações empreendidas pela administração Carter fracassaram, e constituiu vergonhoso malogro a operação de resgate tentada em abril de 1980.

A desmoralização do governo ampliou-se quando explodiu o chamado *Billygate*: Billy Carter, irmão do presidente, recebera 250 mil dólares da Líbia para defender os interesses desse país nos Estados Unidos.

Diante das continuadas manifestações de incompetência que davam ao norte-americano médio a sensação de vazio político, não causou surpresa a vitória presidencial da chapa republicana: Ronald Reagan para presidente e George Bush para vice-presidente (1980).

6. NOVOS TEMPOS DE VIOLÊNCIA COMEÇARAM

O novo presidente fora um medíocre ator de cinema, sempre *identificado com a direita*. Seu governo se caracterizou por diretrizes externas marcadas por constantes violações do Direito Internacional. Em verdadeira ofensiva contra a URSS, a quem chamou de *império do mal*, e afirmando ser sua tarefa combater o comunismo no mundo, Reagan esti-

mulou a montagem de operações clandestinas, o fornecimento de armas e de assistência financeira a movimentos contrários aos governos legais de Angola, do Afeganistão e, sobretudo, da Nicarágua. A crescente ajuda a governantes reacionários — especialmente da América Central — e as intervenções militares em Granada (nas Antilhas) e no Líbano, além dos ataques desfechados contra o Irã e a incursão de bombardeiros norte-americanos provocando destruição e morte em Trípoli, capital da Líbia, criaram grave tensão internacional, pois os Estados Unidos ainda permanecem como poderosa potência mundial.

Em sua obsessão anticomunista, o governo Reagan, reeleito em 1984, aplicou imensos recursos financeiros em despesas militares, destacando-se o projeto *Guerra nas Estrelas*, que leva o confronto com a URSS ao espaço cósmico. Como será tal coisa concretizada? Através da construção de satélites armados com ogivas nucleares e raios *laser*, preparando-os para destruir foguetes lançados contra os Estados Unidos.

"O extraordinário aumento das despesas militares tem acentuado o déficit orçamentário e muitos já questionam se não seria melhor empregar essas verbas na solução de problemas internos da sociedade norte-americana. Na educação, por exemplo, verifica-se que, hoje, 20% da população adulta (cerca de 23 milhões de pessoas) não sabem ler nem escrever. Além disso, 33,9% dessa população apresentam baixos níveis de conhecimento e habilitação em relação à vida diária, mal sabendo preencher um cheque ou fazer um troco sem errar." (AQUINO, R.S.L. de e outros, *Fazendo a História: a Europa e as Américas nos século XX*, Ao Livro Técnico, p. 130.)

O déficit orçamentário, somado ao déficit comercial, deveria atingir cerca de dois trilhões de dólares, segundo previsões feitas para o ano de 1989. A crise interna também se manifestou pelo aumento da concentração da riqueza. A desvalorização do dólar e o colapso da Bolsa de Nova Iorque em 1987 constituíram novas evidências de que os Estados Unidos não mais podem se considerar a locomotiva do mundo.

A descoberta do desvio ilegal de verbas e de vendas irregulares de armas ao Irã, no chamado *Irãgate*, acabou com a credibilidade política do governo Reagan, do mesmo jeito que o pânico da Bolsa já havia representado o fim da credibilidade econômica da presidência do antigo ator de Hollywood.

Em busca de uma popularidade perdida, Reagan aceitou negociar com o governo soviético de Mikhail Gorbachev uma série de compromissos diplomáticos, como:

- a redução dos euromísseis;
- a fixação de diretrizes para a fiscalização conjunta de testes nucleares;
- a conclusão de acordos de cooperação cultural, científica e de pesquisa espacial.

Afinal, 1988 constituiu um ano eleitoral nos Estados Unidos; mudou um terço do Senado, mudou a Câmara dos Representantes, mudou o presidente! E nessa disputa eleitoral o Partido Republicano entrou desacreditado. Não é de espantar que numerosa comitiva presidencial viajasse a Moscou, onde ocorreram as conversações entre os supremos dirigentes dos Estados Unidos e da URSS; os quais não dispensaram intensa programação social, em que não faltaram recepções, visitas a museus e até provocações e alfinetadas de parte a parte.

A vitória do candidato republicano George Bush nas eleições presidenciais colocou várias incógnitas quanto ao futuro, não só dos Estados Unidos, como das relações internacionais.

Novos tempos começariam?

Em seu discurso de posse, o 41º presidente dos Estados Unidos afirmou a não-continuidade das diretrizes adotadas pelo anterior governo Reagan, assumindo o compromisso com os "200 anos de liberdade e democracia que marcavam a história norte-americana". Além disso, enfatizou a promessa de combater sem descanso as drogas no continente americano.

A visita feita à Polônia e à Hungria — acompanhada da promessa da concessão de créditos para reativar a economia daqueles países — e as negociações com a URSS para a redução de forças terrestres da OTAN e do Pacto de Varsóvia, pareciam prenunciar um fim de século marcado pela diminuição da tensão internacional.

Todavia, a aprovação pelo Congresso de *legislação autorizando policiais e militares norte-americanos a entrar em países estrangeiros* — com permissão ou não das autoridades locais — para capturar um fugitivo da Justiça dos Estados Unidos constituía um aviso do que poderia vir a ocorrer.

Esse foi um dos argumentos levantados por Bush ao comparecer às redes de televisões para comunicar a *invasão do Panamá, em dezembro de 1989:* o general Manuel Antônio Noriega, homem forte do Panamá, deveria ser julgado em um tribunal norte-americano a fim de responder por diversos delitos, dentre os quais o envolvimento com o tráfico de drogas. E, para dar maior credibilidade à operação militar, o governo Bush batizou a operação com o nome de *Justa Causa.*

Não esquecer que, com o fim da URSS, os dirigentes norte-americanos adotaram o papel de *polícia internacional.*

Em 1990, *marines* desembarcaram na Libéria, então convulsionada pela guerra civil.

> "Os marines estão lá para proteger vidas e foram autorizados a utilizar todos os meios necessários para fazê-lo. Eles estão em meio a uma guerra. Nós já notificamos isto ao Congresso dos Estados Unidos." (Declaração de Marlin Fitzwater, porta-voz da Casa Branca. *Jornal do Brasil*, de 6 de agosto de 1990).

Mais terrível foi a chamada *Operação Tempestade no Deserto*, realizada em 1991 contra o Iraque e com retransmissão pela televisão. Alegando razões diversas, o Iraque ocupara o Kuwait, sendo a invasão condenada pela ONU que, pressionada pelos Estados Unidos, autorizou o emprego da força armada contra o governo de Saddam Hussein. Congregando 29 países, os Estados Unidos desfecharam violento ataque que arrasou o Iraque e provocou pesadas perdas materiais e humanas.

Segundo notícias divulgadas pelo diário *New York Times*, por seu poderio militar, cabe aos Estados Unidos desempenhar o papel de superpotência *garantindo a estabilidade e a democracia* no mundo.

Contudo, a herança deixada ao seu sucessor era preocupante. Externamente, o fortalecimento de megablocos, liderados pela Alemanha e o Japão, surgira como ameaça ao capitalismo norte-americano. Ainda que desativando cerca de 63 bases militares instaladas na Europa e Ásia, permaneceram espalhados pelo mundo milhares de contingentes militares, envolvendo tropas, navios e bases norte-americanas.

A manutenção de tudo isso contribuiu decisivamente para o *déficit* de quatro bilhões de dólares. Chegou-se até a comparar o presidente Bush com Cristóvão Colombo. Este, em 1492, chegou à América, mas

foi Bush quem a descobriu, segundo legenda onde o presidente contemplava as ruínas de Los Angeles. Para melhor compreensão da ironia deve-se levar em conta a *rebelião negra ocorrida em 16 estados em 1992*. De maneira violenta, explodiu a revolta evidenciando a continuidade do racismo na sociedade norte-americana.

E por que a revolta, que também teve a participação de asiáticos e hispânicos?

Porque quatro policiais brancos, que haviam espancado um negro, foram absolvidos por um tribunal de Los Angeles. O saldo de destruição, de mortos, de feridos, de aprisionados foi bastante elevado!

Some-se a isso o crescimento da taxa de desemprego, o aumento do índice de pobreza — atingindo cerca de 32 milhões de pessoas —, a queda do Produto Interno Bruto (PIB), e a dívida externa atingindo a espantosa cifra de 700 bilhões de dólares.

Viviam os Estados Unidos, a mais longa recessão econômica da sua história.

Nesse contexto não foi surpresa a vitória presidencial do democrata *William Jefferson Clinton*, mais conhecido como *Bill Clinton*. Terminava, em 1992, o período de 12 anos de predomínio republicano na Casa Branca.

7. E OS DEMOCRATAS VOLTARAM AO PODER?

No ano seguinte, o presidente Clinton sofreu sua primeira derrota política: nas eleições legislativas, o Congresso, pela primeira vez em 40 anos, passou a ser dominado por uma maioria republicana. Será que os democratas, representados pelo Executivo, haviam voltado realmente ao poder? Os democratas perderam força, e os republicanos puseram em discussão uma nova legislação sobre previdência social.

No governo Clinton, a economia norte-americana voltou a apresentar um índice de crescimento acima de 4% — o mais alto em uma década. Em 1995, o *Federal Reserve Board* (FED) — uma espécie de banco central norte-americano — determinou uma redução nas taxas de juros, que caíram ficando de pouco mais de 3% e a inflação em torno de 2,5% anuais.

O crescimento econômico de outros países, como o Japão e a China, trouxe incertezas quanto à estabilidade da economia norte-americana.

Os trabalhadores achavam que seus empregos estavam ameaçados, devido à importação de automóveis japoneses, que faziam concorrência com os fabricados nos Estados Unidos. Por sua vez, os empresários norte-americanos do ramo da informática queixavam-se de que os chineses pirateavam seus programas de computadores. O presidente Clinton chegou a ameaçar o Japão de elevar as tarifas de importação de carros de luxo, a fim de forçar as fábricas japonesas a aumentar sua produção nos Estados Unidos, e pressionou a China a respeitar os direitos dos produtores norte-americanos.

Do ponto de vista político, logo no primeiro ano de mandato, o presidente e sua mulher foram acusados de envolvimento em uma operação imobiliária ilegal no estado de Arkansas (do qual Clinton fora governador) — o chamado *Caso Whitewater*.

Durante o governo Clinton, cresceram as hostilidades entre a Casa Branca (residência do presidente) e o Congresso. Geralmente, o presidente aceitava as medidas descentralizadoras dos republicanos, que enfraqueciam o poder central. Contudo, algumas vezes, conseguiu tirar partido das divisões na oposição, como no caso de cortes orçamentários.

> "Uma nova legislatura, liderada por jovens republicanos radicais, ascendeu ao poder em janeiro de 1995. Não havia dúvida quanto a seus objetivos. A legislação de bem-estar social — que incluía assistência médica, controles regulamentares, a prestação pelo governo de variados serviços e, acima de tudo, o auxílio aos pobres — deveria ser reduzida. Como a palavra capitalismo já não era considerada politicamente tão correta, dever-se-ia conferir ao sistema de mercado — termo agora preferido — sua liberdade e poder originais." (John Kenneth Galbraith, economista e pensador norte-americano. *O panorama de um mundo emergente*, São Paulo, Encyclopédia Britânica do Brasil, 1996, p. 15).

Um dos episódios mais marcantes da administração Clinton foi a explosão de um prédio federal, na cidade de Oklahoma, em 1995, no qual morreram 168 pessoas, inclusive 19 crianças. O *atentado terrorista* foi atribuído a um ex-integrante do Exército, que havia participado da Guerra do Golfo, e que pertencia a uma milícia civil armada, *de direita*,

com tendências antidemocráticas. Um poderoso fazendeiro do Kansas também teria participado da preparação do atentado, que foi a primeira ação terrorista de grandes proporções da história dos Estados Unidos praticada por norte-americanos.

O ato criminoso trouxe à discussão não só o descontentamento de setores da sociedade para com o governo federal, como também tornou visível a existência de um movimento de milícias formadas por civis armados e que alegavam possuir cerca de cem mil ativistas. Esses grupos, de inspiração fascista, recebiam treinamento militar e diziam se preparar para uma hipotética invasão do país por forças estrangeiras. Isso em plena era pós-Guerra Fria...

Essa divisão da sociedade norte-americana criou condições para a idéia do lançamento da candidatura do general Colin Powell, chefe do estado-maior conjunto na Guerra do Golfo, à presidência da República. Outros candidatos, igualmente de tendências republicanas, também se apresentaram.

A questão racial continuou como um dos problemas mais cruciais do país. A *Marcha de um milhão de negros*, organizada por Louis Farrakan, líder da *Nação do Islã*, constituiu a maior manifestação negra em Washington, desde a célebre marcha comandada por Martin Luther King, em 1963. Os manifestantes defendiam soluções pessoais e espirituais, e não governamentistas, para a discriminação contra os negros. A absolvição do negro O. J. Simpson, astro do futebol norte-americano, acusado de assassinar sua ex-mulher branca e um amigo dela, também agitou a opinião pública.

Reeleito em 1996 para um segundo mandato, Clinton não teve sua popularidade abalada, apesar da acusação de um suposto assédio sexual por parte de uma ex-estagiária, envolvendo também uma funcionária da Casa Branca. Um Tribunal de Apelação autorizou a promotoria a examinar alegação de suborno, perjúrio, falso testemunho e obstrução da Justiça, que, se comprovadas, poderiam deflagrar um processo de *impeachment*. Os advogados de defesa alegaram que tudo não passava de um complô da direita para derrubar o presidente.

No campo das *relações exteriores*, o governo Clinton envolveu-se com a *Guerra da Bósnia*, entre sérvios, croatas e muçulmanos. A ofensiva norte-americana revelou-se um fracasso. Além disso, não havia qual-

quer interesse direto dos Estados Unidos na guerra, considerada por grande parte da opinião pública como uma aventura arriscada.

Vinte anos após o fim da Guerra do Vietnã os Estados Unidos reconheceram diplomaticamente Hanói, o que provocou protestos dos veteranos da guerra, mas beneficiou os empresários norte-americanos interessados no mercado do Sudeste Asiático.

Em 1996, foi aprovada a *Lei Helms-Burton*, que pune empresas que comercializarem com Cuba, tornando mais rigoroso o boicote à ilha. Será que a visita do papa João Paulo II a Cuba, realizada em 1998, reverterá tal política? O papa, em um pronunciamento histórico, pediu ao mundo que se abra a Cuba, e que Cuba se abra ao mundo.

Foi uma mensagem direta aos Estados Unidos, para que cesse o anacrônico boicote ao pequeno país que desafiou os Estados Unidos na época da Guerra Fria, mas que, atualmente, deseja integrar-se ao mercado mundial, sem abrir mão das suas conquistas revolucionárias, sobretudo nas áreas da saúde e da educação.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Identificar os pontos básicos da hegemonia norte-americana no pós-1945.
2. Caracterizar o *Fair Deal*, estabelecendo também uma comparação com o *New Deal*.
3. Relacionar a Guerra Fria com o macarthismo.
4. Enumerar os principais episódios da Guerra Fria nos governos Truman e Eisenhower.
5. Explicar os aspectos fundamentais do governo Kennedy: Nova Fronteira, Aliança para o Progresso, Guerra Fria e Coexistência Pacífica.
6. Resumir os problemas internos da sociedade norte-americana nas décadas de 1960 e 1970.
7. Sintetizar as linhas básicas da política externa dos Estados Unidos no período pós-Kennedy.
8. Analisar as mudanças ocorridas nos Estados Unidos com o governo Reagan.
9. Apontar duas realizações do governo Bush na política externa.
10. Indicar principais aspectos da política interna norte-americana durante a presidência de Bill Clinton.

Parte VI

A LIBERDADE NÃO SE CONQUISTA COM FLORES

A América Latina no século XX: dependência ou revolução

O QUE VAMOS ESTUDAR

No plano da *divisão internacional do trabalho*, a *América Latina* desempenha *função periférica* na economia mundial, fornecendo alimentos e matérias-primas e consumindo a produção industrial dos países desenvolvidos. Além disso, serve de palco para os empréstimos e investimentos dos capitais norte-americanos, europeus e japoneses. Assim, o crescimento econômico baseado na exportação de produtos primários transformou os países latino-americanos em concorrentes entre si, devido à pouca diversificação das suas economias. As tentativas de abolição das barreiras alfandegárias e de integração das economias latino-americanas não foram até hoje bem-sucedidas.

Algumas vezes, as rivalidades econômicas assumiram a forma de *conflitos entre os Estados latino-americanos*, nos quais se podia ver a interferência do agente imperialista.

Diante do quadro de subdesenvolvimento e miséria de amplas parcelas da crescente população da América Latina, sobretudo as massas camponesas, a *Igreja Católica*, a partir da década de 1960, e sob inspiração das novas idéias desenvolvidas nas reuniões do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), *fez uma opção a favor dos pobres* e vem defendendo a necessidade de reformas estruturais neste continente.

A desigualdade econômica, política e social entre uma América industrial e imperialista e uma América latifundiária e dependente, bem como as disputas econômicas e territoriais entre os Estados, tornaram evidente como está longe o ideal pan-americano. Com a crescente concentração da produção de alimentos e mesmo de matérias-primas nos países desenvolvidos, aumentou a dependência dos países latino-americanos, sobretudo com relação aos Estados Unidos, que reforçaram sua dominação através de doações ou acordos especiais sobre alimentos, em troca de concessões econômicas e políticas.

A América Latina, desde os começos do século XIX, quando se libertou da dominação colonial européia, tem mostrado grande sensibilidade às ideologias revolucionárias.

No século XX, sobretudo na sua segunda metade, *o signo da revolução marcou a vida dos países latino-americanos.* Já em 1910, o México iniciou a primeira revolução de caráter antiimperialista e popular do hemisfério. Marcada por uma série de reformas de estrutura (reforma agrária limitada aos parâmetros do capitalismo; nacionalização do petróleo), a Revolução Mexicana permaneceu por muito tempo como um caso único na América.

No período compreendido entre as duas guerras mundiais, o imperialismo norte-americano consolidou a sua expansão sobre a América Latina, interessado nas matérias-primas e alimentos que esta lhe poderia fornecer, mas, sobretudo, em áreas de colocação de capitais e consumidoras da produção fabril. Pequenos e grandes episódios assinalaram a resistência popular ao avanço imperialista, ao lado de golpes, quase sempre militares, chamados de revoluções.

Foi somente a partir da década de 1950 que a luta nacionalista, de caráter reformista, tomou contornos mais nítidos, quase sempre agitando a questão da terra, da nacionalização das riquezas naturais e propondo uma aliança dos setores progressistas (burguesia nacional e classes popu-

lares) contra o imperialismo e as oligarquias tradicionais. Foi a época do auge do *Populismo* na América Latina, de que são exemplos o movimento peronista na Argentina e o trabalhismo no Brasil. Embora sofrendo um colapso a partir de meados da década de 1960, o populismo não deixou de trazer consideráveis avanços para o movimento de massas.

No começo dos anos 60, ocorreram golpes de Estado em vários países da América Latina (Brasil, Bolívia, República Dominicana), todos, em maior ou menor grau, dirigidos de Washington. Essas mudanças de governo refletiram o temor dos grandes empresários pelo avanço dos movimentos democráticos e nacionalistas, e pela vitória da *Revolução Cubana*, que, a partir de 1961, tomou um caráter nitidamente *socialista*. A maior das ilhas do Caribe, situada a pouca distância dos Estados Unidos, tornava-se o primeiro Estado socialista da América, e o exemplo da luta do povo cubano estimulou a luta de oprimidos e explorados do continente, dando-lhes novas esperanças de transformações das injustas estruturas sociais americanas.

Ao longo da década de 1960 e nos primeiros anos da seguinte, as atenções do imperialismo norte-americano aumentaram em relação à América Latina, à medida que *movimentos nacionalistas e antiimperialistas* ocorreram no continente, seja através de guerrilhas urbanas e rurais, seja encabeçados por militares progressistas, como no Peru ou na Bolívia, seja através de eleições, como na Argentina e no Chile.

A experiência socialista do Chile entre 1970 e 1973 trouxe novo alento às forças democráticas e nacionalistas e exasperou o imperialismo. Desde o final da década anterior, haviam-se multiplicado os focos de luta armada no continente (Brasil, Bolívia, Uruguai, Argentina), tendo como símbolo a figura hoje lendária de Che Guevara. O imperialismo norte-americano, através de seus órgãos de informação (CIA) e outros, e aliados às forças policiais e militares das ditaduras latino-americanas, destruiu ou neutralizou os movimentos armados, mediante o terror e a repressão mais violentos. A via chilena para o socialismo foi estrangulada com o assassinato do presidente Salvador Allende, e instalaram-se governos ditatoriais e reacionários na Bolívia e nos países do Cone Sul (Chile, Uruguai, Argentina).

A série de golpes militares que sacudiu o continente nos anos 70 foi um ato desesperado do imperialismo, e das oligarquias rurais, dos gran-

des banqueiros e dos industriais, desde a década de 1950 irremediavelmente comprometidos com os conglomerados multinacionais.

No final dos anos 70, entretanto, o movimento social dos países latino-americanos reorganizou-se, tomando *caráter distinto* das lutas da década de 1950, que haviam ficado na esfera da ordem econômico-social capitalista. Lançaram-se as bases de uma *unidade* da classe operária com os demais setores de trabalhadores e as forças democráticas da sociedade, com vistas à derrubada das ditaduras continentais e, mais adiante, à *implantação e construção do socialismo*. A *Revolução Nicaragüense* foi o exemplo mais recente da nova onda de lutas populares que começou a abalar o *status quo* dos regimes antipopulares e antinacionais.

> "Somos 90 milhões de latino-americanos e devemos pensar somente em nossa unificação (...) Os tiranos não representam as nações e a liberdade não se conquistou com flores." (Carta-circular de Augusto César Sandino, em 4 de agosto de 1928. SELSER, G., *Sandino — General de homens livres*, Global Editora, p. 75.)

A *tática do imperialismo* também *mudou*. Desde 1973, a *Comissão Trilateral* (formada pelos dirigentes políticos e econômicos, principalmente dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) tenta impor uma nova imagem do capitalismo e dos regimes burgueses ao mundo e, em especial, aos povos do *Terceiro Mundo*. Entretanto, a crise cada vez mais aguda do capitalismo internacional, a perda progressiva da hegemonia dos Estados Unidos em todo o mundo e a reorganização dos movimentos sociais em novas bases (*frentes democráticas ou populares*) aceleram o desgaste das ditaduras de segurança nacional, forçando-as a uma *abertura política* para impedir explosões revolucionárias. Pouco a pouco, esses regimes autoritários vão-se isolando do conjunto da sociedade.

E a década de 1980? Apesar dos graves problemas não solucionados, marcou o avanço das forças populares na luta pela *soberania nacional*, pela *independência econômica* e pela *democracia*.

Enquanto não forem resolvidos os seus problemas cruciais, os povos latino-americanos não se calarão e continuarão lutando. Nas ruas ensangüentadas das grandes capitais, na escuridão do subsolo coberto de

riquezas minerais, nos intrincados caminhos das florestas tropicais, no chão árido dos desertos e sertões, na imensidão silenciosa dos pampas, às margens dos rios e dos pântanos, no cimo das cordilheiras, onde houver injustiça e exploração, aí se ouvirá o grito de liberdade do povo oprimido da América.

Contudo, a luta torna-se cada vez mais difícil devido à *conivência das burguesias empresariais com o capital internacional*, particularmente o norte-americano.

Outro grave complicador dessa luta é a *crescente alienação* de amplas parcelas das sociedades latino-americanas, onde a *miséria* e o *consumismo* da maioria contribuem para a continuidade da condição de *nações periféricas.*

> "De quem depende a continuação desse domínio senão de nós?
> De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós!
> Os caídos que se levantem!
> Os que estão perdidos que lutem!
> Como pode calar-se quem reconhece a situação?"
> (*Elogio da dialética*, poema de Bertolt Brecht.)

UNIDADE I — AUMENTOU A DISTÂNCIA ENTRE RICOS E POBRES

Características Gerais da América Latina no Século XX

1. ASPECTOS DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

Nos anos 50, cerca de 60% da população da América Latina eram camponesa e rural. Atualmente, esse dado praticamente se inverteu e *60% da população latino-americana* — constituída por aproximadamente 330 milhões de habitantes em 1980 (cerca de 30% da população do Terceiro Mundo, não incluindo a China) — *estava concentrada nas cidades.* A que fatores se deve esta mudança na distribuição espacial dos contingentes populacionais na América Latina?

Na verdade, o fenômeno demográfico correlaciona-se estreitamente com o subdesenvolvimento. Nos anos 50, a população da América Latina crescia à taxa de 2,8% para chegar aos 3,5% ao ano na década de 1960, caracterizando uma verdadeira *explosão demográfica.* Hoje em dia, essa taxa declinou em alguns países (Argentina, Uruguai, Cuba, Chile), mas ainda é considerada bastante elevada nos demais.

O crescimento populacional foi favorecido pela imigração européia, ocorrida em fins do século passado e inícios do século XX. A *nova colo-*

nização branca dirigiu-se sobretudo para os países do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile) e o Brasil. A melhoria das condições sanitárias, incorrendo no declínio da mortalidade (com exceção do Haiti e da Bolívia), e, conseqüentemente, no aumento do número dos nascimentos, teve papel muito importante.

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida
morremos de morte igual
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia.

(João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida Severina*)

É nas regiões mais pobres, particularmente no campo, que se verificam taxas elevadas de natalidade. Devido ao baixo nível de vida da população camponesa, o elevado crescimento vegetativo, aliado à concentração da propriedade das terras nas mãos de poucos, provocou o *êxodo rural*, isto é, a fuga da mão-de-obra excedente para as cidades, onde se instalaram as indústrias modernas.

Entretanto, pelo próprio caráter concentrador dessas indústrias, que exigem mão-de-obra especializada, e pela inelasticidade da oferta de empregos, que não acompanhou o crescimento da população, *grande parte dos contingentes da área rural não pôde ser absorvida pelas novas atividades econômicas.* As tentativas de conter artificialmente a natalidade ou de aumentar a taxa de crescimento da economia, por si sós, não foram capazes de melhorar as condições de vida na população, pois a riqueza gerada, isto é, a renda, permaneceu concentrada nas mãos de pequena parcela da população. No Brasil, por exemplo, segundo dados do IBGE, em 1978, metade da população ficou com apenas 14% da renda nacional, ao passo que 10% de privilegiados retiveram cerca de metade da renda (48%); outros 30% da população ficaram com 23%, e os restantes 10% receberam 15% da riqueza produzida. A má distribuição da renda foi e é agravada pelas precárias condições de saúde, educação, qua-

lidade de vida e de trabalho da maioria da população. No Brasil, em 1982, existiam, em uma população de mais de 120 milhões de habitantes, 22 milhões de analfabetos, 7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos de idade sem escola, 20 milhões de carentes absolutos, 55 milhões de pessoas sem água encanada e esgotos, 40 milhões sem energia elétrica e 5 milhões de indivíduos trabalhando por comida, sem receber salários.

Como os governos dos países subdesenvolvidos não aplicam recursos financeiros suficientes para realizar as obras de infra-estrutura necessárias ao atendimento dessa população, as grandes concentrações humanas, sobretudo em zonas urbanas, e as populações de áreas rurais de grande miséria (como o Nordeste do Brasil, por exemplo) representam um *risco de convulsão social.*

"A universalidade da urbanização não deve permitir escamotear uma disparidade mais grave ainda do que a que opõe os campos às cidades: a disparidade cujos dois termos são países industriais e países subdesenvolvidos. Estes vêem a cada dia aumentar a distância que os separa dos primeiros. Quanto mais seu crescimento demográfico absorver uma parte importante de sua minguada renda nacional, a fim de manter apenas a precariedade da vida de cada um, mais a superação de seu atraso técnico e econômico em relação a países industriais, cujas transformações se fazem em ritmo acelerado (...) exigiria investimentos enormes que eles não possuem. A tomada de consciência desta degradação progressiva gera um potencial revolucionário crescente." (GEORGE, P., *Panorama do mundo atual*, Difusão Européia do Livro, pp. 217 e 218.)

Essa disparidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos fica mais evidente se compararmos os custos salariais na indústria de alguns países capitalistas:

Custo de uma hora de trabalho na indústria (em dólares)

1º Alemanha	24,87
2º Noruega	21,90
3º Suíça	21,64
4º Bélgica	21,00
5º Países Baixos	19,83
25º Brasil	2,68

Fonte: *Morgan Stanley Research*, *In: Jornal do Brasil*, de 7.2.1996.

Até a década de 1950, a função da América Latina, no quadro da divisão internacional do trabalho, era a de produzir gêneros agrícolas de grande valor comercial e matérias-primas para exportação, e de consumir os produtos industrializados dos chamados países ricos e principalmente servir de campo para a colocação de capitais de empréstimos e de investimentos. *Os processos de industrialização e urbanização transformaram a América Latina em uma região cada vez mais industrial e urbana.* Emergiram novas forças sociais e políticas — burguesia industrial, pequena burguesia e proletariado. A imagem de uma América Latina agroexportadora, não-industrial, dominada por uma oligarquia latifundiária em aliança com o grande capital internacional começou, pouco a pouco, a ser substituída por uma visão mais de acordo com a nova situação histórica.

"Mais grosseira é a imagem dos interesses externos. Imagina-se-os vinculados de forma exclusiva à economia agrário-exportadora e opostos à industrialização. Ainda mais, apresenta-se a luta pela industrialização como uma luta antiimperialista e revolucionária. Apesar de em alguns países esta imagem poder ter algum sentido, para os países que alcançaram um grau maior de industrialização a partir dos anos 30 ela é completamente anacrônica. Nestes países, a industrialização e o capital estrangeiro combinam-se e se tornam progressivamente uma só realidade. Nos países de menor desenvolvimento industrial as coisas não são, entretanto, muito diferentes. As forças mais dinâmicas na maioria deles ligam-se à inversão industrial, sobretudo a partir da década de 1950, e aí, mais do que em outras partes, o capital internacional controla estas inversões." (SANTOS, T. dos, *Socialismo o Fascismo — El Nuevo Carácter de la Dependencia y el Dilema Latinoamericano*, Ediciones Periferia, pp. 17 e 18.)

Assim, o crescimento econômico da América Latina, longe de eliminar, *agravou ainda mais a situação de dependência ante os países imperialistas.* "O que pensar, por exemplo, da relação entre dependência e desenvolvimento? Alguns autores, como André Gunder Frank, nos falam do 'desenvolvimento do subdesenvolvimento'. Outros, menos radicais, como Teotônio dos Santos, equacionam a questão de forma mais ambígua, deixando indeterminada a natureza da relação: em princípio, as nações dominantes seriam as que podem expandir-se e gerar o

seu próprio progresso, enquanto que as dependentes 'só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, a qual pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato'. Finalmente, há os que, como Fernando Henrique Cardoso, situam-se no pólo oposto e admitem que 'a atual etapa da dependência mostra que existe a possibilidade de acelerar-se a industrialização nas economias periféricas (...) Nem se alegue que existe apenas um processo de crescimento, sem alterações estruturais. A composição das forças produtivas, a locação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe estão se modificando (...) Esta verificação obriga a redefinir algumas interpretações sobre o imperialismo e o subdesenvolvimento'." (MARTINS, C.E., "Brasil — Estados Unidos: dos 60 aos 70", *Cadernos CEBRAP*, nº 9, Editora Brasiliense, p. 4.)

A industrialização da América Latina atrasou-se em mais de um século em relação à Europa e aos Estados Unidos, devido ao papel de exportadoras de alimentos e matérias-primas e importadoras de bens industrializados desempenhado pelas economias latino-americanas desde antes da libertação colonial. O *surto de industrialização* facilitado por duas guerras mundiais e pela Depressão dos anos 30, devido à necessidade de substituir importações, modificou em parte esse panorama: *os países latino-americanos passaram do pólo europeu à esfera de influências dos Estados Unidos.* Sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o *imperialismo norte-americano* voltou-se para os *investimentos nas atividades industriais*, passando a dominar o setor capitalista industrial das economias dos países latino-americanos em desenvolvimento (Brasil, México, Argentina, Uruguai), principalmente os ramos das indústrias químicas e derivados, automobilística e de eletrodomésticos. Com isso, o crescimento industrial da América Latina processou-se *com base no capital estrangeiro*, geralmente concentrado nos *setores de bens de consumo duráveis ou de tecnologia sofisticada*, o que não significou ampliação em larga escala do mercado interno: devido aos altos preços desses produtos, são sobretudo os setores de altas rendas que têm condições de consumi-los, embora as facilidades do crédito procurem ampliar o consumo para as camadas sociais de renda mais baixa.

"A predominância da inversão no setor industrial significa uma nova divisão internacional do trabalho entre as nações capitalistas (...) A

indústria moderna se divide em um setor de bens de consumo leves e duráveis e em um setor de indústrias de base composto essencialmente dos insumos fundamentais da produção, aos quais se agrega um setor da indústria pesada composto de máquinas de fazer máquinas. Este último setor, ligado às novas aplicações da eletrônica e à automatização dos processos mecânicos pesados, é hoje em dia um monopólio dos países mais adiantados, particularmente os Estados Unidos." (SANTOS, T. dos, *op. cit.*, p. 27.)

Assim, os países latino-americanos tornaram-se dependentes dos fornecimentos externos de bens de produção (máquinas, equipamentos etc.), o que os conduziu a um *crescente endividamento externo*. Se já não dependem tanto da importação de bens de consumo, o mesmo não se pode dizer com relação à importação de bens de produção, necessários à dinamização das suas economias.

Com exceção de Cuba, cuja Revolução Socialista libertou-a do esquema econômico, político e militar liderado pelos Estados Unidos, e da Nicarágua, em busca de sua libertação econômica, após a Revolução Sandinista, os países da América Latina viram aumentar a sua dependência dos países capitalistas avançados, que detêm o monopólio da fabricação e venda dos bens de produção, e, ainda, o monopólio do saber, isto é, o domínio da moderna tecnologia.

As limitações do *capitalismo dependente* refletiram-se na necessidade de aumentar as exportações de bens de consumo para sustentar as crescentes importações de matérias-primas, alimentos e maquinaria dos países desenvolvidos. Os déficits na balança comercial conduziram os países latino-americanos a novos empréstimos no exterior, agravando assim a dívida externa dessas nações.

Entre essas limitações, podem-se apontar: a concentração industrial nas grandes cidades, estimulando o êxodo rural; a ausência de uma indústria de base nacional; a evasão de divisas, com o pagamento de *royalties*, fretes e remessa de lucros para o exterior; o declínio do setor tradicional da economia (agricultura e mineração), com a desvalorização dos preços dos produtos primários; a pouca elasticidade do mercado de trabalho, devido ao caráter monopolístico e concentrador das atividades fabris.

Este modelo de industrialização, portanto, agravou as contradições entre as necessidades do desenvolvimento da América Latina e o controle econômico e político exercido pelo imperialismo, através das empresas multinacionais.

A *introdução do capitalismo no campo*, substituindo em parte as relações de produção tradicionais, alterou as condições do trabalho rural. Alguns países (México, Bolívia, Cuba, Peru, Chile, Nicarágua) realizaram reformas agrárias que modificaram favoravelmente a situação dos camponeses, embora não eliminassem totalmente o latifúndio (com exceção de Cuba, onde foi executada uma reforma agrária em bases socialistas). Na maioria dos países latino-americanos a *modernização da agricultura* significou a *penetração em larga escala das empresas multinacionais* dedicadas à agroindústria.

Aliando-se muitas vezes com os latifúndios tradicionais, ou formando verdadeiros enclaves econômicos, aproveitando a força de trabalho da numerosa mão-de-obra barata e as condições de superexploração vigentes, as grandes empresas capitalistas contribuíram para a *intensificação do processo migratório do campo para as cidades*, o aumento do número de camponeses sem terras, a formação de grandes massas de assalariados agrícolas que vivem nos povoados ou cidades vizinhas e trabalham esporadicamente nos períodos de safras (é o caso dos *bóias-frias*, no Brasil).

As *migrações internas* vieram *agravar os problemas das grandes cidades* — superpopulação, insuficiência de moradia, precárias condições de saúde, falta de escolas, alto índice de criminalidade etc. As massas rurais, geralmente despreparadas para as atividades urbanas (concentradas sobretudo no setor de serviços de comércio), ou não encontrando emprego (dada a inelasticidade da oferta), vão engrossar a massa de subassalariados ou desocupados, morando na periferia das grandes cidades, onde se formam as *barriadas* (Venezuela), *pueblos* (México), *villas miserias* (Argentina), *poblaciones* (Chile), favelas e mocambos (Brasil).

Os séculos XVIII e XIX foram os séculos das Revoluções Burguesas na Europa Ocidental. O século XX foi o das *Revoluções dos países do Terceiro Mundo*, buscando romper com a dominação imperialista e com a submissão das massas populares à injusta ordem econômica e política a serviço das classes privilegiadas. Nesta luta, portanto, os povos da América Latina não estavam sós.

"(...) a utilização dos recursos dos países para promover a justiça social; a criação de sistemas mais igualitários de relações econômicas internacionais; mudanças estruturais nas economias dos países em desenvolvimento; e a elaboração de uma estratégia comum destinada a satisfazer as necessidades básicas da população, quando 700 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza e cerca de 500 milhões padecem de grave desnutrição." (Trecho da Declaração por uma Nova Ordem Econômica Internacional, aprovada na V Reunião dos Países Não-Alinhados, em Sri Lanka, 1976. *Guia do Terceiro Mundo 1980*, Tricontinental Editora, p. 317.)

2. UMA REGIÃO CONSTANTEMENTE AMEAÇADA

A América Latina, diversamente do que ocorreu em outras regiões do Terceiro Mundo, desde a Época Colonial, e sobretudo após a Independência, sofreu diretamente a *ação econômica e cultural das potências colonialistas e imperialistas.* As causas profundas da instabilidade política dos países latino-americanos ligam-se estreitamente a essa condição.

Tornando-se politicamente independente no século XIX, em uma época em que o capitalismo já se achava consolidado em parte da Europa, e iniciando a sua industrialização no século XX, quando aquele sistema econômico já dominava a economia mundial, a América Latina levou menos de cem anos para proceder às transformações econômicas, sociais e políticas que, na Europa, levaram dois séculos para amadurecer e finalmente acontecer. Enquanto grande parte da África manteve, a par do colonialismo, as suas comunidades de economia natural e instituições tribais, e as áreas mais populosas da Ásia viviam praticamente sob um coletivismo agrário, a América Latina, imediatamente após processo de libertação colonial, tomou a *via capitalista de desenvolvimento dependente* e procurou adaptar-se às novas idéias liberais, nacionais e constitucionalistas que dominaram as sociedades européias no século XIX. As modernas ideologias políticas, transplantadas para os recém-emancipados países latino-americanos, chocaram-se com uma realidade objetiva

dominada pelo latifúndio, pelo caciquismo político e pelo atraso cultural de grandes massas de população.

"Os países da América Latina têm sofrido perturbações políticas muito mais freqüentes do que a Europa; porém, se se considerar o ponto de partida muito arcaico de sua evolução no século XIX, não é certo que essas perturbações tenham sido mais numerosas, pelo menos para aqueles países que contêm três quartas partes da população — Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México —, aos quais devem-se acrescentar os dois pequenos países privilegiados que são a Costa Rica e o Uruguai. As perturbações políticas parecem incessantes porque, tendo sido adiadas durante três séculos, acumularam-se em alguns anos." (LAMBERT, J., *América Latina — Estruturas sociais e instituições políticas*, Cia. Editora Nacional/EDUSP, p. 27.)

O perigo das *intervenções estrangeiras* sempre esteve presente na vida independente dos países latino-americanos: no século XIX, foram freqüentes as interferências européias, sobretudo inglesas ou espanholas; no século atual, os Estados Unidos vêm sistematicamente intervindo militar, política e economicamente, desde o Big Stick, inicialmente manejado por Theodore Roosevelt, passando pela Boa Vizinhança, acenada por Franklin Roosevelt, e pela Aliança para o Progresso, aplicada por John Kennedy, até chegar à política dos Direitos Humanos do presidente Jimmy Carter e à *nova estratégia*, claramente intervencionista, do governo Ronald Reagan.

> "As Américas estão sob ataque. A América Latina, parceira tradicional de aliança com os Estados Unidos, está sendo penetrada pelo poder soviético. As margens e a bacia do Caribe estão pontilhadas de testas-de-ferro soviéticos e cercadas de Estados socialistas." (Relatório preparado para o Conselho de Segurança Interamericano. RIDING, A., "América Latina não segue mais os EUA", *Jornal do Brasil*, 15 de fevereiro de 1981.)

Nas sociedades latino-americanas, até há algumas décadas dominadas de forma absoluta pelo latifúndio, as *oligarquias agrárias* tinham um *papel político hegemônico*. A crescente dependência e as estruturas socioeconômicas arcaicas, herdadas do século XIX, refletir-se-iam nas primei-

ras manifestações revolucionárias dos começos do século XX, ameaçando as todo-poderosas oligarquias e o grupo de ditadores que dirigiam os destinos de vários países latino-americanos. No México ocorreu uma revolução popular. Em outros países, a evolução econômica e social foi enfraquecendo as oligarquias e as ditaduras. A Grande Depressão dos anos 30 concluiu essa etapa da vida latino-americana.

A modernização econômica trouxe à cena política *novas forças sociais*, representadas pela burguesia nacional, pela pequena burguesia e pelo nascente proletariado urbano. A burguesia passaria a dividir o poder político com as oligarquias, enquanto o segmento da pequena burguesia constituído pelos *militares* abriria à força o seu caminho, tendência já ensaiada na década de 1920.

"Foi com seu apoio que a classe média conseguiu, em princípios do século, o reconhecimento político da oligarquia; foi com sua proteção que ela mais tarde se consolidou no poder; e agora é através de sua intervenção que ela busca rechaçar a ameaça colocada pelos setores populares aos quais é incapaz de dirigir. Isto explica a contínua pressão civil em favor da intervenção militar (...)" (NUM, J., "Os golpes militares da classe média". VELIZ, C. e outros, *América Latina — Estruturas em crise*, IBRASA, p. 114.) É sintomático que entre 1920 e 1966 tenham ocorrido cerca de 80 golpes militares bem-sucedidos na América Latina.

A presença política da *classe operária* fez-se notar através de numerosas greves e do surgimento de organizações e partidos populares. As tendências anarco-sindicalistas, dominantes no movimento operário nos dois primeiros decênios do século, foram substituídas pelas idéias socialistas e comunistas, a partir da Revolução Russa de 1917.

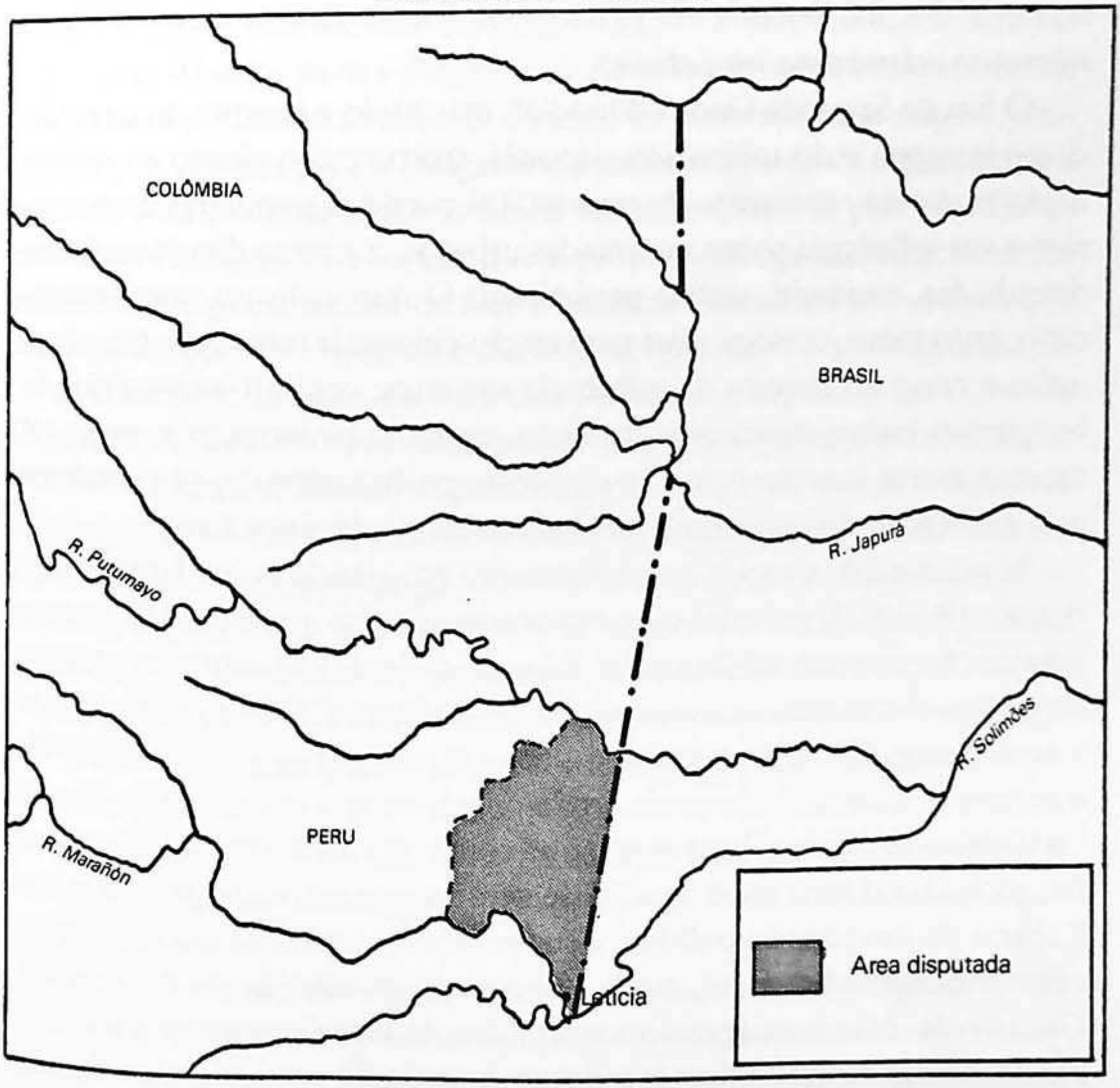
No período de 1930 a 1945, cresceram as mobilizações populares, apesar do controle policial exercido pelo Estado oligárquico-burguês. Surgiu também nova onda de regimes de cores fascistas (como o Estado Novo, no Brasil), oligárquicos (como a República Conservadora, na Argentina), ou constituindo ditaduras militares (como a de Rafael Trujillo, na República Dominicana, ou a de Fulgêncio Batista, em Cuba). A opressão, o assassinato, o cárcere político estenderam-se pelos quatro cantos da América Latina. Mesmo assim, o *nacionalismo de matiz antiimperialista*, o *sentimento antioligárquico* e as *idéias de democracia social* ganhavam força e penetravam cada vez mais profundamente nos

movimentos populares. Foi a época da luta de um Sandino, implacável adversário da aliança do imperialismo com a oligarquia rural, que veio a sustentar a ditadura de Anastacio Somoza.

O que restar de aldeia na América há de
despertar. Estes não são tempos de dormir
tranqüilo...

(José Martí, poeta e revolucionário cubano)

QUESTÃO DE LETÍCIA



A década de 1930 não foi cenário apenas de golpes de Estado na América Latina. Surgiram também *conflitos entre os países latino-americanos* envolvendo questões de fronteiras. A *Questão de Letícia* foi um dos mais importantes e a que, geralmente, não se dá muita atenção. A posse da aldeia colombiana de Letícia era há muito reivindicada pelo Peru. Em 1932, forças peruanas ocuparam-na militarmente, agravando a situação, de que resultou o assassinato do presidente peruano Sánchez Cerro. Ao mesmo tempo em que se preparavam para um longo conflito, a Colômbia e o Peru apelaram para a Liga das Nações, que já investigava a Guerra do Chaco (Bolívia *versus* Paraguai), provocando protestos dos Estados Unidos, que invocaram a Doutrina Monroe. Em 1933, seguindo as recomendações da Liga, os dois países cessaram as hostilidades. Finalmente, em 1934, foi *firmado um protocolo no Rio de Janeiro reconhecendo a soberania colombiana em Letícia.*

O fim da Segunda Guerra Mundial, marcando a derrota do nazi-fascismo europeu e do militarismo japonês, trouxe novo alento ao *avanço democrático no continente americano.* Os partidos populares aumentaram a sua influência sobre as camadas urbanas, algumas ditaduras foram derrubadas, enquanto outras persistiram. O imperialismo norte-americano, entretanto, cresceu a sua penetração em escala mundial e procurou isolar o resto do mundo da influência soviética, com a *Guerra Fria.* As burguesias latino-americanas cederam espaço à penetração massiva de capitais norte-americanos e às empresas multinacionais, responsáveis pela aceleração dos investimentos industriais na América Latina.

Nos anos 50, a rápida industrialização em alguns países latino-americanos (Brasil, Argentina) e as estruturas agrárias atrasadas em outros geraram fortes contradições entre a necessidade de um caminho próprio de desenvolvimento e a onipresença do latifúndio e do grande capital internacional. O avanço popular explica a *Revolução de 1952, na Bolívia,* que envolveu camponeses, mineiros e operários; e o *populismo de Vargas (Brasil) e o de Perón (Argentina)*, que contavam com forte apoio popular, inclusive com a participação de setores operários, importante influência de um partido político, e sustentavam ideologias antioligárquicas e antiimperialistas; ou, ainda, o *nacionalismo de Jacobo Arbenz, na Guatemala.* Mas esses foram anos também de *ditaduras antipopulares* e ligadas ao capitalismo norte-americano, como a do coronel Pérez Gimé-

nez, na Venezuela; a do ex-sargento Batista, em Cuba; a do general Stroessner, no Paraguai...

Ao mesmo tempo em que pregavam a democracia no continente, os Estados Unidos sustentavam regimes ditatoriais que garantiam seus interesses estratégicos e privilégios econômicos e que perseguiam comunistas e verdadeiros democratas. Na década de 1950, a maré nacionalista latino-americana foi contida pelo imperialismo norte-americano mediante o estímulo aos golpes militares promovidos pelas oligarquias comprometidas com o grande capital.

As soluções de força para sufocar o crescente nacionalismo, sob pretexto de afastar o perigo da comunização da América Latina, foram aplicadas sobretudo na década de 1960, quando *fracassou* a política de promover reformas econômicas e sociais e estimular investimentos patrocinados pela *Aliança para o Progresso*. A *Revolução Cubana* constituía um *desafio para os Estados Unidos*. O fracasso da *Revolução sem sangue*, prometida pela Aliança para o Progresso, tornou aceitáveis os argumentos a favor da *luta armada* como o único caminho possível para realizar as mudanças econômicas e sociais que a própria Aliança reconhecia serem essenciais. Os guerrilheiros de Sierra Maestra incendiavam a imaginação das organizações de esquerda e das massas oprimidas do continente.

A fracassada invasão da Baía dos Porcos e a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos não conseguiram o intento de destruir o primeiro Estado socialista da América e tampouco impedir a influência do socialismo cubano sobre a América Latina. "A Revolução Cubana demonstra que não há destinos manifestos nem fatalidades geográficas, e que, dadas certas condições, nossos povos podem enfrentar com êxito inclusive seus inimigos mais poderosos. Atrás dela se lançam outros povos e se aviva a luta armada inclusive em países e circunstâncias em que as condições para o emprego de tais métodos não eram propícias. Porém a violência do enfrentamento deixa ver, por si só, a intensidade da crise." (AGUILAR, M.A., "La Crisis del Capitalismo en América Latina." Revista *Estrategia*, maio-junho de 1980, Publicaciones Sociales Mexicanas, p. 52.)

A *crise política e ideológica* ocorrida na América Latina nos anos 60 teve reflexos também nos setores médios, notadamente entre os estudantes e intelectuais. Os tradicionais partidos de esquerda sofreram

rachas ou divisões "pela oposição entre as tendências de linha russa e diversas tendências de linha chinesa, e, de maneira mais geral, de linha castrista. Os primeiros, considerando que toda Revolução Comunista, na América Latina como em qualquer outra parte, só pode originar-se nas massas operárias e não pode triunfar a não ser com o apoio das classes médias, opõem-se aos movimentos insurrecionais, que consideram perigosas aventuras. Os outros depositam sua confiança nas guerrilhas, para as quais esperam conseguir, a exemplo de Cuba, o apoio dos camponeses." (LAMBERT, J., *op. cit.*, p. 262.)

A crescente ofensiva popular nos governos reformistas de João Goulart, no Brasil, de Arturo Frondizi e Arturo Illia, na Argentina, e de Juan Bosch, na República Dominicana, de clara definição nacional e democrática, teve como resposta golpes militares de direita e até, no caso de São Domingos, o desembarque de tropas da OEA, revivendo os dias negros do Big Stick, sob novas roupagens...

Em 1966, a *OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade)* lançou a estratégia da *luta armada em escala continental*: Venezuela, Bolívia, Brasil, Uruguai, Argentina... Não alcançando o objetivo de vincular-se a movimentos de massa, sobretudo aos camponeses e operários, as guerrilhas rurais e urbanas, vanguarda isolada do movimento social, foram o alvo principal da repressão policial-militar dos governos antipopulares. As *Forças Armadas* latino-americanas, adestradas nos centros de treinamento militar dos Estados Unidos e instruídas na Doutrina da Contra-Insurgência, lançaram-se à repressão aos movimentos guerrilheiros com uma frieza e violência jamais vistas, transformando a América Latina em um verdadeiro campo de batalha. "(...) por definição, os projetos operacionais de contra-insurgência obscurecem a distinção entre as esferas de ação políticas e militares. No contexto de (...) uma guerra permanente, que não precisa ser declarada, já não faz sentido a distinção clássica segundo a qual o poder civil era responsável pela direção da guerra, e o militar, pela condução das operações militares. Em tal guerra, uma vez que o inimigo não pode ser reconhecido de imediato, sua identificação depende das próprias operações militares; isso limita consideravelmente a esfera de decisão civil." (NUM, J., "Os golpes militares de classe média". VELIZ, C. e outros, *op. cit.*, p. 121.)

Enquanto em alguns países se instalavam ditaduras militares reacionárias, em outros, correspondendo ao fim violento das guerrilhas rurais, tomava corpo o novo militarismo do fim da década de 1960. O Peru de *Velasco Alvarado*, a Bolívia de *Ovando Candia* e *Juan José Torres*, e o Panamá de *Omar Torrijos* foram exemplos típicos desse fenômeno. Identificado com os problemas do continente, sobretudo das áreas camponesas, o *novo militarismo* considerava a subversão comunista uma ameaça à segurança nacional, mas admitia também a necessidade de uma revolução nacional para contê-la e considerava os militares como os únicos capazes dessa missão. Esses militares pregavam a libertação nacional, mudanças profundas nas estruturas econômicas e políticas, e o desenvolvimento de uma nova ordem social "nem capitalista, nem comunista". Além disso, propunham a aliança das Forças Armadas nacionalistas com os intelectuais progressistas, operários e camponeses.

> *Foram os mineiros, operários, camponeses e*
> *estudantes que acenderam o círio da Revolução.*
> *Constituem agora o dínamo dessa Revolução.*
>
> (General Ovando Candia, 1969)

Os governos militares progressistas, assim como os civis reformistas (o de Eduardo Frei, no Chile, o de Belaúnde Terry, no Peru, o de López Michelsen, na Colômbia), foram, entretanto, incapazes de resolver a situação de pobreza crônica e as seculares injustiças praticadas na América Latina. O descontentamento ante a difícil situação econômica e a ascensão do movimento popular nos países onde se tentaram promover reformas por vias democráticas intensificaram a luta de classes.

"Terminada a batalha das guerrilhas e enterrados os mortos, o nosso país foi outra vez esquecido pelas potências que conduzem os destinos do mundo. Jovens oficiais, no entanto, despertaram depois do desfecho dramático da luta na selva para uma realidade que já não podiam aceitar. Flutuava no ar uma espécie de amarga decepção, agravada pela dúvida sobre a correção da ati-

tude que haviam assumido no drama. A chama da rebelião cresceu em todos os quartéis, guarnições e fortins." (General Juan José Torres, comandante das Forças Armadas e presidente da Bolívia. CARLOS, N., "Os novos militares — Uma alternativa de poder", *Correio da Manhã*, 4 de maio de 1970.)

"Em 1968 se fortaleceu a luta nacionalista no Panamá e triunfou um governo democrático no Peru. Dois anos depois, Allende chegou à presidência no Chile em que pese a tudo o que se fez para impedi-lo, e em 1972 tomou o poder no Equador um governo militar que chamou a defender a soberania nacional e os recursos naturais do país. Quase simultaneamente, a luta popular se reforçou desde o Uruguai, Argentina e Bolívia, ao sul, até a Venezuela, Jamaica e Trinidad-Tobago, no Caribe." (AGUILAR, M.A., *op. cit.*, pp. 52 e 53.)

Como se vê, o nacionalismo esteve presente nos movimentos democráticos e populares, inclusive fundamentando a Descolonização: Jamaica e Trinidad-Tobago tornaram-se independentes da Inglaterra em 1962; em 1966, foi a vez de Barbados e da Guiana; as Baamas libertaram-se do domínio inglês em 1973, e em 1975 a Guiana Holandesa tornava-se independente com o nome de Suriname.

Na década de 1970, contudo, a reação da burguesia e do imperialismo ao avanço popular mostrou-se *cada vez mais violenta*. Seguindo a política de encorajamento de ditaduras militares pró-imperialistas, os Estados Unidos apoiaram direta ou indiretamente a onda de golpes militares que percorreu o continente: Bolívia, em 1971; Chile e Uruguai, em 1973; Argentina, em 1976... "Um dos processos que está acontecendo é o da consolidação de uma nova direita econômica e militar, unida aos interesses norte-americanos, e que cada vez tem mais uma perspectiva continental para a programação de sua estratégia." (TELLA, T. di, *Para uma política latino-americana*, Editora Paz e Terra, pp. 143 e 144.)

Nos países onde as forças populares se unificaram e organizaram sob uma direção revolucionária, e formaram aliados capazes de enfrentar com êxito os inimigos próximos e distantes, criaram-se as condições necessárias para levar a cabo uma *revolução vitoriosa*, como aconteceu na Nicarágua, em 1979, ou para uma *ofensiva popular crescente*, como foi o

caso de El Salvador ou da Guatemala. Em toda parte renasceram as lutas operárias e camponesas, das camadas pequeno-burguesas, e até se tornou visível o descontentamento de alguns setores da burguesia. Inaugurou-se uma *nova etapa de lutas sociais no continente*: surgiu um novo sindicalismo; as reivindicações econômicas ampliaram-se e ganharam o campo político; ampliou-se a luta por liberdades democráticas, pela independência econômica, pela justiça social. As nações latino-americanas contaram com a solidariedade dos demais povos oprimidos do Terceiro Mundo.

A partir da década de 1980, teve início um processo de redemocratização nos países da América Latina submetidos a regimes militares ou civis de caráter autoritário. Foi o caso, por exemplo, do Brasil, da Argentina, do Peru, do Uruguai, através de processos eleitorais, e da Nicarágua, com a eclosão da Revolução Sandinista, em 1979.

Fatores conjunturais e estruturais contribuíram para as mudanças econômicas, políticas e sociais então ocorridas. O modelo político-militar revelou-se incapaz de resolver os problemas colocados pela nova economia mundial globalizada, como a necessidade da formação de megablocos econômicos e o controle de mercados pelos grandes monopólios. Ao mesmo tempo, os grandes empresários tomaram consciência do esgotamento do modelo de Estado patrimonialista e da necessidade de abolir as barreiras protecionistas e abrir a economia à nova estratégia neoliberal. O controle do aparelho burocrático do Estado pelos governos, onde predomina a corrupção, tornou-se um empecilho às novas tendências de liberdade econômica reivindicadas pelo capital industrial e financeiro.

No campo político, surgiram lideranças capazes de aglutinar as diversas forças sociais em torno de um projeto liberalizante, através do fim da censura, anistia a presos políticos, eleições livres, constituições democráticas, liberdade sindical. Os movimentos guerrilheiros de esquerda, ativos durante a década de 1970, como os *Montoneros*, na Argentina; os *Tupamaros*, no Uruguai; e a *Ação Libertadora Nacional (ALN)*, no Brasil, já haviam sido alvo de intensa e cruenta repressão político-militar e aniquilados, não representando mais perigo para os regimes ditatoriais. Entretanto, em alguns países, durante as décadas de 1980 e 1990, resistiram ou surgiram novos movimentos de esquerda ar-

mados, como é o caso do *Movimento Revolucionário 19 de Abril (M-19)* e das *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)*, do *Sendero Luminoso*, no Peru (1980), do *Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)*, no México (1994). Em El Salvador, teve início a guerra civil (1981-1992), confrontando a *Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)* e a ditadura apoiada pelos Estados Unidos.

Do ponto de vista social, tornou-se cada vez mais visível o descontentamento das camadas populares e da classe média (que havia apoiado os regimes autoritários) com a repressão política, o arrocho salarial e a crescente concentração da renda nas mãos de uma minoria da população, enquanto crescia o número de excluídos, como, por exemplo, os trabalhadores sem-terra no Brasil. O ressurgimento do movimento sindical e a atuação de numerosas entidades da sociedade civil (jornalistas, advogados, bispos, professores) também contribuíram para o declínio das ditaduras sul-americanas.

Durante ou após o processo de transição democrática, foi adotada, na maior parte dos países latino-americanos, a política econômica denominada *Neoliberalismo*, que consiste no chamado *Estado mínimo*, isto é, na intervenção indireta do Estado na economia, permitindo maior liberdade econômica às empresas e baseando-se nas leis de mercado.

O *Chile do general Augusto* Pinochet (1973-1989) *foi o primeiro* país latino-americano *a aplicar tal política*, continuada por seus sucessores Patrício Aylwin (1989-1993) e Eduardo Frei (1993). Seguiram-se o México, a partir do governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), sucedido por Ernesto Zedillo (1994), a Argentina de Carlos Menem (1989), o Peru, governado por Alberto Fujimori (1990), e o Brasil de Fernando Henrique Cardoso (1994).

A aplicação da política neoliberal variou de país para país, de acordo com a situação econômica, as circunstâncias políticas, a maior ou menor pressão da sociedade civil. Entretanto, no plano geral, guarda algumas características semelhantes:

- privatização de empresas estatais, tais como nos setores de petróleo, energia elétrica, portuário, ferroviário, aeroviário e telecomunicações;
- privatização de bancos públicos;

• controle de salários, através da estabilização financeira e monetária, utilizando-se de políticas antiinflacionárias e cambiais;
• incentivos à entrada de capitais estrangeiros;
• não-desempenho pelo Estado de funções assistencialistas (como saúde pública, previdência social).

Será que o Neoliberalismo resolverá os sérios problemas que afetam os países da América Latina, como o desemprego e a reforma agrária?

Há, portanto, um processo aberto, cujo desenlace ainda não se pode prever.

> *O dever urgente de nossa América é mostrar-se como é, una em alma e intento, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada somente com o sangue arrancado às mãos na luta com as ruínas e com o das veias que nos deixaram abertas nossos donos.*
>
> (José Martí, *Nuestra América*, 1891)

3. TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O processo de integração econômica latino-americano teve início entre o final da década de 1950 e o princípio da de 1960. Seus principais instrumentos de atuação econômica foram o MCCA (*Mercado Comum Centro-Americano*) e a ALALC (*Associação Latino-Americana de Livre Comércio*), mais tarde transformada em ALADI (*Associação Latino-Americana de Integração*) e, posteriormente, o MERCOSUL.

O MCCA, iniciado com o *Tratado Multilateral sobre Livre Comércio*, assinado em Tegucigalpa (1958) e ampliado pelo subseqüente *Tratado Geral sobre a Integração Centro-Americana*, firmado em Manágua (1960), reunia as pequenas repúblicas da América Central, como Honduras, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e, posteriormente, a Costa Rica. Baseado inicialmente em programas elaborados pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional da ONU) e pela OECA (Organização dos Estados Centro-Americanos, criada em

1951), objetivava estabelecer o livre intercâmbio de produtos agrícolas e industriais, assegurando condições para criar posteriormente uma tarifa externa protetora comum e proporcionar financiamento para as indústrias regionais.

A ALALC foi criada pelo *Tratado de Montevidéu* (1960), assinado pelo Brasil, Argentina, Peru, Chile, México e Uruguai, o qual recebeu mais tarde a adesão da Bolívia, Equador, Colômbia, Paraguai e Venezuela. O acordo estabelecia um prazo de 12 anos, que terminaria em 1973, sendo prorrogado até 1980. Nesse transcurso os países signatários se obrigavam a suprimir gradualmente as barreiras alfandegárias e todas as outras restrições que dificultassem o comércio intrazonal. A progressiva eliminação desses entraves contribuiria para a complementação e integração econômica dos países-membros da ALALC. Outro objetivo também seria estimular a industrialização, através da substituição de importações de fora por importações inter-regionais, não só de bens de consumo como de quaisquer bens de capital produzidos nos países signatários.

A. TIO SAM MUDA OS RUMOS DO MCCA

O Tratado Multilateral sobre Livre Comércio chamou a atenção dos Estados Unidos, que, até então, acompanhavam, apenas como espectadores, o processo de integração. Ainda que as propostas da CEPAL (planificação estatal e restrições aos investimentos norte-americanos, entre outras) não excedessem os limites do capitalismo (até, pelo contrário, *visavam* a promover reformas para *reduzir a luta de classes e reforçar o capitalismo na América Central*), não agradaram ao governo dos Estados Unidos e a seus aliados internos, as elites centro-americanas.

Junto com o Tratado Multilateral se firmou o *Acordo sobre Indústrias de Integração*, mais conhecido como *Regime de Indústrias de Integração (RII)*, mecanismo que assegurava, através de medidas protecionistas e de ajuda econômica, uma industrialização equilibrada em toda a América Central. O governo de Washington — que tinha nessa área uma região altamente estratégica — temia principalmente uma *nova Guatemala*, isto é, outra experiência nacionalista e progressista como a do governo de Jacobo Arbenz (1951-1954), que regulara os investimentos norte-americanos e promovera uma reforma agrária.

A partir daí *começaram as pressões dos Estados Unidos* no sentido de adequar a integração econômica aos seus interesses. Atraídos pela promessa de 100 milhões de dólares de ajuda ao MCCA, feita pelo governo de Washington, sob a condição de que fosse revogado o RII, El Salvador, Honduras e Guatemala, à revelia da CEPAL, firmaram o *Acordo Tripartite de Associação Econômica* (fevereiro de 1960), estabelecendo bases para o comércio livre de quase todos os bens de consumo que produziam os Estados-membros e, particularmente, o "livre movimento de capitais e pessoas". Tudo isso, segundo as condições impostas por Washington.

"Havendo conseguido pôr os pés na porta do processo de integração centro-americana, os Estados Unidos se propuseram a institucionalizar sua influência de duas maneiras: primeiro, especialmente durante os anos de formação do MCCA, de 1960 a 1963, exerceram um controle direto sobre o MCCA, penetrando em suas principais instituições e intervindo de forma decisiva e estratégica nas controvérsias sobre as indústrias de integração. Segundo, os Estados Unidos empreenderam uma estratégia a longo prazo, mais sutil, incrementando uma industrialização dependente na América Central (que dava às corporações norte-americanas um máximo de liberdade) e criando uma coalizão com os setores mais privilegiados das burguesias locais, que atuariam a favor dos interesses norte-americanos." (JONAS, S. e outros, *Corporaciones Multinacionales en América Latina*, Ediciones Periferia, p. 191.)

O governo hondurenho tentava mudar esta situação desde seu conflito com El Salvador (1969), provocado, em última instância, pela extrema desigualdade econômica com que se desenvolviam as pequenas repúblicas centro-americanas, o que fizera Honduras abandonar o MCCA em 1970. Mas, em dezembro de 1972, um golpe de Estado derrubou o governo eleito de Ramón Cruz.

"Cruz havia resistido às pressões dos Presidentes da Guatemala, Nicarágua e El Salvador (e indiretamente dos Estados Unidos) para normalizar suas relações com El Salvador e com o MCCA, insistindo em um acordo sobre a disputa fronteiriça com El Salvador e a reestruturação do MCCA; portanto, Cruz era considerado o principal obstáculo à normalização do funcionamento do MCCA e do CONDECA [Conselho de Defesa Centro-Americano, fundado em 1964]. O líder do golpe e novo Presidente de Honduras, o General Osvaldo López Arrellano, foi muito

mais acessível e 'flexível' nessas questões." (JONAS, S. e outros, *op. cit.*, p. 237.)

Desse modo *os Estados Unidos conseguiram*, ao longo do tempo, *mudar os rumos do MCCA*, segundo seus interesses, inclusive *anulando na prática o temido Regime de Indústrias de Integração.*

> "Os Estados Unidos devem ocupar-se da integração centro-americana. Nós nos comprometemos a ajudar o movimento. Além do mais, se este se desenvolve de forma adequada, pode servir aos interesses norte-americanos na área. Lamentavelmente, os Estados Unidos não articularam ainda seu próprio conceito de integração (...); sua estrutura, prazo, instituições etc. Isto deve realizar-se, fazer-se conhecer aos centros-americanos e a presença e a assistência norte-americanas devem ser utilizadas para favorecer os desenvolvimentos que apoiamos, e bloquear os outros..." (Informe da AID. JONAS, S. e outros, *op. cit.*, p. 203.)

B. OS ESTADOS UNIDOS, A ALALC E OUTROS PROJETOS INTEGRACIONISTAS

Para se tentar compreender as inúmeras contradições havidas no processo de integração econômica latino-americano, é importante observar o contexto político em que ele se desenvolveu e o que isso significou para os Estados Unidos. Antes de mais nada, deve-se entender que tanto a ALALC como o MCCA foram mais dois organismos multilaterais entre tantos outros surgidos na América Latina no desenrolar da Guerra Fria, como, por exemplo, a AILA (Associação de Industriais Latino-Americanos), a AICA (Associação Pró-Integração Centro-Americana), o CIAP (Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso) e a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

"Essas organizações, em geral, facilitam a 'despolitização' das controvérsias e contradições inerentes às relações imperialistas. Elas conferem aos governantes dos países-membros seja a ilusão de participar de processos decisórios, seja a conveniência de não discutir e submeter-se abertamente

nas negociações bilaterais com os Estados Unidos. Da mesma forma que para os governantes dos Estados Unidos, também para os dos países do hemisfério tem sido conveniente despolitizar os problemas da dominação imperialista por intermédio do multilateralismo." (IANNI, O., *Imperialismo na América Latina*, Editora Civilização Brasileira, p. 23.)

Nesse sentido, os Estados Unidos desenvolveram na América Latina a chamada *diplomacia da associação madura*, destinada principalmente a conter a subversão interna e externa, preservando o *status quo*, bem como a incentivar os investimentos privados e o próprio desenvolvimento capitalista no continente.

Sob vários aspectos, a ALALC (bem como o MCCA) foi uma organização concebida sob a ótica da diplomacia da associação madura. Em muitos casos, ela favorecia principalmente os interesses de empresas norte-americanas, como, por exemplo, no modo em que os diversos países-membros desenvolvem negociações relativas a direitos e impostos sobre importações.

Oficialmente extinta em 1980, a ALALC, desde 1981, foi substituída pela *Associação Latino-Americana de Integração*, ou *ALADI*. Criada pelo Tratado de Montevidéu, tem como objetivos promover o comércio entre os Estados-membros e estimular a cooperação e a complementação econômica dos Estados associados. Reunindo os mesmos Estados que integravam a ALALC, desta se diferencia porque permite acordos bilaterais entre seus associados e porque reconhece ser remota a criação de um mercado comum latino-americano.

Uma tentativa de romper os elos dessa cadeia de dependência foi a organização do *Grupo Andino* (1969), quando os países da cordilheira dos Andes (Chile, Peru, Colômbia, Venezuela e, posteriormente, Equador e Bolívia) reuniram-se no *Acordo de Integração Sub-Regional Andino* ou *Pacto Andino*, visando a estabelecer uma integração a nível sub-regional para fazer face tanto ao imperialismo norte-americano como aos privilégios de que desfrutam as empresas nacionais e estrangeiras localizadas no Brasil, Argentina e México. Aliás, é com esses países que os *Estados Unidos fazem o jogo diplomático do aliado preferencial* e aos quais, principalmente, é dirigida também a diplomacia da associação madura, na qual "aos aliados preferenciais poderiam ser delegadas responsabilidades militares, políticas ou mesmo econômicas"

"São as empresas situadas nestes países, particularmente as internacionais, de base norte-americana, que desfrutam de melhores posições de barganha nos quadros da ALALC. Daí o cunho não só nacionalista, mas duplamente antiimperialista, das diretrizes adotadas conjuntamente pelos governos associados sob o Pacto Andino: Declaração de Bogotá (1966), Acordo de Cartagena (1969) e Decisão nº 24 (1970). Dizemos duplamente antiimperialista porque esses documentos destinam-se a defender as economias dos países e da região andinos frente às condições privilegiadas em que se encontram as indústrias e os investidores sediados principalmente nos Estados Unidos e, secundariamente, na Argentina, Brasil e México." (IANNI, O., *op. cit.*, p. 69.) O surgimento do Grupo Andino no seio da Associação Latino-Americana de Livre Comércio *revelou não apenas a insuficiência do processo iniciado pelo Tratado de Montevidéu, mas, principalmente, a existência de duas concepções distintas sobre como deve ser feita a integração econômica latino-americana.* "Para o Tratado de Montevidéu (...) a integração é uma ação comum 'entre' unidades econômicas, [para o Acordo de Cartagena] uma política comum 'para' as unidades econômicas. Um sistema tende a liberar e complementar as relações econômicas entre os países, o outro busca programar e unificar as normas aplicáveis às estruturas econômicas dos países. Enquanto que para Cartagena a integração adquire o caráter de uma estratégia global para os países-membros, para Montevidéu a integração é um instrumento parcial de uma política regional." (LANUS, A., *Integración Económica de América Latina*, Juarez Editor, p. 194.)

Outro grupamento importante surgiu com a Declaração de Montevidéu (1970), aprovada pela Argentina, Brasil, Chile, Equador, Uruguai, Peru, Nicarágua, El Salvador e Panamá — integrantes do chamado *Clube dos Nove* —, que firmaram o princípio de caber a cada país estender sua soberania até 200 milhas (320km) da costa, ao passo que os Estados Unidos e a URSS definem como águas internacionais todo o mar além das doze milhas. A importância do controle da plataforma continental, que teve no governo peruano de Velasco Alvarado o mais ativo defensor, reside, dentre outras coisas, na possibilidade de regular a exploração dos recursos do mar territorial, envolvendo riquezas sobretudo minerais, como o petróleo. A aplicação deste princípio acarretou choques com barcos pesqueiros norte-americanos que foram apreendidos pelo governo equatoriano.

C. NOVAS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO

No final da década de 1980, nos estertores da Guerra Fria, surgiram novas tentativas de integração econômica nas Américas. Em 1989, na Austrália, foi criada a *Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC)*, por iniciativa dos países que compunham a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), além dos Estados Unidos, do Japão e do Canadá. A Conferência de Seatle, realizada em 1993, transformou a APEC em um bloco econômico, comprometendo-se a criar no Pacífico uma área de livre comércio.

Entretanto, o protecionismo econômico fez com que os países-membros adiassem para o ano 2000 a abolição gradativa das respectivas barreiras alfandegárias. O objetivo estratégico da APEC, responsável por quase metade das exportações mundiais, é tornar dominante a economia dos Estados Unidos na área do Pacífico, onde se destacam o Japão e a China. Entre os membros americanos da aliança, além dos já citados Estados Unidos e Canadá, estão o México e o Chile.

Em 1993, os países que fazem parte da América do Norte — Estados Unidos, Canadá e México — assinaram o *Acordo de Livre Comércio para a América do Norte (NAFTA)*, um formidável megabloco econômico, que visa a estimular as relações comerciais entre os três parceiros por meio da eliminação de tarifas e barreiras alfandegárias ao longo de 15 anos. O Acordo passou a vigorar a partir de 1994, mas não beneficia igualmente os três países. Os Estados Unidos são favorecidos pela utilização da mão-de-obra mexicana, mais barata, e pelos incentivos fiscais para a instalação de indústrias no México. Por sua vez, aumentou a entrada de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, o que cria problemas com os sindicatos e associações operárias norte-americanos. *O Efeito Tequila*, crise na economia mexicana, ocorrida em 1994, também criou problemas para os defensores do NAFTA. A entrada de novo parceiro, o Chile, no NAFTA ainda não se concretizou.

Reconhecendo a importância de um bloco econômico sul-americano, em 1991 foi criado o *Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL)*, reunindo o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, com a assinatura do Tratado de Assunção. Em vigor desde 1995, o MERCOSUL pretende que as mercadorias produzidas nos países-membros estejam livres

de tarifas de importação até o ano 2000. Entretanto, a formulação de políticas econômicas comuns por parte de cada um dos Estados-membros do MERCOSUL está longe de atingir os objetivos integracionistas pretendidos. A entrada de capitais e mercadorias estrangeiros, os níveis desiguais de desenvolvimento econômico — onde se destacam o Brasil e a Argentina —, comprometem a criação de uma união alfandegária (1994). Em 1995, foi assinado um acordo de cooperação com a União Européia. Além dos quatro países fundadores, o MERCOSUL admitiu, em 1996, o Chile e a Bolívia. O MERCOSUL mantém acordos com o Peru, o Equador, a Colômbia e a Venezuela.

Para contrabalançar o poder de influência do MERCOSUL, os Estados Unidos pressionam para a formação de uma zona de livre comércio, através da *Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)*, a partir do ano 2005. A ALCA foi projetada a partir de um acordo assinado em 1994, que, uma vez concretizado, reunirá 34 países do continente, com exceção de Cuba, o que a tornaria um dos megablocos comerciais mais poderosos do mundo (população avaliada em 800 milhões de pessoas, um PIB de 9 trilhões de dólares e um comércio externo de 2,4 trilhões de dólares). Sua finalidade é o livre trânsito de mercadorias, de serviços e de investimentos pelas fronteiras nacionais. O projeto é ameaçado pelas dificuldades econômicas dos países do continente.

D. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS MOVIMENTOS DE INTEGRAÇÃO

Passadas mais de duas décadas desde a criação do MCCA e da ALALC (sucedida pela ALADI), os objetivos que os inspiraram foram alcançados? A situação dos povos latino-americanos melhorou? Para ambas as questões a resposta é a mesma: não. Até pelo contrário, o processo de desenvolvimento dependente tem incidido negativamente no balanço de pagamentos de cada país, aumentando as dívidas externas; e a presença cada vez maior de empresas multinacionais nas principais atividades econômicas possibilitando-lhes o completo controle do mercado inter-regional. Além disso, cada vez mais os governos latino-americanos comprometidos com o imperialismo, frente à *crise crônica que assola os países do hemisfério* (subproduto da própria crise geral do capitalismo

internacional), insistiram em soluções que serviram mais aos interesses privados das empresas transnacionais do que para resolver os verdadeiros problemas, como o crescente desemprego, a marginalização, a concentração de riquezas por uma minoria privilegiada, a miséria e a dependência financeira e tecnológica do exterior, sobretudo do Grande Irmão do Norte, os Estados Unidos da América.

Apesar de tudo, quais as perspectivas dos movimentos integracionais? Parece claro que o problema principal é menos de "conseguir um espaço econômico unificado, mediante uma mobilidade progressiva de produtos e fatores de produção — o que somente seria praticável se as economias nacionais houvessem alcançado um grau de homogeneidade estrutural muito maior e se houvessem atingido níveis de desenvolvimento similares —, do que de reorientação do desenvolvimento no plano nacional, no sentido de uma articulação crescente das economias nacionais em um todo coerente. As uniões aduaneiras e as zonas de livre comércio são um fruto tardio da ideologia do *laissez-faire*, ao passo que o tipo de integração que poderá beneficiar as economias latino-americanas pressupõe um avanço considerável no planejamento a nível nacional". (FURTADO, C., *op. cit.*, p. 242.)

A necessidade de os países da América Latina definirem de forma mais realista suas relações com os centros internacionais de poder, especialmente com os Estados Unidos, tem contribuído cada vez mais para uma forma de cooperação inter-regional cuja premissa é uma evolução sociopolítica a nível nacional.

"Essa evolução requer, a fim de que se possam vencer as naturais suspicácias de países com uma longa história de dependência exterior, uma clara definição dos objetivos do desenvolvimento no plano nacional (...) Cabe, portanto, admitir que os progressos do chamado movimento 'integracionista' continuarão sendo lentos e as decepções nesse terreno freqüentes, enquanto o planejamento econômico não se transforme em um instrumento eficaz de política no plano nacional." (FURTADO, C., *op. cit.*, pp. 242 e 243.)

Novas esperanças surgiram com a *criação do MERCOSUL*, não obstante os desiguais níveis das economias das sociedades latino-americanas signatárias do Tratado de Assunção.

Além do mais, os Estados Unidos pressionam no sentido de ser criada a *Associação do Livre Comércio da América (ALCA)*.

Essa proposta parece nova tentativa de Washington em ressuscitar antigo projeto apresentado na *Primeira Conferência Internacional Americana*. Nesta, 18 Estados americanos, reunidos em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890, *rejeitaram a criação de uma união aduaneira continental*, como propôs James Blaine, secretário de Estado norte-americano.

Até quando os Estados Unidos continuarão empenhados em defender a tese de que a *América é dos americanos... do Norte?*

4. O NOVO PAPEL DA IGREJA CATÓLICA

A partir da década de 1960, ouvir falar em padres e bispos envolvidos em lutas de ruas, protestos, prisões, torturas e mortes passou a ser notícia mais ou menos comum na imprensa latino-americana, sendo também normal a alta hierarquia da Igreja se mobilizar em defesa dos eclesiásticos e leigos perseguidos por suas atividades políticas. Em 1966, na Colômbia, o padre guerrilheiro Camilo Torres foi morto em ação por forças do Exército colombiano. No Brasil, durante o governo Médici, frei Tito tornou-se conhecido por ter sido preso e torturado juntamente com outros frades dominicanos, acusados de envolvimento com movimentos revolucionários. Na Nicarágua, vários religiosos engajaram-se direta ou indiretamente na insurreição popular que derrubou a ditadura de Somoza, entre os quais Gaspar Garcia Laviana (morto em combate) e Ernesto Cardenal, Miguel d'Escoto, Edgard Parrales e Fernando Cardenal, que chegaram a ocupar importantes cargos no governo sandinista.

Mas terá sido sempre essa posição da Igreja Católica na América Latina? Não. Entre as Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) do papa João XXIII, primeiras a abordar significativamente os problemas sociais, e o Terceiro Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizado em Puebla (México, 1979), ratificando a ação popular da Igreja na linha da *Teologia da Libertação*, foram muitos os obstáculos e injunções a serem vencidos. Como se deram essas transformações no seio da Igreja Católica e qual o seu posicionamento frente aos atuais problemas que afligem as sociedades latino-americanas?

De um modo geral, a Igreja Católica, no que se refere ao seu relacionamento com o Estado e a sociedade civil, passou por *três fases distintas*: até 1930, buscou sua reorganização frente às questões apresentadas pelo Estado liberal, conseguindo em alguns países posições bastante privilegiadas; depois de 1930, procurou fazer uma aliança com o povo através de um modelo de *neocristandade* (mediando-se pelo poder político das classes dominantes); finalmente, a partir da década de 1960, posicionou-se claramente ao lado dos pobres.

Embora em minoria em relação às diversas correntes políticas da atual Igreja Católica, a *linha popular consegue ser hegemônica*, o que aparentemente é uma contradição, mas ainda assim um fato.

"Mesmo com os encontros de bispos e mesmo com a organização e solidariedade de um órgão como o Conselho Espiscopal Latino-Americano, essas linhas diversas ficaram patentes nos anos 60 e 70. Desse modo, a despeito da arbitrariedade de todas as classificações, pode-se agrupá-las em quatro facções principais:

• *tradicionalista*, formada pelos que viam no Concílio de Trento (século XVI) o caminho de uma Igreja que deve lutar por uma teocracia e por preservar seus valores litúrgicos antigos (como a missa em latim, por exemplo);

• *conservadora*, formada pela grande maioria do episcopado e que procurava pautar seu comportamento pelas diretrizes baixadas pelo Vaticano, mas interpretando-as conservadoramente e que ainda cria na possibilidade do desenvolvimento de um modelo de cristandade;

• *progressista*, formada por aqueles que pretendiam para a Igreja uma tomada de posição teórica e prática ao lado do povo pobre, identificado como aquele para quem Jesus Cristo veio;

• *revolucionária*, formada por aqueles que, crendo como os progressistas, propuseram métodos e programas radicais para uma revolução popular." (AZEVEDO, I.B., de, *As cruzadas inacabadas — Introdução à História da Igreja na América Latina*, Editora Gêmeos, p. 135.)

Depois da Segunda Guerra Mundial, no papado de Pio XII, teve início uma abertura na Igreja, mas foi somente *a partir do Concílio Vaticano II* (1962-1965) que os *católicos foram estimulados a repensar o Evangelho* segundo a evolução do mundo contemporâneo. Iniciado com

João XXIII e terminado sob a direção do papa Paulo VI, esse concílio deixou alguns documentos básicos para a atuação da Igreja nos dias atuais, entre os quais destacam-se *A Igreja à luz dos povos e A Igreja e o mundo moderno*, que ampliaram a conceituação de justiça social. As mais importantes encíclicas de Paulo VI foram, sem dúvida, a *Humanae Vitae* e a *Populorum Progressio*, que abordam os novos problemas mundiais no âmbito social.

A. O CONSELHO DE MEDELLÍN E A IGREJA POPULAR

Com a falência da política do desenvolvimentismo, das alternativas populistas, e com a internacionalização da economia, na década de 1960, *generalizou-se no continente o fenômeno das ditaduras militares*, que, apoiadas na Doutrina de Segurança Nacional, fecharam os canais de participação popular. Na busca de novos espaços para se expressar, o povo acabou encontrando os meios eclesiais como lugar onde resistir organizadamente. Foi nesse momento que a Igreja se articulou com os teólogos avançados, as forças de esquerda e as classes populares, e empreendeu mudanças no episcopado da América Latina sob pressão de um novo sujeito histórico: o povo (antes o sujeito eram as elites). Surgia a chamada *Igreja Popular*.

As transformações ocorridas no seio da Igreja foram expressas no *Segundo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)*, realizado em *Medellín* (Colômbia, 1968), que seguiu de perto as propostas do Concílio Vaticano II (o I CELAM realizara-se no Rio de Janeiro, em 1955, e muito pouco acrescentara à renovação da Igreja). Medellín "significou um marco divisório na história da Igreja Católica no continente; ao mesmo tempo produto e produtor de uma nova mentalidade, possível pela formação das várias conferências nacionais de bispos e até mesmo pelo movimento geral de participação política, depois de analisar a situação do continente, chegou a uma série de conclusões (...)" (AZEVEDO, I.B. de, *op. cit.*, p. 145.)

"A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização

global onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenham, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade (...) Por isso (...) a organização sindical rural e operária deverá adquirir a força e a presença suficiente a que os trabalhadores têm direito.

(...) Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos (...)" (Trecho das conclusões do II CELAM. AZEVEDO, I.B. de, *op. cit.*, pp. 145 e 146.)

Na Igreja Popular, ocupa o primeiro lugar o setor de promoção do homem no sentido de alcançar um novo significado para valores como a justiça, a paz, a educação e a família. O *Conselho de Medellín*, visando a instrumentalizar a participação popular na vida comunitária, estimulou a ação das *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs), criadas no início da década de 1960 e muito importantes na resistência do povo à opressão dos governos ditatoriais do continente americano.

B. OS MOVIMENTOS CATÓLICOS

A mudança qualitativa da Igreja refletiu-se também na *organização de movimentos e partidos católicos.* Embora antes da Segunda Guerra Mundial fossem criadas Fraternidades dos Trabalhadores Católicos e confederações de sindicatos católicos, as diretrizes seguidas eram mais para a catequese dos operários na doutrina e disciplina católicas do que para a conscientização de seus direitos como trabalhadores.

Após 1945, porém, a orientação era diametralmente diferente, como foi o caso da *Confederación Costaricense del Trabajo Rerum Novarum*, fundada pelo padre Benjamín Núñez na Costa Rica. Convertida em instituição trabalhista majoritária do país, foi uma das fundadoras da *Confederación Inter-Americana de Trabajadores* (CIT) e da *Organización Regional Inter-Americana de Trabajadores* (ORIT). A Igreja igualmente supervisionou a fundação e o funcionamento da *Unión de Trabaja-*

dores de Colombia (UTC), que também foi uma das criadoras da CIT e da ORIT, bem como da *Federación Agraria Nacional* que reunia o campesinato colombiano para as suas lutas profissionais. Posteriormente, outras confederações de orientação católica foram instituídas no Chile, Guatemala, Venezuela e Argentina. Particularmente importante foi a *Federación Gremial de Chile* (FEGRECH), responsável por intensa atividade no meio dos camponeses e trabalhadores rurais na década de 1950

"Procurou-se reunir as variadas organizações trabalhistas e camponesas católicas, sob os auspícios da Federação Internacional dos Sindicatos Operários Cristãos. Com a finalidade de proporcionar apoio financeiro e moral aos sindicatos católicos latino-americanos, foi criado um grupo, na conferência de 1954, denominado Confederación Latino-Americana de Sindicalistas Cristianos (CLASC). Nos anos seguintes, esse grupo atraiu para suas fileiras muitas das confederações independentes assim como os núcleos que funcionavam dentro das organizações trabalhistas seculares." (ALEXANDER, R.J., *Aspectos políticos da América Latina*, Distribuidora Record, p. 110.)

Outro campo de atividade da Igreja expressou-se nos movimentos estudantis, sendo que por vezes as tendências católicas adotaram posicionamentos revolucionários, como aconteceu com a Ação Popular (AP) na década de 1960 no Brasil.

Influenciados pelos princípios contidos nas encíclicas, sobretudo do papa João XXIII, e inspirados em modelos europeus, após 1945 surgiram partidos democratas cristãos. Geralmente adotando linhas progressistas, esses partidos tiveram as mais diversas denominações: Partido Social Cristão (Bolívia e República Dominicana), União Cívica (Uruguai), Partido Democrata Cristão (Brasil, Argentina, Chile e Peru), Partido Social Cristão Copey (Venezuela) e outros.

C. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

"Diante da necessidade de uma mudança global nas estruturas da América Latina, julgamos indispensável a reforma política. O exercício da autoridade política e suas decisões têm como úni-

ca finalidade o bem comum. Na América Latina tal exercício e decisões com freqüência aparecem apoiando sistemas que atentam contra o bem comum ou beneficiam grupos privilegiados (...) A falta de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com o objetivo de que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade, em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade." (Trecho das conclusões do II CELAM. ORTH, O., *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*, Editora Vozes, p. 53.)

A Teologia da Libertação, formulada em 1968 — mesmo ano do Conselho de Medellín —, nasceu da prática dos cristãos nos movimentos sociais do nosso continente. Entre seus ideólogos destacam-se Joseph Comblin (missionário belga católico), Rubem Alves (presbiteriano brasileiro), Leonardo Boff (frade dominicano brasileiro) e o padre peruano Gustavo Gutiérrez, autor de *La pastoral de la Iglesia en América Latina* (1968) e de *Teologia de la Liberación* (1971), seu livro mais importante, a partir do qual a Teologia da Libertação alcançou rapidamente outros continentes do Terceiro Mundo.

Em condições infra-humanas não pode florescer a santidade. Por isso a primeira tarefa do cristão é fazer a Revolução.

(Ernesto Cardenal, padre nicaragüense)

Em linhas gerais, a Teologia da Libertação indica como ação da Igreja o combate à exploração de uma classe social por outra e condena a dominação imperialista entre as nações, partindo de alguns pressupostos:

- "afirmação de que todos os homens ocupam um lugar social (o que torna a neutralidade uma impossibilidade real);
- aceitação da análise da realidade feita pelos cientistas sociais;

• renúncia à tentativa de resolver sozinha (pela teologia) os problemas da sociedade, importando mais colaborar com os movimentos engajados na sua transformação;

• presunção de que a transformação da Igreja está ligada à transformação do mundo, pelo que toda a ação da Igreja deve se incluir no processo de transformação deste mundo". (AZEVEDO, L. B., *op. cit.*, p. 158.)

Embora recebida com entusiasmo pelas bases do cristianismo e por membros da hierarquia católica comprometidos com a Igreja Popular, a Teologia da Libertação também encontrou forte oposição de outros setores vinculados aos interesses burgueses, que nela vêem a legitimação da violência e "uma paixão muito grande pelo Marxismo".

D. O CONSELHO DE PUEBLA

Dez anos após o Conselho de Medellín, reuniu-se o III CELAM em Puebla (México, 1979), sob conjuntura bem diversa: a situação econômica, social e política do continente agravara-se, e a oposição da Igreja às ditaduras, em defesa dos oprimidos, atraíra a repressão sistemática dos governos aos líderes religiosos. Nesse contexto, o tema central do Conselho de Puebla foi a evangelização na América Latina. Cardeais, bispos, teólogos e religiosos diversos refletiram sobre a realidade do nosso continente e decidiram as orientações pastorais para a sua evangelização. Superando as primeiras expectativas, o documento final, *Puebla 79*, reafirmou as diretrizes teológicas da libertação e ampliou o caráter popular da Igreja na América Latina.

"Uma Igreja mais comprometida com a ação libertadora frente às ditaduras, ao terror, à marginalização, à opressão e à pobreza é o que propõem os bispos. Proclamam o compromisso de toda a Igreja — pastores, sacerdotes, religiosos, leigos, cada qual em sua missão própria — 'sem ódios nem violência, mas até as últimas conseqüências, com a construção de uma sociedade mais justa, livre e pacífica, sonho dos povos da América Latina e fruto indispensável de uma evangelização libertadora'." (CHRISTO, C.A.L. [Frei Betto], *Diário de Puebla*, Editora Civilização Brasileira, p. 117.)

Na primeira parte do documento sobre *a visão pastoral da realidade* latino-americana, abordaram-se os mais diversos assuntos como saúde,

habitação, desnutrição, mortalidade infantil, desemprego etc. Os signatários condenaram o sistema capitalista, que "aumenta a violência institucionalizada", e reconheceram a interferência nociva do imperialismo na realidade política e econômica dos países latino-americanos.

> "A economia de livre mercado vigente, legitimada por ideologias liberais, aumentou a distância entre ricos e pobres, por antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social, e grupos minoritários nacionais, às vezes associados ao capital estrangeiro, valem-se das oportunidades oferecidas pelas formas primitivas de livre mercado para enriquecerem-se à custa dos interesses dos setores populares (...) em muitos casos chega-se ao ponto em que os próprios poderes políticos e econômicos de nossas nações estão submetidos a centros mais poderosos que operam em escala internacional." (Trechos do documento final de Puebla. CHRISTO, C.A.L. [Frei Betto], *op. cit.*, p. 118.)

Depois de séculos de alianças com o poder e as classes dominantes, a Igreja busca novo comprometimento: a opção pelos oprimidos do Terceiro Mundo. A religião que, em outras épocas, foi considerada como o ópio do povo — por iludir as maiorias em benefício de alguns —, levanta-se, hoje, como semente de esperança na construção de um novo mundo para um novo homem.

Ave Maria
grávida das aspirações de nossos pobres
O Senhor é convosco
bendita sois vós entre os oprimidos
benditos são os frutos de libertação do
vosso ventre.

(Trecho de Ave-Maria Latino-Americana)

E. AS NOVAS TENDÊNCIAS

Em 1978, assumiu o trono pontifical o cardeal Karol Wojtyla. Nascido na Polônia, adotou o nome de João Paulo II e imprimiu diretrizes nitidamente conservadoras à Igreja Católica.

Medidas diversas atingiram claramente o clero progressista mediante *limitações* impostas *à Teologia da Libertação*, envolvendo inclusive punições pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé ao frei Leonardo Boff, que acabou abandonando as vestes sacerdotais.

Além disso, tem-se sucedido a substituição de dirigentes eclesiásticos progressistas por bispos e cardeais afinados com as posições conservadoras do papado.

A preocupação com o reforço conservador da disciplina da Igreja Católica também se traduziu pela reafirmação do celibato clerical e da proibição da ordenação de mulheres, bem como pela condenação do aborto, do sexo antes do casamento e da masturbação, e pela contestação ao controle da natalidade através de métodos não-naturais.

Muito mais do que seus antecessores, João Paulo II realizou visitas a países da Europa, Ásia, África e América. Neste continente esteve em cerca de 25 Estados. Visitou mais de uma vez o Brasil, o México, os Estados Unidos e a Argentina, entre outros.

> "Com a queda do Comunismo, caiu também a Teologia da Libertação." (Declaração feita na Guatemala, em 1996. *Folha de São Paulo*, em 23 de janeiro de 1998).

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Correlacionar explosão demográfica e subdesenvolvimento.
2. Caracterizar o novo tipo de dependência econômica da América Latina a partir do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970.
3. Apontar as razões da instabilidade política dos países latino-americanos.

4. Resumir a evolução do papel dos militares na política latino-americana.

5. Citar os principais organismos de integração econômica da América Latina e seus objetivos.

6. Destacar a importância da Igreja Católica nas lutas das sociedades latino-americanas a partir da década de 1960.

7. Indicar algumas decisões do Conselho de Medellín e do Conselho de Puebla.

UNIDADE II — NÃO HÁ FAVORES DESINTERESSADOS ENTRE AS NAÇÕES

O Pan-Americanismo no Século XX

1. AS LINHAS GERAIS DOS IDEAIS PAN-AMERICANOS NO SÉCULO ATUAL

Ao se abrir o século XX, aprofundava-se o contraste entre os Estados Unidos e a América Latina.

Desde os fins do século precedente os *Estados Unidos haviam se projetado como potência internacional* na Guerra Hispano-Americana (1898), cujas vantagens obtidas contribuiriam para reforçar o poderio e o expansionismo norte-americanos. Potência industrial e naval, os Estados Unidos começavam, então, a trilhar o caminho que rapidamente os elevaria à condição de centro econômico do sistema capitalista.

Em contraste, a *América Latina permanecia como área periférica do capitalismo* europeu, na condição de mercado fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas tropicais ou subtropicais, além de mercado consumidor da produção fabril e área para colocação de capitais de investimentos ou de empréstimos.

Aos dirigentes norte-americanos pareceu conveniente aproveitar-se dos ideais de solidariedade continental: *o Pan-americanismo*, distorcido

na linha do Monroísmo, poderia dar cobertura à substituição do predomínio econômico europeu pela hegemonia política e econômica dos Estados Unidos na América. Para isso, revigoraram a Doutrina Monroe e lhe acrescentaram um corolário... Estava justificado o *Big Stick*!

Duas guerras mundiais, acarretando profundas transformações no panorama internacional e na vida de todos os países, trouxeram novo dimensionamento às relações interamericanas. "Às alianças militares iriam seguir-se as alianças para a solução dos inquietantes problemas sociais que ideologias e estado de consciência mais ativo despertariam ou provocariam. Um movimento de alerta constante marcaria principalmente o segundo pós-guerra." (FERREIRA REIS, A.C., *op. cit.*, p. 22.)

O surgimento de uma Cuba socialista romperia, porém, uma unidade mais aparente que real e acentuaria a *tendência crescente dos países latino-americanos em buscar soluções para os seus problemas*, seja através da integração a blocos regionais ou continentais, seja através de caminhos próprios nacionais.

A vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979, representou nova etapa da luta contra o imperialismo norte-americano e da reconquista nacional, defendida pelas massas populares nicaragüenses. Além do mais, o sucesso da Revolução Sandinista tornou explosiva a América Central, onde a Guatemala e El Salvador passaram a viver uma crescente escalada da insurreição popular que a repressão governamental, sustentada pelos Estados Unidos, não consegue deter.

2. E A POLÍTICA DE INTERVENÇÃO COMEÇOU A FUNCIONAR

"Nos primeiros momentos do século, o que haveria de mais importante no convívio continental seriam as intervenções norte-americanas no Caribe e a luta pela conquista de mercados entre norte-americanos e ingleses. Estes haviam sido os grandes beneficiários do pós-independência. Dominavam o mercado de capitais, as inversões em serviços, concediam empréstimos, governavam a economia de exportação dos latino-americanos." (FERREIRA REIS, A.C., *op. cit.*, p. 22.)

A ascensão de Theodore Roosevelt à presidência dos Estados Unidos (1901-1909) representou um marco na política interamericana: o pan-americanismo foi reinterpretado à luz dos interesses norte-americanos. Criou-se o *Corolário Roosevelt para a Doutrina Monroe* (1904), que justificava as intervenções norte-americanas ocorridas, ou que viessem a ocorrer, na América Central e região antilhana, convertidas em *Mediterrâneo Norte-Americano*, denominação criada por vasta literatura diplomática e geográfica.

"(...) a adesão dos Estados à Doutrina de Monroe pode forçar os Estados Unidos, embora com relutância (...) para o exercício de um poder de polícia internacional (...) Nossos interesses e os de nossos vizinhos do Sul são em realidade os mesmos. Eles possuem grandes riquezas naturais (...) Eles só merecerão a nossa interferência em último caso e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou fraqueza para executar a justiça em casa e no exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas." (Trecho da mensagem anual de Theodore Roosevelt ao Congresso, em 6 de dezembro de 1904. MORRIS, R.B., *op. cit.*, p. 185.)

Embora o Corolário surgisse a propósito da intervenção conjunta de unidades navais inglesas, alemãs e italianas na Venezuela, exigindo o pagamento de dívidas não resgatadas, servia para afastar a América Latina de uma dependência à Europa, além de justificar intervenções feitas ou a serem efetuadas exclusivamente pelos Estados Unidos.

Aqueles que aceitam a Doutrina Monroe devem
aceitar (...) os direitos que ela nos confere.

(Theodore Roosevelt, sobre o protetorado em São Domingos, 1904)

Citando constantemente um provérbio africano — "Fala maciamente, mas carrega um grande porrete (*big stick*) e assim chegarás muito lon-

ge!" —, Roosevelt inaugurou uma política de intervenções armadas que veio a ser denominada *Big Stick.*

Tanto em Cuba — onde houve a imposição da Emenda Platt, em 1901 —, como no Panamá — cujo governo recém-constituído teve de aceitar o Tratado Hay-Bunau-Varilla criando a Zona do Canal em 1903 —, o *Big Stick* estabeleceu protetorados norte-americanos que asseguravam vantagens amplas ao capitalismo dos Estados Unidos. E as intervenções continuaram com os sucessores de Theodore Roosevelt, ampliando ou consolidando protetorados em São Domingos, Nicarágua, Haiti, Guatemala, Honduras...

> "Deus designou o povo norte-americano como Sua nação eleita para finalmente levar a regeneração ao mundo (...) Somos depositários do progresso do mundo, guardiães de sua justa paz." (Afirmativa do senador republicano Albert J. Beveridge. HERRING, H., *op. cit.*, tomo II, p. 1101.)

A chamada regeneração, porém, abria espaço para a United Fruit, a Gulf Oil e outras empresas norte-americanas ampliarem seus negócios.

3. AS NOVAS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS

Na linha do bolivarismo, periodicamente reuniram-se novas conferências a fim de discutir questões de interesse continental, especialmente as relativas a medidas de defesa contra agressões.

Entre outubro de 1901 e janeiro de 1902 celebrou-se no México a *Segunda Conferência Internacional Americana*, cuja principal decisão foi o *Tratado de Arbitragem Obrigatória*. O tratado previa a criação de uma Comissão Internacional de Investigação e o compromisso de, obrigatoriamente, submeter as controvérsias interamericanas à decisão de árbitros. Aprovaram-se ainda outros tratados sobre patentes de invenção, proteção de obras artísticas e literárias, e a extradição de anarquistas.

A *Terceira Conferência Internacional Americana* reuniu-se no Rio de Janeiro, dela não participando Venezuela e Haiti (1906): "A exemplo das duas anteriores, ela contribuiu para o progresso do Direito In-

ternacional, por meio de convenções e resoluções, dentre as quais convém destacar a que criou a *Junta Internacional de Jurisconsultos*, destinada a preparar um projeto de Código de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Público, reguladores das relações entre os países da América." (FERREIRA DE MELLO, R., *op. cit.*, p. 111.)

Ainda que as conferências representassem um avanço no inter-relacionamento continental, os representantes latino-americanos começavam a encarar com reservas as manifestações do *Big Stick* e as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos. "Daí nasceu o moderno movimento de *Hispanidad*, e o *Pan-Americanismo* foi exaltado por líderes intelectuais como Rubén Darío, da Nicarágua, Rufino Blanco-Fombona, da Venezuela, Manuel Ugarte, da Argentina, José Vasconcelos, do México, e José Carlos Mariátegui, do Peru. Esses escritores acentuavam a necessidade de um destino coletivo e de uma solidariedade continental da América Latina em oposição ao 'Colosso do Norte'." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 491.)

Além do mais, decidiram não discutir a *Doutrina Drago*, sobretudo por causa da oposição dos Estados Unidos. Fora formulada, em dezembro de 1902, por Luis María Drago, ministro das Relações Exteriores da Argentina, a propósito da intervenção européia na Venezuela. Firmava o princípio de que "a dívida pública não pode justificar a intervenção armada nem a ocupação real do território de nações americanas." Apresentada posteriormente na Conferência de Paz de Haia (1907), foi aprovada, em parte pelos esforços das nações americanas presentes; subscrita então por 18 países americanos, dentre os quais o Brasil, passou a fazer parte do direito internacional público.

A *Quarta Conferência Internacional Americana* teve como sede Buenos Aires (1910). Reunida em conjuntura de divergências e temores — as primeiras decorrentes de atritos entre o Brasil e a Argentina, e entre o Chile e o Peru, e os segundos por causa de nova manifestação do *Big Stick* (a intervenção na Nicarágua e o ultimato enviado ao Chile) —, a Conferência reorganizou o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas (criado em 1889-1890) e mudou seu nome para União Pan-Americana. Decidiu ainda aprovar convenções sobre reclamações pecuniárias, a proteção de patentes de invenção e a adoção de um sistema comum de

pesos e medidas. Na oportunidade, a delegação brasileira propôs discutir o valor e o alcance da Doutrina Monroe, o que provocou o desagrado dos Estados Unidos.

Desde fins do século XIX, o jurista argentino Carlos Calvo formulara idéias relativas ao direito internacional, as quais representavam uma negação ao uso da força pelas grandes potências. O *Princípio Calvo* afirmava que "a soberania dos Estados não admite limitações (...) porque esta soberania é absoluta". Uma das conseqüências de aceitação desse princípio pela diplomacia argentina foi a Doutrina Drago. Os dirigentes argentinos igualmente alimentaram a esperança de concluir uma aliança reunindo governantes sul-americanos para uma ação conjunta em defesa das teses dos juristas da Argentina: o Princípio Calvo e a Doutrina Drago. Seria um bloco regional capaz de se opor à crescente hegemonia dos Estados Unidos. Criou-se o *Bloco ABC*, incluindo a Argentina, o Brasil e o Chile, mas questões fronteiriças entre Argentina e Chile e atritos entre Argentina e Brasil contribuíram para a não-consolidação do ABC e para a não-ratificação do Tratado de 25 de maio de 1915 que estabeleceu a união dos três países.

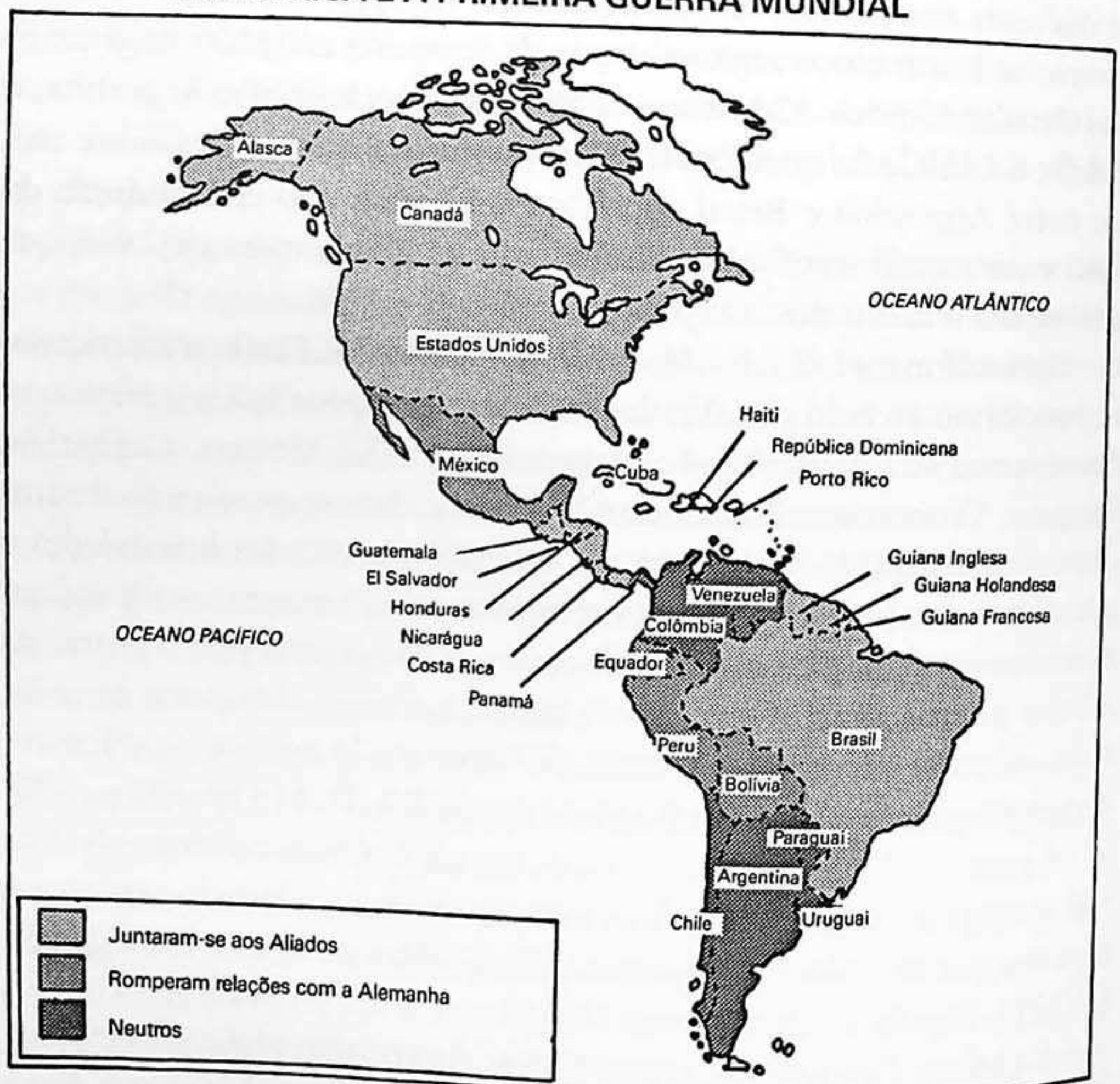
Com a Primeira Guerra Mundial, a maioria dos Estados americanos se posicionou ao lado dos Aliados, mas sete governos latino-americanos mantiveram sua neutralidade: Argentina, Chile, México, Colômbia, Paraguai, Venezuela e El Salvador. "As nações latino-americanas desempenharam um papel irrelevante no desenvolvimento das hostilidades e pouco fizeram (...) além de suprirem os materiais necessários à vitória. Mas a sua participação na guerra deslocou-as da periferia para o centro da política internacional. Onze dessas nações enviaram delegados à conferência de paz e assinaram o Tratado de Versalhes. Dezessete (...) filiaram-se imediatamente à Liga das Nações." (DOZER, D. M., *op. cit.*, p. 500)

A guerra dificultara a continuidade das conferências continentais, mas não apagara a crescente hostilidade ao *Big Stick*, manifestado por outras intervenções armadas na Nicarágua (1912), México (1914 e 1916), Haiti (1915) e República Dominicana (1916).

A *Quinta Conferência Internacional Americana*, realizada em Santiago do Chile, não teve a participação da Bolívia, México e Peru (1923). "O Uruguai pediu que se rejeitasse a unilateralidade da Dou-

trina Monroe e se criasse uma liga de países onde todos tivessem iguais direitos, ao que os norte-americanos contestaram negando-se a mudar e a definir sua doutrina." (MORALES PADRÓN, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 530.) Aprovou-se, porém, o Tratado para Evitar ou Prevenir Conflitos entre os Estados Americanos: mais conhecido como *Tratado Gondra* (em homenagem ao diplomata paraguaio Manuel Gondra), criava comissões permanentes em Montevidéu e Washington para evitar hostilidades no continente. Igualmente criou o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede no México.

A AMÉRICA E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



A *Sexta Conferência Internacional Americana*, sediada em Havana (1928), teve como decisão principal a aceitação do *Código Bustamante*, relativo ao direito internacional privado, de autoria do jurisconsulto cubano Antonio Sánchez de Bustamante. Aprovaram-se também convenções sobre asilo, direitos e deveres dos Estados nos casos de lutas civis, e condições dos estrangeiros, mas se frustraram os esforços para que o princípio de não-intervenção prevalecesse no continente americano, o que era uma tácita condenação à *Política do Big Stick.*

"Naturalmente, os Estados Unidos não podem abandonar seu direito de proteger seus cidadãos (...) O Direito Internacional não pode ser modificado pelas decisões desta Conferência." (Trecho de discurso de Charles Hughes, secretário de Estado norte-americano, em 1928. DUROSELLE, J. B., *op. cit.*, p. 213.)

4. E A POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA PASSOU A IMPERAR

O ano de 1933 marcou uma reviravolta no relacionamento interamericano: com ele abriu-se *nova etapa do Pan-americanismo*, caracterizada pela reformulação da política externa dos Estados Unidos com a América Latina. Nesse ano, inaugurou-se a *Política da Boa Vizinhança*, cuja vigência correspondeu ao período presidencial de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). Já em seu discurso de posse, Roosevelt referiu-se às novas diretrizes que imprimiria ao relacionamento diplomático com os demais países americanos.

"No campo da política mundial, quero consagrar este país à Política da Boa Vizinhança — o vizinho que respeita firmemente a si próprio e, por isso, pratica o respeito aos direitos dos outros —, o vizinho que respeita suas obrigações e a santidade dos compromissos assumidos." (Trecho do discurso de posse de Franklin Roosevelt, em 4 de março de 1933. BILLINGTON, R. A. e outros, *op. cit.*, p. 479.)

A guinada então anunciada pelo governo norte-americano explica-se pela nova conjuntura internacional marcada pela Grande Depressão — iniciada nos Estados Unidos e atingindo todos os países do mundo capitalista —, e pela ameaça do nazismo, chegado ao poder na Alemanha, em 1933, e cuja pregação belicista prenunciava mais um conflito mundial. Além do mais, a ocupação da Manchúria pelo Japão (1931-1932) e o fracasso da Conferência do Desarmamento em Genebra (1932) constituíam nuvens negras que tornavam sombrio o cenário internacional.

Nessa conjuntura de crise, era evidente a *hostilidade crescente entres os Estados Unidos e a América Latina*, onde a condenação ao *Big Stick*, geralmente liderada pelos dirigentes da Argentina, poderia levar a uma ruptura. Até mesmo nos Estados Unidos diversas instituições rejeitavam a política de intervenções armadas e faziam pronunciamentos a favor do direito das nações.

> *Nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos de outro Estado.*
> (Decisão do Institute of International Law, Washington, 1925)

Desde o governo Hoover (1928-1932) houvera um prenúncio de reformulação da política externa, quando o próprio presidente norte-americano se recusara a intervir militarmente nas repúblicas do Caribe, visitara onze países latino-americanos e chegara implicitamente a condenar a Política do Big Stick.

> "(...) A função de atuar como um tutor ao menos em questões espirituais, e também com muita freqüência em questões políticas, é exercida pelos irmãos maiores. Desaprovo inteiramente tais doutrinas, sentimentais ou políticas. Não há entre as Nações soberanas e independentes nem grandes nem pequenas (...) no continente americano." (Trecho de um discurso de Herbert Hoover, na Argentina, em 1929. DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 242.)

Igualmente na administração Hoover veio a público em 1930 um documento diplomático, elaborado em dezembro de 1928 pelo secretário de Estado Reuben J. Clark. No chamado *Memorando Clark*, nega-

vam-se fundamentos às intervenções armadas dos Estados Unidos baseadas na Doutrina Monroe.

> "O Corolário Roosevelt estabelece, como se entende em geral, que, nos casos de dificuldades financeiras ou de outro tipo nos países latino-americanos fracos, os Estados Unidos tratem de encontrar uma solução ante o temor de intervenções dos governos europeus (...), ato que seria contrário à Doutrina Monroe (...) Não acreditamos que esse Corolário se justifique nos termos da Doutrina Monroe." (Trechos do Memorando Clark. DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 214.)

Todos esses fatos impunham, por conseguinte, os esforços desenvolvidos pelo governo Roosevelt no sentido de estabelecer a solidariedade continental através da Boa Vizinhança, mesmo porque nova fonte de atritos surgira com a aplicação da *Tarifa Hawley-Smoot* (1930) pelos Estados Unidos: a tarifa atendia aos interesses dos empresários norte-americanos, atingidos pela Crise de 1929 e procurando uma saída no monopólio do mercado interno, mas fechava a entrada de produtos estrangeiros, inclusive latino-americanos.

Foi refletindo esse clima antinorte-americano, mesmo após o anúncio da Política da Boa Vizinhança, que se concluiu o *Pacto Saavedra Lamas*, como se tornou conhecido o Tratado Antibélico de Não-Agressão e de Conciliação (outubro de 1933). Representando uma versão americana do Pacto Briand-Kellog em que 56 países, inclusive os Estados Unidos, condenaram o recurso à guerra para solucionar controvérsias (1928), o Pacto Saavedra Lamas foi firmado no Rio de Janeiro pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, a ele aderindo posteriormente as demais repúblicas americanas, inclusive os Estados Unidos. Estabelecido por tempo indeterminado, condenava as guerras de agressão, declarava que as questões territoriais não deviam ser resolvidas pela violência, rejeitava a validade da ocupação ou a aquisição de territórios obtida pela força das armas e negava, em qualquer caso, o direito de intervenções, armadas ou diplomáticas.

Já ao findar o ano de 1933, reuniu-se em dezembro, em Montevidéu, a *Sétima Conferência Internacional Americana*. Nela aprovaram-se a

Convenção sobre Asilo Político e a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, mas a principal decisão foi a assinatura de um convênio em que Cordell Hull, secretário de Estado norte-americano, e os delegados das demais repúblicas americanas declaravam que "nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro Estado".

"Negociamos uma Convenção Pan-Americana firmando o princípio de não-intervenção. Renunciamos à Emenda Platt que nos dava o direito de intervir nos assuntos internos da República de Cuba. Retiramos os marines do Haiti. Assinamos novo tratado com o Panamá colocando nosso relacionamento em bases mutuamente satisfatórias. Empreendemos uma série de acordos comerciais com outros países americanos para nosso mútuo proveito." (Trecho de discurso de Roosevelt, em agosto de 1936, sobre a Política da Boa Vizinhança. BILLINGTON, R.A., *op. cit.*, volume 2, p. 480.)

Recorrendo inclusive aos meios de comunicação de massa — como cinema, revistas e jornais —, o Departamento de Estado procurou popularizar a idéia da união das Américas e de identificar os Estados Unidos com a justiça e o bem, sempre em luta contra a opressão e o mal. Foi dentro dessa linha que, na década de 1930, surgiram inúmeros personagens das histórias em quadrinhos, como os famosos Pato Donald, Zé Carioca e Panchito, criados por Walt Disney, subliminarmente representando as três Américas, tão diferentes nas suas origens, mas juntas vivendo aventuras diversas. Foi então que Hollywood contratou alguns dos mais populares artistas da América Latina, como os brasileiros Ari Barroso (compositor) e Carmen Miranda (cantora), os mexicanos Tito Guizar (cantor) e Dolores del Rio (atriz) e tantos outros cubanos, argentinos, mexicanos, brasileiros: os filmes realizados faziam uma verdadeira salada de locais, costumes e ritmos, misturando tango, samba, maxixe e rumba, descaracterizados de sua autenticidade.

"Disseram que eu voltei americanizada
Com o 'burro' do dinheiro, que estou muito rica
Que não suporto mais o breque de um pandeiro

E fico arrepiada ouvindo a cuíca
(...)
Eu digo mesmo 'Eu te amo' e nunca 'I love you
Enquanto houver Brasil
Nas horas das comidas
Eu sou do camarão ensopadinho com chuchu."

(Samba de Vicente Paiva e letra de Luís Peixoto, sucesso do Carnaval de 1940, satirizando Carmen Miranda)

Em Buenos Aires houve uma reunião extraordinária dos países americanos, convocada pelo presidente Roosevelt, que dela participou: a *Conferência Interamericana de Consolidação da Paz* (1936). Votaram-se diversos acordos e convenções: o compromisso de regular pacificamente controvérsias interamericanas; a declaração de que, na hipótese de um conflito interamericano, os neutros buscariam uma solução coletiva, e a decisão de preservar a paz continental.

As crises internacionais, sucedendo-se ante a agressividade do Eixo — que possuía simpatizantes na América, onde a presença de minorias alemãs e italianas, e a atuação de grupos ou partidos fascistas eram inquietantes —, constituem dados que explicam a importância da *Oitava Conferência Internacional Americana*, reunida em Lima (1938) em meio à Política da Boa Vizinhança. Suas principais decisões foram a Declaração de Princípios Americanos e Declaração dos Princípios da Solidariedade da América. Esta última, proposta pelos Estados Unidos e mais conhecida como *Declaração de Lima*, previa que, no caso de uma ameaça contra a paz, a segurança ou a integridade territorial de uma ação americana, os ministros das Relações Exteriores de todas as repúblicas se reuniriam para tornar efetiva a solidariedade continental.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), efetuaram-se três *Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores*:

• a Primeira, no *Panamá* (1939), onde a *Declaração do Panamá* estabeleceu uma Zona de Segurança contra as atividades bélicas dos países em guerra;

• a Segunda, em *Havana* (1940), teve como decisão capital a de não admitir nenhuma transferência de soberania em colônias européias ainda existentes no continente. A declaração era necessária uma vez que a derrota da França no mesmo ano fizera nascer o governo de Vichy, colaboracionista do Eixo, e que poderia autorizar a ocupação das colônias francesas na América. Declarou-se ainda: "Que todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território e contra a soberania ou independência política de um Estado americano será considerado como um ato de agressão contra os Estados que assinam esta Declaração." (FERREIRA DE MELLO, R., *op. cit.*, p. 581);

• a Terceira, no *Rio de Janeiro* (1942), em que os Estados Unidos, atacados pelo Japão, solicitaram que os países latino-americanos rompessem relações com o Eixo, encontrando forte oposição da Argentina e do Chile.

"Durante a Segunda Guerra Mundial os aliados latino-americanos dos Estados Unidos passaram a depender cada vez mais destes, uma vez que tinham sido isolados dos seus habituais mercados europeus e fontes européias de abastecimento pela ação do inimigo. Assiduamente cortejados pelos Estados Unidos, tornaram-se alvo de inúmeras missões de boa vontade. Para facilitar sua colaboração militar na guerra, aumentaram-se as missões militares, navais e aéreas que funcionavam em vários países latino-americanos (...) Além disso, os países latino-americanos, com exceção da Argentina, tornaram-se beneficiários da liberalidade dos Estados Unidos ao ser transformada a Política de Boa Vizinhança, depois de 1940, em uma política de assistência financeira à América Latina (...) Os auxílios que esses países receberam dentro do sistema do *Lend-Lease* durante a guerra montaram a 475 milhões de dólares. Em acréscimo, quase outro tanto foi para lá encaminhado fora dos canais do *Lend-Lease*, perfazendo um total geral de 742 milhões de dólares." (DOZER, D.M., *op. cit.*, p. 561.)

> "*Não há favores desinteressados entre as Nações.* Tudo o que uma Nação recebe como favor, terá de pagar, mais tarde, com uma parte de sua independência." (Afirmativa de George Washington, primeiro presidente dos Estados Unidos. SOUZA GOMES, L., *op. cit.*, p. 299.)

A AMÉRICA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

5. O REFORÇAMENTO DO SISTEMA PAN-AMERICANO: O TIAR E A OEA

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o panorama internacional assistiu a uma recomposição de forças em que *Estados Unidos* e *URSS* surgiram como *superpotências*, cujo poderio econômico e militar era inquestionavelmente superior ao de qualquer outro país do mundo.

Contudo, Estados Unidos e URSS representavam, sistemas econômicos, ideologias e maneiras de viver, produzir e consumir diametralmente opostos. Logo os atritos começaram a se multiplicar e acabaram

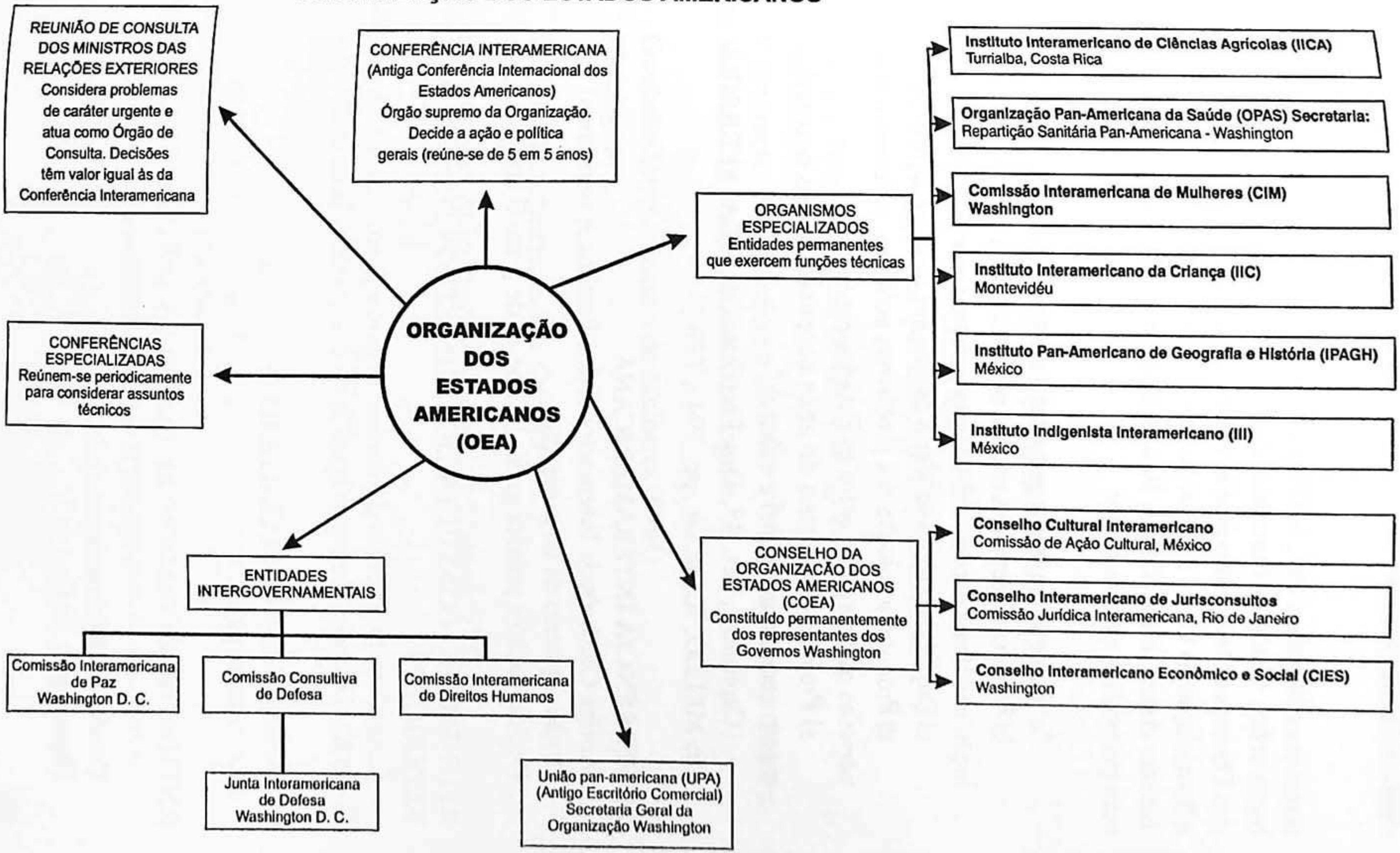
resultando em uma confrontação perigosa: a *Guerra Fria*, iniciada com um discurso do presidente Truman feito no Congresso dos Estados Unidos, em 12 de março de 1947, no qual enunciava a Doutrina Truman. Desde então, a tendência foi a *bipolarização do mundo*, traduzindo o choque capitalismo x comunismo: o primeiro identificando-se com a liderança dos Estados Unidos, enquanto o segundo vinculou-se à direção soviética.

Já na *Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz*, reunida no México (fevereiro-março de 1945), aprovara-se a *Ata de Chapultepec*, reafirmando todos os princípios incorporados ao sistema pan-americano, inclusive o que considerava um atentado feito a um Estado americano como um ato de agressão a todos os Estados americanos. Desse modo, a América converteu-se em um bloco regional vinculado pelo princípio de solidariedade continental. Formulou-se ainda a Declaração do México, consignando os princípios básicos que regem as relações entre os Estados americanos: igualdade entre todos, não-interferência nos assuntos dos outros, inviolabilidade territorial dos Estados, rejeição da guerra e da política de força, defesa da paz e dos direitos individuais, solidariedade continental, democracia com bem-estar e educação, condenação da miséria, colaboração econômica para a prosperidade geral. Aprovou-se também o projeto do *Sistema Interamericano da Paz.*

Dois anos depois, reuniu-se no Rio de Janeiro a Conferência para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente. Conhecida como *Conferência de Quitandinha* (hotel em Petrópolis onde a assembléia esteve reunida), elaborou o *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)* ou *Pacto do Rio de Janeiro*, que teve a adesão imediata ou posterior de todos os Estados americanos, exceto o Canadá. De duração indefinida, constitui uma aliança militar multilateral, porquanto impõe a obrigação de ajuda mútua e de defesa comum das repúblicas americanas (1947).

No ano seguinte, processou-se a *Nona Conferência Internacional Americana*, sediada em Bogotá, onde foi concluído o *Pacto de Bogotá* (1948), que serve de complemento ao TIAR: também chamado de Tratado Americano de Soluções Pacíficas, estabelece o compromisso de resolver controvérsias por meios pacíficos, a obrigatoriedade do recurso à mediação, da aceitação da investigação e conciliação, e do acatamento às decisões arbitrais. A Conferência também aprovou a Carta Educativa In-

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



teramericana para a Paz, o Convênio Econômico de Bogotá, a Resolução sobre Colônias Européias na América e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Sua principal decisão, entretanto, foi a formulação da Carta das Nações Americanas: criava a *Organização dos Estados Americanos (OEA)*. Reunindo todos os Estados americanos, seus propósitos essenciais são:

"a) Garantir a paz e a segurança continentais;

b) Prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros;

c) Organizar a ação solidária destes em caso de agressão;

d) Procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados membros;

e) Promover, por meio de ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural."

(Capítulo I, Art. 4º, Dos Propósitos da OEA. FERREIRA DE MELLO, R., *op. cit.*, pp. 794 e 795.)

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA

(Antiga Conferência Internacional dos Estados Americanos)
Órgão supremo da Organização.
Decide a ação e política gerais (reúne-se de 5 em 5 anos)

REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Considera problemas de caráter urgente e atua como Órgão de Consulta. Decisões têm valor igual às da Conferência Interamericana.

CONFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS

Reúnem-se periodicamente para considerar assuntos técnicos.

ENTIDADES INTERGOVERNAMENTAIS

Comissão Interamericana de Paz
Washington, D.C.

Comissão Consultiva de Defesa

Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Junta Interamericana de Defesa
Washington D.C.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Entidades permanentes que exercem funções técnicas.

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)
Turrialba, Costa Rica
Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) Secretaria: Repartição Sanitária Pan-Americana — Washington

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
Washington

Instituto Interamericano da Criança (IIC)
Montevidéu
Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPAGH)
México

Instituto Indigenista Interamericano (III)
México

CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (COEA)

Constituído permanentemente dos representantes dos governos
Washington

Conselho Cultural Interamericano
Comissão de Ação Cultural, México

Conselho Interamericano de Jurisconsultos
Comissão Jurídica Interamericana, Rio de Janeiro

Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)
Washington
União Pan-Americana (UPA)
(Antigo Escritório Comercial)
Secretaria Geral da Organização Washington

"A sede da OEA é Washington, onde se reúne o Conselho Permanente (...) com a supervisão dos trabalhos e a ação direta ou indireta por meio dos órgãos técnicos como o *Conselho Interamericano Econômico e Social*, o *Conselho de Juristas* e o *Conselho Cultural*. A secretaria é o órgão central permanente em Washington, que administra a organização, recolhe informações, coopera nas relações entre repúblicas, conserva os arquivos e as ratificações, executa as resoluções (...) Os serviços especiais são desempenhados por divisões ou departamentos: econômico, político, jurídico, estatístico, educacional, científico e informativo (...) O secretário-geral é eleito pelo Conselho para um mandato de dez anos. As Conferências interamericanas são assembléias ou congressos que costumavam se reunir todos os quatro ou cinco anos (...) Mais freqüentes têm sido as Reuniões de Consulta dos Chanceleres, ou Secretários do Exterior das Repúblicas." (DELGADO DE CARVALHO, C., *Relações internacionais*, Distribuidora Record, p. 172). Compreende ainda diversos organismos especializados, como o Instituto Interamericano da Criança, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, o Instituto Indigenista Interamericano, a Comissão Interamericana de Mulheres etc.

Posteriormente, a OEA ampliou o número de seus membros com a admissão do Canadá e da Jamaica (1962) e de Barbados, Trinidad-Tobago (1967); contudo, Cuba foi excluída por decisão da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Punta del Este (1962).

Desde a sua criação, a OEA interveio em uma infinidade de questões, levando a solução, a mediação ou a assistência. É inegável, entre-

tanto, que a *reorganização do sistema pan-americano, em bases bem diferentes das idealizadas por Simon Bolívar*, possibilitou aos *Estados Unidos* firmar sua *hegemonia no continente* e passar a dispor de eficiente instrumento que atua como juiz e executor de interesses que são muito mais norte-americanos do que pan-americanos. Isto ficou evidente nas questões da Guatemala, de Cuba e de São Domingos.

Na Guatemala, o governo de Jacobo Arbenz Gusmán (1950-1954) iniciara uma série de reformas de cunho nacionalista. A aprovação da lei de reforma agrária atingia diretamente a United Fruit e contribuiu para criar crescentes atritos com os Estados Unidos. Tachando o governo guatemalteco de comunista, os norte-americanos insistiam na reunião da *Décima Conferência Internacional Americana em Caracas* (1954). Nela, o secretário de Estado John Foster Dulles conseguiu aprovar a Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional.

> "Condena: as atividades do movimento comunista internacional por constituir uma intervenção nos assuntos americanos (...) Declara: que o domínio ou controle das instituições políticas de qualquer Estado americano por parte do movimento internacional comunista, que tenha por resultado a extensão até o continente americano do sistema político de uma potência extracontinental, constituiria uma ameaça à soberania e à independência política dos Estados americanos, o que poria em perigo a paz da América (...)" (Trechos das resoluções de Caracas, em março de 1954. NECOCHEA, H.R., *Los Estados Unidos y América Latina: 1930-1965*, Editorial Palestra, p. 100.)

Várias delegações, contudo, formularam críticas à política econômica dos Estados Unidos, que priorizava a assistência financeira à Europa e à Ásia, enquanto a ajuda econômica para o desenvolvimento industrial e agrícola da América Latina era insuficiente. Além do mais, a proposta norte-americana, apesar de aprovada, provocou inicialmente vivos protestos, pois foi interpretada como um mandato dos Estados Unidos para intervir nos assuntos internos dos países americanos.

"Consideramos que a interpretação futura deste documento contenha elementos que possam provocar uma intervenção contra um governo acusado de ser comunista, simplesmente porque a acusação partisse de interesses inconfessáveis, ou porque esse país tratasse com irrecusável direito de conquistar sua independência econômica e de combater interesses capitalistas em seu próprio território." (Afirmativas do delegado mexicano. NECOCHEA, H.R., *op. cit.*, p. 99.)

Pouco depois, um golpe de Estado, liderado pelo coronel Carlos Castillo Armas, com a cobertura norte-americana, derrubou o governo de Jacobo Arbenz (1954). No mesmo ano, chegava ao fim a presidência de Getúlio Vargas, que se suicidou para não ser deposto pelos grupos golpistas ligados aos Estados Unidos, descontentes com as diretrizes nacionalistas e reformistas de Vargas.

No *caso de Cuba*, os Estados Unidos aproveitaram-se de Reuniões de Consulta de Ministros das Relações Exteriores para apresentar o governo, o sistema implantado na ilha e as ligações com a URSS e o mundo socialista como um perigo para a soberania e a independência das demais repúblicas americanas.

Na Reunião de Consulta em Santiago do Chile, adotou-se uma declaração de princípios condenando as ditaduras, reafirmando a necessidade de eleições livres e rejeitando movimentos revolucionários inspirados por outro país. Na Reunião de Consulta de San José da Costa Rica (1960), denunciou-se a infiltração soviética no hemisfério e se endossaram os princípios da democracia representativa. Finalmente, os Estados Unidos fizeram prevalecer seus pontos de vista na Oitava Reunião de Consulta em Punta del Este, no Uruguai (1962), mais conhecida como *Conferência de Punta del Este*. Apesar da abstenção da Argentina, Brasil, Chile, México, Bolívia e Equador, resolveu-se *excluir Cuba do sistema interamericano, expulsando-a da OEA*, o que constituiu um ato ilegal e atentatório à própria essência da OEA.

No *caso de São Domingos*, em abril de 1965, um grupo de oficiais liberais depôs o governo ditatorial de Donald Reid Cabral e tentou restabelecer os poderes de Juan D. Bosch, anteriormente derrubado da

presidência sob a acusação de ser comunista, o que era grossa mentira. Rapidamente, convocou-se a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Washington (maio de 1965), que decidiu formar e enviar uma força militar interamericana à República Dominicana, dela participando contingentes brasileiros. Tal decisão legitimava a intervenção militar norte-americana, já efetuada desde abril, impedindo a consolidação do governo restaurado de Bosch, que não interessava aos Estados Unidos. Pode-se então perguntar: a intervenção militar ocorrida não seria uma *versão modernizada da Política do Big Stick?*

6. DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO AOS DIREITOS HUMANOS

A consolidação do Estado Revolucionário cubano, evidenciada na fracassada invasão da ilha (episódio do desembarque na baía dos Porcos), e a proclamação de uma Cuba socialista, representando uma brecha na unidade que os Estados Unidos vinham implantando na América, mostraram ao presidente John Kennedy a necessidade de reforçar o sistema pan-americano. Era evidente que "para assegurar a continuidade da dominação imperialista e para conter a maré revolucionária em ascensão era preciso tentar uma política reformista em escala continental. Mediante ela, tratar-se-ia de impulsionar ou realizar reformas que, sem alterar as bases fundamentais da ordem econômico-social e política vigente, satisfizessem de algum modo as prementes inquietações de núcleos sociais descontentes (...)" (NECOCHEA, H. R., *op. cit.*, p. 136.)

"Convoquei toda a população do hemisfério para que se una em uma nova Aliança para o Progresso, um vasto esforço cooperativo (...) para satisfazer as necessidades básicas do povo americano de habitação, trabalho e terra, saúde e escola (...)" (Trecho de discurso de Kennedy, em março de 1961. HERRING, H. *op. cit.*, tomo II, p. 1122.)

Na Conferência Econômica e Social de Punta del Este (agosto de 1961), o projeto foi apresentado pelo próprio Kennedy. Todos os Estados, exceto Cuba — que se fizera representar por Che Guevara —, assinaram a Carta de Punta del Este, que se propunha a:

"1. aperfeiçoar e fortalecer as instituições democráticas através da aplicação do princípio de autodeterminação dos povos;

2. acelerar o desenvolvimento econômico e social (...);

3. promover programas de reforma agrária, substituindo o regime de latifúndio e minifúndio por um sistema justo de propriedade;

4. assegurar aos trabalhadores justa remuneração e adequadas condições de trabalho;

5. acabar com o analfabetismo (...);

6. reformar as leis tributárias para exigir mais dos que possuem mais (...);

11. acelerar a integração da América Latina."

(FERREIRA GOMES, L., *op. cit.*, pp. 297 e 298.)

Esse programa ambicioso previa um volume de investimentos externos da ordem de 20 bilhões de dólares, no prazo de 10 anos. Na prática, entretanto, 90% desta fabulosa soma foram levados para a América Latina através de empréstimos e não de doações.

Após o assassinato de Kennedy, o presidente Johnson comprometeu-se a elevar a contribuição financeira norte-americana anual de um milhão para três milhões de dólares.

É interessante notar que a realização dos planos da Aliança para o Progresso visava a um duplo objetivo dos Estados Unidos:

- impedir a expansão revolucionária na América Latina;
- aumentar o poder aquisitivo do mercado consumidor latino-americano.

Os dirigentes norte-americanos deixaram isso claro quando condicionaram o fornecimento de fundos financeiros à utilização dos mesmos para a compra de bens e serviços aos Estados Unidos. "No terreno político, a Aliança para o Progresso buscou fundamentalmente um meio para facilitar a existência de governos que se mantenham dóceis às diretrizes de Washington, que garantam a integridade dos investimentos norte-americanos, que deixem o caminho aberto para novas e mais

amplas penetrações e que sejam capazes — por qualquer meio — de conter o avanço dos movimentos populares antiimperialistas." (NECOCHEA, H.R., *op. cit.*, pp. 156 e 157.)

O governo Kennedy, qual redivivo Robert Louis Stevenson, que escreveu *O médico e o monstro*, mostrou uma face simpática de Dr. Jekyll com a sua fraseologia humanitária e progressista da Aliança para o Progresso, mas revelou também um rosto monstruoso de Mr. Hyde ao pôr em funcionamento a *teoria da contra-insurgência* na América Latina.

Integrada à doutrina militar da estratégia global norte-americana para a sua política mundial, a contra-insurgência partia da premissa de que uma *guerra nuclear* só ocorreria entre superpotências, ou seja, Estados Unidos e URSS. Dois outros tipos de conflito poderiam verificar-se:

• a *guerra convencional*, em que se defrontariam dois ou mais países; os Estados Unidos só deveriam intervir no caso de correrem o risco de perder posições em face da possível vitória de um beligerante apoiado pela URSS;

• a *guerra revolucionária*, ou a *guerra de guerrilha*, ocorrida internamente em um Estado onde parte da população lutaria para reformar ou revolucionar o próprio país; nesse caso, a guerra poderia afetar os interesses norte-americanos e por isso os rotulados de subversivos ou comunistas deveriam ser contidos por forças nacionais treinadas, assessoradas e armadas pelos Estados Unidos.

Pôs-se em funcionamento uma série de medidas visando a capacitar as Forças Armadas e as forças policiais latino-americanas para o melhor exercício de seu papel de mantenedoras da ordem interna, *impedindo o surgimento de novas Cubas.*

Centros militares de treinamento foram criados ou reestruturados, destacando-se por sua maior importância o Forte Bragg, na Carolina do Norte; o Forte Sherman, localizado na Zona do Canal e sede da U.S. Army Jungle Warfare School, responsável por cursos de contraguerrilha rural; o Forte Gulick, igualmente na Zona do Canal e aquartelando o U.S. Army Forces Southern Command, ao qual se subordinam as Forças Especiais mais conhecidas como *Boinas-Verdes*, que constituem tropa de elite (organizada em 1962), e a *Escola Militar das Américas* (montada

em 1962 e chamada de *Escuela de Golpes*), onde eram dados cursos em português e castelhano de antiguerrilha urbana e de ação cívica.

> "Significa utilizar forças militares nacionais (...) em projetos que sejam úteis à população local em campos como a educação, obras públicas, saúde e agricultura, quer dizer, para qualquer coisa que tenha conexão com o progresso econômico e social (...) Os planos de ação cívica mostram à população local que seu governo e as Forças Armadas estão empenhados e fazem alguma coisa pelo bem-estar do cidadão médio, o que resulta uma confiança crescente no governo e nas Forças Armadas (...) O importante é que tudo isso seja feito por elementos nacionais fardados." (Depoimento de Robert McNamara, secretário de Estado norte-americano. VENERONI, H.L., *Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de América Latina*, Ediciones Periferia, pp. 31 e 33.)

Além dos cursos de treinamento, a contra-insurgência incluía a *entrega de armamentos e equipamentos militares* mediante empréstimo, doação ou venda. Com isso, aumentava a dependência aos Estados Unidos, porque o manejo desses equipamentos e armas exigia uma aprendizagem comandada por instrutores militares norte-americanos. Isto sem mencionar a manutenção de um mercado consumidor da produção bélica norte-americana.

Em estreita vinculação com o treinamento de oficiais das Forças Armadas, houve a preparação de forças policiais para melhor desempenharem seu papel na segurança pública. Em 1963, constituiu-se a *Academia Internacional de Polícia*, funcionando a princípio na Zona do Canal e depois transferida para Washington. Além de policiais latino-americanos, a academia também reunia os procedentes de países africanos e asiáticos para treinamento de técnicas de contra-insurgência e de interrogatório, inclusive com métodos científicos de tortura.

A aplicação dessas diretrizes aumentou a eficiência das Forças Armadas e a intromissão dos militares na vida política da América Latina. Julgando-se mais capacitados para o desempenho de funções públicas que os políticos civis, os militares políticos promoveram golpes de

Estado, não mais abrindo mão do poder direcional máximo, geralmente sob a forma de ditaduras presidenciais ou de juntas militares. Por vezes, eleições controladas e deturpadas ocorreram, visando a projetar para o exterior a imagem de governos legais. Desse modo, a década de 1960 foi rica em golpes de Estado que implantaram ditaduras militares — por vezes substituindo um ditador por outro —, na sua maioria instituídas sob a alegação da necessidade de impedir a iminente ameaça comunista, o que não passava de pretexto grosseiro para encobrir tendências fascistas. Se por acaso houvesse uma reunião de chefes de Estado latino-americanos no início dos anos 60, apenas o México, Chile, Costa Rica, Colômbia, Uruguai e Venezuela seriam representados por presidentes civis e democraticamente eleitos.

Em síntese, "o militarismo latino-americano tem servido, em geral, muito bem aos objetivos da política exterior dos EUA, sobretudo nos últimos 15 anos. A esquerda e as tendências pró-marxistas foram sucumbindo — ao menos com relação ao exercício do poder —, através de golpes de Estado, operações militares ou paramilitares, perseguições, prisões, exílio..." (ASSMANN, H. e outros, *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*, Editora Vozes, p. 174).

A década de 1970, todavia, marcou uma profunda mudança no panorama internacional, onde nova correlação de forças no sistema capitalista foi estabelecida quando se criou a *Comissão Trilateral*, ou simplesmente *Trilateral*. Organizada em 1973 pelo banqueiro norte-americano David Rockefeller, é uma entidade privada registrada sob o nome de Uma Iniciativa Privada da América do Norte-Europa-Japão para Assuntos de Interesse Comum. Reunindo grandes empresas transnacionais, verdadeira *conspiração mundial de banqueiros*, propõe-se a reorganizar a ordem internacional solucionando a crise que ameaça a continuidade do sistema capitalista, cuja retração, devido à expansão do mundo socialista e à resistência do Terceiro Mundo, aumentou a competição entre as sociedades capitalistas. Nesse mundo capitalista em crise, a *hegemonia dos Estados Unidos tornou-se discutível*, inclusive pelo fracasso norte-americano no Vietnã. Em contrapartida, novos pólos de poder surgiram no mundo capitalista: o Japão e a Europa Ocidental (reforçada pelo Mercado Comum Europeu). No entender dos banqueiros, economistas, industriais, parlamentares e dirigentes de empresas em geral, era funda-

mental limitar a competição entre as sociedades capitalistas, tanto mais que as multinacionais haviam criado um poder supranacional.

Era inevitável que as novas diretrizes dos pólos econômicos de dominação se refletissem sobre as áreas periféricas do capitalismo, entre as quais naturalmente está incluída a América Latina. Para os trilateralistas, as ditaduras militares latino-americanas empreenderam programas de crescimento econômico que beneficiaram minorias ao preço do sacrifício da maioria, esmagada por baixos salários e por imbatíveis e galopantes inflações. Os resultados, segundo os trilateralistas, foram duplamente negativos:

• do pondo de vista econômico, o potencial do mercado consumidor do capitalismo internacional foi reduzido, porque o poder aquisitivo da maioria caiu; esta situação tornou-se alarmante a partir de 1973 com a crise do petróleo;

• do ponto de vista político, a tendência foi criar uma situação de insatisfação que pode explodir em violenta insurreição popular, como veio a ocorrer na Nicarágua em 1978.

Além do mais, "a dívida externa da maioria dos países da América Latina é extremamente elevada (...) Os índices de desemprego continuam aumentando e, para agravar ainda mais o panorama, a mecanização do campo provoca o êxodo rural, alongando-se as filas de desocupados nas zonas urbanas." (ASSMANN, H., *op. cit.*, pp. 181 e 182).

"Segundo a versão do 'Trilaterialismo', as condições ótimas para crescimento adequado para os nossos países são as seguintes: governos civis e democracia formal, que favoreçam uma certa prosperidade da classe média, da pequena indústria, dos grupos comerciais dependentes e uma redistribuição mais eqüitativa da renda. Com isso, o 'Trilaterialismo' pretende:

• prevenir as exigências radicais para uma Nova Ordem Econômica Internacional;

• orientar as economias do Terceiro Mundo para uma industrialização competitiva mínima nos mercados internacionais;

• estimular novos mercados orientados para aquisição de bens de capital e de consumo produzidos na esfera trilateral." (ASSMANN, H., *op. cit.*, p. 176.)

É justamente sob a perspectiva da Trilateral que podemos enxergar com clareza a bandeira levantada pelo governo Carter (1977-1981) em *defesa dos direitos humanos* e do *restabelecimento dos regimes democráticos*, o que gerou inúmeros problemas para novos e velhos militares ditadores. A pressão norte-americana foi de tal monta que *aberturas democráticas* passaram a fazer parte da ordem do dia dos regimes militares latino-americanos...

7. UM NOVO *BIG STICK*?

A chegada de Ronald Reagan à Casa Branca (residência oficial dos presidentes dos Estados Unidos) marcou sensíveis alterações nas relações interamericanas. A muitos pareceu que se voltara a viver a época do *Big Stick*, tanto assim que a defesa dos Direitos Humanos foi substituída por diretrizes que não hesitavam em recorrer a intervenções armadas e a aplicar verbas para auxiliar o combate a movimentos guerrilheiros ou para desestabilizar regimes considerados contrários aos interesses norte-americanos. Isto sem falar no terrorismo verbal dos governantes estadunidenses ameaçando o emprego de forças militares contra a presença comunista na América Central e no Caribe, acusando a URSS e Cuba de envolvimento com o tráfico de drogas e a infiltração comunista no continente, além de outras afirmativas sem real fundamento.

Já em agosto de 1982 o Senado norte-americano aprovou a *Emenda Symms*, proclamando que os Estados Unidos estavam dispostos a "impedir por quaisquer meios necessários, inclusive pelo uso de armas, a proliferação do regime existente em Cuba (...) impedir a criação, ou o uso em Cuba, de um potencial bélico sustentado do exterior e que ameace a segurança dos Estados Unidos; colaborar com a OEA, e com cubanos amantes da liberdade, para apoiar as esperanças do povo cubano à autodeterminação".

"A zona do Caribe é uma artéria estratégica e comercial de vital importância para os Estados Unidos. Quase a metade do comércio norte-americano, dois terços do petróleo e mais da metade dos

minerais estratégicos que importamos passam pelo Canal do Panamá ou pelo Golfo do México." (De uma entrevista do presidente Reagan ao jornal *The Washington Post*, novembro de 1982.)

Sob a bandeira do anticomunismo e a pretexto da ameaça cubana, o governo norte-americano procurava justificar intervenções armadas e quaisquer medidas capazes de *manter a América Latina*, em especial o Caribe e a América Central, *sob controle dos Estados Unidos*. Para Honduras, Guatemala e El Salvador foram enviados milhares de dólares, toneladas de armamentos e numerosos assessores militares destinados a combater movimentos guerrilheiros em ascensão. Em contrapartida, os *contras* da Nicarágua receberam incondicional apoio de Washington através de *ampla ajuda financeira, militar e política*. A guerra *contra a Nicarágua sandinista* igualmente envolveu operações encobertas efetuadas pela CIA, invasões realizadas a partir de bases montadas em Honduras, manobras de esquadras norte-americanas no litoral nicaragüense e inúmeras outras medidas prenunciadoras de nova guerra, quem sabe uma repetição da tragédia do Vietnã!

"Estamos convencidos de que a época de intervenções armadas deve converter-se em capítulo encerrado da triste História do intervencionismo na América Latina." (Pronunciamento de Luís Herrera Campins, presidente da Venezuela, a propósito da Emenda Symms.)

As diretrizes intervencionistas também foram aplicadas com a *invasão de Granada* (1983), quando *marines* e Boinas-Verdes desembarcaram naquela ilha a pretexto de "restabelecer a lei e a ordem". A violação da soberania da República de Granada mereceu protestos diversos, tendo Fernando Salazar Paredes, diplomata boliviano e dirigente da OEA, considerado a invasão "uma violação de um dos princípios mais caros à OEA, o da não-intervenção".

Desde o ano anterior, por ocasião da Guerra das Malvinas (1982), opondo Argentina e Inglaterra, que disputavam o domínio daquelas ilhas do Atlântico Sul, o colonialismo inglês fora claramente apoiado

pelo governo norte-americano, em atitude que violava os ideais pan-americanos e os compromissos militares fixados pelo TIAR e pela OEA.

Talvez em busca de um prestígio perdido — tantas foram as manifestações de condenação aos Estados Unidos —, o presidente Reagan, em 1982, visitou Honduras, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Brasil e Bolívia em missão de boa vontade. Nessa ocasião ficou conhecido o desastroso equívoco cometido pelo máximo dirigente norte-americano quando, em um banquete no Itamarati, ergueu um brinde ao presidente Figueiredo pronunciando a seguinte saudação: "Gostaria de compartilhar um sonho norte-americano com o povo da Bolívia!"

Será que pela ótica dos dirigentes dos Estados Unidos não havia muitas diferenças entre as ditaduras militares latino-americanas?

Já em 1987, presidentes de cinco nações centro-americanas — Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua —, reunidos na cidade de Guatemala, assinaram um *acordo de paz, proposto pelo presidente da Costa Rica*, Oscar Arias Sánchez, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, trazendo esperança do fim da violência política naquela conflituada região. Estabelecia um cessar-fogo efetivo entre forças do governo e da oposição em El Salvador, Guatemala e Nicarágua, e o fim da ajuda estrangeira aos grupos guerrilheiros; além disso, pedia a adoção de medidas políticas assegurando eleições regulares, liberdade de imprensa, anistia e diálogo entre oposição e governo.

A substituição de Reagan, antigo informante do FBI — onde era conhecido pelo codinome T-10 —, por George Bush, que fora dirigente máximo da CIA quando o órgão mantinha estreitas e comprometedoras ligações com o general Manuel Antônio Noriega, não mudou as diretrizes da política externa norte-americana na região do Caribe. Não hesitando em montar violenta campanha contra o general Noriega, homem forte do Panamá, o governo dos Estados Unidos novamente violou o direito internacional ao invadir aquele país centro-americano.

A operação militar, criticada por diversos Estados e órgãos internacionais, foi denominada de *Justa Causa*, a muitos parecendo que o verdadeiro interesse dos Estados Unidos era ter no Panamá um governante subserviente, capaz de aceitar o controle norte-americano sobre o canal, após o ano 2000, quando expira o tratado de 1977. Para observadores internacionais, esta seria realmente a *justa causa* da invasão.

Além do mais, esta intervenção militar de dezembro de 1989 contrariava cláusulas do tratado assinado em 1977, que estabelecia que a defesa e a segurança do Canal do Panamá "não significa nem poderá ser interpretado como direito de intervenção nos assuntos internos do Panamá".

8. A SOFISTICAÇÃO DO IMPERIALISMO

Em 1989, comemorava-se o bicentenário da tomada da Bastilha, símbolo do despotismo existente na França. A Bastilha era um castelo onde os governantes encerravam os presos políticos, e foi conquistada pelas camadas populares de Paris que revelavam sua força revolucionária contra as arbitrariedades do regime.

Isto ocorreu no dia 14 de julho de 1789 e foi tão marcante que passou a ser a data nacional da França.

No dia 9 de novembro de 1989, foi derrubado o Muro de Berlim, que simbolizava a divisão da Europa e do mundo entre os Estados Unidos e a URSS.

Acelerava-se, então, o processo de reunificação da Alemanha, concretizado em 1990.

Mas a destruição do Muro de Berlim também representou o fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS e dos Estados socialistas da Europa Centro-Oriental.

E nessa conjuntura evidenciava-se a supremacia de uma superpotência: os Estados Unidos da América. Embora sua hegemonia econômica fosse ameaçada pelo crescimento e expansão do capitalismo alemão e japonês, essas sociedades não possuíam o fabuloso poderio militar norte-americano.

Consciente das ameaças concorrenciais do Japão e da Alemanha, o governo norte-americano empenhou-se em fortalecer sua hegemonia sobre as sociedades americanas.

Com esse objetivo, assinou com o Canadá o *Acordo de Livre Comércio* (1989), passo inicial para a conclusão do *Acordo do Livre Comércio para a América do Norte*, ou NAFTA (1993), reunindo Estados Unidos, Canadá e México. Em vigor desde janeiro de 1994, estabelece a progressiva eliminação de tarifas e barreiras alfandegárias

entre os três Estados ao longo de 15 anos. Discute-se a adesão do Chile, ainda não consumada, a este megabloco econômico, em que é indiscutível a hegemonia norte-americana.

No mesmo ano de 1989, o governo dos Estados Unidos propôs a criação da *Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC)*, envolvendo a participação do Canadá, Chile, México, além de inúmeros Estados da Ásia. Na Conferência de Seattle, nos Estados Unidos (1994), firmou-se o compromisso de transformar a região banhada pelo Pacífico em uma área de livre comércio. Nesse bloco econômico em gestação, com apoio de parceiros americanos, o capitalismo norte-americano procura ampliar suas atividades em um mercado submetido à crescente influência do Japão.

Simultaneamente intensificou medidas para desestabilizar os governos socialistas de Cuba e da Nicarágua sandinista. A ação militar dos *contras*, agravando as dificuldades econômicas do regime sandinista, e a pressão violenta de Washington foram fatores que explicam a vitória de Violeta Chamorro, candidata da *União Nacional Opositora* (UNO), sobre Daniel Ortega, da *Frente Sandinista de Libertação Nacional* (FSLN).

Começava, então, o desmantelamento das conquistas revolucionárias sandinistas e a crescente subordinação da Nicarágua ao capital norte-americano.

Somente Cuba manteve-se fora da esfera de influência dos Estados Unidos, ainda que submetida a ilegais e imorais medidas econômicas, adotadas pelos governantes da Casa Branca, em Washington.

Ainda em 1989, na capital dos Estados Unidos, ocorreu importante reunião de economistas defensores de idéias teorizadas por Friedrich Hayek, em seu estudo *Caminho da servidão*, escrito em 1944.

Suas idéias foram ganhando adeptos, como Milton Friedman, conhecido economista norte-americano.

Defendiam, então, o *Neoliberalismo*, adversário intransigente da social-democracia e do Estado do bem-estar social.

Usando *palavras mágicas* — como globalização, modernização, terceirização, minimização etc. — revestiram as antigas idéias de Adam Smith e de David Ricardo com *roupagens* adequadas ao século XX.

Dentre os principais estadistas que apoiaram os princípios neoliberais, encontravam-se Margareth Tatcher (primeira-ministra inglesa, de

1979 a 1990) e Ronald Reagan (presidente dos Estados Unidos, de 1980 a 1988).

Segundo o economista norte-americano John Williamson, criador da expressão *Consenso de Washington*, o Neoliberalismo tem como princípios básicos:

• a privatização da economia, que se traduz pela ação exclusiva da iniciativa privada aos exercícios das atividades econômicas; conseqüentemente, empresas estatais existentes devem passar ao controle do capital privado;

• redução e/ou eliminação da interferência do Estado no campo econômico; a chamada minimização do Estado defende que ao mesmo cabe unicamente manter a ordem, controlar os salários e enfraquecer os sindicatos;

• elevação dos juros bancários, assim atraindo o capital internacional em face do estímulo de lucros certos, seguros e mais compensadores;

• redução ou eliminação da inflação mediante a diminuição dos gastos públicos — particularmente nos setores da saúde, da educação — e controle dos salários dos trabalhadores e funcionários públicos;

• diminuição ou fim dos impostos alfandegários, assim facilitando a entrada de produtos estrangeiros; segundo a teoria, a competição forçará a melhoria da qualidade dos artigos produzidos no país importador, além de acarretar a redução do preço de venda da mercadoria.

Foi o Chile, durante a ditadura Pinochet, a primeira sociedade americana a adotar os princípios do Neoliberalismo.

A partir de 1989, outros governos também se curvaram às novas exigências do imperialismo norte-americano. O Brasil, desde Fernando Collor (1989-1992) e sobretudo no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-). A Argentina, na presidência de Carlos Menem (1989-1999); o Peru, com Alberto Fujimori (1990-); o México, sob Carlos Salinas de Gortari (1989-1993) e Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-); o Chile, com Patrício Aylwin (1989-1993) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-)...

Nesses Estados, bem como em outros, a inflação caiu a índices insignificantes, a deflação igualmente pôde assegurar crescentes lucros aos grandes empresários.

Contudo, o preço pago tem sido bastante alto. Ocorre a desnacionalização da economia, aumenta a dependência ao capital internacional, cresce o número de falências e de concordatas de empresas nacionais, agrava-se a desigualdade social, intensifica-se a concentração da riqueza nas mãos de poucos, e o desemprego e a miséria atingem números alarmantes.

Por toda a América Latina não pára de *inchar* a massa de excluídos ou zeros econômicos, de novos Jean Valjean que vivem nas ruas dos centros urbanos sem a proteção do Estado que, não admitindo publicamente, encara esses pobres e miseráveis como elementos descartáveis da sociedade!

Até quando?

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Apontar os fatores condicionantes do Pan-americanismo no século XX.
2. Explicar o Corolário Roosevelt.
3. Definir a Política do *Big Stick*.
4. Confrontar a Doutrina Drago com a Política do *Big Stick*.
5. Correlacionar a Política da Boa Vizinhança com a mudança da conjuntura internacional.
6. Explicar o Pacto Saavedra Lamas.
7. Citar personagens de histórias em quadrinhos, que você conheça, e que tenham algum comprometimento com a ideologia expansionista dos Estados Unidos.
8. Definir TIAR e OEA e dar seus objetivos.
9. Assinalar a principal resolução da Conferência de Punta del Este de 1962.
10. Explicar o surgimento da Aliança para o Progresso.
11. Definir a teoria da contra-insurgência e o Trilateralismo.
12. Sintetizar as relações interamericanas na época de Reagan.
13. Explicar como a conjuntura internacional influiu no relacionamento entre os Estados americanos.
14. Indicar duas realizações do governo norte-americano contra sociedades latino-americanas.

15. Sintetizar o que foi definido no Consenso de Washington.

16. Apontar quatro Estados latino-americanos que adotaram diretrizes neoliberais.

17. Resumir aspectos positivos e negativos da aplicação do neoliberalismo na América Latina.

UNIDADE III — PONDO EM PERIGO SEU PRÓPRIO FUTURO

Conflitos Interamericanos

1. A QUESTÃO DO CANAL DO PANAMÁ

A. PANAMÁ, SINÔNIMO DE GRANDE NEGOCIATA

> "Essas desprezíveis criaturinhas de Bogotá deviam compreender como estão dificultando as coisas e *pondo em perigo seu próprio futuro.*" (Afirmativa de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos. MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo II, p. 316.)

Desde os primórdios da conquista e colonização da América pelos espanhóis, o Panamá apresentou-se como importante área por ser a *primeira rota comercial terrestre* entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Já no século XVI, quando reinava Carlos V, surgiu um projeto de abrir uma *via interoceânica através do istmo*, tendo a Coroa determinado a realização de estudos topográficos na região.

No século XIX, o cientista prussiano Alexandre de Humboldt, que empreendeu uma expedição científica ao continente americano, sugeriu

a Simon Bolívar examinar a possibilidade de construir um canal no Panamá. Por ocasião do Congresso do Panamá (1826), o assunto voltou à discussão, mas não passou do terreno dos debates. Pouco depois, o Congresso colombiano autorizou o Barão de Thierry a iniciar a construção de um canal (1835), porém nada foi feito.

Os progressos do capitalismo, implicando a intensificação do comércio internacional e, conseqüentemente, a necessidade de aperfeiçoar os meios de transporte e comunicação, levaram algumas sociedades européias e os Estados Unidos a se interessar pela realização de uma obra que, até então, não passara de meros projetos.

Ainda na primeira metade do século passado, à medida que avançavam as fronteiras para o Oeste, os dirigentes norte-americanos passaram a se preocupar com a comunicação entre os portos da costa leste e o porto de São Francisco, na Califórnia, pois ainda não se cogitava da construção das ferrovias transcontinentais. Foi então que o presidente James Polk firmou o *Tratado Mallarino-Bidlak* (1846) com a Colômbia, garantindo aos norte-americanos o direito de trânsito pelo istmo do Panamá, e aos colombianos o reconhecimento de sua soberania e propriedade sobre a referida região.

A conquista de metade dos territórios mexicanos, consumada pelo Tratado Guadalupe-Hidalgo (1848), acarretou dupla conseqüência: reavivou o antagonismo entre abolicionistas e escravistas, que mantinha dividida a nação norte-americana, e tornou urgente o problema das comunicações com a Califórnia, para onde se deslocavam muitos colonos atraídos pelas riquezas da região. "Uma poderosa corrente de opinião exigia que se cumprisse o *Destino Manifesto*, quer dizer, a absorção de Cuba, México e América Central. Representante dessa tendência, William Walker (...), chefe da Falange dos Imortais, invadiu a Nicarágua (...) no mesmo ano em que se inaugurava uma ferrovia no Panamá." (PEREYRA, C., *op. cit.*, p. 561.) A Estrada de Ferro Panamá, posta a funcionar desde 1855, quase que imediatamente começou a oferecer lucros a seus acionistas, evidenciando as possibilidades econômicas dos transportes no istmo do Panamá.

Mas a Inglaterra também tinha ambições semelhantes às dos Estados Unidos e, quando os norte-americanos contrataram com o governo da Nicarágua a construção de um canal interoceânico (1849), os dirigentes

ingleses resolveram intervir a fim de *preservar* a sua *hegemonia na América Central*, intensificada entre 1825 e 1845. Havia um domínio inglês sobre Belize. Além disso, as ilhas da Baía (próximas ao litoral de Honduras), juntamente com San Juan del Norte ou Greytown (na costa da Nicarágua), passaram a constituir o *Reino de Mosquítia*, criado pelos ingleses, que lhe impuseram seu protetorado.

Nessas circunstâncias, tornou-se delicado o relacionamento Estados Unidos-Inglaterra, o que levou os governantes dos dois Estados ao *Tratado Clayton-Bulwer* (1850). Ficava estabelecido que os dois governos não fortificariam o projetado canal do istmo, nem obteriam o controle exclusivo sobre o mesmo. Comprometiam-se, ainda, a garantir sua neutralidade.

> "Os governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha declaram que nem um nem o outro jamais (...) ocuparão ou fortificarão ou colonizarão ou assumirão ou exercerão nenhum domínio sobre a Nicarágua, a Costa Rica, a Costa dos Mosquitos ou qualquer parte da América Central." (Trecho do Tratado Clayton-Bulwer. MORRISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo II, p. 45.)

Só após a Guerra de Secessão os *Estados Unidos retomaram os projetos de um canal na América Central.* Vivia-se nova conjuntura. Era a época em que se formavam os primeiros trustes, como a Standard Oil Company (1882), e se criavam grandes companhias de navegação. As embarcações aperfeiçoavam-se, aumentando a potência de suas máquinas, o que lhes permitia maior velocidade e maior capacidade de transporte. Inauguravam-se cabos telegráficos, sobressaindo o primeiro cabo submarino transatlântico (1866). As ferrovias multiplicavam-se, e túneis e canais eram abertos, encurtando as distâncias das viagens ferroviárias e marítimas. A inauguração do Canal de Suez (1869), além de abrir enormes lucros ao capitalismo inglês, tornava realidade a previsão de Jules Verne, escritor em moda: a volta ao mundo seria feita em menos tempo.

Foi então que William Seward, secretário de Estado de Andrew Johnson, negociou com a Colômbia um tratado que concedia aos Estados Unidos o direito exclusivo para construir um canal no Panamá, província da República colombiana (1868). Esse tratado, que contradi-

tava o de Clayton-Bulwer, não foi, porém, ratificado, e coube a empresários franceses arrancar ao governo da Colômbia uma concessão por 99 anos para construir um canal interoceânico na província do Panamá (1878). Ferdinand de Lesseps, engenheiro que dirigira a construção do Canal de Suez, foi contratado para executar a obra.

No ano seguinte, reuniu-se em Paris o *Congresso Internacional de Estudos do Canal Interoceânico*, onde se promoveu a discussão e aprovação da abertura do canal através do Panamá, sendo a construção ao nível do mar e sem eclusas (comportas). Criou-se a *Compagnie Universelle du Canal Océanique* e se lançou uma subscrição popular de ações no valor de 300 milhões de francos. Um consórcio de bancos foi organizado para empreender as operações financeiras necessárias, ao mesmo tempo que parlamentares franceses foram corrompidos a fim de aprovar legislação regularizando o que se chamou negócio do Panamá.

O que fizeram com o dinheiro?

(Édouard Drumont, jornalista francês)

Em 1889, o governo francês decidiu a falência da companhia, em meio a um *escândalo sem precedentes.* Muitos acionistas se arruinaram, banqueiros e financistas fugiram do país, onde se sucedeu a queda de ministérios, e políticos caíram em descrédito diante da opinião pública. Alguns dirigentes da empresa, como Lesseps, foram condenados à prisão, responsabilizados por uma negociata que em 1888 já havia consumido mais de um bilhão e 400 milhões de francos sem ter atingido a metade das obras previstas.

Por essa época, o almirante Alfred Thayer Mahan publicou um estudo — *The Influence of Sea-Power Upon History, 1660-1873* — que teve grande repercussão junto aos dirigentes civis e militares norte-americanos: no seu entender, existia *estreita correlação entre o poder naval e o poderio de uma nação.* Como os Estados Unidos dispunham de litorais banhados por dois oceanos e com interesses em ambos (o Atlântico e o Pacífico), seu poderio naval ficaria dividido e, conseqüentemente, enfraquecido. Isso seria evitado na medida em que dispusesse de uma via de acesso possibilitando o rápido deslocamento dos navios da frota do

Atlântico para o Pacífico e vice-versa. Já então os Estados Unidos se encontravam bastante fortalecidos e, com a Guerra Hispano-Americana (1898), lançavam-se a uma política imperialista, prioritariamente voltada para o continente americano.

Os Estados Unidos são praticamente soberanos
neste continente e seu "faça-se" é lei.

(Grover Cleveland, presidente norte-americano)

B. O *BIG STICK* SE ABATEU SOBRE O PANAMÁ

A presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909), eleito pelos republicanos, representou o início de nova fase da política externa norte-americana: intervenções armadas passaram a se processar em outros países a fim de assegurar vantagens ao capitalismo estadunidense. Começava a funcionar o *Big Stick*.

Fala maciamente e carrega um grande porrete
(big stick) *e assim chegarás muito longe.*

(Provérbio africano citado por Theodore Roosevelt)

Partidário das idéias de Mahan, o governo Roosevelt intensificou a construção naval, convertendo os *Estados Unidos em grande potência marítima*. Com isso, capacitava o país a desenvolver ativa política imperialista. "Da idéia que os europeus não deviam intervir nos assuntos da América Latina, Roosevelt tirou um 'corolário': pode dar-se o caso em que uma intervenção nos assuntos internos de um país latino-americano seja necessária. Como os europeus estão excluídos, só os Estados Unidos podem intervir. Era transformar a Doutrina Monroe em um direito de intervenção exclusivo dos Estados Unidos." (DUROSELLE, J.B., *op. cit.*, p. 35.) O resultado foi o *Big Stick*, sendo o Panamá uma das regiões onde ele foi aplicado.

Preliminarmente, era necessário *afastar a Inglaterra*, pois os compromissos estabelecidos no Tratado Clayton-Bulwer (1850) representavam um obstáculo aos interesses norte-americanos. A pressão do gover-

no Roosevelt se deu em um momento em que a Inglaterra não tinha condições de opor sérias resistências, pois vivia graves dificuldades: estava empenhada na Guerra dos Bôeres, enfrentava a Revolta dos Boxers na China, via crescer suas rivalidades com a França após o incidente de Fachoda no Sudão, inquietava-se com o crescimento do poder naval alemão e com a expansão russa no Extremo Oriente. Pelo *Tratado Hay-Pauncefote* (1901), a Inglaterra permitia aos Estados Unidos construir e fortificar um canal, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico, através da América Central.

"Com a renovação do interesse pelo projeto do Canal, o Congresso transformou-se no campo de batalha de grupos rivais: a nova Panama Company, que desejava vender a sua concessão sobre o istmo, e um sindicato norte-americano que havia comprado uma concessão da República de Nicarágua. McKinley designou uma comissão para investigar o mérito das rotas rivais e essa comissão, verificando que a Panama Company queria US$ 109,000,000 pela sua concessão, pronunciou-se a favor da rota da Nicarágua. A Panama Company reduziu seu preço para apenas US$ 40,000,000 e contratou os serviços de um proeminente advogado (...) que contribuiu inteligentemente com US$ 60,000 para os fundos da campanha republicana (...) em maio de 1902, enquanto o Congresso examinava as rotas rivais, o Monte Pelée, na Martinica, entrou em erupção dizimando 30.000 vidas. O Monte Momotombo, na Nicarágua, seguiu o exemplo e quando o governo nicaragüense negou que existisse um vulcão ativo na República, os advogados da Panama ofereceram triunfalmente a cada Senador um cartão-postal, que mostrava um vulcão em plena erupção (...) O Congresso, a 28 de junho de 1902, promulgou a Lei Spooner [que] autorizava o Presidente a adquirir a concessão francesa por US$ 40,000,000 se a República da Colômbia arrendasse uma faixa de terras através do istmo do Panamá, 'por um período de tempo razoável' e em condições razoáveis (...) A 22 de janeiro de 1903 o Secretário Hay induziu o encarregado de negócios colombiano em Washington a assinar um tratado, garantindo aos Estados Unidos um arrendamento por cem anos de uma faixa de dez milhas na zona do canal, pela importância de US$ 10,000,000 e uma renda anual de US$ 250,000." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo II, pp. 515 e 516.)

O Senado colombiano, todavia, recusou-se a ratificar o *Tratado Hay-Herrán* por considerá-lo lesivo à soberania da República, especialmente nas concessões que davam aos Estados Unidos o controle exclusivo sobre o canal. Tal resistência levou o governo Roosevelt a acionar os mecanismos do imperialismo norte-americano:

• uma conspiração foi articulada no Panamá a fim de separá-lo da Colômbia, tendo como figura de proa Philippe Bunau-Varilla, dirigente da *Nouvelle Compagnie du Canal de Panama*; os conspiradores receberam uma ajuda financeira de cem mil dólares fornecida pelo banqueiro John P. Morgan;

• "o Governador do Panamá consentiu em ser preso, o Almirante colombiano foi subornado para partir e os navios de guerra dos Estados Unidos impediram o desembarque das tropas colombianas para restaurar a autoridade." (MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S., *op. cit.*, Tomo II, p. 517.) É interessante salientar que a revolta panamenha foi inadvertidamente noticiada pelo *The New York Times* antes de ser iniciada...

A 4 de novembro de 1903, uma junta de governo proclamou a *independência da República do Panamá*, dois dias após reconhecida pelos Estados Unidos. Em Washington, Bunau-Varilla, munido de credenciais de embaixador, apesar das notificações da Junta de Governo para aguardar instruções, rapidamente concluiu um acordo com John Hay, secretário de Estado. O governo panamenho viu-se obrigado a aceitar a legitimidade do *Tratado Hay-Bunau-Varilla*, em face da ameaça de Theodore Roosevelt em retirar a proteção dada ao novo Estado.

> *Tomei a Zona do Canal e deixei o Congresso debater depois.*
>
> (Theodore Roosevelt, em discurso na Universidade da Califórnia, em março de 1911.)

Pelas cláusulas do tratado então assinado, os Estados Unidos obtiveram uma faixa de terra de 16 quilômetros de largura através do istmo do Panamá; essa *concessão* era *perpétua*; aos Estados Unidos cabia também a jurisdição de segurança na Zona do Canal, incluindo as cidades de Colón, no mar das Caraíbas, e Panamá, no oceano Pacífico. Igualmente,

os Estados Unidos se reservavam o direito de intervir no Panamá quando julgassem necessário, e também afirmavam sua soberania sobre águas e terras fora da Zona do Canal, mas consideradas úteis ao funcionamento do canal. Bunau-Varilla recebeu 40 milhões de dólares em troca da cessão dos direitos da Nouvelle Compagnie du Canal de Panama.

Como se vê, a República do Panamá tornou-se independente da Colômbia para cair sob *protetorado dos Estados Unidos.* Os ressentimentos colombianos foram atenuados mediante o pagamento de uma indenização de 25 milhões de dólares fixada no Tratado Thompson-Urrutia (1921). Já anteriormente, a Junta Governativa do Panamá fora promovida a compensação de 10 milhões de dólares e a prestação anual de 250 mil doláres pelo uso do Canal.

C. A CONSTRUÇÃO DO CANAL

Em maio de 1904, os norte-americanos reiniciaram as obras de construção do canal, que se prolongaram por dez anos: a 15 de agosto de 1914, o navio *Ancón* inaugurou oficialmente o canal.

Para a realização dos trabalhos de engenharia foi *fundamental o saneamento da região*, onde a febre amarela e a malária vinham dizimando os trabalhadores, sobretudo jamaicanos, recrutados pelos dirigentes franceses. Houve a drenagem de pântanos e lagos, simultaneamente ao combate aos mosquitos transmissores de doenças realizado sob a direção do coronel William Gorgas, cabendo ao engenheiro John Stevens e, posteriormente, ao major George Goethals dirigir a construção do canal.

Na construção do canal, os Estados Unidos gastaram 366 milhões de dólares, mas a viagem de Nova Iorque a São Francisco passou de 12.800 a 4.800 Km, e em 15 anos (1955 a 1970) deu um lucro de 678 milhões de dólares ao país.

D. OS TRATADOS NÃO SÃO ETERNOS

As relações entre o Panamá e os Estados Unidos nunca foram tranqüilas. Para os norte-americanos, o Panamá é uma criação dos Estados Unidos e só existe em razão do canal. Ronald Reagan, que foi presidente dos Estados Unidos de 1981 a 1989, considerava, em 1976, que o

Canal era um território soberano dos Estados Unidos, "tanto quanto o Alasca e todos os estados criados após a compra da Luisiana".

Os panamenhos, contudo, não aceitam essas afirmativas.

> *Que Nação do mundo toleraria a humilhação*
> *de sentir uma bandeira estrangeira fincada*
> *no seu coração?*
>
> (Omar Torrijos, general e político panamenho)

É inegável que a *presença norte-americana subverteu a sociedade panamenha*, não só porque o canal corta o país em dois, mas também porque influi sobre a economia e os sentimentos nacionais panamenhos. Muitos não esquecem as intervenções militares ocorridas em 1908, 1912 e 1918, para não falar dos golpes de Estado contra presidentes cuja política não interessava aos Estados Unidos: Arnulfo Arias, por exemplo, foi deposto em 1941, sob acusação de ter simpatias pelo Eixo, quando, na realidade, a razão foi sua recusa em ceder bases militares aos Estados Unidos.

Os panamenhos consideram que a presença norte-americana, imposta mediante procedimentos escusos, é lesiva ao país. Em 1976, dos 135 milhões de dólares arrecadados pela Panama Canal Co. (empresa norte-americana encarregada de administrar a navegação na região), coube ao governo panamenho apenas 2 milhões e 300 mil dólares. "Já em 1954 o Canal havia amortizado o investimento norte-americano na sua construção. De 1955 a 1970, deu um lucro de 678 milhões aos Estados Unidos (...) A pequena República do Panamá tem subsidiado consideravelmente o país mais rico do nosso planeta." (ESTENSSORO, H., "Até o ano 2000 os Estados Unidos vão proteger o canal", Revista *IstoÉ*, 17 de agosto de 1977.)

> "Os panamenhos acham que a maior fonte de riqueza do país não foi utilizada em seu benefício, sentem-se humilhados com a presença excessiva dos Estados Unidos. Acham que o Panamá não foi tratado como um país." (Declaração de Nicolas Gonzales-

Revilla, embaixador do Panamá em Washington, 1974. HUDSON, R., "Tempestade sobre o Canal do Panamá", *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1976.)

Os panamenhos julgam insultuosa a existência dos milhares de norte-americanos, civis e militares, vivendo na Zona do Canal, onde só se fala o idioma inglês, o dólar é a moeda de troca e a bandeira norte-americana a única a tremular nos mastros existentes. Em 1964, por exemplo, norte-americanos exibiram desafiadoramente sua bandeira a populares panamenhos, provocando um conflito que durou três dias, com inúmeras mortes e quase uma centena de feridos. "Aos panamenhos molestava amargamente a imposição de discriminações raciais pelas quais todos os empregados na Zona do Canal estavam divididos nas categorias 'ouro' e 'prata': a primeira incluía os cidadãos dos Estados Unidos, a segunda os demais, fossem brancos ou negros." (HERRING, H., *op. cit.*, tomo I, p. 592).

A todas essas questões somava-se o fato de que o *Panamá vivia efetivamente sob o protetorado dos Estados Unidos.* Em 1936, o presidente Franklin Roosevelt concordou em assinar novo tratado (só ratificado pelo Congresso norte-americano em 1939), introduzindo algumas alterações no tratado de 1903. Os Estados Unidos renunciavam às cláusulas que lhes garantiam o direito de preservar a independência do país, de adquirir novas terras e águas necessárias ao funcionamento do canal e de intervir para manter a ordem interna do país. No essencial, porém, os termos do Tratado de 1903 foram preservados, além do que se mantinham as aparências da Boa Vizinhança de Roosevelt.

"O Panamá, contudo, não estava satisfeito e em 1955 outro tratado (...) trouxe mais concessões. Aumentou de 430.000 dólares para 1.930.000 a anuidade norte-americana. Assegurou-se uma escala uniforme de salários para os trabalhadores norte-americanos e panamenhos na Zona (...) Panamá obteve o direito de cobrar impostos a cerca de 17.000 empregados da Zona do Canal que viviam fora da mesma." (HERRING, H., *op. cit.*, tomo I, p. 593).

Entretanto, o *movimento nacionalista panamenho ganhou força após a Segunda Guerra Mundial*, assumindo conotações marcadamente anti-norte-americanas. Em 1956, quando o governo Nasser nacionalizou o Canal de Suez, os dirigentes panamenhos passaram a exigir direitos de

soberania sobre o canal. A vitória da Revolução Cubana, seguida da nacionalização de toda a economia da ilha, também influenciou amplos setores da sociedade panamenha, incluindo-se as Forças Armadas, apesar de equipadas e treinadas pelos norte-americanos.

Desde 1968 a pressão nacionalista panamenha agravou-se, quando o general Omar Torrijos Herrera, comandante da Guarda Nacional, considerada uma das tropas de elite da América Latina, chegou ao poder mediante um golpe de Estado. Convertido em líder carismático nacional, Torrijos não hesitou em visitar Fidel Castro em Havana e ameaçar transformar o *Panamá* em *novo Vietnã*. Além do mais, seu governo recusou-se a receber a cota anual que cabia ao Panamá pela concessão do canal (1972) e conseguiu que o Conselho de Segurança da ONU se reunisse na cidade do Panamá para discutir assuntos latino-americanos (1973); nessa ocasião, acusou o governo norte-americano de violar a soberania panamenha, obtendo importante vitória diplomática, pois os Estados Unidos se comprometeram a negociar a questão do canal.

O fracasso no Vietnã e o temor de que os norte-americanos tivessem de enfrentar no Panamá "um tipo de operação de guerrilha nacionalista, como ainda não se viu no hemisfério ocidental", levaram o presidente Richard Nixon a iniciar conversações com os dirigentes panamenhos. A *oposição interna nos Estados Unidos foi bastante ativa*, sobretudo de organizações direitistas, como os Veteranos das Guerras Estrangeiras, a Sociedade John Birch, a Legião Americana, isto sem falar nos protestos de militares, de congressistas conservadores e dos zonenses (norte-americanos que vivem na Zona do Canal). Apesar de todos esses obstáculos, havia uma necessidade imperiosa de resolver o assunto diplomaticamente, eliminando uma questão que muito contribuía para aumentar os sentimentos antinorte-americanos no continente. Já na administração de Jimmy Carter e na presença dos chefes de Estado dos países latino-americanos, assinaram-se, em Washington, *dois novos tratados* (7 de setembro de 1977), só ratificados pelo Senado estadunidense em abril de 1978 e postos em vigência a partir de outubro de 1979.

"Durante treze anos nos empenhamos em negociações em favor de um novo Tratado do Canal do Panamá que fortalecesse

nossos interesses de segurança, fosse justo para conosco e o povo do Panamá, e assegurasse o livre uso internacional do Canal em um espírito de cooperação e amizade entre todas as nações do hemisfério." (Declaração do presidente Jimmy Carter, em 12 de agosto de 1977. *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1977.)

O primeiro desses tratados refere-se ao *futuro do canal nas relações entre os dois países* e tem como pontos básicos: o reconhecimento da soberania panamenha sobre o território da Zona do Canal; o Panamá concede aos Estados Unidos o direito de "dirigir, operar e manter" o canal até o dia 31 de dezembro de 1999, quando passará para o controle do Panamá; até aquela data haverá uma administração conjunta para o canal, cabendo a chefia a um norte-americano até 1990 e depois a um panamenho; a proteção e a defesa da área caberão aos dois países, devendo ser criada uma comissão para coordenar as atividades militares necessárias.

O segundo desses tratados *fixa a neutralidade permanente do Canal*, podendo ter o aval de "todos os países do mundo", bastando o interessado assinar o tratado.

Somente Deus faz as coisas eternas:
os homens fazem tratados.

(Ernesto de la Guardia, presidente panamenho, 1956-1960)

Embora reconhecendo inúmeros direitos ao Panamá e abrindo mão de privilégios jurídicos, os Estados Unidos habilmente conseguiram manter sua presença neocolonialista no canal, até o ano 2000. Especula-se qual será seu comportamento após aquele ano, quando o canal passará integralmente para o controle do Panamá. Até lá, a diplomacia norte-americana reservou aos Estados Unidos o direito de empregar a força militar para conter qualquer ameaça de bloqueio à navegação do canal.

Não é de espantar, por conseguinte, que, em uma explosão de nacionalismo, ocorressem manifestações populares na cidade do Panamá e se jogassem pedras e vidros de tinta colorida na embaixada dos Estados Unidos. Os manifestantes foram dispersos com gás lacrimogêneo pelas

tropas do governo, mas as paredes da embaixada ficaram manchadas de tinta branca, azul e vermelha, que são as cores da bandeira do Panamá e, coincidentemente, dos Estados Unidos.

O movimento nacionalista panamenho, contudo, sofreu rude golpe quando seu líder mais expressivo, o general *Omar Torrijos, morreu em* conseqüência de um *desastre aéreo*: o avião em que viajava chocou-se contra uma montanha (1981). O acidente foi considerado suspeito.

Se caio, recolham a bandeira e sigam em frente.

(Omar Torrijos, líder panamenho)

Desde então, oscilações de orientação política ocorreram no Panamá, sucedendo-se renúncias e deposições de dirigentes políticos e de militares da Guarda Nacional.

Nesse ambiente de incertezas, *começou a se projetar o general Manuel Antônio Noriega*, por muitos apontado como continuador do pensamento de Torrijos, mas contra quem os Estados Unidos desencadearam violenta campanha difamatória e acirrada pressão econômica e política visando a afastá-lo do poder.

Recusando-se a acatar as intimações de Washington, Noriega obteve o apoio da Assembléia Nacional, que destituiu o presidente Eric Delvalle (simpático aos Estados Unidos) e o substituiu por Manuel Palma, sem poder efetivo (1988).

Nova onda de nacionalismo espalhou-se pelo Panamá, onde se sucederam manifestações de apoio a Noriega e de repúdio aos Estados Unidos.

A tensão agravou-se com a decretação de rígido bloqueio econômico contra o Panamá, o que resultou no aumento do desemprego, da inflação e da dívida externa. Após o fracasso de duas rebeliões militares articuladas pela CIA, a declaração do estado de guerra com os Estados Unidos e incidentes envolvendo militares na Zona do Canal, o governo norte-americano desencadeou a invasão do Panamá, em dezembro de 1989.

Em uma operação militar batizada de *Justa Causa*, tanques, helicópteros e cerca de 26.000 soldados desembarcaram em solo panamenho, tendo como justificativas acabar com a ditadura do general Noriega, colocar na presidência Guillermo Endara e aprisionar o antigo governante a fim de levá-lo a julgamento em um tribunal dos Estados Unidos.

A Inglaterra foi o único país a apoiar o governo de Washington. A URSS, assim como a maioria dos Estados latino-americanos, condenou a invasão, que representava mais uma violação de normas do direito internacional.

> "O ex-Presidente Franklin Roosevelt disse que o ex-ditador nicaragüense Anastácio Somoza era um filho da p..., mas estava do seu lado. Agora, este filho da p... estava do seu lado, deixou-os, e agora vocês querem capturá-lo." (Declaração de Guenadi Guerassimov, porta-voz da chancelaria soviética, referindo-se a Noriega. *Jornal do Brasil*, de 5 de janeiro de 1990.)

Durante 10 dias o general Noriega permaneceu fora do controle dos invasores, até se entregar e ser conduzido algemado para os Estados Unidos.

Enquanto isso, o novo presidente, conhecido pelo apelido de *Pão Doce* porque é considerado mole e gorducho, parece a reencarnação de velhos chefes de Estado, cuja existência devia-se à função de servir aos interesses dos Estados Unidos.

Como terminará a questão que a muitos se explica realmente pelo desejo norte-americano de manter sob controle o Canal do Panamá?

2. A CONQUISTA DO ACRE

A. A ÚLTIMA FRONTEIRA

Pelos tratados de limites celebrados entre Portugal e Espanha no Período Colonial (como o célebre Tratado de Madri, de 1750) e confirmados pelo governo imperial brasileiro, a região que atualmente corresponde ao estado do Acre originalmente pertencia à Espanha. Depois da independência das colônias ibero-americanas, a área ficou fazendo parte do território da Bolívia, embora pequena parte fosse reivindicada pelo Peru.

Na Segunda metade do século XIX (por volta de 1880), a região acreana, coberta pela floresta amazônica, rica em seringueiras (a árvore-

da-borracha), tornou-se extremamente valorizada, em função da enorme procura da borracha no mercado internacional, sobretudo para a fabricação de pneumáticos para a nascente indústria automobilística. Assim, o Acre tornou-se alvo dos interesses econômicos de países — como os Estados Unidos — e de companhias internacionais que visavam a exploração e venda do produto.

A extração da borracha atraiu para a região imensas levas de migrantes brasileiros — estimadas de 50 mil a 160 mil —, sobretudo saídos do Nordeste com a Grande Seca da década de 1870 e que iam à procura do que julgavam uma riqueza fácil, assim como aconteceria décadas mais tarde, nos anos 1980, com as minas de ouro de Serra Pelada, e ocorre, atualmente, com a extração madeireira.

O governo boliviano, temendo a presença brasileira, contratou com uma empresa norte-americana, o *Bolivian Syndicate*, o arrendamento da exploração da borracha.

Veja bem: no final do século XIX e no início da primeira década do século XX, a borracha alcançava preços astronômicos no mercado internacional!

Daí, o enorme interesse dos governos brasileiro e boliviano, e dos capitais monopolistas, em controlar a produção, distribuição e comercialização dessa importante matéria-prima.

O Acre, entretanto, seria a última fronteira do Brasil na sua configuração geográfica atual.

B. A LUTA

Embora não fosse declarada oficialmente a guerra entre a Bolívia e o Brasil, os dois países entraram em conflito armado. Do lado brasileiro, foram organizadas tropas irregulares das quais participavam tanto *seringueiros* (trabalhadores que extraíam o látex — emulsão cujos componentes mais importantes são resinas e borracha), quanto os *seringalistas* (proprietários dos seringais). Em 1902, a expedição comandada por José Plácido de Castro, antigo militar e político gaúcho, proclamou, em Xapuri, a independência do Acre.

O governo brasileiro, cuja presidência era ocupada por Rodrigues Alves, ordenou ao Exército nacional a ocupação do território.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, foi o responsável pelas negociações diplomáticas. O Barão do Rio Branco, que já houvera participado de diversas questões de limites com outras nações, revelou-se, mais uma vez, um hábil diplomata. Mas, dessa vez, não se tratava de uma simples questão de limites.

"A questão acreana é um típico exemplo da ação do imperialismo internacional, dos métodos por ele utilizados para dominar a economia dos países não-desenvolvidos e dos resultados nefastos (para a população desses países) desta ação (...) O governo boliviano, na verdade, agiu como um simples testa-de-ferro de poderosas companhias internacionais — principalmente norte-americanas — que compunham o chamado *Bolivian Syndicate*, interessado na maior riqueza conhecida da selva amazônica: o látex da borracha." (Citado por Aquino, R.S.L. e outros, *Fazendo a História — a Europa e as Américas nos séculos XIX e XX*, Editora Ao Livro Técnico, 1996, p. 301).

Em 1903, foi assinado o *Tratado de Petrópolis*, em que o Brasil indenizava a Bolívia, o Peru e o Bolivian Syndicate.

À Bolívia couberam dois milhões de libras esterlinas; além disso, o Brasil comprometia-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o que possibilitaria à Bolívia uma saída para o mar. Ao Bolivian Syndicate foram pagos mais 114 mil libras esterlinas, como indenização. Não se pode esquecer que a América Latina vivia sob orientação do Big Stick, política iniciada pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), visando assegurar vantagens ao capitalismo norte-americano.

Em 1904, por decreto do presidente Rodrigues Alves, o Acre transformou-se em território brasileiro.

3. A GUERRA DO CHACO

A. E OS POÇOS FICARÃO FECHADOS ATÉ O ANO 2006

A Guerra do Chaco tem suas origens no Período Colonial, quando o território do Chaco, assim como a *Bolívia e o Paraguai* que o disputa-

ram, era domínio da Coroa espanhola. Interessados muito mais na ocupação efetiva de suas terras americanas, os governantes de Madri não se preocuparam em fixar com precisão os limites das subdivisões administrativas do Império Hispano-Americano. O problema poderia agravar-se quando documentos régios atribuíram a uma autoridade jurisdição sobre territórios já anteriormente integrados a outra unidade colonial.

O resultado desta política foi que inúmeras colônias, ao conquistarem a independência, *não possuíam fronteiras claramente estabelecidas*, o que levou a disputas de territórios, nem sempre solucionadas pela negociação diplomática. Reduzir o conflito unicamente a simples questão fronteiriça é querer tapar o sol com a peneira: *interesses internacionais influíram* poderosamente *na guerra*, não só no seu desencadeamento, como também no seu processamento e na sua decisão. Se há um consenso sobre a derrota da Bolívia, é justo perguntar se o Paraguai foi realmente o vencedor.

> "Dos oito milhões de hectares do Chaco, a Standard Oil tinha concessões antes da guerra sobre mais ou menos 600 mil (...) Durante o conflito adquiriu a quase totalidade das jazidas (...)" (Trecho de correspondência do presidente paraguaio Eusébio Ayala, em 1934. CHIAVENATTO, J.J., *A Guerra do Chaco*, Editora Brasiliense, p. 122.)

No conflito, o Paraguai gastou cerca de 124 milhões de dólares e perdeu aproximadamente 40 mil homens para conquistar o Chaco. E a anexação dos 246.150 quilômetros quadrados desse território, que benefícios proporcionou ao hipotético vencedor? Nenhum, pois até o ano 2006 o *Paraguai não pode explorar o petróleo* chaquenho, arrendado, em monopólio, por 60 anos à Standard Oil Co., atual Exxon Corporation.

"No Chaco paraguaio qualquer pessoa pode ver os poços de petróleo lacrados pela Standard Oil. Pode sentar em cima deles e tirar fotografia. Os famintos do Paraguai, as vítimas da ditadura opressora, podem ir ao Chaco, arrastando sua miséria, e pôr a mão em cima dos poços de petróleo que a Standard Oil está guardando — e poderá guardá-los improdutivos até o ano 2006." (CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, p. 208.)

B. A STANDARD OIL PROMOVEU A GUERRA

Localizado na parte central da América do Sul, o Chaco é uma região em parte árida, em parte coberta pela vegetação de bosques, extensa e praticamente despovoada até o século XIX. Suas terras meridionais e centrais foram ocupadas pela Argentina após a Guerra do Paraguai, restando o Chaco Boreal, em forma de coração e convertido em *pomo de discórdia entre a Bolívia e o Paraguai.*

O governo boliviano fundamentava suas pretensões alegando que, ao se tornar independente, suas fronteiras incluíram todas as terras da antiga Audiência de Charcas, criada em 1559, e a cuja jurisdição estivera subordinado o Chaco Boreal. Para comprovar suas alegações, seus dirigentes apresentavam mapas e inúmeros documentos expedidos por autoridades coloniais espanholas.

Os governantes do Paraguai argumentavam, por sua vez, que a Cédula Real de 1617 e outros documentos posteriores determinaram a inclusão do Chaco nos limites dos territórios submetidos a Assunção. Acrescentavam, em reforço de suas reivindicações, a criação de pontos de colonização no Chaco, organizados por missionários e outros colonizadores saídos de Assunção.

Negociações diplomáticas resultaram na assinatura de tratados ajustando as fronteiras do Chaco entre o Paraguai e a Bolívia. Mas os Tratados Quijarro-Decoud (1879), Tamayo-Aceval (1887) e Ichaso-Benitez (1894) *não foram cumpridos.*

E por quê?

Justamente porque as *controvérsias fronteiriças não constituíam o essencial do problema.* O Chaco, a rigor, representava tanto para o Paraguai como para a Bolívia uma questão litigiosa, que daria margem a recuperar a dignidade nacional aviltada em humilhantes derrotas externas.

O Paraguai, vencido pela Tríplice Aliança em 1870, sofrera graves perdas que comprometeriam sua evolução posterior. Muitos dirigentes paraguaios passaram a acalentar a idéia de que uma conquista territorial — no caso, o Chaco — ampliaria as fronteiras do país, o que seria uma *compensação às terras tomadas pela Argentina e pelo Brasil.* A Bolívia, por sua vez, perdeu mais da metade do seu território devido às anexações feitas pelos Estados vizinhos. "(...) perdeu: 120.000 km² para o Chile, no li-

toral; 490.437 km² para o Brasil, no Acre e Mato Grosso; 170.000 km² para Argentina, no Chaco Central e na Cordilheira de Atacama; 250.000 km² para o Peru, no território de Manupiri; 235.000 km² para o Paraguai, no Chaco Boreal. Um total de 1.265.437 km² — exatamente 56,4% do seu território!" (CHIAVENATTO, J. J., *op. cit.*, p. 23.)

> "Bolívia tem uma história de desastres internacionais que devemos compensar com uma guerra vitoriosa, para que o caráter boliviano não se faça dia a dia mais pessimista. Assim, como os homens que pecam devem submeter-se à prova de fogo para salvar suas almas na vida eterna, assim os países como o nosso, que têm cometido erros de política interna e externa, devemos e necessitamos submetermo-nos à prova de fogo, que não pode ser outra que o conflito com o Paraguai." (Pronunciamento do presidente boliviano Hernán Siles Suazo em 1928. CHIAVENATO, J. J., *op. cit.*, pp. 93 e 94.)

Embora o pronunciamento anterior seja de 1928, foi a partir da Guerra do Pacífico (1879-1883) que se iniciou a sucessão de desastres internacionais da Bolívia, implicando a perda de territórios e a posterior busca de compensações no Chaco.

No século atual, os paraguaios empreenderam a ocupação da região mediante a fundação de colônias agrícolas e fortins militares. Empresas foram estabelecidas no Chaco, muitas com capital argentino e voltadas para a exploração do tanino (substância extraída de certos vegetais e usada principalmente no curtimento de couros). O governo paraguaio não hesitou em conceder facilidades a colonos estrangeiros, como os menonistas (cristãos anabatistas), atraídos pela garantia de respeito às concepções religiosas que os levavam a serem perseguidos na Europa porque se recusavam a prestar o serviço militar e condenavam a guerra. Os bolivianos, paralisados inicialmente pela Questão do Acre com o Brasil, também fundaram postos militares paralelos aos paraguaios. Embora pelo acordo Mujia-Ayala, de 1913, os dois governos estabelecessem o compromisso de chegar a uma solução no prazo de dois anos, a diplomacia não resolveu a disputa e, o que foi pior, as relações diplomáticas entre os dois países foram rompidas de 1915 a 1927.

O acirramento do antagonismo entre o Paraguai e a Bolívia prendia-se a razões mais poderosas que a simples disputa de territórios.

A partir de 1920, a Standard Oil Co. vinha obtendo concessões na Bolívia. A descoberta de ricas jazidas petrolíferas colocou o problema do escoamento do ouro negro que só poderia ser feito pelo rio Paraguai, uma vez que a Bolívia era um Estado sem acesso ao mar desde a perda do seu litoral na Guerra do Pacífico. A questão se agravava porque a Royal Dutch-Shell, concorrente da Standard Oil Co., dominava regiões meridionais do Chaco e impedia a passagem da rival.

"A Standard Oil Co. of New Jersey (...), desde que desejou obter concessões de petróleo, considerou necessário possuir o território do Chaco (...) Foi descoberto petróleo no Chaco e na Bolívia. Parece que custará muito dinheiro levar à parte mais profunda do rio o petróleo da Standard Oil Co., descoberto na Bolívia; por isso, ela está precisando de um oleoduto em direção às águas navegáveis do Paraguai, mas não quer admitir o direito de lançá-los nos termos e condições exigidos pelo governo paraguaio. Mas não somente isso. O território do Chaco é rico também em recursos naturais e provavelmente em depósitos minerais (...) A Standard Oil Co., dos Estados Unidos, e outros interesses a ela ligados são culpados de promover essa guerra (...)" (Pronunciamento do senador Huey Pierce Long no Congresso dos Estados Unidos, em maio de 1934. CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, pp. 127 e 128.)

Essas disputas econômicas eram complicadas mais ainda pela interferência de Estados vizinhos. O *Chile encorajava a Bolívia* a não abrir mão de suas pretensões, pois via com interesse o choque entre bolivianos e paraguaios, o que faria a Bolívia relegar a plano secundário eventuais reivindicações sobre terras perdidas na Guerra do Pacífico. O *Paraguai*, por sua vez, era *estimulado pela Argentina*, que tinha grandes interesses econômicos na sociedade guarani: muitas empresas existentes no Paraguai eram argentinas, como a Ferrocarril Central del Paraguay, isso sem esquecer que a maior parte das importações e exportações do

Paraguai se fazia através do porto de Buenos Aires e que o maior proprietário de terras guaranis era parente do presidente da Argentina.

É preciso pisar forte no Chaco.

(Daniel Salamanca, presidente boliviano, de 1931 a 1934)

A necessidade de *pisar forte no Chaco* era ditada também como uma saída para a *crise socioeconômica* em que mergulhara a *Bolívia*. No ano de 1927, a superprodução do estanho, produto básico da economia exportadora do país, provocara a sua desvalorização, o que atingiu a receita do Estado e reduziu os lucros da Patiño Mines & Enteprises Consolidated Inc., do empresário boliviano Simon Patiño, que operava em combinação com banqueiros norte-americanos. A crise aprofundou-se após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, fator de aceleração do colapso da economia norte-americana, rapidamente afetando os demais países do mundo. No caso da Bolívia, sociedade periférica fornecedora de matérias-primas minerais, os efeitos foram catrastróficos: a tonelada do estanho, cotada a 917 dólares em 1927, caiu para 794 dólares em 1929 e para 385 dólares em 1932, ano em que se iniciou a Guerra do Chaco. A instabilidade social, crônica em sociedades dependentes, aumentou, expressando-se em rebeliões indígenas, protestos da pequena burguesia e agitação operária. Mais do que nunca a *coesão interna*, em rápida decomposição, *poderia ser restabelecida* mediante um *empreendimento externo*: a Guerra do Chaco.

"O governo (...) tem querido precipitar a Bolívia em uma guerra contra o Paraguai, explorando o patriotismo e a ingenuidade do povo boliviano; o procedimento clássico das ditaduras que cambaleiam é provocar conflitos armados para cercar-se de simpatia em hora de perigo." (Trecho de manifesto do Partido Socialista Revolucionário, em 1929. CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, p. 53.)

C. A GUERRA SEDENTA... DE ÁGUA E PETRÓLEO

A intervenção de Estados neutros, procurando impedir a continuidade da tensão beligerante, pouco adiantou: nem as relações diplomáticas rompidas em 1928 foram restabelecidas, nem os Estados conflitantes aceitaram o pronunciamento arbitral da Comissão de Investigação e Conciliação reunida em Washington (setembro de 1929). Também resultaram inúteis os esforços da Liga das Nações, que criara uma comissão para estudar a questão.

Tanto a Bolívia como o Paraguai já se haviam engajado nos preparativos finais de uma *guerra julgada inevitável*. Os efetivos militares foram aumentados, as guarnições que possuíam no Chaco se ampliaram, os gastos militares cresceram, promoveu-se a agitação da opinião pública, empréstimos no exterior foram buscados.

Ao se iniciar o conflito — quando tropas bolivianas ocuparam o fortim Pitiantuta — a Bolívia apresentava inúmeras vantagens: dispunha de ampla organização militar, de abundantes recursos financeiros, de um exército mais numeroso e mais bem armado que o paraguaio. As deficiências militares bolivianas foram rapidamente se patenteando, a começar pela incompetência do supremo chefe militar boliviano: o general Hans Kundt, de nacionalidade alemã e cujos erros militares custaram caro à Bolívia. Além disso, cerca de 90% das tropas eram constituídos de soldados provenientes dos vales do Altiplano ou de outras elevadas regiões de clima frio; acontece que o Chaco Boreal apresenta terras baixas, onde é difícil obter-se água no verão, em contraste com o inverno, quando dela há abundância. Não acostumados ao sol a pino, ao calor sufocante, à terrível sede, os soldados bolivianos morreram aos milhares. As perdas aumentavam com as mortes provocadas por doenças (difteria, diarréia, escorbuto), suicídio, fuzilamento, sem esquecer as ocorridas em combate.

Mais bem comandados e adaptados às condições geográficas do terreno onde se desenvolveram as operações militares, os *paraguaios* acabaram saindo *vencedores*. Mas *o que ganharam?*

D. A BOLÍVIA PERDEU... MAS O PARAGUAI NÃO GANHOU

Por sugestão da Liga das Nações, criou-se em Buenos Aires a Comissão Neutra de Controle, com representantes da Argentina, Chile, Uruguai, Brasil e Estados Unidos, os quais promoveram intervenção diplomática, obtendo a *suspensão das hostilidades e a assinatura da paz.* Em junho de 1935, delegados do Paraguai e da Bolívia concluíram o Protocolo de Paz, estabelecendo o *cessar-fogo* em todas as frentes de combate.

Somente em 1938 os dois beligerantes firmaram o Tratado de Paz em Buenos Aires. Decidiu-se, então, a entrega da *maior parte do território* disputado ao Paraguai, ficando a Bolívia com parte apenas da planície do Chaco.

E o que ganhou o Paraguai com essa anexação? Nada, porque as *fontes petrolíferas* existentes nas terras anexadas *continuaram inexploradas.* Na presidência do general Higino Morinigo, "em 6 de outubro de 1944, pelo Decreto-Lei nº 5.449, o Ministério de Obras Públicas do Paraguai assinou com a Standard Oil Co. of California (...) um contrato que deu permissão à companhia dos Rockefeller de controle absoluto do petróleo em 80 mil quilômetros quadrados no Chaco Boreal (...) O Paraguai somente poderá pensar novamente no petróleo do Chaco a partir de 6 de outubro de 2006, quando expira a concessão de 60 anos dada à Standard Oil." (CHIAVENATTO, J.J., *op. cit.*, pp. 209 e 210.) A guerra ainda foi desvantajosa para o Paraguai porque *fortaleceu o militarismo no país* "a partir de 1936, data em que os militares subscreveram a Ata Plebiscitária declarando que a soberania do povo residia nas Forças Armadas. Desde então o exército controlou o governo (...)" (MORALES PADRON, F., *op. cit.*, tomo VI, p. 524.)

Ao terminar o conflito, o Paraguai e a Bolívia estavam *mais dependentes do capital estrangeiro*, pois deviam cerca de 353 milhões de dólares provenientes de empréstimos feitos para custear a guerra. A dívida externa aumentara e a população diminuíra, uma vez que 90 mil paraguaios e bolivianos morreram em combate ou por doença.

A guerra igualmente contribuiu para desenvolver na Bolívia uma corrente oposicionista reunida no *Grupo Revolucionário Tupac Amaru*, cujo programa, divulgado antes do final do conflito, revelava *tendências*

claramente *socialistas*: afirmava seu objetivo de fomentar a revolução proletária e antiimperialista. A Revolução ocorrida na Bolívia em 1952 não foi, porém, antiimperialista e, muito menos, socialista. "Com a Guerra do Chaco desenvolveu-se um grupo de oficiais que se havia oposto aos altos comandos cuja inépcia e corrupção tornava-os presa fácil do descontentamento geral. Os oficiais jovens, de menor hierarquia, começaram a organizar-se em *logias* de variada denominação. Foram poucas e delas se destacaram especialmente a *logia* Marechal Santa Cruz e a RADEPA (Razão da Pátria) (...) Já em 1934 os oficiais depuseram o Presidente Salamanca." (PLA, A.J., *América Latina Siglo XX: Economía, Sociedad y Revolución*, Carlos Pérez Editor, p. 176.) Com o fim da guerra, esses *oficiais, admiradores do fascismo italiano*, mas recorrendo ao subterfúgio de se afirmarem socialistas para amortecer a pressão popular, deram novo golpe de Estado colocando um dos seus na presidência: o coronel David Toro.

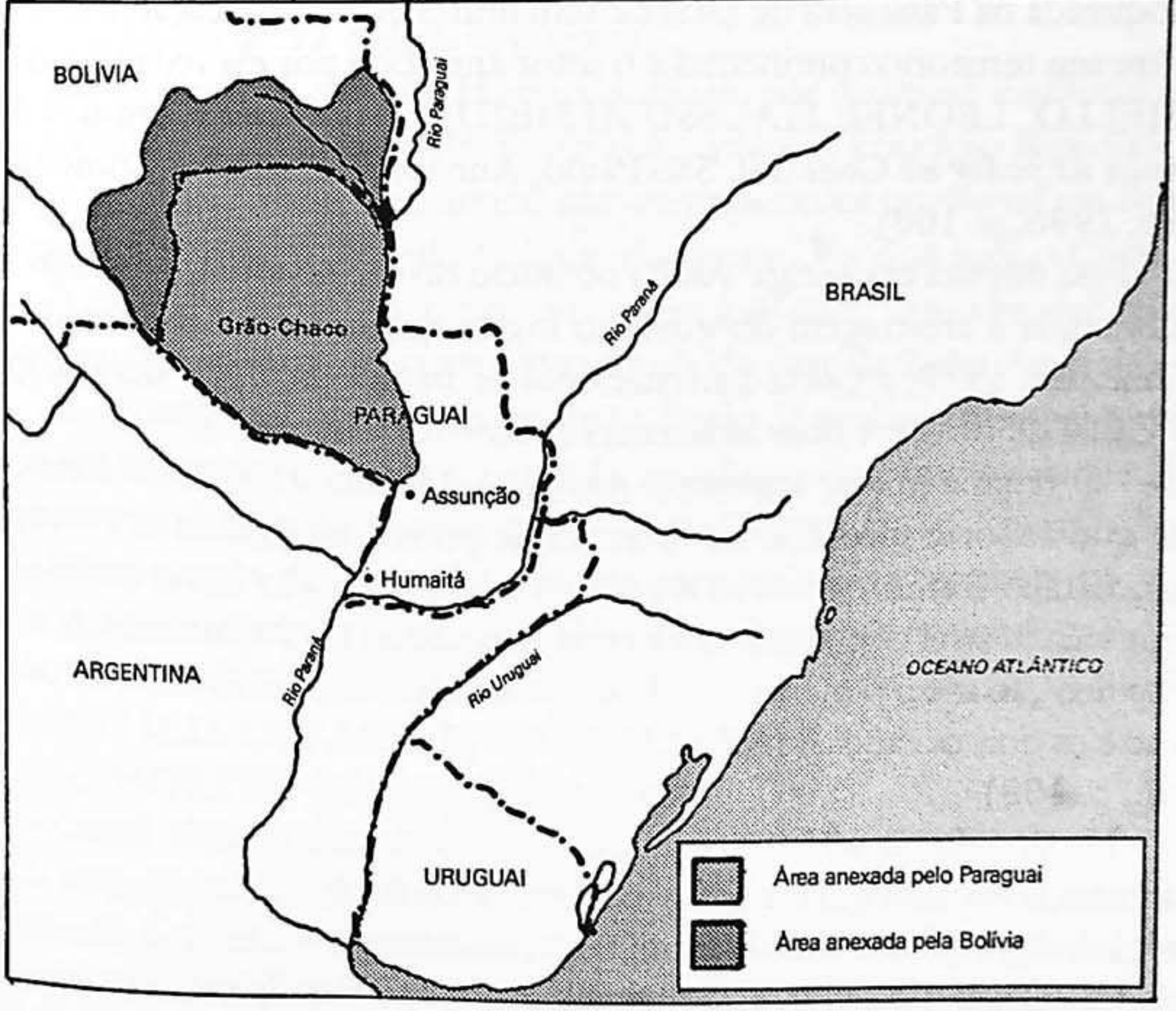
Iniciava-se um período de *presidentes militares* em que o exército funcionava como fator de poder de oficiais projetados na Guerra do Chaco: coronéis David Toro (1936-1937) e Germán Bush (1937-1939), e generais Carlos Quintanilla (1939-1940), Enrique Peñaranda (1940-1943) e Gualberto Villaroel (1943-1946). Durante as presidências dos coronéis David Toro e Germán Bush, empreendeu-se uma *política fascista*, de cunho ultranacionalista, antinorte-americano, paternalista e anticomunista. Criou-se o Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério de Minas e Energia, a sindicalização foi tornada obrigatória no quadro de um regime corporativo e se aprovou o Código de Trabalho fixando os direitos sociais dos trabalhadores: hospitalização, serviços médicos gratuitos, jornadas de oito horas, semanas de 48 horas etc. A tentativa de nacionalizar os bens da Standard Oil Co. e as empresas de mineração pôs fim às reformas e abriu novo período de desordens internas.

"Declara-se a caducidade de todas as propriedades de The Standard Oil Co. of Bolivia, dentro do território da República, por comprovada defraudação dos interesses fiscais. Todos os bens da mencionada companhia, existentes em território boliviano quando se publicar a presente resolução, passam a ser propriedade do Estado. Até que o governo julgue necessário, caber-lhe-á a admi-

> nistração e controle de todos os bens da companhia; que, em virtude desta caducidade, passam à propriedade do Estado através de sua empresa oficial Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)." (Decreto de 13 de março de 1937, de David Toro. PLA, A.J., *op. cit.*, p. 177.)

Quatro meses após o decreto atingindo a Standard Oil Co., ou seja, em 13 de julho de 1937, o coronel Toro foi deposto. Teve mais sorte que *outros chefes do Estado* latino-americanos que *pagaram com a própria vida* suas tentativas de *combater a desnacionalização da economia* de seus países: José Manuel Balmaceda (1886-1891) e Salvador Allende (1970-1973) no Chile, Getúlio Vargas no Brasil (1951-1954), Germán Bush (1937-1939) e Juan Torres (1970-1971) na Bolívia.

MODIFICAÇÕES TERRITORIAIS COM A GUERRA DO CHACO



4. A QUESTÃO DO CANAL DE BEAGLE

Questão pouco conhecida foi o conflito argentino-chileno a propósito da soberania sobre as estratégicas *ilhas de Lennox, Nueva* e *Picton*, localizadas no *canal de Beagle*.

"O litígio acerca do domínio das três pequenas ilhas austrais entrelaçava-se, por sua vez, com o limite das 200 milhas náuticas e com o conceito geopolítico de mar territorial. Este último considerava o espaço marítimo um prolongamento do espaço terrestre e parte integrante do território nacional sujeito à soberania do Estado.

Na ótica argentina, o controle das ilhas austrais e a conseqüente fixação das 200 milhas náuticas dariam ao Chile, país longitudinal com extensa costa no Pacífico, uma projeção marítima sul-atlântica e o controle exclusivo das três vias interoceânicas: Magalhães, Beagle e Drake. A Argentina, por sua vez, ficaria privada da posição atlântica sul-ocidental, bloqueada na Passagem de Drake e sem linhas de comunicação marítima entre seu território continental e o setor antártico por ela reivindicado." (MELLO, LEONEL ITAUSSU ALMEIDA, *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*, São Paulo, Annablume Editora-Comunicação, 1996, p. 100).

Essa disputa era antiga. Ainda no início do século atual, a questão foi submetida à arbitragem do governo inglês que deu ganho de causa ao Chile. Em 1977, a Corte Internacional de Justiça da ONU decidiu que o Canal de Beagle e ilhas adjacentes cabiam ao Chile.

"O regime militar argentino rechaçou o laudo arbitral sob alegação de que a Corte incorreu em 'excesso de poder' ao ignorar o Princípio Bioceânico fixado no início do século. Esse princípio havia definido a fronteira austral com base na fórmula 'Argentina no Atlântico; Chile no Pacífico', fixando o meridiano do Cabo de Hornos, como linha divisória entre os dois oceanos." (MELLO, LEONEL ITAUSSU ALMEIDA, *op. cit.*, p. 103).

Na década de 1970 esse antagonismo colocou os dois Estados na iminência de uma guerra como necessária à solução do litígio. Nas duas sociedades existiam ditaduras militares, cujo fundamento era a *Doutrina de Segurança Nacional*, elaborada na *National War School*, nos Estados Unidos. Partindo da premissa de que o apregoado internacionalismo

comunista deveria ser neutralizado a partir da ideologia nacionalista, havia forte exaltação aos valores e instituições nacionais.

A guerra foi evitada mediante a intervenção do papado, que conseguiu garantir uma trégua entre os dois Estados do Cone Sul. O papa João Paulo II comprometeu-se, inclusive, a estudar a questão e a procurar uma solução (1978).

"A proposta apresentada pelo Vaticano — o denominado *Mapa do Papa* — foi aceita pela Argentina em 1984, após a Guerra das Malvinas e a redemocratização do país, quando o Presidente Raúl Alfonsin assinou com o Chile o Tratado de Paz e Amizade." (MELLO, LEONEL ITAUSSU ALMEIDA, *op. cit.*, p. 105) Esse tratado foi assinado em Roma, constituindo um compromisso diplomático em que os governantes da Argentina e do Chile admitiam a solução apresentada pelo papa João Paulo II: as ilhas de *Nueva, Picton* e *Lennox*, situadas no Canal de Beagle, permaneciam sob jurisdição do Chile, cuja soberania se estenderia até o limite de 12 milhas marítimas.

Era arbitrado o cabo de Hornos como divisor de limite marítimo entre o Chile e a Argentina. Reafirmava-se, então, o Princípio Bioceânico, obrigando-se a Argentina a limitar suas reivindicações marítimas em águas do oceano Atlântico, ficando as águas do oceano Pacífico para o Chile.

O laudo pontifical modificava o *status quo ante*, uma vez que reconhecia ao Chile direitos sobre uma parcela do mar da Zona Austral.

As decisões arbitrais do papa João Paulo II acabaram satisfazendo mais aos interesses chilenos em face da uma Argentina enfraquecida militar e economicamente, devido à derrota na Guerra das Malvinas.

Mesmo assim, militares ultradireitistas argentinos protestaram em pronunciamentos extremamente belicosos e violentamente nacionalistas!

5. O CONFLITO PERU X EQUADOR

A disputa territorial entre Equador e Peru, na divisa entre os dois países, vem desde os tempos da independência frente à Espanha, na década de 1820. Sempre houve atritos na região entre os rios Santiago e Zamora, uma área na cordilheira do Condor, onde a fronteira nunca foi

precisamente demarcada e valorizada por suas reservas de urânio e petróleo.

Em 1941, os peruanos invadiram o Equador, iniciando um conflito que durou dez dias. Com a intermediação do Brasil, do Chile, da Argentina e dos Estados Unidos, foi firmado o *Protocolo do Rio de Janeiro*, em 1942, delimitando a área fronteiriça entre os dois países. Apesar do acordo de paz, em 1981 explodiu novo conflito pela posse de uma faixa na cordilheira do Condor, que não havia sido claramente demarcada. Os combates provocaram dezenas de mortos em ambos os exércitos. Nos anos de 1960, de 1982, de 1983 e de 1994 ocorreram novas escaramuças entre forças militares equatorianas e peruanas.

A mais grave disputa, porém, aconteceu em janeiro de 1995. As operações militares provocaram muitas baixas, sobretudo no exército peruano, pois as tropas equatorianas dominavam a área, possuíam melhores armas antiaéreas e controlavam os terrenos mais altos. Os dois contendores, entretanto, reivindicaram a vitória. Os quatro países que garantiam o acordo de paz firmado em 1941 mobilizaram-se para tentar solucionar a crise. Foi assinada a *Declaração do Itamarati*, que promovia um cessar-fogo. Entretanto, o acordo não foi respeitado, e os dois lados recomeçaram a luta armada. Foi firmado um segundo acordo — a *Declaração de Montevidéu* — que determinava um imediato e efetivo cessar-fogo.

A guerra trouxe grandes prejuízos à economia dos dois países. O Equador, por exemplo, gastou cerca de 340 milhões de dólares. O governo lançou medidas de emergência, como cortes nos subsídios públicos, e aumentou preços e impostos. No Peru, entretanto, a guerra não chegou a abalar o prestígio e a popularidade do presidente Alberto Fujimori, que conseguiu reeleger-se para um segundo mandato.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Analisar a importância da construção do Canal do Panamá do ponto de vista dos interesses norte-americanos.
2. Relacionar a política do *Big Stick* com a construção do Canal do Panamá.

3. Assinalar as mudanças ocorridas nas relações entre os Estados Unidos e o Panamá a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

4. Indicar interesses brasileiros e norte-americanos sobre o Acre.

5. Resumir decisões do Tratado de Petrópolis.

6. Apontar as raízes do antagonismo da Bolívia e do Paraguai com relação às questões fronteiriças.

7. Avaliar o papel dos monopólios internacionais no conflito do Chaco.

8. Destacar as pretensões da Bolívia e do Paraguai no que diz respeito à região do Chaco Boreal.

9. Explicar a afirmativa: "A Bolívia perdeu... mas o Paraguai não ganhou."

10. Apontar razões do conflito Peru x Equador.

11. Indicar tentativas diplomáticas visando a solução do antagonismo Peru x Equador.

12. Apontar duas razões da disputa Chile-Argentina pelo canal de Beagle.

UNIDADE IV — TERRA E LIBERDADE!

A Revolução Mexicana

1. A DITADURA DE DÍAZ E SEUS ALIADOS

O *período de governo de Porfírio Díaz* (1876-1911) representou, apesar do seu caráter despótico, uma época de *intenso desenvolvimento capitalista* no México. Construíram-se estradas de ferro, desenvolveram-se setores da agricultura e da mineração voltados para a exportação, intensificou-se o comércio externo, e a indústria, controlada sobretudo pelos capitais estrangeiros, conheceu uma etapa de grande crescimento. Entretanto, esse desenvolvimento econômico *não visava à melhoria das condições de vida das massas populares e tampouco alterou a estrutura agrária baseada no latifúndio.*

Os camponeses continuaram vinculados às grandes propriedades territoriais, e os salários permaneceram baixos, apesar da alta dos preços dos produtos agrícolas (arroz, milho, trigo), devido à grande oferta de mão-de-obra — camponeses expulsos das terras públicas e pequenos agricultores expropriados das suas terras —, resultado do *processo de concentração territorial* acelerado na segunda metade do século XIX.

"O progresso de um povo se mede pela situação de suas classes populares, e ao chegar a ditadura ao seu apogeu, a maioria do povo mexicano se aproximava do limite de sobrevivência, pela miséria, mais que nunca cruel e desavergonhada (...)" (Francisco Bulnes, *O verdadeiro Díaz e a Revolução.* HERZOG, J.S., *Breve Historia de la Revolución Mexicana*, volume I, Fondo de Cultura Económica, p. 40.)

Evidentemente, para realizar essa política antipopular, a *ditadura de Díaz* contava com importantes *aliados*: os políticos, o Exército, a Igreja, o capital estrangeiro e os grandes proprietários de terras.

Entre os *políticos*, denominados de *Científicos*, homens educados na Europa e que foram responsáveis pela direção positiva imposta à economia e ao governo, considerando ser a *ordem* (um governo autoritário) indispensável ao progresso. Muitos deles enriqueceram com os contratos realizados com empresas estrangeiras.

O papel do *Exército* era o de *polícia do Estado*, realizando a repressão interna contra qualquer tentativa de insurreições populares ou de golpe. Através de gratificações à alta oficialidade e da prática da constante mudança de comandos, a ditadura controlava os oficiais, enquanto os soldados, muitos deles recrutados à força, sofriam privações e não possuíam qualquer espírito de tropa.

A *Igreja foi calada*, pois, se por um lado o Estado mantinha a proibição da propriedade eclesiástica sobre bens que não se destinassem ao culto, por outro lado concedeu algumas vantagens ao clero, como liberdade de ação, fundação de novas ordens e aumento do número de sacerdotes.

Uma das mais *importantes bases do porfiriato* foi o *capital estrangeiro*, que penetrou avassaladoramente no México nas três décadas em que Díaz exerceu a sua ditadura. As estradas de ferro, a produção mineira (ouro, prata, cobre), a exploração petrolífera (iniciada em 1901), os serviços de eletricidade e os bancos eram setores controlados praticamente pelo capitalismo internacional.

"O capital estrangeiro foi acolhido desse modo por Díaz até que dominou a vida econômica da nação. Os norte-americanos e os britânicos eram donos de poços petrolíferos e das minas. Os franceses contro-

lavam a maioria da crescente indústria têxtil e muitas das grandes lojas. Os alemães controlavam o comércio de ferragens e drogaria. Os espanhóis (...) eram donos de armazéns e comerciantes menores em outros ramos. Os serviços públicos (linhas de transporte, companhias de luz e forças, companhias de água) pertenciam a ingleses, canadenses, norte-americanos e outros estrangeiros. Os mexicanos, inexperientes em tecnologia moderna, eram efetivamente estrangeiros na sua própria terra." (HERRING, H., *op. cit.*, tomo I, p. 378.)

Finalmente, *os mais importantes aliados internos da ditadura* eram os *grandes proprietários de terras.* Uma minoria de latifundiários possuía a maior parte das melhores terras agricultáveis e campos de criação no México. Contavam-se entre os grandes proprietários muitos estrangeiros, que, através de grandes empresas, apropriaram-se das terras públicas e das "não amparadas a título legal". *Um terço das terras do México era controlado por empresas estrangeiras*, enquanto milhares de comunidades indígenas perderam suas terras comunais (*ejidos*), o que aumentou o número de camponeses sem terras. Intensificou-se a exploração sobre os peões (trabalhadores rurais), continuamente endividados com o proprietário da terra. "(...) a política agrária do Porfirismo foi contrária ao interesse da República: foi uma política equivocada e causa principal da Revolução. O mestiço e o índio esperaram silenciosos a hora do rompimento e, chegado o momento propício, rifle na mão, se arrojaram à luta reivindicadora." (HERZOG, J. S., *op. cit.*, volume I, p. 30.)

Assim, não é de estranhar que a Revolução de 1910 tenha sido uma *rebelião contra o modelo de desenvolvimento capitalista baseado na aliança latifúndio-imperialismo.* Esse capitalismo, dependente dos interesses norte-americanos e europeus, não favoreceu a formação e a consolidação de uma burguesia mexicana independente, mas sim *subordinada aos grandes grupos monopolistas estrangeiros.*

A Revolução Mexicana pode ser considerada *um movimento democrático-burguês, liderado pela pequena burguesia, com um forte conteúdo popular* (antilatifundista) *e nacionalista* (antiimperialista), que visava a inaugurar uma nova etapa no desenvolvimento capitalista do México.

"Trata-se de implantar uma reforma agrária que destrua os latifúndios e o poder dos grandes proprietários de terras; criar um capitalismo

de Estado capaz de atuar como contrapeso ao capitalismo estrangeiro e promover o desenvolvimento da burguesia mexicana (...) A Revolução de 1910 não conseguiu substituir o desenvolvimento 'de cima', pela via revolucionária de instauração do capitalismo, porém seu resultado foi híbrido, um amálgama muito peculiar de soluções revolucionárias e reacionárias." (SEMO, H., *Historia Mexicana — Economía y Lucha de Clases*, Ediciones Era, pp. 289 e 290.)

2. A AGITAÇÃO POLÍTICA

O que teria provocado a derrubada da ditadura de Díaz, tão solidamente implantada e contando com aliados externos e internos tão poderosos? Enquanto os governantes e as classes exploradoras realizavam seus acordos e negócios nos salões palacianos, o povo, nas ruas e nos locais de trabalho ou de associação, não permanecia apático ou submisso. Ao mesmo tempo em que se desenvolviam as novas forças produtivas, sob as relações capitalistas impostas de fora, *cresciam também as fileiras do nascente proletariado*, e nelas introduziram-se, desde fins do século XIX e através de imigrantes espanhóis, *as idéias do anarco-sindicalismo e do socialismo*. Em Iucatã, Vera Cruz, Sonora, aconteciam greves, reprimidas violentamente pela temível polícia rural de Díaz, e também, nesta última região, por soldados norte-americanos.

Em 1900, foi fundado o *Partido Liberal Mexicano*, de tendências anarquistas, que, embora clandestino e duramente perseguido, publicou em 1906 um manifesto à nação em que pedia a derrubada de Díaz e propunha um programa de reformas econômicas, políticas e sociais.

Reforma, Liberdade e Justiça!

(Manifesto do Partido Liberal Mexicano, 1906)

Em 1908, surgiu *A sucessão presidencial em 1910*, obra escrita por Francisco Madero, originário de uma família de latifundiários do Norte e que seria conduzido posteriormente ao poder (1911) pela revolução vitoriosa.

"Buscar uma mudança por meio das armas seria agravar nossa situação interior, prolongar a era do militarismo e atrair-nos graves complicações internacionais.

O único meio de evitar que a República caia nesse abismo é fazer um esforço entre todos os bons mexicanos para nos organizarmos em partidos políticos (...)

O que melhor interpreta as tendências atuais da Nação é o que propomos: o Partido Anti-reeleicionista com seus princípios fundamentais: Liberdade de Sufrágio e Não-Reeleição (...) a Pátria está em perigo e para salvá-la é necessário o esforço de todos os bons mexicanos." (*A sucessão presidencial em 1910*, de Francisco Madero. ESTAÑOL, J.V., *Historia de la Revolución Mexicana — Orígenes y Resultados*, Editorial Porrua, pp. 98 e 99.)

Entretanto, ganhava terreno, sobretudo nas grandes cidades — entre os científicos, os católicos, os ricos proprietários e setores da pequena burguesia —, a campanha pela reeleição de Díaz para presidente (pela sétima vez consecutiva). Toda a máquina oficial foi mobilizada para a fórmula continuísta, que contava com vários jornais.

Em 1909, as forças de oposição ao regime porfirista, destacando-se Francisco Madero, fundaram o *Centro Anti-reeleicionista de México*. Aos poucos, a opinião pública se dividiu entre os partidários de Díaz e aqueles que apoiavam Madero.

"1ª Restabelecer o império da Constituição, tornando efetivos os deveres e direitos que ela prescreve, assim como a independência dos Poderes da Federação e a responsabilidade dos funcionários públicos.

2ª Procurar a reforma da Constituição, estabelecendo o princípio de Não-Reeleição do Presidente e Vice-Presidente da República (...)

6ª Melhorar a condição material, intelectual e moral do operário, criando escolas profissionais, elaborando leis sobre pensões ou indenizações por acidentes do trabalho (...) Igual cuidado se

terá a respeito da raça indígena em geral (...) Acelerar a mexicanização dos ferroviários em todas as suas hierarquias [as funções técnicas e de direção estavam em mãos dos norte-americanos] (...)

10ª Estreitar as boas relações com os países estrangeiros, especialmente com os latino-americanos (...)" (Programa de governo proposto pela Assembléia Nacional Anti-reeleicionista, 1910. HERZOG, J.S., *op. cit.*, volume I, pp. 85, 86 e 87.)

A atitude do grupo de Madero em lançar a sua candidatura à presidência foi precipitada pela declaração de Díaz, de reeleger-se em 1910, contrariando as afirmações que fizera, em 1908, a um jornalista norte-americano, em que dizia da sua intenção de deixar o governo ao fim de seu mandato.

A maioria das teses oposicionistas, entretanto, foi superada pelos rumos que tomou o movimento revolucionário de 1910 a 1917. Para a pequena burguesia das cidades, de que Madero era o porta-voz, a tática eleitoral, a princípio, consistiu em fundir a candidatura do general Díaz para a presidência e assegurar a vice-presidência para um elemento do Partido Anti-reeleicionista. Como o velho ditador já contava com quase oitenta anos, o vice-presidente eleito seria o seu legítimo sucessor, e, gradualmente, poder-se-iam realizar as reformas propostas pelos democratas.

Uma fracassada entrevista entre o ditador e Madero, em 1910, na qual Díaz, intransigentemente, recusou o nome deste para a vice-presidência, foi a gota d'água para a radicalização. Decidindo-se pela oposição franca e aberta ao porfirismo, o grupo maderista começou a sua pregação política por todo o país, dirigindo-se aos operários e aos peões dos povoados.

O povo não pede pão, pede liberdade.

(Francisco Madero)

Acusado de incitar o povo à rebelião, Madero foi preso, enquanto se realizavam as eleições que, obviamente, *deram a vitória a Díaz*. Obtendo

a liberdade, Madero fugiu para o Texas, onde foi publicado o *Plano de São Luís Potosí*, em 1910, exigindo a renúncia de Díaz e eleições livres. A atividade eleitoral transformava-se em agitação revolucionária.

> "1º Declaram-se nulas as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. (...)
>
> 3º (...) Abusando da lei de terras devolutas, numerosos pequenos proprietários, em sua maioria indígenas, foram despojados de suas terras (...) Sendo de toda justiça restituir aos antigos possuidores as terras de quem foram despojados de modo tão arbitrário (...) e se exigirá sejam restituídas a seus primitivos proprietários, a quem será paga também uma indenização pelos prejuízos sofridos (...)
>
> 4º (...) declara-se lei suprema da República o princípio da não-reeleição. (...)
>
> 5º Assumo o caráter de Presidente Provisório dos Estados Unidos Mexicanos com as atribuições necessárias para fazer a guerra ao governo usurpador de Porfírio Días. (...)
>
> 7º (...) todos os cidadãos da República tomarão as armas para desalojar do poder as autoridades que atualmente governam (...)" (Bases do Plano de São Luís Potosí. ESTAÑOL, J.V., *op. cit.*, pp. 120 e 121.)

3. A AGITAÇÃO SOCIAL

As massas populares, sobretudo o campesinato, participaram intensamente da Revolução Mexicana. "(...) nas revoluções mexicanas, as massas camponesas ocuparam um lugar mais destacado que as plebéias das cidades [proletariado]. A pequena burguesia desempenhou um papel muito importante (...) Freqüentemente, se impôs tarefas que uma burguesia débil ainda não podia executar. Lutou sempre para colocar-se à frente da Revolução e, em certos momentos, o conseguiu." (SEMO, E., *op. cit.*, p. 291.)

Durante o período revolucionário de 1910-1917, a participação ativa das massas camponesas na luta, desde antes mesmo da publicação do Plano de São Luís Potosí, representou o avanço do movimento popular, chegando mesmo a superar, em alguns momentos, as limitações revolucionárias da pequena burguesia. Enquanto se conspirava nas cidades, os camponeses do Sul, sobretudo nos estados de Morelos e Guerrero, onde se concentrava a maior parte da população indígena, chefiados pelo líder agrarista Emiliano Zapata, incendiavam as fazendas e as refinarias de açúcar, justiçavam os proprietários e os capatazes, e aparelhavam, com os cavalos e fuzis capturados, um exército camponês. No Norte do México, o movimento camponês foi dirigido por Pancho Villa, também sob a bandeira da *reforma agrária*.

A população índia era relativamente pequena em relação ao total dos habitantes do país. Mas a sua importância reside sobretudo no fato de o *índio* representar um *símbolo da resistência à opressão*, desde os tempos da dominação espanhola. A redenção do índio, pelo menos no que respeita à fraseologia oficial, constituiu um dos objetivos maiores da Revolução Mexicana, simbolizada pelo exemplo do chefe asteca Cuauhtemoc.

> *Declaramos categoricamente (...) que a heróica figura de Cuauhtemoc é o símbolo de nossa nacionalidade e deve, por isso, merecer a sincera devoção do povo mexicano.*
>
> (Decreto do Congresso Mexicano, 10 de outubro de 1949)

Os mexicanos identificam a nação muito mais com a herança índia do que com a espanhola. Um sintoma do profundo sentimento antiespanhol é a inexistência de estátuas de Cortez no país. O sentimento popular contra o porfirismo também se expressa pela quase total ausência de monumentos dedicados ao ditador.

A preocupação do grupo maderista com a *redistribuição de terras* estava presente no artigo terceiro do Plano de São Luís Potosí. Segundo alguns autores, o parágrafo que tratava da questão agrária foi "o que mais influiu para que milhares de camponeses se juntassem ao movimen-

to revolucionário, para que houvesse levantes armados em muitos pontos do país desde 20 de novembro [1910] em diante." (HERZOG, J.S., *op. cit.*, volume I, p. 152.)

Embora a pregação política da facção maderista não representasse, de forma alguma, o motor da Revolução, pois esta foi produzida no momento em que as contradições de classe atingiam o seu ponto crucial, em que as condições de exploração a que estavam submetidas as massas urbanas e rurais (sobretudo estas últimas) chegavam a nível insustentável, e em que a ditadura achava-se isolada do conjunto da sociedade, não há dúvida de que *o programa político reformista teve eco nas classes populares*. Sobretudo porque, habilmente, o grupo maderista tocava em pontos-chave para o operariado urbano e o campesinato: "Oferecer ao operário aumento dos salários, diminuição das horas de trabalho, melhor tratamento de seus chefes e patrões (...) prometer ao camponês e ao peão o fracionamento e a repartição das grandes propriedades rurais (...) quando o camponês e o peão traziam vários séculos de 'servidão de gleba' e de misérias, sem contar o quanto o indígena tinha arraigado em sua alma o conceito de ser o único dono legítimo da terra; anunciar (...) o desaparecimento dos chefes políticos e 'caciques' a um povo amedrontado com injustiças, perseguições, serviços forçados (...) e outros tipos de arbitrariedade, era falar uma linguagem compreensível, acessível e sugestiva para a multidão (...)" (ESTAÑOL, J.V., *op. cit.*, p. 101.)

A participação da classe operária na Revolução Mexicana, embora menos importante do que a ação revolucionária do campesinato, nem por isso deixou de ter significação histórica. Entre 1906 e 1920, o incipiente proletariado mexicano adquiriu *consciência de classe*. Sucederam-se as *greves* e o *movimento sindical tomou grande impulso*, apesar da repressão do Estado. A expansão das idéias socialistas no mundo e, sobretudo, a vitória da Revolução Socialista de 1917, na Rússia, deram novo alento ao proletariado mexicano. A classe operária, sobretudo os seus setores mais avançados, formulou uma linha de ação independente das demais classes que participaram da Revolução. Cooperou com o governo Madero na luta contra a ditadura e deixou de apoiá-lo quando o grupo maderista no poder opôs-se às suas reivindicações.

Entre o operariado havia, entretanto, divisões. Além do seu número relativamente pequeno, sua dispersão pelo país (minas, ferrovias e indús-

trias têxteis), sua composição heterogênea, *a classe operária mexicana* estava *dividida quanto à linha de ação política.* O *anarco-sindicalismo*, muito ativo, opunha-se à aliança política do operariado com a burguesia, aceitando as *lutas econômicas*, por aumento de salários, diminuição da jornada de trabalho etc. Em nenhum momento, o proletariado *como um todo* aliou-se à burguesia contra o movimento revolucionário camponês. Tampouco houve uma tendência a estabelecer uma aliança do conjunto da classe operária com os camponeses.

Assim, o proletariado mexicano não foi capaz de liderar as forças revolucionárias e de colocar uma alternativa de poder às correntes burguesa e pequeno-burguesa do movimento. Os desvios ideológicos de caráter pequeno-burguês, a inexistência de um projeto revolucionário conseqüente para o conjunto da sociedade, a falta de unidade popular, o oportunismo de algumas lideranças foram fatores que impediram que a Revolução de 1910 tomasse um caráter democrático-popular ou mesmo coletivista. No processo das lutas revolucionárias, a classe operária e os camponeses encontravam-se profundamente divididos. Assim, não foi possível modificar o caráter burguês da Revolução, e o *proletariado não encontrou condições de aspirar a um papel hegemônico no campo revolucionário.*

"O pequeno número e a relativa imaturidade da classe operária mexicana, com exceção de alguns centros manufatureiros e mineiros tradicionais, foram seu maior impedimento. Nessas condições os grupos operários concentraram sua atenção em problemas imediatos e em demandas para a melhoria dos salários e condições de trabalho. Ao mesmo tempo, não conseguiram produzir uma ideologia claramente hegemônica, capaz de atrair outros grupos sociais a sua particular visão do futuro." (CARR, B., *Labour and Politics in Mexico, 1910-1929.* SEMO, E., *op. cit.*, pp. 295 e 296.)

As lutas das classes populares durante a Revolução Mexicana, apesar dos erros e derrotas, contribuíram para a acumulação de forças do proletariado e do campesinato que se constituíram em setores políticos atuantes; além disso, alteraram, em alguns momentos, a correlação de forças sociais, modificando os rumos da história posterior do México.

4. A ETAPA MADERISTA

A. A CRISE DE TRANSIÇÃO

Em maio de 1911, as massas populares irromperam nas ruas da capital mexicana. A Revolução, que começara no interior do país, chegava, finalmente, à capital. O ditador Porfírio Díaz renunciou e partiu para o exílio na Europa. Em junho, Madero entrou, vitoriosamente, na Cidade do México, sendo aclamado como o *Redentor*.

Poco trabajo, mucho dinero,
pulque barato! Viva Madero!

(Canção popular)

Uma vez no poder, o grupo maderista viu-se pressionado por forças sociais diversas: revolucionárias e contra-revolucionárias. Em um extremo, os *camponeses*, liderados pelos reformadores Emiliano Zapata e Pascual Orozco, que exigiam uma *reforma agrária radical*, objetivo pelo qual o campesinato formara fileiras para lutar na Revolução vitoriosa. Do outro lado, as *forças reacionárias*, constituídas pela oligarquia latifundiária, pela burguesia monopolista e pelo capital internacional. Este era representado principalmente pelos Estados Unidos, que haviam apoiado a derrubada de Porfírio Díaz, cuja ditadura começara a favorecer os capitais ingleses, assim contrariando os interesses norte-americanos.

As forças maderistas, agrupadas no *Bloco Renovador*, exprimiam *distintas tendências*, por vezes antagônicas. Os partidos políticos enfrentavam-se na disputa dos votos à Câmara dos Deputados e ao Senado: o Partido Constitucional Progressista, de tendência liberal, o Partido Liberal Mexicano, o Partido Católico, núcleo do conservadorismo, e outros.

"Contra o Capital, a Autoridade e o Clero, o Partido Liberal Mexicano desfralda a bandeira vermelha nos campos de luta no México, onde nossos irmãos se batem como leões, disputando a vitória às hostes da burguesia (...)

Estes são, mexicanos, os primeiros resultados práticos da propaganda e da ação dos soldados do proletariado, dos generosos sustentáculos de nossos princípios igualitários, de nossos irmãos que desafiam toda imposição e toda exploração com este grito de morte para todos os de cima, e de vida e esperança para todos os de baixo: Vida, Terra e Liberdade!" (Manifesto do Partido Liberal Mexicano, 1911. HERZOG, J.S., *op. cit.*, volume I, pp. 243 e 244.)

A verdadeira revolução — a revolução popular — não triunfou com a subida ao poder da facção maderista. "Os operários e o proletariado rural não tiveram nenhuma melhoria em sua situação (...) e se ainda o seguem e o levam à vitória é porque os alenta a esperança de que, apenas instalado Madero na suprema magistratura, os males cessarão; os operários verão aumentados os salários e diminuído o trabalho; os peões receberão terras gratuitamente; os *pueblos* retomarão os campos que os grandes latifundiários lhes haviam tirado e ainda os que nunca lhes haviam pertencido e todos desfrutarão de alívio imediato no preço dos artigos de primeira necessidade." (ESTAÑOL, J.V., *op. cit.*, p. 226.)

Os problemas econômicos, políticos e sociais herdados do porfirismo continuavam não resolvidos: o *caciquismo*, isto é, controle do poder político local pelos chefes políticos (*caciques*), que estavam em contato com a massa camponesa; o *latifúndio*, ou a competição vantajosa da grande propriedade rural sobre a pequena propriedade com os decorrentes privilégios econômicos e políticos da oligarquia agrária; a *peonagem*, que mantinha o camponês sem-terras submetido a uma semi-servidão; a situação de *superexploração* do operário das cidades; o *gigantismo das grandes empresas monopolistas*, sufocando as pequenas e médias empresas mexicanas, em virtude da proteção oficial e da influência política dos *científicos*; e, finalmente, o *imperialismo*, que concorria vantajosamente em todos os setores das atividades econômicas (indústria, comércio, bancos, serviços públicos) em razão da situação de dependência da economia mexicana aos interesses das economias capitalistas avançadas, que detinham conjuntamente quase 80% do capital das principais empresas mexicanas, sendo que, desse total, somente os Estados Unidos participavam com mais da metade.

Assim, problemas de natureza econômica e social manifestavam-se em nível político. Instalada a crise política, a contra-revolução levou a trágico desfecho o governo de Madero.

B. AS CLASSES POPULARES E A REVOLUÇÃO

> *O problema agrário em suas diversas modalidades é, no fundo, a causa fundamental da qual derivam todos os males do país e de seus habitantes.*
>
> (Trecho do Plano de Tacubaya, 1911)

Enquanto os problemas econômicos e sociais se tornavam cada vez mais agudos, o presidente Madero perdia popularidade, na medida em que "continuava sem preocupar-se com as questões sociais e econômicas que originavam a inconformidade e a agitação". (HERZOG, J. S., *op. cit.*, volume I, p. 256.)

Os camponeses permaneciam armados. No Sul do país, os guerrilheiros de Emiliano Zapata contavam com amplo apoio da população camponesa, na qual recrutavam os seus quadros. Durante quase dez anos de lutas, as forças zapatistas resistiram às diversas ofensivas do exército mexicano, superior em quantidade de efetivos e armamentos, conseguindo várias vitórias, graças à tática de guerrilhas, e à efetiva colaboração dos habitantes do campo.

Em novembro de 1911, os zapatistas firmaram o *Plano de Ayala*, pelo qual o chefe da Revolução era chamado de "traidor da pátria", apelando-se ao povo mexicano para que pegasse em armas para derrubar o governo. Do ponto de vista econômico-social, o Plano de Ayala acrescentava algumas contribuições ao Plano de São Luís Potosí, de 1910: a *devolução das terras usurpadas aos seus legítimos proprietários* (as comunidades indígenas e camponesas); a *expropriação, mediante indenização, da terça parte dos latifúndios;* e a *nacionalização dos bens dos inimigos da Revolução.*

"6º Que as terras, montes e águas que hajam usurpado os fazendeiros, Científicos ou caciques à sombra da justiça venal, entrarão na posse desses bens imóveis, desde logo, os pueblos e cidadãos que tenham títulos correspondentes a essas propriedades, das quais hajam sido despojados por má fé de nossos opressores, mantendo a todo custo, com as armas nas mãos, a mencionada posse (...)

7º Em virtude de a imensa maioria dos pueblos e cidadãos mexicanos não serem donos mais da terra que pisam (...) se expropriarão, mediante prévia indenização, da terça parte desses monopólios, aos seus poderosos proprietários, a fim de que os pueblos e cidadãos do México obtenham ejidos, colônias, fundos legais para pueblos ou campos de semeadura ou de trabalho e se melhore em tudo e por tudo a falta de prosperidade e bem-estar dos mexicanos." (Plano de Ayala, 1911. HERZOG, J. S., *op. cit.*, volume I, pp. 290 e 291.)

O governo de Madero enviou poderoso exército para combater as forças de Zapata. As tropas federais, entretanto, não conseguiram derrotar o movimento revolucionário.

No Norte do país, os camponeses também se levantaram em armas, sob o comando do general Pascual Orozco, enquanto Pancho Villa se manteve fiel ao governo. As tropas enviadas pelo governo maderista reprimiram o movimento com extrema violência, aniquilando os revoltosos.

Enquanto no campo os exércitos camponeses enfrentavam a repressão oficial, *nas cidades as massas populares organizavam-se em associações diversas*, das quais a mais importante foi a *Casa do Operário Mundial*, que teve grande influência na direção do movimento operário durante os anos iniciais da Revolução. As idéias anarquistas exerceram razoável influência sobre setores populares urbanos.

"Nós temos a convicção de que a liberdade política por si só é impotente para fazer a felicidade dos povos, e é por isso que tra-

balhamos com empenho para fazer entender ao povo que seu verdadeiro interesse é trabalhar pela liberdade econômica, que é a base de todas as liberdades (...)

Nosso objetivo é que a terra e os meios de produção caiam em poder de todos e cada um dos habitantes do México, sem distinção de sexo (...)

Não espereis nada de bom dos governos. Façamos justiça desconhecendo o direito de propriedade individual. Que tudo seja para todos (...)" (Ricardo Flores Magón. HERZOG, J. S., *op cit.*, volume I, p. 270 e segs.)

Sem dúvida, havia uma *revolução dentro da revolução.* Enquanto os diversos partidos burgueses lutavam pela hegemonia e o grupo maderista procurava esforçar-se, sem sucesso, para conseguir estabilidade interna, os setores populares, sobretudo os camponeses, avançavam nas suas lutas, forçando soluções econômicas e sociais mais radicais. A presença de um movimento camponês independente ameaçava não só a burguesia mexicana como também os interesses do imperialismo norte-americano.

C. OS ESTADOS UNIDOS E A REVOLUÇÃO

"Em geral, os círculos políticos e financeiros da América do Norte interessados no México não lamentaram a queda de Díaz, e Madero chegou a contar com uma certa simpatia ao ocupar o posto do velho líder octogenário (situação que não passou despercebida a certos jornais, que o acusaram de haver buscado a ajuda de Washington)." (MEYER, L., *México y Estados Unidos en el Conflicto Petrolero (1917-1942)*, El Colegio de México, p. 44.)

Entretanto, a *revolução social*, que avançava pelo interior do país, com os exércitos camponeses de Zapata e Orozco, *punha em perigo os interesses norte-americanos.* Para os grandes capitalistas e o governo dos Estados Unidos, na época sob a presidência do republicano William Taft, a mudança no governo mexicano deveria limitar-se unicamente a uma troca de homens.

Mas o alcance popular da Revolução surpreendera não só os Estados Unidos, como também o próprio governo Madero. Este, na medida em que se *indispôs com as forças populares* — que haviam sido o sustentáculo da sua vitória — *não conseguiu*, ao mesmo tempo, *o apoio dos setores reacionários* — grandes proprietários de terras, Igreja, burocracia e Exército (o mesmo da época porfirista) e, sobretudo, as forças externas — o grande capital e o governo norte-americano. Este último seria importante para a sustentação de um governo burguês no México, como era o de Madero.

A questão do petróleo teve influência para que o governo dos Estados Unidos apoiasse a contra-revolução interna. Justamente nos anos do governo Madero, a nascente indústria petrolífera mexicana tornou-se *fundamental para os Estados Unidos*, que então desenvolviam a sua *indústria automobilística*. "As terras petrolíferas do México para os mexicanos" era a palavra de ordem nacionalista que ameaçava os grandes interesses norte-americanos nessa área em que pretendiam expandir-se. No governo Díaz, havia praticamente isenção fiscal para as companhias norte-americanas que operavam no México. A *criação*, em 1912, de *um imposto de vinte centavos por tonelada de petróleo extraído*, para aliviar a difícil situação econômica do México, tendo em vista a crescente prosperidade do setor petrolífero, *acirrou os ânimos dos capitalistas norte-americanos.*

"Quando se tornou evidente que o movimento revolucionário não consistia somente em uma mudança de tipo político, superficial, de substituir uns governantes por outros, mas que pretendia reivindicações econômicas e sociais (Zapata, entre outros) e que o governo do senhor Madero, ainda que de tendências moderadas, não era um fácil instrumento para 'garantir' os grandes interesses dos investidores norte-americanos — Madero estabeleceu o primeiro imposto sobre o petróleo — o governo dos Estados Unidos (...) defensor incondicional dos grandes negócios, considerou que havia chegado a oportunidade de intervir nos assuntos do México, já que existia uma clara divisão entre as forças revolucionárias." (CECEÑA, J. L., *México en la Orbita Imperial*, Ediciones El Caballito, p. 104.)

Na embaixada dos Estados Unidos se tramou a deposição de Madero, mediante o chamado *Pacto da Embaixada*, em 1913. O *golpe de Estado*,

articulado pelos grandes industriais, banqueiros e comerciantes, com a *intervenção direta do Embaixador norte-americano*, utilizou-se do antigo exército porfirista. O presidente Madero e o vice-presidente Pino Suárez, feitos prisioneiros depois de renunciarem, foram mortos à traição.

As forças reacionárias conduziram ao poder o general Victoriano Huerta, para a satisfação do grande capital norte-americano.

"Viva Díaz! Viva Huerta!
Depois de um ano de anarquia,
um ditador militar vai bem no México."
(Notícia publicada na primeira página do *Mexican Herald*, de 19 de fevereiro de 1912, mesmo dia da renúncia de Madero. MEYER, L., *op. cit.*, p. 50.)

5. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

O golpe de Estado que derrubou o presidente Madero foi aprovado pela Igreja Católica, sobretudo o Alto Clero, pelos grandes industriais e comerciantes, e pelos banqueiros ingleses, interessados no petróleo e nas minas. Entretanto, a subida ao poder, em Washington, do democrata Woodrow Wilson *tornou precária a sustentação política do governo Huerta*. A nova política norte-americana com relação à América Latina tinha como objetivo formar nações democráticas no continente, segundo concepções norte-americanas. Na prática, a *Nova Liberdade* apregoada por Wilson tinha *evidentes contradições*, pois vários países latino-americanos, inclusive o México, continuaram a ser objeto de intervenções ou ocupação por parte das tropas norte-americanas.

A mudança da política externa dos Estados Unidos, influenciada pela situação internacional (tornava-se cada vez mais iminente um conflito entre os países imperialistas europeus), no caso do México traduziu-se pelo não-reconhecimento do governo Huerta. A atitude norte-americana repercutiu intensamente na economia mexicana, com a diminuição dos investimentos norte-americanos e a exigência de pagamento das dívidas contraídas pelos governos anteriores.

O governo Huerta procurou contrabalançar a hostilidade norte-americana *buscando o apoio da Inglaterra*, interessada no petróleo mexicano. Outros países europeus seguiram o exemplo inglês e, aos olhos dos Estados Unidos, o México ameaçava converter-se em um apêndice da Europa. A idéia da intervenção militar norte-americana no México, para derrubar a ditadura de Huerta, começou a tomar corpo entre os estrategistas do Departamento de Estado. No *plano interno*, crescia a oposição

ao regime por parte das forças democráticas — camponeses, operários, mineiros, pequenos agricultores e intelectuais da pequena burguesia.

No interior do país os conflitos eram bem mais agudos. No Norte e Nordeste, as forças camponesas de Pancho Villa incendiavam fazendas e aldeias enquanto o exército de Venustiano Carranza — este nomeado *Primeiro Chefe do Exército Constitucionalista* — declarava-se em rebelião contra Huerta. No Sul, Emiliano Zapata e seus guerrilheiros camponeses continuavam a lutar contra os donos de terras, saqueando as extensas fazendas de açúcar, milho e trigo, enquanto Álvaro Obregón liderava, no Noroeste, as forças hostis ao governo. Dir-se-ia que somente em 1913 começava a verdadeira Revolução Mexicana: "(...) os exércitos de vaqueiros e camponeses de Villa e Zapata desempenham um papel decisivo na derrota de Huerta e na destruição do aparato estatal porfiriano, que havia permanecido praticamente intacto sob Madero." (SEMO, E., *op. cit.*, p. 240.) A luta revolucionária entrava em uma etapa verdadeiramente violenta.

> "(...) O povo mexicano pode também estar certo de que não arriaremos nossa bandeira nem cessaremos um instante a luta até que, vitoriosos, possamos garantir com nossa própria cabeça o advento de uma era de paz que tenha por base a Justiça e como conseqüência a liberdade econômica (...)
>
> Reforma, Liberdade, Justiça e Lei." (Manifesto de Emiliano Zapata, 1913. HERZOG, J.S., *op. cit.*, volume II, pp. 120 e 122.)

Nos começos de 1914, as *forças constitucionalistas controlavam praticamente todo o México*, com exceção da região central e Veracruz, no litoral. Sob o pretexto de que pretendia o restabelecimento da ordem constitucional e a derrubada do general Huerta, *o governo norte-americano resolveu intervir no México*, o que "refletia a continuação da política de intromissão nos assuntos internos do país, em função da salvaguarda dos interesses monopolistas, no caso as companhias petrolíferas." (CECENA, J.L., *op. cit.*, p. 107.) *Marines* norte-americanos desembarcaram na zona petroleira de Tampico e em Veracruz.

As forças constitucionalistas, entretanto, vitoriosas, derrubaram o grupo huertista e formaram novo governo encabeçado pelo chefe revolucionário Venustiano Carranza. Em 1915, após o início da Primeira Guerra Mundial, os dirigentes norte-americanos reconheceram o novo governo mexicano, obrigando-o a proteger os interesses norte-americanos, assim como a indenizar os proprietários estrangeiros pelos prejuízos causados pela guerra civil.

Sem dúvida, o não-reconhecimento do governo de Huerta pelos Estados Unidos, o bloqueio do comércio e o fornecimento de armas aos elementos anti-huertistas favoreceram a derrubada do ditador; entretanto, o que mais contribuiu para a vitória dos constitucionalistas foram as *rebeliões camponesas.* A inexistência, contudo, de uma aliança entre a classe operária e as forças camponesas, assim como a ameaça constante representada pelo perigo de intervenção direta ou indireta dos Estados Unidos, influíram decisivamente nos rumos da Revolução. "Consciente ou inconscientemente, Woodrow Wilson propiciou não somente a vitória de Carranza, mas também da Standard Oil." (MEYER, L., *op. cit.*, p. 61.)

6. O PERÍODO CARRANCISTA

A. A LUTA DE FACÇÕES

Apoiado pelas forças constitucionalistas de Obregón, Venustiano Carranza foi elevado ao poder, enquanto *os camponeses de Villa, no Norte, e de Zapata, no Sul, continuavam a luta armada*, em defesa de suas reivindicações e da reforma agrária. "Carranza e o grupo que o rodeava se viram forçados a deixar de lado sua filosofia liberal do século XIX, e ir aceitando soluções mais radicais aos problemas que o país enfrentava; do contrário, não teriam obtido o apoio suficiente para enfrentar as facções dirigidas por Villa e Zapata, líderes mais populares. Foi este conflito, posterior ao desaparecimento de Huerta, que deu origem à realização de verdadeiras reformas sociais de que uma das conseqüências seria a modificação do papel que até esse momento havia desempenhado o capital estrangeiro, especialmente na agricultura e nos

hidrocarbonetos (...) Em uma série de compromissos que os carrancistas assinalaram como meta de sua luta, e junto ao problema agrário, trabalhista etc., se encontrava (...) a promessa de uma revisão nas leis petrolíferas." (MEYER, L., *op. cit.*, p. 62.)

Nas cidades, a *classe operária* encontrava-se *dividida*. Um setor bastante expressivo do operariado colocou-se ao lado do governo de Carranza, cujos representantes prometiam legislar a favor dos assalariados e dar facilidades para que estes se organizassem. Assim, foi firmado um acordo entre dirigentes da Casa do Operário Mundial e o grupo carrancista, pelo qual os operários comprometiam-se a *lutar contra os exércitos camponeses rebeldes* em apoio à causa constitucionalista. Durante quase todo o ano de 1915, os *Batalhões Vermelhos*, formados pelos operários, combateram, junto com as forças carrancistas comandadas por Obregón, os exércitos de Villa, obtendo vitórias decisivas. Entretanto, à medida que as vitórias contra os camponeses iam-se consolidando, o governo burguês de Carranza dissolvia os Batalhões Vermelhos, sem cumprir suas promessas. O descontentamento da classe operária, agravado pelo desemprego e pela alta taxa de inflação, manifestou-se na *greve geral* de 1916, que o *governo reprimiu violentamente*, impondo a pena de morte, suspendendo as atividades da Casa do Operário Mundial e expulsando do país os líderes operários de origem espanhola.

Entretanto, outros setores importantes da classe operária solidarizaram-se com os camponeses, sobretudo com o movimento zapatista, que no Estado de Morellos distribuía terras aos camponeses. "A classe operária não foi um aliado estável de Carranza em sua luta contra os camponeses armados, porém tampouco foi capaz de apoiar o campesinato e muito menos de colocar-se à sua cabeça. O proletariado possuía uma grande vitalidade, porém jamais conseguiu colocar uma alternativa à direção burguesa da Revolução. O questionamento mais sério da hegemonia burguesa proveio, não de suas fileiras, mas das do campesinato." (SEMO, E., *op. cit.*, pp. 238 e 239.)

A Revolução popular obrigou o governo a decretar uma série de medidas que regularam a distribuição das terras improdutivas, aboliram a *peonage* e melhoraram as condições de trabalho dos operários nas indústrias e protegeram a causa do sindicalismo.

Procurando não perder de todo o apoio dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, formar uma base social e política mais ampla, o governo Carranza tomou várias *medidas de cunho nacionalista*, sem deixar de fazer concessões aos trustes norte-americanos.

A questão nacional foi, por excelência, *a do petróleo*. Adotaram-se providências destinadas a aumentar a participação do Estado nos benefícios da exploração dos combustíveis minerais (impostos, permissões de perfuração, restrição à compra e venda dos terrenos petrolíferos etc.), e que levariam à *nacionalização do petróleo mexicano*.

> *Por todas as razões expostas, cremos justo restituir à Nação o que é seu, a riqueza do subsolo, o carvão de pedra e o petróleo (...)*
>
> (Informe da Comissão Técnica sobre a Nacionalização do Petróleo, 1916)

O intervencionismo norte-americano novamente manifestou-se em duas oportunidades. Na região de Veracruz — de 1914 até 1920 — a rica zona petrolífera, com exceção dos portos, permaneceu sob o controle das companhias petrolíferas estrangeiras, protegidas por um exército mercenário mexicano, a pretexto de que o governo pretendia entregar o petróleo aos alemães, contra os quais os Aliados lutavam na Primeira Guerra Mundial.

Em 1916, tropas norte-americanas invadiram as fronteiras mexicanas, reagindo à incursão do exército de Pancho Villa sobre território dos Estados Unidos. Até 1917, os soldados norte-americanos moveram uma incansável e infrutífera caçada aos grupos guerrilheiros.

B. A CONSTITUIÇÃO DE 1917

As dificuldades em que se via envolvido o governo Carranza provocaram a convocação de uma Convenção Constituinte, em Querétaro, no final de 1916, para o qual só eram elegíveis os *constitucionalistas* (partidários de Carranza), excluídos os elementos do clero e os latifundiários,

assim como os adeptos de Zapata e Villa. "O conteúdo nacionalista, popular e antilatifundista da Carta Magna de 1917, que a colocou sem dúvida numa posição avançada no mundo, só foi possível pela luta dos camponeses, operários e burguesia nacional progressista e pela conjuntura que apresentou a luta das grandes potências na Primeira Guerra Mundial de 1914-1918." (CECEÑA, J.L., *op. cit.*, p. 110.)

Inspirada em parte nos modelos norte-americano e francês, a *Constituição mexicana de 1917* reafirmava os princípios do governo representativo, a divisão de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), decretava a integração local dos governos estaduais e municipais e garantia a segurança do indivíduo e da propriedade, porém estabelecia que o *bem comum* era *superior aos direitos do indivíduo*. Um dos seus artigos mais avançados e polêmicos era o que *regulava o direito de propriedade do Estado sobre as terras e águas e as riquezas do subsolo*, que estavam sob controle dos monopólios estrangeiros, sobretudo norte-americanos.

"Artigo 27. A propriedade das terras e águas compreendidas dentro dos limites do território nacional corresponde originariamente à Nação, a qual tem o direito de transmitir o domínio delas a particulares, constituindo a propriedade privada (...)

A Nação terá todo o tempo o direito de impor sobre a propriedade privada as modalidades que requeira o interesse público (...) para fazer uma distribuição eqüitativa da riqueza pública e cuidar da sua conservação. Com este objetivo se farão as medidas necessárias para a divisão dos latifundiários; para o desenvolvimento da pequena propriedade; para a criação de novos centros de povoamento agrícola com as terras e águas que lhes sejam indispensáveis; (...)

Corresponde à Nação o domínio direto de todos os minerais ou substâncias [do subsolo]; (...) os combustíveis minerais sólidos; o petróleo (...)" (Constituição mexicana de 1917. HERZOG, J.S., *op. cit.*, volume II, pp. 322 e 324.)

A Constituição também incluía *importantes disposições trabalhistas*: jornada de oito horas, fixação do salário mínimo, pagamento igual por

trabalho igual, regulamentação do trabalho de mulheres e de crianças, fixação das responsabilidades do empregador sobre os acidentes do trabalho, livre organização dos trabalhadores em associações, negociações coletivas, direito de greve etc. Além disso, nacionalizou os bens da Igreja, e restringiu as atividades dos sacerdotes às estritamente religiosas.

"A Constituição de 1917, aclamada com regozijo pelos revolucionários que haviam seguido Madero, Zapata e Obregón, era uma declaração de guerra ao clero, aos fazendeiros e aos patrões. Também era uma advertência aos Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros Estados estrangeiros, que exploravam a terra, os poços petrolíferos e as minas mexicanas. Suas audaciosas decisões exerceram profunda influência sobre Contituições posteriores no Chile, Colômbia, Bolívia e outras repúblicas." (HERRING, H., *op. cit.*, tomo I, pp. 397 e 398.)

A partir da promulgação da Constituição de 1917, aumentaram as pressões por parte do governo norte-americano, dos grupos monopolistas estrangeiros (companhias de petróleo), dos latifundiários e do clero contra o governo nacionalista de Carranza. Em 1919, depois do assassinato do líder agrarista Emiliano Zapata, cresceu a insatisfação camponesa, ao mesmo tempo em que os trabalhadores urbanos tornavam-se cada vez mais exigentes, em defesa de suas reivindicações. Perdendo o apoio das forças ligadas a Obregón, e forçado a pagar as dívidas externas, por obra e graça do *Comitê Internacional de Banqueiros com Negócios no México* — integrado por grandes financistas norte-americanos (Grupo Morgan), ingleses e franceses —, o governo Carranza chegou ao fim, derrotado pelo movimento militar de Agua Prieta. O presidente deposto foi assassinado, quando deixava o país. Alguns autores consideram, com a queda de Carranza e a *eleição do general Álvaro Obregón à presidência, em 1920*, terminada a *primeira fase da Revolução Mexicana* e o *início da Reconstrução Nacional.*

7. O MÉXICO NA ENCRUZILHADA

Uma das primeiras medidas do governo Obregón (1920-1924) foi *regulamentar o pagamento da dívida externa*, a maior parte da qual pro-

vinha de empréstimos contraídos por governantes anteriores à Revolução. A situação econômica do país nesse período era particularmente difícil. O México pouco se beneficiou da grande procura de matérias-primas originada pela Primeira Guerra Mundial. Devido às lutas internas da década revolucionária, importantes setores da economia estavam destruídos ou paralisados, a inflação era galopante e cresciam as despesas com a aplicação da reforma agrária. *Não havia um só setor da economia que não estivesse dominado pelo capital estrangeiro.*

Para fazer face à difícil situação econômica e enfrentar as pressões do capitalismo internacional, o governo Obregón viu-se na contingência de iniciar a nacionalização de algumas das principais empresas estrangeiras. "Em essência se trata de um reformismo burguês cauteloso, lento e vacilante. Sua principal preocupação é evitar toda medida radical, todo enfrentamento aberto com as forças conservadoras, que permita uma intervenção popular cujos desdobramentos ponham em perigo sua hegemonia. Dessa maneira, progrediu o capitalismo, a um ritmo doloroso, pleno de retrocessos, avanços e novos retrocessos." (SEMO, E., *op. cit.*, p. 225.)

Para realizar a sua política econômica, o governo Obregón contava com três grandes *aliados:* o *Exército*, o *sindicalismo organizado* e os *reformadores agrários.* Aumentando o número de generais e diminuindo o de soldados, e distribuindo benefícios à alta oficialidade, o governo manteve o Exército sob controle. O movimento operário, que começava a desempenhar um papel político importante, foi organizado sob a poderosa Confederação Regional Operária Mexicana (CROM), onde acabou se destacando o *pelego sindical* (dirigente que se coloca como representante da sua categoria profissional, embora, na verdade, fique a serviço dos interesses patronais ou do governo), que serviria de modelo para outros falsos dirigentes no sindicalismo latino-americano.

Em várias cidades importantes, multiplicaram-se as greves e outras ações, que jogaram um papel decisivo na luta contra a oligarquia aliada ao imperialismo. Quanto aos camponeses, cuja resistência havia sofrido um rude golpe com a morte de Zapata, de Villa e de outros líderes importantes, o governo mostrou-se conciliador, realizando parcialmente uma reforma agrária, a qual, todavia, não foi suficiente para fazer ces-

sar a luta em vários pontos do país, exigindo a aceleração da distribuição de terras.

Na *oposição ao governo*, atuavam, internamente, duas grandes forças: a *oligarquia agrária* e a *Igreja*. A política oligárquica opunha-se à Constituição de 1917 e ao programa de reformas do governo; baseada na propriedade da terra e associada aos setores industriais e financeiros, e ao capital estrangeiro, a oligarquia mexicana tentava preservar o domínio monopolista do país. O Alto Clero católico, por sua vez, desde a subida de Obregón ao poder, manifestou-se abertamente antigovernista, na medida em que os artigos anticlericais da Constituição e a expansão do ensino público, ministrado por leigos, prejudicavam os seus interesses.

A despeito de sua fraseologia revolucionária e antiimperialista, o governo Obregón não deixou de realizar esforços para recuperar a confiança dos banqueiros internacionais, sobretudo norte-americanos, a fim de aumentar o afluxo de capitais de que o México necessitava para dar início à chamada *etapa da Reconstrução*. "Ao principiar a década de 1920, a estabilidade política do México era precária. (...) [o grupo de Obregón] teve que fazer importantes concessões aos interesses norte-americanos para impedir uma confrontação direta com a maior potência mundial ou que seus rivais encontrassem apoio em Washington." (MEYER, L., *op. cit.*, p. 107.)

Essas concessões se fizeram em troca do *reconhecimento do governo de Obregón por parte dos Estados Unidos*. Em 1922, o México obrigou-se a *reconhecer uma vultosa dívida externa* e se comprometeu a pagá-la a peso de ouro. Para os grandes capitalistas de Nova Iorque, o principal motivo da questão não estava no pagamento da dívida, mas nas leis que ameaçavam os direitos de propriedade das companhias petrolíferas e das empresas norte-americanas. Assim, em 1923, realizaram-se as *Conferências de Bucarelli*, obrigando-se o governo mexicano a aceitar que o *Artigo 27 da Constituição* (que dispunha sobre a nacionalização do petróleo) *não teria efeito retroativo*, e se comprometendo a indenizar pelo valor real os bens de estrangeiros expropriados pelo Estado.

"O parágrafo IV do Artigo 27 da Constituição atual não pode estimar-se retroativo nem por sua letra nem por seu espírito, pois não viola direitos adquiridos (...) Este preceito estabelece naciona-

> lização do petróleo e seus derivados, porém respeitando os direitos adquiridos legitimamente antes de 1 de maio de 1917." (Citação de uma decisão da Suprema Corte. SEMO, E., *op. cit.*, p. 268.)

"Com estas concessões, o governo norte-americano conseguia anular os efeitos da aplicação do Artigo 27, protegendo os interesses das companhias de mineração e de petróleo que haviam obtido a propriedade do solo e do subsolo na época do governo de Porfírio Díaz, e conseguia também frear a Reforma Agrária e a política de nacionalizações da Revolução, já que se estabelecia nas Conferências de Bucarelli que isso teria que se fazer com pagamento em dinheiro, de maneira imediata e ao valor real dos bens expropriados. É certo que da parte do governo de Obregón se conseguiu que não se firmasse o Tratado de Amizade e Comércio proposto pelos norte-americanos [1921], que equivalia à famosa e ignominiosa Emenda Platt imposta a Cuba, e que as reclamações que não fossem resolvidas entre os dois países seriam submetidas à arbitragem internacional." (CECEÑA, J.L., *op. cit.*, p. 115.)

Ao se aproximarem as eleições de 1924, acentuaram-se as *divisões entre as forças políticas.* De um lado, as correntes reformadoras burguesas, sustentadas pelos líderes reformistas da CROM e pelos agraristas, que apoiavam Obregón e seu candidato, Plutarco Elías Calles. De outro, os generais influentes, o clero e as diversas facções anticalistas, que escolheram o ministro das Finanças, Adolfo de la Huerta, como candidato independente, provocando, assim, uma cisão no próprio grupo dirigente. A luta eleitoral logo tomou a forma de uma *rebelião armada* (1923), que o governo conseguiu derrotar com o auxílio dos Estados Unidos.

> "Sem desmerecer os méritos estratégicos do Presidente Obregón (...) temos que reconhecer que contribuíram para a vitória do governo — e que tal contribuição foi conseqüência das Conferências de Bucarelli — os fatos de que, restabelecida a amizade com o governo dos Estados Unidos, este haja vendido àquele armas e munições e fechado as fronteiras aos rebeldes." (Declaração de Alberto Pani, ministro das Finanças. SEMO, E., *op. cit.*, p. 273.)

A despeito do "restabelecimento da amizade com o governo dos Estados Unidos", o governo Obregón foi obrigado a *suspender temporariamente o pagamento da dívida*, devido aos gastos militares com a rebelião de 1923, à crise fazendária e à intransigência da comissão de banqueiros e das companhias petrolíferas em conceder o empréstimo necessário para equilibrar a economia mexicana.

8. AMIGOS, AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE

Vitorioso nas eleições, e dizendo-se herdeiro de Zapata, Plutarco Elías Calles subiu ao poder. Em seu governo (1924-1928) realizou-se uma política que a princípio *contrariou os interesses dos grandes proprietários de terras, dos industriais, da Igreja e das companhias petrolíferas.*

Foram expropriadas algumas parcelas de terras das grandes fazendas, distribuídas às aldeias como propriedade comunal. A classe operária, apesar de estar controlada pelo Estado através da CROM, pôde beneficiar-se do paternalismo governamental, conquistando direitos de organização e de greve, melhores salários e maior segurança contra os acidentes de trabalho. Os conflitos com a Igreja culminaram, em 1926, em uma verdadeira *guerra*. Um grupo de católicos conservadores, reunidos sob o nome de *cristeros*, realizou uma série de atos terroristas nas aldeias, incluindo incêndios de escolas públicas e assassinatos.

A situação interna do México serviu mais uma vez de pretexto para os ataques das companhias petrolíferas, e renovaram-se as ameaças de intervenção por parte dos Estados Unidos, que se viam atingidos pela política agrária e de nacionalizações do governo Calles. Habilmente, a diplomacia norte-americana empreendeu nova orientação, conseguindo a gradual diminuição do programa agrário e a garantia de que não seriam nacionalizadas as companhias petrolíferas que atuassem no México desde antes de 1917.

Mesmo após ter deixado o governo, Calles exerceu forte influência política sobre seus sucessores. Nessa época, fundou-se o *Partido Nacional Revolucionário*, visando institucionalizar a Revolução.

O atual regime tem sido o mais amigável com os Estados Unidos desde os tempos de Porfírio Díaz (...)

(Herbert Hoover, presidente dos Estados Unidos, 1929)

A Crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos, e a Grande Depressão da década de 1930 atingiram todo o mundo capitalista, não sendo o México exceção. Nesse país, as companhias petrolíferas evitaram aumentar a produção, assim contrariando as expectativas do governo mexicano, que pretendia aumentar sua receita. *Foi*, então, *criada a PETROMEX*, empresa de economia mista, visando sustentar uma *indústria petrolífera genuinamente nacional*. A escassez de capitais mexicanos, porém, impediu que a solução do problema do petróleo tivesse resultados satisfatórios.

Ao terminar a chamada *Era de Calles* (1924-1934), marcada, em linhas gerais, pelo *conservadorismo*, a insatisfação dos camponeses e dos operários era evidente: praticamente paralisara-se o programa de reformas. O povo mexicano aguardava com grande expectativa a subida ao poder do novo candidato do Partido Nacional Revolucionário: o general Lázaro Cárdenas.

9. O POPULISMO NO MÉXICO

O novo dirigente procurou libertar-se da tutela que o grupo de Calles conservara sobre os presidentes anteriores. Com esse objetivo, buscou o *apoio do Exército, da classe operária e dos camponeses*, através do afastamento dos partidários de Calles das Forças Armadas e dos órgãos públicos, e da aliança com a CTM (Confederação dos Trabalhadores Mexicanos) e com a CNC (Confederação Nacional Camponesa).

Em 1935, o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940) contava com um poder próprio. Pôde, assim, empreender a modernização da economia, com o desenvolvimento do setor agrícola e de uma indústria nacional, ao mesmo tempo em que reabriu o conflito com o imperialismo — que, desde 1928, estivera abafado, em virtude dos acordos do grupo de

Calles com os grandes capitalistas norte-americanos. Seguindo as determinações do *Plano Sexenal*, o governo tratou de nacionalizar, ou colocar sob controle nacional, os setores básicos da economia: *era a mexicanização da economia*, sonhada pela burguesia industrial.

O primeiro ponto de atrito entre a política de Cárdenas e os Estados Unidos foi a *questão agrária*, pois grandes extensões rurais se encontravam em poder de proprietários norte-americanos. O *ejido* foi escolhido como a forma ideal de propriedade rural, e cerca da metade das terras cultiváveis do México foi entregue aos camponeses. "A política nacionalista do General Cárdenas se estendeu também à propriedade agrária, resgatando-se para a Nação grandes latifúndios que se encontravam sob o controle de interesses norte-americanos, especialmente nas regiões do Norte do país." (CECEÑA, J.L., *op. cit.*, p. 124.) A *nacionalização das ferrovias e o estímulo à industrialização do país* constituíram outras importantes realizações do período.

A *estatização do petróleo* foi a etapa mais crucial da política de nacionalizações efetuada pelo governo Cárdenas. Dois grandes monopólios controlavam a exploração do petróleo mexicano: a Royal Dutch-Shell (empresa anglo-holandesa), através da Cía. Mexicana de Petróleo El Aquilla, e a Standard Oil de Nova Jersey, por intermédio da Huasteca Petroleum Co. Após uma vitoriosa greve dos trabalhadores dos campos petrolíferos, o governo decretou, em 1938, a *expropriação dos bens das companhias petrolíferas*, importante vitória popular sobre as potências imperialistas. Não só a situação interna do México favoreceu essa medida — era intensa a mobilização em torno do programa nacionalista —, como também a conjuntura internacional: a ameaça de nova guerra mundial e a Política da Boa Vizinhança do presidente Roosevelt, que não queria perder um aliado potencial, pois o governo mexicano vinha aumentando suas relações comerciais com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). "O momento histórico em que se fortaleceu o nacionalismo mexicano como sentimento do próprio valor da Nação corresponde ao da expropriação petroleira (...)" (RONDERO, J., "Características del Nacionalismo". MEYER, L., *op. cit.*, p. 223.)

Uma *reforma educacional* estabeleceu a gratuidade do ensino primário e do secundário, a fundação de escolas técnicas e a orientação leiga da educação.

Com exceção de uma minoria formada por setores militares, burocráticos e algumas organizações fascistas, praticamente todos os setores da sociedade mexicana apoiaram o programa de reformas e de nacionalizações da presidência de Cárdenas. Em 1937, surgiu importante partido de oposição: a *União Nacional Sinarquista*, ou *Sinarquismo*, que se propunha a defender as conquistas sociais da Revolução, combater a influência norte-americana no país e defender a unidade religiosa e espiritual da sociedade. O movimento popular conheceu um período de ascensão jamais experimentado desde o fim do governo Calles.

O Estado passou a intervir na economia e nas relações entre o capital e o trabalho, tornando-se uma espécie de árbitro das questões trabalhistas. Era mais uma *demonstração do Populismo do governo Cárdenas*: o Estado como protetor dos setores populares, além de pregar uma política reformista e de conciliação das classes urbanas. O discurso populista era violentamente nacionalista, apontando como inimigo externo o imperialismo norte-americano, aliado à oligarquia agrária mexicana. A nova central sindical — a CTM — inspirava-se no Comitê para Organização Industrial (CIO), a segunda grande entidade sindical dos Estados Unidos, e possuía idéias socializantes.

O partido oficial foi reestruturado, tomando a denominação de *Partido da Revolução Mexicana* (PRM), e se transformando em 1946 em Partido Revolucionário Institucional (PRI). Contava com quatro setores — militar, operário, camponês e popular — e incluía na sua declaração de princípios a *preparação do país para uma democracia do trabalhador, que por sua vez desembocaria em um regime socialista*, o que na realidade não aconteceu.

Aos *camponeses* foram distribuídas *duas vezes mais terras* do que o total repartido até 1934, embora cerca de metade da população ainda continuasse trabalhando nos latifúndios. O próprio setor empresarial apoiou as nacionalizações, e a Igreja fixou uma nova posição frente ao Estado, favorável às reformas governamentais.

Praticando uma política populista, o governo Cárdenas, do mesmo modo que todos os governos da Revolução, manteve-se nos limites da *democracia burguesa*. Apesar da declaração de princípios do PRM, o México jamais teve um governo dos trabalhadores ou uma democracia

popular. Na verdade, *nenhuma das direções burguesas da Revolução conseguira frear o movimento Popular*. Se não houvesse ocorrido no México um intenso processo de luta de classes, jamais Cárdenas teria chegado ao poder. Uma vez no governo, o setor burguês que apoiara Cárdenas tratou de se livrar dos elementos reacionários — os partidários de Calles, que, desde 1928, romperam abertamente com as classes populares — e de modernizar e mexicanizar a economia do país.

Ao mesmo tempo, a classe operária beneficiou-se com as melhores condições para o avanço das massas. Entretanto, o *movimento popular* estava *atrelado ao Estado*, que procurava manter o equilíbrio entre patrões e operários e realizara uma reforma agrária sem abandonar o capitalismo. Assim, o *movimento de massas teve de apoiar-se em instituições do Estado burguês* — o Executivo, o PRM, o exército, os tribunais —, em contradição com os poderes populares.

Com o fim do governo Cárdenas, a *ofensiva popular*, que *ameaçava a ordem estabelecida*, levou a burguesia mexicana a se unificar e a *cooperar com os Estados Unidos*, marcando um desvio radical no curso da Revolução Mexicana, cujas diretrizes se tornaram cada vez mais conservadoras.

10. A "DITADURA PERFEITA"

Apesar da reforma agrária, realizada sobretudo nos anos do governo Cárdenas, *a questão da terra ainda é muito grave*. Em 1970, existiam no México cerca de 12 mil latifúndios, abrangendo 35% das terras cultiváveis, e quatro milhões de camponeses sem-terras. Foi justamente nesta época que se intensificou o movimento de guerrilhas, só enfraquecido no final da década. Na guerrilha rural sobressaiu o *Partido dos Pobres*, chefiado pelo socialista Lúcio Cabanas Barrientos e realizando ações no Sul do país, no mesmo cenário em que, meio século antes, haviam lutado Zapata e seu exército camponês.

Entre os grupos revolucionários urbanos, *destacou-se a Liga Comunista 23 de Setembro*, formada por várias organizações integradas principalmente por jovens estudantes universitários. Tendo como modelo a

Revolução Chinesa e a Revolução Cubana, esses grupos pretendiam um regime socialista para o México, prosseguindo a abortada Revolução de 1910.

Mas os tempos eram outros, e os governantes mexicanos, apesar de eleitos por um partido que se autodenominava revolucionário, reprimiram violentamente novas tentativas revolucionárias.

"Existem camponeses que ocupam terras e exigem igualdade de riquezas, e os trabalhadores e os estudantes não estão satisfeitos com a política governamental. É difícil acreditar que nesse país, em desenvolvimento econômico e industrial, se desenvolva também a democracia." (Trecho de artigo do jornal suíço *Der Bund*, em 1979. BERARDO, J.B., *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*, Edições Populares, p. 343.)

O PRI, sempre vitorioso nas eleições, passou a exercer incontestável hegemonia na vida política do país, inaugurando a chamada *Era da Democracia Dirigida*. Através da poderosa máquina governamental, da enorme burocracia sindical e administrativa, de fraudes eleitorais, da aberta corrupção e de todo o sistemático combate a qualquer forma de oposição, a oligarquia dirigente vem manipulando invariavelmente as eleições e o processo político em geral.

O final da década de 1980, entretanto, mostrou que o *predomínio absoluto do PRI parecia estar chegando ao fim*. Em 1988, na eleição presidencial mais disputada nos últimos 60 anos, o candidato oficial, Carlos Salinas de Gortari, foi o vencedor com pouco mais de 50% dos votos — o que foi, no mínimo, preocupante para o PRI, acostumado a obter cerca de dois terços dos sufrágios. Esta situação resultava da crise econômica dos últimos anos, das transformações delas decorrentes e do desgaste do PRI. Em manifestações diversas, o povo mexicano tem-se mostrado a favor de uma democracia mais participativa e de um regime efetivamente pluripartidário.

O novo governo comprometeu-se a combater a corrupção e melhorar o sistema eleitoral, aperfeiçoando o regime democrático mexicano.

Promessas puramente demagógicas, porque o escritor peruano Mario Vargas Llosa, em agosto de 1990, definiu o sistema político mexicano como uma *ditadura perfeita*.

"Espero não parecer demasiado deselegante no que vou dizer. Eu me lembro de já ter pensado várias vezes o caso mexicano com a seguinte fórmula: a ditadura perfeita não é o comunismo, não é a União Soviética, não é Fidel Castro. É o México. O México tem todas as características de uma ditadura: a permanência, não de um homem, mas de um partido. Um partido que é inamovível, um partido que concede espaço à crítica na medida em que esta lhe serve, porque confirma que é um país democrático, mas que suprime por todos os meios, inclusive os piores, aquela crítica que de alguma maneira põe em perigo sua permanência no poder." (Declaração de Mario Vargas Llosa. FUSER, IGOR, *México em transe*, São Paulo, Editora Página Aberta, 1995, pp. 13 e 14).

Realmente, durante a presidência de Gortari prosseguiram os assassinatos de opositores políticos, as denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, o emprego endêmico da tortura, a dissolução de manifestações mediante a violência política, a violação sistemática dos direitos humanos. Segundo denúncia do *Partido da Revolução Democrática (PRD)* foram assassinados 250 de seus militantes, sem que se punissem os culpados. Raul Salinas, irmão do presidente, foi apontado como responsável por misteriosos assassinatos políticos e outros crimes.

Dispondo de maioria parlamentar, Gortari conseguiu aprovar reformas na Constituição de 1917, tendo, assim, liberdade para *privatizar a maioria das empresas estatais* e vender os *ejidos* (comunidades agrícolas onde viviam cerca de três milhões de famílias).

Obedecendo a diretrizes neoliberais e do FMI, o governo adotou medidas elevando os juros bancários, visando atrair capitais estrangeiros. Além disso, baixou impostos alfandegários de importação facilitando a entrada de produtos estrangeiros.

Coroando seu programa governamental, assinou, em 1993, com os

Estados Unidos e México o *Acordo do Livre-Comércio para a América do Norte (NAFTA).*

Ao concluir seu mandato, era violento o déficit comercial, o fechamento de empresas nacionais, e avultado o desemprego. Mesmo assim, conseguiu eleger Ernesto Zedillo seu sucessor, cuja vitória sobre Cuauhtémoc Cárdenas, candidato do PRD, foi possível devido a fraudes eleitorais e violências políticas.

O governo Zedillo encontrou o país mergulhado em grave crise econômica e financeira. Para combatê-la, lançou mão de um programa de austeridade que acabou recaindo principalmente sobre as camadas médias e pobres da população. Ao mesmo tempo, recorreu a empréstimos de milhões de dólares dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Entretanto, essas medidas não foram suficientes para vencer a *recessão econômica* — ao contrário, agravou-a. Para atenuar a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o governo estabeleceu um reajuste de salário mínimo e a livre negociação entre patrões e empregados, a manutenção de subsídios para os gêneros de primeira necessidade e de uma renda mínima para os trabalhadores rurais.

A crise econômica agravou-se ainda mais com a desvalorização do peso. O México perdeu bilhões de dólares em divisas, em meio à crise que recebeu o nome de *Efeito Tequila*, uma referência à tradicional bebida mexicana.

A continuação da política de privatização de empresas estatais e de abertura ao comércio internacional enfraqueceu ainda mais a já debilitada economia mexicana. Grupos esquerdistas promoveram, com apoio da população, movimentos de protesto na cidade e no campo. O mais importante foi a guerrilha do *Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)*, ocorrida desde 1994, *no Estado de Chiapas*, no sul do país. Devido à repercussão internacional e às pressões populares, o governo viu-se obrigado a negociar com os rebeldes. Nova guerrilha surgiu ao norte: o *Exército Popular Revolucionário (EPR)*, concentrado no estado de Guerrero, desde 1996. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as ações de grupos paramilitares contra camponeses e indígenas suspeitos de ligações com os guerrilheiros.

No campo institucional, o Partido de Ação Nacional e o Partido Revolucionário Democrático continuaram a fazer oposição ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governa o México há quase 70 anos.

O Natal de 1997 no México foi marcado pelo massacre de 45 camponeses indígenas, em sua maioria mulheres e crianças, em um povoado de Chiapas. A ação, condenada pelo resto do mundo, foi atribuída a grupos armados pelo próprio governo.

"A alegria destas festas natalinas foi turvada por um cruel episódio ocorrido em uma igreja da diocese de San Cristóbal de las Casas, no México. Várias pessoas que rezavam foram assassinadas às vésperas do Natal. Com o ânimo profundamente atormentado, peço pelas vítimas e imploro a Deus que console os parentes e a comunidade católica, que já sofreram tantas adversidades." (Papa João Paulo II em mensagem a uma multidão de fiéis, em Castelgandolfo. *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1997).

Até quando se sustentará a *ditadura perfeita*?

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Caracterizar o período da ditadura de Díaz, especificando suas alianças internas e externas.
2. Analisar a frase citada no texto: "Os mexicanos (...) eram efetivamente estrangeiros em sua própria terra."
3. Assinalar a importância do Plano de São Luís Potosí.
4. Caracterizar política e ideologicamente a participação dos camponeses na Revolução Mexicana.
5. Explicar a crise política do governo Madero, observando as questões socioeconômicas do México depois da queda da ditadura de Díaz.
6. Apontar as dificuldades encontradas pelo México no início da etapa da Reconstrução.

7. Caracterizar a chamada Era de Calles (1924-1934) no que diz respeito às relações com as classes trabalhadoras e com o Estados Unidos.

8. Assinalar as principais realizações econômicas do governo Cárdenas.

9. Explicar a correlação de forças sociais no período de Cárdenas.

10. Situar a Revolução Mexicana no âmbito das revoluções democrático-burguesas.

11. Por que a denominação *ditadura perfeita*?

12. Indicar quatro realizações econômicas do governo Gortari.

13. Principais conseqüências das diretrizes neoliberais do governo Gortari.

14. Caracterizar as organizações revolucionárias do México atual.

15. Explicar o *Efeito Tequila*.

UNIDADE V — NÃO TEMOS OUTRA BANDEIRA, SENÃO A DA PÁTRIA E DE PERÓN

A Argentina e o Peronismo

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Desde fins do século XIX a sociedade argentina sofreu modificações socioeconômicas que abalaram o predomínio mantido pelos setores rurais vinculados à criação do gado, à produção de cereais e à exportação de produtos agropecuários.

Essas mudanças ligavam-se à *chegada de numerosos emigrantes europeus*, sobretudo italianos, que engrossavam um proletariado desenvolvido com a construção de ferrovias, a melhoria das instalações portuárias e o início da industrialização. Os novos setores sociais emergentes (pequena burguesia e proletariado) dissociaram-se, então, das oligarquias tradicionais e se reuniram na *União Cívica Radical (UCR)* e no *Partido Socialista*, este sob a inspiração de Juan B. Justo.

O movimento popular crescia gradualmente, sendo intensa a mobilização operária em favor de melhores salários e mais empregos, manifestada nas greves de 1909 e 1910. Em conseqüência dos novos tempos que se anunciavam, Roque Sáenz Peña (1910-1914) — representante do setor mais progressista da velha oligarquia — sancionou a lei eleitoral

(Lei Sáenz Peña) que estabelecia *voto secreto e obrigatório*, do que se aproveitou a UCR para chegar ao poder, através de Hipólito Yrigoyen (1916-1922).

Em seu projeto de governo, Yrigoyen baseou-se no nacionalismo econômico, o que, de certa forma, conflitava com os interesses dos setores oligárquicos. *Aprovaram-se leis sociais*, visando a melhorar as condições de trabalho e salário; a indústria e a agricultura se beneficiaram através da expansão do crédito bancário; o patrimônio nacional foi fortalecido com a criação da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, empresa encarregada da exploração do petróleo argentino. Além de defender as riquezas nacionais, o governo Yrigoyen procurou conter a prepotência dos grupos econômicos estrangeiros que atuavam no país.

"Pouco depois de iniciada a presidência de Yrigoyen, estalou a Revolução Socialista na Rússia; as vagas aspirações revolucionárias de parte do proletariado incendiaram-se ante a perspectiva de uma transformação mundial das relações entre o capital e o trabalho. As greves explodiam com mais freqüência e maior intensidade, não só porque alguns grupos mais politizados esperavam desencadear a revolução, mas também porque, efetivamente, crescia o desemprego à medida que se retraía a indústria de emergência desenvolvida durante a guerra, aumentavam os preços e diminuíam os salários reais." (ROMERO, J. L., *op. cit.*, p. 73.) Já em 1921 foi fundado o Partido Comunista Argentino, cujo número de militantes tendeu a crescer.

Com uma política contraditória no campo social e ineficaz economicamente, Yrigoyen terminou seu primeiro governo. Apesar de tudo, alcançou grande popularidade, graças à sua imagem de adversário das oligarquias e defensor dos grupos marginalizados. O prestígio político da União Cívica Radical era tanto que conseguiu eleger o novo presidente, Marcelo Alvear (1922-1928), e se manter no poder, novamente através de Hipólito Yrigoyen (1928), cujo governo desta feita sofreu os *efeitos da Crise de 1929*, iniciada nos Estados Unidos e atingindo todos os países integrados ao sistema capitalista. Além disso, o *fascismo* começava a conquistar *adeptos entre as classes conservadoras e o Exército*, que viam no modelo italiano a solução para os graves problemas do país.

Liderado pelo general José Félix Uriburu, antigo deputado conservador, convertido ao fascismo, processou-se um *golpe de Estado* que

depôs Yrigoyen e estabeleceu a República Conservadora (1930-1943), aberta de par em par aos interesses estrangeiros. "O Exército, como instituição, intervém na vida pública em nome de um nacionalismo mítico e de supostos valores morais e cristãos, com o fito de restabelecer a 'ordem', a serviço das classes dominantes." (SOTELO, I., *Sociologia da América Latina*, Palas S.A. Editora e Distribuidora, pp. 222 e 223.)

2. A DÉCADA INFAME (1930-1943)

Os quatorze anos de governo da União Cívica Radical, favoráveis à livre expressão dos grupos que coexistiam na sociedade argentina, haviam descaracterizado o velho país comandado pela oligarquia rural. Pouco a pouco, formara-se uma pequena burguesia, constituída de pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais, que se impunha cada vez mais. Eram precisamente estes setores os que haviam ascendido naquele período que propunham uma nova orientação à vida do país.

A. A REPÚBLICA CONSERVADORA

Com a conquista do poder, após o golpe militar, os grupos *nacionalistas*, como se proclamavam *os defensores do corporativismo*, aglutinaram-se na Legião Cívica Argentina, organização paramilitar fascista cujos membros recebiam treinamento militar nos quartéis do Exército. Ao mesmo tempo, o governo iniciou uma política que ia desde o veto a candidatos da oposição até a fraude eleitoral, chamada de *fraude patriótica*, com isso se mantendo no poder. Ante a indignação geral que essas medidas provocaram, os detentores do poder responderam com prisões e torturas de políticos, operários e estudantes. A partir de então, sucederam-se os *governos conservadores*, que rapidamente reajustaram a economia nacional no sentido de servir aos interesses dos grandes produtores rurais.

A situação tornou-se crítica, quando, em 1932, a Inglaterra resolveu, na Conferência de Ottawa, dar preferência a seus próprios produtos, o que ameaçava diretamente as exportações argentinas; "mas os

governantes conservadores (...) atenuaram o mau momento a seu modo, ajustando (...) os laços que nos ligavam aos interesses britânicos. Era lógico: eles representavam os criadores de gado importantes, aqueles que trabalhavam em virtual sociedade com os frigoríficos ingleses, e, por conseguinte, qualquer solução para um país agropecuário como era o nosso teria de passar pelo meridiano de suas próprias soluções setoriais. Esse foi o sentido do *Pacto Roca-Runciman* (1933)". (LUNA, F., *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*, Editora Civilização Brasileira, p. 9.) Por esse tratado, a carne e o trigo da Argentina teriam livre entrada no mercado inglês; em troca, os produtos fabris ingleses teriam isenção alfandegária para entrarem nos portos argentinos. *Consolidava-se o modelo capitalista agrário-exportador.*

Entre outras vantagens concedidas à Inglaterra, destacou-se a concessão do monopólio para exploração dos transportes na capital argentina, afastando a concorrência do capital norte-americano, que na época intensificava sua penetração na América Latina. Medidas adotadas pelo *Estado*, a partir daí, alteraram substancialmente a organização da economia nacional, em favor de uma *posição nitidamente intervencionista.*

Com a Segunda Grande Guerra (1939-1945), a Argentina recebeu *enorme impulso industrialista* através da *substituição das importações*, o que em parte beneficiou os grandes produtores vinculados ao capital internacional, em detrimento dos trabalhadores, submetidos a um processo de acumulação capitalista sem distribuição de renda.

B. E A CLASSE OPERÁRIA NÃO FOI AO PARAÍSO

O proletariado argentino, até 1930 composto principalmente por imigrantes europeus, com o crescimento industrial e a conseqüente demanda de mão-de-obra no início dos anos 30, começou a incorporar *novos contingentes de trabalhadores, provenientes das migrações internas*, em grande parte decorrentes do êxodo rural. Este cresceu devido à mecanização da agricultura de exportação.

Apelidados de *cabecitas negras* (devido a suas grandes cabeleiras negras), estes *operários eram ex-camponeses* que buscavam nos grandes centros, sobretudo Buenos Aires, melhores condições de vida. O choque desses *novos* trabalhadores com os *velhos*, ideologicamente influenciados

pelo anarquismo, pelo socialismo e pelo comunismo trazidos da Europa, modificou substancialmente a composição da classe operária.

A *ideologia dos cabecitas negras* baseava-se na religiosidade mística dos camponeses e na luta política contra os donos de terras — *um misto de conformismo e revolta* —, e, a princípio, não assimilaram a ideologia dos *velhos* operários. Para alguns historiadores, esta resistência ocorreu, entre outras coisas, porque "tratar-se-ia de massas populares atraídas pela vida urbana mais do que pelo trabalho industrial, de modo que suas experiências seriam preferencialmente impregnadas pelos valores de mobilidade ascendente, incluídos em seu deslocamento do campo para a cidade, e não pelos traços típicos da 'condição operária' estruturada a partir do ingresso na fábrica. Sobre esta base, organizar-se-iam os seguintes traços distintivos em termos de orientações, centrais na definição de sua participação na área política:

1. predomínio de um sistema de valores orientado para a busca individual de vantagens econômicas;

2. sentimento de *filiação a um grupo primário*, em lugar de solidariedade de classe dirigida por princípios ideológicos;

3. consciência social em termos de 'pobres' e não em termos de classe." (MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C., *Estudos sobre as origens do Peronismo*, Editora Brasiliense, pp. 54 e 55.)

Até então, o movimento operário ressentia-se de maior mobilização, já que a Confederação Geral dos Trabalhadores, fundada em 1930, tinha seu trabalho dificultado pela forte repressão governamental e pela elevada taxa de desemprego — que refletiam o clássico processo de acumulação capitalista baseado na exploração da força de trabalho.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário (...)
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.

(Vinicius de Moraes, *O operário em construção*)

Um informe do Departamento Nacional do Trabalho ao Ministério do Interior reconhecia, em 1943, que a situação do operário havia piorado, apesar da crescente industrialização. "Enquanto se consegue, diariamente, lucros descomunais, a maioria da população vê-se forçada a reduzir seu nível de vida." (FAYT, C., *La Natureleza del Peronismo.* MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C., *op. cit.*, p. 73.)

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, criou-se uma divisão entre os setores dirigentes argentinos. Os governantes, ligados às oligarquias rurais e ao capitalismo inglês, inclinaram-se claramente para a causa dos Aliados, que tinham na Inglaterra um dos seus mais expressivos componentes. Contra essa tendência, parcelas amplas das Forças Armadas, fortemente influenciadas pelas idéias fascistas, defendiam o alinhamento do país nas fileiras do Eixo, não admitindo fosse a Argentina integrar-se aos Aliados.

No dia 1º de maio de 1943, uma multidão saiu às ruas de Buenos Aires entoando a *Internacional* e agitando bandeiras vermelhas. Neste momento, os setores fascistas do Exército (reunidos em uma organização secreta chamada *GOU — Grupo de Oficiais Unidos*) resolveram intervir em nome da ordem e dos valores cristãos, conforme afirmavam. E, em 4 de junho, deu-se o golpe de Estado, cujo objetivo principal era evidente: *evitar as conseqüências* que aquela convulsão social poderia trazer e manter a Argentina fora da guerra.

3. A REPÚBLICA DE MASSAS (1943-1955)

O golpe de Estado levou ao poder o general Arturo Rawson, logo deposto pelo general Pedro Pablo Ramírez. Os coronéis do GOU foram distribuídos em cargos de confiança, *cabendo o Departamento do Trabalho a Juan Domingo Perón.*

As diretrizes empreendidas pelos novos dirigentes — revestidas de forte nacionalismo — eram claramente *simpáticas ao Eixo.* A atuação dos militares revelou-se de tal modo desencontrada, que não tardou o conflito de suas idéias com a realidade do país e com as incontroláveis circunstâncias internacionais. Algumas iniciativas no plano econômico, como o congelamento de aluguéis e dos arrendamentos rurais, demons-

traram certa preocupação social. Mas a questão de fundo continuava. Para resolvê-la, tentou-se uma gestão com o governo norte-americano que resultou frustrada, não restando outra saída senão o rompimento das relações diplomáticas com o Japão e a Alemanha, em janeiro de 1944.

Essa decisão, contudo, custou o cargo ao presidente Ramírez, substituído logo depois pelo general Edelmiro Farrel. Perón assumiu a vice-presidência do Governo Provisório, reorganizou o Departamento do Trabalho — transformando-o em Secretaria do Trabalho e Previdência — e ocupou ainda a função de ministro da Guerra.

Mussolini é o maior homem deste século.
Mas cometeu erros que não cometerei.

(Juan Domingo Perón)

A fisionomia do novo governo começava a mudar sob a crescente influência de Perón. "Com a experiência adquirida na Itália durante a época fascista e com o conselho de uma assessoria formada no sindicalismo espanhol, Perón começou a buscar o apoio de alguns dirigentes operários, conseguindo (...) atrair certos setores sindicais." (ROMERO, J.L., *op. cit.*, p. 84.)

A orientação governamental se definiu: por um lado buscava se consolidar no poder, por outro procurava anular seus opositores em parte pela repressão e em parte criando um clima hostil aos partidos tradicionais, dispondo para isso, inclusive, de uma maciça propaganda anticomunista.

"(...) E assim nosso país está totalmente desorganizado nos campos social, econômico e político (...) No político, sabemos que no país não existe um só partido organizado. Nesse sentido procurei traçar um plano ideal e outro doutrinário, ajudado por um sistema de propaganda, que poderíamos chamar preventiva, direcionado para que as massas, e em especial o operário, usem de discernimento ao ler o jornal, imunizando assim o povo e os trabalhadores contra certas versões (...) Continuando com a necessidade

da reforma social, como base de nossa organização, nos setores do trabalho desejaríamos chegar a uma organização profissional parecida com as 'Trade-Unions' da Inglaterra. Assim poderíamos afastar com eficácia o perigo comunista e criar organizações conscientes que, por meio de convênio coletivo, possam estabelecer as bases das relações do capital e trabalho em cada atividade." (Trecho de um discurso de Perón em junho de 1943. LEGUIZAMÓN, H., *Historia del Movimiento Obrero*, nº 63, Centro Editor de América Latina, pp. 132 e 133.)

À medida que *crescia a influência de Perón*, mais evidente ficavam as *bases de sustentação do regime: a burguesia industrial, a Igreja Católica, o Exército e o proletariado.* A Igreja empolgou-se com as diretrizes anticomunistas do governo e com as concessões recebidas, inclusive na área da educação. O proletariado, beneficiado pelas reformas sociais, acabou se dividindo: a maior parte dos *cabecitas negras* filiou-se ao Partido Único da Revolução, ou Partido Justicialista, fundado por Perón, ao passo que o operariado de origem européia e militando no Partido Comunista Argentino ou no Partido Socialista oferecia resistência à política peronista e sofria crescente repressão governamental. No Exército, da mesma forma, alguns grupos reconheciam a capacidade de liderança de Perón e aprovavam sua estratégia de atrair a classe operária, em troca de algumas vantagens materiais, mas outros logo descobriram o enorme perigo daquela concentração de poder nas mãos de Perón e alegaram ser uma ameaça às instituições democráticas.

Em março de 1945, a Argentina — às vésperas da capitulação da Alemanha — viu-se obrigada a declarar guerra aos países do Eixo. Os acontecimentos precipitavam-se. "Os partidos políticos de oposição (...) organizaram para o dia 19 de setembro a *Marcha da Constituição e da Liberdade.* Desfilaram por Buenos Aires, sem Perón, de 200 a 400 mil pessoas, exigindo eleições honestas, sem fraude e sem imposições de candidatos (...) E, algumas semanas mais tarde, ocorreu um episódio que serviu de detonador. Ao lado de Perón, começou a se fazer notar Maria Eva Duarte, ex-atriz, que tomou publicamente uma posição a favor de Perón em uma série de transmissões radiofônicas de tom violen-

tamente militante. Sua influência sobre Perón foi vista com profunda irritação nos círculos militares, não só porque se tratava de uma mulher, que *não deveria se meter em problemas de Estado*, mas também porque as origens de Evita eram humildes e a profissão que exerceu anteriormente não era das mais recomendáveis (...) as manifestações de rua prosseguiram; 1.500 estudantes estavam nas prisões desde que a Polícia os expulsou violentamente das universidades que haviam ocupado. E foi neste momento que uma parte das Forças Armadas (...) exigiu do Presidente Farrel a destituição de Perón." (WINOCUR, M., "O Peronismo", *História das Revoluções*, volume 3, Editora Três, pp. 544 e 545.)

A. UM GOLPE DE MESTRE

A princípio, a iniciativa teve êxito, mas Perón conseguiu permissão para se despedir, aproveitando-se disso para, entre outras coisas, incitar, de maneira ainda que velada, os trabalhadores à resistência.

"(...) Para a realização desta obra, que para mim é sagrada, coloco-me desde hoje a serviço do povo. E como estou disposto a servi-lo com todas as minhas forças, juro que nunca me servirei do povo para alguma coisa que não seja seu próprio bem. E se souber que, para despertar a fé do povo, é necessário recorrer a meios diferentes, pois bem, me inscreverei em um sindicato e lutarei lado a lado com os trabalhadores." (Trecho de um discurso de Perón. WINOCUR, M., *op. cit.*, p. 546.)

No final de seu pronunciamento, desfechou o que seria seu golpe de mestre: anunciou que deixava dois decretos em favor dos operários — um referente ao organismo sindical e outro instituindo a escala móvel e o salário mínimo —; além disso, assegurava a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e um aumento geral das indenizações por demissão.

A partir daí, organizou-se um movimento popular para o retorno de Perón. E, em outubro de 1945, com a concordância dos militares e da Polícia, milhares de trabalhadores (os *cabecitas negras*) invadiram o cen-

tro de Buenos Aires, exigindo o imediato retorno de seu líder. A oposição, surpresa com o apoio popular obtido por Perón, sentiu-se impotente. Por seu lado, o governo interveio libertando Perón e garantindo sua participação em eleições, controladas pelo Exército.

> "Trabalhadores, há quase dois anos, deste mesmo balcão, afirmei ter três pontos de honra: o de ser soldado, o de ser patriota e o de ser o primeiro trabalhador argentino (...) Há dois anos pedi confiança. Muitas vezes ouvi dizer que o povo, ao qual dedicava minhas horas do dia e da noite, havia me traído (...) Por isso, senhores, quero nesta oportunidade, misturado com esta massa suada, estreitar profundamente a todos contra meu coração, como faria com minha mãe." (Pronunciamento de Perón, em outubro de 1945. LEGUIZAMÓN, H., *op. cit.*, p. 146.)

O Peronismo

Perón havia — ao contrário de seus opositores — percebido a peculiaridade psicológica e social desse *novo* proletariado e falava a linguagem por ele entendida. Os partidos tradicionais, até então convencidos da impopularidade do peronismo, renderam-se às evidências e organizaram-se na União Democrática, frente eleitoral que aglutinava conservadores, radicais, democratas progressistas, socialistas e comunistas, e apresentaram a candidatura de José Tamborini em oposição a Perón.

A campanha eleitoral foi bastante agitada. Perón conseguiu atrair a pequena burguesia e elementos conservadores, além de contar com o *apoio* governista e de amplos setores *do Exército, da Igreja* e de *grupos industriais* que esperavam uma proteção do Estado para suas atividades. Isto tudo sem esquecer *a grande massa de trabalhadores*, até então marginalizados politicamente. Em fevereiro de 1946, concretizou-se a vitória da fórmula Perón-Quijano, com 55% dos votos; um triunfo modesto, que demonstrava claramente como o país estava dividido.

"Antes de entregar o governo, Farrel adotou uma série de medidas para facilitar a obra de Perón, entre elas a intervenção em todas as universidades, seguida da expulsão de todos os professores que haviam tido alguma militância contra ele. Quando Perón ocupou a presidência em 4 de junho de 1946, continuou a remoção dos quadros administrativos e judiciais (...)" (ROMERO, J.L., *op. cit.*, p. 86.)

B. O TEMPO DE PERÓN

Nesse momento, e esperamos que continue
assim ainda por muitos anos, temos industriais
que conseguem ganhar até 1.000%.

(Juan Domingo Perón)

Terminara a Segunda Grande Guerra e a Argentina passava de devedora a credora no mercado internacional. Acumulara muitas divisas durante o conflito. Só a Inglaterra lhe devia 1 bilhão e 700 milhões de dólares. Sua produção agropecuária (carne e cereais) saciava a fome de uma Europa arrasada pela guerra, propiciando ao país uma *economia de*

abundância, fonte de *pleno emprego, altos salários* e um consumo jamais experimentado pelas classes populares.

> "(...) o mais modesto operário de nossas fábricas e o mais esquecido peão de nossos campos, apesar do esmagamento a que os haviam submetido por muitos anos, sabiam erguer-se firmes e altivos ao perceberem que a pátria não estava ausente de suas angústias e se aproximava a hora de lhes serem reparados os agravos que lhes haviam imposto e as injustiças que lhes haviam prodigalizado." (Trecho do discurso de posse de Perón, em 1946. BELLOTTO, M.L. e CORRÊA A.M.M., *op. cit.*, p. 227.)

Jamais um presidente assumira o poder em circunstâncias tão favoráveis, o que justificava a euforia de Perón e o otimismo geral do país. Mas, terminada essa etapa, sem que se realizassem as transformações estruturais necessárias, apareceria em toda a sua crueza a face oculta de uma Argentina assentada em um modelo capitalista que continuava dependente. E Perón já não mais estaria para assumir as conseqüências... que recairiam, inevitavelmente, nos ombros daqueles que o apoiaram, sem ao menos questioná-lo, iludindo-se em sonhos de justiça e igualdade no capitalismo: os trabalhadores.

A) A POLÍTICA PERONISTA

O Peronismo (ou Justicialismo) baseou-se em uma política populista de cunho nacionalista, também inspirada nas doutrinas fascistas propagadas após a Primeira Guerra Mundial. Durante seu governo, Perón procurou apoiar-se em quatro poderosas forças: *o proletariado, o Exército, a Igreja e a burguesia industrial.* Se por um lado as condições econômicas do pós-1945 lhe eram extremamente favoráveis, por outro as contradições do próprio sistema em que se inseria (o capitalismo dependente) obrigavam-no a se manter fiel a um modelo econômico ultrapassado. Para isso, recorreu ao autoritarismo, com o que procurou submeter as diferentes forças sociais que a ele se opunham.

Todo homem tem direito à liberdade de reunião
e associação pacíficas. Ninguém pode ser
obrigado a fazer parte de uma associação.

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 20)

Perón já liquidara com os partidos tradicionais que o apoiaram na campanha presidencialista, criando o *Partido Único da Revolução* (Partido Peronista), visando a constituir um bloco político de sustentação ao seu governo. A Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi expurgada de seus líderes mais combativos, e nas universidades demitiram-se professores e se expulsaram estudantes, mas a concessão do ensino gratuito e a criação de uma entidade estudantil contrária à combativa Federação Universitária Argentina esvaziaram a oposição nas universidades. Em outubro de 1946, o governo investiu contra a Corte Suprema, destituindo os juízes de posicionamento liberal, contrários às idéias do novo regime. Deste modo, aquele Tribunal tornou-se um órgão servil aos interesses governamentais.

Com relação ao proletariado, empreendeu-se uma política trabalhista onde se destacavam três aspectos importantes:

• procurou-se acentuar os elementos emocionais que ligavam Perón aos trabalhadores, seja através do gigantesco mecanismo de propaganda e discursos demagógicos, seja com atitudes paternalistas expressas em favores pessoais: distribuição de roupas, alimentos e medicamentos, para o que foi *fundamental a atuação de Eva Perón*, esposa do Chefe do Estado;

• reorganizou-se a *CGT nos moldes do corporativismo*, agrupando milhões de filiados de todos os sindicatos, que eram obrigados a se incorporar e a dar contribuições financeiras à entidade;

• manteve-se uma *política de altos salários* através de contratos coletivos de trabalho mediados pelo Ministério do Trabalho e Previdência; proclamou-se o direito a férias, assistência médico-hospitalar, habitação e indenização por quebra de contrato.

Apesar do que possa parecer, essas medidas não prejudicaram os patrões, que eram subvencionados pelo Estado. Entre 1946 e 1949 — época áurea do populismo peronista —, a indústria de bens de consumo

"assistiu ao enorme desenvolvimento de alguns de seus ramos: o têxtil em 100%, o químico em 300%, e o mesmo vale para as matérias plásticas, os produtos alimentícios e as peles." (WINOCUR, M., *op. cit.*, p. 555.)

Eles edificarão casas, e nelas habitarão;
plantarão vinhas e comerão o seu fruto.
Não edificarão para que outros habitem;
não plantarão para que outros comam (...)

(Isaías, 65: 21-23)

Apesar do alto consumo que lhes possibilitou o justicialismo, os trabalhadores, que produziam toda a riqueza do país, na verdade eram os que menos usufruíam dela, muitos deles vivendo em condições subumanas em favelas (as Vilas Misérias) na periferia de Buenos Aires.

Em setembro de 1947, sob a crescente influência de Eva Perón, o Congresso aprovou por unanimidade uma lei que estendia o direito de voto às mulheres, o que aumentou consideravelmente o contingente eleitoral de Perón. Antes, em 1946, aprovara a lei de ensino religioso obrigatório, que serviria para fortalecer as ligações com a Igreja.

Pouco a pouco, revelou-se o *caráter autoritário do governo*. O fechamento de jornais sob acusações diversas, a proibição da propaganda eleitoral através do rádio e as freqüentes denúncias de torturas a opositores do peronismo apontavam o inevitável caminho que o poder oficial escolhera para manter-se.

Ninguém será submetido a tortura nem a
tratamento ou castigo cruel, desumano
ou degradante.

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 5)

"Mas a acentuação da política repressiva e coercitiva do regime, bem como a intensificação do culto idolátrico de Perón e de sua esposa, pro-

movidos pelos órgãos de propaganda do Estado, colocavam algumas perguntas básicas. A primeira: a política que Perón estava promovendo tinha uma essência revolucionária que pudesse justificar suas arbitrariedades? A segunda: seria o regime beneficiado com a asfixia de uma oposição cuja prédica, sem dúvida, abalava sua confiança junto ao povo? A terceira: o Peronismo, como movimento de massas, não estaria progressivamente se isolando de setores que poderiam ser seus aliados naturais? A quarta: não estaria se repetindo um caminho já percorrido por outros regimes autoritários que acabaram na corrupção, na repressão brutal, no apelo a *slogans* vazios?" (LUNA, F., *op. cit.*, p. 47.)

B) A CONSTITUIÇÃO JUSTICIALISTA

A Constituição Justicialista de 1949 não foi apenas a reformulação da Carta de 1853, mas a institucionalização do arbítrio. Por isso mesmo, sua aprovação no Congresso deu-se sem a bancada oposicionista, que, não conseguindo anulá-la, como pretendeu, retirou-se do plenário em sinal de protesto. Apesar de não se formularem grandes mudanças no antigo texto, algumas merecem destaque, como a inclusão do *estado de prevenção e alarma*, um eufemismo para o antigo *estado de sítio*; a inserção dos *Direitos do Trabalhador, da Família, da Velhice e da Cultura* e a *eleição direta do Presidente da República e Senadores*, antes designados pelo Colégio Eleitoral e pelas legislaturas provinciais.

Uma cláusula da Constituição Justicialista previa ainda a *reeleição presidencial*, proibida na Carta anterior. Mas seu artigo de maior importância, sem dúvida, era o de número 40, referente à *nacionalização das riquezas e serviços*: "os minerais, as quedas de água, as jazidas de petróleo, de carvão e de gás e as demais fontes naturais", bem como os serviços públicos, "pertencem originariamente ao Estado e de forma alguma poderão ser alienados ou concedidos para exploração." Além disso, os serviços públicos privados também deviam ser adquiridos pelo Estado através de compra ou expropriação.

Essas diretrizes pareciam refletir a filosofia estatizante e nacionalista do peronismo. Na verdade, como que adivinhando o próximo esgotamento de seu modelo econômico, Perón havia tentado impedir sua

aprovação no Congresso, o que não se concretizou graças à presteza do grupo nacionalista que ainda integrava o partido oficial.

C) A ECONOMIA NO GOVERNO PERONISTA

Em que pese ao grande desenvolvimento industrial então atingido pela Argentina, a *dependência aos pólos externos acabou aumentando*, porque deles provinham a tecnologia e a modernização das máquinas industriais, em troca dos cereais e da carne.

A opção por uma política econômica baseada em nacionalizações, revestidas de enorme propaganda, caracterizou os primeiros anos do governo peronista. A divulgação do Primeiro Plano Qüinqüenal, no início de 1946, prevendo a construção de várias obras de infra-estrutura no país, não passou de um instrumento de promoção governamental, ficando muito aquém do previsto, em que pese à grande quantidade de ouro e divisas acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial.

Não podemos andar pelos corredores do Banco Central de tão abarrotados que estão de lingotes de ouro.

(Juan Domingo Perón)

Tal política, contudo, traduzia-se pela *intervenção do Estado na economia*, inclusive com a nacionalização dos serviços públicos: meios de transporte, gás, luz, telefones; e logo revelou-se um fracasso devido à sua forma de atuação. Criou-se o Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio (IAPI), para comercializar os produtos agrícolas, logo transformado em gigantesco órgão burocrático a serviço dos grupos econômicos ligados ao governo, que se enriqueciam com o sistema de controle das exportações e importações.

As ferrovias britânicas foram nacionalizadas no início de 1947. Apesar do efeito espetacular, também essa transação revelou-se um mau negócio, pois investiram-se milhões de dólares em um material muito usado, que o próprio Perón mais tarde classificaria de ferro-velho. Até 1949, a

Argentina importou da Inglaterra e dos Estados Unidos abundante e arcaico material: era o refugo da Segunda Guerra Mundial (jipes e caminhões), devolvido a quem de certa forma ajudara a financiá-lo. Evidentemente o volume dessas importações, de duvidoso interesse para o país, também ajudou a *liquidar as reservas de ouro e divisas acumuladas.*

"O quadro era, portanto, o de uma industrialização freada, incapaz por outro lado de pagar os *custos políticos* aos trabalhadores na mesma medida de antes, à qual se juntavam algumas nacionalizações *à peronista*, enquanto permaneciam intactas as estruturas do latifúndio, apesar de todos os belos discursos contra os *oligarcas que vendem a própria pátria* (...)" (WINOCUR, M., *op. cit.*, p. 556.)

No início dos anos 50, uma prolongada seca destruiu parte da produção agrícola, e os preços dos produtos agrícolas exportáveis começaram a baixar no mercado internacional em face da concorrência de similares provenientes do Canadá e dos Estados Unidos. Pouco a pouco, tornava-se evidente que o grande erro do modelo econômico peronista, entre tantos, foi o de não se preocupar, ou não querer, adquirir bens de capital no período de abundância para incrementar a indústria nacional que se desenvolvia. O governo peronista, contudo, empreendia dispendiosas pesquisas científicas, pretendendo assegurar o repentino aproveitamento comercial da energia atômica.

"Apesar de tudo, Perón ainda pôde conservar a sólida estrutura política em que se apoiava. A depuração do Exército assegurou-lhe seu controle, e a organização eleitoral se manteve incólume (...) Perón ainda mantinha uma pequena vantagem sobre todas as forças opositoras unidas, principalmente a partir da aplicação da lei do sufrágio feminino, sancionada em 1947. A enorme propaganda oficial contava com múltiplos recursos: folhetos e cartilhas, o controle de quase todos os periódicos do país, o uso do rádio, a eficaz oratória do Presidente e de sua esposa e os instrumentos de ação direta, como a Fundação Eva Perón (...)" (ROMERO, J.L., *op. cit.*, pp. 88 e 89.)

Conquanto a situação do país ainda estivesse sob controle governista, incubava-se lentamente uma surda crise que minaria as instituições peronistas e explodiria, finalmente, com o golpe de Estado que derrubou o governo (1955).

D) A SEGUNDA PRESIDÊNCIA

Inicialmente, chegou-se a cogitar para chapa presidencial o binômio Perón-Eva Perón. A idéia chegou às bases sindicais como uma bomba, recebendo enorme apoio popular. Mas, temerosos de uma reação desfavorável por parte dos militares — o que certamente ocorreria —, os peronistas optaram pela velha fórmula de 1946, Perón-Quijano. Os temores do partido oficial à reação militar revelaram-se procedentes: em setembro de 1951, um grupo de oficiais de tendências nacionalistas, comandado pelo general Benjamín Menéndez, tentou um golpe contra o governo Perón. Entre os militares golpistas constava o nome de um jovem oficial que no futuro se destacaria na História da Argentina: Alejandro Lanusse.

Apesar dos acontecimentos, a campanha eleitoral não foi interrompida. Os dirigentes da UCR apresentaram a chapa Balbín-Frondizi, que não conseguiu superar as limitações eleitorais impostas pela Constituição Justicialista. Por seu lado, o Partido Peronista contava com o apoio da máquina de propaganda e de todos os mecanismos governamentais. Assim, não foi difícil para Perón obter uma estrondosa vitória (1952), expressa por quase o dobro de votos obtidos pelos opositores.

A *morte de Eva Perón*, pouco depois de iniciado o novo mandato presidencial, representou terrível golpe para o regime. Sua importância ao longo do primeiro período presidencial evidenciara-se não só pela vibrante oratória que comovia as massas, mas também pela intensa militância em dois setores vitais para o governo: a assistência social (através da Fundação Eva Perón) e os sindicatos, onde, além de ser a intermediária entre o Estado e a vontade dos trabalhadores, procurava livrar o movimento operário das infiltrações comunistas.

"Por isso afirmo sempre que antes de ser uma realidade, prefiro ser a esperança da revolução. Porque assim serei a eterna vigia da revolução. E eterna vigia da revolução é o título a que aspiro ter. E para tê-lo terei que conquistá-lo. Eterna vigia da revolução é não ter amigos pessoais, porque os únicos amigos nossos hão de ser os amigos da nossa causa e se um amigo dessa causa

tem um momento de loucura e se desvia, desde esse instante deixa de ser amigo. Nós não temos mais amigos nem compromissos que nossa causa. Isto significa que não temos outra bandeira, senão a de nossa causa, que é a bandeira da Pátria e de Perón. Essa é a bandeira que seguimos, e por ela somos capazes de fazer qualquer sacrifício e renunciar a qualquer coisa." (Escritos políticos de Eva Perón. LEGUIZAMÓN, H., *op. cit.*, p. 156.)

Com a sua morte, o regime perdeu não apenas o otimismo contagiante, a dedicação incontida e a retórica ingênua de Evita, mas o braço direito do peronismo. Além de preocupar-se com a *insatisfação militar*, o presidente teria de assegurar o controle do proletariado: árdua tarefa para quem via diante de si tantos problemas insolúveis a curto prazo.

Começaram a evidenciar-se os sintomas da crise iniciada em 1950. Um caso de corrupção envolvendo autoridades do governo minou ainda mais a autoridade do presidente. Desencadeou-se uma onda de violência entre grupos governistas e opositores, com vários mortos e feridos. A força do Estado através dos órgãos de repressão abateu-se sobre políticos e sindicalistas, prendendo uns e assassinando outros.

As dificuldades econômicas obrigavam o governo a abrir mão de sua posição nacionalista e antiimperialista. Iniciou-se a negociação de contratos petrolíferos com empresas norte-americanas; enquanto se institucionalizavam garantias aos investidores estrangeiros, subsistia como obstáculo o Artigo 40 da Constituição Justicialista. "A tragédia do regime peronista era que ele não podia modificar em nada sua estrutura, seu estilo, seus métodos, sua linguagem. Tinha que permanecer fiel a si próprio até triunfar ou cair. E, àquela altura do processo, já se percebiam os sintomas de sua decadência." (LUNA, F., *op. cit.*, p. 74.)

Todo Reino dividido contra si mesmo ficará
deserto, e toda cidade, ou casa, dividida contra
si mesma, não subsistirá.

(Mateus, 12: 25)

À medida que a *crise se aprofundava*, intensificavam-se o arbítrio e a repressão. A única instituição ainda independente e que apoiara tacitamente o peronismo — *a Igreja — foi finalmente atingida*. Em outubro de 1955, Perón acusou publicamente a bispos e padres de subverterem a ordem constituída. E, passando da palavra à ação, em poucos meses foram aprovadas leis que contrariavam os interesses da Igreja: revogou-se o ensino religioso obrigatório, legalizou-se o divórcio e se retirou o apoio oficial aos estabelecimentos católicos de ensino. As contradições culminaram em maio de 1955, com a aprovação pelo Congresso de uma lei declarando a necessidade de se alterar a Constituição Justicialista para consolidar a *separação entre Igreja e Estado*: "detalhe constitucional que parecia muito banal para mobilizar o pesado mecanismo de uma convenção constituinte, mas que se podia aproveitar (segundo assegurava a oposição) para revogar o incômodo Artigo 40 e para facilitar as inversões estrangeiras que o governo necessitava introduzir no enfraquecido circuito econômico argentino." (LUNA, F., *op. cit.*, p. 77.)

Não haveria tempo, contudo, para a pretendida reforma constitucional... A conspiração militar explodiu repentinamente. E, em 1955, o palácio presidencial foi bombardeado por aviões que pretendiam destruí-lo juntamente com Perón, só não o fazendo porque este conseguiu escapar. A quartelada fracassou novamente, deixando um saldo de mortos e feridos, além de vários templos católicos incendiados por civis influenciados pelo anticlericalismo governista.

Ante a perspectiva de novo golpe, dirigentes da Confederação Geral do Trabalho pressionaram o presidente no sentido de armar os trabalhadores para resistir. Foi quando Perón percebeu a verdadeira dimensão do movimento que se deflagrara e suas possíveis conseqüências. Os operários estavam dispostos a organizar milícias populares, o que poderia levar a uma verdadeira Revolução, solução inadmissível à própria essência do peronismo.

Assim, quando em 16 de setembro os militares empreenderam novo golpe, tendo à frente o general Eduardo Lonardi, apresentavam-se para Perón duas alternativas: resistir com os operários e ser "o primeiro Fidel Castro americano", como ele mesmo admitiria mais tarde, ou renunciar ao seu posto. Optou pela segunda, abandonando o poder, sem abdicar da

retórica demagógica que o caracterizava: "Com minha retirada presto ao país o último serviço da função pública." (LUNA, F., *op. cit.*, p. 82.)

Muitos duvidavam de sua sinceridade, a começar por seus partidários, indo ele refugiar-se na Embaixada do Paraguai, de onde embarcou para o exílio, em Assunção. Em seu lugar ficou o general Eduardo Lonardi, chefe da chamada *Revolução Libertadora.*

4. DA DITADURA PERONISTA À DITADURA MILITAR

"Nem vencedores nem vencidos" foi o lema com que o governo de Lonardi pretendeu restabelecer a democracia liberal na Argentina, após o golpe de Estado que derrubou Perón. Entretanto, a realidade foi bem diferente: o governo dissolveu o Congresso Nacional, demitiu magistrados, estabeleceu o recesso do Poder Judiciário, interferiu nas universidades e criou uma Comissão Nacional de Investigações. Muitos líderes peronistas foram presos e outros exilados.

A crescente fúria antiperonista, contudo, fugiu ao controle do chefe de Estado, o que acabou por enfraquecer sua autoridade. O ministro do Exército renunciou, em desagravo à linha revanchista adotada contra os antigos partidários de Perón, e se formou uma junta militar para ocupar o poder. O presidente Lonardi negou-se, entretanto, a aceitar a solução militar, sendo deposto em novembro de 1955.

Para substituí-lo, assumiu o general Pedro Eugenio Aramburu, em caráter provisório. Uma greve decretada pela CGT, em repúdio ao golpe, não foi acatada por importantes sindicatos e resultou em fracasso, com a intervenção na central operária e a prisão de inúmeros sindicalistas.

A *segunda etapa* da Revolução Libertadora se iniciava, consolidando a desperonização do país. Através da Comissão Nacional de Investigações, intensificou-se a cruzada antiperonista, da qual não escapou nem o próprio *Perón, processado sob a acusação de traição à pátria. Dissolveram-se o Partido Peronista e a Fundação Eva Perón*; afastaram-se militares ligados ao antigo regime e se encarceram políticos e ativistas sindicais. Foi proibido tudo que se relacionasse com o peronismo, como emblemas, nomes, canções ou o que quer que o simbolizasse. Ao mesmo tempo, foi

criada a Junta de Recuperação Patrimonial para investigar as fortunas de particulares ou empresas, que tiveram seus bens confiscados até que fosse comprovado não terem sido obtidos de maneira ilegal.

O governo Aramburu atraiu políticos liberais, como os do Partido Conservador e da União Cívica Radical, advogados e empresários, que passaram a influir nas linhas governamentais. A política *desestatizante e de favorecimento aos interesses privados* representou um retrocesso para os assalariados. O enfraquecimento dos sindicatos favoreceu ainda mais o patronato em sua política de limitar e conter as conquistas obtidas pelos trabalhadores. As greves então realizadas foram reprimidas com violência.

Mas algumas manifestações de *descontentamento com o novo regime* se faziam notar *nas Forças Armadas.* Em 1956, o governo teve que sufocar uma insurreição da guarnição militar de La Plata, decretando a pena de morte para muitos revoltosos. Essa reação drástica, pois há um século não havia fuzilamentos por motivos políticos, despertou indignação em amplos setores da opinião pública e aumentou o abismo entre vencedores e vencidos. Pouco a pouco, porém, o governo restabeleceu algumas liberdades fundamentais. Os partidos tradicionais foram respeitados — inclusive o Comunista — e consultados com freqüência, o que evidenciava a decisão governamental de acelerar a normalização constitucional.

Quando foi convocada uma assembléia nacional para reformular a Constituição, respeitando-se o princípio da representação proporcional, surgiu um novo fato político: *a divisão da União Cívica Radical em duas tendências* — a UCR Intransigente e a UCR do Povo, tendo a primeira, sob a liderança de Arturo Frondizi, adotado uma atitude oposicionista e acusado o governo de seguir uma política antipopular (1957).

"Nas eleições para convencionais os dois setores do radicalismo demonstraram uma sensível equivalência de forças, e para forçar um apoio do eleitorado nas futuras eleições presidenciais, a UCR Intransigente decidiu retirar-se da Convenção. Por esta e outras razões o corpo de convencionais não pode cumprir seu objetivo, limitando-se a restabelecer a vigência da Constituição de 1853, com o acréscimo de algumas declarações relacionadas aos direitos sociais." (ROMERO, J. L., *op. cit.*, p. 94.)

Os frutos da posição adotada pela UCR Intransigente surgiram nas eleições de 1958, quando conseguiu eleger presidente o civil Arturo Frondizi, apoiado pelo peronismo e empossado no mesmo ano.

A. O DESENVOLVIMENTO A TODO CUSTO

Frondizi assumiu o governo de um *país imerso em profunda crise estrutural*: a sociedade estava dividida entre o Peronismo e o antiperonismo e a economia em colapso. Qualquer tentativa de solução impunha aos novos dirigentes a superação imediata dos problemas econômicos. Havia dois caminhos: optar por uma *economia a serviço da sociedade* (o que exigiria transformações radicais da infra-estrutura), ou por uma *sociedade a serviço da economia*. O governo preferiu a última, que implicava maiores sacrifícios aos assalariados.

A política desenvolvimentista do governo resultou na desnacionalização da economia e em seu crescente apelo ao capital estrangeiro. Em 1958, ofereceu o petróleo à exploração norte-americana e aprovou no Congresso uma lei permitindo a iniciativa privada em setores antes de responsabilidade do Estado, como o do ensino superior, por exemplo; recorreu a empréstimos do Banco Mundial e acelerou "gestões para desmontar o núcleo industrial DINIE, pertencente ao Estado, formado por empresas expropriadas a proprietários alemães e japoneses durante a guerra, a fim de devolvê-las a seus donos e com o propósito de recuperar, no exterior, um crédito excessivamente deteriorado." (LUNA, F., *op. cit.*, p. 119.)

À medida que se revelava o caráter antinacional e antipopular do novo governo, cresceu a oposição dos setores peronistas, multiplicando-se as greves, sabotagens e tentativas de golpe. Em 1960, o presidente Frondizi decretou a instauração do *Plano Conintes* (*Comoção da Ordem Interna*), colocando sob jurisdição militar os acusados de terrorismo. Apesar do grande impulso industrialista realizado pelo governo Frondizi, especialmente na indústria automobilística, *a classe operária pouco se beneficiou*. O agravamento da crise econômica e social acabou levando a novo golpe de Estado, quando Frondizi foi deposto (1962).

No período posterior à queda de Frondizi, a presidência foi ocupada por Arturo Illía (1963-1966), da UCR do Povo, que *tentou restabelecer o monopólio da Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, anulando os contratos firmados com as companhias estrangeiras. Contudo, o colapso econômico continuava a se evidenciar no quase meio milhão de desempregados, nas

sucessivas desvalorizações da moeda e na crescente inflação. Esses fatores, aliados aos protestos populares, como a greve geral de 1966, e ao descontentamento de setores das Forças Armadas com as diretrizes governamentais, serviram de justificativa a mais um golpe militar, que derrubou Illía e levou ao poder o general Juan Carlos Onganía (1966-1970), instaurando o que se convencionou chamar de *Revolução Argentina*.

B. A REVOLUÇÃO ARGENTINA

Se com a ditadura peronista a classe operária não foi ao paraíso, com a ditadura militar seguramente ela alcançou o martírio. Os primeiros atos do novo governo já expressavam, de certa forma, o ritmo que pretendia imprimir à sua administração: interveio na Suprema Corte de Justiça e nas universidades (demitindo juízes e dissolvendo as entidades estudantis, respectivamente), extinguiu os partidos políticos, prendeu líderes sindicais e estabeleceu a censura a livros, jornais e revistas.

A política repressiva do regime era justificada pelo anticomunismo de Onganía e dos setores mais reacionários das Forças Armadas, que não queriam atribuir a insatisfação da sociedade às suas verdadeiras causas, preferindo considerá-la resultante da influência do comunismo internacional.

A *orientação econômica* do ministro da Economia, Krieger Vasena, *baseava-se em um monetarismo rígido*, expresso em medidas como a desvalorização do peso argentino, a redução dos investimentos públicos e a supressão de diversas atividades produtivas. Seu objetivo era acumular divisas para financiar as importações e reduzir a dívida externa, além de *reativar os investimentos estrangeiros no país*. Sem dúvida, *o governo alcançou alguns êxitos*, como a queda da inflação, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a complementação de obras públicas de grande porte, além de impulsionar a construção de rodovias.

"A participação dos assalariados no Produto Interno Bruto caíra de 42% em 1967 a 39% em 1969; isto é, o crescimento daquele valor não beneficiara a classe trabalhadora e, na realidade, contribuía para aprofundar as diferenças de classe. A propalada estabilidade monetária se transformara em um elemento de asfixia dos setores mais amplos da comuni-

dade, que não podiam negociar seus próprios salários porque o governo suspendera o funcionamento das comissões paritárias que deviam renovar, periodicamente, os contratos coletivos de trabalho. Os impostos subiram a limites insuportáveis, 65% em 1966 e 1967: ou seja, o desequilíbrio orçamentário não se corrigira modificando suas causas, mas extraindo mais dinheiro dos contribuintes, especialmente dos pequenos industriais e dos produtores rurais." (LUNA, F., *op. cit.*, p. 187.)

Assim, já em 1969, a política monetarista da Revolução Argentina exibia a outra face de sua moeda: a descapitalização da economia, a ausência de investimentos em setores básicos, a falta de mecanismos de defesa para a indústria nacional e a extinção de fontes de trabalho, sobretudo no interior.

A resposta a essa constatação veio através da *resistência armada* de jovens oriundos *de uma pequena burguesia que se proletarizava*. Organizados clandestinamente, sob diversos nomes (ERP — Exército Revolucionário do Povo; Montoneros; FAL — Forças Armadas de Libertação; FAP — Forças Armadas Peronistas), em torno da bandeira de Perón, empreenderam ataques contra bancos, unidades militares e repartições públicas, seqüestros e ocupações simbólicas de vilas e cidades. Paralelamente a essa resistência organizada, a violência popular explodiu no episódio conhecido como *El Cordobazo*, em que operários e estudantes ajudados pela população ocuparam a cidade de Córdoba, em represália ao autoritarismo governamental.

A atividade guerrilheira era um foco de preocupações tanto para os militares argentinos como para o governo norte-americano, pois temiam que o processo revolucionário conduzisse a caminho não-capitalista, como ocorrera em Cuba.

Os norte-americanos primeiro empobreceram
os países e em seguida inventaram a ajuda.

(Juan Domingo Perón, do exílio na Espanha)

Novamente Perón surgia em primeiro plano no cenário histórico argentino como alternativa viável para os militares e para o imperialismo. Foram então iniciadas gestões para trazê-lo de volta ao país.

> "Faz pouco vieram ver-me alguns Senadores norte-americanos e conversamos muito. A situação argentina preocupa terrivelmente a Johnson. Ele sabe que a Argentina é decisiva na América Latina e já não quer saber de outros Vietnãs. A Guerra do Vietnã está lhe custando muitos dólares e muitas vidas: então, os Estados Unidos não podem dar-se ao luxo de ter outras guerras, em nossa região. Querem uma retaguarda tranqüila. Foi sobre isso que conversamos muito: os Senadores me disseram que poderíamos chegar a um acordo (...) Eles colocariam todos os seus canhões contra Onganía, para obrigá-lo a realizar eleições livres com nossa participação (...) A única condição é que eu renuncie a toda ambição enquanto homem de governo." (Trecho da entrevista de Perón concedida a Eduardo Galeano em 1966. Jornal *Versus*, nº 9.)

Com o *aprofundamento da crise econômico-social*, as Forças Armadas derrubaram o governo do general Onganía, substituído subseqüentemente pelos dos generais Roberto Levingston (1970-1971) e Alejandro Lanusse (1971-1973).

Ao contrário de seus antecessores, o governo do general Lanusse promoveu uma relativa *liberalização do regime*, reativando os partidos políticos e marcando eleições livres para 1973, com o possível retorno de Perón. Contudo, a inflação incontrolável, o alto custo de vida e a diminuição do valor real dos salários eram por si elementos geradores da tensão social e alimentavam as ações guerrilheiras, levando os militares a uma luta sem quartel, cujo saldo foram os inúmeros seqüestros, assassinatos, prisões e torturas de ativistas.

Em que pese ao quadro político desfavorável, o governo realizou as eleições no prazo previsto, acontecendo a vitória fácil de Hector Cámpora, ex-secretário de Perón e adepto da fórmula "Cámpora no governo, Perón no poder", o que, efetivamente, ocorreu no fim de apenas 49 dias, quando ele renunciou e abriu caminho para a vitória do novo binômio presidencial: Perón-Isabel Perón.

Ao assumir o governo, Perón logo constatou que seria *impossível conciliar as diferentes tendências surgidas no Peronismo*. Durante seu exílio, o movimento passara a englobar tanto os velhos partidários conservadores quanto os setores mais jovens, que viam no peronismo "uma via argentina para o socialismo". Cedo, porém, a ala esquerda percebeu o equívoco e procurou radicalizar as contradições sociais, atraindo a violenta repressão do regime.

> "A maioria das pessoas e dos políticos pensava que, com o retorno do Peronismo ao poder, se implantaria um plano econômico capaz de reativar a economia e debilitar a mobilização popular. Nós achamos que ia acontecer justamente o contrário: que a mobilização popular ia ser diretamente incentivada. O que ia mudar era justamente o caráter da luta: de antigovernamental, dos tempos da ditadura militar de Onganía, passaria a ser antipatronal. E que o governo peronista ia desempenhar o papel de árbitro entre a burguesia monopolista e o proletariado rural e fabril (...) Em 1974, começamos a preparar companheiros no que seria a zona de atividades guerrilheiras [zona canavieira de Tucumán]. Dois meses depois, fomos detectados pelas Forças Armadas (...) O que a polícia fez quando nos descobriu foi atuar diretamente contra a população rural, e não contra as bases guerrilheiras. Isso foi de fevereiro de 1974 até novembro. A partir de novembro a atitude mudou: diminuiu um pouco a repressão (...) em lugar de matar quinze camponeses por dia, tentando minar as nossas forças, o Exército passou a matar apenas três." (Trecho da entrevista de Enrique Gorriarán, dirigente do ERP — Exército Revolucionário do Povo. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 8).

Com a morte de Perón, em 1974, e a crescente *radicalização do processo político*, as Forças Armadas retomaram progressivamente o poder, depondo em 1976 a presidenta Isabel Perón, e entregando o governo ao general Jorge Rafael Videla, dirigente supremo da Junta Militar encarregada do chamado Processo de Reorganização Nacional.

C. UM SALTO AO PASSADO

Restabelecida a ditadura militar, fechou-se o Congresso, afastaram-se governadores e ministros do Supremo Tribunal, suspenderam-se os partidos e sindicatos, aboliram-se inúmeras conquistas da classe operária e desbarataram-se os movimentos guerrilheiros, alguns de seus líderes foram assassinados e um sem-número de ativistas detidos para torturas nos cárceres do país.

No campo econômico, as diretrizes governamentais enfraqueceram a indústria nacional e desenvolveram um modelo de economia transnacional, tornando o país um *eficiente produtor agrário*, o que significava um enorme salto... em direção ao passado. "Tal foi o modelo que no século XIX impôs à Argentina o Império Britânico, e do qual esse país sul-americano começou a se libertar a partir da Segunda Guerra Mundial, através do governo de Juan Domingo Perón (...) Agora é a Comissão Trilateral, presidida pelo banqueiro norte-americano David Rockfeller, que propicia um retorno a um modelo que atribui à Argentina o papel de produtor agrário, em prejuízo de sua vocação industrial (...) A Comissão Trilateral (...) é integrada por destacados membros do *establishment* dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão. O seu objetivo são acordos políticos conforme os objetivos daqueles três pilares do capitalismo avançado, ou seja, assegurar-lhes a continuidade eficiente do seu domínio à escala mundial. Sua existência deriva da crise do capitalismo e da necessidade de efetuar as correções." (PIACENTINI, P., "Argentina às ordens da Trilateral". *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 13.)

Esse projeto econômico implica concessões ao capital internacional. Os efeitos dessa política voltada para as exportações agrícolas, em detrimento da indústria, foram a *tendência inflacionária e a redução do salário real dos trabalhadores* em 1979. Isso favoreceu os grandes financistas e latifundiários, mas produziu uma enorme diferença salarial, proletarizando progressivamente a pequena burguesia, gerando a violência social.

D. A LUTA E O LUTO PELOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Uma única morte frente a um pelotão de
fuzilamento pode desencadear um escândalo

mundial; com milhares de desaparecidos, há sempre um jeito de mistificar, mantendo a incerteza (...) Não há prestação de contas de nenhum crime e nenhuma explicação a dar.

(Eduardo Galeano)

Essas palavras de certa forma resumem a atuação do governo argentino no campo político, mas refletem bem mais a resistência de um povo, que, apesar de toda a opressão a que foi submetido, lutou desesperadamente por sua libertação política, econômica e social.

Os métodos adotados para conter as forças populares a partir da instauração da ditadura, em 1976, foram desde a desarticulação das organizações de massa, passando pela suspensão da liberdade de imprensa e informação, até o assassinato, prisão e tortura indiscriminada de homens, mulheres e crianças. Em 1978, durante a Copa do Mundo, apesar de toda a propaganda do governo para projetar a imagem de um regime democrático no país, a "Argentina real passou a ser o cenário de um dos dramas mais cruéis do mundo inteiro. Ultrapassam a cifra de oito mil as pessoas assassinadas. Além dos cerca de seis mil prisioneiros ainda nos cárceres 'oficiais', existem entre cinco e sete mil nos campos de concentração das Três Armas, enquanto outros 1.500 ou 2.000 são — segundo a expressão de organismos internacionais imparciais — 'prisioneiros mantidos em dependências da polícia e centros clandestinos de detenção, em regime de interrogatório ou guardados como reféns não reconhecidos'." (ALVAREZ, J.L., "O Campeonato Mundial de Futebol e a Argentina real." *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 4.)

"Primeiro mataremos todos os subversivos; depois mataremos seus colaboradores; em seguida, seus simpatizantes; então, os que permaneceram indiferentes; e, finalmente, todos os tímidos." (Declaração do general Iberico Saint-Jean, dirigente militar argentino, transcrita no *Jornal do Brasil*, de 30 de setembro de 1979.)

Mas a repressão da ditadura argentina aos seus opositores já transpusera as fronteiras do país. Existia na América Latina o que se convencionou chamar de *Repressão no Cone Sul*, incluindo acordos tácitos entre as polícias e as Forças Armadas de alguns países do continente, inclusive da Argentina, permitindo a troca de prisioneiros políticos e até mesmo de seus filhos. Com isso surgiu uma outra categoria política — os desaparecidos políticos — que em 1978 somavam, segundo a Amnesty International (Anistia Internacional), milhares, só na Argentina.

Uma triste realidade que já passou à história do país, nos últimos anos, era mostrada por *Las Madres de Plaza de Mayo*, um grupo de mães e parentes de desaparecidos políticos que se reunia deste 1977 todas as semanas na Plaza de Mayo para protestar contra a falta de notícias sobre o paradeiro de seus familiares e manifestar seu repúdio à ditadura militar.

"Sou o filho mais velho. Meus irmãos mais moços têm seis e quatro anos e faz agora oito meses que nós vimos papai pela última vez. Um dia muito frio e muito triste, de manhã cedo, um grupo de homens, que diziam pertencer à polícia, entrou em nossa casa armado de pistolas e levou nosso pai e depois disso não tivemos nenhuma notícia dele (...)

Sr. Presidente, eu sei que, além de ser Presidente, o senhor também é pai e portanto eu pergunto ao senhor como pai: Será justo que as crianças estejam separadas de seus pais e estejam sempre tristes? Que elas sofram de asma, sejam infelizes e tenham necessidade de serem assistidas por um psicólogo? Será justo obrigar uma mãe a trabalhar durante longas horas para nos manter junto a ela, porque tudo está caro e ela é sozinha para tudo? Eu acho que não é justo e eu lhe peço para devolver nosso Papai." (Carta de um menino de 13 anos ao general-presidente. *Argentina: terror fascista contra crianças*, dossiê da Anistia Internacional, pp. 6 e 7, Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos, 1980.)

5. DO FIM DA DITADURA MILITAR À LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Apesar da violência institucionalizada contra a oposição, *o governo Videla não resolveu a crise econômica do país.* A falência de pequenas e médias empresas resultou no crescimento assustador do desemprego. A dívida externa igualmente aumentou. A espiral inflacionária atingiu elevados índices, e a crise econômica, combinada com a indiscriminada repressão política, provocou a emigração de milhares de argentinos, o que acelerou a decomposição dos setores produtivos da Argentina.

Tentando recompor a situação, o Exército nomeou *presidente da República o general Roberto Viola* (1981), em breve governo de nove meses, logo substituído pelo general Leopoldo Galtieri (1981-1982), cuja presidência foi ainda mais curta: durou apenas sete meses.

Neste período, a crise econômica, social e política aprofundou-se quando a ditadura militar jogou o país na *desastrosa Guerra das Malvinas* (1982).

Lutaremos semanas, meses e anos, mas jamais
renunciaremos à soberania sobre as ilhas.

(General Leopoldo Galtieri)

Acreditavam os dirigentes argentinos que a reconquista das ilhas Malvinas, ocupadas pela Inglaterra desde 1833, seria uma façanha capaz de dar popularidade ao governo Galtieri, que também se mostrava incapaz de solucionar a crise econômica e social em ascensão desde 1976. O governo Galtieri supunha que teria a cobertura incondicional dos Estados Unidos, onde o presidente Reagan, em sua cruzada anticomunista, tinha o apoio da ditadura militar argentina.

"Transformarei a Argentina no aliado automático dos Estados Unidos. Preencherei o espaço internacional que o Brasil deixou livre por seu coquetismo em relação ao terceiro-mundismo, o

apoio à África Negra e a reticência em trabalhar com os Estados Unidos no continente. Como pagamento, os senhores sustentariam a minha presidência, enviariam capitais à Argentina e nos transformariam na capital do Vice-Reino latino-americano." (Trecho de um pronunciamento do general Galtieri, em novembro de 1981, nos Estados Unidos, um mês antes de se tornar presidente. CABRAL, A. e outros, *Guerra Santa nas Malvinas*, EMW Editores, p. 111.)

Os Estados Unidos, no entanto, acabaram apoiando a Inglaterra, ignorando os erros de cálculo de Galtieri, além de não cumprir os compromissos militares fixados pelo TIAR e pela OEA. Ficou claro que, no xadrez da política internacional, a Casa Branca considerava a Inglaterra de Margaret Thatcher uma peça mais importante do que a Argentina de Galtieri, sobretudo porque desde a Guerra Fria o governo inglês constituiu um parceiro imprescindível na OTAN e um aliado essencial para o programa de armamentos nucleares norte-americanos na Europa.

A sucessão de fracassos militares argentinos, ao longo de 74 dias de combate, terminou com a vitória do colonialismo inglês, novamente instalado em ilhas que historicamente pertencem à Argentina, conforme reconheceram muitos países latino-americanos e não-alinhados.

A derrota, contudo, *fez explodir a ditadura militar*: Impulsionados pelo orgulho nacional humilhado, milhares de argentinos foram às ruas e responsabilizaram os militares pelas perdas materiais e humanas e, principalmente, por sua incompetência na condução das operações empreendidas contra os ingleses.

Paredón, paredón, a todos los milicos
que vendieron la nación.

(Estribilho popular de milhares de manifestantes de passeatas, ocorridas em Buenos Aires, em junho de 1982.)

Dois dias após a rendição argentina, o general Galtieri renunciou, e nas eleições democráticas, que as desmoralizadas Forças Armadas tiveram de engolir, saiu *vitorioso Raúl Alfonsín, candidato da UCR* (1983).

Atendendo à pressão popular que exigia a punição dos *responsáveis pela vergonhosa derrota* diante da Inglaterra e *pelas atrocidades cometidas* durante a ditadura militar, o presidente Alfonsín mandou para a *reserva inúmeros chefes militares e condenou à prisão*, com penas que incluíram até a prisão perpétua, a maioria dos dirigentes militares que governaram o país entre 1976 e 1982. A condenação também atingiu oficiais-generais, médicos, policiais e diversos militares responsáveis por numerosos crimes, como seqüestros, torturas e assassinatos que chegaram a vitimar cerca de 30 mil pessoas, inclusive crianças. Todavia, o crescente descontentamento das Forças Armadas, com manifestações de insubordinação e até fracassadas tentativas golpistas, levou o Executivo e o Legislativo a se unirem na aprovação da Lei da Extinção das Ações Penais, mais *conhecida como Ponto Final*, estabelecendo um prazo limite aos processos contra os envolvidos na violação dos direitos humanos durante a repressão política. Para muitos, pareceu uma anistia disfarçada aos culpados de violência na repressão (1986).

Na área econômica, o novo governo suspendeu temporariamente o pagamento da dívida externa e *decretou o Plano Austral, que congelou*, sem prazos, os preços das mercadorias, os salários e os valores das tarifas. Apesar da popularidade inicial, o Plano Austral, que *serviu de modelo ao Plano Cruzado no Brasil*, e foi elogiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), não conseguiu estabilizar a economia argentina. A inflação galopante, o desemprego, a queda dos salários reais, a elevação das tarifas e a deterioração da indústria ressurgiram de maneira incontrolável, criando uma insatisfação popular que levou a UCR a perder as eleições presidenciais de 1989!

E o Peronismo voltou ao poder na Argentina com a vitória de Carlos Menem?

6. O PERONISMO NO PODER?

Em seu primeiro mandato presidencial, Menem (1989-1995) enfrentou, inicialmente, a oposição de militares ultradireitistas — os cha-

mados *carapintadas* — revoltados contra o indulto concedido a ex-guerrilheiros.

No campo econômico, o ministro Domingo Cavallo aplicou diretrizes neoliberais: foi o *Plano Ressurreição*, dolarizando a economia, isto é, um dólar passou a valer dez mil austrais e funcionava como moeda corrente no país.

Empresas estatais começaram a ser privatizadas, entre as quais a que monopolizava a exploração do petróleo (YPF). A abertura da economia ao comércio internacional, com a redução das tarifas de importação, favoreceu a entrada de produtos estrangeiros, concorrendo com a indústria nacional. A inflação foi contida, mediante controle de preços e salários.

Menem foi reeleito em 1995, obtendo uma vitória espetacular sobre os partidos de oposição — a *União Cívica Radical* e a *Frente País Solidário (FREPASO)* —, graças às promessas feitas durante a campanha eleitoral: redução do desemprego e prioridade às questões sociais e ambientais. Apesar das medidas adotadas para evitar o chamado *Efeito Tango* — violenta crise econômica parecida com a mexicana — houve recessão, inclusive com o acelerado aumento do desemprego. As privatizações continuaram, gerando alternativas de emprego, no mínimo, curiosas.

> "No país privatizado, eles [os argentinos] aos poucos vão criando novas fontes de renda, como a figura do despachante para conseguir alugar apartamento, as pequenas empresas de serviços de entrega para qualquer coisa e a proliferação de 'passeadores de cachorros'." (*Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1977)

Buscando uma saída, o país contraiu empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para pagamento da dívida externa. Entretanto, o alto nível de desemprego provocou protestos dos sindicatos, greves, agitações populares e até críticas da Igreja, tradicionalmente conservadora.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Explicar o significado das transformações socioeconômicas do final do século XIX para a sociedade argentina.

2. Dar o significado do governo de Hipólito Yrigoyen.

3. Analisar as mudanças econômicas da República Conservadora (1930) em relação ao governo Yrigoyen.

4. Explicar as contradições da classe operária no período anterior a Perón.

5. Identificar a ideologia do golpe militar de 1943.

6. Analisar a conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial na Argentina.

7. Avaliar a política peronista em relação ao proletariado argentino.

8. Caracterizar a política econômica do peronismo.

9. Apontar as contradições entre o Peronismo e o imperialismo norte-americano.

10. Resumir do ponto de vista econômico e político a Argentina após a derrubada de Perón.

11. Analisar as causas e conseqüências da Guerra das Malvinas.

12. Sintetizar o governo Alfonsín.

13. Apontar três características econômicas da Argentina após 1989.

14. Correlacionar princípios do Peronismo com as diretrizes do governo Menem.

15. Indicar dois problemas graves da atual sociedade argentina.

UNIDADE VI — NÃO NOS PODEM PERDOAR QUE FAÇAMOS UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A Revolução Cubana

1. DO DOMÍNIO COLONIAL ESPANHOL AO PROTETORADO NORTE-AMERICANO

Considerado o século de ouro do período colonial em Cuba, o século XIX assistiu ao aumento quantitativo da população cubana (em grande parte pela maior imigração de europeus e de escravos africanos), à expansão do trabalho assalariado em prejuízo do trabalho escravo (em 1886, a escravidão foi abolida), ao aperfeiçoamento tecnológico da produção e dos transportes (graças ao uso de máquinas a vapor na agroindústria do açúcar e nas estradas de ferro), ao aceleramento da concentração da propriedade fundiária, tudo contribuindo para o *aumento da produção e da exportação do açúcar.*

Essas transformações correspondiam às novas exigências impostas pela *divisão internacional do trabalho*, estabelecida com o desenvolvimento do sistema capitalista: à sociedade cubana cabia a função de produzir e exportar açúcar. Cuba seria, então, o maior "engenho de açúcar" do mundo capitalista.

Entretanto, a inserção de Cuba no mercado mundial implicou o rompimento do Pacto Colonial: desde 1818, *a Espanha permitiu aos cubanos vender seu açúcar nos Estados Unidos.* "Daí em diante ela iria atrair a voracidade dos grandes centros financeiros e converter-se em uma 'presa colonial' tentadora (...) O sistema de poder colonial, fundado na dominação direta, perdera sua base econômica." (FERNANDES, F., *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, T. A. Queiroz, Editor, Ltda., pp. 30 e 31.)

A contradição entre metrópole e colônia explodiu na *Primeira Guerra de Independência*, também conhecida como *Guerra dos Dez Anos* (1868-1878), liderada pela burguesia açucareira. "O temor causado pela bandeira da emancipação imediata da escravidão; e o temor ainda maior de que o controle político-militar do movimento passaria fatalmente para grupos sociais identificados com a pressão popular por uma revolução democrática" contribuíram decisivamente para o esmagamento da luta pela emancipação de Cuba diante do Exército espanhol. (FERNANDES, F., *op. cit.*, p. 33.)

A evolução econômica de Cuba, apesar da crise ocorrida com a Primeira Guerra de Independência, prosseguiu e estreitou cada vez mais os vínculos com os Estados Unidos. Em 1880, cerca de 62% da exportação cubana eram absorvidos pelo mercado norte-americano, enquanto que provinham dos Estados Unidos 20% do que era importado pela sociedade cubana. "Estas relações mercantis propiciaram o estabelecimento em Cuba de cidadãos norte-americanos que compraram e operaram alguns engenhos (...) Tais relações mudaram radicalmente de sentido quando, a partir de 1880, a indústria de refinação de açúcar do leste dos Estados Unidos se concentra do ponto de vista financeiro e orienta-se para a obtenção em Cuba do açúcar cru, que lhe servia de matéria-prima. Começam então os investimentos diretos norte-americanos na indústria açucareira de Cuba. Juntamente com estes investimentos açucareiros há também investimentos de outros tipos, como os mineiros (...) Calcula-se que os norte-americanos haviam investido em Cuba, por volta de 1895, uns US$ 50,000,000." (LE RIVEREND, J., *La Republica. Dependencia y Revolución*, Instituto Cubana del Libro, p. 14.)

> "Cuba converteu-se em uma dependência dos Estados Unidos, ainda que permaneça politicamente submetida à Espanha." (Informe do cônsul norte-americano em Havana. TUTTINO, S., *Breve Historia de la Revolución Cubana*, Ediciones Era, p. 14.)

Contudo, os interesses dos Estados Unidos por Cuba também incluíam razões de natureza militar: consideravam ser a ilha um excelente ponto estratégico para o melhor controle do Caribe e um baluarte para a defesa da Flórida. Ao longo do século XIX, propostas para a compra da ilha à Espanha e pronunciamentos de inúmeros parlamentares e homens públicos norte-americanos evidenciavam a *cobiça dos* Estados Unidos *por Cuba*.

> "Existem leis de gravitação política, como as há de gravitação física: assim como uma maçã arrancada da árvore pela força do vento, mesmo que não queira, somente pode cair no solo, Cuba, uma vez rompida a conexão que a liga à Espanha, deve necessariamente gravitar para a União norte-americana." (Afirmativa do secretário de Estado dos Estados Unidos, John Quincy Adams, em 1823. LAMORE, J., *Cuba*, PUF, pp. 29 e 30.)

Esses interesses norte-americanos ajudam a explicar o fracasso da *Segunda Guerra de Independência* (1895-1898), iniciada em uma conjuntura favorável:

- havia grande descontentamento contra a tributação elevada, absorvida principalmente na manutenção das tropas espanholas aquarteladas na ilha e no pagamento dos gastos com a Guerra dos Dez Anos;
- a burguesia açucareira enfrentava dificuldades econômicas com a má safra de 1894 e com a queda dos preços do açúcar no mercado internacional;
- os comerciantes do tabaco estavam descontentes com a política alfandegária colonial que lhes era desfavorável;
- o desemprego crescia com a crise econômica.

Dirigida pelo general Máximo Gómez, pelo general Antônio Maceo

e pelo poeta José Marti, veteranos da Primeira Guerra de Independência, a nova tentativa de emancipação refletia principalmente os anseios nacionalistas e reformistas da pequena burguesia.

A radicalização da luta antiespanhola, utilizando táticas guerrilheiras e aglutinando crescentes parcelas dos setores populares rurais e urbanos, levou a burguesia açucareira e os Estados Unidos a se atemorizarem com os rumos revolucionários do movimento de libertação.

"La victoria o el sepulcro."

(Fecho do Manifesto de Montecristi, escrito por José Marti em 24 de março de 1895.)

Nos Estados Unidos, a imprensa desencadeou intensa campanha contra as medidas repressivas adotadas pelas tropas espanholas: seu objetivo era mobilizar a opinião pública para a *intervenção norte-americana no conflito metrópole-colônia*. O pretexto para essa intervenção foi a explosão do couraçado *Maine* no porto de Havana, quando morreram 267 marinheiros ianques.

A Guerra Hispano-Americana (1898) foi rápida: em poucos meses a Espanha foi derrotada e teve de aceitar a imposição do *Tratado de Paris*, que marcou o fim do domínio espanhol em Cuba, mas não trouxe a liberdade aos cubanos.

A ilha permaneceu sob ocupação militar norte-americana (1898-1902) e a Assembléia Constituinte, reunida em Havana, teve de acrescentar na Constituição aprovada uma lei do Congresso dos Estados Unidos: a *Emenda Platt*, assim chamada porque fora proposta pelo senador Hitchcook Platt (1901).

"1. Que o governo de Cuba nunca deverá ingressar em qualquer tratado ou outro pacto estabelecido com qualquer potência estrangeira (...)

3. Que o governo de Cuba permita que os Estados Unidos exerçam o direito de intervir no sentido de preservar a independência

cubana, manter a formação de um governo adequado para a proteção da vida, propriedade e liberdade individual (...)

4. Que todos os decretos dos Estados Unidos em Cuba durante sua ocupação militar sejam ratificados e validados (...)

7. Que, a fim de auxiliar os Estados Unidos a sustentar a independência cubana (...), o governo de Cuba deverá vender ou alugar terras aos Estados Unidos necessárias para a extração de carvão para linhas férreas ou bases navais em certos locais especificados de acordo com o Presidente dos Estados Unidos (...)" (Artigos da Emenda Platt. MORRIS, R.B., *op. cit.*, pp. 181 a 183.)

Só então as tropas militares dos Estados Unidos retiraram-se da ilha, mas a vitória sobre a Espanha não trouxe a independência de Cuba, que ficou *submetida ao protetorado dos norte-americanos.*

Graças ao *Big Stick*, então proclamado por Theodore Roosevelt, os Estados Unidos mantiveram Cuba sob controle, visando a assegurar a produção açucareira cubana. Dessa forma, a sociedade cubana teve a sua industrialização freada, inclusive pela importação de produtos industrializados norte-americanos. Além do mais, o capital norte-americano tomou conta dos serviços públicos, da destilação do petróleo, da mineração e dos bancos, repartindo com o capital cubano a produção de açúcar, a criação do gado e o turismo.

2. A REPÚBLICA MEDIATIZADA (1902-1959)

A expressão acima é empregada pelos cubanos para designar o período republicano anterior a 1959, quando a República não era senhora do seu destino.

O regime republicano teve início sob a presidência de Tomás Estrada Palma (1902-1906), articulador da intervenção de 1898 e imposto pelos norte-americanos, em oposição a outro candidato apresentado pelos democratas cubanos. Durante o seu governo é que a *base naval de Guantánamo foi arrendada aos Estados Unidos* por 99 anos. Cabe-lhe

ainda a conclusão do *Tratado Permanente* entre Cuba e os Estados Unidos (1903).

> "Primeiro: os artigos que até esse momento entraram livres de direitos nos Estados Unidos e em Cuba e fossem de produção desses países continuariam desfrutando dessa liberdade. Segundo: uma série de artigos cubanos fixados em lista especial desfrutariam, em sua importação pelos Estados Unidos, de uma tarifa preferencial cerca de 20% mais baixa que a tarifa aplicada a similares procedentes de outros países americanos ou europeus. Terceiro: os produtos norte-americanos especificados em lista desfrutariam, em sua importação por Cuba, de tarifas preferenciais que oscilariam entre 25 e 40%. Quarto: as tarifas alfandegárias poderiam ser alteradas e aumentadas, mas mantendo-se sempre a margem preferencial. Quinto: as preferências estabelecidas no tratado não poderiam ser estendidas a nenhum outro país porque constituíam um tratamento especial diferente do que se reconhece na técnica tradicional dos tratados como cláusula da nação mais favorecida." (Disposições do Tratado Permanente. LE RIVEREND, J., *Historia Económica de Cuba*, Instituto Cubano del Libro, pp. 213 e 214.)

Foi igualmente Estrada Palma quem solicitou *outra intervenção militar norte-americana*, pois se via ameaçado por uma revolta dos liberais contra as violências do seu governo e da campanha eleitoral de 1906. De 1906 a 1909 manteve-se a ocupação militar de Cuba.

A atuação de Estrada Palma refletia os interesses dos *setores cubanos desejosos de preservar as estruturas econômicas existentes* desde o período colonial, as quais asseguravam-lhes privilégios socioeconômicos e políticos. Esses setores já haviam contribuído para manter Cuba à margem do processo de independência da América Espanhola, no início do século XIX, buscando uma composição com a Espanha. Foram eles também que facilitaram o fracasso da luta pela independência na Guerra dos Dez Anos, frustrando os anseios de uma *Cuba libre*. Novamente, funciona-

ram como forças paralisadoras do movimento democrático-nacionalista da Segunda Guerra de Independência. Além do mais, "com todo o poder econômico, cultural e político-militar de que já dispunham, os Estados Unidos jamais atingiriam seus alvos privados e oficiais se as elites da sociedade cubana não funcionassem, durante tanto tempo e reiteradamente, como uma vanguarda da contra-revolução." (FERNANDES, F., *op. cit.*, p. 42.)

O período republicano, marcado pela *sucessão de governos ditatoriais, articulados com interesses do imperialismo*, assistiu a freqüentes intervenções dos Estados Unidos, que aplicaram um verdadeiro colonialismo em Cuba. Essa situação conduziu ao desenvolvimento de forte sentimento nacionalista em diversos setores da sociedade cubana. Esse nacionalismo voltava-se não só contra os Estados Unidos, mas também contra a burguesia cubana identificada como o capital estrangeiro e como cúmplice das intervenções.

Foi essa ideologia nacionalista radical um dos fatores de fundamentação da revolta popular que pôs fim à ditadura do general Gerardo Machado (1925-1933) e de seu substituto Carlos Machado de Céspedes, colocado no poder por manobras do embaixador norte-americano. Ascendeu, então, à presidência o Dr. Ramón Grau San Martin (1933-1934), cujo governo progressista teve o apoio do Partido Comunista Cubano e realizou inúmeras reformas, como a revogação da Emenda Platt, a criação do Ministério do Trabalho, o direito de voto às mulheres, a autonomia universitária etc.

Data de então o início da projeção política de Fulgêncio Batista, sargento, logo promovido a coronel, e que, de um dos líderes populares do movimento de 1933, cedo se converteu em testa-de-ferro dos interesses imperialistas.

A década de 1930 foi marcada no plano internacional pela *Grande Depressão*, iniciada com a Crise de 1929 nos Estados Unidos e contribuindo decisivamente para a ascensão do nazismo na Alemanha e do militarismo no Japão, tudo gerando nova conjuntura que afetava o relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina. Em conseqüência, o governo norte-americano adotou novas diretrizes para a sua política externa: sem renunciar aos interesses econômicos e à ascendência

política, abandonou o violento Big Stick pela cautelosa e envolvente *Política da Boa Vizinhança.*

Em Cuba, "houve então uma sucessão de presidentes, testas-de-ferro colocados no cargo pela direita, pelo Exército e pelos Estados Unidos (...) Em 1940, foi convocada uma Assembléia Constituinte e se falou de eleições gerais. Os presos políticos foram libertados e a oposição teve o direito de se pronunciar. Batista foi eleito Presidente da República e proclamada a Constituição. Na realidade, Batista dirigia os negócios por trás das cortinas há sete anos, vivamente apoiado pelo Presidente Roosevelt". (LAMORE, J., *op. cit.*, pp. 52 e 53.)

Eleições presidenciais em 1944 e 1948 levaram ao poder supremo Ramón Grau San Martin e Carlos Prío Socárras, respectivamente, mas tanto um quanto outro marcaram suas administrações pela corrupção e pela violência. Ao se iniciarem os anos 50, ganhou força um movimento oposicionista, de características pequeno-burguesas, reunido no Partido Ortodoxo, de ideologia liberal, democrática e nacionalista. Poucos meses antes das eleições de 1952, todavia, Fulgêncio Batista, já então coronel, deu um golpe de Estado, apoiado pelos Estados Unidos.

A ditadura estabelecida sob a presidência de *Batista* (1952-1959) *caracterizou-se pela violência e repressão.* As oposições foram colocadas na ilegalidade e perseguidas pelos órgãos de repressão então criados: o SIM (Serviço de Informação Militar) e o BRAC (Bureau de Repressão às Atividades Comunistas). Este clima de terror implantado correspondia à tensão internacional gerada pela Guerra Fria.

Sob a ditadura de Batista ampliaram-se as concessões aos capitais estadunidenses e Havana converteu-se em importante campo de ação da Máfia norte-americana, que desenvolveu a exploração do jogo, do tráfico de drogas e da prostituição.

"Los caminos de mi Cuba
nunca van a donde deben."

(Canção de Carlos Puebla. THOMAS, H., *Cuba, La Lucha por la Libertad*, volume 2, Ediciones Grijalbo, p. 1021.)

3. A MARCHA PARA A REVOLUÇÃO: O MR 26 DE JULHO

"Para as massas (...) o Movimento 26 de Julho (...) é a ortodoxia sem a direção de latifundiários (...) sem especuladores da Bolsa, sem magnatas da indústria e do comércio, sem advogados de grandes interesses, sem caciques provinciais, sem politiqueiros de nenhuma índole (...)" (Trechos do Manifesto de Fundação do MR 26 de Julho, redigido por Fidel Castro. REBOLLEDO, A.S., *La Revolución Cubana, 1953-1962*, Ediciones Era, p. 91.)

"Pouco tempo após o golpe de Estado, o Tribunal de Exceção de Havana foi interpelado por uma petição formulada por um jovem advogado chamado Fidel Castro. Nela mostrava que Batista e seus homens haviam violado seis artigos do Código de Defesa Social ao realizarem o golpe de força. Exigia que os juízes aplicassem a lei e condenassem Batista." (LAMORE, J., *op. cit.*, p. 53.) A petição foi rejeitada, pois o Poder Judiciário perde a autonomia em uma ditadura militar. Evidenciou-se publicamente que não existiam caminhos legais para se fazer respeitar a Constituição.

Castro era membro do Partido Ortodoxo, organização política que afirmava inspirar-se nas *idéias de José Martí* e tinha como programa de ação a luta por reformas sociais e econômicas, assim como o nacionalismo, dentro de um marco político democrático.

Juntamente com outros ortodoxos, Fidel Castro havia se convencido de que a restauração da democracia, apregoada no programa do partido, só se concretizaria pela *via revolucionária*. Em conseqüência, projetou-se um *ataque a Moncada* (importante depósito de armas) e ao presídio político de Santiago, como etapa inicial para a conquista do poder político. A tentativa, realizada a *26 de julho de 1953*, resultou em terrível fracasso: muitos revolucionários morreram em combate ou depois de aprisionados e poucos sobreviveram, dentre os quais destacaram-se Fidel Castro e seu irmão Raul Castro.

No processo que se abriu contra os que escaparam à morte, Castro fez sua própria defesa durante cinco horas seguidas. Seu pronunciamen-

to já é um texto histórico, sendo conhecido pela denominação de *A História me absolverá*. "Analisou todos os setores da vida pública, mostrando a miséria de uns e a corrupção de outros, a injustiça social e a desumanidade da ditadura (...) Expunha as grandes linhas do programa político, econômico e social que constituía o ideal dos atacantes de Moncada." (LAMORE, J., *op. cit.*, p. 57.)

"Termino minha defesa, mas não o farei como fazem, habitualmente, os advogados pedindo a liberdade do acusado; não posso pedi-la quando meus companheiros já estão sofrendo na ilha de Pinos prisão ignominiosa. Mandai-me para junto deles, a fim de compartilhar sua sorte. É compreensível que os homens honrados estejam mortos ou presos, em uma República em que o Presidente é um criminoso e um ladrão (...) Condenai-me, não importa. A História me absolverá." (CASTRO, Fidel, *A História me absolverá*, Editora Alfa-Omega, pp. 109 e 110.)

Condenado a 19 anos de trabalhos forçados com outros companheiros que receberam penas menores, Fidel permaneceu preso até 1955, quando foi anistiado e se exilou no México.

Embora falhasse a tentativa contra o regime existente em Cuba, o saldo foi bastante positivo:

• lançaram-se as bases do Movimento Revolucionário 26 de Julho, que viria a se converter no núcleo oposicionista mais conseqüente;

• revelaram-se os setores pequeno-burgueses que assumiriam a vanguarda da luta contra a ditadura e de supressão do próprio sistema;

• esboçou-se a ideologia de ação revolucionária baseada no nacionalismo, na luta armada e no antiimperialismo.

No México, o grupo de exilados liderados por Fidel Castro não chegava a uma centena de homens, dentre os quais o médico argentino Ernesto Che Guevara de la Serna e o coronel Alberto Bayo, veterano da Guerra Civil Espanhola e instrutor militar dos guerrilheiros.

Em fins de novembro de 1956, o iate *Granma* zarpou em direção a Cuba, devendo o desembarque ocorrer a 30 de novembro, ao mesmo

tempo em que ações em diversos pontos da ilha atrairiam a atenção das tropas do ditador Batista. Entretanto, o *Granma* só aportou em Cuba após a data prefixada e a expedição teve de enfrentar as forças governamentais em Alegria del Pio, nas proximidades de Sierra Maestra, onde se refugiaram os que sobreviveram ao combate.

4. AS CLASSES SOCIAIS E AS ALIANÇAS POLÍTICAS NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

> "Nenhum de nós do primeiro grupo que chegou no *Granma*, e que nos estabelecemos em Sierra Maestra e aprendemos a respeitar ao camponês e ao trabalhador vivendo com eles, tinha origem operária ou camponesa." (Che Guevara. WOLF, E.R., *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*, Siglo Veintiuno Editores, p. 367.)

Por suas características peculiares e pela influência exercida posteriormente, *a Revolução Cubana assume singular significado na História das sociedades americanas.* Impõe-se, para melhor compreendê-la, conhecer o posicionamento das classes sociais no processo revolucionário e a natureza das alianças políticas então concretizadas.

A. A BURGUESIA AÇUCAREIRA E A REVOLUÇÃO

> "Dadas as condições nas quais foi feita a guerra revolucionária e a complexidade das forças políticas que se opunham à tirania, não é de espantar que alguns elementos entre os latifundiários hajam adotado uma atitude de neutralidade ou, pelo menos, de não-beligerância em relação às forças insurrecionais." (CHE GUEVARA, E., *Revolução Cubana*, Coleção América Latina, Edições Populares, p. 24.)

Devido ao caráter da economia cubana, a *burguesia açucareira latifundiária* constituía o *setor dominante da sociedade*, inclusive impondo-

se sobre os outros segmentos burgueses, como os ligados à produção de charutos e de rum.

Na década de 1950, a queda da venda do açúcar no mercado internacional acarretou a crescente estocagem de parte da produção e, conseqüentemente, a redução dos lucros da burguesia açucareira. O agravamento da crise criou contradições com a ditadura de Batista e com o capitalismo norte-americano, mesmo porque a tensão da Guerra Fria levara o governo cubano a romper relações diplomáticas e comerciais com a URSS e outros países socialistas. À contração dos mercados externos, disso resultante, juntava-se a política de restrições à produção açucareira imposta pela ditadura de Batista, explicável pelos compromissos assumidos no Convênio de Londres, que fixara cotas para os países açucareiros no mercado internacional (1955).

A conjuntura de crise econômica determinou a ruptura da aliança burguesia açucareira-ditadura, evidenciada desde o III Fórum Nacional Açucareiro. Neste, rejeitou-se a determinação governamental de limitar as safras, sustentou-se a necessidade de comerciar com os países socialistas e se resolveu defender a preservação da cota açucareira cubana no mercado norte-americano, pois a concorrência da produção do açúcar de beterraba pelos empresários agrícolas do Sul dos Estados Unidos vinha provocando reduções no consumo do açúcar exportado de Cuba.

Embora temendo a guerra revolucionária, a burguesia açucareira acabou se aproximando do movimento guerrilheiro, visando negociar a substituição de Batista por elementos dispostos a controlar a Revolução. Pelo *Manifesto de la Sierra*, assinado em março de 1957, ficou estabelecido um acordo entre os guerrilheiros e a burguesia contra a ditadura (exigia-se a demissão de Batista e se propunha um governo que respeitasse a propriedade privada), o qual foi ampliado pelo *Pacto de Caracas*, de 20 de julho de 1958. Neste, constituiu-se a *Frente Cívico-Revolucionária Democrática* e se fixou uma estratégia comum para derrotar a ditadura por meio da luta armada, a criação de breve governo provisório até a implantação de um regime constitucional e democrático, a punição dos culpados pelos crimes cometidos, o respeito aos direitos dos trabalhadores, e o estímulo do progresso econômico e político do povo cubano. A

Frente também contou com o apoio dos comunistas, que, no entanto, permaneceram na postura de não acreditar na eficácia da luta armada.

B. OS TRABALHADORES E A REVOLUÇÃO

Sin azúcar no hay país.

(*Slogan* da Associação Nacional dos Produtores de Açúcar)

Sí, pero sin obreros no hay azúcar.
(Jesus Menéndez, dirigente da Federação dos Trabalhadores do Açúcar)

Segundo o recenseamento de 1953, 43% dos seis milhões de habitantes de Cuba viviam na zona rural, a maioria trabalhando de dois a cinco meses por ano como cortadores de cana (*macheteros*) e permanecendo desempregada no período das entressafras. "Somente 9% das habitações rurais tinham luz elétrica, 87% eram iluminadas a querosene, 2,3% dentre elas eram abastecidas de água, 85% não dispunham de qualquer instalação sanitária (...) A higiene era deplorável e a malária, a tuberculose, a sífilis, as infecções parasitárias eram devastadoras." (LAMORE, J., *op. cit.*, pp. 74 e 75.)

Muitos dos *macheteros* também tinham pequenas parcelas de terra, seja como propriedade pessoal ou em arrendamento: era comum o arrendatário (ou precarista) entregar 40% do produzido ou ser expulso do seu lote na época da colheita, o que provocava *freqüentes conflitos na zona rural.*

"(..) a Sierra Maestra, primeiro centro revolucionário, serviu de refúgio para todos esses camponeses que se batiam cotidianamente contra os latifundiários (...) Tinham de combater continuamente as violências dos soldados, sempre aliados com os latifundiários (...) Os combatentes que constituíram nosso primeiro exército guerrilheiro de tipo camponês provinham dessa classe social

que mostra quase agressivamente seu desejo de posse da terra (...)" (CHE GUEVARA, E., *op. cit.*, p. 24.)

Nas cidades, o *proletariado* (sobressaindo os assalariados das indústrias e ferrovias) era *mal remunerado* e, desde 1952, tivera muitas das suas organizações de classe dominadas por dirigentes impostos pela ditadura. Além disso, o movimento operário fora entravado pelas diretrizes adotadas nos anos 40 pelo *Partido Socialista Popular*, denominação do Partido Comunista em Cuba, e que era um dos mais fortes da América Latina: influenciados pelas idéias de Earl Browder, antigo dirigente do Partido Comunista Norte-Americano, os comunistas cubanos assumiram uma postura baseada no *browderismo*. Browder "parecia persuadido de que o pós-guerra traria um fortalecimento e não um esfriamento das relações de aliança entre a URSS e os Estados Unidos, e até chegou a propor e obter, durante um congresso, a dissolução do Partido Comunista Norte-Americano (...) Chegou-se ao ponto de divulgar teses como a de que o próprio caráter do imperialismo havia mudado (...) e se difundiu a idéia de que as relações entre Estados Unidos e América Latina se caracterizariam, daí para frente, por uma nova política de ajudas necessárias ao desenvolvimento econômico independente dos países americanos." (TUTTINO, S., *op. cit.*, pp. 61 e 62.)

O *movimento sindical*, contudo, foi *reativado* por dirigentes ligados ao *MR 26 de Julho* e, sobretudo, ao Partido Socialista Popular, que organizaram greves de enfrentamento à ditadura. Já em 1955, a diminuição dos salários dos trabalhadores do setor açucareiro havia desencadeado uma greve em que se verificaram choques entre os grevistas e as tropas do Exército, e a derrubada de direções pelegas dos sindicatos. Assumindo conotações essencialmente políticas, pois deflagrada em protesto ao assassinato de Frank País, um dos dirigentes do setor urbano do MR 26 de Julho, uma onda de greves ocorreu em agosto de 1957, envolvendo também organizações de diversas classes sociais.

O crescimento do movimento urbano assumiu particular importância porque evidenciava a debilidade do regime, incapaz de deter o avanço popular, e também a necessidade de abrir nas cidades uma nova frente de combate à ditadura, adotando como tática de luta a *greve geral revolucionária*.

5. A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO

A História não admite erros.

(Ernesto Che Guevara)

Em inícios de 1958, a ditadura de Batista apresentava visíveis sinais de decomposição. Em Sierra Maestra, *o movimento guerrilheiro consolidava-se e ganhava o decidido apoio dos camponeses.* Nas cidades, criaram-se comissões clandestinas para ajudar os guerrilheiros, e um jornal passou a circular noticiando a existência de um *território livre em Cuba*, "mas o país inteiro começou a viver o dia-a-dia com o exército rebelde quando se iniciaram, desde 24 de fevereiro de 1958, as emissões da Rádio Rebelde. Cada dia, elas denunciavam as falsas informações das estações nacionais e descreviam os progressos da guerrilha". (LAMORE, J., *op. cit.*, p. 61.)

Foi, então, que o governo cometeu grave erro estratégico: após reprimir violentamente uma greve geral em abril, afirmou o início de grande ofensiva a fim de esmagar as forças rebeldes. Doze mil soldados foram lançados contra Sierra Maestra e a serra passou a ser duramente castigada pelos bombardeios aéreos, quando, até mesmo, as matas eram incendiadas com *napalm*. A operação, entretanto, fracassou e, desde agosto de 1958, os guerrilheiros se lançaram à contra-ofensiva.

> "As colunas rebeldes avançaram em todas as direções no resto do território nacional sem que nada pudesse detê-las. Se um comandante cai, outro ocupa seu posto. O povo de Cuba deve preparar-se para auxiliar nossos combatentes. Cada povoado (...) pode converter-se em campo de batalha. A população civil deve ficar prevenida para poder suportar valorosamente as privações da guerra (...)" (Comunicado de Fidel Castro, em agosto de 1958. TUTTINO, S., *op. cit.*, p. 179.)

Comandadas por Camilo Cienfuegos, Guevara, Fidel e Raul Castro, quatro colunas foram ocupando uma a uma as cidades e províncias da ilha.

Batista ainda tentou diversas manobras visando impedir a vitória da Revolução: indicou para presidência da República o Dr. Carlos Manuel Piedra, da Suprema Corte de Justiça, e, após renunciar, fugiu de Havana para o exílio. No dia seguinte, 2 de janeiro de 1959, uma greve geral parou todo o país e os *barbudos* entraram em Havana.

A tomada do poder marcou o fim da fase insurrecional da guerra revolucionária. *Começava*, no entanto, *a etapa mais importante da Revolução: a construção da nova sociedade.*

6. O IMPASSE REVOLUCIONÁRIO (1959-1961)

Agora a Revolução está começando.

(Fidel Castro, em discurso de 1º de janeiro de 1959)

Com a derrubada da ditadura, empossou-se o *Governo Revolucionário* do presidente Manuel Urrutia e do primeiro-ministro Miró Cardona, de tendências liberais reformistas. *O poder*, contudo, *permaneceu com o exército revolucionário*, cujo comandante-em-chefe era Fidel Castro.

Uma das primeiras providências dos revolucionários foi a dissolução do exército regular e a destruição do aparato policial repressivo criado por Batista.

Não havia, porém, unidade no governo, e as divisões manifestaram-se à medida que o programa do MR 26 de Julho começou a ser posto em prática. O divisionismo decorria da própria *heterogeneidade de forças que participaram da Revolução*, convertida em verdadeira cruzada de todas as classes contra a ditadura. Em conseqüência, projetos diferentes eram apresentados pelos novos dirigentes da República cubana.

O *nacionalismo*, que fora um dos sustentáculos ideológicos da Revolução em sua fase insurrecional, apresentava duas vertentes:

- a *liberal burguesa*, que pretendia reformar o Estado nos parâmetros do sistema capitalista;
- a *radical popular*, que sustentava o aprofundamento da Revolução, mediante a construção de uma sociedade socialista.

Não obstante a atuação de setores da frente ampla que procuraram

frear o avanço revolucionário, como foi o caso do primeiro-ministro Cardona, logo demissionário e substituído por Fidel Castro, a *tendência popular radical acabou se impondo*, o que se explica pela impossibilidade de concretizar uma revolução nacional em um país periférico do capitalismo. O modo de produção capitalista havia ido longe demais para caber nos limites da ordem colonial, imposta a Cuba pelo imperialismo norte-americano e convertida em verdadeira camisa-de-força para o desenvolvimento de um capitalismo cubano. Para a preservação do capitalismo cubano, os setores burgueses teriam de ocupar o espaço nacional, em grande parte dominado pelo capital norte-americano.

"Os estratos burgueses viram-se postos diante de tarefas políticas que não podiam desempenhar sem comprometer o capitalismo com a desagregação da ordem social neocolonial, ou seja, sem desagregar o modo capitalista de produção. Tiveram de titubear, de oscilar e de passar à contra-revolução no momento em que a pressão das classes trabalhadoras e da população pobre alcançara o zênite." (FERNANDES, F., *op. cit.*, p. 87.)

Tanto no nível da burguesia, quanto no nível das classes trabalhadoras, eram insanáveis as contradições com a ordem colonial capitalista. "Diante dos obstáculos que se erguiam (...) a vanguarda revolucionária proletariza-se; em seguida, realiza mais dois saltos: torna-se anticapitalista e busca no socialismo revolucionário uma saída para Cuba, arrastando consigo a massa dos proletários rurais e urbanos." (FERNANDES, F., *op. cit.*, p. 88.)

No plano internacional, o *relacionamento Cuba-Estados Unidos* tendeu a se tornar *conflitante* devido à contradição entre os interesses econômicos e financeiros norte-americanos e as diretrizes revolucionárias. A política de nacionalização da economia, empreendida pelo governo revolucionário, inegavelmente foi acelerada pelas medidas anticubanas adotadas pelos governantes norte-americanos: a cada represália norte-americana, mais radical tornou-se o nacionalismo cubano.

A redução da cota do açúcar comprado a Cuba, logo seguida da supressão total; a suspensão de todas as exportações para Cuba, reforçando a pressão econômica; o envolvimento com os grupos de exilados cubanos que projetavam atacar Cuba, seja mediante incursões aéreas

partidas da Flórida desde outubro de 1959, seja dos refugiados na Guatemala, onde forças contra-revolucionárias passaram a ser armadas e treinadas por norte-americanos; as ligações estabelecidas com opositores do regime que atuavam nas zonas montanhosas de Cuba ou realizavam contínuos atos de sabotagem nas cidades; a violenta campanha anticastrista na imprensa norte-americana; a ameaça do corte de créditos a países que dessem ajuda econômica e militar a Cuba; a pressão feita na reunião da OEA em São José da Costa Rica (agosto de 1960) para aprovar declaração condenando Cuba, acusada de favorecer a intervenção de Estados não-americanos e de se organizar de maneira incompatível com o sistema continental, foram prontamente respondidos pelo governo cubano. Cuba foi endurecendo suas posições até o *rompimento com os Estados Unidos* (janeiro de 1961), *aproximando-se da URSS* e demais países socialistas, ao mesmo tempo em que internamente *abandonou o nacionalismo burguês radical pela socialização do país.*

> "Isso é o que *não nos podem perdoar: que* aqui, sob seu nariz, *façamos uma revolução socialista.*" (Declaração de Fidel Castro, a 16 de abril de 1961, pela primeira vez publicamente reconhecendo que Cuba era socialista. THOMAS, H., *op. cit.*, volume 3, p. 1678.)

Desde a conquista do poder em janeiro de 1959 até a definição por uma Cuba socialista, em 1961, a sociedade cubana sofreu importantes transformações:

• decretos diversos estabeleceram a *nacionalização*, com ou sem indenização, de hotéis, cinemas, jornais, empresas petrolíferas e de seguros, bancos, usinas de açúcar, emissoras de rádio e televisão, destilarias, companhias de eletricidade e telefônica etc.;

• a *Lei de Reforma Agrária*, de maio de 1959, atacou os latifúndios; fixou uma indenização aos proprietários atingidos; criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), encarregado de melhorar a agricultura e redistribuir as terras confiscadas; admitiu a persistência de granjas individuais, multiplicadas com a redistribuição das terras; determinou a organização de cooperativas agrícolas, colocadas sob a direção do INRA;

• a *Lei de Reforma Urbana*, de outubro de 1960, proibiu fosse alguém proprietário de mais de um imóvel; estabeleceu que os locatários dos imóveis confiscados passassem a ser inquilinos do Estado; determinou o pagamento de uma indenização aos antigos proprietários, a qual foi calculada sobre o custo do imóvel, deduzindo-se o montante dos aluguéis já pagos.

Nessa fase de esfriamento das relações com os Estados Unidos, os países socialistas constituíram um *mercado alternativo para a venda do açúcar de Cuba*. O ponto de partida para o relacionamento com o mundo socialista foram os primeiros acordos firmados com a URSS, após o *restabelecimento das relações diplomáticas cubano-soviéticas*, em maio de 1960. A URSS, além de se obrigar a comprar um milhão de toneladas de açúcar por ano, comprometia-se a vender produtos diversos, como o petróleo, a fornecer um empréstimo e a dar ajuda técnica para a industrialização de Cuba.

7. E CUBA TORNOU-SE SOCIALISTA

Maravilha
Ilha de luz
Quero a tua cor mulata
A tua verde mata
Os teus mares azuis.

(Francis Hime e Chico Buarque de Holanda, *Maravilha*)

A. A CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO

Ainda que só a partir de abril de 1961 fosse proclamado oficialmente o conteúdo socialista da Revolução Cubana, não se pode deixar de considerar:

• que *as reformas de 1960 prepararam o caminho* para a implantação *do socialismo*: graças aos decretos de nacionalização, os bancos, meios de transporte e diversos setores da produção industrial foram colocados sob

controle do Estado, ao mesmo tempo em que a legislação agrária eliminou o capital estrangeiro no campo;

• que *as ameaças de invasão serviram para aumentar a união entre o Governo Revolucionário e o povo cubano*; assim, como já ocorrera durante a Revolução Francesa e a Revolução Russa, quando os governos revolucionários puderam consolidar-se contra a invasão estrangeira conjugada com a contra-revolução interna, na Revolução Cubana o Governo Provisório pôde se fortalecer em bases nacionais, com o fracassado desembarque de mercenários cubanos na Baía dos Porcos (abril de 1961), em expedição preparada pela CIA;

• que *a URSS não estava disposta, inicialmente*, a se envolver a fundo *na Revolução Cubana*; talvez preferisse um governo neutralista a um governo comprometido; isso torna-se mais claro se analisado no contexto da política externa soviética, cujos dirigentes defendiam então a necessidade de uma Coexistência Pacífica, o que implicaria uma aproximação com os Estados Unidos; esses objetivos seriam dificultados caso apoiassem ostensivamente o governo de Fidel Castro, embora a derrubada do governo revolucionário cubano representasse um preço muito alto e um sacrifício inútil. O fracasso da conferência de cúpula em Paris (1960), devido ao escândalo do avião U-2 (derrubado sobre território soviético), novamente esquentou a Guerra Fria. "Incontestavelmente, a inércia de Kennedy, que havia contribuído para a derrota da Baía dos Porcos, convenceu a Kruschev (...) que ele nada faria. Talvez alguns soviéticos acreditassem que a demonstração ostensiva do poderio comunista no hemisfério americano faria que a América Latina se convencesse não só da possibilidade de desafiar abertamente aos Estados Unidos, como também da superioridade da política soviética sobre a China." (THOMAS, H., *op. cit.*, volume 3, p. 1777.) Persuadido de que as garantias oferecidas pelo Pacto de Varsóvia eram insuficientes porque a ilha não tinha condições de defender-se diante de uma invasão norte-americana, o governo soviético concluiu uma aliança militar defensiva com os dirigentes cubanos (agosto de 1962). A instalação de bases de foguetes soviéticos na ilha acabou provocando o bloqueio naval e aéreo de Cuba pelos Estados Unidos e uma das crises mais graves da Guerra Fria (outubro de 1962);

• que *Cuba foi o primeiro país a fazer uma revolução socialista sem a direção de um partido comunista.* Já vimos que o Partido Socialista Popular (denominação do Partido Comunista em Cuba), embora se opusesse à ditadura de Batista, só apoiara a Revolução às vésperas da conquista do poder pelo MR 26 de Julho. Abandonando o browderismo, os comunistas seguiam a linha estalinista e não aceitavam a hegemonia do MR 26 de Julho em um processo revolucionário que fugia às regras do modelo soviético. Graças sobretudo a Raul Castro e Che Guevara, criaram-se as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), resultantes da fusão do MR 26 de Julho, o PSP e o Diretório Revolucionário (grupo de origem estudantil que lutara contra o regime de Batista). A luta interna entre antigos dirigentes comunistas e as lideranças do MR 26 de Julho culminou com o expurgo de Anibal Escalante, acusado de sectarismo, pois considerava que os velhos militantes comunistas deviam ser os únicos quadros revolucionários.

> "O sectarismo separa das massas todo partido revolucionário." (Fidel Castro, em discurso de 11 de abril de 1962. LAMORE, J., *op. cit.*, p. 80.)

Desde então, o recrutamento partidário passou a ser feito por assembléias de trabalhadores. Em fevereiro de 1963, as ORI foram substituídas pelo Partido Unificado da Revolução Socialista (PURS), de tendência marxista-leninista, mas de orientação castrista. A depuração prosseguiu e levou à criação, em 1965, do Partido Comunista Cubano (PCC).

B. A REVOLUÇÃO CUBANA E A AMÉRICA LATINA

A *influência da Revolução Cubana sobre a América Latina* foi *marcante na década de 1960.* "Cuba converteu-se no catalisador das emoções nacionalistas de vários países. A publicação de um manual de guerrilhas, escrito por Guevara, teve um efeito embriagante sobre a extrema esquerda organizada em toda a América do Sul. O sucesso de Castro na Sierra e a divulgação do seu programa revolucionário emocionaram os estudantes de todas as partes, afrouxando os laços entre os comunistas

jovens e a antiga direção do Partido, criando (...) o desejo de ação e luta armada. O entusiasmo não se limitava aos intelectuais." (THOMAS, H., *op. cit.*, volume 3, p. 1636.)

Para muitos revolucionários latino-americanos, a *Revolução Cubana surgiu como um modelo* a ser seguido por outras sociedades americanas. Essa concepção foi reforçada com a divulgação dos escritos de Che Guevara e de Régis Debray (jornalista francês que lutou na Bolívia, autor de *A Revolução na Revolução*). Guevara publicou o seu clássico *A Guerra de Guerrilhas* em 1960, fundamentado nas experiências acumuladas em Sierra Maestra. Nos seus escritos, Guevara esboçou a *teoria do foco guerrilheiro*, o chamado *foquismo*:

> "Ainda que a guerra de guerrilhas cumpra uma série de leis derivadas das gerais da guerra, e além das próprias do seu tipo, é óbvio que deve iniciar-se como uma tarefa conspirativa, isolada da ação do povo e reduzida a um pequeno núcleo de iniciados, se realmente se pretende efetivar esta guerra em outro país ou em regiões distintas e distantes, dentro de um mesmo país. Se o movimento guerrilheiro nasce pela ação espontânea de um grupo de indivíduos que reagem contra um método de coerção qualquer, é possível que não necessite outra condição que a organização posterior desse núcleo guerrilheiro, para impedir seu aniquilamento (...)" (CHE GUEVARA, E., *A Guerra de Guerrilhas*, Edições Populares, p. 97.)

Segundo Che Guevara, a Revolução Cubana *quebrou tradicionais dogmas* sobre a conduta das massas populares na América Latina, pois demonstrou que:

"1 — As forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército.

2 — Nem sempre há que se esperar que se dêem todas as condições para a Revolução: o foco insurrecional pode criá-las.

3 — Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo." (CHE GUEVARA, E., *op. cit.*, p. 13.)

Em discurso feito em maio de 1962, Che Guevara fez um balanço da *repercussão da Revolução Cubana sobre a América Latina*, considerando que a influência foi heterogênea: em muitas sociedades mostrou que os partidos de esquerda condicionados a uma visão legalista da luta pelo poder acusavam a Revolução Cubana de desvios ideológicos; em contrapartida, em muitas sociedades latino-americanas criaram-se movimentos revolucionários que optaram pela luta armada e viam na Revolução Cubana um modelo.

Em 1967, analisando a conjuntura internacional, considerava o isolamento do Vietnã e afirmava que o principal campo de atuação do imperialismo abrangia a América, África e Ásia, sendo que a América Latina surgia como a grande esperança revolucionária: afirmava, então, a *necessidade de criar dois, três, inúmeros Vietnãs* a fim de destruir o imperialismo.

A criação da *Organização Latino-Americana de Solidariedade* (OLAS) para "coordenar e dar ímpeto à luta contra o imperialismo norte-americano" (agosto de 1967), os constantes pronunciamentos de Fidel Castro pregando a via insurrecional aos movimentos latino-americanos de esquerda (inúmeras vezes não se limitando à simples pregação) e a própria atitude de Guevara empreendendo uma *ação guerrilheira na Bolívia* (onde foi preso e assassinado em outubro de 1967) contribuíram para expandir a *guerrilha*, como *tática de luta revolucionária na América Latina*.

Focos guerrilheiros, rurais e urbanos (estes nos países mais industrializados do continente), surgiram na Venezuela, Colômbia, Equador, Guatemala, Bolívia, Uruguai, Argentina, Nicarágua e Brasil.

A teoria do foco guerrilheiro, contudo, *acabou fracassando* em outras experiências na América Latina, para isso contribuindo não só a violenta repressão desencadeada contra os movimentos guerrilheiros, que foram impiedosamente *dizimados*, mas também toda uma série de equívocos das organizações revolucionárias. O próprio fato de se querer colocar a Revolução Cubana como modelo a ser seguido foi determinante para o malogro do foquismo, pois, ao se eleger um modelo, cristalizava-se um processo, deixando-se de lado a tarefa fundamental de se perceber as contradições de classes em cada sociedade e em cada conjun-

tura. Outra crítica à teoria do foco guerrilheiro situa-se no seu pressuposto de que a luta armada pode ser empreendida sem uma sólida base entre as massas: estas deveriam levantar-se quase que espontaneamente, à medida que os focos guerrilheiros surgissem; na prática, porém, as massas mantiveram-se sem colaborar com as organizações revolucionárias, cada vez mais isoladas em uma luta desgastante para sobreviver. Outro fator a ser considerado foi a supervalorização da ação armada em prejuízo da preparação ideológica; isto conduziu ao ultravoluntarismo, traduzido na fórmula "mais prática e menos teoria", o que determinou o enfraquecimento da conscientização política, com os erros e falhas decorrentes.

Apesar dos erros constatados, a *teoria do foco resgatou questões fundamentais* para o movimento revolucionário: levantou a discussão sobre o papel da vanguarda no processo revolucionário, ao mesmo tempo que recolocou a questão da luta armada para a tomada do poder e o problema do partido revolucionário que não seja apenas clandestino, mas tenha dentro de si o embrião do exército popular. A derrubada de Allende no Chile, em 1973, e a vitória dos sandinistas na Nicarágua, em 1979, revitalizaram a atualidade dessas questões.

C. A SEGUNDA REFORMA AGRÁRIA

Decretada em outubro de 1963, a nova Lei de Reforma Agrária correspondeu à necessidade de avançar na socialização dos meios de produção, ao mesmo tempo que eliminava uma burguesia rural contra-revolucionária.

A lei estabelecia a nacionalização de todas as propriedades rurais com uma extensão superior a 67 hectares. Os proprietários atingidos recebiam uma indenização. Como, então, afirmou Fidel Castro, "(...) não haveria nenhuma outra nacionalização da terra. Qualquer transição da agricultura individual à coletiva teria que ser feita por decisão voluntária e firme dos próprios agricultores (...) A Revolução Cubana considera que 70% da terra em mãos do Estado constituem suficiente garantia para o desenvolvimento de uma agricultura socialista e que a utilização de mecanismos puramente econômicos — preços agrícolas, créditos, insumos etc.

— permitiria à Revolução orientar a produção individual dos camponeses para as metas que o Governo Revolucionário considere preferível em cada caso". (RODRIGUEZ, C.R., "La Segunda Reforma Agraria Cubana: Causas y Derivaciones". DELGADO, O. e outros, *Reformas Agrarias en la América Latina*, Fondo de Cultura Económica, p. 528.)

A incorporação de quase 10 mil novas propriedades ao setor estatal da agricultura implicou a reorganização estrutural da produção socialista, reforçada com a *multiplicação das Granjas del Pueblo*. Criadas desde a primeira reforma agrária, as *Granjas del Pueblo*, comparáveis aos sovcoses da URSS, são fazendas do Estado destinadas à produção agrícola e que utilizam mão-de-obra assalariada. Nelas, as famílias desfrutam o "direito à moradia, educação, assistência médica, eletricidade e água, gratuitamente". As jornadas de trabalho são de oito horas.

As *novas diretrizes* afirmaram a necessidade de incrementar a produção da cana-de-açúcar, considerando que a *agricultura* era a *base da economia cubana*. Reformulavam-se, assim, as anteriores tentativas de diversificação dos cultivos agrícolas, o que não significava o abandono da preocupação de tornar Cuba auto-suficiente na produção de alimentos básicos, como o arroz e o feijão. A criação do gado, empregando modernos processos de inseminação artificial e de cruzamento de raças, conheceu importantes melhorias, inclusive no aumento da produção de carne e de leite. A *mecanização da agricultura*, a intensificação do uso de métodos diversos de adubagem e de irrigação do solo permitiram igualmente o aumento do cultivo do café e do tabaco.

"Todas as dificuldades estão, certamente, longe de ser resolvidas, mas é incontestável que as novas orientações agrícolas, por um lado, e a utilização maciça do trabalho voluntário, por outro lado, contribuem para que Cuba possa triunfar na sua luta contra o subdesenvolvimento." (LAMORE, J., *op. cit.*, pp. 98 e 99.)

D. A REVOLUÇÃO TOTAL

O aprofundamento do processo revolucionário, acelerado a partir de 1961, envolveu *transformações em toda a sociedade cubana*.

"A nova sociedade em formação deve combater duramente o passado, que repercute não somente na consciência individual, onde pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também no próprio caráter deste período de transição, onde persistem as relações mercantis." (CHE GUEVARA, E., *op. cit.*, p. 53.)

Visando a transformação do indivíduo, fundamental para a construção de uma nova sociedade, o governo empreendeu, em *1961*, o *Ano da Educação* — como *1959* fora o *Ano da Libertação* e *1960* o *Ano da Reforma Agrária* —, uma campanha para eliminar o analfabetismo. Estabelecendo o sistema de voluntariado para o magistério e criando cerca de 10 mil salas de aula, com muitos antigos quartéis transformados em escolas, a meta visada foi praticamente atingida. "A responsabilidade pela Educação passou a ser inteiramente do Estado. O ensino tornou-se, então, gratuito em todos os níveis — do pré-escolar ao curso superior — e obrigatório até o 6º grau. A gratuidade da educação compreende alimentação (café da manhã, almoço e jantar) e todo o material escolar." (MORAIS, F., *A Ilha — Um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, Editora Alfa-Omega, p. 58.)

Desde 1966, o ensino médio e universitário procurou *conjugar trabalho e estudo*, estabelecendo estreita relação entre a formação intelectual e a prática produtiva. Além do mais, "o governo mantém Universidades Operárias encarregadas de formar técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos que voltaram a estudar depois de adultos". (MORAIS, F., *op. cit.*, p. 61.)

Considerada uma atividade de exclusiva responsabilidade do Estado, a *saúde pública* passou por modificações revolucionárias. Os serviços médicos, o comércio e a indústria de medicamentos foram estatizados e a medicina preventiva incrementada, sobretudo porque muitos médicos deixaram a ilha após a Revolução. Os resultados mais significativos foram a redução da taxa de mortalidade infantil, da poliomielite, do impaludismo e da difteria.

No setor da produção industrial, a Revolução enfrentou grandes dificuldades. A *nacionalização* das fábricas e minas *atingiu principalmente empresas norte-americanas* cujos técnicos e dirigentes administrativos também eram norte-americanos, os quais abandonaram Cuba em 1960. Muitos cubanos, técnicos e administradores, igualmente se retiraram da ilha. "Junto com o problema de encontrar o pessoal para dirigir minas e fábricas estava o de obter peças de reposição e matérias-primas. O domínio absoluto que os Estados Unidos haviam exercido sobre a economia cubana aumentava então a vulnerabilidade de Cuba em face do embargo norte-americano (...) Em 1961 (...) surgiram sérias dificuldades e a produção total da indústria declinou." (BOORSTEIN, E., *La Transformación Económica de Cuba*, Editorial Nuestro Tiempo, pp. 71 e 73.) A isso somaram-se os *erros cometidos*, como os planos ambiciosos e a tendência a priorizar a industrialização em detrimento da agricultura.

Desde 1961 atribuiu-se ao Ministério da Indústria a função de "governar, dirigir, supervisionar e executar a política de desenvolvimento industrial da nação e a de administrar as empresas industriais do Estado, de acordo com as diretrizes e os planos do Governo Revolucionário." (BOORSTEIN, E., *op. cit.*, p. 156.) Anunciou-se também que *1962* seria o *Ano da Planificação: toda a economia ficaria subordinada a um plano econômico único e geral.*

Pela nova orientação econômica, a agricultura voltou a ser conside-

rada o setor econômico prioritário, devendo ser desenvolvida a *industrialização em função das atividades agrícolas*: produção de máquinas para a lavoura e fabricação de fertilizantes. As antigas indústrias do açúcar e de charutos foram modernizadas, ao mesmo tempo em que se criaram novas indústrias de produtos derivados da cana-de-açúcar. "O bagaço permitiu a fabricação de papel e de papelão (...) Planos visaram utilizar maciçamente o bagaço (...) importante matéria-prima. A celulose que contém permitiu, além disso, a fabricação de matérias plásticas, tecidos... Quanto ao melaço, foi utilizado na confecção de produtos para a alimentação do gado e na obtenção de produtos químicos." (LAMORE, J., *op. cit.*, p. 101.)

Novos barcos pesqueiros, importados ou produzidos nos estaleiros cubanos, possibilitaram a *expansão da pesca*, sobressaindo a industrialização da lagosta.

A *mineração* igualmente progrediu, inclusive na exploração de campos petrolíferos, embora permaneça a dependência à importação do petróleo soviético.

A política econômica e social (envolvendo planos educacionais, habitacionais, desportivos, médico-sanitários) implicou o *crescimento da construção civil*. Edificaram-se escolas, conjuntos habitacionais, policlínicas, berçários, hospitais, fábricas e represas.

A Revolução importou a criação e reorganização de *instituições* de sustentação *do Estado revolucionário: o Partido, as Forças Armadas e os Comitês de Defesa da Revolução*. "As Forças Armadas são reorganizadas, profissionalizadas e reduzidas. O PCC sofre algumas alterações (...) A base legal e política de toda a sociedade é finalmente refeita: '1º) com o preparo, discussão pública e implementação dos novos códigos; 2º) com a elaboração do anteprojeto da nova Constituição, sua discussão (processo que envolve mais de 6 milhões de pessoas), aprovação pelo referendo nacional de 15 de fevereiro de 1976 (...) Ela preceitua que Cuba é um Estado socialista de operários e camponeses e demais trabalhadores manuais e intelectuais' (art. 1º), no qual 'todo o poder pertence ao povo trabalhador que o exerce por meio das assembléias do Poder Popular' (...)" (FERNANDES, F., *op. cit.*, p. 199.)

Os *Comitês de Defesa da Revolução* (CDR), criados em setembro de

1960, constituem organizações de massa destinadas a estimular atividades revolucionárias. Uma de suas principais atribuições é a vigilância revolucionária, seja contra tentativas de invasão, seja contra os suspeitos de ser contra-revolucionários. Cabe-lhes ainda promover campanhas médicas e educacionais, recrutar voluntários para atividades diversas, realizar seminários de instrução revolucionária etc. "Em cada rua existe um e qualquer pessoa neles pode ingressar (...) Estes Comitês são verdadeiramente a alma da nova sociedade cubana e estão criando uma nova cultura de propaganda, participação, coesão e trabalho em um país que, no passado, fora uma curiosa mistura de esforço privado e de sofrimento privado." (THOMAS, H., *op. cit.*, volume 3, pp. 1858 e 1859)

E. POLÍTICA EXTERNA

Desde janeiro de 1961, quando rompeu relações diplomáticas com os Estados Unidos, a política externa de Cuba evidenciou claramente uma *grande vontade de independência.*

Não obstante os *tratados firmados com a URSS* (no plano econômico, financeiro, técnico e militar) garantindo a continuidade da Revolução Cubana, em uma ajuda "inestimável e decisiva", como reconheceu Fidel Castro em 1963, o governo cubano manteve sempre uma *posição independente* na direção da sua política externa e interna.

Em diversas questões Cuba chegou inclusive a adotar *posições conflitantes* com as *diretrizes* políticas *soviéticas.* Em fevereiro de 1962, na Segunda Declaração de Havana, Fidel prometeu ajuda aos movimentos de libertação do continente, definindo-se explicitamente pela luta armada como único meio para realizar a Revolução na América Latina e conclamando os povos latino-americanos a se levantar contra o imperialismo norte-americano. Em pronunciamentos diversos, os dirigentes cubanos criticaram a linha reformista dos partidos comunistas latino-americanos que, seguindo a linha soviética, haviam renunciado à luta armada para a conquista do poder.

Durante a reunião da *Primeira Conferência Tricontinental,* em Havana (janeiro de 1966), apesar da oposição soviética, que foi apoiada pelos representantes dos partidos comunistas pró-soviéticos, Fidel

Castro reafirmou a disposição de fornecer ajuda ampla e incondicional a todo movimento revolucionário, de qualquer país do mundo, empenhado na luta pela libertação.

Em agosto de 1967, na assembléia de *criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade* (OLAS), que contou com a presença de dirigentes revolucionários de 27 países latino-americanos, Havana denunciou a tese soviética da aliança com a burguesia nacional, afirmou o caráter continental da Revolução latino-americana e a necessidade dos negros norte-americanos empreenderem uma ação revolucionária direta.

Desse modo, Cuba continuava se definindo pela *Revolução permanente* e por uma firme *solidariedade com os povos em luta por sua independência*. Essas diretrizes da política externa contribuíram para mantê-la isolada dos demais países americanos, em grande maioria governados por ditaduras militares vinculadas aos Estados Unidos.

Em julho de 1964, aliás, a OEA reforçou o *embargo comercial e político contra Cuba*, sendo o México o único Estado que não acatou tais decisões. Já anteriormente Cuba fora excluída da OEA na Conferência de Punta del Este (janeiro de 1962).

Na década de 1970, porém, o fracasso das guerrilhas no continente levou o governo cubano a empreender uma política externa menos agressiva. A própria crise norte-americana somada ao fracasso militar e político no Vietnã levaram os Estados Unidos a adotarem uma política menos hostil em relação a Cuba.

Refletindo a política de distensão, que também correspondia à tendência à Coexistência Pacífica, os governos de Cuba e dos Estados Unidos assinaram um tratado contra a pirataria aérea (fevereiro de 1973) que, por um lado, representou o *primeiro compromisso diplomático* entre os dois países após janeiro de 1961, e, por outro lado, constituiu um desestímulo aos seqüestros de aviões feitos por indivíduos que, perseguidos em seus países, apoderavam-se de aeronaves e rumavam para Havana, considerada por muitos a capital da Revolução latino-americana. A política de distensão Cuba-Estados Unidos conheceu nova etapa quando o governo estadunidense, sem suprimir a proibição do comércio direto entre os dois países, admitiu que subsidiárias de empresas norte-americanas sediadas no estrangeiro pudessem exportar seus produtos para Cuba (agosto de 1975).

Em março de 1977, o presidente Jimmy Carter decidiu suspender a proibição de cidadãos norte-americanos visitarem Cuba: de imediato, chegaram a Havana comitivas de norte-americanos, seja em viagens de turismo, seja em delegações esportivas. Na mesma época, os governos de Cuba e dos Estados Unidos firmaram tratados de pesca e de delimitação das suas respectivas zonas marítimas.

Ainda em 1977, Cuba e Estados Unidos instalaram suas *respectivas missões diplomáticas em Washington e Havana*, o que representou um passo significativo na política de reaproximação. No entanto, um obstáculo à formalização do reatamento de relações diplomáticas entre os dois países vem sendo a atividade dos *exilados cubanos* que *livremente atuam nos Estados Unidos* e promovem dezenas de atentados contra propriedades e representantes de Cuba no estrangeiro.

Os novos rumos da política norte-americana refletiram-se sobre a mudança de comportamento dos governantes latino-americanos. Na década de 1970, Cuba foi saindo do isolamento em que se encontrava mediante o restabelecimento de relações diplomáticas com diversos países da América Latina: Chile (1970), Barbados, Trinidad-Tobago, Guiana (1971), Panamá e Venezuela (1974). Além do mais, em julho de 1975, "em uma reunião em São José da Costa Rica, os governos dos países-membros da Organização dos Estados Americanos votam a favor do levantamento de todas as sanções econômicas e políticas contra Cuba. Os representantes do Chile, do Paraguai e do Uruguai votam contra. Registram-se as abstenções do Brasil e da Nicarágua". (ESCOSTEGUY, J., *Cuba hoje: 20 anos de Revolução*, Editora Alfa-Omega, p. 170.)

Outro traço marcante da política externa cubana na década de 1970 foi a sua *crescente presença na África*. Segundo os dirigentes cubanos, a Constituição de 1976, afirmando o internacionalismo proletário, "justifica a intervenção em auxílio dos movimentos de libertação de todo o mundo".

Na Época Colonial, os navios saíam de Cuba para buscar escravos na África. Hoje, os descendentes desses escravos mandam à África navios que ajudarão a libertar nossos povos do colonialismo.

(Júlio Braga — moçambicano)

Não é de espantar, por conseguinte, que o governo de Fidel Castro tenha excelente relacionamento diplomático com movimentos africanos de libertação que já chegaram ao poder ou que lutam para conquistá-lo. Em quinze Estados africanos — Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Congo-Brazzaville, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Etiópia, Líbia, Moçambique, República Malgaxe, São Tomé-Príncipe, Serra Leoa e Tanzânia — atuaram cubanos como médicos, psiquiatras, dentistas, professores, técnicos (em serviços de assessoria de pesca, agricultura, construção de pontes, casas, escolas etc.) ou conselheiros militares, isto sem falar na presença de tropas aquarteladas, por exemplo, em Angola e Etiópia.

A distensão das relações bilaterais entre Cuba e Estados Unidos, no início do governo Carter (1976-1980), sofreu um retrocesso entre 1979 e 1980, quando o Departamento de Estado norte-americano acusou os cubanos de terem recebido dos soviéticos 20 aviões MIG 23 adaptáveis ao transporte de armas nucleares, o que representava uma violação aos acordos Kennedy-Kruschev, de 1962. O governo de Washington anunciou a criação de uma força-tarefa conjunta para o Caribe, sediada em Key West, Flórida, iniciando manobras aeronavais de intimidação no litoral cubano, o que provocou protestos do governo de Fidel e de outros países da região.

Tal situação se agravou em 1980, quando em poucos dias dez mil cubanos se asilaram nas embaixadas do Peru e da Venezuela, em Havana, reivindicando a saída do país. O governo de Fidel permitiu que cerca de 114 mil cubanos partissem para os Estados Unidos, causando problemas políticos à administração Carter e contribuindo, de certa forma, para sua derrota na disputa presidencial para Ronald Reagan, do Partido Republicano.

A influência da Revolução Cubana e a solidariedade do governo Fidel com os povos oprimidos do Terceiro Mundo sempre foram uma preocupação para os sucessivos governos norte-americanos, mas adquiriram um caráter obsessivo na administração Reagan (1981-1989), quando *ideólogos da extrema direita redigiram o Documento de Santa Fé*, para orientar as diretrizes da política externa norte-americana e onde eram sugeridas medidas punitivas contra Cuba por seu apoio às lutas de

libertação nacional da América Latina e África. Nesse contexto, especialistas do Pentágono e dos centros de treinamento militar também desenvolveram teorias de contra-insurgência, que incluíam desde a chamada Guerra de Baixa Intensidade — aplicada contra o governo revolucionário da Nicarágua — até a organização de unidades de infantaria mais leves e de rápido deslocamento, como as usadas para invadir a ilha de Granada e derrubar o governo popular de Maurice Bishop.

"Cuba deve, até certo ponto, ser considerada responsável pelo trabalho, junto à URSS, de estabelecimento de uma política de subversão e desestabilização no hemisfério. Ao mesmo tempo, devemos apoiar os amigos que nos restam na região e realizar, de vez, algumas medidas preventivas.

Havana deve ser responsabilizada por sua política de agressão a países irmãos da América." (PEIXOTO, F., *Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina*, Editora Hucitec, p. 97.)

As crescentes pressões contra Cuba intensificaram-se e chegaram a ameaçar o envolvimento das duas superpotências — URSS e Estados Unidos inclusive enviaram parte de suas frotas à região do Caribe. A crise sensibilizou parte do Congresso norte-americano e os outros países da área, que buscaram uma solução na tentativa de isolamento diplomático de Cuba do resto da América Latina. O alinhamento norte-americano com Londres na Guerra das Malvinas, contudo, desmascarou a política imperialista dos Estados Unidos e frustrou a tentativa isolacionista.

Cuba continuou com sua política de solidariedade internacional, mas a obsessão do governo Reagan em atingi-la levou-o à brutal invasão de Granada — um dos menores países do mundo —, sob o pretexto de que o aeroporto que ali se construía com ajuda cubana se prestaria a fins militares e ameaçava a segurança dos Estados Unidos, a maior potência capitalista do mundo.

"Os Estados Unidos advertiram Moscou e Havana que terminaram os dias em que ficávamos de braços cruzados, olhando como

soviéticos e cubanos subvertiam as nações deste hemisfério (...) Os Estados Unidos responderão, ajudando a restaurar a ordem em seu quintal, quando assim o solicitarem as nações democráticas da região." (Documento da Fundação Heritage sobre a invasão de Granada. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 81.)

F. O SALTO PARA O FUTURO

Com sua economia planejada até o ano 2000 e a vida política institucionalizada através do Poder Popular desde os anos 70, Cuba se propôs na segunda metade da década de 1980 a aperfeiçoar o modelo socialista. Nesse contexto, o governo destacou algumas prioridades, como o *avanço no processo de industrialização, a implantação da energia nuclear* como a melhor alternativa para o país, e o desenvolvimento mineiro-metalúrgico.

É também objetivo da Revolução aumentar cada vez mais os vínculos com o exterior, em particular com a América Latina, seja através do turismo, seja por meio da organização de eventos internacionais — congressos científicos, artísticos e culturais. Se a primeira fase da Revolução visou suprir as necessidades básicas da população — habitação, saúde, alimentação e educação —, a nova etapa buscava priorizar a qualidade dos produtos industriais e de todos os serviços.

É importante ressaltar que o processo de aprendizagem e de absorção de tecnologia que permitiu a Cuba se propor essas metas foi possível graças ao estabelecimento de uma nova ordem econômica entre os países socialistas vinculados ao Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON), ao qual Cuba se integrou em 1972. Nele, os Estados-membros mantinham relações que buscavam superar o problema do desenvolvimento desigual e fortalecer a integração econômica.

A experiência no âmbito do COMECON inspirou o presidente Fidel Castro em sua luta pela integração e desenvolvimento do Terceiro Mundo, a partir de uma nova ordem econômica internacional e do não-pagamento das dívidas externas.

> "Temos agora uma oportunidade que nunca tivemos. Se houvesse agora cinco revoluções na América Latina, as cinco reunidas não conseguiriam impor uma Nova Ordem Econômica. Em compensação, se nos reunimos — os cem países mais pobres deste mundo — e deixamos de entregar o dinheiro, como temos feito, vamos obter muitas coisas. Pode-se bloquear um país, dois ou três, mas não se pode bloquear, economicamente, cem países. Estou certo de que conseguiríamos impor uma Nova Ordem Econômica." (Fidel Castro, em entrevista durante o Encontro sobre a Situação da Mulher na América Latina e no Caribe de Hoje, realizado em Havana. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 81.).

G. O PERÍODO ESPECIAL

Contudo, a desintegração da URSS, do COMECON e do Leste Europeu socialista privou Cuba de mercados externos e de ajuda técnica e financeira. Foi o início de uma economia sem precedentes: as exportações caíram e diminuiu a receita, o que levou o governo a tomar várias medidas, nem sempre bem recebidas pela população. O mercado negro, a prostituição e a fuga para os Estados Unidos aumentaram. Começou, então, o *Período Especial.*

A penúria tornou-se mais grave quando o Congresso norte-americanos aprovou a *Lei de Liberdade Cubana e Solidariedade Democrática*, mais conhecida como *Lei Helms-Burton* (1996), proibindo que o presidente dos Estados Unidos possa suspender o embargo econômico a Cuba sem autorização do Legislativo, além de impedir a entrada, nos Estados Unidos, de estrangeiros cujas empresas negociem com Cuba.

Desde 1993 o governo cubano admitiu a entrada de capitais estrangeiros, inclusive na criação de parcerias com o Estado (*joint-ventures*) em vários setores da economia. A intensificação do turismo converteu-se em importante atividade para captação de recursos econômicos.

Empresas de capital misto desenvolveram a exploração do petróleo, a produção de bebidas, tabaco e o turismo.

Ainda em 1993, houve autorização para o funcionamento de peque-

nas empresas individuais e familiares, a realização particular da prestação de serviços e de atividades artesanais.

Essa abertura não se estendeu à saúde, à educação e à segurança, que permaneceram sob controle do Estado.

A conclusão de acordos de comércio com países latino-americanos, europeus e asiáticos contribuiu para a recuperação gradual da economia.

É bem verdade que a ação dos exilados cubanos em Miami constituiu elemento de tensão com os Estados Unidos. Foi o que aconteceu em 1995 e 1996, quando flotilhas de navios e esquadrilhas de aviões saíram da Flórida rumo a Cuba, culminando quando jatos cubanos abateram dois aviões dos *Irmãos para o Resgate*, grupo anticastrista.

Em 1996, Fidel Castro esteve em Roma convidando o papa João Paulo II a visitar a *Pérola das Antilhas*. Foi um ato político, que demandou nove anos de conversações diplomáticas secretas, visando ampliar uma contra-ofensiva ao embargo dos Estados Unidos, em vigor, desde 1962.

Em janeiro de 1998, consumou-se a chegada do papa à ilha. Na oportunidade, João Paulo II condenou claramente o embargo econômico norte-americano.

> "Todos os embargos são deploráveis porque prejudicam sempre os mais necessitados." (João Paulo II, *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1998).

Por ocasião dessa visita, João Paulo II também exortou os jovens a não se deslumbrarem com os ídolos criados pela sociedade de consumo, emigrando "para se refugiar em um mundo falso". Embora incitasse os jovens a "voltar às suas raízes cristãs", o papa deixou evidente que era contra a emigração para os Estados Unidos.

A consolidação da Revolução Cubana revelou ao mundo que — apesar da constante agressão do imperialismo norte-americano — a possibilidade de transformação social dos países do Terceiro Mundo existe, quando povo e governo assumem um compromisso com a História. Desde o início, o povo cubano e seus dirigentes têm reafirmado os novos princípios econômicos, sociais e políticos que assumiram na construção do socialismo.

A Revolução Cubana demonstrou também que a agressão imperialista — seja ela armada ou econômica — pode até afetar um país, mas jamais destruirá uma idéia. Se ela for justa.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Estabelecer uma conexão entre as forças externas e internas no processo de independência de Cuba.

2. Apontar os instrumentos econômicos e jurídico-políticos que caracterizaram a dominação norte-americana sobre Cuba após a independência.

3. Analisar sucintamente o componente nacionalista presente nas lutas da oposição à ditadura de Batista.

4. Apontar a composição das forças sociais interessadas na queda do regime de Batista.

5. Caracterizar a primeira fase da Revolução Cubana, do ponto de vista interno e externo.

6. Relacionar quatro fatores de consolidação da Revolução Cubana.

7. Resumir a influência da Revolução Cubana sobre os países da América Latina.

8. Apontar as principais realizações da Revolução Cubana nos campos econômico, social e político-institucional.

9. Caracterizar as diretrizes da política externa cubana com relação ao antigo bloco socialista e aos países africanos.

10. Analisar a nova fase da Revolução Cubana, considerando as relações econômicas no âmbito do COMECON.

11. Apontar os principais problemas do governo cubano na década final do século XX.

12. Resumir as principais diretrizes da política norte-americana contra Cuba.

UNIDADE VII – NECESSIDADE DE UMA ATITUDE NACIONALISTA DEFINIDA

A Revolução Peruana

1. AS RAÍZES SECULARES DA OPRESSÃO

"Atau Wallpa – Ai, minha adorável Qhora Chinpu, ai, minha dileta Qúyllur Tika, ternas princesas minhas, um wak'a [adivinho] me fez um negro vaticínio, duas vezes já me enfeitiçou, mostrou-me em meus sonhos uma cena incrível, difícil de ser admitida, impossível de ser narrada. Talvez seja evidente que homens vestidos de agressivo ferro hão de vir a nossa terra a demolir nossas casas, a arrebatar meu domínio, Qhora Chinpu, minha princesa."

(Trecho de *A tragédia do fim de Atau Wallpa*, manuscrito de autor desconhecido de 1548. Jornal *Versus*, nº 6, Editora Versus.)

Como previu Atau Wallpa, os colonizadores espanhóis, "vestidos de agressivo ferro", não apenas arrebataram o império inca, como impuseram-lhe seus costumes, sua língua e sua lei. A partir de então, a resistência anticolonial não cessou. Em 1780, explodiu a insurreição de Tupac Amaru, que pretendia a volta às formas comunitárias da antiga

sociedade incaica. A independência peruana, contudo, só se concretizou em 1824, quando os exércitos de Bolívar e San Martin, juntos, derrotaram os espanhóis, na batalha de Aiacucho.

A *estrutura social* imposta pela poderosa oligarquia *criolla* (latifundiários e mineiros) *dos tempos coloniais permaneceu*, entretanto, *substancialmente inalterada*, mesmo após o advento da República. Isso deveu-se, entre outras coisas, à inexistência no Peru de uma burguesia que sobrepusesse seus interesses aos dos grandes proprietários, e à falta de uma classe camponesa revolucionária, como no caso da Revolução Francesa. "A aristocracia latifundiária (...) conservava suas posições de fato. Continuava a ser, no Peru, a classe dominante. A Revolução não elevara, realmente, ao poder, uma nova classe. A burguesia profissional e comerciante era muito débil para governar. A abolição da servidão não deixava, por isto, de ser uma declaração teórica. Pois a Revolução não tocara no latifúndio." (MARIÁTEGUI, J. C., *op. cit.*, p. 47.) A manutenção da condição marginal dos indígenas não opunha aos interesses dos latifundiários as necessárias reivindicações do campesinato.

Nessa situação deve-se compreender o *surgimento dos caudilhos* na política peruana. Baseados no prestígio de seus feitos militares, exerceram o poder, em âmbito local, regional ou nacional, por longo tempo à força das armas, defendendo a ordem econômica tradicional: o latifúndio era intocável, o que se explica pelo fato de serem os caudilhos grandes proprietários rurais.

A. O PROBLEMA DOS ÍNDIOS E A QUESTÃO AGRÁRIA

"A Revolução pela Independência não se constituiu, como sabemos, em um movimento indígena. Promoveram-na e a desfrutaram os *criollos* e mesmo os espanhóis das colônias. Contudo, tirou proveito do apoio da massa indígena (...) O Programa liberal da Revolução englobava, logicamente, a redenção do índio, conseqüência óbvia de seus postulados igualitários. Desta forma, entre os primeiros atos da República, contaram-se várias leis e decretos favoráveis aos índios. Ordenou-se a divisão das terras, a abolição dos trabalhos gratuitos etc.; mas não representando a Revolução no Peru o aparecimento de uma nova classe dirigente, todas estas disposições permaneceram só escritas, na ausência de governantes

capazes de aplicá-las. A aristocracia da Colônia, dona do poder, conservou intactos seus direitos (...)" (MARIÁTEGUI, J.C., *op. cit.*, p. 29.)

No início do século XX, a situação econômica e social dos índios peruanos em muito pouco se modificara. Na realidade, *as raízes do problema indígena estavam cravadas no regime de propriedade da terra.* A perda gradativa da terra para os *gamonales* (latifundiários) reduziu o indígena à condição de pária, submetendo-o ao regime de semi-servidão nas minas ou nas grandes propriedades capitalistas. "O fazendeiro dá uma parcela [de terra] ao camponês para que este a trabalhe em benefício próprio. Em troca do arrendamento desta parcela, o camponês, colono, 'índio de fazenda', está obrigado a trabalhar os cultivos do fazendeiro". (BLANCO, H., *Tierra o Muerte, Las Luchas Campesinas en Perú*, Siglo Veintiuno Editores, p. 15.)

O avanço do capitalismo no campo alterou gradativamente essa realidade agrária, introduzindo novas relações de produção, como o trabalho assalariado ou o arrendamento em dinheiro, *sem contudo substituir completamente as relações semi-servis.* A intensificação dessas contradições impulsionou o surgimento dos primeiros sindicatos e cooperativas rurais. A organização dos camponeses levou-os a formas de lutas mais radicais, como a ocupação e divisão de terras pela força das armas.

B. CUZCO INSURGENTE: A REBELIÃO DOS EXPLORADOS

Os camponeses devem tomar seus problemas
nas próprias mãos.

(Vladimiro Valer, revolucionário peruano)

No princípio da década de 1960, a vitória da Revolução Cubana acenou aos camponeses peruanos com a possibilidade de conquista do poder através da luta armada, especificamente a guerra de guerrilhas. Já não se contentavam com reivindicações puramente sindicais; *exigiam a posse legítima da terra* e o faziam pela força, *ocupando latifúndios e destruindo fazendas.*

"Entre 1959 e 1962, sob a dinâmica direção de Hugo Blanco [líder camponês], fortaleceu-se consideravelmente a organização sindical. Os

camponeses de La Convención e Lares partiram para um tipo de autogoverno. A Federação Camponesa converteu-se em um poder político paralelo. Projetou a própria Reforma Agrária, criou seus serviços de educação e saúde, negligenciados por todos os governos oligárquicos, e até pôs em prática seu próprio sistema de Justiça. Os camponeses casavam-se e registravam-se na Federação, ali registrando o nascimento dos filhos e os óbitos. E, na medida em que cresciam sua organização e seu poder, a raiva e o susto medravam entre os latifundiários e seus aliados, os partidos de direita e a imprensa de Lima." (MOREIRA, N., *Modelo peruano*, Editora Paz e Terra, p. 113.)

> "As mobilizações camponesas no Peru, ao longo de nossa História, vêm tendo e têm como objetivo fundamental: a terra. Por isso, o lema revolucionário: 'Terra ou Morte!' se fez carne do campesinato de vanguarda." (Trecho do documento "Mobilização camponesa", 1969. BLANCO, H., *op. cit.*, p. 132.)

O cenário das lutas camponesas foi a região central e o departamento de Cuzco, na serra sul do Peru, especialmente a zona de La Convención e Lares. Nessa região, o poder político e econômico era encarnado na figura do grande latifundiário ou *gamonal*. As condições de vida subumanas dos índios e camponeses eram agravadas pelas relações de produção arcaicas impostas pelos grandes proprietários de terras.

> "A mortalidade chega a 30 por mil habitantes, a taxa de mortalidade infantil a 70 por mil (menores de um ano) e a 294 por mil (menores de cinco anos). As principais causas da mortalidade são a tuberculose e as enfermidades parasitárias. 78% da população apresentam sintomas de deficiências alimentares e de anemia. As habitações são, em 85%, choças de palha, sem ventilação, abrigando toda a família em uma ou duas peças, que servem de dormitório, cozinha e sala de refeições." (Trecho do relatório do coronel Enrique Gallegos Venero, sobre a situação dos camponeses. MOREIRA, N., *op. cit.*, p. 115.)

Nessas condições, a resistência camponesa era brutalmente reprimida. A necessidade de autodefesa levou à criação de focos guerrilheiros (1965), sendo os mais destacados líderes desses movimentos Hugo Blanco — secretário-geral da Federación Provincial de Campesinos de La Convención y Lares —, Luis de la Puente Uceda — secretário-geral do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) — e Héctor Bejar, do Exército de Libertação Nacional (ELN), grupo saído do Partido Comunista.

> "Nosso Movimento compreende cinco guerrilhas distribuídas ao longo da Cordilheira. A guerrilha Tupac Amaru, que começou as operações na zona central, é uma delas. Por meio de um bom aparato publicitário lançamos as notícias sobre o desencadeamento das ações guerrilheiras do MIR no sul, atraindo assim a ação repressiva, e logo atacamos na zona do centro. As guerrilhas Atahualpa e César Vallejo se encontram no norte, e as guerrilhas Manco Inca e Pachacutec na Serra do Sul. Seguindo uma progressão planificada, as guerrilhas citadas entrarão em ação (...)"
> (Trecho de correspondência de Luis de la Puente. VEGA, L.M., *Las Guerrillas en América Latina*, Editorial Paidos, p. 146.)

Em que pese ao descompasso no seio da própria guerrilha, pois que, enquanto os camponeses — carentes de uma consciência mais ampla dos problemas sociais — apenas reclamavam a justa posse da terra, sua vanguarda almejava a implantação de um governo socialista, a exemplo do de Cuba. E, ainda, apesar da falta de apoio do proletariado urbano — em mãos da *Aliança Popular Revolucionária Americana* (APRA) ou do *Partido Comunista Peruano* (PCP), ambos reformistas — às lutas guerrilheiras no campo, *os latifundiários e a burguesia temiam*, ainda assim, que aqueles movimentos pudessem evoluir para *uma verdadeira revolução socialista no Peru.*

Em 1962, realizaram-se eleições gerais no Peru, saindo vencedor o líder aprista Haya de la Torre, que fizera a campanha eleitoral como um defensor da Aliança para o Progresso. Contudo, um golpe militar subs-

tituíra o governo constitucional por uma junta de generais. Subseqüentemente, em novas eleições, ascendeu ao poder Fernando Belaúnde Terry (1963-1968). O novo presidente pertencia ao Partido Ação Popular (AP), formado com base na pequena burguesia urbana. De início, o governo Belaúnde assumiu uma postura progressista e liberal, chegando mesmo a ensaiar uma reforma agrária, evidentemente frustrada. Logo ficou claro que as medidas adotadas visavam somente esvaziar o movimento camponês. Assim, conjugando um reformismo estéril à mais brutal repressão militar, o governo Belaúnde Terry logrou esmagar as guerrilhas da região central e de Cuzco, em 1966.

> "Conseguiu-se destruir e desorganizar sucessivamente as guerrilhas Pachacutec, Tupac Amaru, Javier Heraud e Manco Cápac, que iniciaram a luta pretendendo ensangüentar o país.
>
> Conseguiu-se a destruição sistemática, minuciosa e total da infra-estrutura orgânica das lutas de guerrilhas, constituída pelos acampamentos, observatórios, campos minados e esconderijos nas quatro zonas de operações." (Trecho de relatório oficial sobre operações de contraguerrilhas, 1966. VEGA, L.M., *op. cit.*, p. 180.)

Deve-se assinalar que em muito contribuiu para isso a ajuda norte-americana, seja através dos *programas de treinamento contra-revolucionário* a oficiais peruanos na Escola Militar das Américas, no Panamá, ou através do *apoio de veteranos do Vietnã que instruíram o Exército do Peru* no combate à guerrilha, incluindo a utilização de napalm contra populações camponesas.

2. SEGURANÇA INTERNA: A NOVA ESTRATÉGIA DO IMPERIALISMO

O papel do Exército peruano na repressão às guerrilhas — sem contudo eliminar sua verdadeira causa: a má distribuição de riquezas — ape-

nas refletia a ideologia dominante de manutenção da ordem capitalista. Afinal de contas, as *Forças Armadas peruanas*, até então, tiveram a *função de defender a oligarquia e a burguesia* associadas ao imperialismo norte-americano!

Antes da Revolução Cubana, a preocupação essencial do Exército voltava-se para a defesa hemisférica. Somente depois de 1961, sob orientação da política externa norte-americana, mudou-se a ótica desse problema; a partir daí, o *fundamental passou a ser a segurança interna*, contra a guerra de guerrilhas. Para isto, ampliaram-se os programas de treinamento político-militar dos oficiais de exércitos latino-americanos na Escola Militar das Américas, no Panamá, sob os auspícios do governo de Washington.

Thomas Mann, subsecretário de Estado dos Estados Unidos para Assuntos Latino-Americanos, em reunião com seus embaixadores na América Latina, em março de 1964, transmitiu as novas diretrizes norte-americanas.

"Mann exortou os embaixadores a prestarem maior atenção aos interesses imediatos da Segurança Nacional: por exemplo, a proteção dos investimentos norte-americanos e a resistência ao comunismo. Sugeriu, também, a conveniência de um compromisso menos apaixonado com a liberdade política e a justiça social. Parecia que, de acordo com esta 'Doutrina Mann' em formação, os Estados Unidos doravante não se oporiam aos golpes militares ou às ditaduras direitistas." (Informe de E. Lieuwen, historiador norte-americano. MOREIRA, N., *op. cit.*, p. 25.)

De fato — e não se pode admitir mera coincidência —, a partir de 1964, sucederam-se os golpes militares de direita na América Latina: Brasil e Bolívia (1964), Argentina (1966), Uruguai e Chile (1973). A Revolução Peruana, de 1968, representou uma exceção.

3. A APRA E O EXÉRCITO

Nem pão sem liberdade, nem liberdade sem pão.

(*Slogan* político da APRA)

A *Aliança Popular Revolucionária Americana* (APRA) surgiu em 1924, baseada na reforma universitária argentina e na experiência da Revolução Mexicana, tendo como líder e fundador Victor Haya de la Torre, segundo o qual o aprismo seria "a interpretação marxista da realidade". Na verdade, porém, a APRA *propunha-se* originariamente a *organizar uma Frente Única Antiimperialista*, composta de operários, camponeses, estudantes e intelectuais, com um programa em que se destacavam cinco pontos principais:

- ação contra o imperialismo norte-americano;
- luta pela unidade política da América Latina;
- luta pela nacionalização das terras e da indústria;
- internacionalização do Canal do Panamá; e
- solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo.

"A APRA é um movimento autônomo latino-americano sem nenhuma intervenção ou influência estrangeira. É o resultado de um espontâneo anseio de nossos povos para defender unidos sua liberdade, vencendo aos inimigos de dentro e aos de fora. As experiências do México, América Central, Panamá, Antilhas e a presente situação do Peru, da Bolívia e da Venezuela, onde a política de penetração do imperialismo deixa-se sentir fortemente, determinaram a organização da APRA sobre bases completamente novas e propugnando métodos de ação realistas e eficazes (...) Contra o imperialismo, pela unidade política da América Latina, para a realização da Justiça Social." (HAYA DE LA TORRE, V.R., *El Antiimperialismo y el APRA*, Ercilla, p. 41.)

Defendendo essas posições, a APRA incompatibilizou-se com a parte mais reacionária do Exército peruano, que sufocou várias rebeliões por ela deflagradas. Além disso, o antiimperialismo inicial da APRA freqüentemente foi considerado como pró-comunista pelos militares, que também condenavam seu anticlericalismo e sua oposição à Igreja Católica. A APRA conseguiu grande penetração nas massas populares.

Com o passar dos anos, entretanto, o caráter político-ideológico da APRA modificou-se totalmente, *chegando a colaborar abertamente com o imperialismo norte-americano e a oligarquia nacional.* Essa reviravolta deveu-se, principalmente, ao oportunismo de seus dirigentes que almejavam o poder a qualquer custo, ainda que para isso tivessem que abdicar de seus princípios.

Foi o momento em que o *Centro de Altos Estudos Militares* (CAEM), organizado no início da década de 1950, dava seus primeiros frutos. Se, antes, as Forças Armadas combatiam o Aprismo por sua suposta linha comunista, a nova elite de oficiais formada no CAEM o combatia, então, pelo seu caráter entreguista e pró-imperialista. Foi assim que em 1962 a junta militar assumiu o poder, em lugar de Haya de la Torre, líder aprista eleito presidente. Um fato não se podia ignorar: *os militares* eram outros. Deixavam de contemplar o mundo através de uma ótica estritamente castrense, *passando a questionar a própria realidade do país.* E ainda que não tenham realizado o que propuseram, exerceram, por algum tempo, importante estágio de como governar o Peru.

4. A REAÇÃO NACIONALISTA

Grande empresa e pequena Nação.

(Jorge Bravo Bressani, economista peruano)

Na década de 1960, o combate à guerrilha, de certa forma, obrigou os militares a travar um contato mais direto com a realidade do povo, especialmente do camponês peruano. A análise dessa realidade por parte de jovens militares e civis que freqüentavam o Centro de Altos Estudos

Militares revelou que 90% das terras cultiváveis do país estavam nas mãos de apenas 0,6% da população e os grandes proprietários continuavam a tirar as terras dos camponeses.

"O quadro peruano, que passou a ser objeto dos altos estudos militares, poderia ser considerado o microcosmo de um modelo de dependência. Os norte-americanos controlavam 85% da produção mineral, 15 dos 20 mais importantes grupos pesqueiros, a produção açucareira e a comercialização de quase todos os produtos exportáveis do país. Um consórcio estrangeiro, a Lima Light & Power, tinha o monopólio da distribuição da energia elétrica; três quartas partes da produção têxtil estavam nas mãos da Grace e da Duncan Fox, ambas de capitais norte-americanos, que também dominavam o comércio atacadista de exportação." (MOREIRA, N., *op. cit.*, p. 29.)

A *corrupção na máquina administrativa do Estado* e o *contrabando como prática comercial quase normal* entre os setores dominantes geraram protestos e indignação popular. Explodiram greves de trabalhadores e estudantes.

Os rumores de um golpe militar — que já haviam surgido com o extravio da página de um contrato que determinava o preço do petróleo peruano para exportação — fervilhavam pelas ruas de Lima. As contradições no seio do governo haviam chegado ao seu ponto mais alto, o que aumentava os temores de uma atitude radical dos militares.

Em *outubro de 1968, os militares, sob o comando do general Juan Velasco Alvarado*, derrubaram o governo constitucional e *assumiram o poder.*

> "(..) a ação do Governo Revolucionário se inspirará na necessidade de transformar a estrutura do Estado (...) transformar as estruturas sociais, econômicas e culturais (...) manter *uma definida atitude nacionalista* (...) restabelecer o princípio de autoridade (...) respeito à lei (...) predomínio da justiça [dentro dos] princípios de nossa tradição ocidental e cristã (...)" (Trecho do Manifesto da Junta Revolucionária. VILLANUEVA, V., *O golpe de 68 no Peru: do caudilhismo ao nacionalismo?*, Editora Civilização Brasileira, pp. 181 e 182.)

Em um contexto mais amplo, a gênese da intervenção militar em 1968 já se encontrava na própria forma do desenvolvimento capitalista no Peru. Mais especificamente, na contradição entre os interesses da velha oligarquia e os da burguesia urbana; não se podem desprezar, porém, os interesses do imperialismo norte-americano.

A implantação de empresas estrangeiras no Peru e a ampliação das atividades de alguns segmentos oligárquicos, que investiram no setor industrial, estimularam a *demanda do mercado consumidor*. A massa camponesa, que em grande parte se auto-abastecia de gêneros essenciais, representava um mercado consumidor em potencial para a nascente indústria. Contudo, a estrutura agrária tradicional, com suas relações de produção atrasadas, obrigando muitas vezes o camponês a um trabalho semi-servil, representava um obstáculo ao desenvolvimento desse mercado.

> "As revoluções coloniais que ficaram dentro do marco do capitalismo ensinaram ao imperialismo que a reforma agrária e a industrialização, por mais 'nacionais' que fossem, se não saíam desse marco capitalista, estimulavam a economia imperialista, não só pela importação de novos bens de consumo, como de maquinarias." (BLANCO, H., *op. cit.*, p. 163.)

Assim, o surgimento de um governo que empreendesse reformas — entre as quais a agrária — era uma exigência do próprio imperialismo e *condição para a continuidade do capitalismo peruano*. Afinal de contas, às empresas imperialistas produtoras de maquinarias interessava o desenvolvimento industrial e agrário do Peru, para que absorvesse seus produtos.

5. A IDEOLOGIA DA REVOLUÇÃO PERUANA

Nenhum dos sistemas político-econômicos que imperam no mundo é arquétipo da Revolução Peruana.

(Juan Velasco Alvarado)

No Peru, o movimento militar não apresentou, na verdade, uma ideologia definida. Abrangendo conceitos econômicos e sociais, revelava-se nacionalista, humanista e socialista-cristão. Ao mesmo tempo, os militares declaravam-se anticapitalistas e anticomunistas.

"Ao recusar o sistema capitalista não o fazíamos de uma posição inclinada para o comunismo; nem ao recusar o comunismo fazíamo-lo de uma posição conservadora e pró-capitalista. Pelo contrário, fundamentávamos aquela dupla recusa a partir de uma nova posição de esquerda nacional e autônoma, profundamente unida ao compromisso militante de lutar pela transformação qualitativa e integral de nossa sociedade." (Trecho da mensagem do general Velasco Alvarado no quinto aniversário da Revolução. MOREIRA, N., *op. cit.*, p. 50.)

O projeto de sociedade defendido pelos militares peruanos foi freqüentemente comparado ao Nasserismo (Egito), ao Titoísmo (Iugoslávia) ou mesmo a um neobismarquismo, pois no processo peruano houve uma legislação social, de certo modo, semelhante à realizada na Alemanha da segunda metade do século XIX, na época do primeiro-ministro Bismarck. Todavia, devido às imprecisões e ambigüidades do movimento militar no Peru, preferimos adotar o termo *Peruanismo*, utilizado por diversos autores e que, achamos, melhor define o processo iniciado pelos militares em 1968. Definido pelos próprios dirigentes como anticapitalista e anticomunista, na verdade, o modelo peruano empreendeu a modernização do capitalismo peruano, visando romper a dependência ao capital internacional e converter a burguesia industrial na classe dirigente da sociedade peruana.

Paralela à ideologia econômico-social, havia a *ideologia política*, "em virtude da qual os militares se atribuíram o papel de promotores e agentes da Revolução Peruana. A segunda ideologia era inútil para as organizações civis chamadas a colaborar com o governo militar na obra de instauração de novas estruturas: destinava-se a ser usada pelos próprios militares. De certo modo, porém, ela tinha a primazia, já que os milita-

res se encarregavam de tomar todas as iniciativas. O acionamento da ideologia econômico-social dependia totalmente da ideologia militar". (COMBLIN, J., *A ideologia da Segurança Nacional — O poder militar na América Latina*, Editora Civilização Brasileira, p. 168.)

Para o general Edgardo Mercado Jarrín, ideólogo da Revolução Peruana, o que distinguiu o modelo peruano de outros regimes dominados por militares latino-americanos consistiu em três fatores:

• a origem dos militares, quase sempre vindos da pequena burguesia ou mesmo das camadas mais pobres da população rural, como foi o caso do general Alvarado, chefe da Revolução;

• a experiência de combate à guerrilha (1965-1966), que obrigou os militares a um contato direto com as condições de miséria da maioria do povo peruano;

• a influência do nacionalismo, que se intensificou no Terceiro Mundo durante a década de 1950.

Tais argumentos, contudo, são insuficientes, já que, em outros países do continente, como no Brasil, embora possamos encaixar as mesmas justificativas, não encontramos uma correspondência na atitude dos militares. Por que a diferença?

"Na origem dessa diferença observamos ao menos um fato: a doutrina militar peruana foi elaborada depois de 1950 pelo CAEM (Centro de Altos Estudos Militares). O modelo foi o centro francês de mesmo nome, e não o National War College de Washington. O Coronel José del Carmen Marín Arista, fundador do CAEM, opôs-se radicalmente a que uma missão militar norte-americana viesse ajudar na instalação do Centro. Portanto, o Centro em momento algum dependeu de um modelo norte-americano. Essa decisão do General Marín foi provavelmente histórica." (COMBLIN, J., *op. cit.*, p. 170.) Quando as doutrinas ensinadas nas escolas norte-americanas chegaram ao Peru, já existiam os conceitos nacionais, com os quais foi preciso fazer uma composição. Ao contrário, no Brasil, como em outros países latino-americanos, após a Segunda Guerra Mundial, as escolas militares foram estruturadas segundo os padrões norte-americanos.

Mesmo sem o impacto observado na política de outros países do continente, *não se deve pensar que o Peru não recebeu influências da ideo-*

logia de Segurança Nacional, gerada a partir do sistema militar norte-americano. Como vimos, muitos oficiais peruanos foram treinados em escolas militares dos Estados Unidos. O que se deve compreender, porém, é que, no Peru, houve a reinterpretação dos conceitos norte-americanos, já que, para os integrantes do CAEM, a Doutrina de Segurança Nacional não era entendida como ideologia, mas como uma fase mais adiantada do pensamento militar. E exatamente nessa combinação reside a ambigüidade que dificulta a caracterização ideológica da Revolução Peruana.

> "A Revolução Peruana tem como pano de fundo uma tomada de consciência integral sobre os valores do Cristianismo (...) Nosso processo revolucionário não marchará para um socialismo estatista, característico dos sistemas chamados comunistas, porque a vocação pluralista de nossa nova ordem econômica conduzirá finalmente a uma Democracia Social de Participação Plena, na qual se notará uma clara confluência dos postulados libertários, socialistas, humanistas e cristãos." (Declaração de Jorge Fernandez Maldonado, ministro da Guerra. Jornal *Movimento*, nº 56, 1976.)

Uma revolução que esquematicamente se autodenominava "nem capitalista, nem comunista" só poderia desagradar igualmente à esquerda e à direita. Essa tentativa de um novo ordenamento político nacional pretendeu, enfim, romper com os tradicionais vínculos de dependência dos centros de poder do mundo ocidental, sem contudo retirar-se dele.

6. AS REFORMAS DO MILITARISMO PERUANO

As reformas empreendidas pela Revolução Peruana constituíram uma tentativa de libertação da economia nacional dos vínculos de dependência ao imperialismo norte-americano e, ao mesmo tempo, a busca de um sistema interno de relações de produção diferente do capitalis-

mo tradicional. Não se procurou chegar ao outro extremo representado pelo socialismo marxista, que era contrário à formação dos mais progressistas militares peruanos.

Essa tentativa de *modernização do capitalismo* teve como principal característica a *participação massiva do Estado na indústria*, buscando converter a burguesia nacional em ponta de lança de sua política desenvolvimentista, sem contudo desprezar por completo o papel das multinacionais na economia do país.

A. A REFORMA AGRÁRIA

> *Camponês, o patrão já não comerá mais de tua pobreza.*
>
> (Tupac Amaru)

A frase do líder que lutou contra os colonizadores espanhóis no século XVIII foi utilizada pelo presidente Alvarado quando da promulgação da *Lei de Reforma Agrária*, em junho de 1969. Teoricamente, a redistribuição da terra visava a *transformação da estrutura rural* e a busca de um regime mais justo e eficaz baseado no princípio de que a terra é de quem a trabalha. Ao mesmo tempo, porém, a forma com que foi conduzido o processo, sob a mediação de técnicos oficiais, provocou a redução da consciência de classe no campo, e, em conseqüência, debilitou as organizações camponesas autônomas. Quer dizer, ao destruir o latifúndio e possibilitar o aparecimento de minifúndios, o Estado despolitizava o problema da reforma agrária, e criava camadas camponesas pequeno-burguesas com poder aquisitivo que lhes possibilitava incorporar-se ao mercado consumidor capitalista.

A reforma agrária apresentou alguns traços singulares:

• as pequenas e médias propriedades rurais eram inexpropriáveis caso seu dono provasse nelas residir;

• o camponês pagava um tributo, ainda que moderado, pela terra recebida;

• a indenização dos grandes proprietários expropriados era paga uma parte pequena em dinheiro e o restante em Bônus da Reforma

Agrária, resgatáveis em vinte ou trinta anos. Porém, se o indenizado pretendesse investir na indústria, seus bônus podiam ser resgatados imediatamente; em muitos casos, a demora do governo em realizar as expropriações permitiu aos proprietários descapitalizar suas propriedades;

• o governo incentivou a criação de organizações rurais em cooperativas, orientando a produção agropecuária para a exportação e fornecendo as diretrizes e recursos técnicos, além de facilidades creditícias aos camponeses integrantes da Confederação Nacional Agrária (CNA), criada em 1974 pelo Estado.

> "A Reforma Agrária é um processo integral e um instrumento de transformação da estrutura agrária do país, destinado a substituir os regimes de latifúndio e minifúndio por um sistema justo de propriedade, posse de exploração da terra, que contribua para o desenvolvimento social e econômico da nação, através da criação de uma organização agrária que assegure a justiça social no campo e aumente a produção e a produtividade do setor agropecuário, aumentando e garantindo os rendimentos dos camponeses, para que a terra constitua, para o homem que a trabalha, a base de sua estabilidade econômica, o fundamento de seu bem-estar e a garantia de sua dignidade e liberdade." (Artigo 1º da Lei da Reforma Agrária. CARLOS, N., *Peru: o novo nacionalismo latino-americano*, Lia, Editor, pp. 127 e 128.)

Ainda que a reforma agrária apresentasse pontos positivos, não eliminou as injustiças no campo, onde até hoje subsistem os *eventuales* (bóias-frias) que trabalham para a nova classe de camponeses ricos.

B. A COMUNIDADE TRABALHISTA

O Plano de Governo da Revolução (*Plano Inca*) previa, entre outras coisas, a reestruturação empresarial. Para isso, foi criada a *Comunidade Trabalhista*, mecanismo que permitiria a participação dos trabalhadores na gestão, nos rendimentos e na propriedade das empresas.

Inicialmente, o sistema de Comunidade Trabalhista foi *aplicado na indústria fabril*, estendendo-se depois à mineração, à pesca, às telecomunicações e às empresas estatais, sendo que nestas últimas não havia a participação na propriedade da empresa, mas apenas o direito restrito à gestão e aos rendimentos.

> "(...) criamos a Comunidade Industrial, entendendo-a como uma reforma da empresa capitalista tradicional. Dentro dessa perspectiva, a Comunidade Industrial não suprime definitivamente os conflitos sociais, mas gera condições estruturais novas e qualitativamente distintas dentro da empresa porque torna possível o acesso dos trabalhadores à propriedade, gestão e distribuição dos excedentes." (Informe do general Mercado Jarrín. VELASCO ALVARADO, J., e outros, *Peru: Documentos Fundamentales del Proceso Revolucionario*, Editorial Ciencia Nueva, p. 73.)

C. A PROPRIEDADE SOCIAL

A *Propriedade Social dos Meios de Produção*, criada em 1974, deveria constituir-se no fator mais dinâmico das transformações que levariam à Democracia Social de Participação Plena, proposta pela Revolução. O termo designava o conjunto de *empresas de autogestão*.

"Segundo a orientação da lei, este deverá ser o setor prioritário da economia peruana, o ponto de encontro das duas grandes vertentes inspiradoras do regime: o trabalho como fonte originária da riqueza e a participação econômica como real sustentáculo do exercício do poder político pelos trabalhadores." (MOREIRA, N., *op. cit.*, p. 165.)

Além de possibilitar a gestão democrática das empresas por seus funcionários, independentemente dos cargos que ocupassem na sua hierarquia, a propriedade social apresentava outras peculiaridades:

- a propriedade e os rendimentos de cada empresa pertenciam ao conjunto de trabalhadores de todas as empresas deste tipo, isto é, ao Setor de Propriedade Social;
- as empresas privadas já existentes — mesmo com Comunidade Trabalhista — só podiam pertencer ao Setor de Propriedade Social

mediante a aprovação de dois terços dos seus proprietários. Ao governo não cabia autoridade legal para converter empresas privadas em empresas de propriedade social, podendo apenas transformar as estatais em empresas de autogestão;

• os empregados de uma empresa privada não podiam pedir transferência para o Setor de Propriedade Social ainda que já possuíssem 50% das ações da fábrica; exceção feita aos casos em que fossem constatadas tentativas de falência fraudulenta por parte do empresário;

• finalmente, para formar uma empresa de Propriedade Social, os trabalhadores deveriam apresentar projeto à Comissão Nacional de Propriedade Social, que, após estudar sua viabilidade, aprovaria ou não; em caso positivo, o projeto receberia ajuda financeira do Estado.

7. A POLÍTICA EXTERNA DA REVOLUÇÃO

O governo empreendeu uma *política nacionalista e antiimperialista*, assentada sobretudo na defesa da soberania e dignidade nacionais, sobressaindo como princípios básicos:

• repúdio ao intervencionismo estrangeiro e não-intervenção peruana nos assuntos internos de outros países;

• não-aceitação de qualquer pressão ou dependência estrangeira;

• participação ativa na política dos países terceiro-mundistas (não-alinhamento);

• busca de apoio internacional à *Doutrina das 200 Milhas* como limite do mar territorial;

• elaboração de uma política no sentido da integração sub-regional andina e regional latino-americana.

"Desde o primeiro momento, vimos na integração um meio para conseguir o fortalecimento integral de nossas ações, uma fórmula de lutar, para consolidar a independência econômica da América Latina e — portanto — um modo de contribuir para superar a tradicional subordinação de nossas economias aos centros de

decisão exterior ao continente latino." (Trecho de pronunciamento do general Velasco Alvarado. MOREIRA, N., *op. cit.*, p. 71.)

A *defesa da soberania nacional* foi a mola propulsora da Revolução de 1968, pois os militares consideraram entreguista e lesivo aos interesses nacionais o acordo firmado entre o governo de Belaúnde e a IPC. Coerente com o Plano Inca, elaborado pelos militares, o governo empreendeu uma *política de nacionalização das indústrias* de exploração de petróleo, minérios e pesca. A partir de então, o Peru mudou "a sua estrutura de política externa, contribuindo para a decomposição dos esquemas maniqueístas montados pelas potências para o bem de seus interesses nacionais. A abertura para o Mundo Socialista já envolvia relações diplomáticas com a União Soviética, Romênia, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria e Bulgária". (CARLOS, N., *op. cit.*, p. 106.)

As relações com o mundo socialista e as nacionalizações de empresas norte-americanas provocaram a imediata reação do *Grande Irmão do Norte*, que suspendeu a concessão de créditos ao Peru. Todavia, a International Petroleum Company — o verdadeiro motivo da discórdia entre os dois países — representava apenas dez por cento dos investimentos norte-americanos no Peru, e o governo Alvarado anunciava que outras empresas estrangeiras não deveriam preocupar-se. Mesmo assim, novas *empresas norte-americanas foram expropriadas*, como a Cerro de Pasco Corporation.

O restabelecimento dos créditos internacionais só aconteceu em 1974, quando o Peru pagou 76 milhões de dólares como indenizações ao governo dos Estados Unidos, para que fossem distribuídos entre as empresas proprietárias dos bens expropriados.

8. A REVOLUÇÃO FRACASSADA

Os sete anos da Revolução Peruana (1968 a 1975) foram marcados por mudanças econômicas e intensa efervescência política. O Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (SINAMOS), criado para estimular a participação popular, falhou na medida de sua própria organiza-

ção de cima para baixo, o mesmo ocorrendo com outros organismos e instituições políticas da Revolução.

As reformas efetuadas pelo governo, ainda que importantes, *não podem ser consideradas revolucionárias.* A reforma agrária, por exemplo, acabou por se realizar mais como uma transação comercial ortodoxa, muito embora não se deva negar seus aspectos positivos como o sentido nacionalista e o desafio que representou aos interesses da oligarquia e do seu aliado, o capital estrangeiro.

Na educação, uma lei de 1969 "submeteu o ensino superior no Peru a um Conselho Nacional da Universidade e eliminou por completo a autonomia e a inviolabilidade universitárias. Do ponto de vista puramente acadêmico criou avançado sistema de programas e departamentos. Mas as limitações políticas envolvendo estudantes e cátedras impediam que a engrenagem funcionasse". (CARLOS, N., *op. cit.*, p. 109.)

O desgaste do governo de Velasco Alvarado deveu-se, entre outras coisas, ao autoritarismo e ao caráter repressivo, sobretudo nos últimos meses, e também aos efeitos da crise internacional do capitalismo. Em 1975, subiu ao poder Morales Bermudez, iniciando-se lento *retrocesso do movimento de renovação da sociedade.* Mesmo assim, alguns setores da esquerda que se solidarizaram com o governo do presidente Alvarado também apoiaram os primeiros seis meses da gestão de Francisco Morales Bermudez. O Partido Comunista Peruano, ex-líderes guerrilheiros, setores progressistas da Igreja, dirigentes camponeses e de favelas, parte da pequena burguesia identificada com a Democracia Cristã, profissionais liberais nacionalistas configuravam um conjunto de autênticos ou incômodos aliados que a intensificação das contradições do processo encarregou-se de afastar.

O governo Morales Bermudez cedeu a exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e excluiu todos os progressistas que poderiam ameaçar a direitização do regime. Quando Fernando Belaúnde Terry voltou à presidência (1980), estavam consolidados os novos rumos da sociedade peruana.

O Peru, contudo, havia passado por *importantes transformações no governo Velasco Alvarado*: a oligarquia agrária perdera a hegemonia política e econômica para a burguesia industrial; a sindicalização e a organi-

zação popular haviam crescido muito; e o Estado passara a exercer importante papel na economia, revitalizada pelo estímulo das exportações e pela reativação do aparelho produtivo.

O governo Belaúnde Terry, desprezando a herança do peruanismo, imprimiu um caráter conservador à sua gestão, o que provocou uma grande crise política e econômica, refletida em uma inflação de até 280%, no colapso da indústria, em uma grave recessão e em sérios problemas sociais, como o desemprego, o aumento da corrupção, o autoritarismo e o surgimento de grupos guerrilheiros de extrema esquerda: o *Sendero Luminoso*, que começou a atuar em 1980, após um trabalho político de dez anos, e o *Movimento Revolucionário Tupac Amaru*, criado em 1984.

Entre os dois movimentos guerrilheiros não chega a existir disputa, porque recrutam seus militantes em meios sociais diferentes. O Sendero vem sendo formado por descendentes de camponeses e de índios que fracassaram na sua migração para as cidades. Já a base do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) é constituída por elementos da pequena burguesia.

É inegável ser o Sendero o mais ativo movimento guerrilheiro. Definindo-se como maoísta, considera que os governos de Cuba, da URSS e da China são reformistas. O Sendero não tem qualquer ligação com os demais movimentos revolucionários latino-americanos, os quais considera revisionistas.

> "Como os comunistas russos e os comunistas chineses, estamos tomando o poder por parte, com os fuzis conquistando bases de apoio (...) Nossa Revolução é exemplar (...) encabeçamos a ofensiva estratégica da Revolução Mundial." (Trecho de entrevista de um militante do Sendero Luminoso. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 93, 1987, p. 46.)

9. COM OS BANCOS OU COM OS POBRES?

Em 1985, a APRA voltou ao poder, graças à eleição de Alan García, com o apoio da Esquerda Unida e da maioria da população.

Inspirado na social-democracia européia, o novo governo iniciou sua gestão com medidas que visavam reativar a economia e conter a inflação:

• acabou com as minidesvalorizações, promoveu o controle de câmbio e congelou a moeda peruana até o final de 1984;

• aumentou o salário mínimo e, em menor escala, as pensões e os salários em geral;

• congelou por três meses os preços dos bens de consumo e de serviços;

• estimulou as exportações de produtos industrializados e impôs rígidos limites às importações;

• estabeleceu que o valor das parcelas de pagamento da dívida externa não poderia exceder 10% do total do valor das exportações.

Embora visasse recuperar a soberania peruana, o programa governamental contrariava tradicionais diretrizes do Fundo Monetário Internacional.

> "Ou estamos com o sistema irracional, onde o dinheiro impôs sua força maléfica, ou estamos com os povos; ou estamos com os bancos, ou estamos com os pobres do mundo. Esta é a linha divisória da Justiça." (Trecho do discurso do presidente Alan García no Congresso Internacional Socialista, realizado em Lima, em 1986. *Cadernos do Terceiro Mundo*, nº 93, 1987, p. 43.)

Passando das palavras à ação, o governo decretou a *intervenção nos bancos privados*, em 1987, tal qual fizera o México cinco anos antes, atraindo a reação da direita e dos meios empresariais ligados ao capital estrangeiro.

O governo Alan García não se limitou a modificar a política financeira e econômica peruana: as *diretrizes imprimidas à política externa foram progressistas*, destacando-se o evidente apoio à Nicarágua, à Conferência Anti-*Apartheid*, ao não-alinhamento...

Entretanto, o governo Alan García não conseguiu solucionar a crise que comprometia a economia peruana e corroía os salários dos trabalhadores. O caos se aprofundava com as denúncias de corrupção de dirigentes apristas, inclusive o próprio presidente, acusado de enriquecimento ilícito.

10. A HORA E A VEZ DE NOVA POLÍTICA ESTATAL

Em meio à violenta inflação, que atingia a inimaginável cifra de 2.000% ao ano e isolada do sistema financeiro internacional devido à nacionalização dos bancos e à decretação da moratória da dívida externa, que atingia 22 bilhões de dólares, a sociedade peruana viveu acirrada disputa presidencial.

Tudo indicava a vitória de Mário Vargas Llosa, candidato da Frente Democrática e partidário de uma política econômica semelhante à adotada por Fernando Collor, no Brasil.

Ele realmente venceu no primeiro turno.

Contudo, o vencedor do segundo turno foi o nissei Alberto Fujimori, que encabeçava um movimento político chamado *Câmbio 90* e levantara como bandeira o lema *honradez, tecnologia e trabalho.*

O novo governo (1990) seguiu um programa econômico baseado em princípios neoliberais, segundo ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para combater a crise, fez do *gradualismo econômico* sua principal diretriz. O pagamento da dívida externa foi retomado, adotou-se uma política antiinflacionária monetarista e de amplas concessões ao capital internacional. Congelaram-se os salários e se criou novo padrão monetário: o desvalorizado *inti* foi substituído pelo hipervalorizado *sol.* Além disso, decretou-se a Lei de Mobilização Nacional dando aos militares todos os poderes para conter a expansão da guerrilha, sobretudo a levada a cabo pelo *Sendero Luminoso.*

Sem maioria no Congresso e se recusando a negociar com os partidos políticos tradicionais, o presidente Fujimori, com respaldo das Forças Armadas, deu um golpe de Estado em abril de 1992: dissolveu o Congresso, impôs a censura aos meios de comunicação, prendeu líderes oposicionistas, suspendeu a Constituição, fechou a Suprema Corte e passou a legislar mediante decretos.

> "Sem dúvida nenhuma, nem o Legislativo nem o Judiciário são hoje agentes de mudança. Como Presidente da República, testemunhei diretamente essas anomalias e senti que era minha

responsabilidade declarar estado de emergência para acelerar o processo de reconstrução nacional." (Trecho de pronunciamento do presidente Alberto Fujimori. *Jornal do Brasil*, 7 de abril de 1992.)

O denominado *autogolpe* de Fujimori, apelidado *El Chino* pelo povo peruano, provocou uma onda de violência contra os opositores que passaram a chamar o presidente de *Chinochet*, comparando-o ao general Pinochet, ditador chileno.

A repressão à guerrilha teve dois momentos culminantes em 1992:

• a prisão de Abimael Guzmán, o *Comandante Gonzalo*, líder máximo do *Sendero Luminoso*, exibido pela televisão em uma jaula e condenado à prisão perpétua;

• o *Caso de Cantuta*, uma Universidade de Lima, onde um professor e nove estudantes, acusados de simpatizantes da guerrilha senderista, foram fuzilados por militares.

"Embora o estado tenha negado sua responsabilidade no massacre, ela foi comprovada graças às informações transmitidas pelas organizações clandestinas de militares contrários ao governo. Este, entretanto (ferindo uma Constituição completamente nova, e feita 'sob medida' para o Executivo), abriu um processo militar, e não civil, contra os oficiais e soldados presos." (NIEDERGANG, MARCEL, *in O Mundo Hoje 1995-1996: Anuário Econômico e Geopolítico Mundial*, São Paulo, Editora Ensaio, 1996, p. 393.)

A pressão norte-americana, inclusive com a suspensão da ajuda para o *Grupo de Apoio ao Peru*, resultou na condenação dos militares pela Suprema Corte Militar (1994). Contudo, todos foram anistiados posteriormente.

Desde o ano anterior, fora aprovada nova Constituição estabelecendo a permissão para a reeleição presidencial para um mandato de cinco anos, a pena de morte para crimes políticos enquadrados como *atos terroristas* e a limitação do papel do Estado na economia. A realização de um referendo popular aprovou a adoção da Constituição elaborada pela Assembléia Constituinte.

Ainda que houvesse um recuo das ações guerrilheiras, nem por isso o maoísta *Sendero Luminoso* e o castrista *Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA)* paralisaram sua atuação, tornando o Peru um Estado explosivo na América Latina. Mesmo fornecendo armas a camponeses fiéis e fazendo vista grossa à violência dos militares, o governo não conseguiu esmagar a guerrilha que encontrava novos recrutas nos *pueblos jóvenes* (favelas) de Lima e outras cidades ou comunidades rurais em que 71% dos habitantes vivem na miséria. Em dezembro de 1996, um grupo de 14 guerrilheiros do MRTA tomou de assalto a embaixada do Japão em Lima, onde cerca de mil convidados estavam reunidos em uma festa. Até abril de 1997, houve negociações com o governo, somente encerradas com a morte dos guerrilheiros por tropas do Exército.

"No plano econômico, o Peru reforçou seus laços com a Ásia a partir de 1993 (...) O Japão se tornou um parceiro de primeira ordem (US$ 250 milhões de investimentos em 1994). O Peru, além disso, foi incluído entre os 'bons alunos' do FMI, depois de voltar a integrar a comunidade financeira internacional (...)" (NIEDERGANG, MARCEL, *op. cit.*, p. 393.)

Tal decisão não causa espanto, sobretudo se levarmos em conta as concessões feitas ao capital internacional, como a lei que flexibiliza o mercado de trabalho e admite empregos temporários com salários inferiores ao limite mínimo legal.

Em 1995, Fujimori foi reeleito para novo mandato com 64% dos votos, sendo que, no ano seguinte, o Congresso aprovou lei admitindo possa *El Chinochet* concorrer a um terceiro mandato.

O *Protocolo do Rio*, acordo firmado entre Peru e Equador, pôs fim ao conflito armado entre os dois países devido a questões de limites (1995).

A sociedade peruana, entretanto, ainda hoje enfrenta dramáticos problemas: mais de metade da população (55,4%) vive em estado de pobreza extrema, ou seja, não tem recursos suficientes para cobrir suas necessidades elementares, como alimentação, saúde e educação. A violência política, onde a violação dos direitos humanos constitui uma constante, e o desemprego, que atinge 76% da população ativa, representam realidades brutais que as diretrizes neoliberais só fizeram agravar.

Até quando a sociedade peruana poderá "acreditar que uma ditadura militar — porque é isso que existe hoje no Peru, embora o fantoche

que por enquanto a preside não ostente galões — é uma garantia mais firme da propriedade e da empresa privada do que um Estado de direito, com liberdade de imprensa e instituições que, por mais defeituosas que sejam, com um Congresso eleito e um Poder Judiciário independente, podem servir de freio aos abusos e excessos daqueles que detêm o poder?" (Trecho de pronunciamento de Mário Vargas Llosa. *Folha de São Paulo*, de 31 de maio de 1992.)

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Correlacionar o problema indígena com a questão agrária do Peru.
2. Resumir o desenvolvimento das lutas camponesas no período imediatamente anterior à Revolução de 1968.
3. Analisar o papel dos militares na vida peruana antes da Revolução de 1968.
4. Identificar a importância original da APRA no contexto das lutas populares no Peru, e sua posterior mudança político-ideológica.
5. Explicar a reação nacionalista dos militares no final da década de 1960.
6. Apontar as principais reformas efetuadas no governo do general Alvarado.
7. Destacar o papel do imperialismo no fracasso do movimento militar peruano.
8. Concordar ou discordar do conceito de Revolução Peruana, justificando a resposta.
9. Indicar as diretrizes econômicas do governo Alan García.
10. Caracterizar o fujimorismo do ponto de vista político e econômico.
11. Explicar duas diferenças entre o *Sendero Luminoso* e o MRTA.

UNIDADE VIII — DIFÍCIL SERÁ A CONSTRUÇÃO DA NOVA SOCIEDADE

A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA CHILENA

1. A VIA CHILENA PARA O CAPITALISMO

A economia chilena, assim como a dos demais países da América Latina após a independência, orientou-se no sentido do *crescimento capitalista para fora*, isto é, exploração das atividades agropastoris (trigo e gado, no sul) e mineradoras (salitre, cobre, ferro e carvão, no norte) para abastecer o mercado mundial.

Nesse processo, enriqueceram-se as oligarquias proprietárias dos latifúndios e das empresas mineradoras, e a burguesia ligada ao comércio de importação e exportação. Depois de 1880, a prosperidade do Chile chegou a convertê-lo no *país dominante da América Latina*, superando mesmo a Argentina. Entretanto, o capitalismo chileno cresceu e se desenvolveu *submetido estreitamente aos interesses ingleses e, depois, norte-americanos*, sobretudo no que diz respeito à exploração do salitre e do cobre, base da economia do Chile.

A *dominação do capital monopolista e do imperialismo* foi a *responsável* tanto pelo crescimento econômico quanto *pelo estado de subdesenvolvimento* da sociedade como um todo, devido ao caráter de dependência

que caracteriza a economia dos países baseados nas atividades primárias e exportadores de matérias-primas e alimentos. "A estrutura metrópole-satélite do sistema capitalista mundial, e do Chile dentro dele, criou na metrópole do satélite chileno grupos definidos de interesses que, não importa quais sejam seus conflitos com o imperialismo, deverão unir-se para apoiar, acima de qualquer outra, uma política que sirva para converter o Chile em um satélite cada vez mais dependente da metrópole capitalista mundial." (FRANK, A.G., "Chile: El Desarrollo del Subdesarrollo", *Monthly Review*, nºs 46 e 47, Editorial M.R., p. 84.)

No Chile, esses grupos de interesses estavam representados pelas oligarquias agroexportadoras e pela alta burguesia ligada às finanças e ao comércio internacional. Não existiram condições históricas para o desenvolvimento de uma burguesia nacional, que investisse maciçamente capitais na industrialização do país, e conduzisse o Chile a uma revolução democrático-burguesa, derrotando o imperialismo e seus aliados internos. Durante todo o século XIX, as *oligarquias*, entrincheiradas nos Partidos Conservador e Liberal, dominaram o *poder político* no Chile.

A *Guerra do Pacífico* (1879-1883) garantiu para o Chile as regiões de Tarapacá e Antofagasta, ricas em guano, salitre e outros minerais. Esse conflito, decidido muito mais a favor dos interesses do capitalismo inglês do que do chileno, *tornou o país mais dependente da Inglaterra*, que detinha o controle de grande parte do salitre de Tarapacá e dominava o comércio internacional dessa importante matéria-prima.

Em 1861, terminara o período de predomínio da oligarquia conservadora, inaugurado pela Constituição de 1833 e pelo governo de Diego Portales. Divergências no Partido Conservador provocaram a formação do Partido Nacional, e, mais tarde, elementos mais progressistas do Partido Liberal criaram o Partido Radical. O bloco *Nacional-Radical-Liberal* (ou Corrente Liberal), a partir de 1881, desempenhou *papel atuante na vida política* do Chile, desbancando os conservadores do poder. A oligarquia liberal realizou importante programa de reformas, incompatibilizando-se com os conservadores e a Igreja Católica.

Durante o governo do presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891) foram realizadas reformas econômicas que visavam *salvaguardar os interesses nacionais* dos abusos do capitalismo inglês, através da *chilenização da economia*. Com relação à maior riqueza nacional, o salitre, o programa de Balmaceda consistia em:

"1. Romper o monopólio que os capitalistas ingleses exerciam em Tarapacá, como uma maneira de impedir que aquela região fosse 'convertida em uma simples feitoria estrangeira'.

2. Estimular a formação de companhias salitreiras nacionais (...)

3. Impedir o maior desenvolvimento das empresas estrangeiras, ainda que sem obstaculizar as atividades que estas já realizavam." (FRANK, A.G., *op. cit.*, p. 91.)

Além de medidas de caráter econômico, como o protecionismo, a construção de obras públicas, a melhoria das comunicações, o governo Balmaceda promoveu reformas nas áreas da educação e da saúde, reaparelhou as Forças Armadas, empreendeu a colonização dos novos territórios, e realizou reformas fiscais, judiciárias e administrativas.

Apesar do caráter moderado das suas reformas, o *governo liberal reformista de Balmaceda foi derrubado por uma conspiração das oligarquias conservadoras, apoiada e financiada pelo imperialismo inglês*, ao fim de uma sangrenta guerra civil, que culminou com o suicídio do presidente.

2. DA ETAPA PARLAMENTARISTA À ASCENSÃO DO MOVIMENTO POPULAR

A deposição do governo Balmaceda interrompeu temporariamente o longo período de predomínio do Poder Executivo na vida política do Chile. Implantado o regime parlamentarista, *o Congresso passou a exercer o controle político do país*, sem que isso significasse mudança na estrutura do poder. "Daqui por diante o entrosamento da oligarquia tradicional com a Inglaterra se fará cada vez mais sólido ao mesmo tempo que se acentuará sua decadência como setor social. O ano de 1920 pode ser considerado como o ano de sua crise política e a antecipação da crise geral que se manifestará, pouco depois, com a aparição do salitre sintético. Uma nova estrutura econômica foi-se formando ao compasso do desenvolvimento industrial. O enfraquecimento relativo do imperialismo inglês, que se verifica a partir do fim da guerra de 1914, a agressividade crescente dos interesses ianques, a ascensão do movimento operário, a entrada em cena das camadas médias, e a baixa dos produtos agro-

pecuários são os elementos que formam esta nova situação." (GONZALEZ, E. e outros, *La Tragedia Chilena*, Ediciones Pluma, p. 68.)

Apesar dos bons preços do trigo, a agricultura, como atividade econômica, foi perdendo terreno para a indústria mineradora e a grande finança. Muitos latifundiários do sul, zona de imigração e colonização européia, dirigiram seus capitais para as atividades salitreiras ou se tornaram banqueiros. Após a Primeira Guerra Mundial, o *cobre* tornou-se o *principal produto de exportação*, sendo que a exploração do minério estava praticamente em mãos de empresários norte-americanos. A industrialização, sobretudo com o estímulo a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a expansão do comércio, a melhoria dos serviços públicos e da habitação popular criaram condições para o *crescimento do operariado e das camadas médias* (pequena burguesia não-assalariada, empregados no setor de serviços, funcionários públicos, profissionais liberais etc.). Ao mesmo tempo, as *cidades* — especialmente Santiago e Valparaíso — passaram a funcionar como *pólos de atração da população rural.* As péssimas condições de vida dos camponeses do sul e do centro do país impulsionaram grande número de *peões* e *inquilinos* (arrendatários) para os centros urbanos, onde foram engrossar as fileiras do nascente proletariado.

As camadas médias começaram a ganhar importância à medida que a economia se diversificava. Elementos da pequena burguesia provincial começaram a substituir os representantes das famílias tradicionais na administração pública, nos negócios, nas profissões liberais, no Exército, nos partidos políticos e, finalmente, no governo. A eleição de Arturo Alessandri, representante dessas camadas, confirmou essa tendência (1920).

Em muitos pontos, os interesses da pequena burguesia coincidiriam com os da classe operária, como a necessidade de uma legislação trabalhista e de previdência social. Mas, ao mesmo tempo, o temor à radicalização do movimento operário muitas vezes impeliu setores pequeno-burgueses a alianças com a classe dominante, toda vez que a propriedade e o modo de vida burguês se viam ameaçados. *O papel político da pequena burguesia foi muito importante* na vida chilena, desde a subida de Alessandri ao poder até a eleição de Salvador Allende, e mesmo durante o governo e a queda da Unidade Popular.

A instabilidade social acompanhou o crescimento da economia chilena. Os primeiros descontentamentos das massas trabalhadoras ocorreram nas áreas salitreiras, sendo o mais grave desses movimentos o que se verificou no porto do Iquique, em 1907, "onde se concentraram mais de quinze mil trabalhadores procedentes do pampa salitreiro (...) A força pública dissolveu a concentração dos operários abrigados na Escola de Santa Maria dessa cidade, ato de que resultaram centenas de mortos e feridos". (DONOSO, R., *Breve Historia de Chile*, EUDEBA, pp. 97 e 98.)

Unámonos como hermanos
que nadie nos vencerá.
Si quieren esclavizarnos,
jamás lo podrán lograr.
La tierra será de todos
también será nuestro el mar.
Justicia habrá para todos
y habrá también libertad.
Luchemos por los derechos
que todos deben tener.
Luchemos por lo que es nuestro,
de nadie más ha de ser.

(Luis Advis, *Cantata de Santa Maria de Iquique*)

Do ponto de vista político, o parlamentarismo chileno, que se manteve de 1891 até 1925, caracterizou-se pela *rotatividade ministerial* e pela *corrupção administrativa*. Com o final da Primeira Guerra Mundial, a crise econômica e social — inflação, queda dos salários, desemprego, greves operárias e descontentamento geral da população — tornou insustentável a manutenção do regime parlamentarista. Durante o governo do liberal populista Arturo Alessandri, as sempre adiadas reformas sociais levaram o Exército a violar a ordem constitucional e a depor o presidente, em 1924. Sob pressão militar, o Congresso aprovou várias *leis de caráter social* (código de trabalho, seguro social de doença e invalidez). No ano seguinte, com a recondução ao cargo do presidente deposto, foi promulgada, depois de aprovada por um plebiscito, uma

nova Constituição. A Constituição de 1925 restaurava a tradição presidencialista do Chile, ampliava e fortalecia os poderes do Executivo, separava a Igreja do Estado, e previa eleições populares para a escolha do presidente da República.

O período que se estendeu desde os começos da década de 1920 até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) assinalou a *crise do Estado liberal-oligárquico*. "Como conseqüência da Primeira Guerra Mundial o capitalismo britânico foi desbancado da vida econômica quase em absoluto. A intervenção do capital norte-americano nos dois ramos fundamentais da economia chilena, salitre e cobre, se intensificou, dando assim ao grande país do norte uma influência decisiva na vida econômica, social e política da nação." (DONOSO, R., *op. cit.*, p. 105.) A Crise de 1929 expôs a fragilidade do modelo econômico exportador e dependente (queda da produção mineira, diminuição dos investimentos estrangeiros e do comércio externo) e reorientou a economia no sentido do *intervencionismo estatal* em alguns setores, como nas finanças e na exploração do petróleo. Uma política de proteção aduaneira deu *novo impulso à industrialização.*

A crise econômica dos anos 20 refletiu-se principalmente sobre as condições de vida das classes populares. A crise social explica o *surgimento dos partidos operários* — como o Socialista e o Comunista — e a *formação de grandes organizações de massa* — central de trabalhadores, sindicatos, confederações camponesas. Na década de 1930, os partidos populares canalizaram a insatisfação da classe operária e de setores da pequena burguesia, levando-os a apoiar candidatos progressistas do *Partido Radical*, orientação que predominou até a década de 1950. A *Frente Popular*, que elegeu Pedro Aguirre Cerda, em 1938, e a *Aliança Democrática*, que apoiou a candidatura de González Videla, em 1946, foram exemplos dessa política de coalizão.

A *crise política* manifestou-se em diversas ocasiões, como na ditadura de Carlos Ibañez del Campo (1926-1931), na guerra civil que sacudiu o país em 1932, e em uns poucos golpes militares, *abalando a relativa estabilidade político-institucional do Chile*, em uma América Latina coberta de ditaduras...

Entre os anos de 1936 e 1956, o *movimento popular cresceu consideravelmente*, apesar dos seus avanços e recuos. Durante a Segunda Guerra

Mundial, a economia conheceu um período de relativo desenvolvimento industrial, e o preço do cobre subiu no mercado internacional. Entretanto, essa prosperidade econômica beneficiou sobretudo a burguesia chilena e as grandes empresas norte-americanas. As lutas da classe operária e sua unidade de ação com os partidos pequeno-burgueses democráticos encaminharam-se no sentido não só de reivindicações de aumento de salários e melhoria das condições de trabalho, mas também de resolver os problemas mais gerais da sociedade, como a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, o aumento do custo de vida, a formação de sindicatos no campo etc.

Após a vitória das forças democráticas sobre o nazi-fascismo, houve um crescimento do movimento popular em quase toda a América Latina, inclusive no Chile, onde, pela primeira vez, os comunistas fizeram parte do governo. O *temor* da grande burguesia internacional *pela expansão do socialismo* e pela afirmação da União Soviética como potência mundial, bem como a seu apoio às lutas de libertação nacional e antiimperialistas, levou o governo dos Estados Unidos a iniciar a *política da Guerra Fria*, traduzida na *Doutrina Truman*, de 1947.

A nova correlação de forças teve reflexos evidentes nos países latino-americanos. "(...) o imperialismo dos EUA esforçava-se por deter com quaisquer meios a ascensão do movimento democrático antiimperialista no continente e com esse objetivo tomou uma série de medidas militares e políticas. Assim, em 1947, no Rio de Janeiro, foi assinado o Pacto de Defesa do Hemisfério [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR]; preparava-se a reorganização da União Pan-Americana; em 1948 foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA) destinada a ser durante muitos anos um dos meios políticos da ingerência dos EUA nos assuntos internos dos Estados latino-americanos. Os EUA organizaram com esse objetivo golpes reacionários em uma série de países da América Latina: Bolívia (1946), Venezuela (1948), Equador (1946), Nicarágua (1947), Costa Rica (1948), El Salvador (1948), Peru (1948), Colômbia (1949) e Cuba (1952). Sob a pressão dos EUA começou a ser proibida a atividade dos Partidos Comunistas e organizações sindicais progressistas." (KUDÁTCHKINE, M., *Chile: Experiência de luta pela unidade das forças de esquerda e por transformações revolucionárias*, Edições Progresso, p. 36)

Embora houvesse divergências entre comunistas e socialistas, cada qual estabelecendo alianças com diferentes frações da burguesia, o movimento operário e popular progrediu. A contra-ofensiva das forças conservadoras veio sob a forma da *Lei de Defesa da Democracia* (chamada de *Lei Maldita*), publicada em 1948, baseado na qual o governo moveu violenta perseguição política a milhares de pessoas — elementos populares, militantes comunistas, dirigentes sindicais —, aprisionadas em campos de concentração.

> *Eu acuso o presidente González Videla de*
> *empenhar-se em uma guerra inútil e estéril*
> *contra o povo e o pensamento popular do Chile, e*
> *de querer dividir artificialmente os chilenos.*
>
> (Pablo Neruda, *Eu acuso*)

Em 1951, a *Frente do Povo* (comunistas e parte dos socialistas) apresentou o candidato socialista Salvador Allende Gossens para disputar as eleições presidenciais, vencidas, entretanto, pelo general Carlos Ibãnez del Campo (apoiado inclusive por uma fração dos socialistas), o mesmo militar que governara ditatorialmente o Chile de 1926 a 1931.

A necessidade de fortalecer o movimento sindical, enfraquecido desde 1949 com a saída dos socialistas da *Confederação de Trabalhadores do Chile (CTCh)*, impôs-se como tarefa principal das forças democráticas e populares. Católicos, comunistas, socialistas, radicais e independentes formaram, em 1953, a *Central Única de Trabalhadores do Chile (CUT)*, que se propunha a lutar pelos direitos econômicos e políticos dos trabalhadores e pela implantação de novas relações sociais, baseadas na propriedade social dos meios de produção.

"Os trabalhadores do Chile, independentemente de ideologias, credos religiosos, sexo e nacionalidade, consideram a Central Única de Trabalhadores o mais eficiente instrumento na luta pelos direitos sociais e pela unidade monolítica. A Central Única de Trabalhadores é um importante meio de luta contra a grande burguesia, a oligarquia antinacional e o imperialismo, contra as

repressões e a miséria." (Declaração de Princípios do II Congresso da CUT, 1959. KUDÁTCHKINE, M., *op. cit.* p. 67.)

Importante passo foi dado, em 1956, com o surgimento da *Frente de Ação Popular (FRAP)*, agrupando comunistas, socialistas, democratas e outros grupos menores. A participação de amplas camadas do povo nessa *frente* marcou uma *mudança qualitativa no processo de organização popular*, porque não se limitou a apoiar os partidos progressistas, mas nela os setores operários e populares detinham a hegemonia política e o papel de direção. "A FRAP foi uma conseqüência, por um lado, da virada cada vez mais reacionária de Ibãnez (paralelamente às exigências da burguesia chilena de fazer as massas populares pagar pela crise e à penetração do imperialismo ianque) e, por outro, do processo de radicalização de amplas camadas da classe média e do movimento operário, desiludidos com todas as variantes burguesas que haviam sido incapazes de superar a crise econômica do Chile." (GONZÁLEZ, E. e outros, *op. cit.* p. 74.)

A *reação oligárquica e imperialista* contra-atacou, em 1958, com a eleição de Jorge Alessandri, derrotando o novamente candidato das forças populares, Salvador Allende. A partir da década de 1960, o reformismo burguês começou a apresentar-se como *alternativa ao avanço do movimento popular*. Sua maior expressão foi o *Partido Democrata Cristão (PDC)*, que passou a desempenhar o papel exercido até a década de 1940 pelo Partido Radical. O PDC agrupava camadas urbano-industriais (pequena burguesia e uma parte do proletariado) e os setores da Igreja influenciados pela Ação Social Católica.

3. A REVOLUÇÃO EM LIBERDADE

No começo dos anos 60, as correntes políticas encontravam-se praticamente polarizadas em dois blocos: de um lado, a Frente de Ação Popular, agrupando as *forças operárias e populares de esquerda*; de outro, os *partidos de direita* (Liberal, Conservador, Radical), representando a oligarquia latifundiária e financeira, os grandes industriais e as camadas médias do Partido Democrata Cristão, que se recusavam a colaborar com os comunistas.

"O capitalismo e o marxismo não são meios eficazes para resolver os problemas concretos da Nação chilena nas condições da realidade histórica atual. As necessárias emendas sociais podem ser levadas a cabo com base nas novas concepções da democracia cristã, no sistema estatal e na estrutura do regime socioeconômico do país." (Declaração programática da Junta Nacional do PDC, 1964. KUDÁTCHKINE, M., *op. cit.*, p. 98.)

Os problemas concretos da nação chilena continuavam a ser a inflação, o desemprego, a diminuição da produção agrícola, o aumento da dívida externa. A posição dominante dos monopólios estrangeiros nos ramos-chave da produção (cobre, salitre, ferro, eletricidade, petróleo, indústria química) ao lado da concentração da propriedade da terra (0,7% dos proprietários possuíam 61,6% das terras cultiváveis) dificultavam o desenvolvimento da economia nacional. A Democracia Cristã pretendia resolver essas e outras importantes questões apelando para o programa de reformas conhecido como *Revolução em Liberdade.*

As eleições de 1964 deram ampla vitória a Eduardo Frei, líder da Democracia Cristã, que os setores burgueses ligados ao impulso industrialista posterior a 1945 apresentaram como *alternativa ao representante das forças populares*, Salvador Allende. O imperialismo norte-americano apoiou a candidatura democrata-cristã, cuja campanha baseou-se em palavras de ordem reformistas (reforma agrária, nacionalização do cobre) e no profundo anticomunismo. Surgido em 1957, da fusão do Partido Social Cristão com a Falange Nacional, o *Partido Democrata Cristão* era "um partido burguês reformista e sua direção representará os interesses dos setores mais dinâmicos da grande burguesia e do imperialismo. Sua base social será formada pelos estratos pequeno-burgueses, numericamente majoritários, e por grupos de trabalhadores e subproletariado da cidade e do campo. Em essência, o êxito político do núcleo dirigente baseava-se na sua capacidade de expressar, de modo novo e modernizante, os interesses dos setores mais dinâmicos da burguesia chilena e do 'progressismo' norte-americano". (ALTAMIRANO, C., *Dialética de uma derrota*, Editora Brasiliense, pp. 84 e 85.)

As diretrizes norte-americanas representavam *novo caráter da dependência* que o imperialismo estabelecia nos países latino-americanos, atra-

vés da *Aliança para o Progresso*, durante o governo do presidente John Kennedy. Tratava-se de uma tática do imperialismo para contrapor-se à influência da Revolução Cubana no continente.

O período de governo da Democracia Cristã (1964-1970) foi marcado por importantes medidas econômicas, destacando-se a aprovação do monopólio da comercialização do cobre e a criação de companhias mistas (capital estatal e capital privado) para a exploração do cobre, o que acabou favorecendo as empresas norte-americanas e contribuiu para manter a produção praticamente estagnada. Além disso, o governo empenhou-se em combater a inflação, principalmente através do congelamento de salário, e obter empréstimos externos destinados a sustentar seus projetos desenvolvimentistas, especialmente a *realização da reforma agrária.*

"Três leis de 1967 puseram em marcha o processo de reforma agrária no Chile, que se vinha arrastando nos anos anteriores: a modificação da constituição política relativa ao direito de propriedade, a lei de sindicalização agrícola e a nova lei de reforma agrária." (LOBO, E.M.L., *América Latina Contemporânea,* Zahar Editores, p. 195.)

Apesar das limitações da reforma agrária (que visava somente à expropriação, com indenização, das terras não cultivadas), a CUT e os partidos populares realizaram um amplo trabalho entre os camponeses, ajudando a criar organizações sindicais no campo. "A reforma agrária, a sindicalização dos trabalhadores agrícolas, a formação de cooperativas, o controle pelo Estado dos contratos de meação e inquilinato, uma nova política creditícia foram implantados no Chile com relativa facilidade devido à porcentagem reduzida da população agrícola e ao declínio do poderio político da aristocracia rural." (LOBO, E.M.L., *op. cit.*, p. 195.)

A política desenvolvimentista do governo Frei, no entanto, resultou em uma *efetiva adequação do país à penetração do capital estrangeiro,* especialmente o norte-americano.

> *Nenhum governo de extrema direita tratou com mais generosidade com que o fez Frei às empresas norte-americanas.*
>
> (*Hanson's American Letters,* revista norte-americana de negócios)

No setor das relações internacionais, o governo Eduardo Frei empenhou-se em reforçar seus laços com os países latino-americanos e europeus — inclusive os do mundo socialista —, *sem prejudicar seu relacionamento com os Estados Unidos.*

O aumento das tensões sociais traduziu-se na ocorrência de *greves*, de 1967 até 1969 (inclusive a primeira greve nacional camponesa), *duramente reprimidas*, tanto que "a revolução sem sangue que prometeu Frei se transformou ao final em sangue sem revolução". (GONZÁLEZ, F., *op. cit.*, p. 79.) *O movimento popular* assumiu nesses anos uma nítida *fase ofensiva*, que desembocaria no começo de 1970 com o governo da Unidade Popular. Nesse processo de ascensão do movimento de massas também tiveram destacado papel elementos da pequena burguesia progressista (intelectuais e estudantes).

Politicamente, a *classe dominante* encontrava-se *dividida* nos últimos anos do governo Frei, devido ao fracasso das concepções da Democracia Cristã aplicadas à complexa realidade chilena e ao agravamento da crise econômica e social. No próprio PDC formaram-se alas de esquerda e direita (esta apoiando o presidente Frei). Alguns descontentes com a política da Democracia Cristã desligaram-se do partido e fundaram o *Movimento de Ação Popular Unitária* (MAPU), liderado por Jacques Chonchol, disposto a aliar-se com as forças populares nas futuras eleições de 1970. Sob essa conjuntura se estruturaria a Unidade Popular.

4. A DIFÍCIL TRAJETÓRIA DA UNIDADE POPULAR

"As receitas 'reformistas' e 'desenvolvimentistas' que impulsionaram a Aliança para o Progresso e que foram incorporadas ao governo de Frei não conseguiram nenhuma alteração importante. Fundamentalmente constituiu-se em um novo governo da burguesia a serviço do capitalismo nacional e estrangeiro. As suas frágeis intenções de mudança naufragaram completamente através da paralisação econômica, da carestia e da repressão violenta contra o povo. Com isto se demonstrou mais uma vez que o refor-

mismo é incapaz de resolver os problemas do povo." (Programa básico da Unidade Popular, 1969. ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 35.)

A vitória eleitoral da Unidade Popular em 1970 deveu-se não apenas ao crescimento do movimento operário e popular, mas também ao decisivo *apoio que as camadas médias deram às forças políticas de esquerda*, e à *passageira divisão da burguesia*. A Unidade Popular agrupava comunistas, socialistas, católicos do MAPU, liberais dos Partidos Radical e Social Democrata, e independentes do Movimento de Ação Popular Independente (API). Por sua vez, a burguesia chilena dividiu-se, apoiando ou o conservador Jorge Alessandri ou o democrata-cristão Radomiro Tomic, cada um deles sentindo-se em condições de triunfar sobre o socialista Salvador Allende.

O triunfo eleitoral da "Unidade Popular foi uma vitória do povo que, colocado sempre em segundo plano nos triunfos eleitorais da burguesia, finalmente ingressava no Palácio dos Presidentes. O triunfo tantas vezes adiado representava os anseios do povo. Sua esperança, que estivera sempre clandestina, agora sobrevoava os caminhos do Chile, pressagiando uma vida mais digna e justa. Enquanto isso, a burguesia, surpreendida, escondia sua arrogância centenária e seu pânico detrás das janelas herméticas de suas mansões". (ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 42.)

Extremamente difícil era a tarefa do governo da Unidade Popular: *construir uma sociedade socialista em "liberdade, pluralismo e democracia"*, experiência até então inédita nas lutas sociais. Pela primeira vez, um presidente socialista subia ao poder pelo voto popular.

"Foram o homem e a mulher anônimos do Chile que tornaram possível este fato social transcendente. Milhares de chilenos semearam com sua dor e sua esperança esta hora que pertence ao povo. E em outras fronteiras e outros países, a vitória alcançada é vista com profunda satisfação. O Chile apresenta uma alternativa para outros povos da América e do mundo. A força vital da unidade romperá os diques das ditaduras e abrirá caminho para que os povos possam ser livres e construir o seu próprio destino

> (...) se a vitória não foi fácil, difícil será a consolidação do nosso triunfo e a construção da nova sociedade, da nova convivência social, da nova moral e da nova pátria." (Discurso de Salvador Allende, em 5 de setembro de 1970. ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 42.)

A. AS DIFICULDADES ECONÔMICAS

O governo da Unidade Popular estava firmemente disposto e comprometido com o povo a promover a nacionalização da economia, ampliar e aprofundar a reforma agrária iniciada no governo Frei, reativar a produção, elevar a oferta de empregos e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Aparentemente, nada o distinguiria dos governos reformistas burgueses latino-americanos; entretanto, à medida que se ampliasse a área de propriedade social, que se destruíssem os interesses oligárquico-imperialistas, e os meios de produção passassem ao controle efetivo dos trabalhadores, a economia reorientar-se-ia em um sentido socialista, realizando a transformação revolucionária das instituições econômicas, *base para a conquista do Poder Popular*. "O processo iniciado com a vitória de Allende apresentava um caráter essencialmente diferente das outras experiências revolucionárias. Essas começaram, invariavelmente, por resolver o problema do poder. Foi assim na União Soviética, na China e em Cuba. A peculiaridade do processo chileno encontrava-se precisamente no esforço de substituir as instituições e estruturas capitalistas antes de se ter conquistado o poder." (ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 164.)

A política econômica centrou-se no combate às empresas estrangeiras, com a finalidade de colocar sob controle estatal as principais atividades industriais e bancárias. Durante o primeiro ano, *a medida econômica mais importante* foi a *nacionalização do cobre*, responsável por 80% das rendas do país em divisas estrangeiras. As minas de cobre e empresas mineradoras pertencentes aos monopólios norte-americanos (Anaconda, Kennecott e Serro Co.) foram estatizadas e seus proprietários indenizados. Além disso, *quase todo o sistema bancário passou às mãos do Estado.* A política de liquidação dos monopólios nacionais e estrangeiros atingiu também grandes indústrias têxteis, siderúrgicas, fábricas de papel e ci-

mento, ferro, carvão e salitre, os serviços de telecomunicações (monopolizados até então pela poderosa ITT), que passaram à esfera estatal, juntando-se a eletricidade, ferrovias, petróleo e açúcar, já nacionalizados.

Melhoraram as condições de vida da população: a inflação declinou; os salários dos trabalhadores aumentaram; os preços dos bens de consumo popular foram mantidos estáveis; desenvolveu-se um vasto programa de construção habitacional; e se adotaram medidas práticas para a diminuição do desemprego.

No campo, foi dinamizado o *Programa de Reforma Agrária*, de acordo com a lei que estabelecia a posse máxima de 80 hectares de terras cultiváveis. Nas fazendas expropriadas pela Corporación de Reforma Agrária (CORA) foram criadas cooperativas agrícolas. A reforma agrária acirrou as lutas de classe no campo, onde ocorreram diversos episódios de ocupações de fazendas por *pobladores* (moradores pobres dos povoados) e trabalhadores rurais (sobretudo no sul do país) incentivadas pelo MAPU, organização católica de esquerda, e por militantes do *Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR)* — grupo de formação guerrilheira e ultra-esquerdista — e do Movimento Revolucionário Camponês (fundado pelo MIR). Embora apoiasse o governo da Unidade Popular, sem dele participar, o MIR discordava em muitos pontos, como na defesa das invasões de terras pelos camponeses e quanto ao não-pagamento das indenizações aos proprietários.

> *Comprometi-me a agir dentro das leis e da Constituição e ninguém me fará abandonar esta atitude que é o compromisso que contraí perante minha consciência, o povo e a História.*
>
> (Salvador Allende aos mineiros de Chuquicamata)

Em vista dos *resultados econômicos positivos* do primeiro ano de governo (redução do desemprego a menos da metade, crescimento da produção, aumento do poder aquisitivo das massas trabalhadoras, redução do analfabetismo), apesar da oposição do Congresso dominado pelos democrata-cristãos, a burguesia e o imperialismo mobilizaram-se para

deter as transformações revolucionárias. Os *momios* (múmias, reacionários, na gíria da esquerda chilena) e o governo do presidente Richard Nixon viam fracassar a possibilidade de desgastar politicamente a Unidade Popular dentro do jogo democrático, tendo em vista a *garantia do governo em não se afastar da legalidade constitucional.*

> "(...) a burguesia chilena segue com seu método de evitar um enfrentamento com o movimento de massas e com seu governo. Sua estratégia é resistir palmo a palmo às medidas de Allende, especialmente no terreno econômico, bloqueá-lo ao máximo; não desperdiçar oportunidade para desgastá-lo e desprestigiá-lo." (Jornal *La Verdad*, 16 de junho de 1971. GONZÁLEZ, E. e outros, *op. cit.*, pp. 119 e 120.)

Ante a vitória das forças democráticas e populares nas eleições municipais e a *reforma constitucional de 1971* — que *tornava propriedade do Estado as riquezas do subsolo* —, multiplicaram-se as manobras do imperialismo e das oligarquias rurais e financeiro-industriais no sentido de desestabilizar a economia: suspensão do apoio creditício internacional; sabotagens nas minas de cobre nacionalizadas; e maciça propaganda antigovernista nos meios de comunicação.

Ao lado do cerco econômico dirigido pelos Estados Unidos, juntavam-se as contradições a um processo de desenvolvimento econômico-social que se propunha a liquidar as concentrações monopolistas privadas em uma economia historicamente dependente. Às dificuldades internas acrescia-se uma conjuntura internacional desfavorável, com a baixa do preço do cobre devido a manobras do capitalismo internacional.

O bloqueio econômico norte-americano tornou mais crítica a situação da economia chilena, baseada no capitalismo dependente, exportadora de matérias-primas e importadora de alimentos e bens de produção, e que possuía enorme dívida externa, herdada do período anterior.

As nacionalizações não haviam atingido o setor de distribuição e comercialização. Nas condições de transição para o socialismo nos limites da democracia burguesa e do constitucionalismo, coexistiam *três formas básicas de propriedade*: a *estatal* (dominante, abrangendo as principais empresas extrativo-minerais, bancos e parte do comércio exterior);

a *mista* (capital público e privado, na pesca e mineração); e a *privada* (indústrias leves, comércio interno).

Os grandes negociantes, que controlavam a maior parte do comércio dos gêneros alimentícios, criavam *dificuldades ao abastecimento*, o que encarecia os artigos de primeira necessidade. A produção agrícola, embora se tenha elevado, não acompanhou o crescimento da demanda, provocado pelo aumento dos salários. Daí, a *necessidade de importar alimentos* (carne, trigo, gorduras, manteiga, azeite), cada vez mais caros devido à recessão do mundo capitalista. Os desequilíbrios entre a oferta e a procura foram utilizados para estimular o mercado negro, a sonegação de produtos e a *inflação*, que, assim, corroía os efeitos da política de redistribuição de rendas. Os níveis de inflação aumentaram a partir de 1972 (34,9% em 1970; 22,1% em 1971; 163,4% em 1972; e 325% em 1973).

O consumo supérfluo da burguesia e das camadas médias contribuía para aumentar os lucros do setor privado, enquanto as empresas públicas, que produziam artigos a baixo preço, tornavam-se dispendiosas e deficitárias. O setor público não conseguiu acumular capital suficiente para financiar o desenvolvimento e compensar, assim, a queda da poupança privada e dos créditos e investimentos externos.

O pagamento da dívida externa, que o governo tentou renegociar, o financiamento das importações e os reajustes salariais não acompanhados por aumento da produtividade consumiam o dinheiro público e aceleravam a inflação. Por sua vez, o cerco burguês-imperialista ia-se apertando, como o *lockout* (paralisação) *dos proprietários de caminhões*, em 1972, financiado pela CIA, cujo pretexto foi a disposição do governo em nacionalizar o setor de transportes. Esta paralisação de patrões *interrompeu o transporte de alimentos, combustíveis e matérias-primas*, causando prejuízos consideráveis para a economia: perda de metade da colheita de verduras e da produção de leite, além da morte de milhares de aves e de cabeças de gado por falta de ração e combustível para as fazendas. Entre outras inúmeras greves, em 1973 ocorreu a dos técnicos e trabalhadores mais bem remunerados das empresas de cobre, o que contribuiu ainda mais para desestabilizar a economia, tática do imperialismo para derrubar o governo popular.

"O grau de decisão visando a provocar a queda do governo arrastou a classe dominante chilena até medidas de extrema criminalidade: trezentas mil cabeças de gado foram contrabandeadas para a Argentina; promoveu-se a matança indiscriminada de reses destinadas à reprodução; milhares de hectares de terra ficaram sem semear; (...) dez milhões de litros de leite foram atirados aos rios e nas estradas (...) A dimensão do ódio era tamanha que se preferia o dilúvio a Allende!" (ALTAMIRANDO, C., *op. cit.*, p. 163)

"Lançar o Chile em um verdadeiro caos econômico" era a palavra de ordem da burguesia e do imperialismo, segundo um jornalista norte-americano — afirmação posteriormente confirmada por um antigo diretor da CIA. Como se pode ver, a crise era mais política do que econômica...

B. O DIFÍCIL PROCESSO POLÍTICO

Uma das características do governo da Unidade Popular foi o fato de *as forças de esquerda não terem conquistado a totalidade do poder político*. Obtendo pouco mais de um terço dos votos, de acordo com a Constituição, o candidato vencedor teria de ser confirmado pelo Congresso, cuja maioria pertencia ao Partido Democrata Cristão. "As forças progressistas haviam arrancado, das mãos da burguesia, uma parte do poder. Uma pequena parte. A burguesia conservava o seu poder econômico, o seu poder político e sua dominação ideológica, sobre amplos setores da população, conservava intato seu poder no seio dos demais componentes de aparato de Estado civil, o Congresso, o Poder Judicial e a Controladoria (organismo cuja função era resolver litígios entre os demais poderes). Contava, ainda, como última reserva estratégica, com as Forças Armadas." (DIAS, M., *Chile/Setembro*, Diabril Editora, pp. 31 e 32.)

Desde antes da eleição de Allende, o imperialismo norte-americano, aliado às forças chilenas de direita (concentradas no Partido Nacional ou pertencendo a diversas organizações de caráter fascista como a *Pátria e Liberdade*), tudo fez para impedir a subida ao poder das forças populares. Sabe-se que, em 1970, a International Telegraph and Telephone (ITT) ofereceu cerca de um bilhão de dólares a setores do serviço secreto norte-americano para que impedissem a eleição de Allende. O Partido Nacional não reconheceu a vitória do candidato da Unidade Popular, e,

com o objetivo de tumultuar o resultado eleitoral e forçar o não-reconhecimento pelo Congresso, extremistas de direita assassinaram o general René Schneider, comandante-em-chefe do Exército, que havia reafirmado o princípio constitucional da eleição pelo Congresso, quando os dois candidatos mais votados não houvessem obtido maioria absoluta.

Nem a corrupção nem o atentado terrorista conseguiram deter a normalidade da vida democrática chilena. *A Unidade Popular e o PDC firmaram garantias mútuas* (liberdade de informação e crítica, de organização popular e sindical, de funcionamento dos partidos políticos, autonomia universitária etc.) e Salvador Allende foi confirmado na presidência da República.

Até finais de 1971, os êxitos na esfera econômica não permitiram que a oposição (Partidos Democrata Cristão, Nacional e outros) obtivesse sucesso na sua política de agressão ao governo popular. A vitória dos partidos populares nas eleições municipais de 1971 consolidou o apoio do povo ao governo. Entretanto, não era fácil o caminho traçado pela Unidade Popular para alcançar o socialismo sem passar pela luta armada.

Nos começos de 1972, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que *restringia os poderes do Executivo para impor o controle estatal sobre as empresas privadas.* Era uma importante arma para frear o processo de nacionalizações, pois, a partir daí, cada expropriação exigiria a aprovação do Congresso. O governo tentou muitas vezes um acordo político com os líderes democrata-cristãos, mas fracassou, devido às manobras da ala conservadora e às ameaças de radicalização por parte de setores da esquerda, que o acusavam de reformista.

Um germe fascista mobiliza determinados setores contra meu governo.

(Salvador Allende, novembro de 1971)

À medida que cresciam as *agitações contrárias ao governo* (*marcha das panelas vazias*, organizada pelas senhoras burguesas e da pequena burguesia; *lockout* dos proprietários de caminhões; passeatas de estudantes democrata-cristãos contra o governo, provocando choques de ruas),

impunha-se ou o desenvolvimento dos órgãos do Poder Popular (o que era, constantemente, exigido por setores da extrema esquerda) ou a flexibilidade política com vistas à acumulação de forças para frear as investidas do cerco burguês-imperialista. O governo de Allende decidiu-se pela segunda alternativa e, em novembro de 1972, incorporou três militares ao novo ministério, apesar da oposição do MIR e do Partido Socialista. A pasta do Interior foi entregue ao comandante-em-chefe do Exército, general Carlos Prats, que pouco antes havia confirmado, em uma declaração, o papel legalista e profissional das Forças Armadas. Graças a esse *apoio militar*, o governo da Unidade Popular pôde reconduzir o país à normalidade e garantir eleições livres e democráticas em março de 1973, onde os *partidos populares*, apesar da intensa propaganda da oposição de direita, *reforçaram as suas posições no Congresso.* Uma vez realizadas as eleições, os militares saíram do ministério.

"Indubitavelmente, os resultados de 4 de março revitalizaram a Unidade Popular. As massas, ao votar contra o imperialismo, respaldaram o governo que se fortaleceu relativamente, como o demonstra a saída dos militares das funções governativas. Não obstante, a burguesia opositora continua tendo todos os meios para continuar sua escalada. Se bem que as massas derrotaram uma vez mais os planos da reação, a batalha não está definitivamente ganha." (GONZÁLEZ, E., *op. cit.*, p. 91.)

Os militares voltaram ao governo no princípio de agosto de 1973, em plena crise política. Pouco depois, o general Carlos Prats foi virtualmente obrigado a renunciar ao Ministério da Defesa; os militares que ocupavam postos civis retornaram aos quartéis, o que deixou o governo de Allende entregue à própria sorte e cada vez mais cercado pelo imperialismo e pela reação burguesa. A partir de 1973, essas forças *desencadearam a ofensiva final, a fim de derrubar o governo.* Multiplicaram-se as acusações constitucionais aos ministros civis, as campanhas de descrédito aos militares que colaboravam com o governo (sobretudo ao general Prats), os atentados terroristas, os levantes militares (como o de junho de 1973, prontamente sufocado), as greves estimuladas pelo imperialismo (mineiros de El Teniente e proprietários de caminhões) e até a declaração inconstitucional de ilegalidade da Unidade Popular. A escalada da crise ameaçava perigosamente o governo da Unidade Popular, que, a essa altura, já apresentava nítidas divisões internas.

C. O PODER POPULAR

As divergências entre os partidos da coalizão giravam em torno da criação do Poder Popular.

Quem estava no poder no Chile não era um partido nem uma classe social determinada. A Unidade Popular representava, na realidade, um desdobramento da Frente Popular dos anos 30, só que qualitativamente diferente, pois, em 1970, a classe operária e os setores populares detinham a hegemonia. A Unidade Popular era uma frente de seis partidos de esquerda, uma coalizão multipartidária, que se viu acrescida pelo Partido Socialista Cristão em 1971. Essa *frente democrática antioligárquica e antiimperialista* agrupava tendências diversas: desde os comunistas e socialistas até os católicos de esquerda. A formação do primeiro ministério de Allende dá bem uma idéia dessa composição de forças: cinco ministros socialistas, três comunistas, três radicais, um do MAPU, um da API e um independente. Assim era natural que surgissem divergências a propósito de questões táticas e estratégicas. A base social da Unidade Popular era muito ampla, abrangendo *desde operários e camponeses até setores da pequena burguesia* — intelectuais, estudantes, profissionais liberais, militares, empregados públicos e assalariados. Forças de esquerda que não participavam da coalizão governamental, como o MIR e outras organizações, embora, em geral, apoiassem o governo de Allende, muitas vezes dificultavam-lhe a ação, forçando-o a uma radicalização, o que inegavelmente contribuiu para o golpe militar de setembro de 1973.

> *Uma Unidade Popular para criar*
> *um governo popular!*
>
> (*Manifesto ao Povo*, 1969)

Os partidos mais numerosos e bem organizados da Unidade Popular eram o Comunista e o Socialista. O *Partido Comunista*, sem dúvida, foi o que mais *apoiou a política da Unidade Popular* no que diz respeito à *via pacífica para o socialismo*. Defendia a necessidade de ganhar o apoio das camadas médias urbanas e dos pequenos fazendeiros para o proces-

so de transição ao socialismo e desenvolveu um amplo trabalho de massas, influindo nos sindicatos e organizações operárias e ocupando postos-chave da administração. O Partido Comunista defendia a tese de que a *passagem ao socialismo dependia do êxito da conclusão da etapa democrático-popular da Revolução*, contando com uma favorável correlação de forças dentro do país, sob a hegemonia da classe operária, e desenvolvendo ações conjuntas das forças populares. Concebia a possibilidade, nas condições concretas do Chile, de uma via pacífica, ou não-armada, para o socialismo, mas *não afastava a hipótese da luta armada*.

> "São os revolucionários de cada país que determinam em todos os aspectos a direção e as tarefas concretas surgidas no caminho de sua própria Revolução. Eles, melhor do que ninguém, conhecem a realidade em que lutam e dispõem de maiores possibilidades para determinar corretamente os objetivos da luta e os métodos de os alcançar (...)
>
> (...) o Poder Popular que nós queremos criar e a Revolução que devemos realizar são, segundo a sua essência e seus objetivos, antiimperialistas e antioligárquicos com a perspectiva de passagem para o Socialismo." (Luis Corvalán, secretário-geral do PC do Chile, *Camino de Victoria*. KUDÁTCKINE, M., *op. cit.*, pp. 145 e 148.)

Essas concepções representavam o *pensamento dominante nos setores de maior prestígio no governo da Unidade Popular*: o Partido Comunista, o Partido Radical, uma parte importante do Partido Socialista e do MAPU, e o presidente Salvador Allende.

O Programa da Unidade Popular falava de *Poder Popular* e de *Assembléia do Povo* — uma Câmara única, formada pelos representantes das diversas correntes de opinião, e que substituiria as duas Casas do Congresso como órgão legislativo. Mencionava também que a influência do povo se deveria fazer por intermédio das organizações sociais.

Contudo, um setor majoritário do Partido Socialista, parte do MAPU (a esquerda cristã) e o MIR (que não fazia parte do bloco do governo) nem sempre estiveram fiéis àquelas concepções dominantes no

seio da Unidade Popular, e defendiam a *radicalização do processo revolucionário*, insistindo na tese de deflagrar uma ofensiva insurrecional de massas, a partir de junho de 1973, quando foi sufocada uma rebelião de militares golpistas, que tentaram tomar o Palácio de la Moneda (sede do governo).

> "Companheiros trabalhadores: temos que nos organizar. Criar e criar o Poder Popular, porém não antagônico nem independente do governo, que é a força fundamental e a alavanca que têm os trabalhadores para avançar no processo revolucionário." (Salvador Allende, informe ao povo sobre o *Tancazo* — frustrado levante de militares golpistas, junho de 1973. *Chile: História de una Ilusión*, Edita La Señal, p. 140.)

Em meados de 1973, a *esquerda* apresentava-se *dividida em dois blocos* bem definidos, embora as divergências existissem desde o período anterior à eleição presidencial. Baseada na *aliança comunista-socialista*, a Unidade Popular era uma coalizão multipartidária, heterogênea, em que o pensamento dominante e a hegemonia, sem dúvida, couberam ao Partido Comunista. Se para a Unidade Popular o controle da economia pelo Estado e do Estado pela esquerda eliminaria o problema central — a destruição do poder burguês e a emergência do poder popular —, para o MIR e um setor majoritário do Partido Socialista apresentava-se a seguinte questão: "Como construir o Socialismo a partir do Estado burguês? A simples recuperação dos recursos de base, as nacionalizações dos monopólios estratégicos não seriam suficientes. Eles não permitiam, por si mesmos, a construção do poder proletário." (DUHAMEL, O., *Chili ou la Tentative Révolution/Légalité*, Éditions Gallimard, p. 154.)

Para alguns setores da esquerda, *somente a tomada do poder político pela via armada permitiria a transição ao socialismo*. Recusavam, assim, a teoria das etapas, defendida pelo Partido Comunista, e o desenvolvimento do processo revolucionário chileno dentro dos marcos da legalidade burguesa, como previa o programa do governo. "Setores importantes concordavam, então, no seio da esquerda, sobre a necessidade de uma ruptura institucional. Eles não estavam completamente de acordo com a forma desta ruptura. Apenas os unificava a refutação teórica da

Revolução por etapas." (DUHAMEL, O., *op. cit.*, p. 156.) O governo da Unidade Popular opunha-se firmemente a esta ruptura, tendo em vista as condições concretas do Chile naquele momento e as conquistas revolucionárias já alcançadas.

> "Cada partido deve se preocupar em elevar o nível ideológico de seus militantes, de sua disciplina, e impulsionar a estratégia comum da Unidade Popular, base do governo dos trabalhadores. Há apenas um só governo, este a que eu presido, e que não somente é o único legitimamente constituído, mas, por sua definição, e conteúdo de classe, um governo que serve aos legítimos interesses dos trabalhadores. E com a mais profunda consciência revolucionária, eu não permitirei que nada nem ninguém atente à plenitude do governo legítimo do país." (Salvador Allende aos dirigentes dos partidos de esquerda, julho de 1972. DUHAMEL, O., *op. cit.*, p. 151)

A extrema esquerda defendia a ruptura institucional, rejeitava a aliança com setores democrata-cristãos, apelava para a divisão horizontal das Forças Armadas (rebelião de soldados contra oficiais) sem a necessária preparação ideológica da tropa, previa a inevitabilidade do enfrentamento armado, e opunha o Poder Popular ao poder governamental — criando divisionismos entre as massas e ameaçando transformar os órgãos do Poder Popular (Cordões Industriais, Comandos Comunais) em forças paralelas.

Os *Cordões Industriais* eram os *organismos de base* dos setores mais avançados e mobilizados da *classe operária*, surgidos a partir da intensa mobilização popular havida por ocasião do *lockout* dos proprietários de caminhões e comerciantes, em 1972. O MIR, baseado em sua influência em alguns bairros, lançou organismos paralelos aos Cordões Industriais — os *Comandos Comunais*. "Os Cordões Industriais agruparam as fábricas de cada região. Eram órgãos de Poder Popular regidos pela democracia operária. A estes ligavam-se os Comandos Comunais, organizações por bairros. Os órgãos do Poder Popular deviam responder às necessidades do povo no plano do abastecimento, administração, vigilância e defesa." (DIAS, M., *op. cit.*, p. 53)

Outro ponto de divergência entre o governo da Unidade Popular e a extrema esquerda dizia respeito à necessidade de armar o povo. As direções dos Partidos Comunista e Socialista e o próprio Salvador Allende, embora não ignorassem os germes fascistas no interior das Forças Armadas, não valorizavam a necessidade de defesa armada do governo popular, a não ser muito tarde. Era muito forte no Chile o *mito* de que as *Forças Armadas* constituíam *instituições estritamente profissionais e apolíticas*. A relativa estabilidade política do país nos seus 150 anos de independência, a origem burguesa da oficialidade, o caráter nacionalista de sua ideologia, e a normalidade institucional dos últimos quarenta anos, tudo isso contribuía para uma confiança excessiva no papel estritamente constitucional das Forças Armadas. "Assim, um aglomerado de fatores convergentes alimentava a ilusão de que as Forças Armadas eram politicamente pouco significantes, não deliberativas e submetidas ao poder civil. Ou seja: uma espécie de exército profissional mítico, colocado acima das classes e de seus conflitos." (ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 140.)

Entretanto, desde o início da Guerra Fria, e sobretudo a partir da Revolução Cubana, a ideologia dos militares chilenos foi se orientando, por estímulo do imperialismo norte-americano e da grande burguesia, para a política de defesa do hemisfério e contra o avanço do movimento popular e do socialismo. *Sentimentos anticomunistas* e *idéias fascistas*, desde o final da Segunda Guerra Mundial, começaram a formar corpo no interior das Forças Armadas (onde havia células de organizações de extrema direita, como a *Opus Dei* e os *Cavaleiros de Colombo*). "Então, enquanto a classe operária ganhava votos, o sistema ganhava fuzis. Desde 1965, começou a aumentar significativamente o montante absoluto dos gastos militares." (ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 142.) A extrema esquerda atacou duramente a Unidade Popular por sua política romântica de confiar nas Forças Armadas, baseada no apoio dos militares constitucionalistas ao governo.

"A História chilena conferiu certa peculiaridade às 'instituições armadas'. Esta peculiaridade, nada desprezível, consiste no 'profissionalismo', na tradição de não intervir diretamente nos problemas políticos. Porém, atenção, que este profissionalismo se

deve à relativa estabilidade de que gozou até há pouco o Estado burguês chileno. Desde os comunistas até os momios (direita) se valeram dessa tradição para criar a colossal mentira de que as Forças Armadas são apolíticas, que vivem à margem da luta de classes." (Jornal *La Verdad*, 16 de junho de 1971. GONZÁLEZ, E., *op. cit.*, p. 122.)

Nos meses de junho, julho e agosto de 1973, as Forças Armadas desencadearam violenta ofensiva, no sentido de assumir a iniciativa, por conta própria, de buscar armas entre a população, tomando rigorosamente ao pé da letra o texto da *Lei sobre Controle de Armas*, aprovada em março daquele ano. A procura de armas guardadas ilegalmente só era realizada em fábricas, sindicatos e outras organizações operárias, enquanto os grupos de extrema direita permaneciam praticamente fora da ação repressiva. Depois do fracassado golpe de junho de 1973, dirigentes do MIR, do Partido Socialista e do MAPU foram acusados de conspiração pela Marinha chilena, por terem os marinheiros de Valparaíso se recusado a aderir ao golpe de Estado.

A luta de classes nos atingiu, mas ainda
conseguimos manter nossos valores básicos:
vinho, mulheres e o senso de humor.

(De um editor de jornal)

A preocupação do governo popular era atrair um amplo movimento de massas para o programa socialista. Nesse sentido, considerava importante, para tornar a correlação de forças favorável ao povo, *atrair os setores progressistas das Forças Armadas*, e não isolá-los e deixá-los vulneráveis à influência da direita e dos que tramavam a derrubada do governo.

Aliás, essa preocupação com o *não-isolamento* do governo popular chileno traduziu-se também na *sua política externa*. Desenvolveram-se as relações do Chile com os países do Grupo Andino (Peru, Equador, Colômbia), com a Argentina, França, Itália, República Federal da Alemanha e outros países capitalistas, além do estabelecimento de uma política de amizade, cooperação e ajuda mútua com os países socialistas: Re-

pública Democrática Alemã, República Democrática do Vietnã, União Soviética e Cuba, cujo primeiro-ministro, Fidel Castro, visitou o Chile em 1971.

D. LA MONEDA CAIU DE PÉ

Os jornais de quase todo o mundo estamparam nas suas primeiras páginas a tristemente célebre foto do Palácio de La Moneda em chamas, alvo da fuzilaria de metralhadoras, bazucas, fuzis e tanques, e das bombas jogadas de aviões.

Começando em Valparaíso, na madrugada do dia 11 de setembro de 1973, com um levante da Marinha, em pouco tempo a rebelião militar atingiu a capital. Uma operação conjunta realizada pelas forças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, obtendo a adesão do Corpo de Carabineiros, e chefiada pelo comandante-em-chefe do Exército, general Augusto Pinochet, derrubou o governo constitucional de Salvador Allende, mergulhando o povo chileno em um mar de sangue, onde a violência não conheceu limites. Desde então, milhares de pessoas foram perseguidas, presas, torturadas, assassinadas, exiladas...

O presidente foi morto no próprio palácio do governo, onde resistiu heroicamente ao cerco das tropas e dos canhões dos revoltosos. Houve tempo, porém, para que enviasse sua última mensagem ao povo, por quem tão dignamente havia vivido e por quem tão corajosamente morreu.

> "Os generais traidores não sabem o que é um homem honrado. Assim se escreve a primeira página desta História. Meu povo e a América escreverão o resto." (Salvador Allende, 11 de setembro de 1973. ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 188.)

Pode-se dizer que o *Dia da Traição* — como ficou conhecido o 11 de setembro — amanhecera muito tempo antes: nasceu nas mansões da burguesia, disposta a destruir a institucionalidade democrática, para não perder seus privilégios; nasceu nos escritórios das grandes empresas norte-americanas e da CIA, que, desde a eleição de Allende, vinham desestabilizando a economia chilena; nasceu nos quartéis e nos cassinos dos

oficiais, onde os militares golpistas tramavam a queda do governo, sobretudo depois da fracassada rebelião de junho de 1973; nasceu nas redações dos jornais da direita (*El Mercurio*, tradicional reduto da reação; *Tribuna*, do Partido Nacional; *Ultimas Notícias*, e outros), que veiculavam notícias falsas e alarmistas; nasceu nos corredores do Congresso, dos conchavos entre os *momios* do Partido Nacional com os setores mais conservadores da Democracia Cristã; nasceu nas reuniões secretas da *Opus Dei*, da *Pátria e Liberdade*, e outras organizações de caráter fascista.

A evolução da experiência revolucionária chilena foi marcada por notáveis vitórias populares, mas também por muitos erros, tanto por parte da direção da Unidade Popular, quanto das forças da extrema esquerda. Esse processo, que tendia a abrir caminho ao socialismo, foi violentamente interrompido pela agressão armada da burguesia e do imperialismo.

Do ponto de vista econômico, a redistribuição da renda e a criação da área de propriedade social não foram acompanhadas de uma política destinada a reorientar os recursos produtivos em função das necessidades sociais reais, o que implicaria limitar o poder de compra das camadas de altos rendimentos, modificando a estrutura da oferta e do consumo.

Politicamente, a Unidade Popular conquistara apenas uma parte do poder — o Executivo —, enquanto o Legislativo, o Judiciário, as Forças Armadas e parte da economia permaneceram sob dominação burguesa. A Unidade Popular procurou manter-se nos limites das normas constitucionais, e agir estritamente dentro da legalidade criada pela burguesia, com o objetivo de abrir caminho ao socialismo através de um amplo movimento de massas que, aos poucos, fosse ampliando o espaço popular dentro do Estado burguês.

Essa estratégia esbarrou em uma série de dificuldades. Em primeiro lugar, *faltou um poder militar próprio que defendesse o governo popular.* Uma *avaliação equivocada do papel, da natureza e da cultura política das Forças Armadas chilenas* apresentava-as como apolíticas e fundamentalmente subordinadas ao poder civil e à Constituição. Essa crença baseava-se nos 150 anos de vida política independente do Chile, nos quais a estabilidade institucional fora a tônica, se comparada aos países vizinhos. A tese segundo a qual as Forças Armadas não intervinham na política se

fortalecera a partir dos anos 30, em que não ocorrera nenhum golpe no Chile, e as instituições democráticas funcionaram normalmente. Em segundo lugar, *não existia um projeto ideológico* destinado a fundamentar e definir uma *nova legitimidade para o governo popular*, que permitisse a transformação das instituições democrático-burguesas em instituições revolucionárias. O plebiscito para decidir sobre a dissolução do Congresso (que sistematicamente rejeitava as propostas do Executivo) nunca foi convocado. E, por último, *não havia um nível suficiente de unidade de ação no governo popular.* Os setores da ultra-esquerda apressavam-se em ultrapassar a fase democrático-burguesa e antiimperialista da Revolução, sem a necessária correlação favorável de forças políticas e sociais, e, com isso, afastando setores da pequena burguesia, ao invés de ganhá-los para o projeto da Unidade Popular.

Não resta dúvida de que o *cerco imperialista*, destinado a levar o Chile ao caos econômico, conseguiu seu intento e teve um *peso determinante na derrubada do governo popular.* Criou-se no país um "Vietnã silencioso" — segundo as palavras de Allende — que enfraqueceu a economia, desde a baixa dos preços internacionais do cobre, até as sabotagens na produção. Milhões de dólares afluíram ao Chile para financiar as paralisações patronais e sustentar a oposição da extrema direita. O apoio dos países socialistas ao governo Allende não foi suficiente para contrabalançar a ofensiva do imperialismo norte-americano.

A resistência popular ao golpe, embora precária e improvisada, mostrou a coragem da classe operária e dos militantes do povo. "Em vários pontos de Santiago combateram por iniciativa própria inúmeros grupos pertencentes a todos os partidos de esquerda. No entanto, o grosso da resistência dos dias 11 e 12 foi assumido de maneira semi-espontânea pelos setores mais combativos da classe operária, sem distinção partidária, que responderam à ordem da CUT de ocupar as fábricas. A heróica resistência desses milhares de trabalhadores que em grande proporção terminaram massacrados, como não poderia deixar de ser, vistas as circunstâncias, caracterizou-se por erros militares fatais (...) Reduzidos os focos de resistência massiva, os golpistas dedicaram-se a promover massacres sistemáticos nos bairros operários e *poblaciones*, sendo executadas nestes dias cerca de 10 mil pessoas, só na região de Santiago." (DIAS, M., *op. cit.*, pp. 82 e 83.)

5. DITADURA ATÉ QUANDO?

Desferido o golpe militar, foi instalada no poder uma *Junta de Governo*, composta pelos comandantes das três armas e do Corpo de Carabineiros, *chefiada pelo general Augusto Pinochet*, que se tornou presidente da República. A Junta contou com o apoio decisivo dos *momios* e do Partido Nacional, e com a aprovação de parte da Democracia Cristã. "Pela primeira vez em muitas décadas, o Chile vai viver, por tempo imprevisível, sob um severo regime militar. Os quatorze pontos do manifesto da Junta procuram fundamentar em princípios democráticos as razões do levante militar. Mas a realidade cotidiana colide com os fins proclamados. O Congresso foi dissolvido, os partidos da oposição passaram à clandestinidade, a liberdade de imprensa passou a ser uma recordação e há milhares de presos." (Revista *Visão*, de 24 de setembro de 1973.)

A quase unanimidade dos autores reconhece o *caráter fascista* da ditadura militar chilena. "(...) o fascismo se opõe fundamentalmente à Revolução, pois, em resumo, ele nasce desta oposição. Ao mesmo tempo, ele se distingue da democracia burguesa e dos outros tipos de Liberalismo ou de *monocracia*. Seu conteúdo ideológico varia (...) É sempre contra-revolução violenta, mas toma formas variáveis. Se se admite esta definição, não se pode contestar à Junta Chilena a qualificação de fascista. O incrível emprego da violência que ela aciona começa a ser reconhecido, mas resta precisar em quê ela é um movimento contra-revolucionário tendente a manter o capitalismo ameaçado e a restabelecer seus elementos perdidos." (DUHAMEL, O., *op. cit.*, p. 44.)

Desde então, *a violação dos direitos humanos se tornou uma constante*, levando cerca de um milhão de chilenos a sair do país, tendo melhor sorte que os trinta mil assassinados, os milhares de presos e condenados, torturados e enterrados em sepulturas sem identificação, muitos integrando a lista dos cerca de três mil desaparecidos políticos, onde também se incluem exilados ou banidos brasileiros.

A *violência institucionalizada* não hesitou em enviar agentes da DINA (Direção de Inteligência Nacional, a polícia política criada pela ditadura chilena) ao exterior assassinar opositores, como o general Carlos Pratts e o ex-chanceler Orlando Letelier.

E a violência continua a ser praticada, principalmente pelo Exército, cuja infantaria marcha a passo de ganso e até hoje usa capacetes iguais aos dos soldados nazistas na Segunda Guerra Mundial.

O brutal sistema repressivo existente facilitou a ação dos *Chicago boys chilenos* (economistas discípulos da Milton Friedman, considerado o maior teórico do neoliberalismo econômico norte-americano), que em fins de 1974 já haviam privatizado 150 companhias nacionalizadas pelo governo Allende e, posteriormente, anulado todas as garantias e vantagens dos trabalhadores, cujo *salário tornou-se um dos mais baixos da América Latina.*

> "Com trabalhadores assustados pela repressão e pelo desemprego, com os sindicatos desarticulados, e sem poder reivindicatório, e com a criação de um verdadeiro exército de bóias-frias, que aceitam qualquer salário, fica fácil fazer um milagre." (Depoimento de Manuel Marfan, economista do Centro de Investigações Econômicas Latino-Americanas. *Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1988.)

Mesmo assim, greves e conflitos entre as forças de repressão e manifestantes (donas-de-casa, setores do clero, profissionais liberais, estudantes e operários) têm marcado a vida do Chile, não faltando atentados contra autoridades civis e militares — um deles dirigido contra o próprio Pinochet (1986). *Tudo isso serviu de pretexto para o governo decretar freqüentes estados de sítio e multiplicar medidas repressivas,* efetuando prisões ilegais, torturas, desaparecimento de opositores, seqüestros, deportações e assassinatos políticos. Em 1977, os partidos políticos de oposição — inclusive o PDC — foram dissolvidos, as eleições e atividades políticas colocadas fora da lei.

Um plebiscito em 1980 — realizado em meio à violência institucionalizada e denunciado como uma farsa pela imprensa internacional — deu ao general-presidente mais oito anos de governo.

6. A DIFÍCIL RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Em 1988, os partidos políticos de oposição formaram uma coalizão para reforçar a luta pela redemocratização do Chile, ao mesmo tempo em que a Presidência da República realizava um plebiscito para decidir se o general Pinochet continuaria no poder por mais oito anos. A vitória da oposição refletiu a profunda insatisfação do povo chileno com o regime ditatorial e abriu perspectivas de mudanças políticas restabelecendo a soberania popular.

O sacrifício de Allende não foi em vão: "A morte de Allende sacudiu a consciência universal e seu nome se transformou em uma insólita bandeira de luta e unidade. Eis um estranho privilégio que o fascismo não pôde prever, privilégio concedido a um revolucionário caído: o de se tornar um extraordinário instrumento de combate para o futuro do povo chileno." (ALTAMIRANO, C., *op. cit.*, p. 189).

Apesar disso, a Constituição, em vigor desde 1980, criara mecanismos que permitiam ao general Pinochet continuar como Chefe do Estado até dezembro de 1989 e como comandante-em-chefe do Exército até 1997, o que na prática colocaria o novo presidente sob a sua tutela.

Além do mais, a junta militar aprovara legislação proibindo o julgamento de qualquer funcionário do regime implantado em 1973 e determinara a destruição dos arquivos da Central Nacional de Informações, nova denominação da DINA e responsável por sistemática violação dos direitos humanos. Isto sem esquecer que mudanças constitucionais reduziram o mandato presidencial de oito para cinco anos.

Desse modo, a *vitória* conquistada em dezembro de 1989 por *Patrício Aylwin* — apoiado por 17 partidos de oposição, reunidos no *Acordo pela Democracia*, sob a liderança do Partido Democrata Cristão — sobre Hernán Büchi, candidato da ditadura, *não significou realmente o retorno à democracia*.

Embora a plataforma da campanha presidencial de Aylwin assumisse o compromisso de democratizar o país, o *entulho autoritário* criou mecanismos que dificultaram a concretização das promessas eleitorais. Assim é que a Constituição de 1980, outorgada sob a ditadura Pinochet e ratificada em contestado plebiscito, somente poderá ser emendada com a concordância de dois terços dos parlamentares. "O artigo 93 limi-

tou atribuições presidenciais ao estabelecer a inamovibilidade dos Comandante-Chefes das Forças Armadas e do general diretor dos Carabineiros. Assim se pôs fim ao princípio da supremacia do poder civil sobre o militar." (GALDAMES, OSVALDO SILVA. *Breve História contemporânea de Chile*, México, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 322). Além disso, a criação do Conselho de Segurança Nacional reduziu mais ainda a força do Executivo porque o presidente dividia seus poderes com os Comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos Carabineiros, além dos presidentes do Senado e da Corte Suprema. Uma das atribuições do Conselho de Segurança Nacional é a indicação dos chamados *senadores biônicos.*

Resultaram infrutíferas as tentativas de julgamento de militares envolvidos em escândalos financeiros e violação de direitos humanos. Mesmo assim, o governo organizou a *Comissão Verdade e Reconciliação* com a missão de recolher denúncias, testemunhos e depoimentos dos casos comprovados de mortos e desaparecidos políticos. Em seu relatório final, denunciou que 2.279 pessoas morreram ou desapareceram em conseqüência da violência da repressão entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990. Ainda que esses números sejam infinitamente inferiores aos assassinatos de presos políticos ocorridos, o governo Aylwin teve de recuar diante da resistência das Forças Armadas em permitir fossem levados a julgamento os militares comprometidos. Tanques saíram dos quartéis e foram levados à rua pelo Exército.

Pinochet chegou inclusive a felicitar os *buscadores de cadáveres* e a fazer comentários irônicos a respeito dos esforços para se fazer justiça.

> "A democracia governa, mas é a direita que manda." (Afirmativa de Herman Chadwick, ex-assessor de Pinochet. *Jornal do Brasil*, de 5 de dezembro de 1993.)

Em meio à aparente estabilidade econômica e forte injustiça social evidenciada pelo aumento da pobreza e do número de favelas, ocorreram eleições presidenciais em dezembro de 1993. Foi vencedor Eduardo Frei Ruíz Tagle (filho do ex-presidente Eduardo Frei), candidato da *Coalizão para a Democracia*, aliança formada pelo Partido Democrata Cristão, pelo Partido Socialista, pelo Partido pela Democracia e pelo

Partido Radical. De acordo com a Reforma Constitucional de 1993, seu mandato era de seis anos.

Em segundo lugar, com 34% de votos a menos, colocou-se Arturo Alessandri, o candidato da *União para o Progresso do Chile*, coligação de centro-direita. Outros dois candidatos tiveram votação inexpressiva. Desde a sua posse, Frei enfrentou dificuldades no caminho da transição para a democracia. As forças político-partidárias que o elegeram conquistaram a maioria no Senado e na Câmara, repetindo o êxito ocorrido com a vitória de Aylwin, mas persistem as limitações do *entulho autoritário* e a resistência de Pinochet. Ainda em 1995, ocorreu grave crise quando o general Manoel Contreras e o brigadeiro Pedro Espinoza, condenados como mandantes do assassinato de Orlando Letelier, ex-chanceler do governo Allende e morto nos Estados Unidos, se recusaram a ir para a cadeia.

Em 1996, novo fracasso do governo ocorreu quando o Congresso não aprovou o fim dos senadores biônicos, a redução dos poderes das Forças Armadas e a aceleração dos julgamentos de crimes cometidos pela ditadura militar.

Tentando fugir à crise provocada pela queda dos preços internacionais do cobre, farinha de peixe e celulose (principais produtos chilenos de exportação), o governo Frei aderiu à *Cooperação Econômica Ásia e Pacífico* (APEC), assinou Tratados de Associação ao *MERCOSUL*, como membro-associado, e de integração ao Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA).

Primeiro país a adotar diretrizes neoliberais, a partir da ditadura Pinochet, o governo Frei continuou a seguir o essencial dessas diretrizes: desnacionalização e privatização da economia (desde 1973 foram privatizadas mais de 360 empresas), abertura ao capital internacional, redução dos gastos públicos e dos impostos diretos (é o princípio de *privatizar os lucros e socializar os custos*). A moeda tem se mantido estável e a taxa da inflação baixa.

Contudo, a sociedade continua com 40% de pobres, as classes médias empobreceram e a concentração de riquezas aumentou nas mãos de poucos. O Chile, como o Brasil, tem uma das mais graves desigualdades na distribuição de renda: 10% da população concentrava 45,8% da riqueza chilena em 1997.

Quando a sociedade chilena completará sua transição para a democracia?

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Caracterizar a economia do Chile após a independência.
2. Assinalar as principais realizações econômicas do governo Balmaceda.
3. Explicar a ascensão do movimento popular chileno a partir da Segunda Guerra Mundial.
4. Apontar as principais diretrizes da Democracia Cristã, correlacionando-as com o ascenso do movimento popular.
5. Resumir as propostas básicas do governo da Unidade Popular.
6. Citar as principais medidas econômicas do governo da Unidade Popular.
7. Definir a correlação das forças sociais e políticas no período do governo de Allende.
8. Explicar a influência dos Estados Unidos na derrubada do governo da Unidade Popular.
9. Analisar a mudança do comportamento dos militares, de simples espectadores do processo para o de inimigos do governo Allende.
10. Apontar os principais fatores da queda do governo de Unidade Popular.
11. Assinalar as principais características da ditadura Pinochet, pesquisando em outras fontes históricas.
12. Indicar mecanismos de *entulho autoritário* que dificultam a restauração democrática no Chile.
13. Apontar três diretrizes da política econômica neoliberal no Chile.
14. Explicar por que a redução dos impostos diretos se enquadra no princípio de *privatizar os lucros e socializar os custos.*

UNIDADE IX — É PREFERÍVEL MORRER COMO REBELDES
A VIVER COMO ESCRAVOS

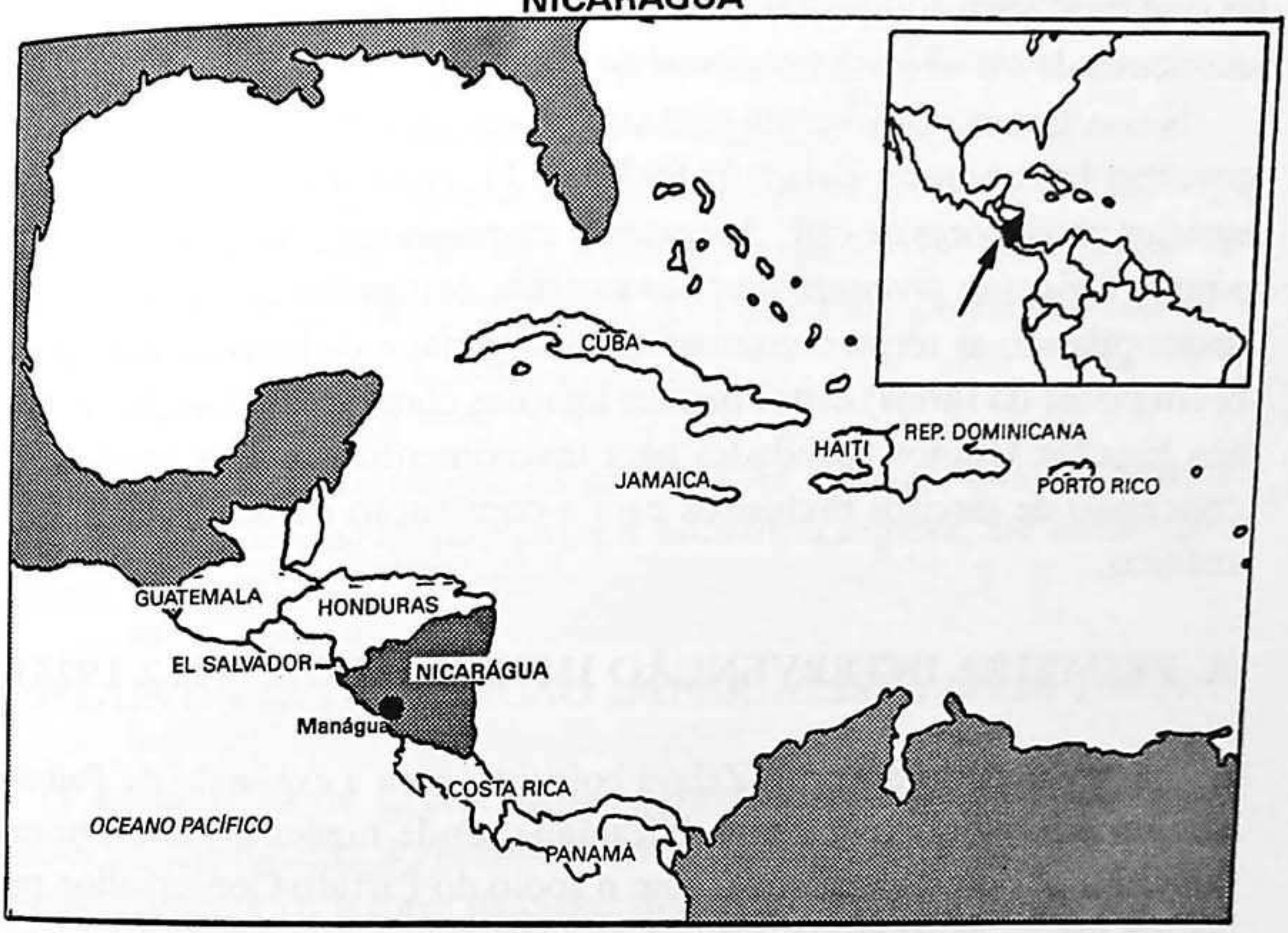
A Revolução Sandinista

1. QUE PAÍS É ESTE?

A Nicarágua, a mais extensa das Repúblicas da América Central, com cerca de 132.000km², correspondendo à metade da área do estado do Piauí, limita-se ao norte com Honduras, ao sul com a Costa Rica, a leste com o oceano Atlântico e a oeste com o oceano Pacífico. Sua população não é numerosa, atingindo, em 1998, pouco mais de 4,5 milhões de habitantes.

No início deste século, sua economia baseava-se principalmente na exportação de produtos agrícolas, destacando-se o café. Por suas possibilidades econômicas, atraiu o interesse dos Estados Unidos, também desejosos de abrir um canal interoceânico, através do território nicaragüense, ligando o Atlântico ao Pacífico.

Como as demais sociedades latino-americanas, a Nicarágua era governada por uma oligarquia rural que se ligava a dois partidos políticos — o Liberal e o Conservador.



Em 1855, as rivalidades entre essas duas facções abriram espaço à ação de *William Walker, aventureiro norte-americano*, que, financiado por aristocratas escravistas do Sul dos Estados Unidos, *invadiu o país* e se autoproclamou presidente. Seu propósito era expandir a escravidão pela América Central, o que se chocava com os interesses capitalistas da Inglaterra. O capital inglês acabou sustentando a reação contra Walker e a sua Falange dos Imortais, que foram expulsos da região. Tentando retomar seus projetos anteriores, Walker terminou fuzilado em Honduras (1860).

2. DO ESTABELECIMENTO DO PROTETORADO NORTE-AMERICANO À ASCENSÃO DOS SOMOZA

De fins do século XIX aos primórdios do século atual, a conjuntura internacional assistiu à intensificação da luta entre as potências capitalis-

tas que buscavam conquistar colônias e áreas de influência: era o estabelecimento da *divisão internacional do trabalho*.

Nessa época, os liberais nicaragüenses subiram ao poder com o governo José Santos Zelaya (1893-1912), representante dos grupos agrários produtores de café. Afirmando empreender a *Revolução Liberal*, o novo dirigente *procurou ampliar* as áreas destinadas ao *cultivo do café* (expropriando as terras comunais dos indígenas e os bens de mão-morta em poder da Igreja) e, por manter ligações com o capital inglês, negou aos Estados Unidos facilidades para investimentos de seus capitais e a concessão de direitos exclusivos para a construção de um canal interoceânico.

A. PRIMEIRA INTERVENÇÃO IMPERIALISTA (1912-1925)

A negativa do governo Zelaya coincidia com a *expansão da Política do Big Stick*, logo aplicada na Nicarágua, onde fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram e, com o apoio do Partido Conservador, puseram fim ao predomínio dos liberais (1912).

Os novos governantes nicaragüenses acabaram por *assinar o Tratado Bryan-Chamorro* (1916), concedendo aos Estados Unidos, sem limitação de tempo, a opção para a construção de um canal interoceânico na Nicarágua, além do arrendamento por 99 anos da ilha Maiz e do porto de Fonseca, para a instalação de uma base naval.

> "Preocupa-me enormemente pensar se o governo da Nicarágua, que celebrou o tratado, é realmente o genuíno representante daquele povo, e se pode ser considerado, na Nicarágua e na América Central, como legítimo e livre agente para outorgá-lo; digo isso porque li o relatório do chefe dos nossos infantes na Nicarágua, e encontrei nele as seguintes palavras: 'O atual governo não está no poder pela vontade do povo; as eleições, na sua maioria, foram fraudulentas.' E mais adiante, li no mesmo relatório a afirmação de que os opositores daquele governo constituem as três quartas partes do país. Podemos celebrar um tratado tão sério para a Nicarágua, em que nos são concedidos direitos per-

pétuos naquele território, com um Presidente que representa somente uma quarta parte dos governados daquele país, que é mantido no posto pela força militar e a quem, como conseqüência do tratado, pagaríamos uma considerável soma em dinheiro? (...)" (Trecho do discurso de Elihu Root, ex-secretário de Guerra dos Estados Unidos, 1917. SELSER, G., *Sandino, general dos homens livres*, Editorial Global, p. 16.)

Desse modo, a *Nicarágua foi colocada sob o protetorado dos Estados Unidos*, que conseguiram suplantar a influência inglesa, até então dominante.

B. SEGUNDA INTERVENÇÃO IMPERIALISTA (1926-1933)

O *desenvolvimento do capitalismo agrário-exportador na Nicarágua ligou-se* principalmente *à produção e comercialização do café*, fortalecendo especialmente os setores da classe dominante vinculados ao Partido Liberal, que permanecia afastado do poder político. Essa contradição acabou conduzindo à chamada Guerra Constitucionalista, convulsionando o país, sucedendo-se os golpes de Estado realizados pelos políticos liberais e conservadores e levando os fuzileiros navais norte-americanos, que haviam se retirado em 1925, a retornar em 1926, a pretexto de restaurar a ordem interna. Foi, então, imposto o *Pacto do Espinho Negro* (1927), *estabelecendo*:

- o desarmamento das forças beligerantes;
- "a confirmação do Tratado de Bryan-Chamorro e garantias, presentes e futuras, de que as comunicações navais dos Estados Unidos nunca seriam postas em perigo;
- continuação da permanência do exército de ocupação ianque até que este organizasse no país uma Guarda Nacional, que seria uma instituição profissional (...)". (CASANOVA, P. G., coordenador, *América Latina: História de Médio Siglo — México, Centroamérica y el Caribe*, Siglo Veintiuno Editores, p. 385.)

Os representantes das oligarquias rurais nicaragüenses assinaram o acordo, mas o líder popular Augusto César Sandino não aceitou os termos do documento e continuou a luta.

"Não estou disposto a entregar minhas armas. Morrerei com os poucos que me acompanham, porque é preferível morrer como rebeldes, a viver como escravos." (Afirmativa de Augusto César Sandino, SELSER, G., *op. cit.*, p. 33.)

C. AUGUSTO CÉSAR SANDINO — GENERAL DOS HOMENS LIVRES

Sandino, filho de camponeses, muito jovem ainda, deixou seu país natal em busca de melhores condições de vida. Foi para o México, onde trabalhou como operário e começou a desenvolver sua consciência política, baseada sobretudo nos ideais nacionalistas. Sabedor da guerra civil e do desembarque dos norte-americanos na Nicarágua, voltou à sua pátria e, *à frente do Exército Defensor da Soberania Nacional*, recusou-se a aceitar a presença dos *marines*, como força de ocupação militar.

Eu quero a minha pátria para os meus,
quero a luz igual sobre a cabeleira
de minha pátria acesa,
quero o amor do dia e do arado,
quero apagar a linha que com o ódio
fazem para apartar o pão do povo.

(Pablo Neruda, *Não há perdão*)

Adotando a guerra de guerrilha como forma de luta, *Sandino* revelou-se um excelente estrategista militar e um autêntico líder popular que *imprimiu à resistência um caráter nacionalista e antiimperialista*. Seus combatentes eram principalmente camponeses e chegaram a atingir elevado nível de organização militar. Sandino, no entanto, não chegou a ultrapassar os limites da ideologia nacionalista e das concepções da democracia burguesa, recusando-se a aceitar propostas mais avançadas de companheiros de luta, como Arturo Vega e Farabundo Martí, comunista salvadorenho, argumentando que novas diretrizes acarretariam a divisão do movimento de resistência nacional.

Entretanto, a conjuntura internacional modificava-se. Em meio à Crise de 1929 e ao seu desdobramento que foi a Grande Depressão, nos Estados Unidos foi eleito presidente Franklin Roosevelt (1933-1945), que se viu obrigado a mudar as práticas da política externa norte-americana: a Boa Vizinhança substituiu o Big Stick. Em conseqüência, os fuzileiros norte-americanos foram retirados da Nicarágua sem terem conseguido dobrar a guerrilha de Sandino, mas deixaram organizada em seu lugar a *Guarda Nacional, comandada por Anastácio Somoza García*, o Tacho (1933).

Em fevereiro de 1934, Sandino aceitou depor as armas e, após ter assinado o acordo de pacificação do país, foi traiçoeiramente assassinado pelos comandados de Somoza, que também mandou massacrar cerca de 300 partidários do líder popular.

Três anos depois, Somoza deu um golpe de Estado e assumiu a presidência, iniciando uma dinastia que manteria o país submetido à exploração do capital norte-americano e de seus aliados nicaragüenses, por quase meio século.

3. UMA FAZENDA CHAMADA NICARÁGUA: A CONSOLIDAÇÃO DO SOMOZISMO (1937-1961)

A uma pergunta de um repórter a respeito de quantas fazendas possuía no país, Anastácio Somoza (1937-1956) respondeu: Apenas uma! Diante do espanto do jornalista, Tacho completou sorrindo: A Nicarágua! Apesar da brincadeira, ele não estava longe da verdade: quando tomou o poder, a família não tinha mais do que uma propriedade, à beira da ruína, voltada para a produção de café. Em 1979, ao ser derrubado o terceiro representante da dinastia, os Somoza já dominavam cerca de um sexto das terras do país, tendo uma fortuna avaliada em US$ 500 milhões, incluindo 26 das maiores indústrias da Nicarágua, além de fazendas de tabaco, açúcar, café e arroz; empresas distribuidoras de veículos motorizados; jornais, estações de rádio e televisão; companhias aéreas e marítimas; refinarias, destilarias, frigoríficos; empresas ligadas à pesca, à extração do sal; seguradoras; imobiliárias, bancos, financeiras e companhias de laticínios.

Espantoso, não é? Mas como os Somoza chegaram a acumular tamanho patrimônio?

A. O IMPÉRIO SOMOZA

A fortuna dos Somoza formou-se graças à utilização de processos escusos, como roubo, suborno, corrupção... "Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, Somoza García expropriou várias propriedades alemãs de café, e explorou ao máximo as restrições comerciais de emergência, monopolizando as licenças de venda de exportação e importação, estocando vários produtos até que seus preços subissem assustadoramente, colocando-os, então, no mercado negro." (GOLDSZTEJN, H., *Nicarágua guerrilheira*, Editora Versus, p. 91.) Os Somoza não hesitavam em se valer das instituições do Estado para eliminar seus concorrentes, receber comissões de empresários ligados a atividades proibidas por lei (cassinos, prostíbulos) e gratificações de empresas norte-americanas a fim de lhes garantir facilidades na Nicarágua.

Não importa que Somoza seja um filho da p...
desde que seja nosso filho da p...

(Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos)

Rapidamente o *Somozismo* consolidou seu poder, que *se assentava em três bases de sustentação*:

- o apoio do *imperialismo norte-americano;*
- *o controle da Guarda Nacional e da burocracia do Estado;*
- a *aliança com setores de alta burguesia* nicaragüense.

Neste período, a *Nicarágua adquiriu uma infra-estrutura mais sólida*, com maior eletrificação, portos, estradas, meios de comunicação e atividades financeiras. Com isto, intensificou-se a cultura algodoeira, transformando-se a agricultura tradicional, intensificando-se a concentração da propriedade da terra e consolidando-se o modelo agrário-exportador. Também incentivou-se o desenvolvimento de novos setores da burguesia e se expulsaram camponeses de suas terras, acelerando o processo de *formação de um proletariado rural.*

Com o início da industrialização, instalaram-se no país empresas multinacionais, atraídas pela mão-de-obra barata e pelas garantias que a ditadura oferecia ao capital estrangeiro. Nesse contexto surgiu o Partido Socialista Nicaragüense (PSN), o primeiro de ideologia marxista-leninista da Nicarágua, que se propôs continuar a sindicalização da crescente classe operária — interrompida na década anterior — e obter a regulamentação das relações trabalhistas.

Em 1947, ocorreram confrontos armados entre guerrilheiros — remanescentes do Exército de Sandino — e a Guarda Nacional, que conseguia facilmente se impor. No plano internacional, 1947 marcava o início da Guerra Fria, basicamente opondo Estados Unidos e URSS. Nessas circunstâncias, a política norte-americana para a América Latina foi no sentido de manter o continente fora da influência soviética e de qualquer mudança capaz de afetar os interesses dos Estados Unidos e das classes dominantes latino-americanas a eles vinculadas.

B. A NICARÁGUA SE MODIFICOU

A resistência armada ao regime, embora sem grandes conseqüências, indicou ao governo a necessidade de mudar de tática no sentido de ampliar sua base social. Deu-se início, então, a uma aparente liberalização da ditadura, com a criação de *sindicatos brancos* (atrelados ao governo) e da Confederación General de Trabajadores, visando fazer da classe operária a base de sustentação do regime. O sindicalismo independente, porém, resistiu na clandestinidade, através da Unión de Trabajadores de Nicarágua.

O descontentamento estendia-se a setores burgueses da sociedade, que — devido à monopolização do Estado pela família Somoza — viam-se impossibilitados de aumentar seus lucros.

Com a alta da cotação do algodão no mercado internacional e a grande safra em princípios de 1950, as medidas liberalizantes do governo começaram a surtir efeito: houve o abrandamento da oposição burguesa. Isto permitiu a assinatura de um pacto com o Partido Conservador — dirigido por Emiliano Chamorro —, que aceitou o papel de oposição oficial em troca de vantagens parlamentares e maior liberdade de comércio. Deste modo, o mais poderoso setor da burguesia dava legi-

timidade ao regime e reconhecia Somoza como peça-chave do sistema político e econômico da Nicarágua.

Em 1953, novamente surgiram tentativas de guerrilhas, mas, sem o apoio da população, também foram esmagadas pela Guarda Nacional.

Três anos depois, agindo por conta própria, o poeta Rigoberto López matou Anastácio Somoza García, acreditando que seu ato permitiria restaurar a democracia no país.

> "Eu sempre tenho participado de tudo que diz respeito a atacar o regime funesto de nossa pátria e considerando que todos os esforços têm sido inúteis para conseguir que a Nicarágua volte a ser (ou seja pela primeira vez) uma pátria livre, sem afrontas e sem manchas, eu decidi, ainda que meus companheiros não tenham querido aceitá-lo, tratar de ser eu aquele que iniciará o princípio do fim dessa tirania. Se Deus quiser que eu morra nessa minha tentativa, não quero que se culpe ninguém absolutamente, pois tudo foi decisão minha." (Trecho de um documento de Rigoberto López Pérez. Comisión de Prensa y Propaganda Gaspar García Laviana, Frente Sandinista de Libertação Nacional, p. 28.)

O sonho do poeta logo se desfez, porque o Somozismo estava fortemente enraizado: assumiu a presidência Luis Somoza Debayle, o filho mais velho do Tacho, cabendo ao caçula Anastácio Somoza Debayle, o Tachito, comandar a Guarda Nacional.

4. SURGIMENTO DA FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL E O FIM DO SOMOZISMO

Ao findar a década de 1950, a América presenciava a vitória da Revolução Cubana (1959), cuja evolução resultou na criação da primeira sociedade socialista na América e exerceu crescente influência sobre o continente.

Na Nicarágua, a consolidação do capitalismo agrário-exportador criara uma estrutura em que:

- o vértice era composto por umas vinte famílias que controlavam os setores básicos da economia, cada vez mais sobressaindo a família Somoza;
- a base era constituída pelos camponeses, assalariados ou não;
- a pirâmide social incluía ainda um proletariado surgido com a industrialização, a construção civil e a mineração.

Nesse contexto, comandando toda a estrutura estava o imperialismo norte-americano, representado internamente por setores da alta burguesia nicaragüense. O crescimento econômico para fora, entretanto, fez com que algumas regiões — cuja produção era orientada para a exportação, principalmente de produtos agrícolas — tivessem um desenvolvimento maior do que outras, gerando graves desigualdades socioeconômicas. Em contrapartida, a crescente presença de capitais norte-americanos acarretava a subordinação e descapitalização da economia nicaragüense.

"Com o desenvolvimento crescente das forças produtivas e a socialização acelerada dos processos de trabalho, juntamente com a internacionalização do capital, já não é possível pensar no estabelecimento de burguesias propriamente nacionais, no sentido de reivindicar para si o mercado interno e estabelecer barreiras à penetração de outros capitais; pois, no melhor dos casos, essas burguesias não poderiam prescindir da dependência tecnológica e financeira à qual terão que recorrer para solidificar sua base." (Informação de Rafael Tavares e Rafael Sang, Comitê de Solidariedade com a Nicarágua. *Cadernos do CEAS* — Centro de Estudos de Ação Social, nº 64, p. 24.)

A. A ORGANIZAÇÃO DA FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Em 1961, sob *influência da Revolução Cubana,* elementos da pequena burguesia, dentre os quais *Carlos Fonseca Amador, criaram a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)*, organização revolu-

cionária que se propunha a destruir o regime somozista e a combater seu sustentáculo máximo: o imperialismo.

Nessa época, as entidades classistas — desarticuladas e reprimidas pelo somozismo — tentavam se organizar estimuladas pela Igreja, destacando-se o Movimento Sindical Autônomo da Nicarágua (MOSAN). Entretanto, nas regiões rurais e nas montanhas, onde eram mais acentuados os contrastes sociais, a ausência desse tipo de organização entre as comunidades camponesas e indígenas facilitou a expansão da FSLN. Essa circunstância influiu poderosamente na composição da FSLN: a maioria dos seus quadros era integrada por camponeses, mas seus dirigentes, em geral, provinham da pequena burguesia, muitos dos quais haviam pertencido ao Centro Universitário, criado na Universidade da Nicarágua para discussão dos caminhos da Revolução (1956).

Os Estados Unidos — ainda no contexto da Guerra Fria e da Aliança para o Progresso — desenvolviam na América Latina uma política mais abrangente, voltada também para a *segurança interna* e não apenas para a *defesa nacional.* Para o governo de Washington e seus aliados latino-americanos, a grande ameaça ainda era o comunismo internacional. Deste modo, à medida que se acirravam as contradições de classe, o militarismo colocava-se cada vez mais como força contra-revolucionária.

Em 1963, a FSLN iniciou seus primeiros ataques à Guarda Nacional. Porém, devido à má interpretação histórica da Revolução Cuba, que a inspirara, e a uma análise equivocada das conjunturas interna e externa, a concepção das lutas travadas não correspondeu à realidade concreta. Os erros foram analisados pela organização e caracterizados como erros táticos e militares e não como erros políticos.

Aliado incondicional dos Estados Unidos, o Somozismo colocou a Nicarágua como uma peça importante do CONDECA (Conselho de Defesa Centro-Americano), montado pelo governo norte-americano a fim de coordenar ações conjuntas contra-revolucionárias das Forças Armadas da América Central (1964).

Ainda que Luis Somoza Debayle tivesse morrido (1966), o poder permaneceu nas mãos da família: a presidência foi assumida por Anastácio Somoza Debayle, chamado de Tachito (1967-1979).

Entretanto, a FSLN continuava empenhada em sua luta contra a ditadura somozista, sofrendo diversas derrotas militares, o que levou os

dirigentes sandinistas a priorizar o trabalho de politização, a fim de ampliar suas bases, tanto nas cidades como no campo, ao mesmo tempo em que consolidava a estratégia da guerra popular prolongada. Não havia, então, a preocupação de fixar etapas revolucionárias ou mesmo o principal inimigo a ser derrotado: o fundamental era derrubar a ditadura e seus sustentáculos — o imperialismo e seus representantes burgueses da Nicarágua.

O terremoto que abalou a Nicarágua em 1972, destruindo 90% do setor industrial de Manágua e deixando milhares de mortos e feridos, contribuiu para modificar substancialmente a conjuntura política e econômica do país. Com o desastre, a família Somoza aumentou rapidamente seu patrimônio, utilizando-se dos recursos enviados do exterior para a reconstrução de Manágua. Aproveitando-se da miséria e do caos econômico, os Somoza adquiriram grande quantidade de propriedades da periferia de Manágua e organizaram empresas imobiliárias e de engenharia, praticamente monopolizando a compra, venda e construção de imóveis em uma cidade arrasada. A família não hesitou em criar uma firma — a Plasmaféresis — para comercializar o sangue doado à Nicarágua em socorro às vítimas do terremoto.

A expansão dos negócios dos Somoza — apoderando-se de setores até então controlados pelo empresariado nicaragüense — cada vez mais reduziu as áreas de ação da burguesia. Em conseqüência, essa classe passou a encarar os Somoza não mais como seus defensores. Na realidade, haviam se convertido em obstáculo para a ampliação de seus lucros.

Tal *contradição entre a burguesia e os Somoza alterava a correlação de forças* no país, o que levou os sandinistas a intensificar sua atuação no campo e nas cidades, participando dos movimentos sindicais e das associações de bairros. As contradições aguçadas da sociedade acabaram se refletindo no interior da própria organização, que se dividiu em três tendências distintas, separadas por diferentes concepções a respeito da tática e da estratégia mais corretas para a condução da luta revolucionária (1976).

"*A primeira é a GPP — Guerra Popular Prolongada.* É integrada, sobretudo, por estudantes e operários. Define-se como

marxista-leninista, apesar de que, nos últimos meses, esteja dialogando com a social-democracia. O objetivo da GPP é prolongar a guerrilha além da queda de Somoza, a fim de acabar com a presença imperialista na Nicarágua. *A segunda é a TP — Tendência Proletária.* Insiste na necessidade de um forte partido marxista-leninista, capaz de conduzir o povo à luta. Enquanto a GPP procurar formar o Exército Popular e estender a luta às montanhas, a TP acredita que um partido urbano, dirigido por intelectuais identificados com os interesses objetivos do proletariado, seja o instrumento apropriado à tomada do poder. *A terceira é a Tendência Terceirista (ou Insurrecional)*, com a qual me identifico. Nossa estratégia resume-se da derrubada da ditadura através da insurreição popular como processo imediato de luta. Queremos construir um governo democrático-popular, antiimperialista, capaz de representar todas as classes populares e as frações burguesas anti-somozistas. A implantação de um regime socialista coloca-se, para nós, como questão posterior. Nossa tendência é integrada por camponeses, operários, estudantes, intelectuais como Ernesto Cardenal e até pessoas de origem burguesa. Contamos com a simpatia da burguesia nicaragüense anti-somozista (...)" (Trecho de entrevista com o comandante Sanji, guerrilheiro sandinista, da Tendência Insurrecional. CHRISTO, C.A.L. (Frei Betto), *op. cit.*, p. 129.)

Pouco antes, setores da burguesia haviam criado a União Democrática de Libertação (UDEL), liderada por Pedro Joaquín Chamorro, proprietário do jornal *La Prensa* e pertencente a uma das famílias mais tradicionais do país. A UDEL defendia a restauração das liberdades individuais, a legalização de todos os partidos políticos, o restabelecimento da democracia e o combate à corrupção.

A crescente *contradição* entre a política do presidente Carter de *defesa dos direitos humanos e a violência dos regimes ditatoriais* da América Latina obrigou os Estados Unidos a pressionar o governo Somoza no sentido de buscar uma saída política para a crise nicaragüense. Essa alter-

nativa não-revolucionária parecia ser a UDEL, já que seus objetivos programáticos eram, em certo sentido, coerentes com a política de direitos humanos do governo Carter.

A etapa histórica que se seguiu (1977 a 1979) aprofundou as contradições de classes, apressando a deteriorização do regime. O assassinato de Pedro Joaquín Chamorro e as insurreições populares de início de 1978 foram acontecimentos determinantes no acirramento dessas contradições. Foi nessa época que surgiu o *Grupo dos Doze*, composto por empresários, intelectuais e religiosos e com uma proposta mais avançada: *apoio aos sandinistas e à insurreição armada* como forma de derrotar a ditadura, afetada também pela crise econômica mundial de 1973. Essa etapa corresponde também a um aumento de consciência popular em nível nacional e a um reencaminhamento da luta guerrilheira, que deu um salto qualitativo político-militar.

> "É inegável que a guerra de Sandino e nossa luta sandinista atual resultam em um todo, em uma mesma coisa, a partir do entendimento — interpretação e práxis — adequado de uma conjuntura concreta que na prática serve de elemento de ignição e desencadeador da crise ou guerra revolucionária. Isto fez Sandino em 1927 frente à passividade e à traição e isso temos feito com nossa concepção insurrecional, ante o angustiante estancamento em que havia mergulhado a FSLN (e o movimento revolucionário em geral depende dela) até a reinversão dos critérios táticos e estratégicos em outubro de 1977." (Introdução ao documento *Somos Sandinistas — 45 Años Mas de Lucha Antiimperialista*, Comisión de Prensa y Propaganda Gaspar García Laviana — Frente Sandinista de Libertação Nacional, Tendência Insurrecional, pp. 3 e 4.)

B. REUNIFICAÇÃO DA FSLN E A OFENSIVA FINAL

Iniciaram-se violentos enfrentamentos armados entre a população e os soldados da Guarda Nacional. Preocupada, a burguesia, através de sua organização — a UDEL —, deflagrou uma greve nacional na tentativa

de derrubar Somoza e manter inalterada a estrutura capitalista na Nicarágua. A greve foi reprimida com violência, mas a consciência anti-somozista se cristalizou ainda mais, mostrando, inclusive, a necessidade de uma organização frentista mais ampla para derrubar a ditadura. Foi quando surgiu a *Frente Ampla de Oposição* (FAO), reunindo grupos de oposição ao governo, inclusive o Grupo dos Doze, mas *sob a hegemonia da fração burguesa* antiditatorial.

Em agosto de 1978, o comando sandinista Rigoberto López Pérez ocupou o Palácio Nacional de Manágua, fazendo reféns parlamentares e parentes de Somoza, em uma ação espetacular, que, além de divulgar a luta do povo nicaragüense em nível internacional, estimulou uma insurreição popular de proporções nunca vistas, que foi sufocada com dificuldades pela Guarda Nacional. Na ocasião também foram libertados dos cárceres da ditadura vários líderes sandinistas, entre os quais Tomás Borge. Ainda que continuasse dividida em três tendências, a FSLN nessa ocasião revelou a consciência da necessidade de unificação das forças sandinistas.

A burguesia, vendo o avanço das forças populares, tentou uma conciliação com as forças reacionárias: a FAO estabeleceu contato com uma comissão mediadora da OEA, que propunha um plebiscito para substituir Somoza por uma junta de governo. Isso representaria uma saída não-revolucionária para o regime, uma espécie de somozismo sem Somoza. A FSLN, é claro, rejeitou a proposta e, juntamente com o Grupo dos Doze, rompeu com a FAO, isolando assim a organização da alta burguesia anti-somozista e dando um importante passo rumo à unificação das três tendências sandinistas.

Diante do avanço do movimento popular, a unidade passara a ser uma necessidade histórica. Finalmente, em dezembro de 1978 proclamou-se a unidade, ratificada em março do ano seguinte em um documento assinado por representantes de cada uma das tendências, formalizando a chamada Direção Nacional da FSLN.

"No plano político:

1 — Consideramos que nosso país tem que construir de imediato uma democracia revolucionária e popular que seja a base

para prosseguir aprofundando o processo revolucionário nicaragüense.

2 — Nossas tarefas imediatas são:

a derrubada da ditadura somozista e a organização do poder sandinista. Para cumprir estas tarefas, é necessário:

a) Reunir todas as forças sociais e políticas do país, incluindo setores democráticos industriais, comerciais etc. que mantêm uma posição conseqüente anti-somozista sob um programa democrático de independência nacional e progresso social. Ou seja, sob um programa sandinista. (...)

No plano militar (...)

a) Entendemos a intervenção armada sandinista como síntese de um processo de luta ininterrupto desde a fundação da FSLN. As massas da cidade e do campo, protagonistas fundamentais da insurreição em meio a uma crise política, econômica e social do Somozismo, ligadas com a audácia revolucionária da FSLN permitem a construção real e imediata do exército revolucionário. (...)"

(Trechos do documento *Aspectos básicos dos Acordos da Unidade da Frente Sandinista de Libertação Nacional.* Jornal *Companheiro*, nº 6, 1979.)

Iniciou-se, então, a chamada *ofensiva final.* O governo Somoza, sem o apoio militar dos Estados Unidos, sem perspectivas de uma conciliação e totalmente isolado, resistiu desesperadamente, bombardeando populações civis indiscriminadamente, o que não foi suficiente para conter a força do povo que se levantava em armas.

Cidade após cidade foi tomada pelo povo e seu exército — agora já confundidos em uma só força. No plano internacional, países como Costa Rica, México, Brasil, entre outros, suspenderam suas relações diplomáticas com o regime da Nicarágua. Isolado interna e externamente, com a Guarda Nacional desgastada pelo ininterrupto ataque do exército sandinista, nada mais restou ao ditador senão fugir para o país que o defendera com maior tenacidade: os Estados Unidos da América do Norte. Mais uma vez o povo escrevia a história com sangue. E, em 19 de

julho de 1979, estava terminada a primeira etapa da Revolução: a derrubada da ditadura somozista.

O amanhecer deixou de ser uma tentação.

(Comandante Tomás Borge)

Ao final da guerra civil, com o país arrasado e cerca de 40 mil mortos e 50 mil desabrigados, assumiu o poder *a Junta de Reconstrução Nacional*, integrada por *representantes da FSLN, da Igreja, do empresariado*, enfim, de todos os setores econômicos, políticos e sociais que lutaram para derrubar a ditadura somozista.

A junta apresentou um programa democrático de reconstrução, onde participariam todos os nicaragüenses dispostos a trabalhar no soerguimento do país. O mais importante, contudo, foi que a Frente Sandinista desarticulou o bloco dominante e destruiu os aparatos repressivos do Estado, ao mesmo tempo em que ia constituindo, com a direta participação do povo, a nova aliança histórica para liquidar as bases materiais do Somozismo, afirmar a soberania da nação e estabilizar as áreas principais da economia, garantindo as liberdades democráticas e a independência nacional.

C. A IGREJA E A REVOLUÇÃO

O poder de decisão da Igreja, enquanto instituição sempre esteve nas mãos de padres e bispos ideologicamente mais comprometidos com a burguesia e pequena burguesia, muito embora o clero em sua maioria fosse integrado por elementos das classes populares.

Na América Latina, contudo, *a Igreja mudou radicalmente essa posição a partir do Concílio Vaticano II*, e de sua versão latino-americana, o segundo *CELAM — Conselho Episcopal Latino-Americano —*, realizado em Medellín (Colômbia), em 1968. Desde então, "muitos cristãos romperam seus vínculos com as classes dominantes e engajaram-se na luta em vista da libertação dos oprimidos". (CHRISTO, C.A.L. (Frei Betto), *op. cit.*, p. 16.)

Quero participar-lhes minha resolução
de passar à luta clandestina como
soldado do Senhor e da Frente Sandinista
de Libertação Nacional.

(Gaspar García Laviana, jesuíta nicaragüense)

Ainda em 1968, reunidos em Manágua, bispos, padres e freiras iniciaram na prática a chamada *Teologia da Libertação*, lançando um documento de crítica contundente às injustiças sociais. A partir daí, à medida que o movimento popular avançava, o engajamento de parte da Igreja intensificava-se. Em conseqüência, o governo somozista aumentava a perseguição aos sacerdotes, não hesitando em prender, torturar e até matar os mais comprometidos com a luta revolucionária.

Em 1977, o movimento camponês de Solentiname — comunidade dirigida pelo padre jesuíta Ernesto Cardenal — cresceu em suas reivindicações, o que provocou a violenta repressão da Guarda Nacional. Muitos de seus integrantes passaram para a FSLN e o padre Ernesto Cardenal caiu na clandestinidade.

"Conheci um camponês na Nicarágua, muito pobre, que tinha medo do comunismo porque lhe iriam tirar as galinhas. A Igreja tem contribuído para infundir esse medo e pode ser agora um fator importante para dissipar esse medo. Além do mais, o comunismo é profundamente cristão. E, mais ainda, é a essência do Cristianismo. A palavra comunhão é o mesmo que comunismo (...).

O comunismo, segundo Marx, é a sociedade na qual não haverá egoísmo nem injustiça de nenhuma espécie, é o mesmo que os cristãos entendem por reino de Deus na Terra. E o comunismo como o entendeu Marx ('de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade') é o sistema social dos primeiros cristãos. Na América Latina, estão se unindo cristãos a marxistas para fazer a revolução, e isso é uma coisa nova no mundo. Será a grande contribuição da América Latina à revolução mundial. Che Guevara disse que quando cristãos fossem realmente

revolucionários a revolução na América Latina seria invencível."
(Entrevista do padre Ernesto Cardenal à Revista *Crises*, 1974.
Jornal *Movimento*, nº 214, 1979.)

O credo que termina a Missa Camponesa Nicaragüense, escrito por Carlos Mejía Godoy, resume de forma clara como é, na prática evangélica, a Teologia da Libertação:

Creio em ti, companheiro,
Cristo humano, Cristo operário
sobre a morte vencedor
com o sacrifício imenso
engendraste o homem novo
para a libertação,
estás ressuscitando
em cada braço que se levanta
para defender o povo
da dominação exploradora
porque estás vivo no rancho,
na fábrica, na escola,
creio na tua luta sem trégua
creio na tua ressurreição.

(Frei Betto)

Com a vitória da Revolução, contudo, o setor da *Igreja* que apoiava os sandinistas *se dividiu*. A alta hierarquia, que não apostava em tantas transformações, passou à oposição, enquanto os setores mais comprometidos com a causa sandinista permaneceram apoiando a Revolução, inclusive, em alguns casos, fazendo parte do governo.

5. A CONSTRUÇÃO DA NICARÁGUA SANDINISTA

A nova etapa da *Revolução Sandinista propunha-se a construir uma sociedade baseada em um modelo original caracterizado por um sistema*

econômico misto (socialista e capitalista), pelo pluralismo político e pela liberdade de atuação da Igreja. A Revolução *afirmava ainda como objetivo final* a transformação do país em uma *sociedade socialista*.

"Dentro do projeto político *sandinista* tem espaço a burguesia. Espaço político, econômico e ideológico. Os capitalistas têm liberdade para continuar acumulando mais-valia, claro, porém, dentro de um *plano* dirigido pelo Estado e dentro do marco determinado pela revolução triunfante. Isto é, as *regras do jogo* são impostas pelo Sandinismo, a FSLN, sujeito histórico que conseguiu a mudança radical do país. A burguesia, antiga aliada do regime somozista, digam o que disserem, é considerada, com toda a honestidade, como uma aliada na etapa de criação de uma *nova Nicarágua*." (CASANOVA, P.G., coordenador, *op. cit.*, p. 419).

Sem dúvida, era muito difícil o projeto político dos sandinistas: construir uma sociedade socialista de braços dados com a burguesia empresarial. A Junta de Reconstrução Nacional, que assumiu o poder após a derrubada de Somoza, já refletia esse pluralismo em sua composição:

- *Violeta Chamorro* — viúva de Pedro Joaquín Chamorro, proprietária do jornal *La Prensa*;
- *Moisés Hassan Morales* — integrante da pequena burguesia, prósandinista e membro do Movimento Povo Unido (MPU);
- *Alfonso Robelo* — industrial e grande proprietário de terras, que ajudou a organizar o Movimento Democrático Nicaragüense (MDN), entidade de oposição à ditadura somozista;
- *Sergio Ramírez Mercado* — profissional liberal, membro do Grupo dos Doze;
- *Daniel Ortega Saavedra* — comandante militar e integrante da Direção Nacional da FSLN.

A amplitude dessa aliança gerou contradições ao longo do processo de transformação da sociedade. Assim, quando se organizou o *governo provisório*, sob a direção da Junta de Reconstrução Nacional, surgiram dois projetos antagônicos: um, reformista — no âmbito do sistema capitalista —, e outro, revolucionário — visando mudanças estruturais profundas. Em que pese à crise econômica herdada do somozismo, agravada pela agressão do imperialismo norte-americano, a FSLN não abriu

mão de seu projeto político e reafirmou sua hegemonia e seu papel de vanguarda revolucionária do povo nicaragüense. Dois integrantes da Junta de Reconstrução, Violeta Chamorro e Alfonso Robelo, abandonaram o governo (1980), ao verem a impossibilidade de a burguesia assumir a direção do país naquele momento. A primeira recusou-se a participar da vida política pelas regras do novo governo, enquanto o outro passou à contra-revolução e fundou a Aliança Revolucionária Democrática (ARDE).

A. PERÍODO DE REATIVAÇÃO ECONÔMICA (1979-1984)

> "Temos uma estrutura econômica frágil, mais do que a do Somozismo. Nossos gastos sociais são o dobro e, em alguns casos, dez vezes mais do que gastava o Somozismo. De onde sai isso? Precisa sair dos excedentes das empresas, tanto estatais como privadas. E isso nos traz o problema de como desenvolver a Nicarágua. Qual a nossa linha de desenvolvimento? As economias de todos os países têm um determinado tipo de acumulação, de poupança externa para investir e expandir sua produção (...). Temos que gastar muito em quase tudo. Estamos falando da economia de uma revolução que não anda pensando a partir de esquemas. Para mim, seria muito simples dizer que cumpriremos todas as leis do socialismo e expropriaremos todo mundo, para que todos aplaudam. Porém, o caminho que escolhemos não é esse e sim um caminho que liquidará em primeiro lugar a dependência, afirmando a independência e a soberania da Nicarágua (...). E que ninguém venha aqui dizer o que devemos fazer ou por onde ir." (Palavras de Jaime Wheelock, ministro do Desenvolvimento Agropecuário da Nicarágua. MAREGA, M., *A Nicarágua Sandinista*, COLEÇÃO Tudo É História, Editora Brasiliense, p. 69.)

No processo de reconstrução o governo adotou algumas medidas, como:

• extinção da Guarda Nacional e criação do Exército Popular Sandinista e das Milícias Populares;

• suspensão do estado de sítio e dissolução do Congresso;

• confisco das propriedades da família Somoza e de seus colaboradores — transformando-se em *Áreas de Propriedade do Povo*, setor estatal da produção;

• nacionalização do comércio exterior, do sistema bancário, companhias de seguro e minas de ouro e prata, possibilitando o controle dos mecanismos básicos da política econômica, a fim de inverter a lógica de acumulação em favor do setor produtivo e facilitar a negociação da dívida externa;

• ampliação e diversificação do mercado externo — incluindo um maior estreitamento nas relações com países do Terceiro Mundo;

• nova política de investimentos — com ênfase na criação de uma infra-estrutura para desenvolvimento de projetos produtivos permitindo a ampliação do mercado interno e a independência econômica do exterior, bem como investimentos na área social: escolas, hospitais, centros de saúde, casas populares, estradas etc.;

• política de reforma agrária — desde a promulgação da *Lei de Reforma Agrária*, em 1981, considerada um dos pilares do novo modelo econômico da Nicarágua, compreendendo três tipos de propriedade: a familiar, a Área de Propriedade do Povo e as cooperativas;

• Cruzada Nacional de Alfabetização — com o apoio da Igreja, da UNESCO, de Cuba e de alguns países da Europa Ocidental;

• Comitês de Defesa Sandinista (CDS) — núcleos de organização popular;

• eleições gerais — realizadas em 1984, com a vitória da FSLN, que elegeu Daniel Ortega presidente da República.

Apesar do modelo de desenvolvimento sandinista ter respeitado alguns valores defendidos pelas democracias ocidentais, como o pluralismo político, a liberdade de expressão e o respeito à fé religiosa, bem como reconhecer o papel da burguesia no processo de reconstrução, o *governo norte-americano tentou* de todas as formas *desestabilizar a Nicarágua*, utilizando desde a agressão econômica até o financiamento

da contra-revolução, o que prejudicou a realização das metas traçadas pela direção revolucionária.

B. A AGRESSÃO IMPERIALISTA EM NOVO ESTILO

Para destruir a Revolução Sandinista, *os Estados Unidos desenvolveram a chamada Guerra de Baixa Intensidade (GBI)*, que nada mais era senão a atualização da Doutrina da Contra-Insurgência, utilizada para impedir mudanças radicais na América Latina, na década de 1960. A GBI surgiu da impossibilidade de uma vitória contra-revolucionária a curto prazo — pretensão inicial da administração Reagan — e tinha por objetivo central destruir a Revolução. Para isso, dirigia seus ataques nos campos políticos, econômico, social, militar, diplomático e ideológico, de forma sistemática e coordenada, contra as realizações do governo sandinista.

Foto: Gibi da CIA.

A agressão manifestava-se por diversas práticas, como a ameaça de ocupação militar direta, a desestabilização da economia através do boicote e da pressão internacional, promoção de atos contra-revolucionários internos — sabotagens e atentados —, manipulação de informações deturpando a realidade da Revolução e estimulando a ruptura entre governo e povo, além do financiamento, organização e treinamento dos grupos contra-revolucionários.

Classificados de *combatentes da liberdade* pelo governo Reagan, alusão aos pioneiros da independência norte-americana, os *contras* — como eram chamados esses grupos — constituíam-se em sua maioria por ex-integrantes da Guarda Nacional de Somoza que se refugiaram nos países vizinhos, mas englobavam também dissidentes do regime. Desses grupos, o principal era a *Aliança Democrática Revolucionária* — fundada e dirigida por Alfonso Robelo, ex-integrante da Junta de Reconstrução Nacional e do Movimento Democrático Nicaragüense (MDN), além de presidente do Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP).

Os sandinistas buscaram solucionar a questão dos *contras* através de negociações no *Grupo de Contadora*, criado em 1983 pelos governos da Colômbia, Venezuela, Panamá e México. Essa tentativa de resolver o problema no âmbito dos países da América Latina — fugindo da confrontação Leste-Oeste apregoada pelos Estados Unidos —, no entanto, fracassou. Depois de várias reuniões, os quatro países de Contadora redigiram uma ata final, apoiada pela OEA, pelos Países Não-alinhados, pela Internacional Socialista e pela Comunidade Econômica Européia. Apesar de a Nicarágua concordar com os termos do documento, o mesmo não aconteceu com Costa Rica, El Salvador e Honduras, que se retiraram da mesa de negociações. Os principais pontos propostos por Contadora eram: observância aos princípios de autodeterminação e não-ingerência; retirada de todos os assessores militares estrangeiros; controle dos armamentos; democratização interna de cada país; e colaboração econômica em nível centro-americano.

Em 1984, o governo sandinista promoveu eleições, das quais participaram, além da FSLN, os partidos Conservador Democrata, Liberal Independente, Popular Social Cristão, Comunista, Socialista e o Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista. A oposição dividiu-se e quatro partidos formaram a *Coordenação Democrática*, representada

pela candidatura de Arturo Cruz, que, no entanto, acabou desistindo do pleito e abrindo caminho para uma tranqüila vitória de Daniel Ortega, candidato da FSLN, com 67% dos votos.

Na mesma época, a Corte Internacional de Haia condenava os Estados Unidos, pela colocação de minas em portos nicaragüenses, efetuada pela CIA, decisão não reconhecida pelo governo Reagan (1985).

A ação política do imperialismo norte-americano foi acompanhada por medidas econômicas, como a decretação do bloqueio total à Nicarágua, o que agravou ainda mais as dificuldades de acesso aos créditos internacionais e gerou distorções na economia nicaragüense, como o aumento descontrolado da inflação (de 50% em 1984 para 780% em 1986); o surgimento de um setor especulativo comercial que se converteu em uma economia paralela; a acelerada descapitalização do Sistema Financeiro Nacional; e a anarquia no Sistema de Preços, provocando o achatamento salarial, principalmente no campo, cenário da guerra de agressão.

"Até maio de 1987, as vítimas da guerra somavam 42.418 pessoas e os prejuízos econômicos, 2.281 milhões de dólares, o que equivale a onze vezes o valor anual das exportações de 1986. A estes números deve-se acrescentar os 245 mil desabrigados de guerra, e o que isto significa para o futuro desenvolvimento técnico-científico e econômico (...)" (INDEO, C.S., "Nicarágua, los esfuerzos de la reconstrucción y de la transformación". *Cristianismo y Sociedad*, ASEL, nº 94, 1987.) A agressão obrigava o governo da Nicarágua a desviar 50% do PIB (Produto Interno Bruto) para a defesa, além de ocupar parte significativa da mão-de-obra ativa e milhares de jovens, estudantes secundaristas, técnicos e universitários, aumentando os prejuízos do país.

A FSLN empreendeu novos esforços internacionais, buscando a conciliação. Neste sentido, os governos centro-americanos voltaram a se reunir, desta feita em Esquipula, na Guatemala, com a participação da ONU e da Guatemala. Ao final da reunião, foram assinados acordos que estabeleciam o imediato fim de qualquer apoio aos contra-revolucionários. Outra medida, apoiada pela Igreja Católica, garantia anistia e direito à participação na política institucional para todos os grupos que renunciassem à luta armada.

Acompanhando essas medidas, o governo sandinista formou a *Comissão de Reconciliação Nacional* e suspendeu a censura à imprensa. O dirigente *contra* Fernando Chamorro, por sua vez, renunciou às armas e retornou a Manágua, iniciando um cessar-fogo unilateral em várias regiões do país. No entanto, outros dirigentes *contras* recusaram o gesto de conciliação e mantiveram-se em armas, sempre com o apoio do governo norte-americano.

Em 1988, a Nicarágua foi violentamente atingida pelo furacão *Juana*, que, somando-se à pressão imperialista de Washington, varreu as tentativas de conciliação política e de reconstrução econômica do país. Em julho, o governo expulsou o embaixador norte-americano, sob a acusação de incentivar atividades anti-sandinistas, e os Estados Unidos, em represália, fizeram o mesmo com o representante nicaragüense em Washington.

Pressionado pela crise política e econômica, que ameaçava os *Acordos de Esquipula*, o presidente Daniel Ortega convocou nova reunião com os cinco países centro-americanos. No encontro, ocorrido em El Salvador, propôs antecipar as eleições e aceitar as mudanças na lei eleitoral de 1988, em troca do desmantelamento das bases dos *contras* em Honduras. Entretanto, ignorando os esforços de conciliação do governo sandinista, a presidência de George Busch — que sucedera à de Reagan — obteve do Congresso norte-americano a aprovação de outra *ajuda humanitária*, de US$ 40 milhões, para os *contras* baseados em Honduras.

6. A REAÇÃO BURGUESA E O FIM DA REVOLUÇÃO

Realizadas as eleições, em fevereiro de 1990, a FSLN foi derrotada por uma coalizão de 14 partidos, a *União Nacional Opositora (UNO)*, que *elegeu* como presidenta Violeta Chamorro, viúva de Pedro Joaquín Chamorro, jornalista e empresário assassinado pela ditadura de Somoza.

Apesar de prometer respeitar as conquistas sociais da Revolução e de manter como comandante do Exército o general sandinista Humberto Ortega — decisão, aliás, que contrariou os Estados Unidos e provocou dissidências dentro da UNO —, a eleição de Violeta Chamorro representou a *vitória do projeto político da burguesia*.

Logo que o novo governo assumiu, lançou um plano de austeridade econômica para conter a hiperinflação, com medidas bastante duras: desvalorização monetária de 80%, adoção de uma nova moeda — o córdoba ouro — e aumentos de 500% nos preços dos alimentos básicos, da gasolina e da eletricidade. Em contrapartida, os salários elevaram-se em apenas 260%, embora os sindicatos pedissem 450%. O plano econômico — que seguia padrão preconizado pelo FMI e o Banco Mundial — foi contestado pelos trabalhadores, que decretaram uma greve geral no setor público. Horas antes de iniciar-se a paralisação, contudo, o governo entrou em acordo com os trabalhadores, que prometeram uma trégua de três meses. Em troca, o governo garantia aumentos segundo o índice de preços ao consumidor, após o período da trégua.

De fato, a inflação — que em 1990 chegara a 7.000% — caiu para 3,8%. Em compensação, o desemprego chegou a 60% e se reduziram drasticamente os investimentos na indústria, na educação e na área de saúde.

As divergências entre a presidenta Violeta Chamorro e a UNO levaram a uma ruptura em 1993, a partir da qual seu governo passou a apoiar-se na bancada sandinista e no grupo moderado da UNO. Os *dissidentes* fundaram nova sigla, a *Aliança Política Opositora*, que iniciou um boicote à Assembléia Nacional.

A crise econômica aumentou com a seca que destruiu 80 mil hectares de cultivo, deixou 200 mil camponeses sem alimento e cerca de 300 mil crianças desnutridas, muitas das quais ficaram cegas devido à falta de vitamina A.

Em agosto de 1994, a Assembléia aprovou novo código militar, com o objetivo de despolitizar o Exército Popular Sandinista e submetê-lo à autoridade civil, embora o poder tenha permanecido nas mãos de um conselho militar.

Com um desemprego estimado entre 43% e 60% e uma renda *per capita* em declínio pelo 11º ano consecutivo, o governo capitulou e firmou um acordo de três anos com o FMI, que lhe possibilitava renegociar a dívida pública.

O panorama político em 1995 foi dominado pelos debates em torno da reforma constitucional. A Assembléia propôs trocar o nome do Exército, proibir o serviço militar obrigatório e outorgar garantias à pro-

priedade privada, propostas apoiadas por Violeta Chamorro. A Assembléia Nacional designou ainda um novo Supremo Tribunal Eleitoral.

Lentamente, a burguesia retomava as rédeas do país, desarticulando as estruturas do governo popular sandinista e reconstruindo o Estado burguês.

As *eleições de 1996 reafirmaram essa reviravolta histórica da Revolução*, ao consagrar nas urnas o ex-alcaide (espécie de prefeito) de Manágua, Arnoldo Alemán, empresário conservador que obteve 49% dos votos, elegendo-se presidente logo no primeiro turno.

O candidato da FSLN e ex-presidente Daniel Ortega recebeu apenas 39% dos votos. E, apesar de haver denunciado irregularidades no processo eleitoral, a FSLN, poucas semanas depois, estava reintegrada à vida institucional do país.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Considerar as intervenções do imperialismo norte-americano, correlacionando-as com a conjuntura política da Nicarágua nas primeiras décadas do século atual.

2. Analisar o movimento liderado por Sandino do ponto de vista político-ideológico.

3. Caracterizar o império Somoza explicando suas bases de sustentação.

4. Resumir a organização da resistência popular na fase da ofensiva final, a partir das alianças políticas.

5. Identificar o papel da FSLN na Revolução Nicaragüense.

6. Apontar as três tendências em que se dividiu a FSLN e as divergências que possuíam entre si.

7. Explicar o papel da Igreja Católica no movimento revolucionário.

8. Citar dois fatores que possibilitaram ao movimento popular passar da fase defensiva à ofensiva.

9. Explicar a formação do governo sandinista, considerando as conjunturas interna e externa.

10. Analisar a reação burguesa, considerando as transformações políticas e econômicas ocorridas no país e no mundo no período pós-revolucionário.

11. Caracterizar as diretrizes da política externa norte-americana contra a Nicarágua sandinista.

12. Apontar duas razões da derrota eleitoral da FSLN na década de 1990.

13. Indicar algumas medidas dos atuais governantes nicaragüenses contra as realizações sandinistas.

UNIDADE X — ESTAMOS EM GUERRA PORQUE DESEJAMOS A PAZ

O Processo Revolucionário em El Salvador

1. O PEQUENO POLEGAR DA AMÉRICA

El Salvador, o *menor Estado do continente americano,* tem uma superfície total de 21.400km², o que o torna menor que o estado de Sergipe.

Sua população, em 1998, era de pouco mais de seis milhões de habitantes, 60% dos quais vivendo nas regiões rurais e 75% do total sendo de mestiços, de brancos e indígenas. *Mais da metade da população é analfabeta* e 57% vivem na condição de desempregados e de subempregados. A maioria dos trabalhadores recebe salários reduzidos.

Dos Estados centro-americanos, só a Guatemala é mais povoada que El Salvador, cuja densidade demográfica atinge 257 habitantes por quilômetro quadrado, apesar do elevado índice de mortalidade por doenças, subnutrição e sobretudo pela guerra civil: calcula-se que, entre 1979 e 1981, morreram 30 mil pessoas, seja em combate, devido aos bombardeios aéreos e também pelos assassinatos realizados pela repressão. A densidade demográfica altíssima torna-se mais espantosa porque milha-

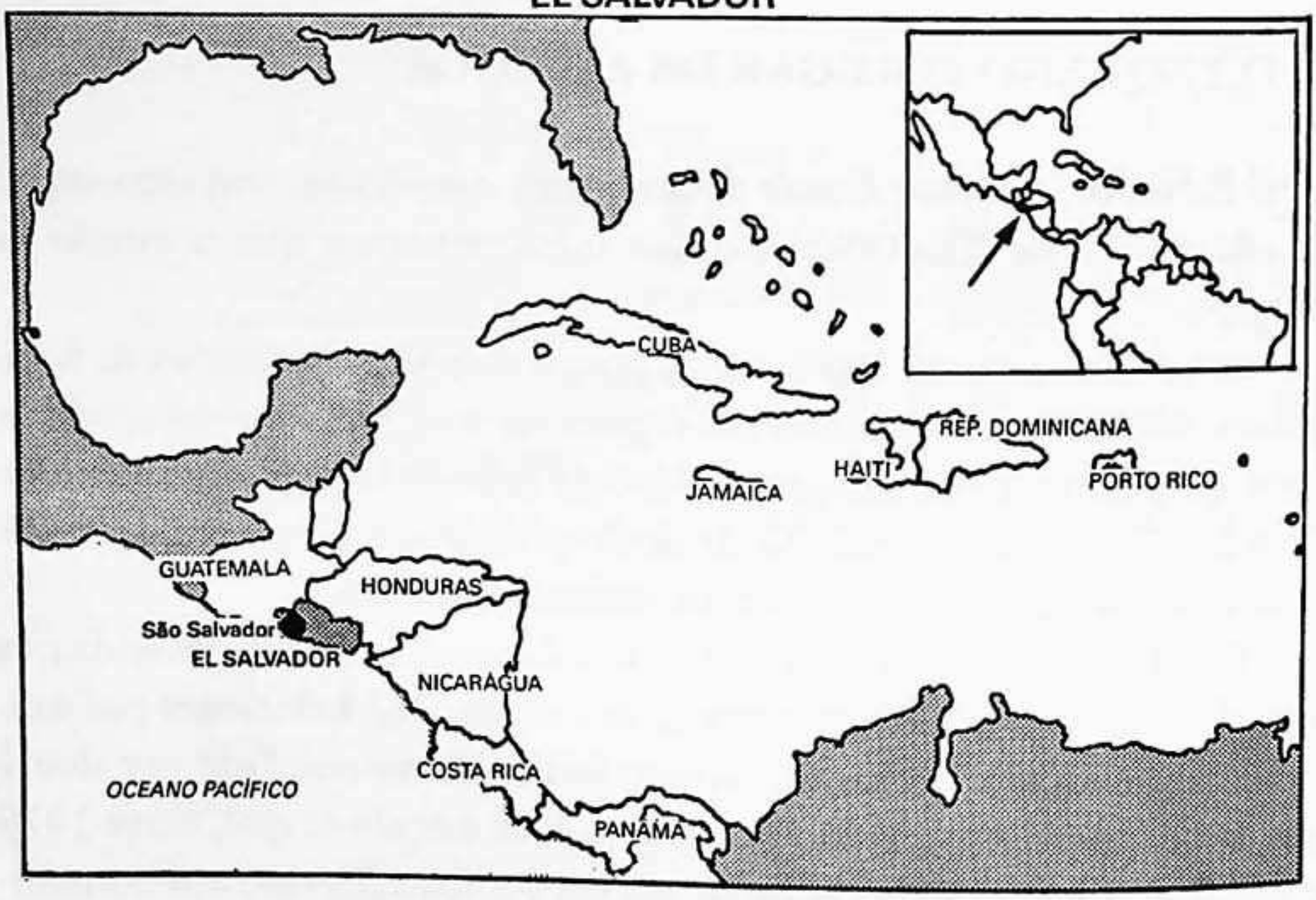
res de salvadorenhos deixaram seu país, buscando trabalho e segurança no Panamá, Costa Rica, México e até nos Estados Unidos e Honduras.

El Salvador, ao contrário do que muitos possam pensar, *não tem fronteiras com a Nicarágua*, nem litoral banhado pelas águas do mar do Caribe, e muito menos dispõe de reservas minerais ou de importante produção de bananas.

Por causa de sua pequena extensão territorial e da resistência e força do movimento popular na luta por seus direitos, *El Salvador foi chamado de Pequeno Polegar da América*, expressão carinhosa de Gabriela Mistral, poetisa chilena.

> "Este país já tolerou muito derramamento de sangue. Unamos nossas armas para encontrar uma saída para o povo." (Afirmativa de Francisco Sandoval, ex-capitão do Exército e comandante guerrilheiro, em novembro de 1982. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1982.)

EL SALVADOR



2. O MODELO AGRÁRIO-EXPORTADOR DA REPÚBLICA LIBERAL

A sociedade salvadorenha teve uma evolução histórica com *características* bastante *semelhantes às das demais sociedades latino-americanas.* A conquista da independência não acarretou grandes mudanças estruturais: a economia permaneceu de base agrária e o *poder político ficou sob o controle das Quatorze Famílias*, que, na realidade, eram setenta ou oitenta.

Em fins do século XIX, com a nova divisão internacional do trabalho, El Salvador foi *incorporado à economia capitalista mundial graças à produção e exportação do café.* Tal integração implicou a destruição de formas pré-capitalistas de produção, o que foi feito pelas oligarquias agroexportadoras, até 1913 aliadas ao imperialismo inglês, posteriormente suplantado pelo capital norte-americano.

As *mudanças econômicas e sociais* ocorreram durante a chamada *Revolução Liberal*, destacando-se:

- a *Lei de Terras* (1882), que extinguiu os *ejidos* (propriedades comunais indígenas) e as reservas dos ameríndios, incorporados às grandes propriedades voltadas para o cultivo do café;
- a *Lei de Vacância* (1885), obrigando os camponeses sem-terras a trabalhar como diaristas nas fazendas produtoras de café.

Em nível político, a *estabilização do capitalismo agrário-exportador* se realizou com o *apoio do Exército*, que garantiu a continuidade de *regimes autoritários.* Eleições fraudulentas, prisão e condenação de opositores, e censura à imprensa puderam assegurar a *contenção do movimento popular*, especialmente durante os governos dos Quiñónez e dos Meléndez, que se alternavam no poder e *aceleraram a vinculação com os Estados Unidos*, monopolizadores da comercialização e da distribuição das safras de café.

Uma das originalidades desse processo foi que em El Salvador *não houve desembarque de tropas norte-americanas,* nem a ocupação militar do país, como ocorreu na Nicarágua, Cuba, Panamá e outras sociedades centro-americanas e antilhanas.

"Nossos Embaixadores nas cinco pequenas Repúblicas têm sido os conselheiros cujos conselhos são aceitos como lei.

> Controlamos os destinos da América Central e o fazemos pela simples razão que os interesses nacionais assim o exigem. Até o presente momento a América Central sempre entendeu que governos reconhecidos por nós e por nós respaldados ficam no poder, ocorrendo o contrário com aqueles que não apoiamos." (Trechos de memorando do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em 1927. HARDY F., *El Salvador — As trilhas do desespero*, Global Editora e Distribuidora, p. 23.)

A *mobilização popular e democrática*, no entanto, acabou sendo *influenciada* por dois amplos movimentos de massa: a *Revolução Mexicana e a Revolução Russa*. A luta empreendida pelos guerrilheiros de Augusto César Sandino contra os *marines* norte-americanos igualmente teve grande repercussão em El Salvador.

Foi nesse contexto que a sindicalização urbana e rural cresceu, impulsionada pela Federação Regional dos Trabalhadores de El Salvador, fundada em 1924 e conhecida como *Regional*. Nas cidades e no campo, intensificou-se a mobilização de camponeses e de trabalhadores urbanos, na sua maioria artesãos porque era incipiente a indústria fabril no país. Da luta por jornadas de oito horas de trabalho, pela reforma agrária, pela criação de ligas camponesas e da Universidade Popular, pela restauração das liberdades individuais e do regime democrático também *participou Agustín Farabundo Martí.*

De família pequeno-burguesa, o negro Martí — como era conhecido — chegara a iniciar o curso de Ciências Sociais e Jurisprudência na Universidade Nacional, mas, acreditando nas idéias do marxismo revolucionário e participando de lutas democráticas, acabou sendo exilado de El Salvador (1920-1925). Retornando ao seu país, Farabundo Martí desenvolveu intensa atividade política, sendo enviado pela Regional à Nicarágua, incorporando-se às guerrilhas lideradas por Sandino.

> "Quando não se pode escrever a História com a caneta, então deve-se escrevê-la com o fuzil." (Afirmativa de Farabundo Martí quando combatia na Nicarágua. GÓMEZ, J.A., *Farabundo Martí — herói do povo de El Salvador*, Editora Anita Garibaldi, p. 10.)

3. A INSURREIÇÃO DE 1932

A *Crise de 1929 atingiu em cheio a economia salvadorenha*: refletindo uma dependência aos Estados Unidos, os preços e a exportação de café caíram verticalmente, provocando o calapso econômico do país, porque 85% do valor das exportações provinham do chamado *ouro verde.* O desemprego cresceu assustadoramente. Muitos pequenos e médios proprietários rurais se arruinaram e, por não pagarem dívidas assumidas, perderam suas terras hipotecadas, incorporadas às grandes propriedades das Quatorze Famílias.

Em meio à crise econômica e social, *foram fundados* dois partidos populares: o *Partido Comunista Salvadorenho* (1930), ao qual se filiou Martí, que voltara a El Salvador após romper com Sandino, e o *Partido Trabalhista*, organizado pelo empresário Arturo Araújo e cujo programa reformista atraiu a pequena burguesia.

Na conjuntura de grave crise socioeconômica, realizaram-se eleições presidenciais, cujo vencedor foi Arturo Araújo. "Estas foram em El Salvador as últimas eleições em que o governo acatou a vontade popular, abstendo-se de realizar fraudes e pressões repressivas." (CASANOVA, P. G., *op. cit.*, p. 89.)

O governo Araújo, no entanto, durou nove meses, sendo derrubado, em dezembro de 1931, por um *golpe de Estado que levou à presidência o general Maximiliano Hernández Martínez* (1931-1944).

Esse golpe marcou o início de novas práticas políticas que se prolongaram até os dias atuais. A oligarquia renunciava ao governo direto do país: aos presidentes civis, sustentados pelo Exército e recorrendo à fraude eleitoral para assegurar a vitória de seus candidatos, sucederam-se *ditadores militantes, governando em nome da oligarquia.*

Antes mesmo do golpe de dezembro de 1931, a repressão vinha se intensificando, visando conter o movimento popular em ascensão. Apesar do clima político desfavorável, os setores populares empenhavam-se na campanha eleitoral para a escolha dos conselheiros municipais e dos deputados da Assembléia Constituinte, a qual era admitida pelo governo Martínez, que recorreria à fraude eleitoral e à violência política, alterando resultados adversos. Igualmente não se pode descartar a hipótese de que o novo governo tivesse a intenção de provocar a radicaliza-

ção popular, o que justificaria drástica repressão esmagando o ascendente movimento de massa, assim ganhando a confiança das oligarquias salvadorenhas e se consolidando no poder.

A suspensão ou anulação da votação em diversas cidades e povoados, e a dissolução de manifestações contra o governo contribuíram para precipitar a insurreição popular na madrugada de 22 de janeiro de 1932.

Milhares de camponeses e de trabalhadores dos centros urbanos *se revoltaram,* levando foices, machetes e poucas armas de fogo. Apesar da valentia e do arrojo demonstrados, a superioridade das tropas do governo ficou evidente, inclusive porque as Forças Armadas estavam de prontidão à espera da sublevação popular: desde o dia 19, vários dirigentes comunistas haviam sido presos, dentre os quais Farabundo Martí. Na mesma ocasião, as autoridades apreenderam diversos documentos contendo planos da insurreição.

Em conseqüência, foram três dias (22 a 25 de janeiro) de *verdadeiro massacre, com ativa participação da Guarda Cívica*, organização paramilitar então criada pela oligarquia cafeeira. Mesmo após o esmagamento da insurreição, durante três semanas o fuzilamento permaneceu uma prática legal: um decreto do general Martínez autorizava fuzilar qualquer indivíduo maior de 18 anos que não possuísse uma *cédula patriótica* distribuída pelas autoridades.

Calcula-se que cerca de 30 mil pessoas foram assassinadas. Era uma *paz de cemitério*, completada por uma *cortina de silêncio*: o governo proibiu que fosse publicada qualquer notícia sobre o ocorrido e, para o futuro, procurou apagar o ano de 1932 da história salvadorenha mediante a destruição de documentos existentes nos arquivos do Estado e que se relacionassem com o massacre.

Em meio a tudo isso, um Tribunal Militar reuniu-se e *condenou Farabundo Martí à morte por fuzilamento*, o que foi cumprido na manhã de 1º de fevereiro de 1932.

Há homens que um dia lutam e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém há os que lutam toda a vida.
Estes são os imprescindíveis.

(Bertolt Brecht, dramaturgo alemão)

Consolidava-se assim a ditadura Martínez, inclusive porque a oligarquia cafeeira ficara tão atemorizada com a Insurreição de 1932 que achou por bem fechar qualquer possibilidade de oposição legal. Acrescente-se o apoio recebido dos Estados Unidos, que passaram a considerá-la uma peça importante para afastar a presença do capital inglês na América Central.

4. A TENTATIVA DESENVOLVIMENTISTA

A sociedade salvadorenha entrou em *nova etapa político-econômica* no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, quando uma sucessão de golpes e contragolpes militares refletiu a divisão existente no Exército e na burguesia dominante:

- *o setor tradicionalista desejava a manutenção do modelo agrário-exportador*, procurando garantir a continuidade da concentração da propriedade rural, da produção de café para exportação e do pagamento de baixos salários à mão-de-obra;
- *o setor progressista*, de visão mais modernizante, interessado em *empreender a industrialização* — o país, até 1950, só dispunha de 39 fábricas, na sua maioria produzindo bebidas — e, paralelamente, desenvolver uma produção agrícola mais dinâmica.

Essa contradição teve importante momento na chamada *Revolução de 1948*, quando um golpe de Estado *levou ao poder o setor progressista* que organizou o Conselho do Governo Revolucionário. Este formulou um programa de reformas e de justiça social, criou o Partido Revolucionário da Unidade Democrática (PRUD) e, mediante eleições fraudulentas, garantiu a vitória presidencial do coronel Oscar Osório (1950-1956) e, posteriormente, do coronel José Garcia Lemus (1956-1960).

A conjuntura que se iniciou desde fins da década de 1940 *favoreceu os projetos reformistas* do setor progressista, porque os preços do café conheceram grande alta no mercado internacional. A prosperidade econômica também decorria dos recursos acumulados com a exportação de algodão, cujo cultivo se desenvolvera a partir da Segunda Guerra Mundial.

Em tal situação, foi possível a *estabilização política do país*, inclusive com a aprovação de *nova Constituição* (1950), caracterizada pelo aban-

dono dos princípios liberais, substituídos pela adoção de regras *fixando o intervencionismo do Estado* na regulamentação do direito de propriedade e das relações entre o capital e o trabalho. Embora fossem assegurados direitos aos trabalhadores, na prática, a maior parte da força de trabalho — constituída pela mão-de-obra rural — continuou à mercê dos grandes proprietários de terras.

O governo Osório igualmente empreendeu a construção de escolas e de conjuntos habitacionais, além de obras de infra-estrutura, como rodovias e a *hidrelétrica* do rio Lempa, *permitindo o barateamento da energia*, fator importante em um processo de industrialização.

A política reformista do governo Osório foi continuada na presidência do coronel Lemus, que deu os primeiros passos para a *implantação de inúmeras indústrias*, cuja ampliação tornaria, na década seguinte, El Salvador o *país mais industrializado da América Central e também o de classe operária mais numerosa.*

A conjuntura internacional, todavia, modificou-se em fins da década de 1950. Os preços de venda do café e do algodão conheceram acentuada baixa, o que resultou na redução da receita do Estado e dos lucros da oligarquia agrário-exportadora, acarretando a diminuição dos salários e o aumento do desemprego. A crise socioeconômica atingiu todas as classes sociais, inclusive a burguesia agrária, que se enfraqueceu.

A conjuntura internacional também foi marcada pela vitória da Revolução Cubana, cuja orientação antiimperialista conduziu à socialização da sociedade cubana. "A luta dos revolucionários cubanos, o exemplo de Fidel, Che Guevara e seus companheiros produziram um forte impacto na consciência de amplos setores do povo salvadorenho, especialmente entre os estudantes, intelectuais, proletariado e pequena burguesia urbana." (CASANOVA, P. G., *op. cit.*, p. 110.)

Ao longo do ano de 1960, sucederam-se as greves e outros movimentos de protesto que a violenta repressão do governo não conseguiu sufocar. A crise política culminou com a derrubada do presidente Lemus por um movimento de oficiais progressistas, os quais organizaram uma junta de governo disposta a realizar reformas estruturais. Acusados de esquerdistas, com tendências castristas, os novos dirigentes logo foram depostos por um golpe liderado pelo coronel Júlio Rivera e tendo ajuda do embaixador dos Estados Unidos (1961).

Seguindo práticas tradicionais da política salvadorenha, os novos dirigentes criaram o Partido de Conciliação Nacional (PCN) e, através da fraude eleitoral, colocaram na presidência o coronel Júlio Rivera (1962-1967), e, mais tarde, o coronel Fidel Sánchez Hernández (1967-1972).

No governo Rivera, houve uma *tímida reforma agrária* que, sem tocar nas propriedades rurais da burguesia agrária, *distribuiu terras públicas* a 3.500 famílias camponesas. Igualmente promulgou leis sociais destinadas antes a esvaziar a pressão do movimento popular em ascensão do que assegurar efetivos direitos aos trabalhadores.

O governo também rompeu relações diplomáticas com a Cuba socialista e, em mais uma demonstração de vinculações com os Estados Unidos, *integrou El Salvador ao Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA)*. Fundado em 1964, o *CONDECA* representou o compromisso militar dos exércitos centro-americanos de preservar a continuidade da ordem existente na região, o que atendia à segurança nacional, principalmente dos Estados Unidos.

A política desenvolvimentista, esboçada na década de 1950 priorizando a industrialização, teve apoio norte-americano, porque Washington temia novas Cubas, e por isso procurou fortalecer a economia capitalista dos países latino-americanos através da Aliança para o Progresso (1961), precedida em dezembro pela *criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)*.

El Salvador foi um dos Estados-membros do MCCA, organização que visava a integração econômica da região e a livre circulação de mercadorias entre as sociedades centro-americanas, *precondições da industrialização regional*. El Salvador poderia se beneficiar dos lucros acumulados a partir da ruptura dos Estados Unidos com Cuba: isso implicara uma redistribuição das cotas do açúcar cubano por vários países. A *produção açucareira salvadorenha* cresceu rapidamente e, na década de 1960, tornou-se *uma das três principais fontes de divisas* do país, possibilitando que a burguesia açucareira investisse parte dos seus lucros no desenvolvimento industrial. Além do mais, o país dispunha de *mão-de-obra numerosa e barata*, ampliada pelo elevado índice de crescimento demográfico. Quanto à energia, a hidrelétrica do rio Lempa, em funcionamento desde a década de 1950, poderia fornecê-la em abundância.

A combinação desses fatores explica o crescimento industrial ocorrido, multiplicando-se as fábricas de produtos químicos e alimentícios, de vestuário e de bebidas, de móveis e de papel, de tecidos, tabaco, e a construção civil.

Como resultado das modificações econômicas, verificaram-se *alterações sociais:*

• o *proletariado* começou a modificar sua composição; embora os trabalhadores rurais continuassem numerosos, muitos dos seus componentes passaram a morar nas cidades, trabalhando parte do ano nas grandes propriedades e a outra parte nos centros urbanos; em processo de evidente crescimento, geralmente vivia concentrado nos *tugúrios* (favelas) surgidos nos centros urbanos; ao longo dos anos 70, com a crise industrial, o movimento operário procurou se organizar, desvinculado do Ministério do Trabalho, e tendeu a radicalizar suas posições, o que explica a repressão policial, a intolerância da burguesia dirigente e a semilegalidade em que passaram a atuar muitos trabalhadores;

• a *pequena burguesia tornou-se mais numerosa*, seu crescimento explicando-se pela diversificação da economia e pela maior complexidade dos serviços públicos; esse aumento quantitativo se refletiu inclusive na maior procura dos cursos universitários: em 1960, menos de três mil estudantes estavam matriculados, ao passo que em 1980 mais de 35 mil lutavam para concluir seus cursos universitários. Com o fracasso da política desenvolvimentista, muitos componentes da pequena burguesia colocaram-se na oposição ao regime e se vincularam a partidos reformistas ou revolucionários que se organizaram sob a influência político-ideológica da Revolução Cubana, ou do maoísmo, ou da nova linha de atuação da Igreja Católica.

5. A GUERRA DO FUTEBOL

O *conflito entre El Salvador e Honduras*, também chamado de *Guerra das Cem Horas*, ficou tendenciosamente conhecido como *Guerra do Futebol* (1969), porque a ruptura de relações diplomáticas, seguida de operações militares entre os dois países centro-americanos, usou como pretexto incidentes ocorridos quando as suas seleções de futebol dispu-

tavam partidas eliminatórias para a Copa Jules Rimet, a ser realizada no México, em 1970.

Na realidade, as *causas da guerra encontram-se nos problemas gerados por um desenvolvimento* "desigual e dependente, sob condições quase coloniais e nos limites de um extraordinário atraso que caracteriza os países centro-americanos. Mais concretamente: foi o resultado da exacerbação dos conflitos entre os interesses oligárquicos salvadorenhos e os dos grupos dominantes hondurenhos e seus respectivos sustentáculos militares (...) O conflito foi a expressão máxima da crise do processo de integração centro-americano: revelou a ausência de 'harmonia' no crescimento propiciado pelo MCCA". (CASANOVA, P. G., *op. cit.*, pp. 115 e 116.) Com efeito, o *desenvolvimento industrial de El Salvador dependia*, em grande parte, de mercados consumidores externos, principalmente o *de Honduras*, cuja economia permaneceu agroexportadora, o que atendia a interesses da *United Fruit Company*, poderosa empresa norte-americana dominante na produção agrícola hondurenha.

A repressão política dos governantes de El Salvador também estimulava a *emigração* em massa de *contingentes populacionais para Honduras.* O fluxo migratório inclusive fora fortalecido por um tratado concluído entre os dois países. Calcula-se que, em 1969, viviam nesse país cerca de trinta mil trabalhadores salvadorenhos, com isso reduzindo a oportunidade de emprego de milhares de hondurenhos.

Honduras ainda se via prejudicada pelo *desequilíbrio da balança comercial* com El Salvador, porque exportava produtos agrários de baixo preço e absorvia mercadorias industrializadas de maior valor.

Em tais circunstâncias, amplos setores da burguesia hondurenha pressionaram o seu governo no sentido de:

- retirar o país do MCCA;
- não renovar o tratado que permitia a entrada de imigrantes salvadorenhos;
- promover uma campanha contra o consumo de produtos salvadorenhos;
- realizar uma reforma agrária;
- congelar os capitais salvadorenhos;
- forçar o repatriamento de 11 mil salvadorenhos.

Quando milhares de camponeses salvadorenhos começaram a retornar ao seu país, *El Salvador invadiu Honduras.* Ainda que os combates durassem quatro dias (de 14 a 18 de julho, daí *Guerra das Cem Horas*), as tropas invasoras somente abandonaram Honduras no mês seguinte, devido à pressão da OEA.

O conflito teve *importantes conseqüências*, dentre as quais a retirada de Honduras do Mercado Comum Centro-Americano e o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com El Salvador, o que afetou o modelo desenvolvimentista salvadorenho. Embora a burguesia industrial de El Salvador buscasse compensar a perda do mercado hondurenho mediante a exportação de produtos industriais e semi-industriais para os Estados Unidos e países europeus, o *projeto integracionista foi interrompido.*

Além do mais, o retorno obrigatório dos camponeses e assalariados rurais agravou os problemas da sociedade salvadorenha. Espalhada por todo o país, a maioria dos retornados sem emprego e todos sem receber terras, que o governo lhes prometera, acabou reforçando o movimento de oposição: muitos deles haviam participado de lutas nas plantações de bananas hondurenhas e não hesitaram em invadir as cidades em manifestações de protesto.

Ressurgia o movimento popular!

Por outro lado, a guerra com Honduras intensificou a luta ideológica no interior do Partido Comunista Salvadorenho: "Com a guerra, este Partido resolveu apoiar o governo contra Honduras, o que acelerou a crise e levou à retirada de um grupo minoritário formado a partir de lideranças operárias e do Secretário-Geral do PCS, Salvador Caetano Carpio." (SANTOS, N., *Tendo à frente um povo em armas,* Edições Mário Pedrosa, p. 21.)

6. O FRACASSO DA DEMOCRATIZAÇÃO E O AUMENTO DA REPRESSÃO GOVERNAMENTAL

O desenvolvimento industrial impulsionou transformações sociais, materializadas no crescimento de camadas urbanas desvinculadas das oligarquias rurais. Essas camadas, em parte, se ligaram a novas organiza-

ções políticas cujo surgimento também refletiu ideologias reformistas, em ascensão na Europa.

Uma dessas organizações foi o *Partido Democrata Cristão* (PDC), fundado em 1960 e defendendo idéias de liberdade e prosperidade, aspirações sensíveis à pequena burguesia. Lutavam também pelos princípios da doutrina social na Igreja, reativados e ampliados nas encíclicas do papa João XXIII (1958-1963) e nas decisões do Concílio Vaticano II (1962-1965). Ao levantar a bandeira da Revolução dos Pobres, o PDC converteu-se em um partido de massa, com bases urbanas e camponesas.

Na mesma época, formou-se o *Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)*, com uma plataforma política inspirada na social-democracia européia e visando concretizar um capitalismo reformado nos quadros de um regime democrático.

O PDC e MNR uniram-se ao PCS, formando a União Nacional Opositora (UNO), que lançou José Napoléon Duarte e Guillermo Manoel Ungo como candidato à presidência e vice-presidência da República, em campanha eleitoral em 1972. As propostas reformistas da UNO deram-lhe amplo apoio popular; todavia, a fraude eleitoral apontou a vitória do coronel Arturo Molina, do Partido de Conciliação Nacional e representante da burguesia agrária. Com a crise industrial, o café, o algodão e a cana-de-açúcar novamente converteram-se em produtos básicos da economia exportadora salvadorenha, o que explica o retorno ao poder da burguesia agrária.

O governo Molina (1972-1977), por suas diretrizes violentamente repressivas — não hesitando em massacrar pacíficas manifestações da oposição —, acabou levando muitos a *considerar inviável o caminho legal para a construção de uma sociedade justa e democrática*. Essa tendência ampliou-se mais ainda quando outro militar proclamou-se vitorioso em fraudulentas eleições para a presidência da República: o general Carlos Romero (1977).

A *conjuntura internacional,* entretanto, *havia se modificado:*

- *a vitória da Revolução Sandinista* (1979) *desarticulou o CONDECA* e tirou das ditaduras centro-americanas importante base de sustentação;
- o *governo Jimmy Carter* (1977-1981), com a *bandeira dos direitos humanos,* criava inúmeras dificuldades às ditaduras militares latino-ame-

ricanas, o que explica o envolvimento da CIA no golpe de Estado que depôs o presidente Romero (1979).

Aos governantes norte-americanos parecia ser necessário *implementar em El Salvador uma política reformista* capaz de evitar uma repetição da experiência nicaragüense, tanto mais que aumentava o descontentamento popular na sociedade salvadorenha: dois anos antes, o anúncio de mais uma vitória conseguida pela fraude provocara violentos conflitos de rua, cujo saldo foram sete mil mortos. Era preciso menos repressão e uma política reformista capaz de *esvaziar o avanço popular*. Seria essa a *função da Junta Revolucionária do Governo* (1979-1982), em que muitos dos militares que a sustentavam possuíam cursos de treinamento na Escola Militar das Américas, sediada na Zona do Canal.

A junta também incluía representantes de setores progressistas do PDC, PCS e MNR, atraídos pelo amplo programa de reformas, como a concessão de anistia aos exilados e presos políticos, a realização da reforma agrária e de eleições verdadeiramente livres, a dissolução de organizações de extrema direita e a punição de militares ultradireitistas responsáveis pela tortura e assassinato de opositores.

> "A Junta de Governo, que se autonomeia 'revolucionária', tem um claro plano de desmobilização das massas e da esquerda. Seu plano 'contra-revolucionário' e democrático, sintetizado nos homens que compõem a Junta, e o apoio que lhe dá o resto da burguesia e o imperialismo, não passa de um plano burguês. É, portanto, inimiga dos trabalhadores (...) A esquerda tem a obrigação de evitar que o povo se desmobilize." (Editorial do quinzenário *Avanzada Socialista,* jornal do Partido Socialista dos Trabalhadores. GOLDSZTEJN, H. e BARROS F., O. L., *El Salvador, um fuzil para Ana Guadalupe*, Editora Brasiliense, p. 20.)

A denúncia levantada pelos setores políticos mais conseqüentes logo se comprovou, porque as reformas ficaram apenas no papel e a oligarquia se opôs a qualquer mudança que afetasse sua posição hegemônica. Além do mais, a violência aumentou, em verdadeira escalada das organizações paramilitares.

Os organismos de segurança estão reprimindo
de forma mais brutal que no regime anterior,
impedindo que o novo governo ganhe
credibilidade.

(Bispo Oscar Arnulfo Romero, novembro de 1980)

A conivência ou impotência da junta e das Forças Armadas diante da crescente violência, cuja aplicação deixava um rastro de centenas de mortos, levou muitos elementos progressistas do governo a se demitirem: começava a direitização da junta, reestruturada com militantes de centro-direita do PDC, como *José Napoleón Duarte, que passou a presidi-la.*

A ascensão de Duarte, em meio à violência institucionalizada e ao terrorismo repressivo, constituiu mais uma manobra das classes dirigentes e do imperialismo norte-americano:

• na política interna, o objetivo era prolongar a ilusão em uma política reformista capaz de induzir a massa a crer na possibilidade de mudanças estruturais do Estado, realizadas por um governo de diálogo e representação popular;

• na política externa, julgavam os assessores de Carter e seus aliados salvadorenhos que outros governos democrata-cristãos, como o da Venezuela e o da Itália, deixariam de apoiar os dirigentes de El Salvador.

A manobra, contudo, acabou fracassando e a *década de 1980 foi marcada* pela explosão da *guerrilha urbana e rural coordenada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).*

7. EL SALVADOR: UM NOVO VIETNÃ?

As mudanças verificadas na composição da junta serviram para deixar a situação definida: "A oligarquia havia demonstrado que manteria firmes seus laços com os setores mais reacionários do Exército e estes eram os detentores reais do poder." (HARDY, F., *op. cit.*, p. 36.)

O Exército, aliás, vinha aperfeiçoando seus mecanismos de repressão, destacando-se, por sua eficiência, os mil homens do Batalhão Ata-

catl, tropa aerotransportada treinada pelos Boinas-Verdes. O *terrorismo do Estado* igualmente utilizava a Guarda Nacional e a Polícia, com suas diversas corporações: Rural, Secreta, Municipal, Universitária. Acrescentem-se os *esquadrões da morte* de organizações paramilitares clandestinas: Mão Branca, Falange, União Guerreira Branca e principalmente a *Organização Democrática Nacionalista (ORDEN)*.

A ORDEN era uma entidade fascista, tendo cerca de 10 mil filiados, e adotava como prática assassinar opositores, antes submetendo-os a torturas, não hesitando em esquartejar as vítimas ou abandonar os cadáveres mutilados com órgãos sexuais na boca. Tinha como dirigente máximo o general José Alberto Medrano, antigo comandante da Guarda Nacional. Em 1979, a ORDEN passou a se chamar Frente Democrática Nacional.

Importante representante da extrema direita é o major Roberto D'Aubuisson. Acusado pelo embaixador dos EUA de ser um assassino patológico, sua candidatura à presidência da República, em 1988, foi vetada por Washington devido a seu envolvimento com esquadrões da morte e por ser o principal acusado do assassinato do bispo Oscar Arnulfo Romero, em dezembro de 1980. D'Aubuisson, desde 1981, passou a presidir a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), cujo candidato, o empresário Alfredo Christiani, ganhou as eleições presidenciais de 1989, em meio à violência rotineira!

> "Em El Salvador muita gente se dizia anticomunista, não por ser cristã, mas sim para defender seus privilégios (...) A Igreja está ao lado dos pobres e dos oprimidos e contra a repressão e a exploração." (D. Oscar Arnulfo Romero, em entrevista à imprensa, fevereiro de 1980.)

Desde o golpe de 1979 até fins de 1988, calcula-se que 75 mil pessoas foram mortas em conseqüência da guerra civil, em cujo contexto as autoridades governamentais recorrem a matanças indiscriminadas. Povoados e aldeias foram arrasados, civis e guerrilheiros vêm sendo fuzilados, colheitas destruídas, em meio a bombas de *napalm* e desfolhantes, mas a guerrilha não esmorece.

Apesar da violência empregada, os dirigentes salvadorenhos e seus assessores norte-americanos mostraram-se impotentes para conter a crise econômica e política e a gradual integração da oposição à *construção de nova sociedade através da luta armada.* O terrorismo de Estado acabou "colocando os camponeses (maioria da população) entre duas escolhas: morrer de fome ou assassinados, ou morrer de armas na mão ao lado dos guerrilheiros. Crescente número de camponeses estava escolhendo o segundo caminho". (ROSSI, C., *A contra-revolução na América Latina,* Atual Editora, p. 60.)

Em 1980, a oposição deu importante salto qualitativo quando diversas organizações revolucionárias resolveram unir-se, formando a *Frente Democrática Revolucionária (FDR)* — "como instrumento político do povo salvadorenho para impulsionar sua luta de libertação" —, a *Direção Revolucionária Unificada (DRU)* — com a finalidade de formular uma tática e uma estratégia militar comum — e a *Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)* — incumbida de fixar uma única direção política e militar para as organizações revolucionárias.

O impacto dos acontecimentos recentes na Nicarágua é certamente um fator que influiu na política interna de todos os países da América Central.

(Viron Vacky, diplomata norte-americano)

As organizações revolucionárias compreendem:

• *partidos políticos*, cuja direção fixa a linha política aprovada pelas bases organizadas com o objetivo de constituir um instrumento legal de ação. Na prática, os partidos foram colocados na ilegalidade e passaram a atuar na clandestinidade;

• as *frentes de massas*, estruturadas para articular a luta nos sindicatos, associações de moradores e outros canais de ação popular;

• *grupos armados* ou *braços armados* dos partidos e frentes, reunindo guerrilheiros para a luta revolucionária.

As organizações revolucionárias, com seus partidos políticos e grupos armados, *unificados na FMLN* são:

• as *Forças Populares de Libertação (FPL)*, surgidas em 1970 de uma dissidência do PCS, que constituem a mais numerosa das organizações guerrilheiras; seguem a ideologia marxista-leninista e defendem a aliança operário-camponesa como essencial para a formação de um governo democrático-revolucionário de caráter antioligárquico e antiimperialista; têm como frente de massas o *Bloco Popular Revolucionário (BPR)* e como braço armado o *Exército Popular de Libertação (EPL)*;

• o *Exército Revolucionário do Povo (ERP)*, criado em 1972 por militantes cristãos radicais e comunistas da linha maoísta, embora desde 1979 rejeitassem o comunismo existente na China de Deng Xiao-Ping; seus adeptos montaram posteriormente o *Partido da Revolução Salvadorenha* e como frente de massas as *Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28)*, assim chamadas em homenagem às 200 pessoas massacradas ao participar de manifestação pacífica naquela data;

• as *Forças Armadas de Resistência Nacional (FARN)*, formadas em 1975 de uma cisão do ERP, cujos militantes seguem uma linha militarista, ao passo que os dissidentes integrantes das FARN são partidários da linha de massas; não formam um agrupamento numeroso, defendem um socialismo cristão, tendo como frente de massas a *Frente de Ação Popular Unificada (FAPU)*; a campanha por um governo democrático e popular era realizada pelo *Partido de Resistência Nacional (PRN)*;

• o *Partido Comunista Salvadorenho (PCS)*, fundado em 1930, após o fracasso da Insurreição de 1932, adotou posições moderadas, não hesitando em concluir alianças com partidos burgueses, em apoiar a ditadura militar na Guerra do Futebol e até em criticar a luta armada defendida pelas organizações revolucionárias formadas a partir de 1970; em conseqüência, sofreu várias dissidências e se enfraqueceu; abandonando a postura reformista, sem renunciar à linha pró-Moscou, seus dirigentes integraram o PCS à FMLN, deram-lhe a *União Democrática Nacionalista (UDN)* como fachada legal e as *Forças Armadas de Libertação (FAL)* como frente de massas;

• o *Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos (PRTC)*, que apareceu em 1976, tendo uma linha trotsquista e campo de ação não limitado a El Salvador, pois defende a revolução em toda a América Central, ligando-se a partidos semelhantes nos países vizinhos, como Guatemala, Honduras e Costa Rica; sua frente de massas é o

Movimento de Libertação Popular (MLP), e os *Comandos Armados de Libertação (CAL)* constituem seu braço armado; foi a última organização a se incorporar à FMLN.

A FMLN obtém armamentos através de compras feitas no mercado negro internacional ou de armas tomadas ao inimigo, incluindo morteiros, metralhadoras, fuzis (israelenses, belgas, norte-americanos, alemães), além de armamentos improvisados, como minas de fabricação caseira.

> *Estamos em guerra porque queremos a paz, a*
> *paz para os oprimidos e os explorados.*
>
> (Editorial de *Venceremos*, nº 16, junho de 1983, órgão oficial da FMLN)

Desde sua fundação, a FMLN desenvolveu *constante e diversificada atividade revolucionária*, operando em 13 dos 14 departamentos do país, além de ampliar ações nos principais centros urbanos. *Em 1988, controlava cerca de um terço do território salvadorenho*, a chamada *área libertada* que era governada pelo *Poder Popular Local (PPL)*. Estas áreas libertadas geralmente eram rurais, chegam a 10km², com população numerosa e economia auto-suficiente.

Muitos dos militantes da FMLN eram jovens de 15 a 20 anos, e, desde 1982, entrou em ação o primeiro destacamento guerrilheiro integrado exclusivamente por mulheres: o Pelotão Sílvia. Aliás, foi bastante significativo o papel da mulher combatente, através de atividades como o trabalho político, a produção agrícola, a ação militar, com várias guerrilheiras, inclusive, assumindo a função de comando.

> *Sem a mulher guerrilheira tudo isto não teria*
> *sentido e nós estaríamos como aquele homem*
> *a quem lhe falta um braço ou uma perna.*
>
> (Depoimento de um guerrilheiro)

No início da década de 1980, a mudança Carter-Reagan, no governo dos Estados Unidos, implicou a reciclagem na política externa de Washington. Considerando que as *Forças Armadas salvadorenhas estavam perdendo terreno para a guerrilha*, o presidente Reagan tratou de aumentar a ajuda militar e o treinamento da máquina repressiva do governo de El Salvador, orientando-as para reprimir com mais eficiência a FMLN, ao invés da realização de esforços no genocídio indiscriminado que vinha realizando.

Não hesitando em *publicar o Livro Branco*, com acusações não comprovadas de que a URSS e Cuba forneciam armas à FMLN, os Estados Unidos liberaram 395,2 milhões de dólares — entre 1981 e 1985 — para o fortalecimento militar salvadorenho, aumentaram o número de conselheiros militares norte-americanos em El Salvador e levaram oficiais e soldados salvadorenhos para treinamento antiguerrilheiro nos Estados Unidos. El Salvador tornou-se o quarto país na lista dos que recebiam ajuda norte-americana.

O governo Reagan igualmente procurou desenvolver intensa propaganda no sentido de mostrar à opinião pública norte-americana e internacional que os dirigentes salvadorenhos trabalhavam para construir um regime democrático. Esses objetivos explicam as eleições presidenciais de Alvaro Magaña (1982-1983) e, posteriormente, de José Napoléon Duarte (1984-1989). Mas não foi possível esconder que as *eleições eram uma farsa* da qual só participavam os partidos de direita e de extrema direita.

Além disso, a diplomacia norte-americana procurou estabelecer um verdadeiro *cordão sanitário* com a participação dos exércitos da Guatemala, de Honduras e de El Salvador, visando isolar a Nicarágua sandinista. Para atingir tal objetivo, impunha-se o restabelecimento de relações diplomáticas entre Honduras e El Salvador, rompidas desde a Guerra do Futebol. Finalmente foi assinado, em dezembro de 1980, em Tegucigalpa, capital de Honduras, um tratado fixando a colaboração entre as Forças Armadas dos três países centro-americanos. Até houve denúncias de que tropas hondurenhas penetraram em território salvadorenho para atacar guerrilheiros da FMLN.

A ofensiva diplomática de Washington igualmente materializou a criação da *Comunidade Democrática Centro-Americana (CDCA)*, estabelecendo a solidariedade de Honduras, El Salvador e Costa Rica para a adoção de medidas de segurança coletiva, caso "algum dos membros da Comunidade seja vítima de qualquer tipo de agressão ou de alguma forma de pressão internacional". A CDCA (1982) constituiu mais uma tentativa dos Estados Unidos de restaurar o CONDECA, inclusive visando criar mais um *ponto de apoio para o governo de El Salvador e para o isolamento da Nicarágua.*

Apesar de tudo, em El Salvador, *nem a guerrilha teve capacidade de vencer o Exército* — devido à ampla cobertura que o mesmo recebia dos Estados Unidos — *nem o Exército,* com toda a ajuda norte-americana, *foi capaz de derrotar a guerrilha.*

Muitos analistas internacionais consideram que os guerrilheiros ganhariam a guerra em pouco tempo caso fosse retirada a sustentação dos Estados Unidos aos grupos dirigentes de El Salvador.

8. UM NOVO TEMPO?

Em 1989, a FMLN dominava cerca de um quarto de El Salvador. Era extremamente violenta a ação dos grupos paramilitares, com seus esquadrões da morte assassinando até simples suspeitos de oposição ao regime.

Foi nesse contexto que se realizaram eleições presidenciais, vencidas por Alfredo Cristiani, candidato da ARENA.

O colapso da URSS, pondo fim à Guerra Fria, a derrota do sandinismo diante da coligação partidária que levou Violeta Chamorro à presidência da Nicarágua e a pressão dos Estados Unidos no sentido de acabar com conflitos na América Central terminaram influindo sobre a guerra civil, que já tirara a vida de mais de 80 mil salvadorenhos.

A FMLN ainda lançou grande ofensiva ocupando vários bairros da capital de El Salvador. Mas, inesperadamente, o governo e os guerrilheiros assinaram uma série de acordos.

> "Foi o fim da Guerra Fria que nos permitiu assinar a paz. Se ela não tivesse terminado, continuaríamos combatendo, não porque esse era o nosso desejo, mas porque o contexto internacional nos estava bloqueando.
>
> Mas é interessante observar que, depois da queda do Muro e da crise da Europa do Leste, tanto a oligarquia salvadorenha quanto o governo norte-americano passaram a apostar no enfraquecimento da FMLN. Isso nos obrigou a fazer um novo esforço militar, em novembro de 1990." (Afirmativa de Joaquim Villalobos, comandante da FMLN, *in Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, Editora Terceiro Mundo, 1992, nº 155, p. 38).

Pela *Ata de Nova Iorque*, de 31 de dezembro de 1991, mediada pela ONU, foi estabelecido o cessar-fogo entre os adversários. Finalmente, em 16 de janeiro de 1992, pelo *Acordo de Chapultepec* (México), ficou decidido o fim da guerra civil que já durava 12 anos. Convencionou-se ainda a redução e depuração das Forças Armadas, a entrega de terras a ex-guerrilheiros, a criação da Comissão da Verdade para apurar os atos terroristas do governo, a formação de nova polícia com a participação de elementos oriundos da FMLN, indenizações aos atingidos pela guerra civil, e uma série de reformas democráticas subordinando o Estado à sociedade civil e criando condições para a FMLN tornar-se uma organização política legal.

A concessão da anistia aos antigos adversários e a criação da Comissão Nacional pela Consolidação da Paz (COPAZ), bem como a dissolução da Guarda Nacional e da Guarda do Tesouro, representaram avanços para a democracia. A COPAZ era composta por elementos da Igreja, do governo, dos partidos políticos e da guerrilha, concluindo-se em seu relatório final que 85% das violações dos direitos humanos foram realizadas pelo Exército.

Apesar dos progressos, em 1995 ainda ocorriam protestos contra o não-cumprimento do acordo de paz. "Segundo Joaquim Villalobos, o único ponto em que não houve nenhum progresso é o que se refere à transferência de terras. 'Este é um problema muito delicado. No caso de El Salvador, o governo representa interesses de latifundiários. Foi menos

difícil para Cristiani fazer concessões em outros pontos, como, por exemplo, na questão dos militares, do que tomar medidas que implicam a transferência de terras.' O governo, por sua vez, alega não ter recursos para comprar terras dos proprietários (que as abandonaram durante o conflito) e vendê-las em condições facilitadas a seus atuais ocupantes, em geral camponeses que apoiaram a guerrilha ou ex-combatentes." (GUIMARÃES, CLÁUDIA, *op. cit.*, p. 39).

Já em 1994, aconteceram eleições gerais em El Salvador, realizadas sob fiscalização de observadores da ONU. O vitorioso foi Armando Calderón Sol, da ARENA. A FMLN participou das eleições e seu candidato colocou-se em segundo lugar, sendo necessária a realização de um segundo turno porque mais da metade do eleitorado se abstivera de votar.

Além do mais, o ressurgimento dos esquadrões da morte evidenciava a fragilidade da redemocratização. A polarização entre esquerda e direita mostrava a persistência do passado no processo eleitoral. Contudo, a FMLN se dividiu: nela permaneceram as FPL, o PCS e o PRTC, mas o ERP e as FARN abandonaram a antiga coligação de cinco organizações revolucionárias e *fundaram o Partido Democrático.*

O fantasma da guerra atemorizou a sociedade salvadorenha, onde o governo Calderón Sol anunciou uma política de contenção de despesas, tendo demitido 15 mil funcionários públicos. A retirada dos observadores da ONU, que fiscalizavam a aplicação dos acordos de paz, em nada ajudou a volta à estabilidade.

DESTAQUES DA UNIDADE

1. Resumir as características básicas da economia salvadorenha no início do século atual.

2. Explicar a importância da Insurreição de 1932.

3. Analisar as razões do desenvolvimento industrialista de El Salvador.

4. Estabelecer uma relação entre as modificações econômicas e as transformações sociais ocorridas na década de 1960.

5. Identificar as causas do conflito entre El Salvador e Honduras.

6. Sintetizar as principais características políticas de El Salvador na década de 1970

7. Fazer um esquema das organizações revolucionárias integrantes da FMLN.

8. Explicar a intervenção dos Estados Unidos em El Salvador na década de 1980.

9. Apontar razões do fim da guerra civil em El Salvador.

10. Identificar quatro decisões do Acordo de Chapultepec.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, R.J. *Aspectos políticos da América Latina*. Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1966.

ALLENDE, S. *Chile: Historia de una Ilusión*. Edita La Señal, Buenos Aires, 1973.

ALTAMIRO, C. *Dialética de uma derrota*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

APTHEKER, H. *Uma nova História dos Estados Unidos: a Revolução Americana*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969.

——. *Uma nova História dos Estados Unidos: a Era Colonial*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

AQUINO, R.S.L. de, e outros. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Record, Rio de Janeiro, 1999.

——. *A Europa e as Américas nos séculos XIX e XX*. Coleção Fazendo a História. Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1986.

ASSMANN, H. e outros. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

AZEVEDO, I.B. de. *As cruzadas inacabadas — Introdução à história da Igreja na América Latina*. Editora Gêmeos, Rio de Janeiro, 1980.

BELLOTTO, M. L. e CORRÊA, A. M. M. *A América Latina de colonização espanhola*. HUCITEC-EDUSP, São Paulo, 1979.

BERARDO, J. B. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. Edições Populares, São Paulo, 1981.

BILLINGTON, R.A. e outros. *The Making of American Democracy — Reading and Documents*. Volumes 1 e 2. Holt, Rinehart and Winston, Nova Iorque, 1960.

BLANCO, H. *La Luchas Campensinas en Perú*. Siglo Vientiuno Editores, México, 1979.

BOORSTEIN, E. *La Transformación Económica de Cuba*. Editorial Nuestro Tiempo, México, 1968.

BORMANN, J.B. *História da Guerra do Paraguai*. Volume III. Editores Jesuíno Lopes e Cia., Curitiba, 1897.

BROWN, D. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Edições Melhoramentos, São Paulo, 1973.

BURNS, E. McNall. *Hitória da civilização ocidental*. Editora Globo, Porto Alegre, 1957.

CABRAL, A. e outros. *Guerra santa nas Malvinas*. EMW Editores, São Paulo, 1983.

CARDOSO, C.F.S. E BRIGNOLI, H.P. *História económica de América Latina*. Tomo I. Editorial Crítica, Barcelona, 1979.

CARLOS, N. *Peru: o novo nacionalismo latino-americano*. Lia, Editor S.A., Rio de Janeiro, 1969.

CARRETERO, A.M. *Anarquia y Caudillismo*. Ediciones Pannedille, Buenos Aires, 1971.

CASANOVA, P.G. e outros. *América Latina: História de Médio Siglo*. (2 vols.). Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.

CASTRO, Fidel. *A História me absolverá*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

CECEÑA, J.L. *México en la Orbita Imperial*. Ediciones El Caballito, México, 1970.

CHE GUEVARA, E. *Revolução Cubana*. Coleção América Latina, Edições Populares, São Paulo, 1979.

——. *A guerra de guerrilhas*. Edições Populares, São Paulo, 1980.

CHESNEAUX, J. e outros. *O modo de produção asiático*. Coleção Universidade Livre, Seara Nova, Lisboa, 1974.

——. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

CHIAVENATO, J.J. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Livraria Brasiliense Editora, São Paulo, 1980.

——. *O negro no Brasil — Da senzala à Guerra do Paraguai*. Livraria Brasiliense Editora, São Paulo, 1980.

——. *A Guerra do Chaco*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

CHRISTO, C.A.L. (Frei Betto). *Diário de Puebla*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

COMBLIN, J. *A ideologia da Segurança Nacional — O poder militar na América Latina*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

CONDE, R.C. e GALLO, E. *La formación de la Argentina moderna.* Editorial Paidós, Buenos Aires, 1967.

CROUZET, M. *A Época Contemporânea, História geral das civilizações.* Tomo VII, DIFEL, São Paulo, 1958.

DELGADO, L.H. *Estampas de la Guerra Peru y Chile — 1879.* Ariel Editores Publicistas, Lima, 1965.

DELGADO, O. e outros. *Reformas agrárias en la América Latina.* Fondo de Cultura Económica, México, 1965.

DELGADO DE CARVALHO, C. e RIEMER, A.M.D.C. *História das Américas.* Record Cultural, Rio de Janeiro, 1975.

DELGADO DE CARVALHO, C. *Relações internacionais.* Distribuidora Record, Rio de Janeiro, s/d.

DIAS, M. *Chile/Setembro.* Diabril Editora, Lisboa, 1976.

DONGHI, H. *História da América Latina.* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.

DONOSO, R. *Breve História de Chile.* EUDEBA, Buenos Aires, 1963.

DOZER, D.M. *América Latina — Uma perspectiva histórica.* Editora Globo, EDUSP, Porto Alegre, 1966.

DUHAMEL, O. *Chili ou la Tentative Révolution/Legalité.* Editions Gallimard, Paris, 1974.

DUROSELLE, J.B. *Política Exterior de los Estados Unidos.* Fondo de Cultura Económica. México 1965.

——. *Histoire — Le Monde Contemporaine.* Collection Jean Monnier, Fernand Nathan, Paris, s/d.

ELLAURI, O.S. e BARIDON, P. *História Universal — Época Moderna.* Editorial Kapelusz, Buenos Aires, 1956.

ENGELS, F. *A origem da famíla, da propriedade privada e do Estado.* Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

ESCOSTEGUY, J. *Cuba hoje: 20 anos de Revolução.* Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

ESTAÑOL, J. V. *História de la Revolución Mexicana — Orígenes y Resultados.* Editorial Porrua, México, 1967.

FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.* T.A. Queiroz, Editor, Ltda., São Paulo, 1979.

FERREIRA DE MELLO, R. *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática, de 1815 a 1949.* A Coelho Branco Filho, Rio de Janeiro, 1950.

FERREIRA REIS, A. C. *As relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX.* Departamento de História e Geografia da PUC, Rio de Janeiro, s/d.

FOHLEN, C. *La América Anglosajona — de 1815 hasta nuestros días.* Editorial Labor, Barcelona, 1967.
FREITAS, G. DE *900 Textos e documentos de História.* Volumes II e III, Plátano Editora, Lisboa, 1976.
FURTADO, C. *La Economía latinoamericana: desde la conquista ibérica hasta la Revolución Cubana.* Siglo Veintiuno Editores, México, 1969.
GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina.* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
GIRAUD, M. *Histoire du Canada.* Coleção Que Sais-Je?, PUF, Paris, 1966.
GODELIER, M. *Sobre el modo de producción asiático.* Ediciones Martínez Roca, Barcelona, 1969.
GOLSZTEJN, H. *Nicarágua guerrilheira.* Editora Versus, São Paulo, 1979.
GOLSZTEJN, H. e BARROS F., O.L. *El Salvador: Um fuzil para Ana Guadalupe.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1980.
GONZÁLEZ, E. e outros, *La Tragédia Chilena.* Ediciones Pluma, Buenos Aires, 1973.
GONZÁLEZ, J.N. *La Guerra al Paraguay — Imperialismo y Nacionalismo en el Plata.* Editorial Sudestada, Buenos Aires, 1968.
HANOTAUX, G. e MARTINEAU, A *Histoire des Colonies Françaises et de l'Expansion de la France dans le Monde.* Tomo I. Librairie Plon, Paris, 1929.
HARDY, F. *El Salvador: as trilhas do desespero.* Global Editora, São Paulo, 1981.
HAYA DE LA TORRE, V.R. *El Anti-imperialismo y el APRA.* Ercilla, Santiago, 1936.
HERRING, H. *Evolución historica de América Latina — Desde los comienzos hasta la actualidad.* Tomos I e II. EUDEBA, Buenos Aires, 1972.
HERZOG, J.S. *Breve historia de la Revolución Mexicana.* Volumes I e II. Fondo de Cultura Económica, México, 1972.
HINDESS, B. E HIRST, P.Q. *Modos de produção pré-capitalistas.* Zahar Editores Rio de Janeiro, 1976.
HUBERMAN, L. *Nós, o Povo.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1966.
IANNI, O. *Imperialismo na América Latina.* Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.
IONS, E. *Os Estados Unidos depois de Kennedy.* História do Século XX. Volume 6. Abril Cultural, São Paulo, 1968.
JONAS, S. e outros. *Corporaciones multinacionales en America Latina.* Ediciones Periferia, Buenos Aires, 1973.
KIRKLAND, E.C. *História económica de Estados Unidos.* Fondo de Cultura Económica, México, 1941.

KOVAL, K. *La Gran Revolución de Octubre y América Latina*. Editorial Progresso, Moscou, 1978.

KUDÁTCHKINE, M. *Chile: Experiência de luta pela unidade das forças de esquerda e por transformações revolucionárias*. Ediciones Progresso, Moscou, 1978.

LAMBERT, J. *América Latina — Estruturas sociais e instituições políticas*. Cia. Editora Nacional/EDUSP, São Paulo, 1969.

LAMORE, J. *Cuba*. Coleção Que Sais-Je?, PUF, Paris, 1970.

LANUS, A. *Integración económica de America Latina*. Juarez Editor, Buenos Aires, 1972.

LE RIVEREND, J. *La Republica. Dependencia y Revolución*. Instituto Cubano del Libro, Havana, 1971.

——. *Historia económica de Cuba*. Instituto Cubano del Libro, Havana, 1975.

LINK, A.S. *História moderna dos Estados Unidos*. Volumes II e III. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

LOBO, E.M.L. *Processo administrativo ibero-americano (Aspectos socioeconômicos — Período Colonial)*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1962.

——. *América Latina contemporânea*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

LUNA, F. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.

LUNA, J.R. *El Conflicto del Pacífico — Breves reflexiones sobre la Guerra de 1879 a 1884 entre el Peru y Chile*. Imprenta Glória, Lima, 1919.

MAREGA, M. *A Nicarágua sandinista*. Coleção Tudo É História. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

MARIÁTEGUI, J.C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Editora Alfa-Omega, Rio de Janeiro 1975.

MARTINS, C.E. *Brasil-Estados Unidos: dos 60 aos 70*. Cadernos CEBRAP nº 9. Editora Brasiliense, São Paulo, 1975.

MATOS, O.C.F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

MASON, J.A. *As antigas civilizações do Peru*. Editora Ulisséia, Lisboa, 1964.

MEGGERS, B.J. *América pré-histórica*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

METRAUX, A. Les Incas. Éditions du Seuil, Paris, 1962.

MEYER, L. *México y Estados Unidos en el conflicto petrolero (1917-1943)*. El Colegio de México, México, 1968.

MICHEL, E. C. *La Revolución Haitiana y Santo Domingo*. Editora Nacional, Santo Domingo, 1968.

MORAIS, F. *A Ilha (Um repórter brasileiro no país de Fidel Castro)*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1977.
MORALES PADRÓN, F. *Manual de Historia Universal*. Tomos V e VI, *Historia General de América*. Espasa-Calpe, Madri, 1962.
MOREIRA, N. *Modelo peruano*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.
MORGAN, L.H. *Ancient Society*. Meridians Books, Nova Iorque, 1967.
MORISON, S.E. e COMMAGER, H.S. *História dos Estados Unidos da América*. Tomos I, II e III. Edições Melhoramentos, São Paulo, s/d.
MORLEY, S.G. *La Civilisación Maya*. Fondo de Cultura Económica, México, 1956.
MORRIS, R. B. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.
MOUSNIER, R. *Os séculos XVI e XVII, História geral das civilizações*. Tomo IV. DIFEL, São Paulo, 1960.
MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C. *Estudos sobre as origens do Peronismo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1973.
NECOCHEA, H.R. *Los Estados Unidos y América Latina: 1930-1965*. Editorial Palestra, Buenos Aires, 1966.
NEVINS, A. e COMMAGER, H.S. *História dos EUA*. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1969.
ORTH, O. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Editora Vozes, Petrópolis, 1973.
PANIKKAR, K.M. *A dominação ocidental na Ásia*. Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969.
PATTEE, R. *Jean-Jacques Dessalines, fundador do Haiti*. Molina y Cia Havana, 1936.
PEDROSO D'HORTA, A. *Peru: da oligarquia econômica à militar*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1971.
PEIXOTO, F. *Documento secreto da Política Reagan para a América Latina*. Editora Hucitec, São Paulo, 1981.
PEREYRA, C. *Breve Historia de América*. M. Aguilar, Editor, México, 1958.
——. *Bolívar y Washington, un paralelo impossible*. Editorial-América, Madri, s/d.
PERKINS, D. *História de la Doctrina Monroe*. EUDEBA, Buenos Aires, 1964.
PLA, A.J. *América Latina Siglo XX: Economia, sociedade y revolución*. Carlos Pérez Editor, Buenos Aires, 1969.
POMAR, F.C. del. *El Mundo de los Incas*. Fondo de Cultura Económica, México, 1969.
POMER, L. *Sobre a formação dos Estados nacionais na América Hispano-Índia*. Caderno CEDEC nº 3, Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

—. *A Guerra do Paraguai — A grande tragédia rioplatense.* Global Editora, São Paulo, 1980.

—. *Os conflitos da bacia do Prata.* Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.

REBOLLEDO, A.S. *La Revolución Cubana, 1953-1962.* Ediciones Era, México, 1976.

ROBERTSON, R.M. *História da economia americana.* Volume II. Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1967.

ROMANO, E. *Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores.* Editora Perspectiva, São Paulo, 1973.

ROMEO, J.L. *Breve Historia de la Argentina.* EUDEBA, Buenos Aires, 1965.

ROSSI, C. *A Contra-revolução na América Latina.* Atual Editora, São Paulo, 1986.

ROUSSIER, P. *Lettres du Géneral Leclerc, Commandant en Chef de l'Armée de Saint-Domingue en 1802.* Societé d'Histoire de Colonnes Françaises, Paris, 1937.

SANTIAGO, T.A. *América colonial.* Pallas S.A. Editora e Distribuidora, Rio de Janeiro, 1979.

SANTOS, N. *Tendo à frente um povo em armas.* Edições Mario Pedrosa, Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, T. dos. *Socialismo o fascismo — El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latino-americano.* Ediciones Periferia, Buenos Aires, 1973.

SAVELLE, M. *Historia de la civilización norte-americana.* Editorial Gredos, Madri, 1962.

SCHILENSINGER Jr., A. *A crise de confiança — Idéias, poder e violência nos Estados Unidos.* Rio de Janeiro, 1970.

SÉDILLOT, R. *História de las colonizaciones.* Aymá S.A. Editora, Barcelona, 1961.

SELSER. G. *Sandino, general de homens livres.* Editorial Global, São Paulo, 1979.

SEMO, H. *Historia mexicana. Economia y Lucha de Classes.* Ediciones Era, México, 1978.

SOTELO, I. *Sociologia da América Latina.* Pallas S.A. Editora e Distribuidora, Rio de Janeiro, 1975.

SOUSTELLE, J. *La Vie Quotidiene des Aztèques à la Veille de la Conquête Espagnole.* Librairie Hachette, Paris, 1955.

SOUZA GOMES, L. *América Latina, seus aspectos, sua História, seus problemas.* Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.

STEIN, S.J. e STEIN, B.H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica.* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977

SYRETT, H.C. *Documentos históricos dos Estados Unidos. Editora Cultrix,* São Paulo, s/d.

TELLA, T. di. *Para uma política latino-americana.* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969.

THOMAS, H. *Cuba, La lucha por la libertad.* Volumes 2 e 3. Ediciones Grijalbo S.A., Barcelona, 1974.

TREND, J.B. *Bolívar e a independência da América Espanhola.* Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

TUTTINO, S. *Breve História de la Revolución Cubana.* Ediciones Era, México, 1979.

VAILLANT, G.C. *Os astecas do México.* Editora Ulisséia, Lisboa, 1944.

VEGA, L.M. *Las guerrillas en América Latina.* Editora Paidós, Buenos Aires, 1969.

VELASCO ALVARADO, J. *Peru: documentos fundamentales del processo revolucionario.* Editorial Ciencia Nueva, Buenos Aires, 1973.

VELIZ, C. e outros. *América Latina — Estruturas em crise.* IBRASA, São Paulo, 1970.

VENERONI, H.L. *Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de América Latina.* Ediciones Periferia, Buenos Aires, 1971.

VIANNA, H. *História do Brasil.* Volume I. Edições Melhoramentos, Rio de Janeiro, 1961.

VICENS VIVES, J. *Historia de España y América.* Tomo III. Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1961.

VILLANUEVA, V. *O Golpe de 68 no Peru — Do caudilhismo ao nacionalismo?.* Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969.

WEINBERG, A.K. *Destino Manifesto — El expansionismo nacionalista en la Historia norteamericana.* Editorial Paidós, Buenos Aires, 1968.

WILLEMS, E. *Antropologia social.* Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966.

WINOCUR, M. *História das Revoluções.* Editora Três, volume 3, São Paulo, 1974.

WOLF, E. *Peuples et Civilisations de l'Amérique Central. Des Origines a nos jours.* Payot, Paris, 1962.

WOLF, E.R. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX.* Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.

ZIERER, O. *História da América.* 1º volume. Editora Vozes, Petrópolis, 1964.

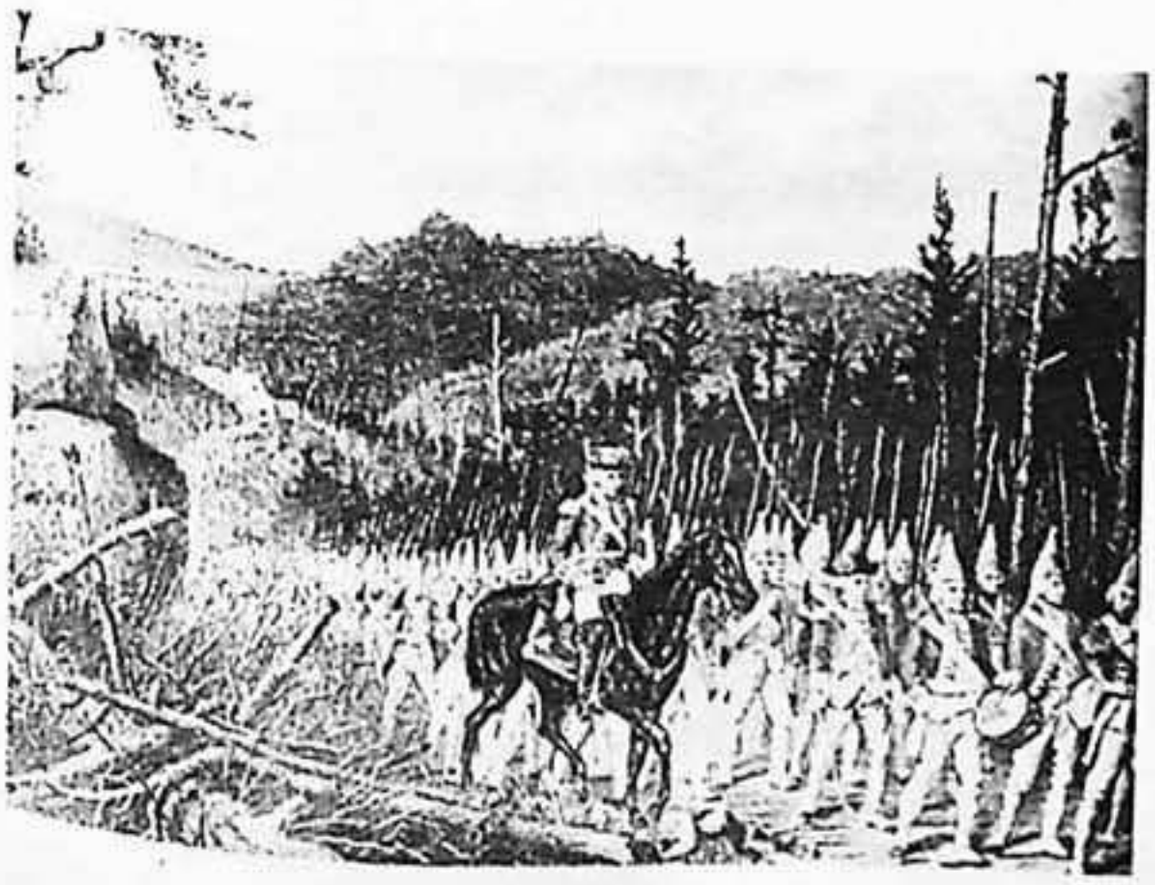
ZUBOCK. L.I. e JVOSTOV, V.M. *História contemporânea.* Editora Vitória, Rio de Janeiro, 1961.

Costume asteca: o jogo do "Patolli" realizado em um tabuleiro, com feijões e uma espécie de dado. À esquerda, a divindade protetora dos jogos.

Cena do trabalho em uma mina, na América espanhola, realizado pelos indígenas (reconstituição).

Cultivo e beneficiamento do tabaco. (Antilhas)

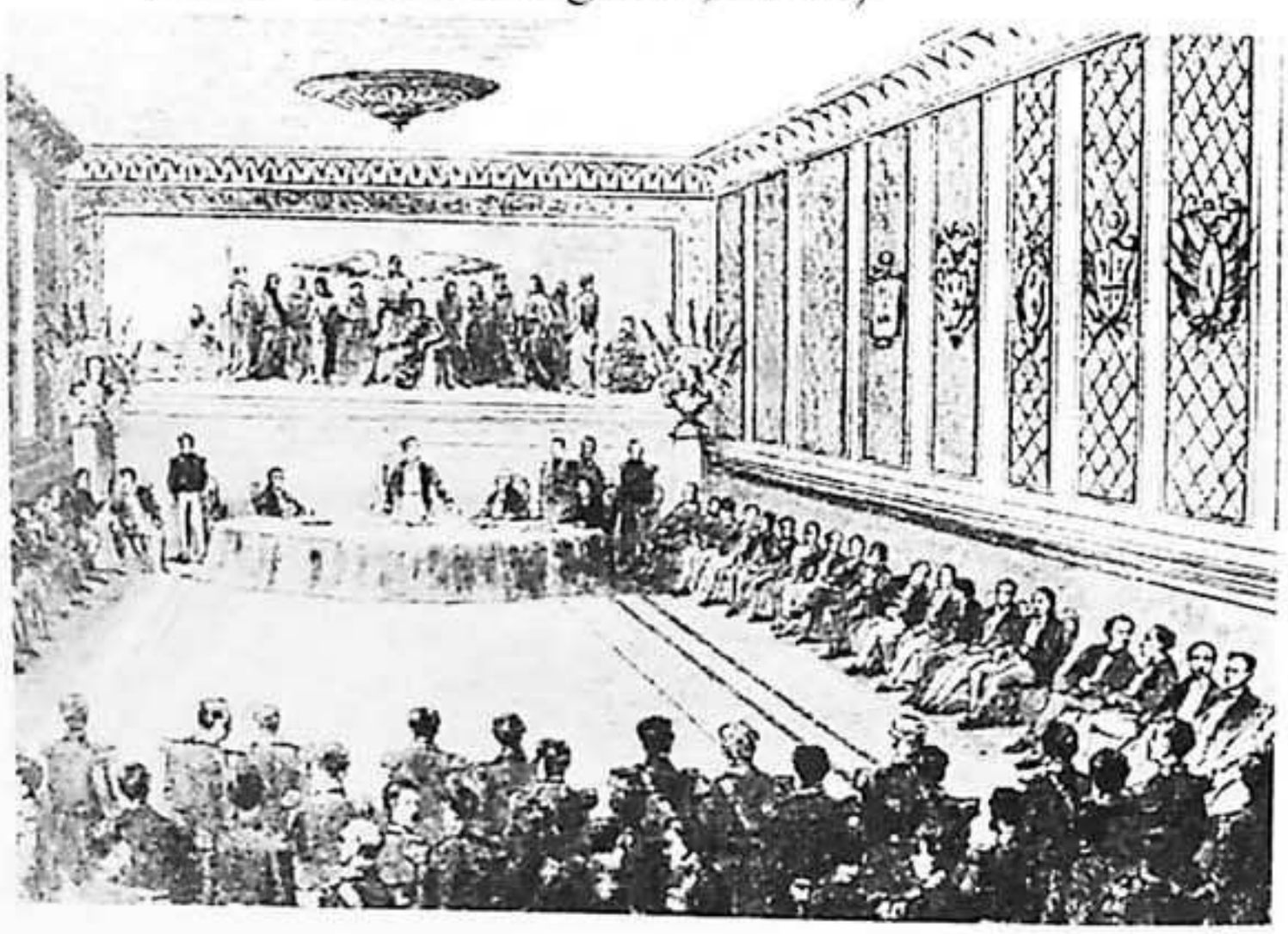
Engenho de açúcar no século XVII. (Antilhas)



O conflito anglo-francês, dominante no século XVIII, repercutiu nas colônias americanas: tropas inglesas marcham sobre o Canadá francês.

Manifestação contra a Lei do Selo.
(Treze Colônias Inglesas, 1765)

Entrada dos Libertadores em Cuzco
(Equador, século XIX)



Reunião em Lima (1864) para discutir a agressão espanhola.

Batalha de Molino del Rey, vencida pelos norte-americanos (1847).

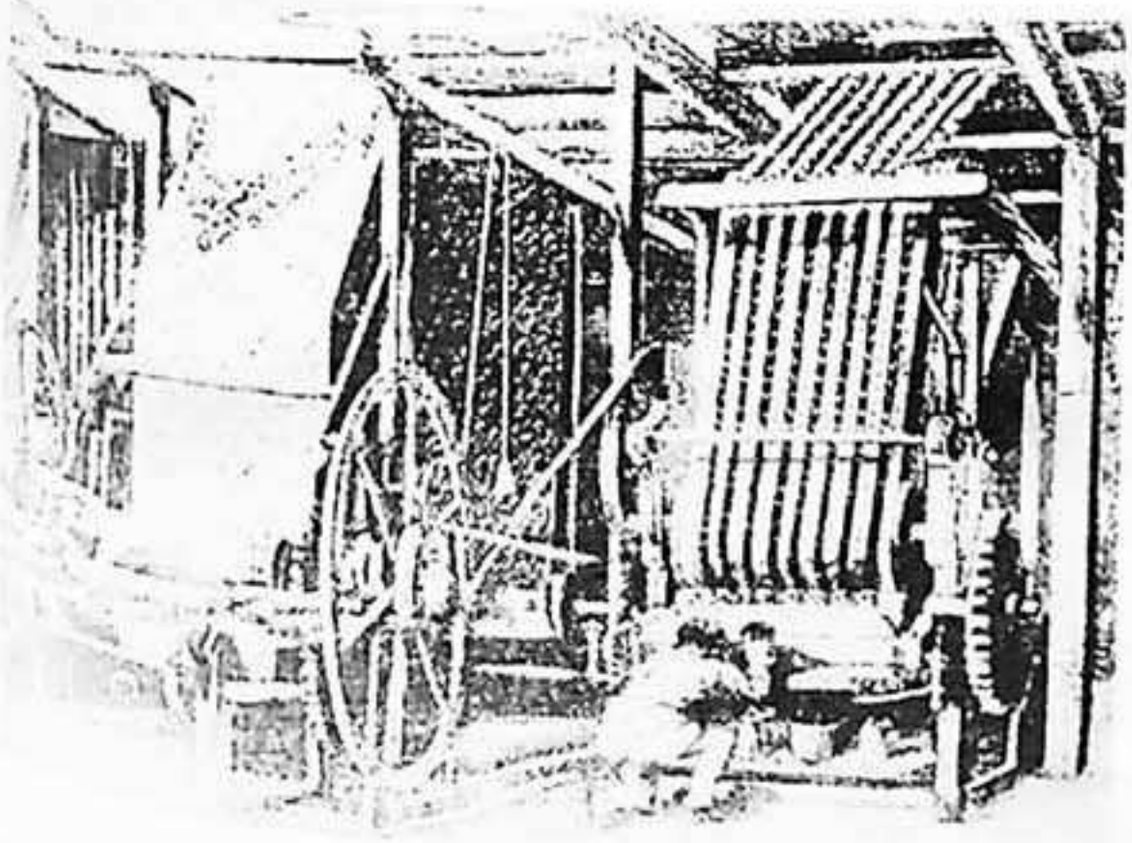
Descarga do guano.
(Bolívia, século XIX)

Indígenas caçando para viver... (Desenho de George Catlin) (EUA, século XIX)

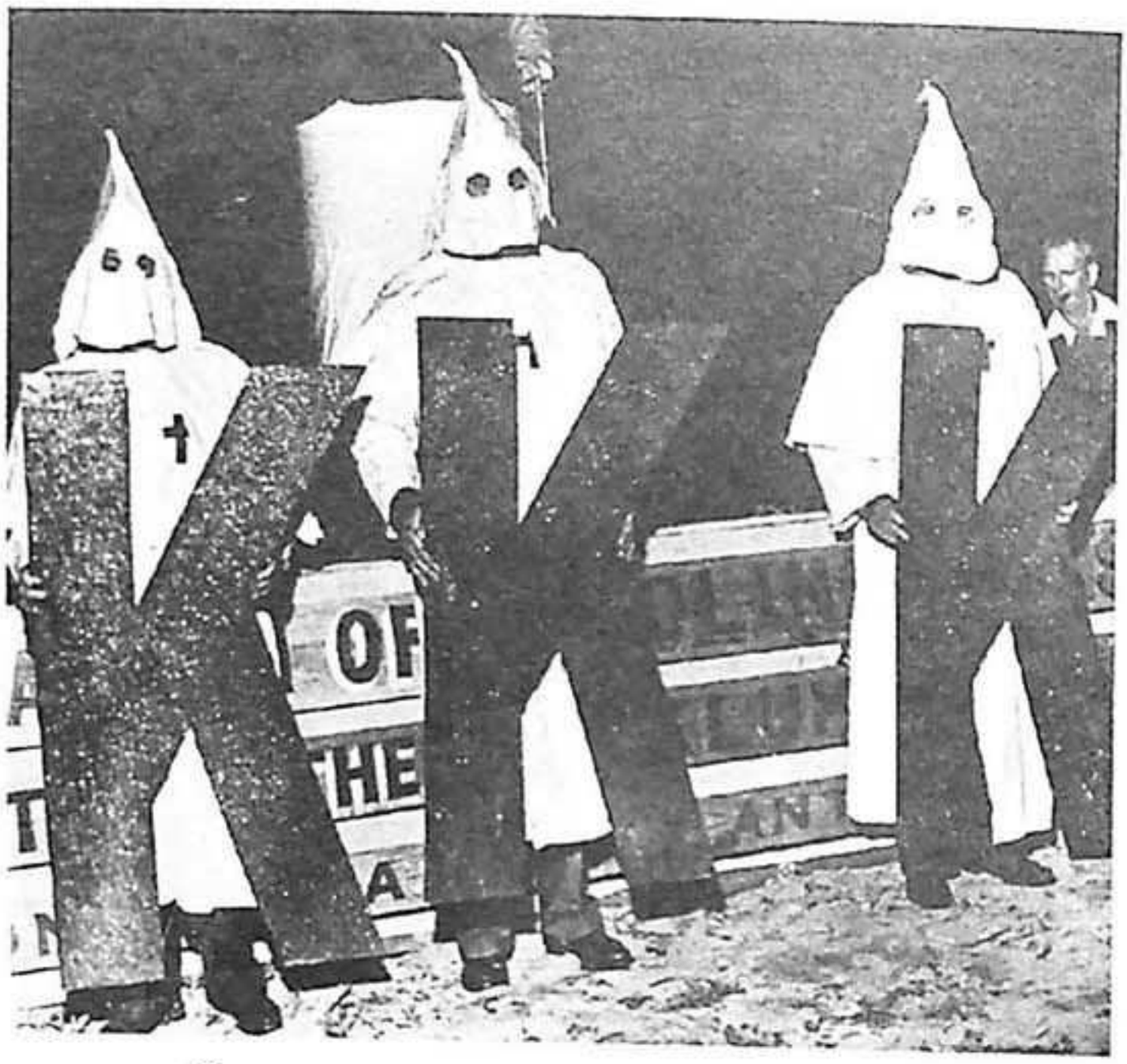
... Brancos caçando por lazer.
(EUA, século XIX)

Um dos saldos da guerra:
mutilados e feridos. (Guerra de Secessão)

Comemoração popular pela vitória
sobre os invasores. (México, 1867)

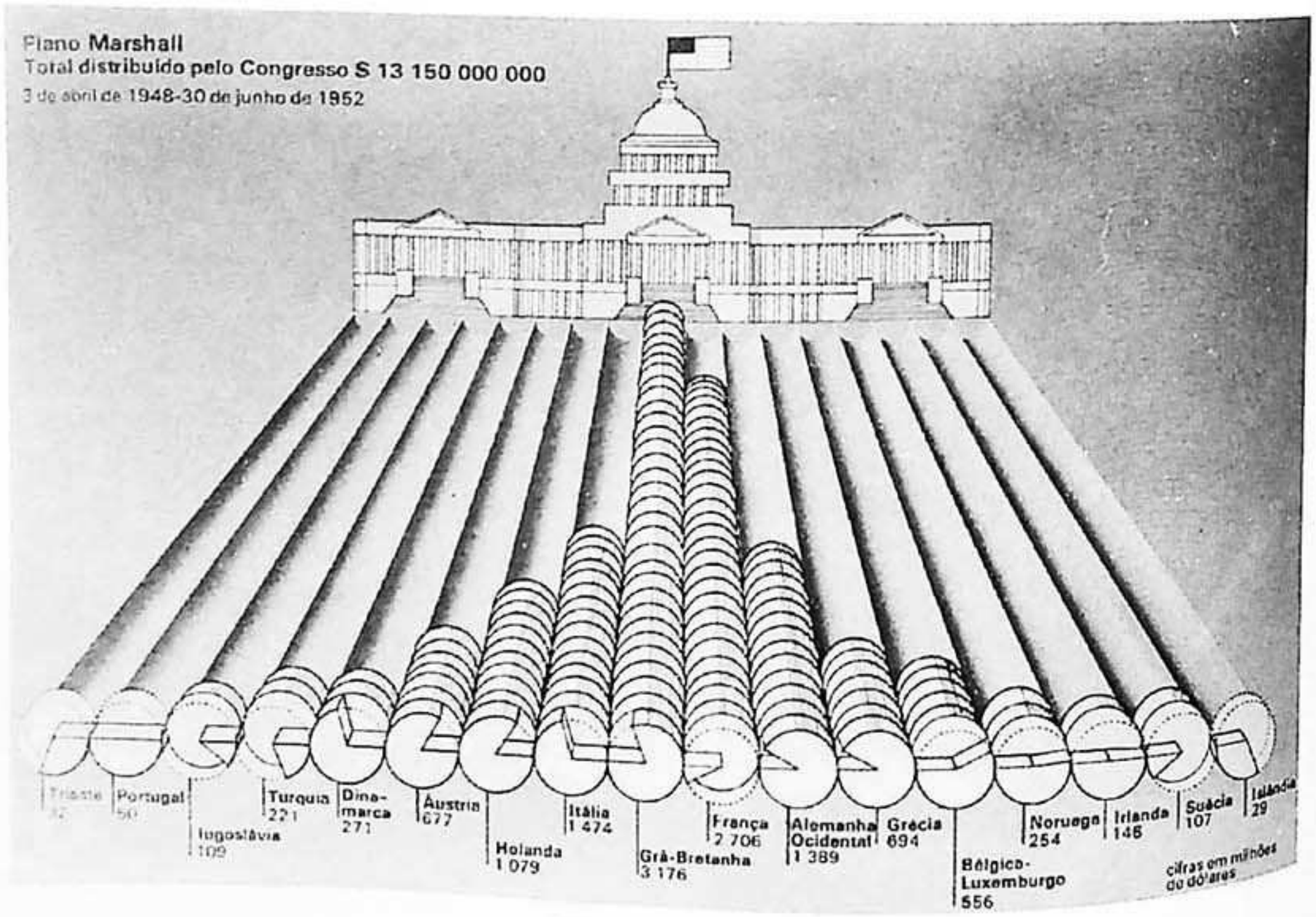


Máquinas e homens no crescimento
industrial do século XIX. (EUA)



Os representantes da intolerância e do fanatismo. (Fins do século XIX)

Imigrantes em busca de um novo mundo! (EUA, início do século XX)



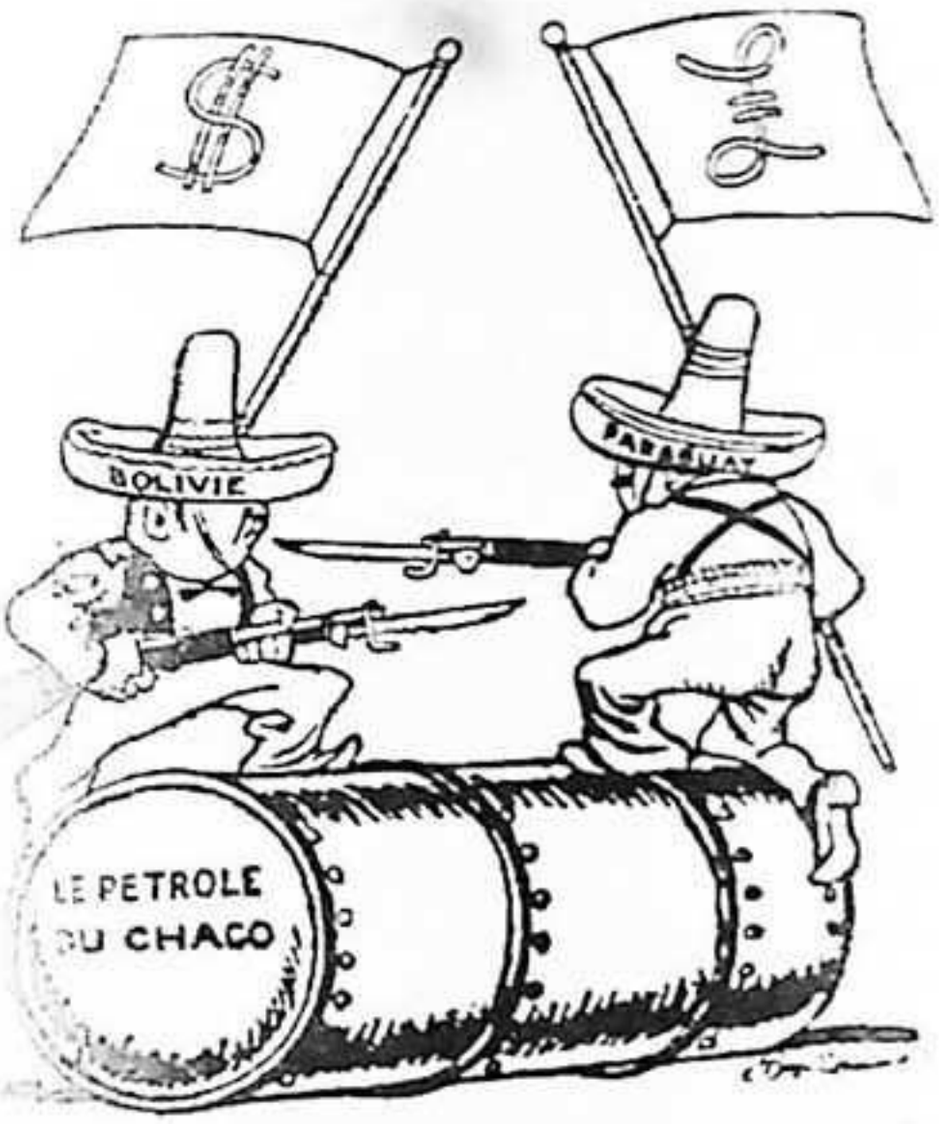
Plano Marshall

Movimento feminista: a luta por direitos iguais.
(EUA, 1960)

A comunhão com o povo.
(América Latina, 1960)

Um poder mais alto se levanta.
(Início do século XX)

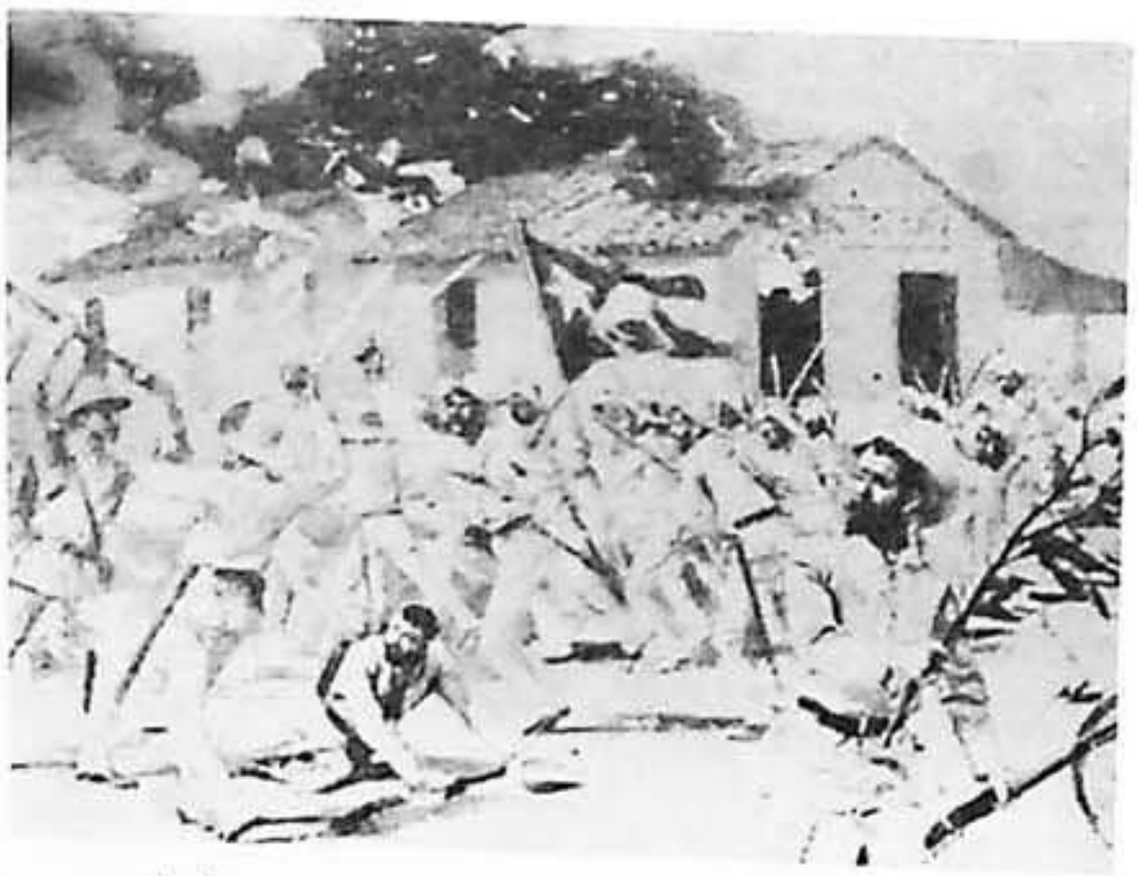
O grande construtor... Roosevelt e a abertura do Canal do Panamá (1904).



Bandeiras internacionais nas lutas nacionais. (Guerra do Chaco)

As mulheres e a Revolução.
(Revolução Mexicana)

A Trinheira: pintura de José Clemente Orozco. (Revolução Mexicana)



A luta antiespanhola. (Guerra de Independência de Cuba)

Comemoração peronista. (Argentina)

Manifestação popular em Havana.
(Cuba Socialista)

Palavras de ordem revolucionárias.
(Cuba Socialista)

Posse da terra: reivindicação
secular do índio. (Peru, século XX)

O sonho acabou... (Peru, 1975)

Palácio presidencial de La Moneda
bombardeado em 1973. (Chile)

Acampamento guerrilheiro.
(Guerrilheiros sandinistas)

Manágua em festa... (Nicarágua sandinista)

Uma nova página na História da América! (jornal sandinista)

Guerrilheiro salvadorenho. (Guevara presente)

Guerrilheiras salvadorenhas. (El Salvador, 1980)

Guerrilheiros da FMLN.

O melhor e mais completo livro sobre história das Américas escrito no Brasil ganha uma edição revista, ampliada e atualizada. A história do continente — que entra o novo milênio com um papel fundamental na política e na economia mundial — recebe uma interpretação crítica, estimulando o leitor a questionar fatos e movimentos sociais que ajudaram a moldar as sociedades das Américas nos últimos séculos.

O livro discute temas atuais como o governo Clinton nos Estados Unidos, o menemismo na Argentina, a reconquista da democracia no Chile, o período especial em Cuba pós-fim da União Soviética, a guerrilha e o governo Fujimori no Peru e muitos outros fatos importantes desta virada de século.

Uma obra importante que, destacando aspectos geralmente ignorados ou desprezados como agentes da História, analisa a ação das forças sociais e econômicas para a melhor compreensão do fenômeno histórico.

ISBN 85-01-05699-5

9 788501 056993

05699/4

Capa: Santo Design